



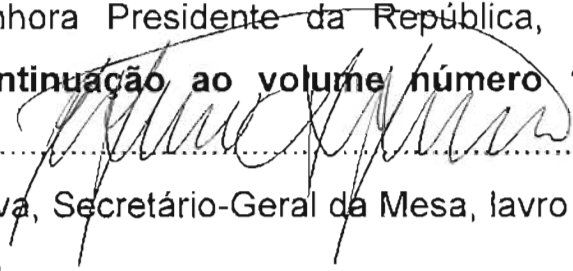
CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

Volume 11

AUTUAÇÃO

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, autuo os documentos que se seguem, referentes à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015** apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, **em continuação ao volume número 10**. E, para constar, eu,

Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.



MPF

**Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná**

www.pmpr.mpf.gov.br



FORÇA TAREFA LAVA JATO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ:

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA AOS

AUTOS: 5006628-92.2015.4.04.7000

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. OPERAÇÃO LAVA JATO. PAGAMENTO DE PROPINA PELA EMPRESA CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA AO EX-DIRETOR DE ABASTECIMENTO DA PETROBRAS, PAULO ROBERTO COSTA, POR INTERMÉDIO DAS EMPRESAS SANKO SIDER E SANKO SERVIÇOS E DAS EMPRESAS VINCULADAS A ALBERTO YOUSSEF E AO PRÓPRIO PAULO ROBERTO COSTA (COSTA GLOBAL). APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DA LEI 8.429/92.

○ **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelos Procuradores da República signatários, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, vem, perante Vossa Excelência, propor

AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

em face de:

PAULO ROBERTO COSTA (ex-Diretor de Abastecimento da PETROBRAS), brasileiro, casado, nascido em 01/01/1954, filho de Paulo Bachmann Costa e Evolina Pereira da Silva Costa, natural de Monte Alegre/PR, instrução, instrução terceiro grau completo, profissão Engenheiro, portador do documento de idade nº 1708889876/CREA/RJ, CPF 302612879-15, com endereço na Rua Ivando de Azambuja, casa 30, condomínio Rio Mar IX, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, atualmente recolhido em prisão domiciliar no Rio de Janeiro/RJ;

CAMARGO CORRÊA S/A, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 01.098.905/0001-09, com endereço na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3600, 12º Andar - Bairro Itaim Bibi - São Paulo - SP, CEP 04538-132;

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A (CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA), pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 61.522.512/0001-02, com endereço na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1663, 6º Andar - Jardim Paulistano - São Paulo - SP, CEP 01452-001;

DALTON DOS SANTOS AVANCINI, brasileiro, natural de São Paulo, nascido em 7/11/1966, filho de Maria Carmen Monzoni dos Santos e Sidney Avancini, engenheiro, rg 17507332-SSP-SP, CPF 094948488-10, com endereço na Rua Dr. Miranda de Azavedo, 752, ap. 117, Pompéia, São Paulo, CEP 05027000, telefone 11-9635255, atualmente recolhido na Superintendência da Polícia Federal de Curitiba;

JOÃO RICARDO AULER, brasileiro, natural de Jaú/SP, nascido em 25/01/1952, filho de Maria Conceição Martini Auler e José Otávio Costa, engenheiro Civil, portador do RG 51578505-SP, CPF nº 742666088-53, com domicílio na Rua Alcantarilla, 393, ap. 41 vila Andrade, São Paulo SP, CEP 0517-170, atualmente recolhido na Superintendência da Polícia Federal de Curitiba;

EDUARDO HERMELINO LEITE, "LEITOSO", brasileiro, natural de São Paulo, SP, nascido em 4/5/1966, filho de Yvonne Seripierro Leite e Edgard Hermelino Leite, diretor comercial, portador do RG nº 101635898-SSP/SP, CPF 085968148-33, Av. Dos Tupiniquins, 750, ap. 81, Moeme, São Paulo, SP, CEP 04077-001, telefone 01150561272, atualmente recolhido na Superintendência da Polícia Federal de Curitiba;

SANKO SIDER COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO e EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 01.072.027/0001-52, com sede na Av. Paulista, 1294, 4º andar, Sala 4-A, CEP: 01.310-100, Bairro Bela Vista/SP;

SANKO SERVIÇOS DE PESQUISA E MAPEAMENTO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 11.044.507/0001-63, com sede na Av. Paulista, 1294, 4º andar, Sala 4-A, CEP: 01.310-100, Bairro Bela Vista, São Paulo/SP;

MARCIO ANDRADE BONILHO, brasileiro, solteiro, filho de Sebastião José Bonilho e Abigahir Andrade Bonilho, nascido em 17/07/1966, natural de São Caetano do Sul, tendo o terceiro grau completo, empresário, portador do RG nº 13442233-8-SSP/SP, CPF 075655078-57, residente na Rua Padre Vieira, 504, ap. 2, Jardim Santo André, Santo André/SP;

nos termos a seguir expostos:

I – SÍNTESE E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DA AÇÃO

A presente ação decorre dos desdobramentos cíveis das apurações realizadas no âmbito da *Operação Lava Jato*, relacionadas a crimes contra o sistema financeiro naci-



onal, contra a ordem econômica e contra a administração pública, além de lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Dentre os diversos delitos identificados, foi comprovada a existência de um esquema controlado por diretores da sociedade de economia mista PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - **PETROBRAS**, por meio do qual empreiteiras cartelizadas contratadas para a execução de obras da empresa acordavam o pagamento de um percentual dos valores dos contratos como propina, em troca do beneplácito desses diretores à consecução de interesses das empreiteiras junto à **PETROBRAS**.

Esses recursos eram recebidos por operadores financeiros – profissionais dedicados à lavagem do dinheiro - a mando dos diretores da **PETROBRAS**, que em seguida promoviam a repartição do dinheiro entre os próprios empregados da empresa, partidos políticos e agentes políticos.

Nesse contexto, a presente ação tem por objeto especificamente o recebimento de propina sob o comando do Diretor PAULO ROBERTO COSTA, para si e para terceiros, no âmbito da Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS, pagas pela empresa CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA, por intermédio de transações fictícias via empresas de fachada operadas pelo doleiro ALBERTO YOUSSEF (arts. 9º, *caput*, I, VII e X, 10 e 11 da Lei 8.429/92).

Almeja-se nesta ação, portanto, provimento declaratório da prática de atos de improbidade administrativa pelo ex-Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, **PAULO ROBERTO COSTA**, e a condenação dos particulares que concorreram para a prática dos atos ímprobos e deles se beneficiaram nas penas cominadas no art. 12, I, da Lei 8.429/92.

Registra-se que o ato de receber qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de função pública já constitui, por si só, ato de improbidade (art. 9º, *caput* e VII, da Lei 8.429/92)¹, e notadamente se o pagamento adveio de quem tinha

1 (Lei 8.429/92) "Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

[...]

VII - adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;



interesse com potencialidade de ser amparado por ação ou omissão do agente público (art. 9º, I, da Lei 8.429/92)². Ou seja, não é necessário demonstrar que o pagamento tinha por objetivo a prática de um ato específico pelo agente, ou que esse ato tenha sido efetivamente praticado, sendo suficiente a demonstração do enriquecimento sem causa do agente público e o interesse do corruptor em ações ou omissões daquele agente, consoante expressamente dispõe o art. 9º da Lei 8.429/92.

Nos fatos narrados nos autos, entretanto, é possível ir além e demonstrar concretamente a prática de atos comissivos e omissivos do ex-Diretor **PAULO ROBERTO COSTA** em favor de interesses do **Grupo CAMARGO CORRÊA** na PETROBRAS.

Em relação à omissão, **PAULO ROBERTO COSTA** tinha ciência do funcionamento de um cartel de empreiteiras em detrimento da PETROBRAS e, cooptado pelos pagamentos de propina, manteve-se conivente e omitiu-se nos deveres que decorriam de seu ofício, sobretudo o dever de imediatamente informar irregularidades e adotar as providências cabíveis em seu âmbito de atuação. Assim, sua conduta também se amolda ao inciso X do art. 9º da Lei 8.429/92³.

Tais atos, a par de configurarem enriquecimento ilícito, também causaram evidente prejuízo ao erário e violaram os princípios da Administração Pública. Dessa forma, também constituem atos de improbidade administrativa previstos nos arts. 10 e 11 da Lei 8.429/92.

Registra-se que **não é objeto desta ação o sobrepreço** ocorrido em cada licitação e nos respectivos contratos celebrados pelas empreiteiras cartelizadas, derivados da frustração da licitude de diversos procedimentos licitatórios da empresa em razão da atuação do cartel em conluio com **PAULO ROBERTO COSTA** e outros empregados da PETROBRAS.

[...].”

2 (Lei 8.429/92) “Art. 9º [...]:

I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

[...].”

3 (Lei 8.429/92) “Art. 9º [...]:

[...]

X - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

[...].”



Ou seja, o sobrepreço decorrente da formação do cartel e de benefícios concedidos às empresas cartelizadas nos procedimentos licitatórios será objeto de ações de improbidade específicas para cada licitação ou contrato (art. 10, V e VIII, da Lei 8.429/92)⁴, limitando-se esta ação ao recebimento de vantagens indevidas por **PAULO ROBERTO COSTA**, pagas pelas empresas rés.

Assim, serão objeto de ações autônomas:

a) os atos concretos de frustração da licitude de cada processo licitatório e de contratação por preços superiores aos de mercado (art. 10, *caput*, V e VIII, da Lei 8.429/92), e o ressarcimento dos prejuízos causados por tais atos;

b) a participação de agentes políticos e partidos políticos como indutores e beneficiários dos atos de improbidade imputados a **PAULO ROBERTO COSTA** e o enriquecimento ilícito desses agentes (art. 9º, *caput*, I, VII e X, c/c art. 3º, ambos da Lei 8.429/92);

c) as vantagens indevidas pagas por outras empreiteiras a **PAULO ROBERTO COSTA**, aquelas pagas pelas empreiteiras a diretores e empregados do alto escalão de outras áreas da **PETROBRAS** e, ainda, as vantagens indevidas pagas pelas empreiteiras por intermédio de outros operadores financeiros que não ALBERTO YOUSSEF (art. 9º *caput*, I, VII e X, da Lei 8.429/92).

II – DA OPERAÇÃO LAVA JATO

Foi deflagrada, em 17 de março de 2014, a *Operação Lava Jato*, com o intuito, em um primeiro momento, de apurar diversas estruturas paralelas ao mercado de câmbio, abrangendo um grupo de doleiros com âmbito de atuação nacional e transnacional.

4 (Lei 8.429/92) “Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

[...]

V - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

[...]

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;

[...].”



Com o avançar das investigações, desvelou-se a existência de um **gigantesco esquema criminoso** envolvendo a prática de crimes contra a ordem econômica, corrupção e lavagem de dinheiro, com a formação de um grande e poderoso Cartel do qual participaram as empresas **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA**, OAS, ODEBRECHT, UTC, GALVÃO, TECHINT, ANDRADE GUTIERREZ, MENDES JÚNIOR, PROMON, MPE, SKANSKA, QUEIROZ GALVÃO, IESA, ENGEVIX, GDK e SETAL, possibilitando que fosse fraudada a competitividade dos procedimentos licitatórios referentes às maiores obras contratadas pela **PETROBRAS** entre os anos de 2004 e 2014, majorando os lucros das empresas em centenas de milhões de reais.

Conforme adiante será narrado, para o perfeito funcionamento deste cartel de grandes empreiteiras, foi praticada a corrupção de diversos empregados públicos do alto escalão da **PETROBRAS**, notadamente dos então Diretores de Abastecimento e de Serviços, **PAULO ROBERTO COSTA** e **RENATO DUQUE**, assim como foram recrutados, para a concretização dos ilícitos e lavagem dos ativos, **ALBERTO YOUSSEF** e outros grandes operadores e doleiros em atividade no mercado negro brasileiro e internacional.

Em seus interrogatórios judiciais, prestados na Ação Penal 5026212-82.2014.404.7000⁵, **ALBERTO YOUSSEF** e **PAULO ROBERTO COSTA** revelaram dados que apontam para a prática de corrupção em diversas diretorias da Petrobras, ou seja, outros núcleos de corrupção dentro da companhia, que também tinham o intuito de beneficiar o cartel de empreiteiras e desviar verbas públicas para si e para agentes públicos e partidos políticos.

No âmbito criminal, os réus foram denunciados⁶ pela prática dos delitos de organização criminosa (art. 1º, § 1º, da Lei 12.850/2013), corrupção ativa e passiva (arts. 333 e 317 do Código Penal), lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei 9.613/98) e crimes contra o sistema financeiro nacional (arts. 16, 21, parágrafo único, e 22, *caput* e parágrafo único, da Lei 7.492/1986). Tais condutas têm **inegáveis reflexos no âmbito cível, em especial no campo de aplicação das Leis 7.347/85, 8.429/92 e 12.846/13, entre outros diplomas legais**⁷.

5 Doc 13.

6 A denúncia relacionada especificamente a este caso foi oferecida nos autos nº 5083258-29.2014.4.04.7000/PR – Doc 35.

7 As provas obtidas nas investigações criminais realizadas na Operação Lava Jato foram compartilhadas para utilização em ações de improbidade administrativa pelo Juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Curitiba, em decisão proferida nos autos nº 5073697-78.2014.404.7000/PR.



III – DA SISTEMÁTICA DE PAGAMENTOS DE PROPINA NA PETROBRAS

III.1 – O esquema de pagamento de propina.

As investigações revelaram a prática nefasta de pagamentos de propina por empreiteiras nos contratos celebrados no âmbito da Petrobras, cuidadosamente orquestrada e em porcentagem que girava em torno de ao menos 3% do valor das contratações, valor que poderia ser bem maior no caso de aditivos.

Conforme descrito por **PAULO ROBERTO COSTA** e por **ALBERTO YOUSSEF**⁸ em seus interrogatórios na Ação Penal na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101), a partir do ano de 2005, em todos os contratos firmados pelas empresas cartelizadas com a **PETROBRAS** no interesse da Diretoria de Abastecimento, houve o pagamento de vantagens indevidas aos empregados corrompidos da Estatal e pessoas por eles indicadas no montante de ao menos 3% do valor total dos contratos. O pagamento de propina também ocorria nas hipóteses de aditivos contratuais, ou seja, o percentual era calculado sobre o

8 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **PAULO ROBERTO COSTA** no processo criminal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**:

"[...]"

Juiz Federal: - Mas e quem, como chegou, como foi definido esse 3%, esse repasse, foi algo que precedeu a sua ida para lá ou surgiu no decorrer?

Interrogado: -Possivelmente já acontecia antes de eu ir pra lá. Possivelmente já acontecia antes, porque essas empresas já trabalham para Petrobras há muito tempo. E como eu mencionei anteriormente, as indicações de diretoria da Petrobras, desde que me conheço como Petrobras, sempre foram indicações políticas. Na minha área, os dois primeiros anos, 2004 e 2005, praticamente a gente não teve obra. Obras muito pe..., de pouco valor porque a gente não tinha orçamento, não tinha projeto. Quando começou a ter os projetos pra obras de realmente maior porte, principalmente, inicialmente, na área de qualidade de derivados, qualidade da gasolina, qualidade do diesel, foi feito em praticamente todas as refinarias grandes obras para esse, com esse intuito, me foi colocado lá pelas, pelas empresas, e também pelo partido, que dessa média de 3%, o que fosse de Diretoria de Abastecimento, 1% seria repassado para o PP. E os 2% restantes ficariam para o PT dentro da diretoria que prestava esse tipo de serviço que era a Diretoria de Serviço.

"[...]"

Juiz Federal: - Mas isso em cima de todo o contrato que...

Interrogado: -Não.

Juiz Federal: - Celebrado pela Petrobras?

Interrogado: -Não. Em cima desses contratos dessas empresas do cartel.

Juiz Federal: - Do cartel.

"[...]"

No mesmo sentido, o interrogatório de **YOUSSEF**:

"[...]"

Interrogado: -Sim senhor, Vossa Excelência. Mas toda empresa que... desse porte maior, ela já sabia que qualquer obra que ela fosse fazer, na área de Abastecimento da Petrobrás, ela tinha que pagar o pedágio de 1%.

"[...]"



valor total dos contratos e aditivos celebrados por empreiteiras com a PETROBRAS.

Na divisão das vantagens indevidas, o valor da propina repassada a **PAULO ROBERTO COSTA** e às pessoas por ele indicadas, sobretudo operadores financeiros do mercado negro e integrantes do Partido Progressista (PP), era de ao menos 1% do valor total do contrato, no âmbito da Diretoria de Abastecimento. Por sua vez, o valor da propina repassada a empregados corrompidos da Diretoria de Serviços, em especial RENATO DUQUE, era de ao menos 2%, também do valor total do contrato, sendo que parte desses valores seria destinada a integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT)⁹. Há, ainda, informações de que à Diretoria Internacional da PETROBRAS também era devida uma parcela de propina, para distribuição ao Diretor e ao partido político responsável por sua indicação para o cargo¹⁰.

9 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **PAULO ROBERTO COSTA** na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**:

"[...]

Juiz Federal: - Mas esses 3% então, em cima desse preço iam para distribuição para agentes públicos, é isso?

Interrogado: -Perfeito.

Interrogado: - [...]. Quando começou a ter os projetos pra obras de realmente maior porte, principalmente, inicialmente, na área de qualidade de derivados, qualidade da gasolina, qualidade do diesel, foi feito em praticamente todas as refinarias grandes obras para esse, com esse intuito, me foi colocado lá pelas, pelas empresas, e também pelo partido, que dessa média de 3%, o que fosse de Diretoria de Abastecimento, 1% seria repassado para o PP. E os 2% restantes ficariam para o PT dentro da diretoria que prestava esse tipo de serviço que era a Diretoria de Serviço.

[...]

Juiz Federal: - Mas isso em cima de todo o contrato que...

Interrogado: -Não.

Juiz Federal: - Celebrado pela Petrobras?

Interrogado: -Não. Em cima desses contratos dessas empresas do cartel.

Juiz Federal: - Do cartel.

[...]"

10 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **PAULO ROBERTO COSTA** na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**:

"[...]

Juiz Federal: - E os diretores também da Petrobras também recebiam parcela desses valores?

Interrogado: -Olha, em relação à Diretoria de Serviços, era, todos, todos sabiam, que tinham um percentual desses contratos da área de Abastecimento, dos 3%, 2% eram para atender ao PT. Através da Diretoria de Serviços. Outras diretorias como gás e energia, e como exploração e produção, também eram PT, então você tinha PT na Diretoria de Exploração e Produção, PT na Diretoria de Gás e Energia e PT na área de serviço. Então, o comentário que pautava lá dentro da companhia é que, nesse caso, os 3% ficavam diretamente para, diretamente para o PT. Não era, não tinha participação do PP porque eram diretorias indicadas, tanto para execução do serviço, quanto para o negócio, PT com PT. Então, o que rezava dentro da companhia é que esse valor seria integral para o PT. A Diretoria Internacional, tinha indicação do PMDB. Então, tinha também recursos que eram repassados para o PMDB, na Diretoria Internacional.

[...]

Interrogado: [...] Dentro da Diretoria Internacional, era o Nestor Cerveró, que foi indicado por um político e tinha uma ligação muito forte com o PMDB.



A destinação de parcela relevante dos recursos recebidos sob o comando de **PAULO ROBERTO COSTA** a integrantes do Partido Progressista decorria do fato de ter sido este partido político o responsável pela indicação do réu para o cargo de Diretor de Abastecimento da PETROBRAS.¹¹

Assim, na **Diretoria de Abastecimento**, o réu **PAULO ROBERTO COSTA** tinha a gerência e o comando da destinação dos recursos, dividindo-os para si e para terceiros. Nessa Diretoria, o montante da propina, correspondente a 1% do valor dos contratos, era dividido, em média, da seguinte forma:

→ **60%** era destinado a um caixa geral operado por **JOSÉ JANENE** e **ALBERTO YOUSSEF** até o ano de 2008, e somente por **ALBERTO YOUSSEF** a partir de então, para posterior repasse a agentes políticos, em sua grande maioria do Partido Progressista (PP)¹²;

[...]"

- 11 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **PAULO ROBERTO COSTA** na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**:

"[...]"

Juiz Federal: - Uma referência na acusação que o senhor teria assumido essa posição de Diretor de Abastecimento por conta de uma indicação política do ex-Deputado Federal José Janene. O que o senhor pode me dizer a esse respeito?

Interrogado: -Perfeito. É, foi, esta correta essa colocação, a Petrobras, desde que eu me conheço como Petrobras, as diretorias da Petrobras, e a presidência da Petrobras foram sempre por indicação política. Eu dava sempre o exemplo aí, nas discussões aí, como General, ninguém chega a General se não for indicado. Você, dentro de uma força, forças armadas, você para como Coronel e se reforma como Coronel. Então, as diretorias da Petrobras, quer seja no governo Sarney, quer seja no governo Collor, quer seja no governo Itamar Franco, quer seja no governo Fernando Henrique, quer seja nos governos do Presidente Lula, foram sempre por indicação política, e eu fui indicado, realmente, pelo PP, para assumir essa Diretoria de Abastecimento.

[...]"

Interrogado: - O Conselho de Administração da Petrobrás, ela examina sua competência técnica, e eu, nos 27 anos de companhia, antes de exercer a Diretoria de Abastecimento, todos os cargos que eu exerci dentro da companhia foi especificamente por competência 1 técnica. Então eu fui gerente da, principal gerente da maior unidade de produção da Bacia de Campos, de 1900 e..., do ano de 2000, não, desculpe de 1990 a 95, por exclusiva competência técnica. Como eu mencionei aqui, para chegar à diretoria da Petrobras não basta competência técnica, se não tiver a indicação política, não chega. Então, o objetivo sempre do conselho é olhar a capacidade técnica e a indicação política que dá suporte àquela indicação.

[...]"

- 12 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **PAULO ROBERTO COSTA** na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**:

"[...]"

Juiz Federal: - E como que esse dinheiro era distribuído? Como que se operacionalizava isso?

Interrogado: -Muito bem. O que era para direcionamento do PP, praticamente até 2008, início de 2008, quem conduzia isso, diretamente esse processo, era o deputado José Janene. Ele era o responsável por essa atividade. Em 2008 ele começou a ficar doente e tal e veio a falecer em 2010.

→ 20% era reservado para despesas operacionais, tais como emissão de notas fiscais, despesas de envio etc;

→ 20% eram divididos entre o próprio PAULO ROBERTO COSTA e os operadores do esquema, da seguinte forma:

→ 70% eram apropriados por PAULO ROBERTO COSTA;

→ 30% eram retidos pelo falecido Deputado JOSÉ JANENE e, posteriormente, por ALBERTO YOUSSEF.

Em suma, a par de o réu PAULO ROBERTO COSTA auferir para si apenas aproximadamente 14% do valor da propina, todo o montante de 1% do valor dos contratos

De 2008, a partir do momento que ele ficou, vamos dizer, com a saúde mais prejudicada, esse trabalho passou a ser executado pelo Alberto Youssef.

Juiz Federal: - E...

Interrogado: - Em relação, em relação ao PP.

Juiz Federal: - Certo. E o senhor tem conhecimento, vamos dizer, exat..., como funcionava, como esse dinheiro chegava ao senhor Alberto Youssef, os caminhos exat..., exatos que esse dinheiro tomava?

Interrogado: - O meu contato, Excelência, sempre foi a nível de Presidente e diretor das empresas, eu não tinha contato com pessoal, vamos dizer, de operação, de execução. Então, assinava o contrato, passava-se algum tempo, que, depois de assinado o contrato, a primeira medição que a Petrobras faz de serviço é trinta dias; executa o serviço, a Petrobras mede e paga trinta dias depois. Então, normalmente, entre o prazo de execução e o prazo final de pagamento, tem um gap aí de sessenta dias. Então, normalmente, após esse, esses sessenta dias, é que era possível então executar esses pagamentos. Então, o deputado José Janene, na época, ex-deputado porque em 2008 ele já não era mais deputado, ele mantinha o contato com essas empresas, não é? Com o pessoal também não só a nível de diretoria e presidência, mas também mais pessoal operacional, e esses valores então eram repassados para ele, e depois, mais na frente, para o Alberto Youssef. Agora, dentro das empresas tinha o pessoal que operacionalizava isso. Esse pessoal eu não tinha contato. Não fazia contato, não tinha conhecimento desse pessoal. Então o que é que acontecia? É, vamos dizer, ou o Alberto ou o Janene faziam esse contato, e esse dinheiro então ia para essa distribuição política, através deles, agora...

[...]

Juiz Federal: - Certo, mas a pergunta que eu fiz especificamente é se os diretores, por exemplo, o senhor recebia parte desses valores?

Interrogado: - Sim. Então o que, normalmente, em valores médios, acontecia? Do 1%, que era para o PP, em média, obviamente que dependendo do contrato podia ser um pouco mais, um pouco menos, 60% ia para o partido... 20% era para despesas, às vezes nota fiscal, despesa para envio, etc, etc. São todos valores médios, pode ter alteração nesses valores. E 20% restante era repassado 70% pra mim e 30% para o Janene ou o Alberto Youssef.

Juiz Federal: - E como é que o senhor recebia sua parcela?

Interrogado: - Eu recebia em espécie, normalmente na minha casa ou num shopping ou no escritório, depois que eu abri a companhia minha lá de consultoria.

Juiz Federal: - Como que o senhor, quem entregava esses valores para o senhor?

Interrogado: - Normalmente o Alberto Youssef ou o Janene.

[...]"

3328
W

vinculados à Diretoria de Abastecimento era pago em razão do cargo de Diretor que ocupava, e era ele quem detinha, em conjunto com o Partido Progressista (PP), o comando sob o caixa geral operado por ALBERTO YOUSSEF.

Esse esquema criminoso de pagamento de propinas pode ser descrito como um processo de três etapas.

(1) Conforme já narrado acima, todas as empresas cartelizadas participantes do “CLUBE” mantinham com **PAULO ROBERTO COSTA**, e com outros funcionários da Estatal, como RENATO DUQUE, um compromisso previamente estabelecido, com promessas mútuas que foram reiteradas e confirmadas ao longo do tempo, de, respectivamente, oferecerem e aceitarem vantagens indevidas que variavam entre 1% e 3% do valor integral de todos os contratos por elas celebrados com a **PETROBRAS**, podendo inclusive ser superior a esse percentual em caso de aditivos contratuais. Operadores do esquema, dentre os quais ALBERTO YOUSSEF, tinham pleno conhecimento do ajuste e contribuíam ativamente para que ele funcionasse.

Como contrapartida, **PAULO ROBERTO COSTA** e os demais empregados da **PETROBRAS** envolvidos adredemente assumiam o compromisso de manterem-se coniventes quanto à existência e efetivo funcionamento do Cartel no seio e em desfavor da Estatal, omitindo-se nos deveres que decorriam de seus ofícios, sobretudo o dever de imediatamente informar irregularidades e adotar as providências cabíveis nos seus âmbitos de atuação.

Paralelamente, também fazia parte do compromisso previamente estabelecido entre corruptores e corrompidos que, quando fosse necessário, **PAULO ROBERTO COSTA**, RENATO DUQUE (este último não arrolado no polo passivo desta ação) e outros empregados corrompidos praticariam atos de ofício, regulares e irregulares, no interesse da otimização do funcionamento do Cartel.

(2) Em um segundo momento, após o efetivo início dos procedimentos licitatórios no âmbito da **PETROBRAS**, os compromissos previamente estabelecidos entre as empreiteiras cartelizadas e os empregados supramencionados vinham a ser confirmados entre os agentes envolvidos.

Segundo o *modus operandi* da organização criminosa, as empresas

3329
4

integrantes do Cartel se reuniam e, de acordo com os seus exclusivos interesses, definiam qual(is) delas iria(m) vencer determinado certame para, em seguida, apresentar o nome da "escolhida" diretamente ou por intermédio de operadores como ALBERTO YOUSSEF¹³, aos empregados da **PETROBRAS**, entre eles **PAULO ROBERTO COSTA**, RENATO DUQUE e outros.

Assim, tão logo **PAULO ROBERTO COSTA**, RENATO DUQUE ou outro empregado corrompido da **PETROBRAS**, ajustados entre si e com o cartel, recebiam o nome da empreiteira selecionada pelo Cartel para vencer determinada licitação, eles, consolidando no caso específico o acordo previamente estabelecido, omitiam-se em relação ao funcionamento do cartel e, quando necessário, passavam a tomar ou determinar as providências necessárias para que a escolha se concretizasse.

Tais ajustes e acertos entre as partes envolvidas, reconhecidos pelo próprio ALBERTO YOUSSEF na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (**Doc 13**), não só consumavam a promessa de vantagem por parte da empreiteira corruptora, como também a sua aceitação pelos empregados corrompidos.

(3) A terceira e última etapa no esquema de corrupção ora descrito se dava logo após o término do procedimento licitatório e confirmação da seleção da empreiteira cartelizada escolhida, mediante o efetivo início das obras e começo dos pagamentos pela **PETROBRAS**.

Nesse momento ALBERTO YOUSSEF, operador usado para o pagamento de propinas a **PAULO ROBERTO COSTA**, passava a entrar em contato com os representantes da

13 Em seu interrogatório judicial 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**, ALBERTO YOUSSEF respondeu que:

"[...]"

Ministério Público Federal: - O senhor pode afirmar então que elas se reuniam? Os executivos dessas empresas confidenciaram alguma vez pro senhor essas reuniões?

Interrogado: - Sim, com certeza.

Ministério Público Federal: - E, e como funcionava daí, depois que elas definissem a empresa que seria a vencedora pra um determinado certame, elas passavam esse nome pro senhor ou ao senhor Paulo Roberto Costa?

Interrogado: - Era entregue uma lista das empresas que ia participar do certame e nessa lista já era dito quem ia ser, quem ia ser a vencedora. Essa lista era repassada pro Paulo Roberto Costa.

Ministério Público Federal: - Em qual momento era repassada essa lista?

Interrogado: - Logo que, que ia se existir os convites.

Ministério Público Federal: - Abriu o certame, a lista já era passada?

Interrogado: - Sim.

"[...]"

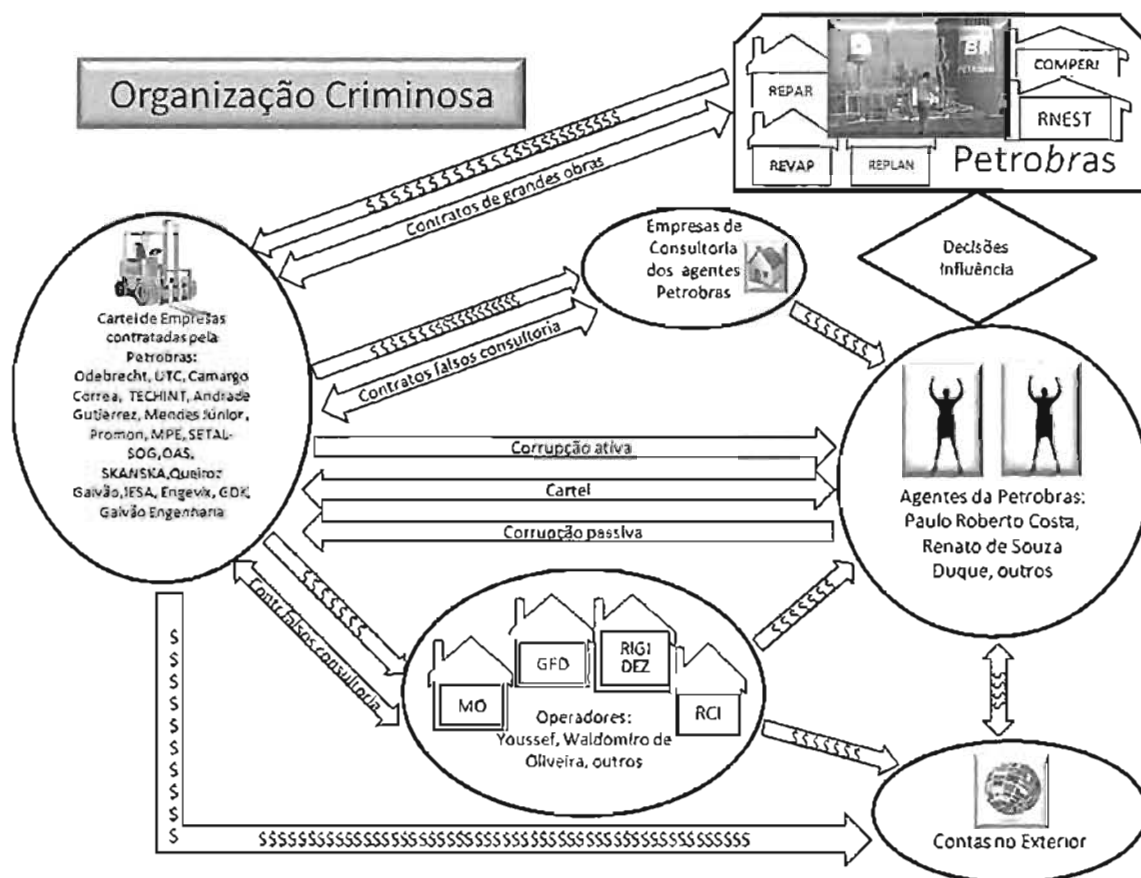


empreiteira selecionada para com eles iniciar as tratativas sobre aspectos específicos do repasse das vantagens indevidas aos empregados corrompidos e demais agentes por eles indicados, em decorrência da obra que seria executada.

Era nesse momento que os valores das propinas também começavam a ser destinados a **PAULO ROBERTO COSTA** e aos agentes corrompidos ou pessoas por eles indicadas.

O recebimento de tais valores se dava de diversas formas, destacando-se principalmente quatro modalidades: 1) celebração de contratos simulados, com a indicação de falsos objetos, com empresas de fachada, controladas por YOUSSEF; 2) celebração de contratos diretos com empresa de consultoria de PAULO ROBERTO, para o pagamento de “atrasados” após sua saída da empresa; 3) entrega de numerário em espécie no escritório de YOUSSEF ou em outro lugar combinado por ele ou **PAULO ROBERTO**; 4) depósito de valores em contas mantidas por ambos no exterior. A seguir, será detalhado o funcionamento das duas primeiras modalidades.

Para facilitar a compreensão, apresenta-se abaixo um fluxograma dos recursos que alimentaram o esquema criminoso:



III.2 – Pagamentos realizados por intermédio de empresas de fachada operadas por ALBERTO YOUSSEF

Restou apurado que um dos principais métodos para a lavagem do produto dos crimes praticados pela organização criminosa em questão consistiu na celebração de contratos de prestação de serviços ideologicamente falsos, especialmente de serviços de consultoria fictícios, e a emissão de notas fiscais "frias" por intermédio de empresas de fachada.

ALBERTO YOUSSEF, na condição de operador financeiro do esquema e do mercado negro, lançou mão de quatro empresas para tal finalidade: **MO Consultoria**, **Empreiteira Rigidez**, **RCI Software** e **GFD Investimentos**. Enquanto as três primeiras empresas, administradas e mantidas por WALDOMIRO DE OLIVEIRA e utilizadas sobretudo por ALBERTO YOUSSEF, na verdade não exerciam qualquer atividade empresarial, a empresa **GFD**, controlada diretamente por ALBERTO YOUSSEF, existia, mas jamais prestou serviços às

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



empresas cartelizadas contratadas pela PETROBRAS, de modo que não há qualquer justificativa econômica lícita para os pagamentos que delas receberam.

A ausência de efetivo desenvolvimento das atividades pelas quais tais empresas foram contratadas, ou até mesmo de funcionamento de fato no caso das empresas **MO Consultoria, Empreiteira Rigidez e RCI Software**, pode ser inferida facilmente a partir dos quadros abaixo expostos, nos quais constam o quantitativo e a relação de empregados que com elas mantiveram vínculo trabalhista entre os anos de 2009 e 2014 (dados extraídos do Sistema CNIS – Doc 22):

Quadro de empregados registrados						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
MO Consultoria Comercial e Laudos Estatísticos Ltda	0	0	1*	0	0	0
Empreiteira Rigidez	0	0	0	0	0	0
RCI Software e Hardware Ltda	0	0	0	0	0	0
GFD Investimentos Ltda	0	6**	4**	4**	0	0

	Nome empregado	Início vínculo	Término vínculo
* MO Consultoria Comercial e Laudos Estatísticos Ltda	Gabriela Finsterbush Neves	01/06/2011	24/01/2012
** GFD Investimentos Ltda	Carlos Alberto Pereira da Costa	01/06/2010	-
	Damaris Cristina Marcatto	04/12/2012	-
	Natalia Marcondes Lopes Patrinicola	05/07/2010	01/10/2012
	Rute Santos Gonzales	15/09/2010	-
	Jefferson Cesar de Oliveira	18/01/2011	04/07/2011
	Marcio Tadeu Silva Junior	04/10/01	01/01/2011
	Bianca Roli Tancredi	01/09/2010	29/11/2011
	Victoria Gimenez Santos Romano	01/10/2010	29/12/2010

O reconhecimento de tais pessoas jurídicas como empresas de "fachada" utilizadas pelas empreiteiras contratadas pela PETROBRAS unicamente para a celebração de



contratos fraudulentos, emissão de notas fiscais falsas, recebimento, ocultação e repasse de "propinas", foi realizado no curso das investigações por diversas testemunhas e também pelos próprios agentes responsáveis pelas prática dos delitos.

WALDOMIRO DE OLIVEIRA admitiu por ocasião de seu interrogatório na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (evento 1.167 – **Doc 23**) que foi responsável pela gestão das empresas **MO** Consultoria, Empreiteira **Rigidez** e **RCI** Software, figurando formalmente no quadro societário da primeira e possuindo procuração com amplos poderes para gerir as duas últimas. Reconheceu, ainda, que cedeu tais empresas e suas respectivas contas bancárias para ALBERTO YOUSSEF, a fim de que ele as utilizasse para o recebimento e distribuição de vantagens indevidas. Além disso, **WALDOMIRO** reconheceu que, para ocultar e dissimular a natureza dos valores recebidos, foram elaborados entre os depositantes e as referidas empresas contratos de prestação de serviços ideologicamente falsos, assim como emitidas notas fiscais "frias".

MEIRE BONFIM DA SILVA POZA, ouvida na condição de testemunha no curso da ação penal 5025699-17.2014.404.7000 (evento 454 – **Doc 24**), afirmou que prestou serviços de natureza contábil à organização criminosa chefiada por ALBERTO YOUSSEF por intermédio da empresa Arbor Consultoria e Assessoria Contábil. Reconheceu, ainda, que ALBERTO YOUSSEF teria utilizado a empresa GFD Investimentos, por ele controlada, e as empresas **MO** Consultoria, Empreiteira **Rigidez** e **RCI** Software, controladas por **WALDOMIRO**, para a emissão de notas fiscais falsas, especificando que nenhuma delas possuía estrutura física e de recursos humanos para a prestação de serviços que constavam nas notas por elas emitidas.

CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA, administrador formal da GFD Investimentos, também reconheceu em seu interrogatório (ação penal 5025699-17.2014.404.7000, evento 475 – **Doc 26**) que tal empresa era gerida de fato por ALBERTO YOUSSEF, que a utilizava para receber valores de empreiteiras por meio da celebração de contratos de prestação de serviços ideologicamente falsos.

O próprio ALBERTO YOUSSEF, ao ser interrogado na ação penal nº 5026212-82.2014.404.7000 (evento 1.101 – **Doc 13**) confessou que se utilizava das empresas **MO** Consultoria, Empreiteira **Rigidez** e **RCI** Software para operacionalizar o repasse de propinas oriundas de empreiteiras contratadas pela PETROBRAS. De acordo com YOUSSEF,

ele efetuava o pagamento de 14,5% do valor da transação para WALDOMIRO DE OLIVEIRA, responsável pelas empresas supramencionadas, a fim de que ele celebrasse contratos fraudulentos com as empreiteiras e lhe fornecesse, em decorrência deles, notas fiscais frias para justificar a transferência dos valores. Do mesmo modo, ALBERTO YOUSSEF também reconheceu que se utilizava da empresa GFD para celebrar contratos ideologicamente falsos para receber repasses de propinas e comissionamentos oriundos de empreiteiras.

Ademais, além de não possuir empregados para a prestação de serviços de consultoria, nunca se apresentou qualquer "produto" dos referidos contratos, até mesmo porque YOUSSEF e seus subordinados não possuíam expertise no ramo dos supostos contratos de consultoria.

Desta feita, ante o acima exposto é possível concluir que todos os contratos celebrados por empreiteiras contratadas pela **PETROBRAS** com as empresas MO Consultoria, Empreiteira Rigidez, RCI Software e GFD Investimentos são ideologicamente falsos, assim como todas as notas fiscais por elas emitidas com supedâneo em tais avenças.

Tal estratégia foi em verdade utilizado pelo operador ALBERTO YOUSSEF, única e exclusivamente para possibilitar, de forma oculta e simulada, o repasse das vantagens indevidas pelas empreiteiras para **PAULO ROBERTO COSTA** e os demais destinatários por ele indicados, agentes públicos e privados.

Com efeito, uma vez depositadas pelas empreiteiras as vantagens indevidas (propinas) nas contas das empresas MO Consultoria, Empreiteira Rigidez, RCI Software e GFD Investimentos, WALDOMIRO DE OLIVEIRA e ALBERTO YOUSSEF operacionalizavam transações subsequentes para a obtenção de numerário em espécie a fim de que fossem entregues por ALBERTO YOUSSEF ou por seus emissários RAFAEL ANGULO, ADARICO NEGROMONTE e JAYME (o "CARECA") a **PAULO ROBERTO COSTA** e aos demais agentes por esse indicados. JAYME, o "CARECA", era contratado e pago para entrega de recursos por ser policial federal, o que conferia maior proteção e segurança para o transporte de altos valores em espécie, o que será objeto de ação específica.

A título ilustrativo, colaciona-se logo abaixo quadro consolidado¹⁴ que indica o montante total dos valores – ilícitos, conforme mencionado acima – que transitaram

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

pelas contas das empresas MO Consultoria, Empreiteira Rigidez, RCI Software e GFD Investimentos, entre os anos de 2009 e 2013:

EMPRESA	ANO	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
EMPREITEIRA RIGIDEZ	CRÉDITOS	2.815.613,08	21.700.721,79	11.308.843,19	9.715.926,06	2.630.970,77	48.172.074,89
	DÉBITOS	2.657.682,96	21.548.369,95	10.577.054,39	10.174.079,93	2.512.700,00	47.469.887,23
	SAQUES	1.607.770,96 57,1%	5.320.238,00 24,5%	325.543,00 2,9%	1.698.620,86 17,5%	1.493.700,00 56,8%	10.445.872,82 21,7%
GFD INVESTIMENTOS	CRÉDITOS	1.216.010,37	16.755.459,38	20.008.845,08	14.072.070,86	6.475.046,53	58.527.432,22
	DÉBITOS	1.180.288,00	12.940.369,99	10.398.011,34	26.907.363,57	6.760.622,16	58.186.655,06
	SAQUES		946.945,37 5,7%	19.000,00 0,1%	670.000,00 4,8%		1.635.945,37 2,8%
MO CONSULTORIA	CRÉDITOS	9.015.100,23	20.830.230,20	36.277.172,46	8.187.914,26	1.754.363,78	76.064.780,93
	DÉBITOS	8.760.637,55	19.971.045,45	35.739.750,08	7.967.398,69	2.202.246,29	74.641.078,02
	SAQUES	5.164.583,66 57,3%	1.116.900,00 5,4%	375.273,00 1,0%	1.404.000,00 17,2%	1.030.460,00 58,7%	9.091.216,66 12,0%
RCI SOFTWARE	CRÉDITOS	3.564.357,31	8.667.290,91	4.466.921,28	136.152,54		16.834.722,04
	DÉBITOS	3.820.402,50	11.108.276,30	4.002.357,14			18.931.035,94
	SAQUES	2.371.130,24 66,5%	128.810,88 1,5%	42.425,00 1,0%			2.542.365,12 15,1%
TOTAL CRÉDITOS		16.611.080,99	67.953.702,28	72.061.782,01	32.112.063,72	10.860.381,08	199.599.010,08
TOTAL DÉBITOS		16.419.011,01	65.568.061,69	60.717.172,95	45.048.842,19	11.475.568,41	199.228.656,25
SAQUES e CHEQUES		9.143.484,86 55,0%	7.512.894,25 11,1%	762.241,00 1,06%	3.772.620,86 11,8%	2.524.160,00 23,2%	23.715.400,97 11,9%

O quadro acima não só indica o grande volume de valores movimentados pela organização criminosa, como também demonstra que no princípio, no ano de 2009, grande parte do dinheiro recebido mediante depósitos em conta pelas empresas **MO Consultoria, Empreiteira Rigidez e RCI Software**¹⁵, inclusive das empreiteiras cartelizadas, era simplesmente sacado em espécie ou obtido mediante a emissão de cheques para desconto sem identificação de conta creditada, ou seja, cheques sacados na *boca* do caixa. O uso de empresas de fachada para saque de valores em espécie é uma figura clássica de lavagem de ativos, quebrando o rastro do dinheiro ("paper trail").

Ressalta-se que YOUSSEF, além de operar em favor do esquema de PAULO ROBERTO, também exercia atividades paralelas de câmbio no mercado negro, atuando como verdadeira instituição financeira ilegal. Em razão disso, detinha imensa disponibilidade financeira, inclusive em espécie no Brasil e em instituições bancárias no exterior, de forma que poderia valer-se dessa disponibilidade para efetuar a divisão dos valores – nos percentuais mencionados acima – e pagar, em espécie ou no exterior, aos destinatários.

¹⁵ Especificamente em relação a GFD Investimentos, controlada diretamente por ALBERTO YOUSSEF, verifica-se no citado quadro que ele sempre teve a cautela de evitar saques em espécie ou depósitos a terceiros não identificados, transações estas que, segundo já sabia em decorrência de sua vasta experiência como doleiro, poderiam chamar a atenção das autoridades fiscalizadoras.



De fato, nos anos subsequentes a operação de lavagem de dinheiro por intermédio das referidas empresas de fachada passou a se refinar, pois ALBERTO YOUSSEF determinou que WALDOMIRO DE OLIVEIRA repassasse os valores recebidos das empreiteiras para as contas de outras empresas por ele indicadas, dentre as quais as empresas de LEONARDO MEIRELLES¹⁶: LABOGEN QUÍMICA, INDÚSTRIA LABOGEN e PIROQUÍMICA, para que nessas fossem em parte remetidos ao exterior e em parte objeto de saques em moeda corrente e a entrega de valores a ALBERTO YOUSSEF.

A transferência de valores das contas de empresas controladas por ALBERTO YOUSSEF para contas do doleiro LEONARDO MEIRELLES tinha uma função muito importante dentro do banco clandestino montado por MEIRELLES. Após receber recursos ilícitos por intermédio de transferências bancárias efetuadas por empresas de fachada utilizadas por YOUSSEF, inclusive as de WALDOMIRO, MEIRELLES transferia tais numerários para o exterior com base em contratos de câmbio falsos e importações fraudulentas, disponibilizando-os a terceiros que se utilizavam de seus serviços em troca do fornecimento de valores em espécie no Brasil. Em contrapartida, uma parte de tais recursos recebidos em espécie era repassada a ALBERTO YOUSSEF, metodologia esta que tornava a operação de lavagem de ativos ainda mais rebuscada, dificultando o rastreamento do dinheiro.

Assim, os clientes de MEIRELLES que entregavam dinheiro em espécie para ele conseguiriam fazer pagamentos de seus fornecedores no exterior com dinheiro que proveio de empresas controladas por YOUSSEF, diretamente e por intermédio de WALDOMIRO DE OLIVEIRA, enquanto YOUSSEF recebia dinheiro em espécie de outros clientes de MEIRELLES em contraprestação das transferências bancárias que fazia para as empresas de MEIRELLES e seguiam para o exterior em benefício dos terceiros clientes.

Assim, os valores recebidos pelas empresas controladas por YOUSSEF eram diluídos em seu caixa e, a partir daí, eram realizados os pagamentos a PAULO ROBERTO e aos agentes políticos por ele indicados.

O recebimento das vantagens indevidas por **PAULO ROBERTO COSTA** comprova-se não só a partir de sua própria confissão em juízo, das declarações prestadas por ALBERTO YOUSSEF e das transferências bancárias e contratos fictícios celebrados com empre-

¹⁶ Já denunciado na ação penal nº 5025699-17.2014.404.7000, em trâmite perante a 13ª Vara Federal de Curitiba, pela prática de crimes contra o sistema financeiro nacional e de formação de organização criminosa.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

sas de fachada, mas também do vultuoso patrimônio de **PAULO ROBERTO COSTA** verificado à época da deflagração da Operação Lava Jato.

Nesse sentido, no dia em que foi cumprido mandado de busca e apreensão em sua residência, **PAULO ROBERTO COSTA** possuía guardados R\$ 762.250,00 (setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais), US\$ 181.495,00 (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e cinco mil dólares) e EUR 10.850 (dez mil e oitocentos e cinquenta euros) em espécie, o que, tendo em vista a incompatibilidade manifesta com a sua renda declarada à época, comprova o fato de que efetivamente recebia sua parte da “propina” em dinheiro vivo¹⁷. A esses montantes, somam-se USD 26 milhões (vinte e seis milhões de dólares norte-americanos), escondidos em bancos suíços em nome de **PAULO ROBERTO COSTA** e seus familiares, os quais estão sendo objeto de repatriação para o Brasil.

III.3 – Pagamentos realizados por intermédio de contratos fictícios celebrados com a empresa COSTA GLOBAL

Mesmo depois de **PAULO ROBERTO COSTA** deixar a Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS, continuou recebendo propinas em decorrência de contratos firmados à época em que foi Diretor da estatal, em especial nos casos em que a execução dos contratos se estendeu no tempo após a sua saída. As tratativas para o recebimento de tais vantagens indevidas pendentes foram efetuadas diretamente entre **PAULO ROBERTO COSTA** e os executivos das empreiteiras corruptoras, sendo que para operacionalizar tais recebimentos o referido réu se serviu da celebração de contratos fraudulentos de consultoria entre a sua empresa **COSTA GLOBAL** e as empreiteiras.

Nesse sentido, destaca-se que, no Curso da operação Lava Jato, foi apreendida uma planilha na residência de **PAULO ROBERTO COSTA**, apontando contratos assinados e “em andamento” com a COSTA GLOBAL¹⁸, empresa do réu¹⁹. Nestas planilhas estão relacionadas, outrossim, construtoras que aparecem nas planilhas antes indicadas, com seus

¹⁷ Doc 15: Autos nº 5014901-94.2014.404.7000, evento 42, ANEXO 1.

¹⁸ Ação penal 5026212-82.2014.404.7000, Evento 1000, anexos 7 a 10 – Doc 16.

¹⁹ Nesse sentido, a informação de pesquisa e investigação da Receita Federal do Brasil, informando que a COSTA GLOBAL CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. - ME pertence a PAULO ROBERTO COSTA, com 60% do capital social, e ARIANNA AZEVEDO COSTA BACHMANN, sua filha, com 40% do capital social (ação penal 5026212-82.2014.404.7000 1000 – ANEXO6, p. 5 – Doc 17).

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



contatos, constando, ainda, o valor dos pagamentos.

Com efeito, constaram nessa planilha a menção a contratos com as empreiteiras: i) CAMARGO CORRÊA, empresa líder do Consórcio CNCC (que pagou propinas a **PAULO ROBERTO COSTA** conforme acusação feita na ação penal 5026212-82.2014.404.7000, em trâmite na 13ª Vara Federal de Curitiba), no valor de R\$ 3.000.000,00; ii) QUEIROZ GALVÃO, no valor de R\$ 600.000,00; iii) IESA OLEO & GÁS, no valor de R\$ 1.200.000,00; e iv) ENGEVIX, no valor de R\$ 665.000,00, todas integrantes do Cartel.

Tais contratos não foram somente firmados entre **PAULO ROBERTO COSTA**, por intermédio da empresa COSTA GLOBAL, e as mencionadas empreiteiras corruptoras, mas efetivamente pagos por estas, conforme ilustra a tabela anexa com o montante consolidado de pagamentos efetuados pelas referidas empresas²⁰:

MES/ANO	CAMARGO CORREA	ENGEVIX	IESA	QUEIROZ GALVÃO	TOTAL
10/2012	5.331,00				5.331,00
11/2012	5.331,00				5.331,00
12/2012	5.331,00				5.331,00
1/2013	5.331,00				5.331,00
3/2013	10.662,00				10.662,00
4/2013	98.831,00			93.850,00	192.681,00
5/2013	94.181,00			93.850,00	188.031,00
6/2013	5.631,00		93.850,00	93.850,00	193.331,00
7/2013	193.031,00	65.695,00	93.850,00	93.850,00	446.426,00
8/2013	99.481,00	65.695,00	93.850,00	93.850,00	352.876,00
9/2013	93.850,00	32.847,50		93.850,00	220.547,50
10/2013	99.481,00	32.847,50			132.328,50
11/2013		32.847,50			32.847,50
12/2013	2.158.550,00	65.695,00			2.224.245,00
TOTAL	2.875.022,00	295.627,50	281.550,00	563.100,00	4.015.299,50

IV – DOS INTERESSES DAS EMPREITEIRAS NA PETROBRAS.

IV.1 – O cartel de empreiteiras.

As apurações comprovaram que 16 grandes empreiteiras com atuação no setor de infraestrutura associaram-se para, com abuso do poder econômico, dominar o mercado de grandes obras de engenharia civil demandadas pela PETROBRAS e eliminar a

²⁰ Doc 18: Informação n 123/2014 da Secretaria de Pesquisa e Análise da Procuradoria Geral da República – SPEA/PGR.



concorrência. Com isso, lograram frustrar o caráter competitivo de licitações de grandes obras realizadas pela PETROBRAS, obtendo vantagens consistentes em impor preços maiores aos que seriam obtidos em um ambiente de livre concorrência, tornar certa a contratação em um volume determinado de obras e escolher as obras que lhes eram mais adequadas conforme a região ou por conhecimento técnico, dentre outras vantagens.

O cartel atuante no mercado de obras da PETROBRAS teve composição variável através do tempo. Assim, em uma primeira fase, que perdurou até meados da década de 2000, o cartel das empreiteiras, batizado de "CLUBE", era formado pelos seguintes grupos empresariais: 1) **ODEBRECHT**, 2) **UTC**, 3) **CAMARGO CORREA**, 4) **TECHINT**, 5) **ANDRADE GUTIERREZ**, 6) **MENDES JÚNIOR**, 7) **PROMON**, 8) **MPE**, 9) **SETAL – SOG**.

Contudo, após certo período de funcionamento, o "CLUBE" de grandes empreiteiras verificou a necessidade de contornar alguns empecilhos para que o Cartel pudesse funcionar de forma ainda mais eficiente. O primeiro obstáculo a ser superado referia-se ao fato de que o CLUBE não estava contemplando algumas das grandes empreiteiras brasileiras, de sorte que persistia certa concorrência – mesmo que de forma mitigada – em alguns certames para grandes obras da PETROBRAS. Além disso, houve grande incremento na demanda de grandes obras da petrolífera.

Assim, a partir do ano de 2006, admitiu-se o ingresso de outras companhias no denominado CLUBE, o qual passou a ser composto por 16 (dezesesseis) empresas. Diante disso, mais sete grupos empresariais passaram a integrar o CLUBE: 10) **OAS**; 11) **SKANSKA**, 12) **QUEIROZ GALVÃO**, 13) **IESA**, 14) **ENGEVIX**, 15) **GDK**, 16) **GALVÃO ENGENHARIA**.

Algumas outras empresas de fora do "CLUBE" ainda participaram e venceram de forma esporádica determinadas licitações na PETROBRAS, mediante negociação com o "CLUBE". Essas empresas foram a **ALUSA**, **FIDENS**, **JARAGUA EQUIPAMENTOS**, **TOMÉ ENGENHARIA**, **CONSTRUCA**P e **CARIOCA ENGENHARIA**.

Assim, a partir de 2006, com a sofisticação da empreitada criminosa, o cartel formado pelas empresas do "CLUBE" passou a vencer e adjudicar todas as licitações para grandes obras na PETROBRAS. Para isso, o "CLUBE" contava com a participação em conluio das empresas que controlavam o mercado relevante de engenharia e serviços na referida Estatal, bem como com o auxílio dos diretores da PETROBRAS e funcionários



públicos por equiparação, RENATO DUQUE e **PAULO ROBERTO COSTA**, que garantiam que os intentos do grupo criminoso fosse atingido – conforme se verá nos itens adiante.

A formação do cartel permitia, assim, que fosse fraudado o caráter competitivo das licitações da PETROBRAS, com a obtenção de benefícios econômicos indevidos pelas empresas cartelizadas. O crime em questão conferia às empresas participantes do “CLUBE” ao menos as seguintes vantagens – ressaltando-se que os atos concretos de fraude às licitações e sobrepreço decorrentes do funcionamento do cartel, com o beneplácito de PAULO ROBERTO COSTA, serão objeto de ações autônomas:

- a) os contratos eram firmados por valores superiores aos que seriam obtidos em ambiente de efetiva concorrência, ou seja, permitia-se a ocorrência de sobrepreço no custo das obras;
- b) as empresas integrantes do “CLUBE” podiam escolher as obras que fossem de sua conveniência realizar, conforme a região ou aptidão técnica, afastando-se a competitividade nas licitações dessas obras;
- c) as empresas ficavam desoneradas total ou parcialmente das despesas inerentes à confecção de propostas comerciais efetivas nas licitações que de antemão já sabiam que não iriam vencer²¹;
- d) eliminava-se a concorrência por meio de restrições e obstáculos à participação de empresas alheias ao “CLUBE”.

Com efeito, com a finalidade de balizar a condução de seus processos licitatórios, a PETROBRAS estima internamente o valor total da obra, mantendo em segredo tal montante dos interessados. Além disso, ela estabelece, para fins de aceitabilidade das

21 Destaca-se que as empresas também lucravam com o funcionamento do cartel porque poderiam ter custos menores de elaboração de proposta, nos certames em que sabiam que não saíam vencedoras. Com efeito, para vencer uma licitação, a empresa necessitava investir na formulação de uma proposta “séria”, a qual chegava a custar de R\$ 2 milhões a R\$ 5 milhões, conforme a complexidade da obra. Já as concorrentes que entravam na licitação apenas para dar uma aparência de falsa competição não investiam nas propostas e, propositadamente, elevavam os custos de seu orçamento para ser derrotada no simulacro de licitação. Com isso, dispendiam valor substancialmente menor por certame disputado. Bem na verdade, as empresas perdedoras tomavam conhecimento do valor a ser praticado pela vencedora e apresentavam sempre um preço superior aquele.



propostas dos licitantes interessados, uma faixa de valores que varia entre -15% ("mínimo") até +20% ("máximo") em relação a tal estimativa.

Contudo, conforme já apurado pelo TCU²² e também recentemente pela PETROBRAS, a partir de Comissões Internas de Apuração constituídas para analisar os procedimentos de contratação adotados na implantação da Refinaria Abreu e Lima – **RNEST**²³, em Ipojuca/PE, e no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (**COMPERJ**)²⁴, em Itaboraí/RJ, é possível vislumbrar que o valor das propostas das empresas vencedoras do certame – participantes do Cartel – via de regra aproximava-se do valor máximo ("teto") das estimativas elaboradas pela Estatal, em alguns casos até mesmo o superando.

Nesse sentido, a partir do referido material fornecido pelo TCU, consolidou-se a seguinte tabela, com informações de alguns certames/contratos da **PETROBRAS** no âmbito das Refinarias **REPAR** e **RNEST**:

22 **Docs 3 e 4:** Planilha do TCU com dados de contratos objeto de fiscalização e ofício 0475/2014-TCU/SecobEnerg, que a encaminhou, bem como mídia com cópia de peças de processos do TCU mencionados na planilha.

23 **Doc 5:** Relatório Final da Comissão Interna de Apuração instituída pelo DIP DABAST 71/2014, constituída especificamente para analisar procedimentos de contratação adotados na implantação da Refinaria Abreu e Lima – RNEST, em Ipojuca, no Estado de Pernambuco. Quanto aos anexos, com a finalidade de não tumultuar a instrução da peça inicial, juntam-se no atual momento somente aqueles que foram considerados imprescindíveis à denúncia, sendo que os demais serão juntados em evento autônomo.

24 **Doc 6:** Relatório Final da Comissão Interna de Apuração instituída pelo DIP DABAST 70/2014, constituída especificamente para analisar procedimentos de contratação adotados na implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ. Quanto aos anexos, com a finalidade de não tumultuar a instrução da peça inicial, juntam-se no atual momento somente aqueles que foram considerados imprescindíveis à denúncia, sendo que os demais serão juntados em evento autônomo.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



CONTRATO	BID	EMPRESAS CONVIDADAS	EMPRESAS PROPONENTES E PROPOSTAS APRESENTADAS	A PROPOSTA MENOR É X% DA PROPOSTA MAIOR	VALOR DE ESTIMATIVA	LIMITE MÁXIMO DE CONTRATAÇÃO (VALOR DE ESTIMATIVA + 20%)	VALOR DO CONTRATO / VALOR CONTRATO É X% ACIMA DO VALOR DE ESTIMATIVA	PERCENTAGEM DA PROPOSTA VENCEDORA EM RELAÇÃO AO LIMITE MÁXIMO DE CONTRATAÇÃO
REPAR – IERP 111 (contrato 0800.0043363.08.2)	1ª BID	Carioca, Contreras, Camargo Correa, Andrade, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Engevix, GDK, IESA, Mendes Junior, MPE, Promon, Schahin, Setal, Skanska, Techint e UTC (18 empresas)	1. Consórcio INTERPAR (MENDES/MPE/SETAL): R\$ 2.253.710.536,05	1 e 3 87,31%	R\$ 2.076.398.713,04	R\$ 2.491.678.455,65	R\$ 2.252.710.536,05	90,44%
			2. Consórcio ODEBRECHT/ OAS/ UTC: R\$ 2.472.953.014,05	1 e 2 91,13%			8,49%	
			3. Consórcio QUEIROZ/IESA: R\$ 2.581.233.420,41	2 e 3 95,80%				
REPAR – IERP 112 (contrato 0800.0043403.08-02)	1ª BID	Alusa, Carioca, Construcap, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Contreras, Enesa, Engevix, GDK, IESA, Mendes Junior, Montcalm, MPE, Promon, Samsung, Schahin, Skanska e Techint (20 empresas convidadas)	1. Consórcio CCPR – REPAR: R\$ 2.489.772.835,01	1 e 3 91,89%	R\$ 2.093.988.284,45	R\$ 2.512.785.941,34	R\$ 2.488.315.505,20	99,08%
			2. Consórcio IESA e QUEIROZ GALVÃO: R\$ 2.681.312.844,30	1 e 2 92,85%			18,83%	
			3. Consórcio ANDRADE e TECHINT: R\$ 2.709.341.946,33	2 e 3 98,96%				
RNEST – UHDT/UGH edital 0634316.09-8	1ª BID	Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Engevix, IESA, Mendes Junior, MPE, Setal, Skanska, Techint, UTC, GDK e Promon (15 convidadas)	1. Consórcio CONEST-UHT-ODEBRECHT e OAS: R\$ 4.226.197.431,48	1 e 4 88,70%	R\$ 2.621.843.534,67	R\$ 3.146.212.241,60	Prej.	Prej.
			2. CAMARGO CORRÊA: R\$ 4.451.388.145,30	1 e 2 94,94%				
			3. MENDES JUNIOR: R\$ 4.583.856.912,18	2 e 3 97,11%				
			4. Consórcio TECHINT-TECHINT e ANDRADE GUTIERREZ: R\$ 4.764.094.707,65	3 e 4 96,21%				
	2ª REBID	Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Engevix, IESA, Mendes Junior, MPE, Setal, Skanska, Techint, UTC, GDK e Promon (15 convidadas)	1. Consórcio CONEST-UHT-ODEBRECHT e OAS: 1ª RODADA R\$ 3.260.394.026,95. 2ª RODADA R\$ 3.209.798.726,57 – Após negociação findou no valor da coluna “valor contrato”	1 e 4 1ª RODADA 81,14% 2ª RODADA 84,89%	R\$ 2.892.667.038,77	R\$ 3.216.200.446,52	R\$ 3.190.646.503,15	99,80%

A sistemática de decisões e atuação do grupo criminoso, para a conformação da aliança e dos ajustes entre si, contava com um *modus operandi* bem definido.

Inicialmente, RICARDO PESSOA, diretor da UTC ENGENHARIA, realizava e coordenava as reuniões do CLUBE, as quais ocorriam na sede da ABEMI – Associação Brasileira das Empresas de Engenharia Industrial, ou nas sedes das próprias empreiteiras, sobretudo da UTC ENGENHARIA no município do Rio de Janeiro ou em São Paulo.



A convocação dos membros para as reuniões do CLUBE era usualmente realizada por RICARDO PESSOA e se dava por variadas formas. Eram feitas convocações mediante o envio de SMS, por meio de um "emissário" ou, ainda, pessoalmente.

De cada encontro não era lavrada uma ata formal, mas por vezes eram lançadas pelos próprios participantes anotações manuscritas sobre as decisões tomadas na reunião. Para comprovar a existência desses encontros, vejam-se as anotações manuscritas de reunião realizada no dia 29/08/2008²⁵, feitas pelo representante da empresa SOG OLEO E GÁS, MARCOS BERTI, entregue espontaneamente pelo investigado colaborador AUGUSTO RIBEIRO MENDONÇA NETO. Neste documento foram anotadas reclamações, pretensões e ajustes de várias das empresas cartelizadas com relação a grandes obras da PETROBRAS. Deste documento também se depreende a informação de que ele fora confeccionado na reunião realizada no dia 29/08 e que o próximo encontro ocorreria no dia 25/09, o que denota a periodicidade de tais reuniões. No mesmo sentido as anotações constantes do **Doc 10**.

O desenvolvimento das atividades do cartel alcançou em 2011 tamanho grau de sofisticação que seus integrantes estabeleceram entre si um verdadeiro "roteiro" ou "regulamento" para o seu funcionamento, intitulado dissimuladamente de "**Campeonato Esportivo**". Esse documento, ora anexado (**Doc 8**), foi entregue pelo colaborador AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO, representante de uma das empresas cartelizadas, a SETAL (SOG OLEO E GÁS), e prevê, de forma analógica a uma competição esportiva, as "regras do jogo", estabelecendo o modo pelo qual selecionariam entre si a empresa, ou as empresas em caso de Consórcio, que venceria(m) os certames da PETROBRAS no período.

Vários documentos, apreendidos na sede da empresa ENGEVIX, confirmam essa organização e dissimulação no cartel. Em papel intitulado "reunião de bingo", por exemplo, são indicadas as empresas que deveriam participar de licitações dos diferentes contratos do COMPERJ, enquanto no papel intitulado "proposta de fechamento do bingo fluminense", são listados os "prêmios" (diferentes contratos do COMPERJ) e os "jogadores" (diferentes empreiteiras). Em outro documento, uma "lista de novos negócios (mapão) – 28.09.2007 (...)", são indicadas obras das diferentes refinarias, em uma tabela, e uma proposta de quem seriam as construtoras do cartel responsáveis, as quais são indicadas por siglas em

²⁵ **Doc 7**: Item nº 01 do Auto de Apreensão formalizado.



vários casos dissimuladas. Há diversos outras tabelas representativas da divisão de mercado, como aquela chamada "avaliação da lista de compromissos" – todas no **Doc 9**²⁶.

Tabelas de teor semelhante, que denotam o rateio de obras da PETROBRAS entre as empreiteiras integrantes do cartel, também foram apresentadas pelo investigado colaborador AUGUSTO RIBEIRO MENDONÇA NETO.²⁷

O cartel se caracterizava pela organização e coesão de seus membros, que realmente logravam, com isso, evitar integralmente a competição entre as empresas, de forma que todas pudessem ser beneficiadas pelo acordo – em detrimento da contratante, que no caso era a PETROBRAS.

De forma a tornar o cartel ainda mais eficiente, as empreiteiras cartelizadas corromperam Diretores e empregados do alto escalão da PETROBRAS, oferecendo-lhes vantagens indevidas para que estes não só se omitissem na adoção de providências contra o funcionamento do "CLUBE", como também para que estivessem à disposição sempre que fosse necessário para garantir que o interesse das cartelizadas fosse atingido.

O cartel funcionou de forma plena e consistente, ao menos entre os anos de 2004 e 2014, interferindo nos processos licitatórios de grandes obras da PETROBRAS a exemplo da **REPAR** (localizada em Araucária, no Paraná), **RNEST**, **COMPERJ**, **REVAP** e **REPLAN**, de responsabilidade das Diretorias de Abastecimento e Serviços, ocupadas em grande parte deste período pelo réu **PAULO ROBERTO COSTA** e RENATO DUQUE, respectivamente.

IV.2 – Do interesse das empreiteiras em atos comissivos e omissivos de PAULO ROBERTO COSTA

As empreiteiras participantes do Cartel, e notadamente a **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA**, tinham interesse na omissão de **PAULO ROBERTO COSTA**, RENATO DUQUE e outros empregados da PETROBRAS, que deveriam manter-se coniventes quanto à existência e efetivo funcionamento do Cartel no seio e em desfavor da Estatal, omitindo-se nos deveres que decorriam de seus ofícios, sobretudo o dever de imediatamente informar irregularidades e adotar as providências cabíveis nos seus âmbitos de atuação.

26 Autos nº 5053845-68.2014.404.7000, evento 38, APREENSAO9, fls. 04/30.

27 **Doc 7**: Itens nº 02 a 09 do Auto de Apreensão.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Paralelamente, quando fosse necessário, era do interesse das empresas cartelizadas que **PAULO ROBERTO COSTA**, RENATO DUQUE e outros empregados corrompidos praticassem atos de ofício, regulares e irregulares, no interesse da otimização do funcionamento do Cartel.

A título de exemplificação é possível apontar que **PAULO ROBERTO COSTA** e RENATO DUQUE tomavam as providências necessárias, por si próprios ou influenciando os seus subordinados, para promover: **i)** a aceleração dos procedimentos licitatórios e de contratação de grandes obras, sobretudo refinarias, dispensando etapas necessárias à correta avaliação da obra, inclusive o projeto básico; **ii)** a aprovação de comissões de licitações com funcionários inexperientes; **iii)** o compartilhamento de informações sigilosas ou restritas com as empresas integrantes do Cartel; **iv)** a inclusão ou exclusão de empresas cartelizadas dos certames, direcionando-os em favor da(s) empreiteira(s) ou consórcio de empreiteiras selecionado pelo "CLUBE"; **v)** a inobservância de normas internas de controle e avaliação das obras executadas pelas empreiteiras cartelizadas; **vi)** a sonegação de determinados assuntos da avaliação que deveria ser feita por parte do Departamento Jurídico ou Conselho Executivo; **vii)** contratações diretas de forma injustificada; **viii)** a facilitação da aprovação de aditivos em favor das empresas, muitas vezes desnecessariamente ou mediante preços excessivos.

Destaque-se, todavia, que, muito embora em todos os contratos firmados pelas empresas cartelizadas com a PETROBRAS, **PAULO ROBERTO COSTA** e os demais empregados corrompidos tenham se comprometido e efetivamente se abstido de praticar os atos de ofício a que estavam obrigados, revelando a existência do Cartel e tomando as providências necessárias para fazer cessar suas atividades, a prática de atos de ofício em favor das empresas cartelizadas, conforme exemplificado acima, somente ocorreu em alguns casos específicos, quando se fazia necessário.

De qualquer sorte, consoante já esclarecido acima, os atos concretos que causaram prejuízo ao erário em cada licitação e nos respectivos contratos celebrados pelas empreiteiras cartelizadas não são objeto desta ação e serão tratados em ações específicas, a serem ajuizadas após a conclusão das investigações.



V – DO PAGAMENTO DE PROPINA PELA CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA.

V.1 – Os contratos da CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA em que houve pagamento de propina²⁸.

Como resultado do funcionamento do cartel e da corrupção de empregados da **PETROBRAS** anteriormente descrita, a **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA**, por intermédio de consórcios²⁹, obteve sucesso na formalização de contratos com essa estatal em procedimentos relacionados à Diretoria de Abastecimento, comandada, à época, por **PAULO ROBERTO COSTA**³⁰.

Consoante o esquema de corrupção descrito no item anterior, havia um acordo previamente ajustado entre os gestores das empresas integrantes do cartel e o então diretor **PAULO ROBERTO COSTA** de, respectivamente, oferecerem e aceitarem vantagens indevidas que variavam entre 1% e 3% do valor total dos contratos celebrados por elas com a referida Estatal.

Em contrapartida, **PAULO ROBERTO COSTA** e os demais empregados corrompidos da **PETROBRAS** assumiam o compromisso de se omitirem no cumprimento dos deveres inerentes aos seus cargos, notadamente a comunicação de irregularidades em virtude do funcionamento do “CLUBE”, bem como, quando necessário, praticar atos comissivos no interesse de funcionamento do cartel.

Tanto **PAULO ROBERTO COSTA** quanto ALBERTO YOUSSEF admitiram que o pagamento de tais valores indevidos ocorria em todos os contratos e aditivos celebrados pelas empresas integrantes do Cartel com a **PETROBRAS** sob o comando da Diretoria de Abastecimento³¹.

28 Considerando-se que os arquivos digitais contendo os instrumentos contratuais jurídicos e respectivos anexos mencionados neste tópico são muito numerosos, os mesmos serão juntados em evento autônomo, por meio do depósito de DVD em cartório.

29 (Lei 8.666/93) “Art. 33 Quando permitida na licitação a **participação de empresas em consórcio**, observar-se-ão as seguintes normas:

[...]

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.”

30 Paulo Roberto Costa foi Diretor de Abastecimento da Petrobras no período entre 14/05/04 a 29/04/12.

31 Nesse sentido, veja-se as linhas 03/14 das fls. 05 e linhas 03/20 das fls. 14 do termo de interrogatório de PAULO ROBERTO COSTA juntado ao evento 1.101 dos autos 5026212-82.2014.404.7000, bem como linhas 19 a 21 a fls. 34 do mesmo evento em relação a ALBERTO



Assim, em decorrência dos contratos abaixo descritos, todos celebrados no período em que **PAULO ROBERTO COSTA** ocupou a Diretoria de Abastecimento da Petrobras, houve a promessa e o pagamento de vantagens indevidas correspondentes a, ao menos, 1% do valor do contrato original e respectivos aditivos.

Do montante referente à aludida vantagem indevida, coube a **DALTON DOS SANTOS AVANCINI, JOÃO RICARDO AULER e EDUARDO HERMELINO LEITE (LEITOSO)**, na condição de administradores da **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA**, efetuar a promessa e determinar o pagamento de vantagens indevidas correspondentes a 1% do valor do contrato.

ALBERTO YOUSSEF, na condição de operador da organização criminosa, teve papel fundamental nessa corrupção, pois viabilizou a interlocução entre as partes, assim como participava das tratativas acerca das propinas envolvidas. Com efeito, **YOUSSEF** expressamente menciona que tratava com **JOÃO RICARDO AULER e EDUARDO HERMELINO LEITE (LEITOSO)**³².

Diante de tal quadro, pode-se afirmar que, em todos os contratos abaixo descritos, a **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA**, por seus diretores **DALTON DOS SANTOS AVANCINI, JOÃO RICARDO AULER e EDUARDO HERMELINO LEITE (LEITOSO)**, após reunirem-se com os representantes das demais empreiteiras cartelizadas e definirem o vencedor do certame, comunicaram a **PAULO ROBERTO COSTA** e **ALBERTO YOUSSEF** tal circunstância, prometendo àquele, ou a pessoas por ele indicadas, vantagens indevidas que adviriam imediatamente após a celebração do contrato ou aditivos³³.

Aceita tal promessa de vantagem por parte de **PAULO ROBERTO COSTA**, este, no período entre a abertura das licitações e as assinaturas dos contratos, manteve-se conivente quanto à existência e efetivo funcionamento do Cartel em desfavor da **PETROBRAS**, omitindo-se nos deveres que decorriam de seu ofício para assim permitir que a escolha interna do Cartel para a execução das obras se concretizasse, adotando, ainda, no âmbito de sua Diretoria, as medidas que fossem necessárias para tanto.

YOUSSEF – Doc 13.

32 Autos 5026212.82.2014.404.7000, evento 1101 - **Doc 13.**

33 Consoante depoimento de **YOUSSEF**, autos 5026212.82.2014.404.7000, evento 1101, p. 32 – **Doc 13.**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



Assim, uma vez confirmado que a empresa **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA** venceu os certames abaixo identificados, ALBERTO YOUSSEF efetuou tratativas com os Diretores da empresa para ajustar a forma de pagamento das vantagens indevidas prometidas a, e aceitas por, **PAULO ROBERTO COSTA**, correspondentes a 1% do valor de cada contrato original e aditivos.

Concretizadas, em relação a cada contrato e aditivos, promessas de vantagem indevida por parte dos Diretores da **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA**, e a aceitação de tais promessas por parte do então Diretor de Abastecimento **PAULO ROBERTO COSTA**, diretamente e por intermédio de ALBERTO YOUSSEF, seguiram-se, nos moldes já expostos nesta peça, os respectivos pagamentos.

Assim, a partir de tal *modus operandi*, e tendo em vista que o pagamento de vantagens indevidas ocorreu em todos os contratos de interesse da Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS firmados com a **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA**, pode-se afirmar com convicção que houve o pagamento de propina em relação a todos os contratos, e respectivos aditivos, a seguir descritos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1º CONTRATO	
Celebrado com CONSÓRCIO integrado pela CAMARGO CORREA	
1.1 - Instrumento Contratual Jurídico (ICJ)	0800.0043403.08.2
1.2 - Objeto do contrato	Execução das unidades U-2212, U-6821, U-2225, U-2327, U-25126, SE-2212 e SE-6821 da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR
1.3 - Valor final estimado da obra (calculado em sigilo pela PETROBRAS)	R\$ 2.093.988.284,45
1.4 - Diretoria da PETROBRAS interessada	Diretoria de Abastecimento
Diretor	PAULO ROBERTO COSTA
1.5 - Empresas convidadas para a licitação e respectivas propostas	
1) CAMARGO CORREA R\$ 2.489.772.835,01	1) INTEGRANTE DO CARTEL
2) PROMON Consórcio c/ CAMARGO CORREA	2) INTEGRANTE DO CARTEL
3) IESA R\$ 2.681.312.844,30	3) INTEGRANTE DO CARTEL
4) QUEIROZ GALVÃO Consórcio c/ IESA	4) INTEGRANTE DO CARTEL
5) ANDRADE GUTIERREZ R\$ 2.709.341.976,33	5) INTEGRANTE DO CARTEL
6) TECHINT Consórcio c/ ANDRADE GUTIERREZ	6) INTEGRANTE DO CARTEL
7) ENGEVIX	7) INTEGRANTE DO CARTEL
8) GDK	8) INTEGRANTE DO CARTEL
9) MENDES JUNIOR	9) INTEGRANTE DO CARTEL
10) MPE	10) INTEGRANTE DO CARTEL
11) SETAL	11) INTEGRANTE DO CARTEL
12) SKANSKA	12) INTEGRANTE DO CARTEL
13) ALUSA	13) ACEITA NEGOCIAR COM O CARTEL
14) CARIOCA	14) ACEITA NEGOCIAR COM O CARTEL
15) CONSTRUCAP	15) ACEITA NEGOCIAR COM O CARTEL
16) CONTRERAS	
17) ENESA	
18) MONTCALM	
19) SAMSUNG	
20) SCHAHIN	
1.6 - Processo licitatório	
Início	21/06/2007
Resultado	O Consórcio CCPR-REPAR, composto pela CAMARGO CORREA e PROMON, foi vencedor do certame
Signatários do contrato pela CAMARGO	JOSÉ FLORÊNCIO RODRIGUES NETO LEONEL QUEIROZ VIANNA NETO
1.7 - Consórcio contratado	
Composição do consórcio	CONSORCIO CCPR - REPAR 30% PROMON 70% CAMARGO CORREA
Data de assinatura do contrato	07/07/2008
1.8 - Execução do ICJ nº 0800.0043403.08.2	
Início	07/07/2008
Término com aditivos	24/07/2013
1.9 - Valor do ICJ nº 0800.0043403.08.2 a ser considerado para fins de cálculo da vantagem indevidamente recebida*	
*Valor inicial + Aditivos majoradores firmados durante a gestão de PAULO ROBERTO COSTA (14/05/2004 - 29/04/2012)	
Valor inicial	R\$ 2.488.315.505,20
Aditivo - 18/02/2009 (Aditivo 2)	R\$ 4.949.728,18
Aditivo - 15/09/2009 (Aditivo 5)	R\$ 503.875,19
Aditivo - 18/09/2009 (Planilha de aditivos)	R\$ 24.071.005,95
Aditivo - 22/09/2009 (Aditivo 6)	R\$ 3.466.035,30
Aditivo - 12/08/2010 (Planilha de aditivos)	R\$ 4.732.687,48
Aditivo - 25/11/2010 (Aditivo 10)	R\$ 3.389.100,81
Aditivo - 21/02/2011 (Aditivo 11)	R\$ 11.899.034,25
Aditivo - 05/04/2011 (Aditivo 12)	R\$ 2.688.243,85
Aditivo - 15/08/2011 (Aditivo 13)	R\$ 1.901.185,32
Aditivo - 06/02/2012 (Aditivo 14)	R\$ 1.660.482,35
Aditivo - 15/02/2012 (Planilha de aditivos)	R\$ 79.971.168,76
Total	R\$ 2.627.548.052,64
1.10 - Valor da vantagem indevidamente recebida, conforme descrito acima (1% do valor total calculado no item 1.9)	
	R\$ 26.275.480,53



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

2º CONTRATO	
Celebrado com CONSÓRCIO integrado pela CAMARGO CORREA	
2.1 - Instrumentos Contratuais Jurídicos (ICJ)	0800.0087624.13.2, 8500.0000060.09.2 e 0800.0053457.09.2
2.2 - Objeto do contrato	Construção da Unidade de Coqueamento Retardado da Refinaria Abreu e Lima (UCR/RNEST)
2.3 - Valor final estimado da obra (calculado em sigilo pela PETROBRAS)	R\$ 2.917.069.382,78
2.4 - Diretoria da PETROBRAS interessada	Diretoria de Abastecimento
Diretor	PAULO ROBERTO COSTA
2.5 - Empresas convidadas para a licitação e respectivas propostas	
1) CAMARGO CORREA R\$ 3.487.149.572,61	1) INTEGRANTE DO CARTEL
2) ENGEVIX R\$ 3.891.281.141,00	2) INTEGRANTE DO CARTEL
3) UTC Consórcio c/ ENGEVIX	3) INTEGRANTE DO CARTEL
4) OAS R\$ 3.986.590.071,81	4) INTEGRANTE DO CARTEL
5) ODEBRECHT Consórcio c/ OAS	5) INTEGRANTE DO CARTEL
6) MPE R\$ 4.117.000.000,00	6) INTEGRANTE DO CARTEL
7) ANDRADE GUTIERREZ	7) INTEGRANTE DO CARTEL
8) GDK	8) INTEGRANTE DO CARTEL
9) IESA	9) INTEGRANTE DO CARTEL
10) MENDES JUNIOR	10) INTEGRANTE DO CARTEL
11) PROMON	11) INTEGRANTE DO CARTEL
12) QUEIROZ GALVÃO	12) INTEGRANTE DO CARTEL
13) SKANSKA	13) INTEGRANTE DO CARTEL
14) SOG	14) INTEGRANTE DO CARTEL
15) TECHINT	15) INTEGRANTE DO CARTEL
2.6 - Processo licitatório	
Início	13/03/2009
Resultado	O Consórcio CNCC, composto pela CAMARGO CORREA e CNEC, foi vencedor do certame
Signatários do contrato pela CAMARGO	EDUARDO HERMELINO LEITE DALTON DOS SANTOS AVANCINI
2.7 - Consórcio contratado	
	CONSÓRCIO CNCC
Composição do consórcio	10% CNEC 90% CAMARGO CORREA
Data de assinatura do contrato	22/12/2009
2.8 - Execução do contrato	
Início	05/02/2010
Término com aditivos	Previsto para 28/04/2015
2.9 - Valor dos ICJs nºs 0800.0087624.13.2, 8500.0000060.09.2 e 0800.0053457.09.2 a ser considerado para fins de cálculo da vantagem indevidamente recebida*	
*Valor inicial + Aditivos majoradores firmados durante a gestão de PAULO ROBERTO COSTA (14/05/2004 - 29/04/2012)	
Valor inicial	R\$ 3.411.000.000,00
Nenhum aditivo majorador foi firmado durante a gestão de PAULO ROBERTO COSTA	
Total	R\$ 3.411.000.000,00
2.10 - Valor da vantagem indevidamente recebida, conforme descrito acima (1% do valor total calculado no item 2.9)	
	R\$ 34.110.000,00

Fontes: Doc 20, Doc 21 e ICJ 8500.0000060.09.2



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nestes termos, nos contratos e aditivos celebrados com a Petrobras S/A no período em que **PAULO ROBERTO COSTA** exerceu o cargo de Diretor de Abastecimento de Petrobras, a **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA** efetuou o pagamento de vantagens indevidas no valor de ao menos **R\$ 60.385.480,53** (sessenta milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais, e cinquenta e três centavos). Esse montante se refere apenas à propina que dizia respeito à Diretoria de Abastecimento, isto é, a 1% do valor dos contratos. Se fossem considerados os 2% de propina vinculados à Diretoria de Serviços, os quais serão objeto de ação própria, o valor total da propina chegaria a aproximadamente R\$ 181 milhões.

SÍNTESE DAS VANTAGENS INDEVIDAMENTE RECEBIDAS	
Em ordem crescente de valores	
INSTRUMENTO CONTRATUAL JURÍDICO (ICJ)	VANTAGEM INDEVIDAMENTE RECEBIDA
0800.0043403.08.2	R\$ 26.275.480,53
0800.0087624.13.2, 8500.0000060.09.2 e 0800.0053457.09.2	R\$ 34.110.000,00
TOTAL	R\$ 60.385.480,53



V.2 – Os pagamentos realizados pela CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA para PAULO ROBERTA COSTA, (a) via empresas de YOUSSEF, com utilização das contas de passagem das pessoas jurídicas SANKO SIDER e SANKO SERVIÇOS e (b) diretamente para a COSTA GLOBAL:

Conforme já exposto no capítulo III, acima, o recebimento de vantagens indevidas por **PAULO ROBERTO COSTA** e pelas pessoas e agremiações políticas por ele indicadas se dava de diversas formas, destacando-se principalmente quatro modalidades: 1) celebração de contratos simulados, com a indicação de falsos objetos, com empresas de fachada, controladas por YOUSSEF; 2) celebração de contratos diretos com empresa de consultoria de PAULO ROBERTO, para o pagamento de “atrasados” após sua saída da empresa; 3) entrega de numerário em espécie no escritório de YOUSSEF ou em outro lugar combinado por ele ou **PAULO ROBERTO**; 4) depósito de valores em contas mantidas por ambos no exterior.

Nesta ação, tais pagamentos, realizados em todos os contratos e aditivos da PETROBRAS acima indicados, são comprovados por diferentes meios de prova, dentre os quais os depoimentos de testemunhas e a confissão de corréus, os documentos apreendidos em poder dos investigados, o patrimônio incompatível com a renda lícita dos empregados da PETROBRAS, os contratos e notas fiscais fraudulentos celebrados com empresas de fachada e as transações bancárias de movimentação do valor da propina em favor de tais empresas.

V.2-A

Neste item V.2, serão descritos os repasses de numerário efetuados pela **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA**, com utilização das contas de passagem das pessoas jurídicas **SANKO SIDER** e **SANKO SERVIÇOS**³⁴, em favor das empresas de fachada operadas por **ALBERTO YOUSSEF**, a M.O. CONSULTORIA, a EMPREITEIRA RIGIDEZ e a GFD INVESTIMENTOS³⁵.

34 O esquema de lavagem de ativos para pagamentos de vantagens indevidas a **PAULO ROBERTO COSTA** começou com a **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA**, por meio do Consórcio Nacional Camargo Corrêa – **CNCC**, subcontratando diversos itens do projeto técnico da obra da Unidade de Coqueamento Retardado da refinaria **ABREU E LIMA** para inúmeras empresas, dentre elas, a **SANKO SIDER LTDA**, fornecedora de tubos de aço para a indústria, e **SANKO SERVIÇOS DE PESQUISA E MAPEAMENTO**, ambas de responsabilidade de **MARCIO ANDRADE BONILHO**. Há elementos que apontam que essas empresas foram indicadas por **PAULO ROBERTO COSTA** e **ALBERTO YOUSSEF**. Isso porque **YOUSSEF** tinha relação próxima com **PAULO ROBERTO COSTA**, com a **CAMARGO CORREA** e com **MARCIO BONILHO**, do grupo **SANKO**.

35 Ação Penal 5026212.82.2014.404.7000, Depoimento de Alberto Youssef, Eventos 1025 e 1101 – Doc 13:



O artifício usado para a movimentação dos recursos ilícitos consistiu em transferências desses valores da **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA**, ou via “Consórcio Nacional Camargo Corrêa – **CNCC**”, para as **empresas SANKO** juntamente com os demais, que constituíram pagamentos lícitos, em razão de produtos realmente entregues pela SANKO SIDER ao CNCC. Em seguida, as empresas **SANKO** transferiram para as contas das empresas de YOUSSEF os valores ilícitos, destinados ao pagamento de vantagens indevidas.

Efetivamente, a **SANKO SIDER** entregou produtos que foram empregados nas obras da UCR/RNEST, tendo o CNCC pago por esses produtos.

Todavia, desvelou-se que boa parte dos recursos transferidos pelo CNCC às **empresas SANKO** consistiram em vantagens indevidas que seriam destinadas a **PAULO ROBERTO COSTA**, movimentados em favor daquelas com suporte em causa econômico-comercial inidônea (por serviços não prestados).

A respeito desse último aspecto, cabe pontuar as conclusões do **laudo 1786/2014 – SETEC/SR/DPF/PR³⁶**, que evidencia o pagamento por serviços não prestados³⁷.

O laudo concluiu que tanto a SANKO SIDER como a SANKO SERVIÇOS figuraram como prestadoras de serviços ao CNCC na obra da UCR/RNEST. O total envolvido nesses serviços é de **R\$ 38.750.000,00**, com base em contratos/pedidos de compras de serviços e notas fiscais de serviços, relativos ao período de 21/10/2010 a 26/9/2012. Dentre as descobertas dos peritos, identificaram-se as seguintes inconsistências, as quais foram corroboradas pelo laudo pericial 79/2014 – SPEA/PGR³⁸:

[...]

Defesa de Marcio e Murilo: - Há uma questão que precisaria ser esclarecida. Quando o senhor se refere que parte do dinheiro recebido da Sanko era a título de comissões pelo serviço prestado e uma parte seria para repasse, segundo suas palavras, à agentes públicos ou outras pessoas, a pergunta que eu lhe faço é a seguinte: **esse suposto repasse teria sido feito a essas empresas por sua indicação? A essas empresas que eu digo é MO e GFD, por sua indicação?**

Interrogado: - Sim. Eu é que faria... eu é que fazia as indicações pra onde ele mandava esses valores.

Defesa de Marcio e Murilo: - E posteriormente a esses depósitos, esse recurso destinado a repasses ficava com o senhor?

Interrogado: - Não. Esse recurso, quando eu viabilizava ele em espécie, eu repassava esses valores para Paulo Roberto Costa, por intermédio do Genu ou do seu genro, e o que era parte dos agentes públicos, eu repassava aos agentes públicos.

[...]”.

36 **Doc 42** – Autos nº 5026212-82.2014.4.04.7000, Evento 968.

37 **Doc 42** - Autos nº 5026212-82.2014.4.04.7000, Evento 968, p. 23/32.

38 **Doc 43** - Autos nº 5026212-82.2014.4.04.7000, Evento 1104 – LAU13.



i) os serviços supostamente prestados pelas empresas SANKO ao CNCC seriam referentes à preparação de documentação técnica no tocante ao material comercializado pela SANKO SIDER. Ocorre que nas notas fiscais os serviços são descritos de forma genérica, somente como “prestação de serviços”;

ii) tais serviços estariam relacionados, na sua quase totalidade, ao fornecimento de tubulações para a obra da UCCR/RNEST. Todavia, não há correspondência entre o período do pagamento dos serviços pelo CNCC e o fornecimento dos materiais pela SANKO SIDER. Ocorreram dois pagamentos por serviços no ano de 2010, no valor de R\$ 8 milhões, ao passo que o primeiro faturamento de tubulação da SANKO SIDER para o CNCC aconteceu somente no ano de 2011. Indagado pelos peritos a respeito disso, o representante do CNCC informou que tal se devia a um adiantamento para que a empresa SANKO SIDER pudesse acompanhar a produção dos tubos solicitados por pedidos no ano de 2010. Só que o período mais antigo de compra de tubos data de 8/11/2010, sendo que o primeira transferência por pagamento por serviços deu-se em 26/10/2010, no valor de R\$ 2 milhões. Portanto, o CNCC já tinha pago um valor representativo em serviços para a SANKO SIDER **antes mesmo de efetuar o primeiro pedido de tubulação**. E, de acordo com o laudo pericial 79/2014 – SPEA/PGR, **no dia seguinte, 27/10/2010, a SANKO SIDER emitiu duas TEDs, num total de R\$ 1,150 milhão, para contas da MO**³⁹.

iii) nos pedidos de compras de materiais, consta que já fazia parte do fornecimento de mercadorias a prestação dos serviços correlatos. Dessa forma, tanto nos pedidos de compras de mercadorias como nos pedidos de serviços houve a **indicação de pagamentos pelos mesmos serviços**. Não fosse isso, os peritos apuraram, inclusive a partir de informações da PETROBRAS, que a prática no mercado é que a tubulação seja vendida acompanhada da documentação técnica correspondente, o que não justifica o pagamento em separado por tais serviços.

iv) nos relatórios de inspeção e recebimento analisados por amostragem, consta que a empresa responsável pela realização das inspeções técnicas da tubulação (principal escopo dos serviços supostamente prestados pelas empresas SANKO) é outra (a TÜV RHEINLAND) e as empresas SANKO não possuíam registro com a TÜV para a realização desses serviços.

39 Doc 43 - Autos nº 5026212-82.2014.4.04.7000, Evento 1104 – LAU13, p. 7.



v) não foram identificados custos alocados diretamente à prestação de serviços nos demonstrativos contábeis das empresas SANKO, o que normalmente deveria ocorrer. Isso quer dizer que na contabilidade das empresas SANKO **não havia o reconhecimento de custos para os serviços supostamente prestados ao CNCC**. Questionadas sobre isso pelos peritos, as empresas apresentaram “demonstrativo gerencial de custos dos serviços no projeto CNCC”. Mas a análise desse demonstrativo indicou que os custos e despesas alocados aos serviços são incompatíveis com as receitas correspondentes. Isso porque a maioria desses custos (70%) está vinculada a pagamentos realizados às empresas de fachada MO, TREVISÓ, GFD e RIGIDEZ, sendo grande parte à MO (43%). Isso chama a atenção porque essas empresas não têm qualquer relação aparente com a natureza dos serviços supostamente prestados. Além disso, na sede da ARBOR CONTÁBIL (empresa que fazia a contabilidade de YOUSSEF), foram encontrados documentos apontando que a MO teria executado serviços de inspeção em empresa que foi uma das fornecedoras de tubos revendidos pela SANKO SIDER ao CNCC (a SCHULZ AMÉRICA LATINA), bem como efetuado a qualificação de fornecedores no exterior, o que é inviável, haja vista que a MO era de fachada, não dispondo de estrutura, pessoal ou qualificação para executar serviços desse porte. A inspeção de materiais e a qualificação de fornecedores no exterior faz parte do escopo dos serviços que as empresas SANKO teriam prestado ao CNCC.

vi) também é digno de nota que, além dos pagamentos do CNCC às empresas SANKO, foi identificado um pagamento de R\$ 3,6 milhões da CAMARGO CORRÊA à SANKO SIDER. O pagamento ocorreu em razão de contrato que previa a entrega de produtos e a prestação de serviços com parcela significativa a eles relacionados, mas cuja venda dos materiais não chegou a ser concretizada, embora tenha havido o pagamento pelos serviços no montante indicado. Questionada sobre isso, a CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA afirmou que o valor teria por objeto a elaboração pela SANKO SIDER de um “vendor list”. Contudo, conforme documento apreendido na sede da ARBOR CONTÁBIL, vê-se que o pagamento dos R\$ 3,6 milhões referia-se a serviços prestados no interesse da **REPAR**. Foi constatado que, logo após o pagamento desse valor à SANKO SIDER, houve a sua movimentação para a MO, por meio de dois pagamentos. Assim, essa transação possui os mesmos indícios de inconsistência vistos nas transações acima⁴⁰.

40 Embora esse pagamento não possa ser imputado a título de lavagem no fato, dado que, tudo indica, tenha provindo de contrato referente a outra obra da PETROBRAS (a REPAR) e não do contrato da UCR/RNEST, este objeto da denúncia no ponto dos crimes antecedentes, serve como



vii) além disso, comparando-se a receita dos supostos serviços das empresas SANKO com os repasses delas à MO e à GFD, verifica-se que há correspondência dos pagamentos (do CNCC às empresas SANKO) com as transferências (à MO e à GFD) de modo sucessivo e sequencial, praticamente idêntico. Veja-se que as receitas desses serviços (valores recebidos pelas empresas SANKO do CNCC) somam **R\$ 38.750.000,00** no período (10/2010 a 12/2013), enquanto os pagamentos para a MO e para a GFD somam **R\$ 37.725.548,35**⁴¹. Ou seja, praticamente todo o valor (97%) recebido pelas empresas SANKO do CNCC a título de serviços prestados foi repassado, na verdade, para empresas de fachada.

Por fim, ALBERTO YOUSSEF, em depoimento na Ação Penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101), confirmou que as empresas SANKO foram usadas pela CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA para repasse de valores ilícitos por meio de notas de serviços por aquelas emitidas⁴².

V.2-B

Descrevem-se também neste item V.2 os repasses de numerário efetuados pela **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA** diretamente para a pessoa jurídica COSTA GLOBAL CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., de propriedade de **PAULO ROBERTO COSTA**.

Para justificar os repasses diretos a **PAULO ROBERTO COSTA**, foi celebrado

elemento, junto com os demais, a corroborar as conclusões aqui expostas, no sentido de movimentação de valores por serviços relativos a obra da PETROBRAS não prestados à SANKO SIDER e, em seguida, transferência de valores para a MO.

41 Ilustrativo dessa correspondência o gráfico da p. 29 do LAUDO 1786/2014-SETEC/SR/DPF/PR (Doc 42).

42 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **ALBERTO YOUSSEF** no processo criminal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – Doc 13:

"[...]"

Juiz Federal: - Mas a Sanko mesmo assim fornecia, vamos dizer, produtos pra Camargo?

Interrogado: -Sim, a Sanko forneceu praticamente todo o material de tubulação e conexão pra obra da RNEST, da Camargo, que foi, se eu não me engano, a obra de Coque. E, devido a ter ganhado este direito de fazer o fornecimento, foi pedido a Sanko que fizesse um repasse para que eu pudesse pagar os agentes públicos e Paulo Roberto Costa.

Juiz Federal: - Isso foi feito através das notas de prestação de serviços da Sanko?

Interrogado: -Na verdade, parte desses valores foram feitos através de nota de serviço, parte realmente os serviços foram executados. O que eu quero dizer ao senhor é o seguinte, a Vossa Excelência, que realmente a Sanko executou esses serviços. Realmente a Sanko forneceu os equipamentos pra Camargo Correia, mas foi colocado um acréscimo nesse valor das notas de serviço pra que ele pudesse me fazer o repasse.

"[...]"

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

contrato entre a **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA** e a **COSTA GLOBAL CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA**⁴³.

Conforme o depoimento judicial nos autos nº 5026212.82.2014.404.7000, **PAULO ROBERTO COSTA** afirmou que tal avença foi utilizada tão somente para dissimular a origem ilícita de vantagens indevidas "atrasadas" referente à época em que ele ocupava o cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras⁴⁴.

⁴³ Doc 44.

⁴⁴ Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **PAULO ROBERTO COSTA** no processo criminal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**:

"[...]

Ministério Público Federal: - Sim. Nós temos aqui uma planilha que foi apreendida no escritório, relacionando contratos da Costa Global, ela está nos autos 5014901-92.2014.404.7000, evento 42 do anexo 8, ela menciona um contrato que teria sido firmado entre a Costa Global e a Construtora Comércio Camargo Corrêa, no valor de 100 mil reais mensais por 30 meses. Esse contrato especificamente ele foi um contrato que visou o recebimento de propinas pelo senhor após a saída da Diretoria de Abastecimento?

Interrogado: -Sim. Com exceção de uma consultoria que eu prestei a Camargo Corrêa, que eu avaliei alguma coisa como 100 mil reais, o restante, a resposta é sim.

Ministério Público Federal: - Existe também um outro contrato que relaciona a construtora Camargo Corrêa, de número 10 dessa planilha que é no valor, foi celebrado um pouco antes, no valor de 6 mil reais por 12 meses. Seria esse que o senhor se refere?

Interrogado: -Não. Fora esse, teve esse de consultoria, que é um valor muito pequeno, mas daquele de 3 milhões aproximadamente 100 milhões foi, 100 milhões... de 3 milhões, aproximadamente 100 mil foi trabalho realizado.

Ministério Público Federal: - E desse valor de três milhões, o senhor pode dizer se parte desse valor adveio de recursos recebidos pela Camargo Corrêa na obra da refinaria Abreu e Lima?

Interrogado: -Eu não posso garantir que seja só Abreu e Lima, porque a Camargo Corrêa prestou serviço a várias outras obras da Petrobras, eu não tenho como dar essa resposta porque essa informação eu não tenho.

Ministério Público Federal: - Vou reformular ela então. O senhor, esse cálculo do percentual que era devido ao senhor, depois da saída da Diretoria de Abastecimento, ele foi efetuado de acordo com as obras que ainda estavam em andamento, seria isso?

Interrogado: -É, vamos pegar o exemplo específico aí da Camargo Corrêa. Camargo Corrêa estava executando o serviço dentro da refinaria Abreu e Lima. Quando eu saí da Petrobras, em abril de 2012, a refinaria Abreu e Lima estava com cerca de 30% realizado. 70% foi realizado depois da minha saída de lá. Obviamente, que após eu sair da Petrobras, 1 ninguém mais, não houve mais, aporte nenhum para mim. Vamos dizer, de abril de 2012 para frente, em relação a coisas que estavam sendo realizadas daquela data para frente. Esses depósitos são coisas que foram realizadas para trás. Então eram pendências não realizadas até abril de 2012. Não teve depois de abril de 2012, eu não era mais diretor, a Camargo Corrêa ou qualquer empresa não ia fazer nenhum repasse para mim se eu não era mais diretor da companhia. Então, todos esses repasses eram referentes a serviços realizados anteriores a abril de 2012.

Ministério Público Federal: - E o cálculo desse repasse era efetuado de acordo com o que o senhor falou, tão logo a empreiteira recebia o pagamento da Petrobras, era deduzido 1% e distribuído na forma que o senhor explicitou, seria isso?

Interrogado: -Perfeito. Normalmente dez dias, uma semana, aproximadamente isso.

Ministério Público Federal: - Esse valor de três milhões eram referentes a pagamentos que tinham sido efetuados a Camargo Corrêa antes da sua saída da Diretoria de Abastecimento,



Por força do referido contrato fictício com a COSTA GLOBAL, a **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA** pagou a **PAULO ROBERTO COSTA** vantagens indevidas no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

V.2-C

EM SUMA, para promover o pagamento das vantagens indevidas ajustadas nos contratos descritos no item V.1, a **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA**, com a utilização das contas de passagens da **SANKO SIDER** e **SANKO SERVIÇOS**, repassou a quantia de **R\$ 36.218.387,75** (trinta e seis milhões, duzentos e dezoito mil, trezentos e oitenta e sete reais, e setenta e cinco centavos), a título de vantagens indevidas para **PAULO ROBERTO COSTA**.

Para tanto as pessoas jurídicas **SANKO SIDER** e **SANKO SERVIÇOS** receberam pagamentos superfaturados do **CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORRÊA** e da **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA** e posteriormente efetuaram ao menos 128 repasses dos valores excedentes para as empresas de fachada operadas por **ALBERTO YOUSSEF**.

Acrescente-se também o fato de ter sido firmado pela **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA** um contrato com a pessoa jurídica **COSTA GLOBAL**, que justificou ao menos 13 transações bancárias diretamente a **PAULO ROBERTO COSTA**, no valor total de **R\$ 2.875.022,00** (dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, vinte e dois reais).

Na época em que ocorreram os repasses por meio de transações bancárias, estavam vigentes diversos contratos da **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA** com a **PETROBRAS**, acima identificados e descritos (item V.1). A data de celebração com a **PETROBRAS** dos contratos e aditivos descritos acima variou de **07/07/2008**⁴⁵ a **15/02/2012**⁴⁶, enquanto os repasses para empresa de fachada, como se demonstrará, foram feitos de **23/07/2009** a **20/12/2013**.

mas que ainda não haviam sido repassados ao senhor.

Interrogado: -Perfeito.

Ministério Público Federal: - É, o senhor sabe dizer se esse pagamento de três milhões foi efetuado, até quando, integralmente ou parcialmente?

Interrogado: -Já foi efetuado, foi feito integral, até final de 2013 ainda tinha uma pendência, e foi quitado em final de 2013.

Ministério Público Federal: - Houve um adiantamento então, porque a previsão era de 30 meses após...

Interrogado: -Houve um adiantamento. Perfeito.

[...]"

45 Vide ICJ 0800.0043403.08.2, em mídia a ser depositada na secretaria.

46 Vide no **Doc 21** o aditivo referente ao ICJ 0800.0043403.08.2 celebrado em 15/02/2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



É certo que as transações bancárias identificadas até o momento não alcançam o montante de 1% dos contratos firmados entre a **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA** e a **PETROBRAS**. Não obstante, a **certeza da ocorrência dos pagamentos em relação a todos os contratos de interesse da Diretoria de Abastecimento com as empresas cartelizadas advém do conjunto das provas coligidas nos autos**.

A identificação das transações bancárias sem qualquer justificativa plausível, realizadas no período de vigência dos contratos acima mencionados, ainda que em valor menor que o montante total das vantagens indevidas recebidas em razão do cargo de **PAULO ROBERTO COSTA**, constitui mais uma prova de que os pagamentos realmente ocorreram da exata forma descrita por **PAULO ROBERTO COSTA** e **ALBERTO YOUSSEF**.

A seguir, são descritos os **repasses de numerário** efetuados pela **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA**, (a) via contas de passagem das empresas SANKO SIDER e SANKO SERVIÇOS, em favor da M.O. CONSULTORIA, EMPREITEIRA RIGIDEZ e GFD INVESTIMENTOS, (b) e em favor da COSTA GLOBAL, assim como os **contratos fraudulentos** e as **notas fiscais "frias"** utilizados para dissimular a verdadeira razão dos repasses.



1º a 93º REPASSES
Do CONSÓRCIO CNCC e da CAMARGO CORREA para EMPRESAS DE FACHADA
 Intermediados pela SANKO SIDER

A - Primeiramente, a CAMARGO CORREA repassa dinheiro para a SANKO SIDER
 Por meio da compra superfaturada de tubos e conexões e aquisição de serviços fictícios

A.1 - Pagamentos superfaturados efetuados pelo CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA (CNCC) em favor da SANKO SIDER

1º) 26/10/2010	R\$ 2.000.000,00
2º) 20/12/2010	R\$ 5.631.000,00
3º) 17/01/2011	R\$ 5.912.550,00
4º) 31/01/2011	R\$ 242.228,58
5º) 16/03/2011	R\$ 147.757,22
6º) 16/03/2011	R\$ 37.255,23
7º) 16/03/2011	R\$ 28.432,38
8º) 16/03/2011	R\$ 24.084,75
9º) 16/03/2011	R\$ 20.288,28
10º) 16/03/2011	R\$ 12.423,72
11º) 16/03/2011	R\$ 12.192,71
12º) 16/03/2011	R\$ 8.616,96
13º) 16/03/2011	R\$ 7.840,73
14º) 16/03/2011	R\$ 7.547,52
15º) 16/03/2011	R\$ 6.893,06
16º) 16/03/2011	R\$ 92.883,75
17º) 16/03/2011	R\$ 5.339,92
18º) 16/03/2011	R\$ 3.387,02
19º) 16/03/2011	R\$ 4.729,42
20º) 16/03/2011	R\$ 689,09
21º) 16/03/2011	R\$ 1.047,75
22º) 16/03/2011	R\$ 3.933,36
23º) 16/03/2011	R\$ 3.245,84
24º) 16/03/2011	R\$ 4.725,19
25º) 16/03/2011	R\$ 1.581,39
26º) 16/03/2011	R\$ 1.580,05
27º) 16/03/2011	R\$ 68.294,58
28º) 16/03/2011	R\$ 68.945,62
29º) 16/03/2011	R\$ 65.593,79
30º) 16/03/2011	R\$ 52.395,15
31º) 16/03/2011	R\$ 75.486,19
32º) 16/03/2011	R\$ 39.296,36
33º) 16/03/2011	R\$ 39.815,20
34º) 28/03/2011	R\$ 8.145.903,76
35º) 26/04/2011	R\$ 70.711,68
36º) 26/04/2011	R\$ 63.148,14
37º) 26/04/2011	R\$ 33.373,80
38º) 26/04/2011	R\$ 22.962,96
39º) 27/04/2011	R\$ 3.000.000,00
40º) 16/05/2011	R\$ 3.000.000,00
41º) 16/05/2011	R\$ 37.474,08
42º) 16/05/2011	R\$ 20.024,28
43º) 16/05/2011	R\$ 9.120,76
44º) 16/05/2011	R\$ 8.337,78
45º) 26/05/2011	R\$ 30.936,36
46º) 16/06/2011	R\$ 662.570,72
47º) 27/06/2011	R\$ 3.385.000,00
48º) 27/06/2011	R\$ 1.097.235,94
49º) 18/07/2011	R\$ 484.656,13
50º) 26/07/2011	R\$ 1.276.360,00
51º) 26/07/2011	R\$ 120.508,26
52º) 26/07/2011	R\$ 1.276.360,00
53º) 26/07/2011	R\$ 1.276.360,00
54º) 26/07/2011	R\$ 1.276.360,00
55º) 27/07/2011	R\$ 1.276.360,00
56º) 27/07/2011	R\$ 5.026.098,41
57º) 02/08/2011	R\$ 2.772.751,52
58º) 16/08/2011	R\$ 407.087,09
59º) 22/08/2011	R\$ 1.893.719,50
60º) 26/08/2011	R\$ 1.457.344,01
61º) 26/09/2011	R\$ 1.554.428,30
62º) 05/10/2011	R\$ 3.082.153,79
63º) 26/10/2011	R\$ 50.272,86
64º) 26/10/2011	R\$ 39.755,78
65º) 26/10/2011	R\$ 10.244,70
66º) 26/10/2011	R\$ 33.289,73
67º) 26/10/2011	R\$ 12.577,32
68º) 26/10/2011	R\$ 24.310,73
69º) 26/10/2011	R\$ 17.527,86
70º) 26/10/2011	R\$ 23.370,48
71º) 26/10/2011	R\$ 5.298,89
72º) 26/10/2011	R\$ 76.026,11
73º) 26/10/2011	R\$ 102.459,55
74º) 26/10/2011	R\$ 81.463,55
75º) 26/10/2011	R\$ 76.197,36
76º) 26/10/2011	R\$ 51.429,74
77º) 27/10/2011	R\$ 1.000.000,00
78º) 16/12/2011	R\$ 1.500.000,00
79º) 16/12/2011	R\$ 1.281.982,01
80º) 16/12/2011	R\$ 1.855.060,53



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

81º) 16/12/2011	R\$ 1.632.516,23
82º) 27/12/2011	R\$ 102.400,20
83º) 27/12/2011	R\$ 12.368,31
84º) 16/01/2012	R\$ 3.192.904,27
85º) 18/01/2012	R\$ 312.483,75
86º) 18/01/2012	R\$ 64.940,15
87º) 18/01/2012	R\$ 68.686,24
88º) 18/01/2012	R\$ 39.814,57
89º) 26/01/2012	R\$ 2.309.603,61
90º) 26/01/2012	R\$ 1.000.000,00
91º) 26/01/2012	R\$ 3.661.378,65
92º) 16/02/2012	R\$ 327.940,01
93º) 27/02/2012	R\$ 17.500,44
94º) 12/03/2012	R\$ 4.081.221,17
95º) 16/03/2012	R\$ 2.264.453,87
96º) 26/03/2012	R\$ 524.972,27
97º) 02/04/2012	R\$ 6.846.885,96
98º) 16/04/2012	R\$ 1.072.349,17
99º) 26/04/2012	R\$ 530.054,06
100º) 26/04/2012	R\$ 2.300.271,30
101º) 27/04/2012	R\$ 2.570.918,22
102º) 16/05/2012	R\$ 9.438,00
103º) 28/05/2012	R\$ 80.884,64
104º) 28/05/2012	R\$ 1.416.228,65
105º) 18/06/2012	R\$ 275.795,05
106º) 18/06/2012	R\$ 262.042,62
107º) 18/06/2012	R\$ 217.689,91
108º) 18/06/2012	R\$ 5.545,46
109º) 16/07/2012	R\$ 898.025,22
110º) 17/07/2012	R\$ 641.233,32
111º) 19/07/2012	R\$ 1.675.934,02
112º) 23/07/2012	R\$ 868.941,53
113º) 08/08/2012	R\$ 326.924,48
114º) 08/08/2012	R\$ 146.567,62
115º) 08/08/2012	R\$ 3.047.839,43
116º) 09/08/2012	R\$ 683.629,13
117º) 09/08/2012	R\$ 101.870,79
118º) 10/08/2012	R\$ 63.601,46
119º) 10/08/2012	R\$ 53.627,79
120º) 17/08/2012	R\$ 2.130.878,84
121º) 17/08/2012	R\$ 1.683.796,80
122º) 21/08/2012	R\$ 397.379,31
123º) 21/08/2012	R\$ 327.714,20
124º) 24/08/2012	R\$ 435.812,97
125º) 24/08/2012	R\$ 277.920,41
126º) 24/08/2012	R\$ 46.948,65
127º) 24/08/2012	R\$ 1.500.000,00
128º) 27/08/2012	R\$ 3.810.271,34
129º) 04/09/2012	R\$ 941.211,53
130º) 04/09/2012	R\$ 118.466,36
131º) 05/09/2012	R\$ 218.888,43
132º) 12/09/2012	R\$ 912.155,78
133º) 12/09/2012	R\$ 674.839,41
134º) 12/09/2012	R\$ 150.038,62
135º) 19/09/2012	R\$ 252.070,31
136º) 19/09/2012	R\$ 216.081,17
137º) 25/09/2012	R\$ 400.970,40
138º) 25/09/2012	R\$ 220.000,00
139º) 25/09/2012	R\$ 3.820.975,12
140º) 08/10/2012	R\$ 458.472,06
141º) 08/10/2012	R\$ 454.994,82
142º) 16/10/2012	R\$ 851.000,00
143º) 16/10/2012	R\$ 825.511,00
144º) 16/10/2012	R\$ 130.090,87
145º) 16/10/2012	R\$ 3.081.000,00
146º) 16/10/2012	R\$ 1.098.000,00
147º) 16/10/2012	R\$ 1.663.500,00
148º) 30/10/2012	R\$ 2.455.326,22
149º) 30/10/2012	R\$ 3.269,99
150º) 30/10/2012	R\$ 2.665,34
151º) 30/10/2012	R\$ 2.814,77
152º) 30/10/2012	R\$ 360,08
153º) 30/10/2012	R\$ 3.599,22
154º) 08/11/2012	R\$ 2.453.411,93
155º) 14/11/2012	R\$ 2.544.417,86
156º) 23/11/2012	R\$ 504.304,41
157º) 05/12/2012	R\$ 891.827,30
158º) 05/12/2012	R\$ 789.624,20
159º) 05/12/2012	R\$ 521.505,10
160º) 05/12/2012	R\$ 2.446.556,07
161º) 17/12/2012	R\$ 1.861.394,81
162º) 21/12/2012	R\$ 1.779.082,32
163º) 21/12/2012	R\$ 6.112.069,57
164º) 09/01/2013	R\$ 3.655.205,19
165º) 09/01/2013	R\$ 2.728.993,11
166º) 09/01/2013	R\$ 1.365.790,03
167º) 09/01/2013	R\$ 1.301.344,28
168º) 09/01/2013	R\$ 426.712,93
169º) 04/02/2013	R\$ 1.200.008,11
170º) 15/02/2013	R\$ 2.001.350,27

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



171*) 05/03/2013	R\$ 3.009.613,70
172*) 13/03/2013	R\$ 5.831.258,04
173*) 14/05/2013	R\$ 740.650,00
174*) 18/06/2013	R\$ 2.348.523,72
175*) 18/07/2013	R\$ 325.085,68
176*) 18/07/2013	R\$ 248.492,65
177*) 30/07/2013	R\$ 40.508,97
178*) 30/07/2013	R\$ 33.757,48
179*) 02/09/2013	R\$ 122.728,12
180*) 23/10/2013	R\$ 74.305,40
181*) 23/10/2013	R\$ 5.291,30
182*) 26/12/2013	R\$ 2.000.000,00
Total	R\$ 184.341.013,42

A.2 - Pagamentos superfaturados efetuados pela CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA em favor da SANKO SIDER

1*) 29/01/2009	R\$ 16.124,87
2*) 26/06/2009	R\$ 5.033,70
3*) 26/06/2009	R\$ 17.707,20
4*) 22/07/2009	R\$ 3.600.000,00
5*) 28/09/2009	R\$ 840,66
6*) 26/10/2009	R\$ 1.504,40
7*) 18/03/2010	R\$ 147,00
8*) 18/03/2010	R\$ 8.240,40
9*) 27/12/2010	R\$ 753,75
Total	R\$ 3.650.351,98

Total dos pagamentos superfaturados efetuados pelo CONSÓRCIO CNCC e pela CAMARGO CORREA em favor da SANKO SIDER **R\$ 187.991.365,40**

B - Em seguida, a SANKO SIDER repassa o excedente de dinheiro para EMPRESAS DE FACHADA

O que é repassado equivale ao excedente dos pagamentos superfaturados explicitados no quadro acima

B.1 - Transferências bancárias da SANKO SIDER para a M.O. CONSULTORIA

1*) 23/07/2009	R\$ 1.501.600,00
2*) 02/09/2009	R\$ 35.000,00
3*) 08/09/2009	R\$ 4.990,00
4*) 08/09/2009	R\$ 4.990,00
5*) 08/09/2009	R\$ 70,00
6*) 08/09/2009	R\$ 4.990,00
7*) 08/09/2009	R\$ 4.990,00
8*) 08/09/2009	R\$ 4.990,00
9*) 08/09/2009	R\$ 4.990,00
10*) 08/09/2009	R\$ 4.990,00
11*) 08/09/2009	R\$ 65.000,00
12*) 14/09/2009	R\$ 300.000,00
13*) 17/09/2009	R\$ 77.800,00
14*) 21/09/2009	R\$ 37.800,00
15*) 22/09/2009	R\$ 4.900,00
16*) 22/09/2009	R\$ 4.300,00
17*) 22/09/2009	R\$ 4.900,00
18*) 22/09/2009	R\$ 4.900,00
19*) 22/09/2009	R\$ 4.900,00
20*) 23/09/2009	R\$ 47.034,78
21*) 01/10/2009	R\$ 112.000,00
22*) 27/10/2010	R\$ 520.000,00
23*) 27/10/2010	R\$ 630.000,00
24*) 21/12/2010	R\$ 1.912.000,00
25*) 14/01/2011	R\$ 500.000,00
26*) 18/01/2011	R\$ 850.000,00
27*) 18/01/2011	R\$ 862.000,00
28*) 21/01/2011	R\$ 106.829,82
29*) 24/02/2011	R\$ 227.660,00
30*) 29/03/2011	R\$ 1.078.000,00
31*) 29/03/2011	R\$ 213.658,91
32*) 31/03/2011	R\$ 79.681,00
33*) 29/04/2011	R\$ 372.750,00
34*) 17/05/2011	R\$ 768.443,80
35*) 17/05/2011	R\$ 1.639.779,11
36*) 27/06/2011	R\$ 271.045,37
37*) 28/06/2011	R\$ 1.093.352,50
38*) 29/06/2011	R\$ 546.601,17
39*) 13/07/2011	R\$ 437.275,31
40*) 27/07/2011	R\$ 1.639.780,05
41*) 28/07/2011	R\$ 109.319,30
42*) 28/07/2011	R\$ 54.660,12
43*) 28/07/2011	R\$ 700.945,21
44*) 29/07/2011	R\$ 33.637,72
45*) 02/08/2011	R\$ 96.200,94
46*) 03/08/2011	R\$ 386.690,23
47*) 04/08/2011	R\$ 320.000,00
48*) 04/08/2011	R\$ 96.755,94



49º) 25/08/2011	R\$ 131.183,53
50º) 26/08/2011	R\$ 317.025,30
51º) 26/08/2011	R\$ 278.489,55
52º) 29/08/2011	R\$ 1.322.755,69
53º) 29/08/2011	R\$ 765.234,13
54º) 29/08/2011	R\$ 874.569,38
55º) 19/10/2011	R\$ 938.500,00
56º) 20/12/2011	R\$ 649.462,93
57º) 20/01/2012	R\$ 649.462,93
58º) 28/03/2012	R\$ 43.856,11
Total	R\$ 23.752.740,83

B.2 - Transferências bancárias da SANKO SIDER para a EMPREITEIRA RIGIDEZ	
1º) 21/12/2010	R\$ 935.000,00
2º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
3º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
4º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
5º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
6º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
7º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
8º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
9º) 07/01/2011	R\$ 1.000,00
10º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
11º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
12º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
13º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
14º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
15º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
16º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
17º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
18º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
19º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
20º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
21º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
22º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
23º) 07/01/2011	R\$ 4.900,00
24º) 07/01/2011	R\$ 44.000,00
25º) 07/01/2011	R\$ 7.000,00
26º) 07/01/2011	R\$ 200.000,00
27º) 10/01/2011	R\$ 15.100,00
28º) 02/08/2011	R\$ 500.000,00
29º) 03/08/2011	R\$ 500.000,00
30º) 04/08/2011	R\$ 1.181.074,00
Total	R\$ 3.486.074,00

B.3 - Transferências bancárias da SANKO SIDER para a GFD INVESTIMENTOS	
1º) 28/10/2011	R\$ 525.560,00
2º) 19/12/2011	R\$ 1.618.912,50
3º) 20/01/2012	R\$ 280.000,00
4º) 13/03/2012	R\$ 500.000,05
5º) 20/03/2012	R\$ 200.000,46
Total	R\$ 3.124.473,01

Total dos repasses efetuados pela SANKO SIDER para EMPRESAS DE FACHADA em nome do CONSÓRCIO CNCC e da CAMARGO CORRÊA	
	R\$ 30.363.287,84

Observações:

1. O CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORRÊA (CNCC) é composto por CAMARGO CORRÊA (90%) e CNEC (10%).
2. O laudo pericial nº 1786/2014 (Doc 42), às fls. 24/25 constatou irregularidades na relação entre a SANKO SIDER e o CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORRÊA, tais como pagamentos injustificados e pagamentos em duplicidade. O laudo também aponta uma possível fraude na aprovação da SANKO SIDER como fornecedora da PETROBRAS.
3. O referido laudo também identificou que R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) depositados no dia 22/07/2009 pela CONSTRUÇÕES CAMARGO CORRÊA S/A para a SANKO SIDER se referem a valores indevidos provenientes da REPAR, conforme tabela apreendida no curso das investigações, sendo certo que, deste valor, R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais) foram logo na sequência repassados para a M.O. CONSULTORIA.

Fontes:

1. Docs 45 e 12 (Repasses da SANKO SIDER para as empresas de fachada operadas por YOUSSEF)
2. Doc 46 (Relatório SPEA 53/2014, análise da documentação bancária da SANKO SIDER)
3. Doc 47 (Relatório SPEA 41/2013, análise da documentação bancária da GFD INVESTIMENTOS)
4. Doc 42 (Laudo nº 1.786/2014 elaborado pela Polícia Federal nos Autos nº 5026212.82.2014.404.7000 para analisar as atividades comerciais e movimentações bancárias das empresas do GRUPO SANKO)
5. Doc 48 (Análise da documentação bancária da M.O. CONSULTORIA)



94º a 128º REPASSES
Do CONSÓRCIO CNCC para a M.O. CONSULTORIA
Intermediados pela SANKO SERVIÇOS

A - Primeiramente, o CAMARGO CORREA repassa o dinheiro para a SANKO SERVIÇOS
Por meio do pagamento por serviços fictícios

A.1 - Pagamentos efetuados pelo CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA (CNCC) em favor da SANKO SERVIÇOS por serviços fictícios

1º) 18/10/2011	R\$ 1.500.000,00
2º) 18/10/2011	R\$ 4.000.000,00
3º) 27/10/2011	R\$ 2.910.950,00
4º) 16/04/2012	R\$ 1.830.075,00
5º) 26/09/2012	R\$ 938.500,00
Total	R\$ 11.179.525,00

B - Em seguida, a SANKO SERVIÇOS repassa o dinheiro para EMPRESAS DE FACHADA

B.1 - Transferências bancárias da SANKO SERVIÇOS para a M.O. CONSULTORIA

1º) 22/03/2012	R\$ 556.149,00
2º) 27/04/2012	R\$ 281.550,00
3º) 27/04/2012	R\$ 170.000,00
4º) 30/04/2012	R\$ 281.550,00
5º) 15/05/2012	R\$ 40.433,55
6º) 11/07/2012	R\$ 26.000,00
7º) 23/07/2012	R\$ 163.978,47
8º) 05/10/2012	R\$ 407.212,33
9º) 08/07/2013	R\$ 291.224,16
10º) 10/07/2013	R\$ 94.949,92
11º) 01/08/2013	R\$ 168.000,00
12º) 01/08/2013	R\$ 58.000,00
13º) 01/08/2013	R\$ 18.704,49
14º) 06/08/2013	R\$ 79.763,11
15º) 09/08/2013	R\$ 140.000,00
16º) 11/12/2013	R\$ 4.999,99
17º) 11/12/2013	R\$ 4.999,99
18º) 11/12/2013	R\$ 4.999,99
19º) 11/12/2013	R\$ 4.999,99
20º) 11/12/2013	R\$ 4.999,99
21º) 11/12/2013	R\$ 4.999,99
22º) 11/12/2013	R\$ 4.999,99
23º) 11/12/2013	R\$ 4.999,99
24º) 11/12/2013	R\$ 4.999,99
25º) 11/12/2013	R\$ 4.999,99
26º) 19/12/2013	R\$ 50.000,00
27º) 20/12/2013	R\$ 57.707,32
Total	R\$ 2.935.222,25

B.2 - Transferências bancárias da SANKO SERVIÇOS para a GFD INVESTIMENTOS

1º) 02/05/2012	R\$ 656.950,00
2º) 13/06/2012	R\$ 457.518,75
3º) 20/07/2012	R\$ 700.000,00
4º) 31/07/2012	R\$ 163.000,01
5º) 19/10/2012	R\$ 400.000,00
6º) 15/03/2013	R\$ 350.060,50
7º) 18/03/2013	R\$ 92.348,40
8º) 19/12/2013	R\$ 100.000,00
Total	R\$ 2.919.877,66

Total dos repasses efetuados pela SANKO SERVIÇOS para EMPRESAS DE FACHADA em nome do CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA (CNCC) **R\$ 5.855.099,91**

Observações:

1. O CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA (CNCC) é composto por CAMARGO CORREA (90%) e CNEC (10%).
2. Atente-se que a SANKO SERVIÇOS DE PESQUISA E MAPEAMENTO LTDA se encontrava inativa até 31/12/2010 e tinha um modesto capital social de R\$ 3.000,00 (três mil reais). A utilização desta pessoa jurídica como empresa de fachada fica ainda mais evidente quando se constata que em 2011 o CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA foi o único depositante da SANKO SERVIÇOS, que, por sua vez, repassou grande parte desse valor para a M.O. CONSULTORIA.

Fontes:

1. Docs 45 e 12 (Repasse da SANKO SERVIÇOS para as empresas de fachada operadas por YOUSSEF)
2. Doc 49 (Relatório SPEA 39/2014, análise da documentação bancária da SANKO SERVIÇOS)
3. Doc 47 (Relatório SPEA 41/2013, análise da documentação bancária da GFD INVESTIMENTOS)
4. Doc 42 (Laudo nº 1.785/2014 elaborado pela Polícia Federal nos Autos nº 5026212.82.2014.404 7000 para analisar as atividades comerciais e movimentações bancárias das empresas do GRUPO SANKO)
5. Doc 48 (Análise da documentação bancária da M.O. CONSULTORIA)



129º a 141º REPASSES
Da CAMARGO CORREA para a COSTA GLOBAL

A - Contratação fraudulenta da COSTA GLOBAL

Para dissimular a verdadeira razão dos repasses

A.1 - Data de assinatura do contrato

Contrato de prestação de serviços	10/09/2012
Prazo	1 ano
Termo aditivo	26/03/2013
Prazo	30 meses, porém foi encerrado antecipadamente, em 04/12/2013, com obrigação de pagamento do saldo remanescente, conforme Termo de Encerramento

A.2 - Signatários do contrato

Contrato de prestação de serviços	
DALTON SANTOS AVANCINO	CAMARGO CORREA
EDUARDO HERMELINO LEITE	CAMARGO CORREA
PAULO ROBERTO COSTA	COSTA GLOBAL
Termo aditivo	
MARCELO STURLINI BISORDI	CAMARGO CORREA
EDUARDO HERMELINO LEITE	CAMARGO CORREA
PAULO ROBERTO COSTA	COSTA GLOBAL

A.3 - Objeto fictício do contrato

Contrato de prestação de serviços	Prestação, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, de serviços de assessoria no desenvolvimento de projetos e novos mercados de atuação da CONTRATANTE no segmento de óleo e gás, no Brasil e no exterior, por meio da participação em reuniões internas da CONTRATANTE e em processos deliberativos da alta gerência, diretoria e presidência da CONTRATANTE, notadamente naqueles relacionados ao planejamento estratégico da CONTRATANTE.
Termo aditivo	Prestação de serviços de assessoria relacionada ao segmento de MANUTENÇÃO OFFSHORE, no Brasil e no exterior, compreendendo: (i) elaboração de estudos e pareceres (ii) Identificação de empresas, nacionais e/ou estrangeiras, visando estabelecimento de parcerias (iii) Identificação de local adequado para apoio à execução dos serviços (iv) Participação do processo de análise de riscos da CONTRATANTE, quando solicitado, fruto de eventual participação da mesma em concorrência cujo objeto seja manutenção offshore

A.4 - Valor do contrato

Contrato de prestação de serviços	R\$ 72.000,00 (em 12 parcelas mensais)
Termo aditivo	R\$ 3.000.000 (em 30 parcelas mensais)
Valor total do contrato	R\$ 3.072.000,00



B - Emissão de notas fiscais frias pela COSTA GLOBAL

B.1 - Notas fiscais referentes ao contrato de prestação de serviços

1ª) 2	(02/10/2012)	R\$ 6.000,00
2ª) 5	(05/11/2012)	R\$ 6.000,00
3ª) 9	(14/12/2012)	R\$ 6.000,00
4ª) 12	(17/01/2013)	R\$ 6.000,00
5ª) 17	(22/02/2013)	R\$ 6.000,00
6ª) 20	(12/03/2013)	R\$ 6.000,00
7ª) 23	(01/04/2013)	R\$ 6.000,00
8ª) 33	(02/05/2013)	R\$ 6.000,00
9ª) 49	(03/06/2013)	R\$ 6.000,00
10ª) 61	(02/07/2013)	R\$ 6.000,00
11ª) 85	(02/08/2013)	R\$ 6.000,00
12ª) 94	(09/09/2013)	R\$ 6.000,00

B.2 - Notas fiscais referentes ao termo aditivo

1ª) 26	(08/04/2013)	R\$ 100.000,00
2ª) NF de 05/2013	não foi apresentada	R\$ 100.000,00
3ª) NF de 06/2013	não foi apresentada	R\$ 100.000,00
4ª) 60	(02/07/2013)	R\$ 100.000,00
5ª) 86	(02/08/2013)	R\$ 100.000,00
6ª) 93	(09/09/2013)	R\$ 100.000,00
7ª) NF de 10/2013	não foi apresentada	R\$ 100.000,00
8ª) 113	(22/11/2013)	R\$ 100.000,00
9ª) 129	(10/12/2013)	R\$ 2.200.000,00

Valor total das notas R\$ 3.072.000,00

C - Repasses da CAMARGO CORREA para a COSTA GLOBAL

Conforme informações prestadas pela própria CAMARGO CORRÊA

C.1 - Repasses referentes ao contrato de prestação de serviços

1ª) outubro/2012	R\$ 5.331,00
2ª) novembro/2012	R\$ 5.331,00
3ª) dezembro/2012	R\$ 5.331,00
4ª) janeiro/2013	R\$ 5.331,00
5ª) março/2013	R\$ 10.662,00
6ª) abril/2013	R\$ 98.831,00
7ª) maio/2013	R\$ 94.181,00
8ª) junho/2013	R\$ 5.631,00
9ª) julho/2013	R\$ 193.031,00
10ª) agosto/2013	R\$ 99.481,00
11ª) setembro/2013	R\$ 93.850,00
12ª) outubro/2013	R\$ 99.481,00
13ª) dezembro/2013	R\$ 2.158.550,00

Valor total dos repasses R\$ 2.875.022,00

Observações:

1. O valor total dos repasses é menor do que o valor total das notas e do contrato porque nos repasses são descontados os tributos relativos ao IRFONTE, PIS/COFINS e CSLL.

Fonte:

1. Doc 44 (Documentos referentes à relação entre a CAMARGO CORRÊA e a COSTA GLOBAL - contrato, termo aditivo, termo de encerramento, notas fiscais e esclarecimentos)
2. Doc 18 (Informação SPEA 123/2014, transferências bancárias para a COSTA GLOBAL)

Nesse mesmo período, a **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA** estava executando com a PETROBRAS os contratos e aditivos identificados no item V.1 acima, tendo pago ao menos 1% dos respectivos valores a **PAULO ROBERTO COSTA**, que auferiu indevidamente essa vantagem.

50 dc 96

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



18/01/2011	R\$ 850.000,00
18/01/2011	R\$ 852.000,00
21/01/2011	R\$ 106.829,82
24/02/2011	R\$ 227.660,00
29/03/2011	R\$ 1.078.000,00
29/03/2011	R\$ 213.658,91
31/03/2011	R\$ 79.681,00
29/04/2011	R\$ 372.750,00
17/05/2011	R\$ 768.443,80
17/05/2011	R\$ 1.639.779,11
27/06/2011	R\$ 271.045,37
28/06/2011	R\$ 1.093.352,50
29/06/2011	R\$ 546.601,17
19/07/2011	R\$ 437.275,31
27/07/2011	R\$ 1.639.780,05
28/07/2011	R\$ 109.319,30
28/07/2011	R\$ 54.660,12
28/07/2011	R\$ 700.945,21
29/07/2011	R\$ 33.637,72
02/08/2011	R\$ 96.200,94
02/08/2011	R\$ 500.000,00
03/08/2011	R\$ 386.690,23
03/08/2011	R\$ 500.000,00
04/08/2011	R\$ 320.000,00
04/08/2011	R\$ 96.755,94
04/08/2011	R\$ 1.181.074,00
25/08/2011	R\$ 131.183,53
26/08/2011	R\$ 317.025,30
26/08/2011	R\$ 278.489,55
29/08/2011	R\$ 1.322.755,69
29/08/2011	R\$ 765.234,13
29/08/2011	R\$ 874.569,38
19/10/2011	R\$ 938.500,00
28/10/2011	R\$ 525.560,00
19/12/2011	R\$ 1.618.912,50
20/12/2011	R\$ 649.462,93
20/01/2012	R\$ 649.462,93
20/01/2012	R\$ 280.000,00
13/03/2012	R\$ 500.000,05
20/03/2012	R\$ 200.000,46
22/03/2012	R\$ 556.149,00
28/03/2012	R\$ 43.856,11
27/04/2012	R\$ 281.550,00
27/04/2012	R\$ 170.000,00
30/04/2012	R\$ 281.550,00
02/05/2012	R\$ 656.950,00
15/05/2012	R\$ 40.433,55
13/06/2012	R\$ 457.518,75
11/07/2012	R\$ 26.000,00
20/07/2012	R\$ 700.000,00
23/07/2012	R\$ 163.978,47
31/07/2012	R\$ 163.000,01
outubro/2012	R\$ 5.331,00
05/10/2012	R\$ 407.212,33
19/10/2012	R\$ 400.000,00
novembro/2012	R\$ 5.331,00
dezembro/2012	R\$ 5.331,00
janeiro/2013	R\$ 5.331,00
março/2013	R\$ 10.662,00
15/03/2013	R\$ 350.060,50
18/03/2013	R\$ 92.348,40
abril/2013	R\$ 98.831,00
maio/2013	R\$ 94.181,00
junho/2013	R\$ 5.631,00
julho/2013	R\$ 193.031,00
08/07/2013	R\$ 291.224,16
10/07/2013	R\$ 94.949,92
01/08/2013	R\$ 168.000,00
01/08/2013	R\$ 58.000,00
01/08/2013	R\$ 18.704,49
agosto/2013	R\$ 99.481,00
06/08/2013	R\$ 79.763,11
09/08/2013	R\$ 140.000,00
setembro/2013	R\$ 93.850,00
outubro/2013	R\$ 99.481,00
dezembro/2013	R\$ 2.158.550,00
11/12/2013	R\$ 4.999,99
11/12/2013	R\$ 4.999,99
11/12/2013	R\$ 4.999,99
11/12/2013	R\$ 4.999,99
11/12/2013	R\$ 4.999,99
11/12/2013	R\$ 4.999,99
11/12/2013	R\$ 4.999,99
11/12/2013	R\$ 4.999,99
11/12/2013	R\$ 4.999,99
19/12/2013	R\$ 50.000,00
19/12/2013	R\$ 100.000,00
20/12/2013	R\$ 57.707,32
TOTAL	R\$ 39.093.409,75



VI – INDIVIDUALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL DAS CONDUTAS.

A Constituição Federal, no capítulo pertinente à Administração Pública, estabelece que *“os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”* (art. 37, parágrafo 4º).

Com vistas à materialização do dispositivo constitucional supra, foi editada a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, que dispôs sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos, nos casos de improbidade no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.

A mencionada lei contempla, basicamente, três categorias de atos de improbidade administrativa: 1) atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; 2) atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário; 3) atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.

Vale observar que são punidos também pela Lei de Improbidade Administrativa **os terceiros que, não se qualificando como agentes públicos, concorrem e/ou se beneficiam direta ou indiretamente com os atos de improbidade administrativa praticados por agente público**, nos termos do artigo 3º da Lei 8.429/92.

Em síntese, os requeridos praticaram ato de improbidade administrativa que importou em enriquecimento ilícito, causou dano ao erário e ofendeu os princípios da Administração Pública.

Os atos de improbidade administrativa praticados pelo réu **PAULO ROBERTO COSTA**, para os quais concorreram e se beneficiaram os demais réus, já foram amplamente descritos nos tópicos anteriores desta peça.

Neste item, sinteticamente indica-se a responsabilidade de cada um dos réus nos fatos, a fim de facilitar a compreensão de sua participação.

VI.1 – PAULO ROBERTO COSTA:

O réu **PAULO ROBERTO COSTA** aceitou e recebeu promessas de pagamento de vantagens indevidas pelas empresas contratadas pela Petrobras, tendo sido



fundamental para a consecução dos atos ímprobos sua qualidade de Diretor de Abastecimento da PETROBRAS S/A no período de 2004 a abril de 2012, pois nessa condição ele zelou pelos interesses das empresas cartelizadas em procedimentos licitatórios e contratos no âmbito desta Estatal.

A propósito, esclareceu o réu, em depoimento prestado nos autos da Ação Penal 5026212-82.2014.404.7000, que nos contratos vinculados à Diretoria de Abastecimento da Petrobras era praxe o pagamento de vantagens indevidas pelas empreiteiras⁴⁷.

O **elemento doloso** das condutas ímprobas se clarifica, portanto, com a confissão de **PAULO ROBERTO COSTA** no sentido de que consciente e voluntariamente recebia as vantagens indevidas por parte das empreiteiras que contratavam com a Petrobras.

Assim, consoante descrito no item V.1 desta peça, **PAULO ROBERTO COSTA** recebeu vantagens indevidas correspondentes a 1% dos contratos de interesse da Diretoria de Abastecimento firmados pela PETROBRAS com a **CONSTRUTORA CAMARGO**

⁴⁷ Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **PAULO ROBERTO COSTA** no processo criminal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**:

[...]

Juiz Federal: - Mas e quem, como chegou, como foi definido esse 3%, esse repasse, foi algo que precedeu a sua ida para lá ou surgiu no decorrer?

Interrogado: -Possivelmente já acontecia antes de eu ir pra lá. Possivelmente já acontecia antes, porque essas empresas já trabalham para Petrobras há muito tempo. E como eu mencionei anteriormente, as indicações de diretoria da Petrobras, desde que me conheço como Petrobras, sempre foram indicações políticas. Na minha área, os dois primeiros anos, 2004 e 2005, praticamente a gente não teve obra. Obras muito pe..., de pouco valor porque a gente não tinha orçamento, não tinha projeto. Quando começou a ter os projetos pra obras de realmente maior porte, principalmente, inicialmente, na área de qualidade de derivados, qualidade da gasolina, qualidade do diesel, foi feito em praticamente todas as refinarias grandes obras para esse, com esse intuito, me foi colocado lá pelas, pelas empresas, e também pelo partido, que dessa média de 3%, o que fosse de Diretoria de Abastecimento, 1% seria repassado para o PP. E os 2% restantes ficariam para o PT dentro da diretoria que prestava esse tipo de serviço que era a Diretoria de Serviço.

[...]

Juiz Federal: - Mas isso em cima de todo o contrato que...

Interrogado: -Não.

Juiz Federal: - Celebrado pela Petrobras?

Interrogado: -Não. Em cima desses contratos dessas empresas do cartel.

Juiz Federal: - Do cartel.

[...]"

No mesmo sentido, o interrogatório de **YOUSSEF**:

[...]

Interrogado: -Sim senhor, Vossa Excelência. Mas toda empresa que... desse porte maior, ela já sabia que qualquer obra que ela fosse fazer, na área de Abastecimento da Petrobrás, ela tinha que pagar o pedágio de 1%.

[...]"



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CORRÊA, no valor de ao menos **R\$ 60.385.480,53** (sessenta milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais, e cinquenta e três centavos).

Em suma, o requerido **PAULO ROBERTO COSTA** praticou **atos de improbidade administrativa que consubstanciam enriquecimento ilícito** (art. 9º da Lei 8.429/92) porque:

a) recebeu vantagem indevida, para si e para terceiros⁴⁸, decorrente do exercício de Diretor de Abastecimento da Petrobras, no valor de R\$ 60.385.480,53 (sessenta milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais, e cinquenta e três centavos) (art. 9º, *caput* e inciso VII, da Lei 8.429/92)⁴⁹;

b) recebeu tais vantagens da **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA**, empresa que tinha interesse com ampla potencialidade de ser amparado por ações ou omissões suas (art. 9º, I, da Lei 8.429/92)⁵⁰;

c) recebeu tais vantagens para omitir-se nos deveres que decorriam de seu ofício, sobretudo o dever de imediatamente informar irregularidades e adotar as providências cabíveis em seu âmbito de atuação (art. 9º, X, da Lei 8.429/92)⁵¹.

As condutas do requerido em auferir vantagens indevidas também

48 A locução do artigo 9º, inciso I da Lei 8.429/92 aponta que o enriquecimento ilícito ocorre quando a agente recebe a **vantagem indevida, PARA SI OU PARA OUTREM**.

49 (Lei 8.429/92) "Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

[...]

VII - adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;

[...]"

50 (Lei 8.429/92) "Art. 9º [...]:

[...]

I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

[...]"

51 (Lei 8.429/92) "Art. 9º [...]:

[...]

X - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

[...]"



caracterizam, por consequência, **atos de improbidade administrativa que acarretaram danos ao erário no valor de R\$ 60.385.480,53** (sessenta milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais, e cinquenta e três centavos) (**artigo 10 da Lei 8.429/92**)⁵².

Também evidente que as condutas importaram em **atos de improbidade por ofensa aos princípios administrativos (art. 11, Lei 8.429/92)**, notadamente os princípios da legalidade e da moralidade, e os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

Destaque-se, nesse sentido, que **PAULO ROBERTO COSTA** violou inúmeros princípios éticos do Sistema Petrobras constantes do Código de Ética da empresa, a que todos os funcionários da Petrobras estão sujeitos, quais sejam, o dever de honestidade, de integridade, de lealdade, de legalidade, de impessoalidade, de transparência, bem como se desviou da missão, da visão e dos valores instituídos explicitamente na estratégia corporativa da empresa (itens III, IV, V, VII do Código de Ética). Violou ainda o item 8.8 do referido Código de Ética referido, ao infringir o dever de *"recusar quaisquer práticas de corrupção e propina"*⁵³.

Por fim, objetiva-se, nesta demanda, o provimento declaratório da sujeição das condutas dolosas imputadas ao réu **PAULO ROBERTO COSTA** às hipóteses normativas dos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92, **sem a aplicação das sanções do artigo 12 da referida Lei**.

Os atos praticados pelo réu **PAULO ROBERTO COSTA**, descritos nesta ação, dão origem à constituição de uma **relação jurídica** entre o Estado e o autor do ato ilícito, consistente no direito de aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/92, tanto ao réu **PAULO ROBERTO COSTA** quanto aos terceiros que concorreram para a prática dos atos e deles se beneficiaram.

Portanto, esta ação objetiva, quanto a **PAULO ROBERTO COSTA**, a declaração da **existência da relação jurídica decorrente da sujeição das condutas de obter vantagens indevidas em razão do cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras**, de

52 Reitera-se que os atos concretos de frustração da licitude de cada processo licitatório e de contratação por preços superiores aos de mercado (art. 10, *caput*, V e VIII, da Lei 8.429/92), e o ressarcimento dos prejuízos causados por tais atos, serão objeto de ações autônomas.

53 **Doc 36** – Código de Ética do Sistema PETROBRAS.



lesar o patrimônio da companhia e de violar os princípios administrativos às hipóteses normativas da Lei 8.429/92.

Consoante expressamente autoriza o Código de Processo Civil, em seu art. 4º, I, *o interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica*, sendo ainda admissível a ação declaratória, nos termos do parágrafo único, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

Como se sabe, o pedido na ação de improbidade “comporta duas formulações: primeiramente, o pedido de que o juiz reconheça a conduta de improbidade (pedido originário, de natureza declaratória); depois, o pedido de que, sendo procedente a ação, sejam aplicadas ao réu as respectivas sanções (pedido subsequente, de natureza condenatória)”.⁵⁴

Assim, o pedido desta ação, em relação a **PAULO ROBERTO COSTA**, limita-se ao provimento declaratório acima mencionado, sem que seja formulado pedido de condenação nas sanções do art. 12 da Lei de Improbidade Administrativa.

Necessário esclarecer que a ausência de pedido condenatório decorre da **celebração de acordo de colaboração premiada com PAULO ROBERTO COSTA**.

No âmbito do referido acordo de colaboração premiada o réu **PAULO ROBERTO COSTA** renunciou, por serem produtos de atividade criminosa, a quaisquer direitos sobre valores mantidos em contas bancárias e investimentos no exterior, em qualquer país, inclusive mantidos no **Royal Bank of Canada em Cayman (aproximadamente USD 2,8 milhões)** sob os nomes dos familiares Marcio e Humberto) e os aproximadamente **USD 23 (vinte e três) milhões mantidos na Suíça** (em contas em nome de seus familiares Marici, Paulo Roberto e Arianna), controladas direta ou indiretamente por ele, ainda que mediante empresas *offshores* e familiares.⁵⁵

Além disso, a título de multa compensatória cível, o réu, no âmbito do referido acordo, comprometeu-se⁵⁶:

54 CARVALHO FILHO, Jose dos Santos. “Direito Administrativo - Manual de Direito Administrativo - - 24 ed - 2011.epub.” Livraria e Editora Lumen Juris Ltda. ”

55 Termo de Colaboração Premiada, Cláusula 6ª, **Doc 34**.

56 Termo de Colaboração Premiada, Cláusula 8ª, **Doc 34**.



a) a arcar com o valor de **R\$ 5.000.000,00** (cinco milhões de reais);

b) a entregar os seguintes bens que reconheceu serem produto ou proveito de atividade criminosa, ou seu equivalente em termos de valor: lancha COSTA AZUL, em nome da empresa SUNSET (**R\$ 1.100.000,00**); terreno adquiridos pela SUNSET, em Mangaratiba/RJ, matrícula 20721 (**R\$3.202.000,00**); valores apreendidos em sua residência quando da busca e apreensão (**R\$ 762.250,00, USD 181.495,00 e EUR 10.850,00**); bem como veículo EVOQUE recebido de Alberto Youssef (**R\$300.000,00**).

Ademais, somente em virtude do acordo de colaboração, o réu **PAULO ROBERTO COSTA** contribuiu para a **expansão das investigações**, que se debruçavam sobre condutas corruptas praticadas por um agente público e uma empresa, **para abarcar a apuração de condutas corruptas de diversos agentes públicos e diversas empresas, assim como a colheita de provas documentais e testemunhais do esquema criminoso**. Tal condição revelou ao MPF a ocorrência de danos ao erário em valores bem superiores ao inicialmente mensurado, e também possibilitará o ressarcimento de danos em valores notadamente superiores àqueles que seriam obtidos caso não fosse firmado o termo de colaboração.

Diante de tal cenário, o MPF entendeu, no caso concreto, que **tal acordo também abarcava as repercussões no campo da improbidade administrativa**, motivo pelo qual foi também submetido e homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, em seus efeitos cíveis⁵⁷.

A propósito, **Andrey Borges de Mendonça** trata da extensão dos efeitos da colaboração premiada para o âmbito da improbidade administrativa, apesar da redação do artigo 17, §1º da Lei 8.429/92 ⁵⁸:

Aqui, como lembra Vladimir Aras, podemos invocar o brocardo *ubi eadem ratio ibi eadem ius*. **Não há sentido em fornecer benefícios para alguém colaborar no âmbito criminal e esse mesmo agente ser punido pela Lei de Improbidade, exatamente em razão dos mesmos fatos. A incoerência na atuação estatal – reconhecendo benefícios em uma seara e negando em outra – demonstra até mesmo deslealdade do Poder Público com aquele que contribuiu para a**

57 Cf. Ofício nº 355/2015 (PR-PR-00002021/2015 e Extrato de Ata 852/5CCR – Doc. 37).

58 Mendonça, Andrey Borges de., *Roteiro de Colaboração Premiada*, São Paulo: Mimeo, 2012.

persecução dos agentes ímprobos, abrindo mão de seu direito a não se autoincriminar. Esta incoerência é reforçada quando a Ação de Improbidade se baseia justamente nos elementos desvelados pelo colaborador.

Ademais, estamos tratando de um benefício para o réu, de sorte que não há vedação ao uso de analogia em seu favor. Por fim, a interpretação teleológica nos conduz nesse mesmo sentido. É indubitoso que a vedação da lei de improbidade visa impedir que o interesse público seja lesionado. Porém, em casos de colaboração, sobretudo quando auxilia na recomposição no patrimônio público lesionado, o interesse público está sendo mais bem protegido, pois a Administração atingida é a mesma, as partes são as mesmas e o acordo acelera a reparação do dano causado ao erário e recuperação de ativos. Tanto isso é verdade que a Lei 9807/99 estabelece, como objetivo da colaboração, a recuperação total ou parcial do produto do crime, o que está em perfeita sintonia com o objetivo da ação de improbidade, conforme lembra Januário Paludo.

Assim, como lembra Vladimir Aras, há certa desproporcionalidade na aparente e absoluta vedação, por trazer desestímulo à cooperação e afronta à coesão sistêmica, atingindo o princípio da eficiência.

Destaque-se que em março de 2010, na Ação de Improbidade Administrativa n. 2006.50.01.009819-5113, que tramitou perante a Justiça Federal de Vitória/ES, aplicou-se a colaboração premiada no âmbito da improbidade administrativa aos réus Darci José Vedoin e Luiz Antônio Trevisan Vedoin. Segundo a Magistrada Federal, “a utilização da delação premiada, para fixação de sanção mínima, redução ou até afastamento de algumas das sanções, além de poder contribuir com as investigações e a instrução processual, mostra-se princípio de equidade e de igualdade jurídica, já que, em diversas outras situações legais, a renúncia ao direito constitucional de manter-se em silêncio converte-se em benefícios, com redução expressiva da sanção imposta”. No caso, a Juíza mitigou aos colaboradores a condenação ao pagamento de multa civil – que não possui caráter indenizatório, mas sim sancionatório.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



É de se ver também o que dispõe o art. 37 da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção⁵⁹, categoria na qual, *mutatis mutandis*, enquadram-se os atos de improbidade administrativa:

1. Cada Estado Parte adotará as medidas apropriadas para restabelecer as pessoas que participem ou que tenham participado na prática dos delitos qualificados de acordo com a presente Convenção que proporcionem às autoridades competentes informação útil com fins investigativos e probatórios e as que lhes prestem ajuda efetiva e concreta que possa contribuir a privar os criminosos do produto do delito, assim como recuperar esse produto.
2. Cada Estado Parte considerará a possibilidade de prever, em casos apropriados, a mitigação de pena de toda pessoa acusada que preste cooperação substancial à investigação ou ao indiciamento dos delitos qualificados de acordo com a presente Convenção.

O raciocínio é aplicável para a extensão dos efeitos penais de um acordo de colaboração à esfera cível, ainda que o contrário não possa ser feito. As normas penais, dado seu caráter fragmentário e residual, representam a tutela mais extrema dos bens jurídicos mais relevantes para a sociedade. Se uma sanção penal, mais grave, pode ser afastada ou mitigada para alcançar um bem maior, uma penalidade menos grave também pode, especialmente quando isso é necessário para manter a coerência da atuação do Estado e criar um ambiente favorável à descoberta e comprovação de novos fatos criminosos por meio de acordos de colaboração futuros.

Por fim, destaca-se que, em caso de quebra do acordo firmado, o MPF poderá, a qualquer momento, pleitear a aplicação das sanções correspondentes aos atos de improbidade praticados.

Assim, a obtenção do provimento declaratório é necessária e útil ao Estado para obter, dentro dos marcos prescricionais, o reconhecimento da relação jurídica decorrente da conduta ímproba, o que poderá ensejar, no futuro e mediante provocação justificado do Judiciário, a aplicação das respectivas sanções, além de permitir a condenação de terceiros que concorreram e se beneficiaram dos atos ímprobos.

⁵⁹ No Brasil, a Convenção foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 348/2005 e promulgada pelo Decreto nº 5.687/2006.

Portanto, são estes os fundamentos para a formulação, quanto ao réu **PAULO ROBERTO COSTA**, do pedido de declaração da existência da relação jurídica decorrente da subsunção das condutas dolosas do réu descritas nesta ação às hipóteses normativas dos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92.

VI.2 – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A E CAMARGO CORRÊA S/A

O grupo constituído pela **holding CAMARGO CORRÊA S/A** e sua empresa integrante **CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A (CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA)** concorreram para a prática dos atos de improbidade administrativa e deles se beneficiaram, pois foram diretamente responsáveis por influenciar **PAULO ROBERTO COSTA**, Diretor de Abastecimento da Petrobras entre 2004 a abril de 2012, a receber propinas e a manter-se conivente com os interesses do grupo empresarial na PETROBRAS.

Além disso, nas obras em que **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA** era contratada, seja diretamente ou por intermédio de consórcios⁶⁰, foi efetuado o pagamento de vantagens indevidas a **PAULO ROBERTO COSTA** ou às pessoas por ele indicadas.

Observa-se que foi a pessoa jurídica **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA** a responsável por, em seu nome ou em consórcio com outras empresas, firmar os contratos com a PETROBRAS dos quais decorreu o pagamento de vantagens indevidas à razão de 1%, e viabilizar o repasse de tais valores a **PAULO ROBERTO COSTA** e a ALBERTO YOUSSEF.

A pessoa jurídica **CAMARGO CORRÊA S/A** é a *holding* controladora da empresa **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA** e, em razão desta condição, foi também beneficiada pela prática dos atos ilícitos, devendo ser igualmente responsabilizada na forma do art. 3º da Lei 8.429/92⁶¹.

60 (Lei 8.666/93) "Art. 33 Quando permitida na licitação a **participação de empresas em consórcio**, observar-se-ão as seguintes normas:

[...]

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato."

61 O art. 3º da Lei 8.429/92 determina a responsabilização daquele que, mesmo que de forma indireta, concorra ou se beneficie do ato ímprobo:

(Lei 8.429/92) "Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou **dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta."**



Ressalta-se que os pagamentos de propina foram realizados de forma sistemática, a evidenciar uma relação espúria estável de favorecimento aos empregados da PETROBRAS, no caso **PAULO ROBERTO COSTA**, e aos interesses escusos das empresas **CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A** e **CAMARGO CORRÊA S/A**.

Assim, as circunstâncias objetivas do caso concreto demonstram que seus administradores agiram com vontade consciente e voluntária de, em nome das pessoas jurídicas, efetuar os pagamentos de vantagens indevidas ao agente público em razão do cargo de Diretor de Abastecimento, para si e para terceiros, do que decorre o **caráter doloso** das condutas.

Em razão disso, devem tais pessoas jurídicas ser responsabilizadas na forma do art. 3º da Lei 8.429/92, pois concorreram e se beneficiaram com a prática de atos de improbidade que acarretaram enriquecimento ilícito, danos ao erário no valor de **R\$ 60.385.480,53** (sessenta milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais, e cinquenta e três centavos)⁶² e violação aos princípios administrativos (artigos 3º, 9, 10 e 11 da Lei 8.429/92).

VI.3 – DALTON DOS SANTOS AVANCINI, JOÃO RICARDO AULER e EDUARDO HERMELINO LEITE (LEITOSO)

Além da própria pessoa jurídica, também devem sofrer as sanções do art. 12 da Lei 8.429/92 seus administradores que, de forma dolosa, praticaram atos ilegais em seu nome.

É cediço que a pessoa jurídica não possui atuação dissociada das pessoas naturais que a compõem, pois somente estas agem com elemento subjetivo próprio. Portanto, é de rigor que as medidas persecutórias aplicáveis à pessoa jurídica sejam estendidas às pessoas naturais, exatamente aquelas que fizeram da pessoa jurídica que representavam, instrumento para a prática de atos ímprobos, conforme demonstrado a seguir.

⁶² Recorda-se que esse montante se refere apenas à propina que dizia respeito à Diretoria de Abastecimento, isto é, a 1% do valor dos contratos. Se fossem considerados os 2% de propina vinculados à Diretoria de Serviços, os quais serão objeto de ação própria, o valor total da propina chegaria a aproximadamente R\$ 181 milhões.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assim, abaixo se reprisa a participação de cada um dos réus ligados à CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA S/A, os quais, de forma consciente e voluntária, **atuaram dolosamente** para concorrer para a prática e se beneficiar das condutas ímprobas consubstanciadas nos pagamentos de vantagens indevidas no interesse de **PAULO ROBERTO COSTA**:

1. **DALTON DOS SANTOS AVANCINI**: na condição de Diretor-Presidente da CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA, também responsável pela autorização dos atos de gestão e decisões estratégicas da empresa, coadunava com o esquema, de forma consciente e voluntária, quanto às promessas de vantagens indevidas aceitas por **PAULO ROBERTO COSTA** e **ALBERTO YOUSSEF**. Assim, em conjunto com **EDUARDO HERMELINO LEITE** e **JOÃO RICARDO AULER**, era responsável pelo oferecimento, promessa e pagamento de vantagens indevidas a PAULO ROBERTO COSTA, diretamente ou por intermédio de ALBERTO YOUSSEF, para a consecução de contratos com a PETROBRAS. A propósito, em depoimento na Ação Penal 5026212-82.2014.404.7000, ALBERTO YOUSSEF (Eventos 1025 e 1101-pág. 30) confirmou que tratava dos pagamentos de vantagens indevidas com **DALTON DOS SANTOS AVANCINI**. Assim, é co-responsável pela utilização das contas de passagem das empresas **SANKO** para pagamento das vantagens indevidas a PAULO ROBERTO COSTA, além de ter assinado em conjunto com **EDUARDO HERMELINO LEITE**, contrato com a pessoa jurídica COSTA GLOBAL CONSULTORIA para repasse de vantagens indevidas para **PAULO ROBERTO COSTA**⁶³, as quais foram efetivamente pagas a este.

2. **EDUARDO HERMELINO LEITE**: na condição de diretor de Vice Presidente da CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA, também responsável pela autorização dos atos de gestão e decisões estratégicas da empresa, coadunava com o esquema, de forma consciente e voluntária, quanto às promessas de vantagens indevidas aceitas por **PAULO ROBERTO COSTA** e **ALBERTO YOUSSEF**. Assim, em conjunto com **DALTON DOS SANTOS AVANCINI** e **JOÃO RICARDO AULER**, era responsável pelo oferecimento, promessa e pagamento de vantagens indevidas a PAULO ROBERTO COSTA, diretamente ou por intermédio de ALBERTO YOUSSEF, para a consecução de contratos com a PETROBRAS. A propósito, em depoimento na Ação Penal 5026212-82.2014.404.7000, ALBERTO YOUSSEF (Eventos 1025 e 1101-pág. 30) confirmou que também tratava dos pagamentos de vantagens indevidas com **EDUARDO HERMELINO LEITE**. Assim, é co-responsável pela utilização das

⁶³ Doc 44, fls. 08/15.



contas de passagem das empresas **SANKO** para pagamento das vantagens indevidas a PAULO ROBERTO COSTA, além de ter assinado em conjunto com **DALTON DOS SANTOS AVANCINI**, contrato com a pessoa jurídica COSTA GLOBAL CONSULTORIA para repasse de vantagens indevidas para **PAULO ROBERTO COSTA**⁶⁴, as quais foram efetivamente pagas a este.

3. **JOÃO RICARDO AULER**, na condição de Presidente do Conselho de Administração da CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA, também responsável pela autorização dos atos de gestão e decisões estratégicas da empresa, coadunava com o esquema, de forma consciente e voluntária, quanto às promessas de vantagens indevidas aceitas por **PAULO ROBERTO COSTA** e **ALBERTO YOUSSEF**. Assim, em conjunto com **DALTON DOS SANTOS AVANCINI** e **EDUARDO HERMELINO LEITE**, era responsável pelo oferecimento, promessa e pagamento de vantagens indevidas a PAULO ROBERTO COSTA, diretamente ou por intermédio de ALBERTO YOUSSEF, para a consecução de contratos com a PETROBRAS. A propósito, em depoimento na Ação Penal 5026212-82.2014.404.7000, ALBERTO YOUSSEF (Eventos 1025 e 1101-pág. 30) confirmou que também tratava dos pagamentos de vantagens indevidas com **JOÃO RICARDO AULER**. Assim, é co-responsável pela utilização das contas de passagem das empresas **SANKO** para pagamento das vantagens indevidas a PAULO ROBERTO COSTA, bem como pelos repasses diretos a este por meio da pessoa jurídica COSTA GLOBAL CONSULTORIA⁶⁵

Dessa forma, nos termos do art. 3º da Lei 8.429/92, **DALTON DOS SANTOS AVANCINI**, **EDUARDO HERMELINO LEITE (LEITOSO)** e **JOÃO RICARDO AULER** **dolosamente** concorreram e se beneficiaram com a prática de atos de improbidade praticados por **PAULO ROBERTO COSTA** que acarretaram enriquecimento ilícito, danos ao erário no valor de **R\$ 60.385.480,53** (sessenta milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais, e cinquenta e três centavos)⁶⁶ e violação aos princípios administrativos (artigos 3º, 9, 10 e 11 da Lei 8.429/92).

64 Doc 44, fls. 08/15.

65 Doc 44, fls. 08/15.

66 Recordar-se que esse montante se refere apenas à propina que dizia respeito à Diretoria de Abastecimento, isto é, a 1% do valor dos contratos. Se fossem considerados os 2% de propina vinculados à Diretoria de Serviços, os quais serão objeto de ação própria, o valor total da propina chegaria a aproximadamente R\$ 181 milhões.



VI.4 – SANKO SIDER COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA., SANKO SERVIÇOS DE PESQUISA E MAPEAMENTO LTDA. e MÁRCIO ANDRADE BONILHO:

As pessoas jurídicas “SANKO SIDER COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA” e “SANKO SERVIÇOS DE PESQUISA E MAPEAMENTO LTDA” concorreram e se beneficiaram com a prática dos atos de improbidade administrativa de PAULO ROBERTO COSTA.

Para tanto, viabilizaram o pagamento de propina pela CONSTRUTORA CAMARGO CORREA a PAULO ROBERTO COSTA por meio de cessão de suas contas à empreiteira, com intuito de possibilitar a passagem da vantagem indevida ao Diretor de Abastecimento da PETROBRAS. Depositados os valores da propina em suas contas, as empresas SANKO, repassavam os valores, respaldados em contratos fictícios, às empresas MO CONSULTORIA, GFD INVESTIMENTOS e EMPREITEIRA RIGIDEZ, controladas por ALBERTO YOUSSEF.

Como já relatado alhures, ALBERTO YOUSSEF, em depoimento na Ação Penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101), confirmou que as empresas SANKO foram usadas pela CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA para pagamento das vantagens indevidas à PAULO ROBERTO COSTA⁶⁷.

67 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de ALBERTO YOUSSEF no processo criminal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – Doc 13:

“[...]”

Juiz Federal: - Mas a Sanko mesmo assim fornecia, vamos dizer, produtos pra Camargo?

Interrogado: - Sim, a Sanko forneceu praticamente todo o material de tubulação e conexão pra obra da RNEST, da Camargo, que foi, se eu não me engano, a obra de Coque. E, devido a ter ganho este direito de fazer o fornecimento, foi pedido a Sanko que fizesse um repasse para que eu pudesse pagar os agentes públicos e Paulo Roberto Costa.

Juiz Federal: - Isso foi feito através das notas de prestação de serviços da Sanko?

Interrogado: - Na verdade, parte desses valores foram feitos através de nota de serviço, parte realmente os serviços foram executados. O que eu quero dizer ao senhor é o seguinte, a Vossa Excelência, que realmente a Sanko executou esses serviços. Realmente a Sanko forneceu os equipamentos pra Camargo Correia, mas foi colocado um acréscimo nesse valor das notas de serviço pra que ele pudesse me fazer o repasse.

(...). **Defesa de Marcio e Murilo:** - Há uma questão que precisaria ser esclarecida. Quando o senhor se refere que parte do dinheiro recebido da Sanko era a título de comissões pelo serviço prestado e uma parte seria para repasse, segundo suas palavras, à agentes públicos ou outras pessoas, a pergunta que eu lhe faço é a seguinte: esse suposto repasse teria sido feito a essas empresas por sua indicação? A essas empresas que eu digo é MO e GFD, por sua indicação?

Interrogado: - Sim. Eu é que faria... eu é que fazia as indicações pra onde ele mandava esses



Além das pessoa jurídicas **SANKO SIDER** e **SANKO SERVIÇOS**, também devem sofrer as sanções do art. 12 da Lei 8.429/92 o administrador **MÁRCIO ANDRADE BONILHO** que, de forma dolosa, praticou atos ilegais em nome daquelas.

MÁRCIO ANDRADE BONILHO foi responsável por movimentar valores provenientes da **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA** com base em causa inidônea (serviços não prestados) por contas das empresas SANKO, das quais era proprietário e controlador, e transferi-los em seguida para as contas das empresas de YOUSSEF, também com base em causa igualmente fraudulenta.

Adicione-se que os contratos de pedidos de materiais da SANKO SIDER com o CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORRÊA - CNCC eram assinados por **MÁRCIO**⁶⁸. No contrato da SANKO SERVIÇOS, empresa sem capacidade para executá-los, como visto, com o CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORRÊA - CNCC, quem aparece como contato é **MÁRCIO**, além de ele ter assinado o instrumento⁶⁹. Ademais, veja-se que o contrato da SANKO SERVIÇOS com a GFD, empresa também usadas para fins ilícitos por YOUSSEF, é assinado por **MÁRCIO**⁷⁰.

Quanto ao dolo de **MÁRCIO**, há evidências que apontam no sentido de ser ele direto, pois conhecedor o réu da origem dos valores movimentados pelas contas das empresas SANKO, tendo tratado disso diretamente com YOUSSEF, além de ter sido ele a assinar instrumentos de pedidos de compra de materiais e dos serviços (não prestados e ideologicamente falsos, portanto, esses contratos) para a **CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA**, por meio do CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORRÊA – CNCC.

Dessa forma, nos termos do art. 3º da Lei 8.429/92, **SANKO SIDER COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA**, **“SANKO SERVIÇOS DE PESQUISA E MAPEAMENTO LTDA”** e **MÁRCIO BONILHO**

valores.

Defesa de Marcio e Murilo: - E posteriormente a esses depósitos, esse recurso destinado a repasses ficava com o senhor?

Interrogado: - Não. Esse recurso, quando eu viabilizava ele em espécie, eu repassava esses valores para Paulo Roberto Costa, por intermédio do Genu ou do seu genro, e o que era parte dos agentes públicos, eu repassava aos agentes públicos.

[...]"

68 Vide, por exemplo, Autos nº 5026212-82.2014.4.04.7000, Evento 364 – OUT115 (Doc 50) a OUT192.

69 Vide Autos nº 5026212-82.2014.4.04.7000, Evento 364 – OUT833 (Doc 51).

70 Doc 25 - Autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 491 – AP-INQPOL151, p. 19/23.

dolosamente concorreram e se beneficiaram com a prática de atos de improbidade praticados por **PAULO ROBERTO COSTA** que acarretaram enriquecimento ilícito, danos ao erário no valor de **R\$ 60.385.480,53** (sessenta milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais, e cinquenta e três centavos)⁷¹ e violação aos princípios administrativos (artigos 3º, 9, 10 e 11 da Lei 8.429/92).

VII – DAS SANÇÕES DE PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO E DE RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS:

A Lei 8.429/92, na tentativa de ver assegurada a integridade do patrimônio público e a probidade administrativa, pune, assim como os agentes públicos, **os particulares que tenham concorrido e se beneficiado com o ato de improbidade (artigo 3º).**

Dentre as sanções do artigo 12 da Lei 8.429/92, em todos os seus incisos, estão previstas a **proibição de contratar com o Poder Público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.**

O caso dos autos demonstra satisfatoriamente a necessidade de aplicação das sanções de **proibição de contratar com o Poder Público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios** para as empresas rés e seus administradores, tendo em vista que concorreram e se beneficiaram com os atos de improbidade consubstanciados nos desvios de vultosa quantia de contratos celebrados com a Petrobras para pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos.

Além disso, o sancionamento deverá abranger, como correta interpretação da lei, a proibição de contratar e de auferir benefícios com **toda a Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**

Perfilham o mesmo entendimento Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves:

À expressão Poder Público deve ser dispensada interpretação condizente com a

⁷¹ Recorda-se que esse montante se refere apenas à propina que dizia respeito à Diretoria de Abastecimento, isto é, a 1% do valor dos contratos. Se fossem considerados os 2% de propina vinculados à Diretoria de Serviços, os quais serão objeto de ação própria, o valor total da propina chegaria a aproximadamente R\$ 181 milhões.



teleologia da norma, **alcançando a administração pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**, e não somente o sujeito passivo do ato de improbidade praticado pelo ímprobo. A aplicação dessa sanção resulta da incompatibilidade verificada entre a conduta do ímprobo e o vínculo a ser mantido com a administração pública, o que torna desinfluyente qualquer especificidade em relação a esta, já que **a sanção circunda a esfera subjetiva do ímprobo, a qual não é delimitada pelo ente que tenha sido lesado pelo ato de improbidade, tornando-se extensiva a todos os demais.**⁷²

Não é diferente o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

“(...) A limitação dos efeitos da “suspensão de participação de licitação” não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois **os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública.** (...) (REsp 151.567/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/02/2003, DJ 14/04/2003, p. 208)

De outro lado, **para evitar subterfúgios e prevenir fraudes à aplicação da lei, em tutela inibitória de ilícito**, as sanções de proibição de contratar com o Poder Público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios deverão abranger **(a)** as pessoas jurídicas ligadas ao mesmo grupo econômico da CAMARGO CORRÊA S/A e da SANKO SIDER que eventualmente atuem no mesmo ramo de atividade dessas empresas ; **(b)** as pessoas jurídicas (controladas, subsidiárias, etc) cujos estatutos ou contratos sociais forem objeto de alteração para absorver as atividades da(s) empresa(s) penalizada(s) ou **(c)** outras sociedades empresariais que vierem a ser criadas para contornar a ordem judicial.

Tais condicionantes também devem ser aplicadas para as empresas **“SANKO SIDER COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO e EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA.”, “SANKO SERVIÇOS DE PESQUISA E MAPEAMENTO LTDA”** e seus sócios.

Caso contrário, haverá violação aos princípios da moralidade e da

72 Garcia, Emerson; Alves, Rogério Pacheco. “Improbidade Administrativa - 7ª Ed. 2013



legalidade, com a admissão de uma **válvula de escape para contornar a sanção prevista em lei.**

Sobre o tema já debruçou o Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. **SANÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR. EXTENSÃO DE EFEITOS À SOCIEDADE COM O MESMO OBJETO SOCIAL, MESMOS SÓCIOS E MESMO ENDEREÇO. FRAUDE À LEI E ABUSO DE FORMA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA ESFERA ADMINISTRATIVA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DA INDISPONIBILIDADE DOS INTERESSES PÚBLICOS.**

- A constituição de nova sociedade, com o mesmo objeto social, com os mesmos sócios e com o mesmo endereço, em substituição a outra declarada inidônea para licitar com a Administração Pública Estadual, com o objetivo de burlar a aplicação da sanção administrativa, constitui abuso de forma e fraude à Lei de Licitações Lei n.º 8.666/93, de modo a possibilitar a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica para estenderem-se os efeitos da sanção administrativa à nova sociedade constituída.

- A Administração Pública pode, em observância ao princípio da moralidade administrativa e da indisponibilidade dos interesses públicos tutelados, desconsiderar a personalidade jurídica de sociedade constituída com abuso de forma e fraude à lei, desde que facultado ao administrado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo regular.

- Recurso a que se nega provimento.

(RMS 15.166/BA, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2003, DJ 08/09/2003, p. 262)

Assim, mister a observância dos parâmetros acima, sob pena de se permitir que agentes ímprobos continuamente venham a praticar condutas que lesam o patrimônio público e acarretam enriquecimento ilícito.



VIII – DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. SOLIDARIEDADE.

Dentre as sanções previstas no artigo 12 da Lei 8.429/92, há a previsão de ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público.

Na espécie, a companhia “**Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras**” teve o patrimônio lesado em decorrência de vantagens indevidas pagas a PAULO ROBERTO COSTA e agentes públicos e privados por ele indicados.

No caso dos autos, os réus, em conjunto, foram responsáveis pelos danos ao patrimônio da companhia, e, por isso, a obrigação pela recomposição do patrimônio lesado é **solidária**, consoante dicção dos artigos 275 c/c 942, *caput*, 2ª parte, do Código Civil⁷³ c/c artigo 5º da Lei 8.429/92⁷⁴.

No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LEI N. 8.429/92. **ATO DE IMPROBIDADE. REPARAÇÃO DE DANOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.** (...) 3. Na hipótese em que sejam vários os agentes, cada um agindo em determinado campo de atuação, mas de **cujos atos resultem o dano à Administração Pública, correta a condenação solidária de todos na restituição do patrimônio público e indenização pelos danos causados.** (STJ, REsp 678.599/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/10/2006, DJ 15/05/2007, p. 260)

Assim, a condenação dos réus, pessoas físicas e jurídicas, à reparação dos danos causados à Petrobras deverá ser **SOLIDÁRIA**, por força dos artigos 275 c/c 942, *caput*, 2ª parte, do Código Civil c/c artigo 5º da Lei 8.429/92.

73 (Lei 10.406/02)

“Art. 275. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.

[...]

Art. 942. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão **solidariamente pela reparação.**”

74 (Lei 8.429/92) “Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.”



IX – DO DANO MORAL COLETIVO:

Além da fixação da reparação solidária do dano material suportado pela companhia, postula-se também a condenação das rés ao **pagamento dos danos morais coletivos**, em atenção ao artigo 5º da Lei 8.429/92⁷⁵, que consagra o princípio da reparação integral.

A corrupção na Petrobras, apurada na Operação Lava Jato, traz um diagnóstico infeliz da maior estatal do país, abalada por um câncer devastador e profundo, que, apoderado de uma metástase, espalhou-se e gerou sangria inestancável aos cofres da companhia. A hemorragia ocorreu em benefício de interesses escusos.

A hipótese dos autos, portanto, reclama a reparação dos danos morais coletivos provocados pelos atos ímprobos, que acarretaram lesão de grande magnitude ao patrimônio público, com forte impacto negativo na coletividade.

Sobre a possibilidade de reconhecimento dos danos morais na ação de improbidade administrativa, lecionam Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves:

“Do mesmo modo que as pessoas jurídicas de direito privado, as de **direito público também gozam de determinado conceito junto à coletividade**, do qual muito **depende o equilíbrio social e a subsistência de várias negociações**, especialmente em relação: a) aos organismos internacionais, em virtude dos constantes empréstimos realizados; b) aos investidores nacionais e estrangeiros, ante a freqüente emissão de títulos da dívida pública para a captação de receita; c) à iniciativa privada, para a formação de parcerias; d) às demais pessoas jurídicas de direito público, o que facilitará a obtenção de empréstimos e a moratória de dívidas já existentes etc.

(...)

Ao reconhecermos que o direito à imagem e à reputação é insito e inseparável da própria personalidade jurídica, integrando a esfera jurídica do sujeito passivo do ato de improbidade, **temos de atribuir, por via reflexa, ao sujeito ativo do ato de improbidade, o dever jurídico de respeitá-lo ou, em caso de descumprimen-**

75 (Lei 8.429/92) “Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, **dar-se-á o integral ressarcimento do dano.**”



to, o dever de ressarcir integralmente o dano causado. Em casos tais, deverá o órgão jurisdicional contextualizar o ilícito praticado, transcendendo os lindes do processo e identificando a “dimensão da mácula causada à reputação do ente estatal, o que permitirá a correta valoração do dano não patrimonial e a justa fixação da indenização devida, que será revertida à pessoa jurídica lesada pelo ilícito.”⁷⁶

A jurisprudência também reconhece a possibilidade de reparação do dano moral coletivo:

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DANO AO ERÁRIO. MULTA CIVIL. DANO MORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. (...) 3. **Não há vedação legal ao entendimento de que cabem danos morais em ações que discutam improbidade administrativa seja pela frustração trazida pelo ato ímprobo na comunidade, seja pelo desprestígio efetivo causado à entidade pública que dificulte a ação estatal.**(...) (STJ, REsp 960.926/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 01/04/2008)

CONSTITUCIONAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PERITO JUDICIAL. JUSTIÇA DO TRABALHO. PRESCRIÇÃO. DANOS MORAIS. INOCORRÊNCIA.

(...) 9. **A doutrina mais abalizada, bem como a jurisprudência, admitem o ressarcimento de dano moral causado por ato de improbidade do agente público. Entretanto, não é todo e qualquer ato de improbidade que causa dano moral à coletividade. A identificação do dano moral demanda análise do conjunto probatório constante dos autos, devendo ser consideradas as circunstâncias que envolvem cada caso concreto.**

10. Não basta somente a ocorrência do suposto ato ímprobo, faz-se necessário que tal ato cause evidente e significativa repercussão no meio social, não sendo suficientes meras presunções ou mesmo a simples insatisfação da coletividade com a atividade administrativa. (...) (TRF 3ª Região, Sexta Turma, Apelreex 0006786-54.2003.4.03.6105, Rel. Desembargadora Federal Consuelo Yoshida, julgado em 06.06.2013, e-DJF3 Judicial 1 Data:14.06.2013, destaquei).

⁷⁶ Garcia, Emerson; Alves, Rogério Pacheco. “Improbidade Administrativa - 7ª Ed. 2013.



Destaca-se sobre o tema, passagem do voto do Ministro Castro Meira no Recurso Especial 960.926/MG⁷⁷, cuja ementa foi transcrita acima:

“Nada justifica a exclusão da pessoa jurídica de direito público, já que um ato ímprobo pode gerar um descrédito, um desprestígio que pode acarretar o desânimo dos agentes públicos e a descrença da população que, inclusive, prejudique a consecução dos diversos fins da atividade da Administração Pública, com repercussões na esfera econômica e financeira.”

Os **contornos jurisprudenciais** para reconhecimento do dano moral na ação de improbidade administrativa são bem definidos:

“Somente quando haja **ultrapassado o limite de tolerância e o dano tenha atingido, efetivamente, valores coletivos, estará configurado o dano moral**, não sendo suficiente para caracterizá-lo a mera frustração da municipalidade ou o descrédito na administração pública (TRF 1, Apelação Cível 84420920094013901, e-DJF1 de 28/11/14);

“É possível a condenação em danos morais coletivos em ação de responsabilidade por atos de improbidade administrativa, **desde que o ato ímprobo cause evidente e significativa repercussão no meio social**, não sendo suficientes meras presunções ou mesmo a simples insatisfação da coletividade com a atividade administrativa. (TRF 1, 675320084013901, e-DJF1 de 29/11/13)

“É de se observar que a doutrina mais abalizada assim como a jurisprudência admitem o ressarcimento de dano moral causado por ato de improbidade do agente público. (...) De qualquer forma, não basta somente a ocorrência do suposto ato ímprobo, faz-se necessário que tal **ato cause evidente e significativa repercussão no meio social, não bastando meras presunções ou mesmo a simples insatisfação da coletividade com a atividade administrativa**. (TRF 3, AI 00021103520094030000, e-DJF3 de 26/01/2010)

A hipótese em testilha **enquadra-se perfeitamente à moldura jurisprudencial.**

77 STJ, REsp 960.926/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 01/04/2008.



Os fatos apurados na Operação Lava Jato possuem proporções gigantescas, a revelar a corrosão das entranhas da República por um esquema sofisticado para pagamento de propinas para agentes públicos na Diretoria de Abastecimento da Petrobras. A representatividade da Petrobras no Estado é revelada pelos seguintes dados:

- Entre 2007 e 2010, a Petrobras foi responsável por investir **68,47%** de tudo o que a Administração Pública Federal, direta e indireta, investiu no país⁷⁸;
- Entre 2011 e 2014, estima-se que esse percentual ficou em torno de **49,1%**⁷⁹, em que pese inexistir, no presente momento, números consolidados sobre a efetiva execução orçamentária de 2014;
- Para os próximos anos, projeta-se que esse percentual pode superar os **80%** em razão dos investimentos no Pré-Sal⁸⁰.

As sequelas são gravíssimas e se revelam, dentre outros aspectos, pela co-moção social e descrédito que os atos ímprobos geraram nas instituições republicanas e pela já corroída imagem do país no exterior, esta sempre atrelada à corrupção.

As quantias desviadas pelo corruptos e corruptores para satisfação de inte-

78 Entre 2007-2010, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir do orçamento fiscal e de seguridade social, a União investiu R\$ 54,8 bilhões no país. No mesmo período, as empresas Estatais federais investiram R\$ 142,930 bilhões, dos quais a Petrobras respondeu por R\$ 135,387 bilhões. Com algumas contas simples, isso significa que todo o Governo Federal (orçamento fiscal, seguridade social e estatais) investiu R\$ 197,730 bilhões, dos quais o Grupo Petrobras foi responsável por R\$ 135,387 bilhões, ou 68,47% de tudo o que foi investido no país entre aqueles anos. Esses números estão disponíveis no parecer sobre as contas do governo que o TCU elaborou em 2010 – **Doc 38**.

79 Entre 2011-2014, essa conta ficou mais difícil de ser feita, porque o Governo passou a incluir na conta de investimento os financiamentos feitos por meio dos bancos públicos (CEF, BB, BNDES), mesmo para pessoas físicas. Situação idêntica ocorreu com os financiamentos do BNDES para as ações da Copa do Mundo. Mesmo com essas limitações, é possível consolidar alguns números. Entre 2011-2014, a União previu investir R\$ 340 bilhões, dos quais as estatais (excluídos os bancos) responderam por 52,24% disso (ou R\$ 177,79 bilhões). No período, os investimentos da Petrobras foram de R\$ 167,12 bilhões, o que significa 49,1% de tudo o que a União previu investir em infraestrutura. Esses números estão disponíveis no parecer sobre as contas do governo que o TCU elaborou em 2013 – **Doc 39**.

80 Para os próximos anos, com as previsões de investimento no Pré-Sal, a Petrobras anunciou despesas, de 2015 a 2018, de US\$ 220,6 bilhões (ou R\$ 584,59 bilhões, para um câmbio US\$ 1 = R\$ 2,65) – **Doc 40**. Com esse último anúncio, o percentual a ser investido pela Petrobras deverá superar os 80% de tudo o que a União gastará no período (esses números poderão ser confirmados com a aprovação do PPA 2016-2019, que deve ser anunciado nesse ano).

resses não republicanos acarretam, ainda que indiretamente, prejuízos ao atendimento de necessidades primárias da sociedade brasileira, que clama por melhores condições de educação, saúde, segurança e estrutura de higiene sanitária. Corrupção de valores estratosféricos como a que é objeto desta ação constitui uma profunda violação dos direitos fundamentais individuais e sociais mais básicos que o Estado de Direito deve tutelar. Trata-se de um verdadeiro atentado contra os direitos humanos.

A corrupção, traiçoeira e silenciosa, tais como os crimes contra a vida, mata, todavia em condições mais avassaladoras, porque espalha seus efeitos nefastos de forma sistêmica e difusa para todas as regiões do país e a todos os setores da sociedade a um só tempo.

A corrupção perversa – como aquela revelada na Petrobras – coloca em risco o regime republicano e democrático, ao criar uma pauta de motivações e finalidades privadas na condução da coisa pública. Ela privatiza, e gratuitamente, o que é público e pertence a todos. Coloca em cheque as regras do jogo e do funcionamento do Estado, isto é, a própria aptidão do Estado em agir em benefício dos cidadãos. Não só a quantidade, mas a própria qualidade dos serviços públicos é atingida, pois aqueles que deveriam fiscalizar a qualidade dos serviços se comprometeram de modo fatal com interesses privados e não podem mais se contrapor a tais interesses privados espúrios sem correr riscos.

Enfim, a prática de atos ímprobos debatida nessa demanda macula a imagem de todo o Poder Público perante a coletividade, na medida em que implica perda da credibilidade da sociedade na estrutura estatal destinada à administração da coisa pública e à consecução do bem comum. Mais ainda, é bastante documentada a expansão horizontal e vertical de situações alastradas de corrupção. A corrupção na Petrobras incentiva que as mesmas construtoras que ali corrompem busquem a expansão do seu universo de benefícios mediante a corrupção de outras autoridades. Incentiva também que outras construtoras corrompam para obter os mesmos benefícios. É, ainda, um mau exemplo da cúpula do Estado para os demais estratos sociais, reforçando uma cultura de corrupção e embasando racionalizações que conduzem à elisão e evasão fiscais.

Portanto, estão delineados todos os pressupostos para a condenação dos requeridos ao pagamento de danos morais coletivos decorrente das condutas ímprobas.



Com relação à fixação do *quantum debeatur*, é de se ver que além de todos os malefícios gerados pela corrupção, a **ausência de punição rigorosa** faz surgir o sentimento de impunidade entre corruptos e corruptores de forma a fomentar a continuidade desta deletéria prática no sistema.

Pertinentes as reflexões de Emerson García e Rogério Pacheco Alves:

“Os desvios compartimentais que redundam **em estímulo à proliferação da corrupção**, na medida em que se apresentam como práticas rotineiras, ainda possuem uma dimensão mais deletéria e maléfica à organização estatal: **ensejam o surgimento de um código paralelo de conduta, à margem da lei e da razão, que paulatinamente se incorpora ao *standard* de normalidade do *homo medius***. Uma vez iniciado esse processo, difícil será a reversão ao *status quo*, fundado na pureza normativa de um dever ser direcionado à consecução do bem de todos.

Além disso, a **corrupção no ápice da pirâmide hierárquica serve de fator multiplicador da corrupção** dentre aqueles que ocupam posição inferior, desestimulando-os a ter conduta diferente. Como a corrupção “ama as alturas”, não é incomum que os servidores mais modestos sofram uma influência daninha dos superiores hierárquicos, resultando na proliferação desse fenômeno degenerativo de cima para baixo.

(...) A prática de atos de corrupção, dentre outros fatores, sofre um sensível estímulo nas hipóteses em que seja perceptível ao corrupto que reduzidas são as chances de que sua esfera jurídica venha a ser atingida em razão dos ilícitos que perpetrou. Por outro lado, a perspectiva de ser descoberto, detido e julgado, com a consequente efetividade das sanções cominadas, atua como elemento inibidor à prática dos atos de corrupção.

Ainda que esse estado de coisas não seja suficiente a uma ampla e irrestrita coibição à corrupção, seu caráter preventivo é indiscutível. Além das sanções de natureza penal, que podem restringir a liberdade individual, **é de indiscutível importância a aplicação de reprimendas que possam, de forma direta ou indireta, atingir o bem jurídico que motivou a prática dos atos de corrupção: o patrimônio do agente.** Quanto maiores forem os prejuízos patrimoniais que o agente po-



derá suportar e mais aprimorados se mostrarem os meios de controle, menores serão os estímulos à corrupção.⁸¹

E continuam os autores:

"(...) entendemos que o valor da indenização deve ser suficiente para desestimular novas práticas ilícitas e para possibilitar que o Poder Público implemente atividades paralelas que possam contornar o ilícito praticado e recompor a paz social. (...)"⁸²

Nessa linha, os graves ilícitos praticados pelos réus revelam terem eles agido com absoluto menosprezo à coisa pública e aos valores republicanos, o que implica a necessidade de reforçar a reprimenda estatal.

Portanto, verificada a ocorrência do dano moral coletivo, é mister seja fixada a indenização, em caráter solidário, em patamares suficientes para desestimular a continuidade das práticas ilícitas pelos réus e recompor, ainda que parcialmente, os danos difusos causados, cujos valores deverão ser revertidos ao Fundo Federal de Defesa de Direitos Difusos⁸³.

Para que a indenização alcance integralmente tais objetivos, o valor a ser arbitrado por esse Juízo **não deve ser inferior a 10 (dez) vezes o valor do dano material causado pelas condutas dos réus, o que equivale à fixação de indenização por danos morais coletivos não inferior a R\$ 603.854.805,30** (seiscentos e três milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinco reais, e trinta centavos).

Por fim, cumpre ressaltar que os danos morais coletivos ora pleiteados são os decorrentes das condutas ilícitas descritas nesta ação, isto é, aqueles decorrentes do recebimento e pagamento de vantagens indevidas na Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS.

Assim, não estão abrangidos por esta ação e poderão ser pleiteados em ações específicas os danos morais coletivos decorrentes, especialmente, de infrações à ordem econômica praticadas pelo Cartel de empreiteiras, de corrupção no âmbito de outras Diretorias da PETROBRAS e de desvios de recursos públicos em razão de contratações por preços

81 Garcia, Emerson; Alves, Rogério Pacheco. "Improbidade Administrativa - 7ª Ed. 2013.

82 Garcia, Emerson; Alves, Rogério Pacheco. "Improbidade Administrativa - 7ª Ed. 2013.

83 Artigo 13 da Lei n.º 7.347/85.

superiores aos de mercado.

X – DA COMPETÊNCIA:

X.1 – Da Competência da Justiça Federal:

A respeito da competência jurisdicional para **ações de improbidade administrativa** envolvendo sociedades de economia mista federais, já está pacificado o entendimento de que a competência é da Justiça Federal, em razão de haver nítido interesse da União na **apuração de atos ilícitos praticados por seus dirigentes** (STJ, AgRg AgRg no CC 104.375/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 04/09/2009).

E, com efeito, na hipótese vertente os atos de improbidade praticados por **dirigentes da PETROBRAS S/A** repercutem direta e inevitavelmente no **patrimônio da União**, por ser esta detentora do capital majoritário da referida sociedade de economia mista.

Há, portanto, nítido **interesse jurídico e econômico** da União no feito, a atrair a competência da Justiça Federal.

O **interesse jurídico** da União decorre da própria apuração dos fatos e aplicação de sanções aos **agentes ímprobos**, a fim de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e atendimento aos princípios da legalidade, eficiência, lealdade à instituição e moralidade no âmbito da estatal. É notório que esses agentes ímprobos, frise-se, são escolhidos mediante um processo de indicações políticas feitas por integrantes da cúpula dos poderes da União.

Em outros dizeres, se a União detém o capital majoritário da PETROBRAS, é de seu total interesse jurídico a apuração dos atos ímprobos praticados por seus diretores que importaram em prejuízo à companhia.

Ademais, no caso concreto, o interesse jurídico da União fica corroborado pelo **vultoso prejuízo à imagem e ao patrimônio da sociedade de economia mista da qual é acionista majoritária e controladora**, que se ilustra com as constantes notícias relacionadas à PETROBRAS em páginas policiais e com a queda vertiginosa do valor das ações da

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



companhia, a patamares menores do que no longínquo ano de 2005⁸⁴. Todo esse abalo decorreu justamente dos atos ímprobos praticados pelos gestores da estatal, sobre os quais a União possui interesse na investigação e repressão.

Por sua vez, o **interesse econômico** decorre da circunstância de a União ser a acionista majoritária da PETROBRAS, aliada ao fato de a demanda versar sobre a prática de atos de corrupção no âmbito da estatal que acarretaram desvios bilionários do patrimônio público em benefício de gestores e agentes públicos.

Para corroborar o interesse econômico, colhe-se dos decretos não numerados a seguir transcritos que a União, nos últimos 5 anos, diretamente transferiu vultosas quantias para a Petrobras:

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 2014

Transfere as dotações orçamentárias constantes do Orçamento de Investimento para 2014 das empresas Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE e Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST **para Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.**

Art. 1º Ficam transferidas, das empresas Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE e Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST **para a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, os saldos das dotações orçamentárias constantes do Orçamento de Investimento para 2014 (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), no valor de R\$ 4.816.046.000,00 (quatro bilhões, oitocentos e dezesseis milhões e quarenta e seis mil reais), de acordo com os Anexos I e II.**

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, **em favor da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS** e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, **crédito suplementar no valor de R\$ 7.104.124.764,00**, para os fins que espe-

84 <http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2014/12/queda-nas-acoes-da-petrobras-ajuda-tirar-pequeno-investidor-da-bolsa.html>

<http://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2014/12/12/petrobras-cai-6-e-tem-menor-valor-em-10-anos-bolsa-tem-3-queda-semanal.htm>



cifica.

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), **em favor da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS** e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, **crédito suplementar no valor de R\$ 7.104.124.764,00 (sete bilhões, cento e quatro milhões, cento e vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e quatro reais)**, para atender à programação constante do Anexo I.

DECRETO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre ao Orçamento de Investimento para 2011, em favor da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, **de empresas do Grupo PETROBRÁS** e da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, **crédito suplementar no valor de R\$ 1.330.127.000,00**, para os fins que especifica.

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011) **crédito suplementar no valor de R\$ 1.330.127.000,00 (um bilhão, trezentos e trinta milhões, cento e vinte e sete mil reais)**, em favor da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, **de empresas do Grupo PETROBRÁS** e da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, para atender à programação constante do Anexo I.

DECRETO DE 10 DE SETEMBRO DE 2010

Autoriza o aumento do capital social da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.

Art. 1º Fica autorizado o aumento do capital social da empresa Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, mediante oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais, **desde que mantido o controle acionário da União**, nos seguintes termos: (...)

Art. 2º **Fica a União autorizada a subscrever ações na proporção de sua participação acionária no capital social da PETROBRAS, bem como eventuais sobras**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



de ações, e a integralizá-las com títulos da dívida pública mobiliária federal, nos termos do disposto no art. 9º da Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010.

Por esse motivo, a União deverá, inclusive, aderir ao polo ativo desta lide, consoante autoriza o artigo 5º da Lei 9.469/97:

Art. 5º **A União poderá intervir nas causas em que figurarem, como autoras ou réus**, autarquias, fundações públicas, **sociedades de economia mista** e empresas públicas federais.

Parágrafo único. **As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico**, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.

Ratifica tais argumentos o já citado **entendimento do Superior Tribunal de Justiça** que fixa a competência da Justiça Federal para ações de improbidade que versam sobre atos praticados em detrimento de sociedade de economia mista controlada pela União, em virtude do interesse jurídico e econômico esta no julgamento da causa.

A propósito, ao julgar o AgRg no Conflito de Competência nº 122.629-ES, o Superior Tribunal de Justiça consignou que, em se tratando de ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público Federal, relativamente a **atos praticados por dirigentes de sociedade de economia mista, cujo capital majoritário pertença à União, a competência é da Justiça Federal**:

(...) AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. **AJUIZAMENTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ATOS PRATICADOS POR DIRIGENTES DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, CUJO CAPITAL MAJORITÁRIO PERTENCE À UNIÃO. INTERESSE ECONÔMICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.**

1. Conforme o entendimento jurisprudencial da **Primeira Seção**, "o mero ajuiza-



mento da ação pelo Ministério Público Federal, por entender estar configurado ato de improbidade administrativa, fixa a competência na Justiça Federal"

(AgRg no AgRg no CC 104.375/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 04/09/2009). No mesmo sentido: CC 100.300/PI, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 25/05/2009. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no CC 122629/ES, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, 1ª Seção, julgado em 13/11/2013, DJe 02/12/2013)

Do voto condutor do acórdão, destaque-se elucidativo trecho, que deixa clara a razão pela qual a atuação do MPF, em situações tais, leva à competência da Justiça Federal:

"Se a União detém o capital majoritário da sociedade de economia mista, naturalmente, é do seu interesse a apuração de atos ilícitos praticados pelos seus dirigentes que importem prejuízo patrimonial à sociedade empresarial. De outro lado, tendo sido o Ministério Público Federal o autor da ação civil pública, a competência da justiça federal é indeclinável, conforme entendimento jurisprudencial pacífico da Primeira Seção do STJ"

Mais recentemente, em 26 de agosto de 2014, o **Superior Tribunal de Justiça** ratificou tal posicionamento no julgamento do **Recurso Especial 1249118/ES**, demanda que envolvia a prática de improbidade administrativa no âmbito de **sociedade de economia mista cujo capital majoritário pertence à União**, no caso, a Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa:

CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. **AÇÃO DE IMPROBIDADE AJUIZADA NA JUSTIÇA FEDERAL PARA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS JUDICIAIS TRABALHISTAS EM PREJUÍZO DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA (CODESA). DECLÍNIO EX OFFICIO DA COMPETÊNCIA. PRESENÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO POLO ATIVO DA AÇÃO. INTERESSE JURÍDICO DA UNIÃO COMO ACIONISTA MAJORITÁRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL RECONHECIDA.**

1. Na origem, o Ministério Público Federal ajuizou ação de improbidade administrativa para apurar responsabilidades pela prática de irregularidades consistentes na



celebração de acordos judiciais em demandas trabalhistas por valores superiores àqueles aos quais a Codesa - Companhia Docas do Espírito Santo havia sido condenada, acarretando prejuízo de R\$ 502.443,57 (fl. 25), cujo valor atualizado para a presente data corresponde a R\$ 1.001.473,78 (um milhão, mil quatrocentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos), conforme os critérios da Tabela Prática do TJSP.

2. A específica questão sobre a competência para processar e julgar ação de improbidade para apuração de atos em prejuízo da Codesa foi solucionada no recentíssimo julgamento do AgRg no CC 122.629/ES, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 2/12/2013, **quando a colenda Primeira Seção consignou que "o mero ajuizamento da ação pelo Ministério Público Federal, por entender estar configurado ato de improbidade administrativa, fixa a competência na Justiça Federal** (AgRg no AgRg no CC 104.375/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 04/09/2009)". No mesmo sentido, os seguintes precedentes: CC 40534/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 17.05.04; AgRg no CC 107.638/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 20/4/2012; CC 116.282/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 6/9/2011; CC 112.137/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, DJe 1º/12/2010.

3. No mesmo julgamento (AgRg no CC 122.629/ES), a **Primeira Seção reconheceu a presença de interesse jurídico** ao afirmar que, "Se a União detém o capital majoritário da sociedade de economia mista, naturalmente, é do seu interesse a apuração de atos ilícitos praticados pelos seus dirigentes que importem prejuízo patrimonial à sociedade empresarial." Em idêntico sentido - inclusive versando caso análogo que envolve a Companhia Docas do Rio de Janeiro - o entendimento perfilhado no REsp 1281945/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 1º/12/2011, que trata de hipótese em tudo semelhante ao caso concreto.

4. Assim, adotar entendimento diverso do aqui exposto desaguardaria em julgamento flagrantemente contraditório à orientação fixada pela Colenda Primeira Seção nos autos do Conflito de Competência 122.629/ES, oportunidade em que, debruçando-se sobre a específica questão aqui debatida, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da justiça federal.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



5. A orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ACO 987 - "a presença de sociedade de economia mista em procedimento investigatório não acarreta, por si só, na presunção de violação de interesse, econômico ou jurídico, da União" - em nada conflita com o entendimento aqui exposto, **já que, no caso concreto, o interesse da União não fora presumido, mas sim evidenciado pela sua condição de acionista majoritária da Codesa**, ostentando nada menos que 89,271% das suas ações e o controle acionário da mencionada sociedade de economia mista, **que somente no ano de 2013 recebeu dos cofres públicos aportes financeiros superiores a 90 milhões de reais, de modo que é inequívoco o interesse da União em investigar danos causados, em última análise, ao seu próprio patrimônio.**

6. Os precedentes do Colendo STF mencionados pelo nobre causídico da Tribuna, na sessão de 6.2.2014, não se amoldam ao presente caso, na medida em que neste a competência foi fixada não somente pelo polo ativo da demanda, **mas também pelo já reconhecido interesse da União no feito.**

7. Recursos Especiais providos.

(REsp 1249118/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/08/2014, DJe 28/11/2014)

Destacam-se as seguintes passagens do voto condutor do julgamento do **Recurso Especial 1249118/ES**, cujo acórdão foi publicado em 20/11/2014:

(...) São dois, portanto, os aspectos que determinam a competência da Justiça Federal no caso concreto.

O **primeiro** deles consiste no fato de a Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa ter sido ajuizada pelo Ministério Público Federal, o que, nos termos dos precedentes desta Corte, é suficiente para firmar a competência da Justiça Federal, conforme julgados que acrescento ao anteriormente transcrito para corroborar essa orientação: (...) O **segundo** aspecto que determina a competência da Justiça Federal diz com a presença do interesse jurídico manifestado pela União em relação à Ação Civil Pública que visa apurar atos de improbidade praticados em detrimento da Codesa – Companhia Docas do Espírito Santo, sociedade de economia mista cujo controle aci-

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



onário é titularizado pela União, com nada menos que 89,271% das suas ações (fl. 44), informação corroborada pelo Relatório de Administração do exercício de 2007, disponível em "http://www.codesa.gov.br/site/LinkClick.aspx?fileticket=evASCK_0u

[Dc%3D&tabid=108&language=en-US](#)", nestes termos:

(...) Nesse cenário, não restam dúvidas quanto à competência da Justiça Federal, **seja pela presença do Ministério Público Federal no polo ativo da Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa, seja pelo reconhecido interesse econômico-jurídico da União em relação à apuração de irregularidades em detrimento do patrimônio de sociedade de economia mista cujo capital é formado majoritariamente por verbas federais, tendo a União a qualidade de acionista controladora.**

(...) Ora, se a sociedade de economia mista recebera, só no ano de 2013, aporte superior R\$ 90 milhões pela União, **dúvida não há quanto ao interesse desta última na apuração de atos de improbidade que lesaram o conjunto de bens, direitos e obrigações da Codesa, que, em última análise, constitui patrimônio do próprio ente público, como largamente demonstrado. (...)**

Em reforço aos argumentos ao norte expendidos, é de se ver que a **5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal**, órgão revisional e de coordenação de matérias vinculadas ao patrimônio público no âmbito do MPF, já se posicionou no sentido de que os atos de improbidade de administrativa praticados em detrimento da Petrobras S/A são de competência da Justiça Federal. Eis o teor do acórdão:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO TCU. TC 008.467/2005-9. **PETROBRAS S.A. SEDE REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS. CONTRATO Nº 295.2.147.00-9 FIRMA-DO COM A EMPRESA COMTRAC ELETRÔNICA LTDA PARA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE RÁDIO COMUNICAÇÃO TRONCALIZADO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS FEDERAIS. CAPITAL SOCIAL MAJORITÁRIO PERTENCENTE À UNIÃO. PRECEDENTES DO STJ. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO. VOTO PELO RETORNO DOS AUTOS PARA MEDIDAS INVESTIGATÓRIAS CABÍVEIS. REDISTRIBUA-SE O FEITO. (5ª CCR, IC**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1.25.000.002442/2012-16, Relator Subprocurador-Geral da República Nicolao Dino Neto, Voto 9848/2014, julgado na 838ª Sessão da 5ª CCR, de 15/10/2014)

Em suma, diante da reunião do interesse jurídico e do interesse econômico da União no julgamento da demanda, **fixa-se a competência da Justiça Federal**.

De outra parte, a par de a competência da Justiça Federal decorrer diretamente do interesse jurídico e econômico da União, na hipótese dos autos a competência federal também deflui da relação de continência entre os fatos especificamente narrados nesta ação e o esquema criminoso instalado no seio da **PETROBRAS** para desviar recursos públicos em benefício indevido de partidos políticos e agentes políticos federais.

De fato, consoante se extrai dos depoimentos prestados por **PAULO ROBERTO COSTA** e ALBERTO YOUSSEF na Ação Penal nº 5026212-82.2014.404.7000⁸⁵, cerca de 60% dos valores arrecadados na Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS em razão da função ocupada por seu Diretor (1% do valor dos contratos) eram destinados a um caixa geral operado por JOSÉ JANENE e ALBERTO YOUSSEF, para posterior repasse a agentes políticos, em sua grande maioria do Partido Progressista (PP).

Ou seja, as vantagens indevidas recebidas por PAULO ROBERTO COSTA, as quais constituem o objeto desta ação, não eram recebidas apenas para si, mas também para terceiros – partidos políticos, Senadores da República e Deputados Federais (agentes políticos federais)⁸⁶.

No entanto, a mera opção do Ministério Público Federal de cindir o polo passivo das ações, visando a otimizar a tramitação processual e a alcançar o ditame constitucional da razoável duração dos processos, evidentemente não pode resultar na modificação da competência jurisdicional originária da Justiça Federal para todos os fatos, pois são todos eles conexos/continentes e têm origem comum.

Nessa linha, aliás, o entendimento exposto pelo Juiz Federal Titular da 13ª Vara da Seção Judiciária do Paraná, SÉRGIO FERNANDO MORO, na Ação Penal nº 5083360-

⁸⁵ Doc 13.

⁸⁶ Consoante explicado no item I desta ação, serão objeto de ações específicas a participação de agentes políticos e partidos políticos como indutores e beneficiários dos atos de improbidade imputados a **PAULO ROBERTO COSTA** e o enriquecimento ilícito desses agentes.



51.2014.404.7000⁸⁷, *mutatis mutandis*:

“Relativamente à adequação formal, reputo razoável a iniciativa do MPF de promover o oferecimento separado de denúncias a cada grupo de dirigentes de empreiteiras.

Apesar da existência de um contexto geral de fatos, a formulação de uma única denúncia, com dezenas de fatos delitivos e acusados, dificultaria a tramitação e julgamento, violando o direito da sociedade e dos acusados à razoável duração do processo.

[...]

Também é razoável a opção do MPF em incluir na denúncia, quanto aos crimes de corrupção, apenas o pagamento de vantagem indevida a Paulo Roberto Costa, deixando para outras denúncias o pagamento a outros empregados do alto escalão da Petrobras.

Apesar da separação da persecução, oportuna para evitar o agigantamento da ação penal com dezenas de crimes e acusados, remanesce o Juízo como competente para todos, nos termos dos arts. 80 e 82 do CPP.”

Diante disso, conclui-se que a **Justiça Federal** é definitivamente competente para o processamento e julgamento desta demanda, seja em razão do interesse jurídico da União na apuração dos atos praticados por empregados públicos, seja por força do interesse econômico da União em sociedade de economia mista na qual detém mais de metade do capital social e na qual injetou significativos recursos diretos, seja ainda em razão de se estar diante da relação de continência entre os fatos específicos descritos nesta ação e o esquema de desvio de recursos públicos da PETROBRAS para abastecer o caixa de partidos políticos e beneficiar agentes políticos federais.

X.2 – Da Competência territorial da Seção Judiciária do Paraná:

Fixada a competência da Justiça Federal para julgar o feito, mister apontar

87 Ação Penal nº 5083360-51.2014.404.7000, Evento 9.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

os motivos para se firmar a **competência territorial da Seção Judiciária do Paraná**.

Em sede de improbidade administrativa, não havendo disposição específica na Lei 8.429/92 sobre competência, entende-se aplicável o regramento da Lei 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública), em razão de ambas as ações voltarem-se à tutela coletiva – no caso, do patrimônio público e da probidade administrativa. Nesse sentido tem reiteradamente decidido o Superior Tribunal de Justiça⁸⁸.

Assim, para a ação de improbidade administrativa a competência é a do **local do dano**, conforme exposto no art. 2º da Lei 7.347/85⁸⁹.

Na hipótese dos autos, os danos causados pelos atos de improbidade administrativa praticados pelos réus podem ser nitidamente qualificados como **danos difusos**. Tal se dá, essencialmente, porque: (1) os desvios de recursos públicos e os pagamentos de propina atingem a todos os brasileiros, haja vista que estes exercem a titularidade indivisível dos bens jurídicos lesados, e (2) os danos tiveram origem em diversas obras da PETROBRAS, que foram realizadas em diferentes unidades federativas do país.

Especificamente sobre este segundo ponto, dissecando-se as obras em relação às quais foi acertado entre os réus o pagamento de propina, verifica-se que não se restringiram a um determinado complexo de obras ou sequer a um Estado da federação. Do contrário, o pagamento de vantagens indevidas e o beneficiamento das empresas contratadas, em detrimento do patrimônio público, ocorreu em diferentes projetos e obras da PETROBRAS – até mesmo porque, como já devidamente descrito, essa prática ilícita permeou todos os contratos da empresa no período de 2004 a 2012.

Assim, ainda que se pretenda circunscrever o dano causado por tais condutas aos locais em que as obras foram realizadas, deve-se observar que os atos de improbidade descritos nas ações que estão sendo ajuizadas em conjunto, as quais dizem respeito a fatos umbilicalmente relacionados, relacionam-se a obras localizadas nos Estados do **Paraná** (Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, localizada em Araucária), da Bahia, do Maranhão, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Assim, na hipótese de circunscrição

88 **AgRg nos EDcl no CC 120.111/DF**, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Primeira Seção, julgado em 08/05/2013, DJe 17/05/2013.

89 (Lei 7.347/85) “Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.”



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

do dano ao local das obras, todos esses locais seriam concorrentemente competentes para o ajuizamento desta ação.

Entretanto, o dano ocasionado pelas condutas ímprobas descritas nesta peça evidentemente não se limita ao local das obras realizadas pelas rés. É que esta empresa tinha participação ativa no **Cartel** de empreiteiras formado para fraudar o caráter competitivo de todas as licitações realizadas pela PETROBRAS no período de 2004 a 2012. Assim, o fato de ter acertado, em reuniões com as demais integrantes do Cartel, que somente realizaria obras em determinados Estados da Federação não descaracteriza a conclusão de que ela também é responsável pelos prejuízos decorrentes das licitações que não venceu, pois nestas ela teve participação ativa consistente em deixar de apresentar propostas competitivas.

Portanto, pode-se afirmar que o resultado de cada uma das licitações fraudadas é imputável tanto a **PAULO ROBERTO COSTA**, por ter facilitado o funcionamento do Cartel na PETROBRAS e se omitido em relação às providências exigíveis de sua função, quanto a cada uma das empreiteiras participantes do Cartel, por terem previamente acertado entre si as vencedoras de cada certame.

Com isso, pode-se concluir com segurança que os danos que fixam a competência para esta lide não são locais ou regionais, mas sim constituem **danos de âmbito nacional**, porque: (1) afetam difusamente a todos os brasileiros, (2) as obras em que houve pagamento de propina localizam-se em diversos Estados da Federação, dentre os quais o Estado do Paraná, e (3) os réus desta ação, por participarem de um Cartel com atuação em âmbito nacional, são igualmente responsáveis por todas as obras vencidas pelas empreiteiras cartelizadas no período de 2004 a 2012.

Tratando-se de danos de âmbito nacional, aplicável o regramento do art. 93 da Lei 8.078/90, que confere **competência concorrente** aos foros das Capitais dos Estados e do Distrito Federal em tais casos⁹⁰. Assim, o foro federal da Seção Judiciária do Paraná é igualmente concorrente ao foro das demais capitais e do Distrito Federal, ou ao foro dos demais Estados em que foram realizadas obras identificadas nesta ação ou vencidas pelo Cartel

90 (Lei 8.078/90) "Art. 93. Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local:

I - no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local;

II - no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente."



de empreiteiras.

Mas não é só. Diante da dificuldade em se delimitar o local do dano nas ações de improbidade administrativa, o **Superior Tribunal de Justiça** decidiu que a competência também pode ser definida em razão da **prevalência da localidade onde se localiza a maior parte dos elementos probatórios**, tendo como objetivos a celeridade processual, a ampla defesa e a razoável duração do processo. Confira-se:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. **AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**. LOCAL DO DANO - ART. 2º DA LEI 7.347/85. DIVERGÊNCIA QUANTO À AMPLITUDE DO DANO. **PREVALÊNCIA DA LOCALIDADE ONDE SE LOCALIZAM A MAIOR PARTE DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS**. PREJUÍZOS MAIS GRAVES SOBRE A SEDE DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ENVOLVIDOS. **INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA. CELERIDADE PROCESSUAL, AMPLA DEFESA E RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO**.

1. Discute-se nos autos a competência para processar e julgar ação civil pública de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público Federal contra servidores públicos e particulares envolvidos na prática de crimes de descaminho de cigarros oriundos do Paraguai e destinados ao Estado de Sergipe.

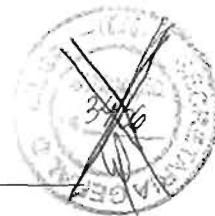
2. Não há na Lei 8.429/92 regramento específico acerca da competência territorial para processar e julgar as ações de improbidade. Diante de tal omissão, tem-se aplicado, por analogia, o art. 2º da Lei 7.347/85, ante a relação de mútua complementariedade entre os feitos exercitáveis em âmbito coletivo, autorizando-se que a norma de integração seja obtida no âmbito do microssistema processual da tutela coletiva.

3. A *ratio legis* da utilização do local do dano como critério definidor da competência nas ações coletivas é proporcionar maior celeridade no processamento, na instrução e, por conseguinte, no julgamento do feito, dado que é muito mais fácil apurar o dano e suas provas no juízo em que os fatos ocorreram.

4. No caso em análise, embora haja ilícitos praticados nos Estados do Paraná, São Paulo e Sergipe, o que poderia, a princípio, caracterizar a abrangência nacional do dano, **deve prevalecer, na hipótese, a informação fornecida pelo próprio autor da demanda de que a maior parte dos elementos probatórios da ação de im-**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



probidade encontra-se situada em São Paulo. Ressalte-se, ainda, ser tal localidade alvo da maioria dos atos ímprobos praticados e sede dos locais de trabalho dos servidores públicos envolvidos.

5. Interpretação que se coaduna com os princípios da celeridade processual, ampla defesa e duração razoável do processo.

6. Conflito conhecido para declarar competente o juízo federal de São Paulo, o suscitante.

(CC 97.351/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2009, DJe 10/06/2009)

No caso concreto, a maior parte dos elementos probatórios desta ação encontra-se em Curitiba/PR, localidade em que foram apurados os fatos pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal e onde estão em curso as ações penais nºs 5083351-89.2014.404.7000, 5083401-18.2014.404.7000, 5083360-51.2014.404.7000, 5083376-05.2014.404.7000, 5083258-29.2014.404.7000⁹¹, em que se imputam ilícitos penais correlatos aos atos de improbidade administrativa aqui descritos.

Sobre a questão, ao definir a competência territorial da 13ª Vara Criminal da Seção Judiciária de Curitiba para o julgamento de ação penal decorrente da *Operação Lava Jato*, o Juiz Federal Titular SÉRGIO FERNANDO MORO levou em conta, entre outros motivos, **a origem comum de toda a investigação:**

AÇÃO PENAL Nº 5026212-82.2014.404.7000/PR, Evento 3:

" (...) Oportuno ainda destacar, nessa decisão, que a competência deste Juízo para a presente ação penal já foi objeto de deliberação na decisão datada de 24/02/2014 do processo 5001446-62.2014.404.7000 (evento 22), justificando-se, em apertada síntese, pelos crimes conexos de lavagem de dinheiro, tendo por antecedentes crimes contra a Administração Pública e crimes de tráfico de drogas, com consumação em Londrina e Curitiba, além da origem comum de toda a investigação criminal. Observo, aliás, que o crime de lavagem de produto de tráfico de drogas, com consumação em Curitiba, já foi objeto de denúncia em separado (processo 5025687-

91 Distribuídas para a 13ª Vara Criminal da Seção Judiciária de Curitiba.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



03.2014.404.7000). Apesar da separação, oportuno para evitar o agigantamento da ação penal com fatos conexos, mas distintos, remanesce o Juízo como competente para todos, nos termos dos arts. 80 e 82 do CPP. (**AÇÃO PENAL Nº 5026212-82.2014.404.7000/PR**, Evento 3)

Da mesma forma, a tramitação das ações de improbidade administrativa neste foro constituirá facilitador para a ampla defesa dos réus, haja vista que algumas das pessoas físicas arroladas no polo passivo encontram-se custodiadas em Curitiba, e nesta Seção Judiciária também se processam as ações penais a que respondem os réus. Evidentemente, também é aqui onde o processo terá duração mais condizente com o princípio constitucional da celeridade processual.

Assim, também por esse critério é o foro federal da Seção Judiciária de Curitiba o competente para o julgamento desta demanda.

Em conclusão, analisadas as diferentes perspectivas pelas quais se pode entender a delimitação da competência territorial para as ações de improbidade administrativa, conclui-se que **em todas as opções o foro federal da Seção Judiciária do Paraná é competente** para o processamento e julgamento desta demanda, no caso concreto. Em síntese:

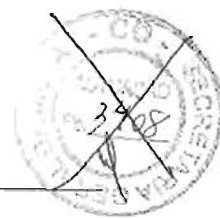
a) no caso de reconhecimento de dano de âmbito nacional, o foro da Seção Judiciária do Paraná é competente de modo igual aos demais foros federais das capitais dos Estados e do Distrito Federal para o julgamento desta demanda;

b) no caso de reconhecimento de dano – de âmbito nacional ou local – circunscrito aos locais em que o Cartel de empreiteiras atuou (incluindo as licitações em que as empresas rés desta ação voluntariamente deixaram de participar em razão do acordo celebrado no âmbito do Cartel), o foro da Seção Judiciária do Paraná é competente de modo equivalente aos foros federais que circunscrevem os locais de realização de todas as obras vencidas pelo Cartel;

c) no caso de reconhecimento de dano - de âmbito nacional ou local - circunscrito aos Estados em que foram realizadas as obras que ocasionaram os pagamentos de propina identificados nesta ação, o foro da Seção Judiciária do Paraná é competente de modo idêntico aos foros federais dos demais Estados em que foram realizadas tais obras;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



d) no caso de prevalência da localidade onde se localiza a maior parte dos elementos probatórios (consoante jurisprudência do STJ), é o foro da Seção Judiciária do Paraná o competente.

Diante disso, em vista da extensão nacional do dano, dos locais de realização das obras que geraram o pagamento de propina e da localização dos elementos probatórios, e em atenção aos princípios da celeridade processual, da ampla defesa e da duração razoável do processo, **firma-se a competência da Seção Judiciária de Curitiba** para o processamento e julgamento desta demanda.

X.3 – Da Competência pela Prevenção

Cumpre, ainda, apontar que já tramita na 2ª Vara Federal de Curitiba a ação de improbidade administrativa nº 5006628-92.2015.4.04.7000, ajuizada em face de **PAULO ROBERTO COSTA**, da pessoa jurídica ENGEVIX ENGENHARIA S/A e sua holding, além de seus administradores.

Referida ação de improbidade administrativa tem a mesma causa de pedir desta ação – o recebimento de vantagens indevidas por **PAULO ROBERTO COSTA** e outros Diretores da PETROBRAS, pagas pelas empreiteiras que compõe o cartel que atuou na companhia, ao menos, no período de 2004 a 2012..

Assim, nos termos do art. 103 do Código de Processo Civil, há **conexão** entre esta ação e a ação de improbidade administrativa nº 5006628-92.2015.4.04.7000, em curso nessa 2ª Vara Federal de Curitiba.

Já restou explicado no item acima que às ações de improbidade administrativa aplica-se o regramento de competência previsto no art. 2º da Lei de Ação Civil Pública (Lei 7.347/85), haja vista que ambas inserem-se no microsistema de proteção coletiva de direitos difusos.

Tal artigo contém disposição específica acerca da prevenção, a qual, diferindo das regras dos arts. 106 e 219 do Código de Processo Civil, estabelece **a propositura da ação como o momento processual fixador da competência por prevenção**⁹².

⁹² (Lei 7.347/85) "Art. 2º [...]"

Parágrafo único. A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



Diante disso, a presente ação deve tramitar na 2ª Vara dessa Seção Judiciária, vez que se encontra preventa por força da prévia propositura e distribuição da ação de improbidade administrativa conexa nº 5006628-92.2015.4.04.7000.

XI – DOS PEDIDOS FINAIS.

Ante o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer:

a) sejam **NOTIFICADOS** os réus para oferecerem manifestação escrita em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 17, § 7º, da Lei 8.429/92;

b) sejam **INTIMADAS** a **UNIÃO** e a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS** para integrarem o polo ativo da lide, nos termos do art. 17, §3º, da Lei 8.429/92, c/c o art. 6º, § 3º, da Lei 4.717/92;

c) sejam **CITADOS** os requeridos para, querendo, oporem-se à pretensão aqui deduzida, nos termos do § 9º do art. 17 da Lei 8.429/92, sob pena de revelia;

d) seja o pedido julgado procedente para **DECLARAR** a existência de relação jurídica decorrente da subsunção das condutas dolosas de **PAULO ROBERTO COSTA** descritas nesta ação às hipóteses normativas dos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92, ressaltando-se não estar incluído no pedido a condenação deste réu nas sanções do artigo 12 da referida lei⁹³;

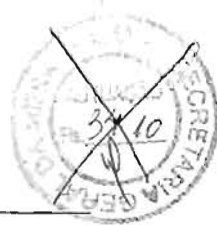
e) seja o pedido julgado procedente para **CONDENAR** os réus **CAMARGO CORRÊA S/A, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A, DALTON DOS SANTOS AVANCINI, JOÃO RICARDO AULER, EDUARDO HERMELINO LEITE (LEITOSO), SANKO SIDER COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA., SANKO SERVIÇOS DE PESQUISA E MAPEAMENTO LTDA. e MÁRCIO BONILHO** pela prática de **ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA mediante CONDUTAS DOLOSAS**, com fundamento nos arts. 3º, 9º, 10 e 11, da Lei nº 8.429/92, com a consequente aplicação das sanções do art. 12, I, da Lei 8.429/92. Na hipótese de V. Exa. não entender pelo

posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.”

93 Trata-se de pedido de declaração da existência de relação jurídica, consoante autoriza o art. 4º, I e parágrafo único, do Código de Processo Civil, e explicado no item VI.1 desta peça.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



enriquecimento ilícito, requer a condenação nas sanções do art. 12, II ou III, da Lei 8.429/92;

f) com relação à **sanção de ressarcimento ao erário**, a condenação solidária dos réus, salvo Paulo Roberto Costa, nos termos dos artigos 275 c/c 942, *caput*, 2ª parte, do Código Civil c/c artigo 5º da Lei 8.429/92, no valor de **R\$ 60.385.480,53** (sessenta milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais, e cinquenta e três centavos), acrescido de juros de mora e correção monetária desde a data do ilícito⁹⁴;

g) especificadamente quanto às **sanções de (1) proibição de contratar com o Poder Público e de (2) receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios**, que as penalidades venham a abranger **(a)** as pessoas jurídicas ligadas ao mesmo grupo econômico (**CAMARGO CORRÊA S/A e SANKO SIDER**) que eventualmente atuem no mesmo ramo de atividade da empresa **CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A e da SANKO SIDER COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA**; **(b)** as pessoas jurídicas (controladas, subsidiárias etc.) cujos estatutos ou contratos sociais forem objeto de alteração para absorver as atividades da(s) empresa(s) penalizada(s) e **(c)** outras sociedades empresariais que vierem a ser criadas para contornar a ordem judicial, com a consequente comunicação à Controladoria-Geral da União (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS) e ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (Sistema Unificado de Fornecedores – SICAFI);

h) ainda, a condenação dos réus, salvo Paulo Roberto Costa⁹⁵, ao **pagamento solidário⁹⁶ de danos morais coletivos** em patamares suficientes para desestimular a continuidade das práticas ilícitas, a ser arbitrado por V. Exa., em valores não inferiores a 10 (dez) vezes o valor do dano material causado pelas condutas dos réus, o que equivale à fixação de indenização por danos morais coletivos **não inferior a R\$ 603.854.805,30** (seiscentos e três milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinco reais, e trinta centavos);

i) uma vez julgados procedentes os pedidos, seja comunicado o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para inclusão do nome dos ímprobos no Cadastro Nacional de

94 Código Civil: Art. 398. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou; STJ, Súmulas 43 e 54.

95 Este pedido não inclui a condenação de Paulo Roberto Costa, em respeito ao Acordo de Colaboração firmado com o Ministério Público Federal.

96 Artigos 275 c/c 942, *caput*, 2ª parte, do Código Civil c/c artigo 5º da Lei 8.429/92.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Condenados por Improbidade Administrativa;

j) por fim, a produção de todas as provas em direito admitidas, em especial, depoimento pessoal dos requeridos, oitiva de testemunhas, perícias e outras que se fizerem necessárias.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 664.240.285,83** (seiscentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e cinco reais, e oitenta e três centavos).

Curitiba, 20 de fevereiro de 2015.

DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL

Procurador da República

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA

Procurador Regional da República

ORLANDO MARTELLO

Procurador Regional da República

JANUÁRIO PALUDO

Procurador Regional da República

ANTÔNIO CARLOS WELTER

Procurador Regional da República

ROBERSON HENRIQUE POZZONBON

Procurador da República

DIOGO CASTOR DE MATTOS

Procurador da República

PAULO ROBERTO GALVÃO DE CARVALHO

Procurador da República

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

Procurador da República



Sumário

I – SÍNTESE E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DA AÇÃO.....	2
II – DA OPERAÇÃO LAVA JATO.....	5
III – DA SISTEMÁTICA DE PAGAMENTOS DE PROPINA NA PETROBRAS.....	7
III.1 – O esquema de pagamento de propina.....	7
III.2 – Pagamentos realizados por intermédio de empresas de fachada operadas por ALBERTO YOUSSEF.....	14
III.3 – Pagamentos realizados por intermédio de contratos fictícios celebrados com a empresa COSTA GLOBAL.....	20
IV – DOS INTERESSES DAS EMPREITEIRAS NA PETROBRAS.....	21
IV.1 – O cartel de empreiteiras.....	21
IV.2 – Do interesse das empreiteiras em atos comissivos e omissivos de PAULO ROBERTO COSTA.....	27
V – DO PAGAMENTO DE PROPINA PELA CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA.....	29
V.1 – Os contratos da CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA em que houve pagamento de propina.....	29
V.2 – Os pagamentos realizados pela CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA para PAULO ROBERTA COSTA, (a) via empresas de YOUSSEF, com utilização das contas de passagem das pessoas jurídicas SANKO SIDER e SANKO SERVIÇOS e (b) diretamente para a COSTA GLOBAL.....	35
VI – INDIVIDUALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL DAS CONDUTAS.....	52
VI.1 – PAULO ROBERTO COSTA.....	52
VI.2 – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A E CAMARGO CORRÊA S/A.....	60
VI.3 – DALTON DOS SANTOS AVANCINI, JOÃO RICARDO AULER e EDUARDO HERMELINO LEITE (LEITOSO).....	61
VI.4 – SANKO SIDER COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA., SANKO SERVIÇOS DE PESQUISA E MAPEAMENTO LTDA. e MÁRCIO ANDRADE BONILHO.....	64
VII – DAS SANÇÕES DE PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO E DE RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS.....	66
VIII – DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. SOLIDARIEDADE.....	69
IX – DO DANO MORAL COLETIVO.....	70
X – DA COMPETÊNCIA.....	77
X.1 – Da Competência da Justiça Federal.....	77
X.2 – Da Competência territorial da Seção Judiciária do Paraná.....	86
X.3 – Da Competência pela Prevenção.....	92
XI – DOS PEDIDOS FINAIS.....	93

74-A



DOAÇÕES PT - 2012

DEMONSTRAÇÃO DE DOAÇÕES RECEBIDAS (modelo 8)

PARTIDO DOS TRABALHADORES

ÓRGÃO DO PARTIDO: DIRETÓRIO NACIONAL

DATA	ESPÉCIE DO RECURSO	DOADOR	CNPJ/CPF	R\$
25/08/2012	DINHEIRO	EOEGAR MENEGASSI	627.961.518-72	25.00
09/10/2012	DINHEIRO	CHARLES KUSNIEC	010.167.308-61	97.107,00
15/10/2012	DINHEIRO	MARIA DE FATIMA MONTE	040.239.738-07	20,00
03/01/2012	DINHEIRO	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S A	17.262.213/0001-94	500.000,00
03/01/2012	DINHEIRO	TKK ENGENHARIA LTDA	78.521.970/0001-02	100.000,00
23/01/2012	DINHEIRO	UTC ENGENHARIA S A	44.023.661/0001-08	500.000,00
08/02/2012	DINHEIRO	MIVERVA S A	67.620.377/0001-14	250.000,00
24/02/2012	DINHEIRO	CONSTRUTORA OAS LTDA	14.310.577/0030-49	1.000.000,00
24/02/2012	DINHEIRO	CARIOCA CHRISTIANI NIELSEN ENGENHARIA S A	40.450.763/0001-26	750.000,00
27/02/2012	DINHEIRO	CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO S A	61.584.223/0001-38	500.000,00
27/02/2012	DINHEIRO	UTC ENGENHARIA S A	44.023.661/0001-08	500.000,00
27/02/2012	DINHEIRO	ESTRE AMBIENTAL S A	03.147.393/0001-59	300.000,00
29/02/2012	DINHEIRO	GALVÃO ENGENHARIA S A	01.340.937/0001-79	200.000,00
08/03/2012	DINHEIRO	ENSIN EMPRESA NACIONAL DE SINALIZAÇÃO E ELETRIFICAÇÃO LTDA	58.836.933/0001-01	200.000,00
08/03/2012	DINHEIRO	CONSLADEL CONSTRUTORA LACOS DETETORES E ELETROICA LTDA	55.996.015/0001-01	100.000,00
12/03/2012	DINHEIRO	GALVÃO ENGENHARIA S A	01.340.937/0001-79	300.000,00
05/04/2012	DINHEIRO	ESTRE AMBIENTAL S A	03.147.393/0001-59	300.000,00
11/04/2012	DINHEIRO	CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S A	17.185.786/0001-61	300.000,00
13/04/2012	DINHEIRO	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S A	17.262.213/0001-94	1.400.000,00
26/04/2012	DINHEIRO	UTC ENGENHARIA S A	44.023.661/0001-08	710.000,00
27/04/2012	DINHEIRO	IESA PROJETOS EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S A	20.918.943/0008-56	250.000,00
03/05/2012	DINHEIRO	ESTRE AMBIENTAL S A	03.147.393/0001-59	300.000,00
03/05/2012	DINHEIRO	TECNOSONDA S A	33.841.727/0001-50	540.000,00
04/05/2012	DINHEIRO	CONSTRUTORA OAS LTDA	14.310.577/0030-49	500.000,00
10/05/2012	DINHEIRO	CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO S A	61.584.223/0001-38	500.000,00
11/05/2012	DINHEIRO	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A	33.412.792/0035-00	500.000,00
18/05/2012	DINHEIRO	CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S A	17.185.786/0001-61	300.000,00
23/05/2012	DINHEIRO	H GUEDES ENGENHARIA LTDA	60.873.809/0001-50	500.000,00
25/05/2012	DINHEIRO	CONSTRUTORA OAS LTDA	14.310.577/0030-49	500.000,00
25/05/2012	DINHEIRO	UTC ENGENHARIA S A	44.023.661/0001-08	710.000,00
25/05/2012	DINHEIRO	EMPARSANCO S A	56.473.317/0001-08	300.000,00
28/05/2012	DINHEIRO	IESA PROJETOS EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S A	20.918.943/0008-56	200.000,00
28/05/2012	DINHEIRO	H GUEDES ENGENHARIA LTDA	60.873.809/0001-50	750.000,00
29/05/2012	DINHEIRO	EMPARSANCO S A	56.473.317/0001-08	250.000,00
31/05/2012	DINHEIRO	H GUEDES ENGENHARIA LTDA	60.873.809/0001-50	750.000,00
31/05/2012	DINHEIRO	EMPARSANCO S A	56.473.317/0001-08	450.000,00
01/06/2012	DINHEIRO	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A	33.412.792/0035-00	500.000,00
04/06/2012	DINHEIRO	H GUEDES ENGENHARIA LTDA	60.873.809/0001-50	300.000,00
05/06/2012	DINHEIRO	EMPARSANCO S A	56.473.317/0001-08	200.000,00
05/06/2012	DINHEIRO	CONSTRUTORA OAS LTDA	14.310.577/0030-49	250.000,00
06/06/2012	DINHEIRO	ESTRE AMBIENTAL S A	03.147.393/0001-59	300.000,00
16/06/2012	DINHEIRO	ENGEVIX ENGENHARIA S A	00.103.582/0001-31	500.000,00
18/06/2012	DINHEIRO	H GUEDES ENGENHARIA LTDA	60.873.809/0001-50	400.000,00
20/06/2012	DINHEIRO	GERDAU COMERCIAL DE ACOS S A	07.369.685/0001-97	100.000,00
22/06/2012	DINHEIRO	UTC ENGENHARIA S A	44.023.661/0001-08	300.000,00
25/06/2012	DINHEIRO	H GUEDES ENGENHARIA LTDA	60.873.809/0001-50	200.000,00
25/06/2012	DINHEIRO	EMPARSANCO S A	56.473.317/0001-08	400.000,00
25/06/2012	DINHEIRO	CONSTRUTORA OAS LTDA	14.310.577/0030-49	500.000,00
26/06/2012	DINHEIRO	CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO S A	61.584.223/0001-38	500.000,00
27/06/2012	DINHEIRO	EMPARSANCO S A	56.473.317/0001-08	500.000,00
02/07/2012	DINHEIRO	UTC ENGENHARIA S A	44.023.661/0001-08	1.000.000,00
02/07/2012	DINHEIRO	CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORREA S A	61.522.512/0001-02	1.000.000,00
03/07/2012	DINHEIRO	TECNOSONDA S A	33.841.727/0001-50	540.000,00
05/07/2012	DINHEIRO	BANCO OPPORTUNITY S A	33.857.830/0001-99	600.000,00
05/07/2012	DINHEIRO	OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TIT E VALOR MOBILIAR LTDA	01.582.158/0001-80	100.000,00
11/07/2012	DINHEIRO	ESTRE AMBIENTAL S A	03.147.393/0001-59	200.000,00
12/07/2012	DINHEIRO	AGROPECUARIA SANTA BARBARA XINGUARA S A	07.336.695/0001-26	600.000,00
17/07/2012	DINHEIRO	DYNAMIC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA	62.282.173/0001-05	100.000,00
03/08/2012	DINHEIRO	ENGEFORM CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA	48.248.920/0001-10	200.000,00
06/08/2012	DINHEIRO	CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO S A	61.584.223/0001-38	600.000,00
08/08/2012	DINHEIRO	CONSTRUTORA OAS LTDA	14.310.577/0030-49	350.000,00
15/08/2012	DINHEIRO	ENGEVIX ENGENHARIA S A	00.103.582/0001-31	800.000,00
15/08/2012	DINHEIRO	CONSTRUTORA OAS LTDA	14.310.577/0030-49	350.000,00
22/08/2012	DINHEIRO	UTC ENGENHARIA S A	44.023.661/0001-08	100.000,00
28/08/2012	DINHEIRO	CONSTRAN S A	61.156.568/0001-20	200.000,00
29/08/2012	DINHEIRO	UTC ENGENHARIA S A	44.023.661/0001-08	800.000,00
05/09/2012	DINHEIRO	CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO S A	61.584.223/0001-38	500.000,00
13/09/2012	DINHEIRO	EMPARSANCO S A	56.473.317/0001-08	150.000,00
14/09/2012	DINHEIRO	EMPARSANCO S A	56.473.317/0001-08	150.000,00
14/09/2012	DINHEIRO	EMPARSANCO S A	56.473.317/0001-08	(150.000,00)
17/09/2012	DINHEIRO	EMPARSANCO S A	56.473.317/0001-08	(150.000,00)
21/09/2012	DINHEIRO	SERVENG CIVIL SAN S A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA	48.540.421/0001-31	250.000,00
28/09/2012	DINHEIRO	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA	07.703.779/0001-50	152.893,00
02/10/2012	DINHEIRO	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A	33.412.792/0035-00	80.000,00



FOLHA Nº

[illegible]

35.210.045,00

João Vaccari Neto
Secretário de Finanças e Planejamento

Valmir Moreira dos Santos
Contador CRC nº 1SP142697/0-1



DOAÇÕES PMDB - 2012

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - DIRETÓRIO NACIONAL

DEMONSTRATIVO DAS DOAÇÕES RECEBIDAS DE PESSOAS FÍSICAS

EXERCÍCIO - 2012



Centro de Custo: FUNDO PARTIDÁRIO

Município/UF: BRASIL/

DATA	DOADOR	PARCIAL	TOTAL
	NOTA EXPLICATIVA: Não houve doações recebidas no Exercício de 2012		
TOTAL GERAL.....			0,00

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2012

Sen. VALDIR RAUPP

Presidente

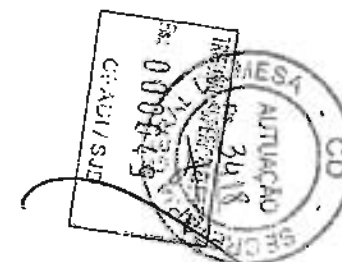
Sen. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA

Tesoureiro

OSANO VICENTE DE PAULA

Contador PMDB - DIRETÓRIO NACIONAL

CRC nº 7452 - DF



PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - DIRETÓRIO NACIONAL

DEMONSTRATIVO DAS DOAÇÕES RECEBIDAS DE PESSOAS JURÍDICAS

EXERCÍCIO - 2012



Centro de Custo: FUNDO PARTIDÁRIO

Município/UF: BRASIL/

DATA	DOADOR	PARCIAL	TOTAL
	NOTA EXPLICATIVA: Não houve doações recebidas no Exercício de 2012		
TOTAL GERAL.....			0,00

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2012

Sen. VANDERLUPPI

Presidente

Sen. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA

Tesoureiro

OSIRIO VICENTE DE PAULA

Coordenador PMDB - DIRETÓRIO NACIONAL

CRC nº 7452 - DF



PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - DIRETÓRIO NACIONAL

DEMONSTRATIVO DAS DOAÇÕES RECEBIDAS DE PESSOAS JURÍDICAS

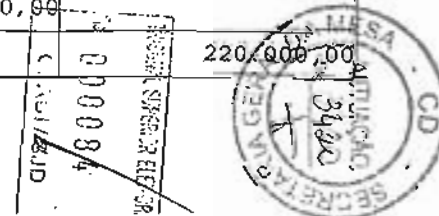
EXERCÍCIO - 2012



Centro de Custo: RECURSOS PRÓPRIOS

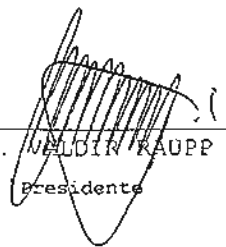
Município/UF: BRASIL/

DATA	DOADOR	PARCIAL	TOTAL
A.C.A. GRATAO PAISAGISMO - EPP - CNPJ: 09.674.981/0001-27			
17/04/2012	1 ° REPASSE	8.000,00	
16/05/2012	2 ° REPASSE	8.000,00	
27/06/2012	3 ° REPASSE	8.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			24.000,00
CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA - CNPJ: 61.584.223/0001-38			
27/08/2012	1 ° REPASSE	300.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			300.000,00
CONSTRUTORA BARBOSA MELLO SA - CNPJ: 17.185.786/0001-61			
27/09/2012	1 ° REPASSE	20.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			20.000,00
CONSTRUTORA OAS LTDA - CNPJ: 14.310.577/0030-49			
29/06/2012	1 ° REPASSE	700.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			700.000,00
GALVAO ENGENHARIA S/A - CNPJ: 01.340.937/0001-79			
01/10/2012	1 ° REPASSE	270.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			270.000,00
IPE ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 00.487.626/0001-74			
01/11/2012	1 ° REPASSE	170.000,00	
05/11/2012	2 ° REPASSE	50.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			220.000,00

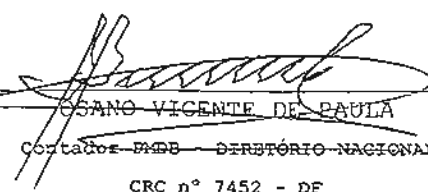


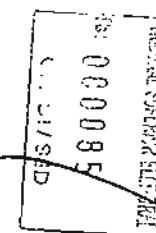
SOUZA MARINS CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 03.929.392/0001-66			
06/11/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
TOTAL GERAL.....			1.634.000,00

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2012

Sen.  VALDIR RAUPP
Presidente

Sen. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA
Tesoureiro


OSANO VICENTE DE PAULA
~~Contador DDD - DIRETÓRIO NACIONAL~~
CRC nº 7452 - DF



PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - DIRETÓRIO NACIONAL

DEMONSTRATIVO DAS DOAÇÕES RECEBIDAS DE PESSOAS JURÍDICAS EM RECURSOS ESTIMAVEIS EM DINHEIRO

EXERCÍCIO - 2012



Centro de Custo: RECURSOS PRÓPRIOS

Município/UF: BRASIL/

DATA	DOADOR	PARCIAL	TOTAL
CONSTRUTORA COWAN S/A - CNPJ: 68.528.017/0001-50			
25/10/2012	1 ° REPASSE	175.055,32	
TOTAL DO DOADOR.....			175.055,32
TOTAL GERAL.....			175.055,32

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2012

Sen. VANDER LACERDA
Presidente

Sen. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA
Tesoureiro

OSANO VICENTE DE PAULA
Contador PMDB - DIRETÓRIO NACIONAL
CRC nº 7452 - DF



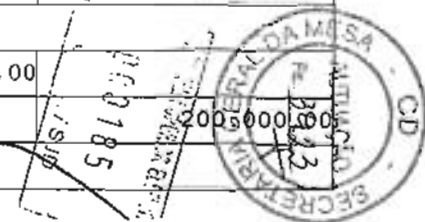
PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - DIRETÓRIO NACIONAL

DEMONSTRATIVO DAS DOAÇÕES RECEBIDAS DE PESSOAS FÍSICAS
ELEIÇÕES - 2012

Centro de Custo: Eleições 2012 - RECURSOS

Município/UF: BRASIL/

DATA	DOADOR	PARCIAL	TOTAL
ADRIANO CHOFI NACFI - CPF: 151.582.538-89			
10/10/2012	1 ° REPASSE	5.000,00	
TOTAL DO CANDIDATO.....			5.000,00
ANDREAS KLIEN - CPF: 618.481.747-72			
30/08/2012	1 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO CANDIDATO.....			200.000,00
CLAUDIO ANTONIO QUERIDO - CPF: 930.578.308-20			
04/10/2012	1 ° REPASSE	2.000,00	
TOTAL DO CANDIDATO.....			2.000,00
FLAVIO APARECIDO MONTEIRO - CPF: 175.530.888-46			
04/10/2012	1 ° REPASSE	2.000,00	
TOTAL DO CANDIDATO.....			2.000,00
JOSE CELSO VALADARES GONTIJO - CPF: 001.997.021-87			
04/10/2012	1 ° REPASSE	250.000,00	
TOTAL DO CANDIDATO.....			250.000,00
JOSEANE ALVES PEDREIRA - CPF: 344.725.788-16			
05/10/2012	1 ° REPASSE	2.000,00	
TOTAL DO CANDIDATO.....			2.000,00
JULIO GERIN DE ALMEIDA CAMARGO - CPF: 416.165.708-06			
24/09/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO CANDIDATO.....			100.000,00
LUIZ CLAUDIO FERREIRA LEAO - CPF: 071.463.568-50			
05/10/2012	1 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO CANDIDATO.....			200.000,00
NYLTON VELLOSO FILHO - CPF: 074.441.096-72			



17/08/2012	1 ° REPASSE	180.000,00
TOTAL DO CANDIDATO.....		180.000,00
RICARDO LUPO - CPF: 861.799.698-69		
21/08/2012	1 ° REPASSE	100.000,00
28/09/2012	2 ° REPASSE	30.000,00
TOTAL DO CANDIDATO.....		130.000,00
RICHARD KLIEN - CPF: 032.769.537-49		
30/08/2012	1 ° REPASSE	100.000,00
25/09/2012	2 ° REPASSE	100.000,00
02/10/2012	3 ° REPASSE	200.000,00
TOTAL DO CANDIDATO.....		400.000,00
VALTER APARECIDO BORGES - CPF: 980.524.208-06		
05/10/2012	1 ° REPASSE	2.000,00
TOTAL DO CANDIDATO.....		2.000,00
VIVIEN MELLO SURUAGY - CPF: 506.037.957-49		
21/09/2012	1 ° REPASSE	35.000,00
TOTAL DO CANDIDATO.....		35.000,00
WALTER ANNICCHINO - CPF: 595.031.658-49		
21/09/2012	1 ° REPASSE	45.000,00
TOTAL DO CANDIDATO.....		45.000,00
WILTON LUPO NETO - CPF: 247.338.128-33		
28/09/2012	1 ° REPASSE	20.000,00
TOTAL DO CANDIDATO.....		20.000,00
TOTAL GERAL.....		1.573.000,00

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2012

Sen. VALDIR RADEP
Presidente

Sen. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA
Tesoureiro

OSANO VICENTE DE PAULA
Contador PMDB - DIRETÓRIO NACIONAL
CRC nº 7452 - DF



PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - DIRETÓRIO NACIONAL

DEMONSTRATIVO DAS DOAÇÕES RECEBIDAS DE PESSOAS JURÍDICAS

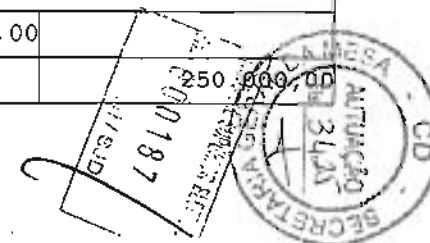
ELEIÇÕES - 2012



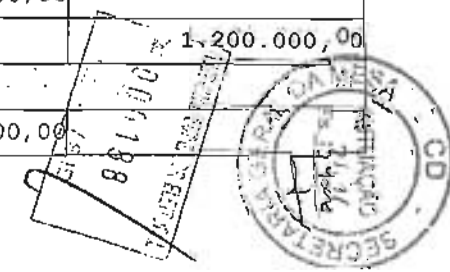
Centro de Custo: Eleições 2012 - RECURSOS PRÓPRIOS

Município/UF: BRASIL/

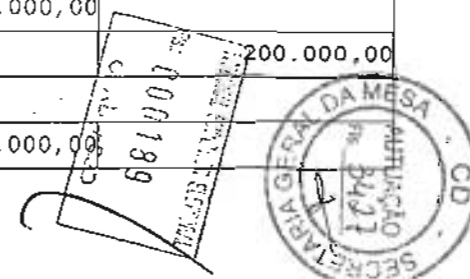
DATA	DOADOR	PARCIAL	TOTAL
14 DE JULHO PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA. - CNPJ: 07.913.295/0001-36			
01/10/2012	1 ° REPASSE	20.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			20.000,00
ABRANTES AMBIENTAL LTDA - CNPJ: 12.969.389/0001-67			
17/09/2012	1 ° REPASSE	300.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			300.000,00
ADM COMPOSICAO LTDA - CNPJ: 25.699.299/0001-45			
17/08/2012	1 ° REPASSE	90.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			90.000,00
AGRO ENERGIA SANTA LUZIA S.A. - CNPJ: 08.906.558/0001-42			
25/10/2012	1 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			200.000,00
AGROMEC LOCACOES E COMERCIO LTDA - ME - CNPJ: 11.011.626/0001-10			
28/09/2012	1 ° REPASSE	10.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			10.000,00
AGROPECUARIA AGUA PRETA S A - CNPJ: 78.459.310/0001-66			
21/09/2012	1 ° REPASSE	80.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			80.000,00
ALBARPA PARTICIPACOES LTDA - CNPJ: 08.892.274/0001-44			
13/09/2012	1 ° REPASSE	250.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			250.000,00



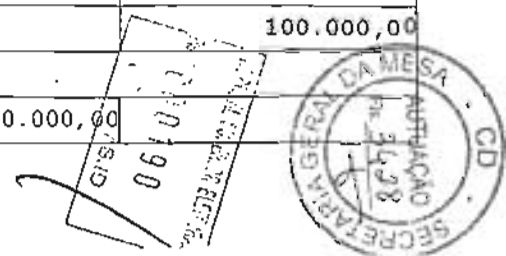
ALES COMBUSTIVEIS S.A. - CNPJ: 23.314.594/0001-00			
02/10/2012	1 ° REPASSE	50.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			50.000,00
ALPARGATAS S.A. - CNPJ: 61.079.117/0001-05			
17/08/2012	1 ° REPASSE	250.000,00	
21/08/2012	2 ° REPASSE	20.000,00	
03/09/2012	3 ° REPASSE	300.000,00	
18/09/2012	4 ° REPASSE	250.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			820.000,00
ARENCO PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA - CNPJ: 59.726.042/0001-57			
01/08/2012	1 ° REPASSE	120.000,00	
17/08/2012	2 ° REPASSE	60.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			180.000,00
BAIRRO NOVO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A. - CNPJ: 08.758.695/0001-87			
17/09/2012	1 ° REPASSE	500.000,00	
19/09/2012	2 ° REPASSE	500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.000.000,00
BANCO ALVORADA S.A. - CNPJ: 33.870.163/0001-84			
23/08/2012	1 ° REPASSE	125.000,00	
23/08/2012	2 ° REPASSE	500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			625.000,00
BANCO BANKPAR S.A. - CNPJ: 60.419.645/0001-95			
12/09/2012	1 ° REPASSE	300.000,00	
13/09/2012	2 ° REPASSE	500.000,00	
18/09/2012	3 ° REPASSE	200.000,00	
03/10/2012	4 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.200.000,00
BANCO BMG SA - CNPJ: 61.186.680/0001-74			
13/08/2012	1 ° REPASSE	1.000.000,00	



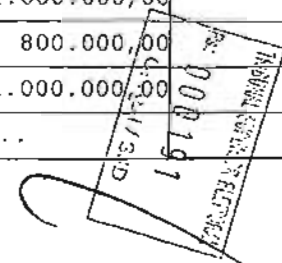
11/09/2012	2 ° REPASSE	100.000,00	
11/09/2012	3 ° REPASSE	1.000.000,00	
03/10/2012	4 ° REPASSE	200.000,00	
25/10/2012	5 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			2.500.000,00
BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO S/A - CNPJ: 33.485.541/0001-06			
25/09/2012	1 ° REPASSE	125.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			125.000,00
BANCO BTG PACTUAL S.A - CNPJ: 30.306.294/0001-45			
20/09/2012	1 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			200.000,00
BANCO SAFRA S A - CNPJ: 58.160.789/0001-28			
27/08/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
31/08/2012	2 ° REPASSE	60.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			160.000,00
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. - CNPJ: 90.400.888/0001-42			
14/09/2012	1 ° REPASSE	1.000.000,00	
26/10/2012	2 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.100.000,00
BRASAL REFRIGERANTES S/A - CNPJ: 01.612.795/0001-51			
31/08/2012	1 ° REPASSE	70.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			70.000,00
BRASKEM S/A - CNPJ: 42.150.391/0001-70			
06/09/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
11/09/2012	2 ° REPASSE	50.000,00	
01/10/2012	3 ° REPASSE	50.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			200.000,00
BRF - BRASIL FOODS S.A. - CNPJ: 01.838.723/0001-27			
24/08/2012	1 ° REPASSE	200.000,00	



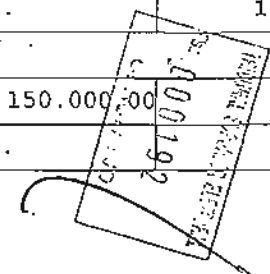
20/09/2012	2 ° REPASSE	130.000,00	
20/09/2012	3 ° REPASSE	30.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			360.000,00
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS - CNPJ: 29.650.082/0001-00			
02/10/2012	1 ° REPASSE	150.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			150.000,00
BTG PACTUAL CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - CNPJ: 43.815.158/0001-22			
18/09/2012	1 ° REPASSE	500.000,00	
18/09/2012	2 ° REPASSE	500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.000.000,00
BUNGE FERTILIZANTES S/A - CNPJ: 61.082.822/0001-53			
26/09/2012	1 ° REPASSE	50.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			50.000,00
CANARIAS CORRETORA DE SEGUROS S/A - CNPJ: 51.724.722/0001-20			
27/08/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
CARIOCA CHRISTIANI NIELSEN ENGENHARIA S A - CNPJ: 40.450.769/0001-26			
18/07/2012	1 ° REPASSE	1.000.000,00	
10/09/2012	2 ° REPASSE	1.000.000,00	
17/09/2012	3 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			2.200.000,00
CASCAVEL COUROS LTDA - CNPJ: 02.411.238/0001-35			
19/09/2012	1 ° REPASSE	500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			500.000,00
CBA - CIA. DE BEBIDAS E ALIMENTOS DO SÃO FRANCISCO - CNPJ: 08.965.289/0001-95			
24/10/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
CEPALGO EMBALAGENS FLEXIVEIS LTDA. - CNPJ: 00.122.473/0001-61			
04/10/2012	1 ° REPASSE	50.000,00	



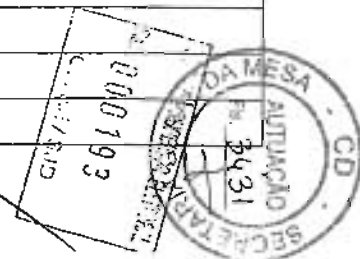
TOTAL DO DOADOR.....		50.000,00
CERVEJARIA PETROPOLIS S/A - CNPJ: 73.410.326/0001-60		
03/10/2012	1 ° REPASSE	1.000.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		1.000.000,00
CFO ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 08.020.863/0002-13		
19/10/2012	1 ° REPASSE	270.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		270.000,00
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CNPJ: 57.494.031/0001-63		
12/09/2012	1 ° REPASSE	40.000,00
21/09/2012	2 ° REPASSE	200.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		240.000,00
COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV - CNPJ: 02.808.708/0001-07		
04/10/2012	1 ° REPASSE	140.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		140.000,00
COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA - CNPJ: 55.960.736/0001-01		
03/09/2012	1 ° REPASSE	80.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		80.000,00
COMPANHIA FLUMINENSE DE REFRIGERANTES - CNPJ: 31.456.338/0001-86		
14/09/2012	1 ° REPASSE	60.000,00
17/10/2012	2 ° REPASSE	35.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		95.000,00
COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI - CNPJ: 01.222.069/0001-22		
26/09/2012	1 ° REPASSE	150.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		150.000,00
COMPANHIA SIDERURGICA VALE DO PINDARE - CNPJ: 22.016.026/0001-60		
10/09/2012	1 ° REPASSE	1.000.000,00
20/09/2012	2 ° REPASSE	800.000,00
25/09/2012	3 ° REPASSE	1.000.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		2.800.000,00



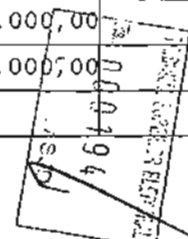
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S/A - CNPJ: 61.522.512/0001-02			
05/09/2012	1 ° REPASSE	230.000,00	
17/09/2012	2 ° REPASSE	1.620.000,00	
03/10/2012	3 ° REPASSE	370.000,00	
04/10/2012	4 ° REPASSE	2.000.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			4.220.000,00
CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A - CNPJ: 17.262.213/0001-94			
05/07/2012	1 ° REPASSE	1.050.000,00	
23/07/2012	2 ° REPASSE	1.000.000,00	
03/08/2012	3 ° REPASSE	750.000,00	
06/08/2012	4 ° REPASSE	1.000.000,00	
13/08/2012	5 ° REPASSE	1.255.000,00	
23/08/2012	6 ° REPASSE	2.000.000,00	
30/08/2012	7 ° REPASSE	500.000,00	
12/09/2012	8 ° REPASSE	1.800.000,00	
14/09/2012	9 ° REPASSE	200.000,00	
17/09/2012	10 ° REPASSE	1.200.000,00	
20/09/2012	11 ° REPASSE	300.000,00	
21/09/2012	12 ° REPASSE	600.000,00	
26/09/2012	13 ° REPASSE	1.250.000,00	
26/09/2012	14 ° REPASSE	170.000,00	
27/09/2012	15 ° REPASSE	100.000,00	
28/09/2012	16 ° REPASSE	1.200.000,00	
03/10/2012	17 ° REPASSE	500.000,00	
18/10/2012	18 ° REPASSE	1.000.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			15.875.000,00
CONSTRUTORA ATERPA M.MARTINS S/A - CNPJ: 17.162.983/0001-65			
02/10/2012	1 ° REPASSE	150.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			150.000,00



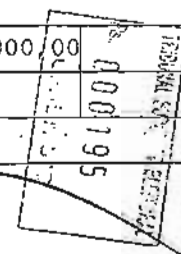
CONSTRUTORA COWAN S/A - CNPJ: 68.528.017/0001-50			
20/09/2012	1 ° REPASSE	1.000.000,00	
04/10/2012	2 ° REPASSE	500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.500.000,00
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT BRASIL S/A - CNPJ: 10.220.039/0001-78			
04/10/2012	1 ° REPASSE	1.000.000,00	
05/10/2012	2 ° REPASSE	500.000,00	
19/10/2012	3 ° REPASSE	500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			2.000.000,00
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A - CNPJ: 15.102.288/0001-82			
31/08/2012	1 ° REPASSE	950.000,00	
06/09/2012	2 ° REPASSE	900.000,00	
02/10/2012	3 ° REPASSE	1.500.000,00	
03/10/2012	4 ° REPASSE	1.000.000,00	
25/10/2012	5 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			4.550.000,00
CONSTRUTORA OAS LTDA - CNPJ: 14.310.577/0030-49			
18/07/2012	1 ° REPASSE	1.000.000,00	
13/08/2012	2 ° REPASSE	500.000,00	
16/08/2012	3 ° REPASSE	1.000.000,00	
22/08/2012	4 ° REPASSE	250.000,00	
27/08/2012	5 ° REPASSE	500.000,00	
30/08/2012	6 ° REPASSE	500.000,00	
03/09/2012	7 ° REPASSE	500.000,00	
12/09/2012	8 ° REPASSE	250.000,00	
17/09/2012	9 ° REPASSE	1.000.000,00	
17/09/2012	10 ° REPASSE	500.000,00	
19/09/2012	11 ° REPASSE	500.000,00	
17/10/2012	12 ° REPASSE	500.000,00	



22/10/2012	13 ° REPASSE	300.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			7.300.000,00
CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A. - CNPJ: 33.412.792/0001-60			
22/08/2012	1 ° REPASSE	1.100.000,00	
27/08/2012	2 ° REPASSE	100.000,00	
29/08/2012	3 ° REPASSE	2.500.000,00	
17/09/2012	4 ° REPASSE	200.000,00	
17/09/2012	5 ° REPASSE	1.000.000,00	
17/09/2012	6 ° REPASSE	100.000,00	
17/09/2012	7 ° REPASSE	1.000.000,00	
19/09/2012	8 ° REPASSE	130.000,00	
27/09/2012	9 ° REPASSE	500.000,00	
28/09/2012	10 ° REPASSE	1.500.000,00	
28/09/2012	11 ° REPASSE	500.000,00	
28/09/2012	12 ° REPASSE	200.000,00	
28/09/2012	13 ° REPASSE	500.000,00	
01/10/2012	14 ° REPASSE	1.000.000,00	
02/10/2012	15 ° REPASSE	1.000.000,00	
04/10/2012	16 ° REPASSE	500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			11.830.000,00
CONSTRUTORA ZADAR LTDA - CNPJ: 30.183.941/0001-79			
21/09/2012	1 ° REPASSE	635.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			635.000,00
CONTAX S.A - CNPJ: 02.757.614/0001-48			
30/08/2012	1 ° REPASSE	20.000,00	
10/09/2012	2 ° REPASSE	500.000,00	
21/09/2012	3 ° REPASSE	690.000,00	
24/09/2012	4 ° REPASSE	500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.710.000,00



DIEFRA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 17.579.459/0001-94			
27/09/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 00.299.904/0001-60			
03/09/2012	1 ° REPASSE	1.000.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.000.000,00
DINAMICA ADMINISTRACAO, SERVICOS E OBRAS LTDA - CNPJ: 00.332.833/0001-50			
25/09/2012	1 ° REPASSE	75.000,00	
19/10/2012	2 ° REPASSE	75.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			150.000,00
DIRECIONAL AMBAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. - CNPJ: 09.162.632/0001-26			
04/10/2012	1 ° REPASSE	75.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			75.000,00
DIRECIONAL CAPIXABA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - CNPJ: 11.630.367/0001-05			
04/10/2012	1 ° REPASSE	75.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			75.000,00
DIRECIONAL SAFIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - CNPJ: 09.162.657/0001-20			
04/10/2012	1 ° REPASSE	75.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			75.000,00
DIRECIONAL TARAUACA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - CNPJ: 11.839.143/0001-08			
04/10/2012	1 ° REPASSE	75.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			75.000,00
DISTRIBOI CARNES E DERIVADOS LTDA - CNPJ: 05.553.301/0001-66			
08/10/2012	1 ° REPASSE	30.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			30.000,00
DUMAS ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA - CNPJ: 62.150.628/0001-20			
22/10/2012	1 ° REPASSE	10.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			10.000,00
DUTO ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 27.557.792/0001-56			



01/10/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
EDIL ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 33.852.096/0001-75			
22/08/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
30/08/2012	2 ° REPASSE	120.000,00	
19/09/2012	3 ° REPASSE	50.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			270.000,00
EDITORA CERED CENTRO DE RECURSOS EDUCACIONAIS LIMITADA - CNPJ: 49.469.307/0001-25			
17/09/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
ELIZABETH PORCELANATO LTDA. - CNPJ: 02.357.659/0001-25			
31/08/2012	1 ° REPASSE	50.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			50.000,00
ELIZABETH REVESTIMENTOS LTDA. - CNPJ: 12.924.130/0001-08			
17/08/2012	1 ° REPASSE	25.000,00	
20/08/2012	2 ° REPASSE	25.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			50.000,00
EMBU S A ENGENHARIA E COMERCIO - CNPJ: 61.322.558/0001-88			
01/08/2012	1 ° REPASSE	250.000,00	
03/09/2012	2 ° REPASSE	250.000,00	
20/09/2012	3 ° REPASSE	250.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			750.000,00
EMPATE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - CNPJ: 46.076.931/0001-74			
05/09/2012	1 ° REPASSE	1.000.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.000.000,00
EMSA EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S A - CNPJ: 17.393.547/0001-05			
17/09/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
ENGEVIX ENGENHARIA S/A - CNPJ: 00.103.582/0001-31			

RECIBO DE PAGAMENTO
Nº 00196
DATA 05/10/2012
VALOR R\$ 100.000,00

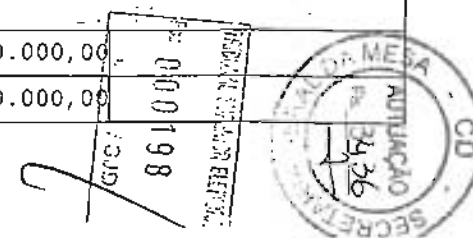


05/10/2012	1 ° REPASSE	50.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			50.000,00
EQUIPAV SA PAVIMENTACAO ENGENHARIA E COMERCIO - CNPJ: 46.083.754/0003-15			
20/09/2012	1 ° REPASSE	770.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			770.000,00
ESSENCIS SOLUCOES AMBIENTAIS S.A. - CNPJ: 40.263.170/0001-83			
23/10/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
ESTRANS - DO BRASIL SERVICOS AMBIENTAIS LTDA - CNPJ: 05.898.980/0001-05			
05/10/2012	1 ° REPASSE	500,17	
05/10/2012	2 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	3 ° REPASSE	4.500,00	
05/10/2012	4 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	5 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	6 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	7 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	8 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	9 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	10 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	11 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	12 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	13 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	14 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	15 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	16 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	17 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	18 ° REPASSE	4.999,99	
05/10/2012	19 ° REPASSE	4.999,99	
TOTAL DO DOADOR.....			90.000,00

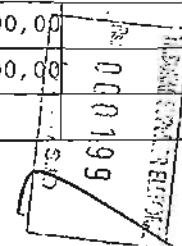
000197



ESSE AMBIENTAL S/A - CNPJ: 03.147.393/0001-59			
17/08/2012	1 ° REPASSE	400.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			400.000,00
FIDENS ENGENHARIA S/A - CNPJ: 05.468.184/0001-32			
28/09/2012	1 ° REPASSE	250.000,00	
03/10/2012	2 ° REPASSE	250.000,00	
10/10/2012	3 ° REPASSE	250.000,00	
17/10/2012	4 ° REPASSE	250.000,00	
25/10/2012	5 ° REPASSE	250.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.250.000,00
FUNDACAO WALDEMAR BARNSELY PESSOA - CNPJ: 56.893.209/0001-86			
18/09/2012	1 ° REPASSE	30.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			30.000,00
FW EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E CONSTRUCOES LTDA - CNPJ: 35.796.804/0001-23			
17/08/2012	1 ° REPASSE	400.000,00	
25/09/2012	2 ° REPASSE	250.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			650.000,00
GALVAO ENGENHARIA S/A - CNPJ: 01.340.937/0001-79			
03/10/2012	1 ° REPASSE	390.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			390.000,00
GEOMECANICA S A TECNOLOGIA DE SOLOS ROCHAS E MATERIAIS - CNPJ: 42.163.162/0001-90			
01/10/2012	1 ° REPASSE	400.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			400.000,00
GERDAU COMERCIAL DE ACOS S.A. - CNPJ: 07.369.685/0001-97			
05/10/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
GOBI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - CNPJ: 13.542.410/0001-06			
14/08/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
16/08/2012	2 ° REPASSE	500.000,00	



12/09/2012	3 ° REPASSE	250.000,00	
24/09/2012	4 ° REPASSE	50.000,00	
10/10/2012	5 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.100.000,00
GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA. - CNPJ: 31.925.548/0001-76			
10/09/2012	1 ° REPASSE	500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			500.000,00
GUARANY SIDERURGIA E MINERACAO S.A. - CNPJ: 10.426.518/0006-50			
18/10/2012	1 ° REPASSE	400.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			400.000,00
HAW EMPREENDIMENTOS LTDA. - CNPJ: 04.385.905/0001-88			
28/09/2012	1 ° REPASSE	30.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			30.000,00
ICOMON TECNOLOGIA LTDA - CNPJ: 02.137.309/0001-53			
21/09/2012	1 ° REPASSE	120.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			120.000,00
IMAPI INDUSTRIA & COMERCIO LTDA - CNPJ: 08.934.181/0001-35			
26/09/2012	1 ° REPASSE	300.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			300.000,00
IMPACTO INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - CNPJ: 07.074.805/0001-29			
05/09/2012	1 ° REPASSE	50.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			50.000,00
INELTO S/A -CONSTRUÇOES E COMERCIO - CNPJ: 16.590.408/0001-09			
05/10/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
INPATRI SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÕES LTDA - CNPJ: 07.812.403/0001-84			
01/10/2012	1 ° REPASSE	40.000,00	
01/10/2012	2 ° REPASSE	40.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			80.000,00

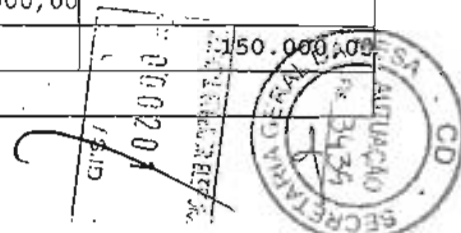


INSTITUTO CULTURAL NEWTON PAIVA FERREIRA LTDA - CNPJ: 16.521.155/0001-03			
31/07/2012	1 ° REPASSE	1.500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.500.000,00
IPE ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 00.487.626/0001-74			
17/08/2012	1 ° REPASSE	500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			500.000,00
ITAPART PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA - CNPJ: 07.522.791/0001-69			
02/10/2012	1 ° REPASSE	20.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			20.000,00
ITV SP PATRIMONIAL LTDA. - CNPJ: 05.467.243/0001-58			
02/10/2012	1 ° REPASSE	40.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			40.000,00
J. SAFRA PARTICIPACOES LTDA - CNPJ: 08.140.464/0001-05			
24/08/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
JBS CONFINAMENTO LTDA - CNPJ: 09.084.219/0001-90			
21/09/2012	1 ° REPASSE	500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			500.000,00
JBS S/A - CNPJ: 02.916.265/0001-60			
06/09/2012	1 ° REPASSE	1.960.000,00	
22/10/2012	2 ° REPASSE	1.000.000,00	
24/10/2012	3 ° REPASSE	300.000,00	
24/10/2012	4 ° REPASSE	500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			3.760.000,00
JHSF INCORPORACOES LTDA. - CNPJ: 05.345.215/0001-68			
20/08/2012	1 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			200.000,00
JSL S/A. - CNPJ: 52.548.435/0027-08			
31/08/2012	1 ° REPASSE	300.000,00	

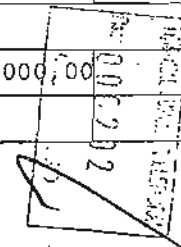
000000
G.S.



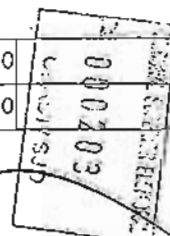
03/09/2012	2 ° REPASSE	500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			800.000,00
LEYROZ DE CAXIAS INDUSTRIA COMÉRCIO & LOGÍSTICA LTDA - CNPJ: 06.958.578/0001-31			
28/09/2012	1 ° REPASSE	150.000,00	
28/09/2012	2 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			250.000,00
LIMPATECH SERVICOS E CONSTRUÇOES LTDA - CNPJ: 35.780.956/0001-38			
21/09/2012	1 ° REPASSE	400.000,00	
26/10/2012	2 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			600.000,00
LUNENDER TEXTIL LTDA. - CNPJ: 75.552.133/0001-70			
10/10/2012	1 ° REPASSE	10.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			10.000,00
MAC ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 80.083.454/0001-02			
02/10/2012	1 ° REPASSE	50.000,00	
10/10/2012	2 ° REPASSE	30.000,00	
11/10/2012	3 ° REPASSE	50.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			130.000,00
MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE SA CONSTRUÇOES EST UNIF - CNPJ: 17.193.590/0001-19			
04/09/2012	1 ° REPASSE	1.000.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.000.000,00
MCE ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 63.263.289/0001-51			
14/09/2012	1 ° REPASSE	1.000.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.000.000,00
META CONSTRUÇOES LTDA. - CNPJ: 08.634.878/0001-90			
01/08/2012	1 ° REPASSE	80.000,00	
21/09/2012	2 ° REPASSE	70.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			150.000,00
MG - DIRETÓRIO ESTADUAL DO PMDB DE MINAS GERAIS - CNPJ: 16.739.948/0001-01			



26/09/2012	1 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			200.000,00
MINERACAO SERRA DOURADA LTDA - CNPJ: 05.520.594/0001-85			
21/09/2012	1 ° REPASSE	120.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			120.000,00
MINERPAV MINERADORA LTDA - CNPJ: 59.476.374/0001-20			
24/10/2012	1 ° REPASSE	250.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			250.000,00
MLOG ARMAZEM GERAL LTDA. - CNPJ: 05.117.268/0001-21			
01/10/2012	1 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			200.000,00
MMX SUDESTE MINERACAO S.A - CNPJ: 08.830.308/0001-76			
05/10/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
MODAL MAQ EQUIPAMENTOS E LOCACOES LTDA. - ME - CNPJ: 04.691.729/0001-68			
28/09/2012	1 ° REPASSE	20.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			20.000,00
MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A - CNPJ: 02.578.564/0001-31			
25/09/2012	1 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			200.000,00
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - CNPJ: 07.816.890/0001-53			
26/10/2012	1 ° REPASSE	300.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			300.000,00
NOVEMBRO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA - CNPJ: 03.578.963/0001-65			
01/10/2012	1 ° REPASSE	40.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			40.000,00
NUTRIMENTAL SA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS - CNPJ: 76.633.890/0001-30			
24/09/2012	1 ° REPASSE	250.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			250.000,00



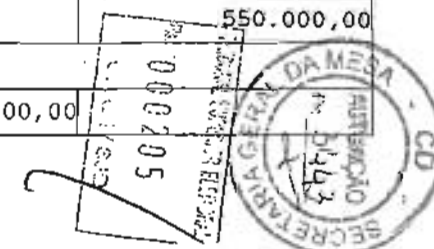
OAS ENGENHARIA E PARTICIPACOES S/A - CNPJ: 14.811.848/0001-05			
30/08/2012	1 ° REPASSE	500.000,00	
12/09/2012	2 ° REPASSE	150.000,00	
14/09/2012	3 ° REPASSE	250.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			900.000,00
ORIGINAL VEICULOS LTDA - CNPJ: 60.894.136/0001-14			
31/08/2012	1 ° REPASSE	200.000,00	
14/09/2012	2 ° REPASSE	1.200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.400.000,00
PATA PATA EMPREENDIMENTOS PARTICIPACOES E SERVICOS S A - CNPJ: 06.170.838/0001-00			
25/09/2012	1 ° REPASSE	26.400,00	
TOTAL DO DOADOR.....			26.400,00
PATRIMAR ENGENHARIA S/A - CNPJ: 23.236.821/0001-27			
17/09/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
24/09/2012	2 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			200.000,00
PELICANO CONSTRUCOES S.A. - CNPJ: 27.426.196/0001-37			
04/09/2012	1 ° REPASSE	50.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			50.000,00
PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - CNPJ: 04.041.933/0001-88			
14/09/2012	1 ° REPASSE	50.000,00	
19/09/2012	2 ° REPASSE	40.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			90.000,00
PIEMONTE EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ: 04.733.787/0001-51			
20/09/2012	1 ° REPASSE	150.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			150.000,00
PRAIAMAR INDÚSTRIA COMÉRCIO & DISTRIBUIÇÃO LTDA - CNPJ: 00.851.567/0001-71			
31/08/2012	1 ° REPASSE	1.700.000,00	
18/09/2012	2 ° REPASSE	500.000,00	



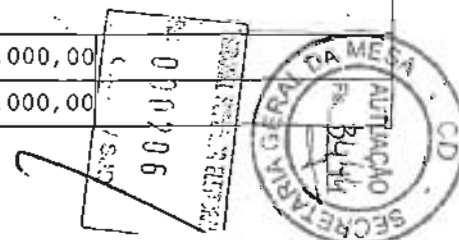
20/09/2012	3 ° REPASSE	1.000.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			3.200.000,00
PRESLAF-EMPRESA DE SERVICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 04.023.995/0001-67			
01/10/2012	1 ° REPASSE	1.080.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.080.000,00
QUEIROZ GALVAO BOM RETIRO DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA - CNPJ: 12.052.137/0001-79			
24/10/2012	1 ° REPASSE	150.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			150.000,00
QUEIROZ GALVÃO EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ: 08.805.525/0001-06			
24/10/2012	1 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			200.000,00
QUEIROZ GALVAO PLATINUM DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA - CNPJ: 11.832.147/0001-64			
24/10/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
QUEIROZ GALVAO VILAS BOAS DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA - CNPJ: 09.278.841/0001-30			
24/10/2012	1 ° REPASSE	150.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			150.000,00
QUIP SA. - CNPJ: 07.211.747/0001-38			
19/09/2012	1 ° REPASSE	150.000,00	
03/10/2012	2 ° REPASSE	50.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			200.000,00
REM SERVICOS FLORESTAIS LTDA - EPP - CNPJ: 04.718.504/0001-00			
03/10/2012	1 ° REPASSE	7.868,20	
TOTAL DO DOADOR.....			7.868,20
RECOFARMA INDÚSTRIA DO AMAZONAS LTDA - CNPJ: 61.454.393/0006-02			
18/09/2012	1 ° REPASSE	500.000,00	
18/09/2012	2 ° REPASSE	1.000.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.500.000,00
REFRESCOS GUARARAPES LTDA - CNPJ: 08.715.757/0001-73			



28/09/2012	1 ° REPASSE	120.000,00	
19/10/2012	2 ° REPASSE	75.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			195.000,00
RESICONTROL SOLUCOES AMBIENTAIS S.A. - CNPJ: 00.957.744/0002-80			
05/10/2012	1 ° REPASSE	90.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			90.000,00
RIO CLARO AGROINDUSTRIAL S.A. - CNPJ: 08.598.391/0001-08			
06/09/2012	1 ° REPASSE	200.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			200.000,00
RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA - CNPJ: 00.074.569/0001-00			
20/08/2012	1 ° REPASSE	500.000,00	
22/08/2012	2 ° REPASSE	500.000,00	
24/08/2012	3 ° REPASSE	500.000,00	
18/10/2012	4 ° REPASSE	145.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.645.000,00
SAFRA LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL - CNPJ: 62.063.177/0001-94			
27/08/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A - CNPJ: 30.902.142/0001-05			
24/09/2012	1 ° REPASSE	60.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			60.000,00
SALTO GRANDE EMPREENDIMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 54.410.329/0001-50			
28/09/2012	1 ° REPASSE	20.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			20.000,00
SARPAV-MINERADORA LTDA - CNPJ: 66.742.636/0001-17			
24/10/2012	1 ° REPASSE	550.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			550.000,00
SELLIX AMBIENTAL E CONSTRUCAO LTDA - CNPJ: 04.655.182/0001-90			
24/08/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	



TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA - CNPJ: 48.540.421/0001-31			
26/09/2012	1 ° REPASSE	150.000,00	
02/10/2012	2 ° REPASSE	100.000,00	
03/10/2012	3 ° REPASSE	500.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			750.000,00
SINALES SINALIZACAO ESPIRITO SANTO LTDA - CNPJ: 36.377.091/0001-26			
20/09/2012	1 ° REPASSE	15.000,00	
24/09/2012	2 ° REPASSE	10.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			25.000,00
SISTEMA INTEGRADO DE EDUCACAO E CULTURA SINEC LTDA S/C - CNPJ: 43.144.138/0001-77			
17/09/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
SOCIEDADE EDUCACIONAL BRICOR LTDA S/C - CNPJ: 56.578.719/0001-69			
17/09/2012	1 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			100.000,00
SOROCABA REFRESCOS S.A. - CNPJ: 45.913.696/0001-85			
04/09/2012	1 ° REPASSE	30.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			30.000,00
SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A - CNPJ: 61.186.888/0001-93			
22/10/2012	1 ° REPASSE	220.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			220.000,00
SPICE INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA. - CNPJ: 06.965.293/0001-28			
20/07/2012	1 ° REPASSE	400.000,00	
31/07/2012	2 ° REPASSE	100.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			500.000,00
SUCOCITRICO CUTRALE LTDA - CNPJ: 61.649.810/0001-68			
21/08/2012	1 ° REPASSE	250.000,00	
05/09/2012	2 ° REPASSE	250.000,00	



TOTAL DO DOADOR.....		500.000,00
SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA - CNPJ: 19.791.896/0002-83		
13/09/2012	1 ° REPASSE	100.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		100.000,00
TEMPO SERVICOS LTDA. - CNPJ: 58.503.129/0001-00		
29/08/2012	1 ° REPASSE	200.000,00
10/09/2012	2 ° REPASSE	250.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		450.000,00
TEXTIL RENAUXVIEW SA - CNPJ: 82.982.075/0001-80		
16/10/2012	1 ° REPASSE	10.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		10.000,00
TREVISO EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ: 52.445.434/0001-07		
21/09/2012	1 ° REPASSE	150.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		150.000,00
U&MMINERACAO E CONSTRUCAO S/A - CNPJ: 18.540.906/0001-64		
22/10/2012	1 ° REPASSE	30.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		30.000,00
UBERLÂNDIA REFRESCOS LTDA. - CNPJ: 23.814.940/0001-10		
17/09/2012	1 ° REPASSE	40.000,00
19/10/2012	2 ° REPASSE	25.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		65.000,00
UNIVERSAL INDUSTRIAS GERAIS LTDA - CNPJ: 50.948.819/0001-53		
05/10/2012	1 ° REPASSE	10.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		10.000,00
USINA ACUCAREIRA S. MANOEL S/A. - CNPJ: 60.329.174/0001-24		
01/10/2012	1 ° REPASSE	20.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		20.000,00
USINA ELDORADO S/A - CNPJ: 05.620.523/0001-54		
25/10/2012	1 ° REPASSE	200.000,00



TOTAL DO DOADOR.....		200.000,00
UTC ENGENHARIA S/A - CNPJ: 44.023.661/0001-08		
26/09/2012	1 ° REPASSE	400.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		400.000,00
VALE FERTILIZANTES S.A. - CNPJ: 33.931.486/0001-30		
14/09/2012	1 ° REPASSE	1.900.000,00
17/09/2012	2 ° REPASSE	1.800.000,00
18/09/2012	3 ° REPASSE	1.750.000,00
19/10/2012	4 ° REPASSE	200.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		5.650.000,00
VENTO SUL ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 03.509.843/0001-06		
17/08/2012	1 ° REPASSE	100.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		100.000,00
VIA ENGENHARIA S/A - CNPJ: 00.584.755/0001-80		
25/09/2012	1 ° REPASSE	250.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		250.000,00
VISTA DO LAGO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA - CNPJ: 12.668.551/0001-07		
19/09/2012	1 ° REPASSE	150.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		150.000,00
VIVA AMBIENTAL E SERVICOS S.A. - CNPJ: 05.566.002/0001-66		
25/09/2012	1 ° REPASSE	350.000,00
05/10/2012	2 ° REPASSE	320.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		670.000,00
WTORRE ENGENHARIA E CONSTRUCAO S.A. - CNPJ: 05.811.812/0001-30		
08/08/2012	1 ° REPASSE	500.000,00
13/09/2012	2 ° REPASSE	220.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		720.000,00
WTORRE ZETER TERRAPLENAGEM LTDA. - CNPJ: 05.852.118/0001-61		
06/09/2012	1 ° REPASSE	150.000,00



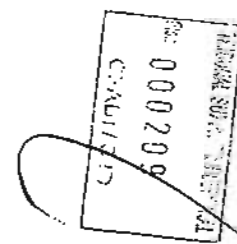
TOTAL DO DOADOR.....	150.000,00
TOTAL GERAL.....	115.109.268,20

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2012

Sen. VALDIR RAUZY
Presidente

Sen. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA
Tesoureiro

OSCAR VICENTE DE PAULA
Contador PMDB - DIRETÓRIO NACIONAL
CRC nº 7452 - DF



PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - DIRETÓRIO NACIONAL

DEMONSTRATIVO DAS DOAÇÕES RECEBIDAS DE PESSOAS JURÍDICAS EM RECURSOS ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO

ELEIÇÕES - 2012



Centro de Custo: Eleições 2012 - RECURSOS PRÓPRIOS

Município/UF: BRASIL/

DATA	DOADOR	PARCIAL	TOTAL
CONSTRUTORA COWAN S/A - CNPJ: 68.528.017/0001-50			
25/10/2012	1 ° REPASSE	326.264,29	
TOTAL DO DOADOR.....			326.264,29
TOTAL GERAL.....			326.264,29

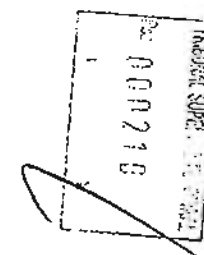
Brasília - DF, 31 de dezembro de 2012

Sen. VALDIR RAPOSO
Presidente

Sen. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA
Tesoureiro

OSANO VICENTE DE PAULA
Contador PMDB - DIRETÓRIO NACIONAL

CRC nº 7452 - DF





DOAÇÕES PP - 2012

Demonstrativo de Doações Recebidas



Partido : Partido Progressista

Órgão do Partido : Nacional

UF/Município : DF/BRASILIA

Data	Espécie Recurso	Doador	CPF/CNPJ	Valor R\$
27/06/2012	Dinheiro	C R ALMEIDA S/A - ENGENHARIA DE OBRAS	33.059.908/0001-20	500.000,00
03/07/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA OAS LTDA	14.310.577/0030-49	500.000,00
26/07/2012	Dinheiro	SAN MARINO ONIBUS E IMPLEMENTOS LTDA	93.785.822/0001-06	300.000,00
30/07/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A	17.262.213/0001-94	500.000,00
01/08/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA COLARES LINHARES S.A.	03.568.496/0001-92	100.000,00
02/08/2012	Dinheiro	SAN MARINO ONIBUS E IMPLEMENTOS LTDA	93.785.822/0001-06	200.000,00
10/08/2012	Dinheiro	HORTOVILLE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A	09.355.857/0001-07	100.000,00
20/08/2012	Dinheiro	BRF - BRASIL FOODS S.A.	01.838.723/0001-27	90.000,00
24/08/2012	Dinheiro	SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	62.063.177/0001-94	100.000,00
28/08/2012	Dinheiro	AMORIM BARRETO ENGENHARIA LTDA	03.318.115/0001-17	50.000,00
28/08/2012	Dinheiro	FW EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E CONSTRUÇÕES	35.796.804/0001-23	100.000,00
28/08/2012	Dinheiro	NOBILIS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	03.422.293/0001-93	400.000,00
28/08/2012	Dinheiro	GOETZE LOBATO ENGENHARIA LTDA	89.952.709/0001-09	150.000,00
29/08/2012	Dinheiro	TEMPO SERVIÇOS LTDA	58.503.129/0001-00	50.000,00
29/08/2012	Dinheiro	COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV	02.808.708/0001-07	300.000,00
30/08/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A.	61.099.826/0001-44	250.000,00
30/08/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A	17.262.213/0001-94	500.000,00
30/08/2012	Dinheiro	GONÇALVES & TORTOLA S/A	85.070.068/0001-08	20.000,00
31/08/2012	Dinheiro	GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S.A.	07.369.685/0001-97	100.000,00
31/08/2012	Dinheiro	VONPAR REFRESCOS S.A.	91.235.549/0001-10	120.000,00
31/08/2012	Dinheiro	SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	62.063.177/0001-94	40.000,00
03/09/2012	Dinheiro	SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.	30.902.142/0001-05	100.000,00
05/09/2012	Dinheiro	M R S ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA	94.526.480/0001-72	60.000,00
05/09/2012	Dinheiro	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.	33.337.122/0001-27	50.000,00
05/09/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.	33.412.792/0001-60	900.000,00
05/09/2012	Dinheiro	BRASKEM S/A	42.150.391/0001-70	50.000,00
06/09/2012	Dinheiro	COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRED FINANCEIROS	01.222.069/0001-22	400.000,00
06/09/2012	Dinheiro	USINA ELDORADO	05.620.523/0001-54	850.000,00
06/09/2012	Dinheiro	CBPO ENGENHARIA LTDA	61.156.410/0001-10	400.000,00
10/09/2012	Dinheiro	KOLETA AMBIENTAL LTDA	04.517.241/0001-63	20.020,00
10/09/2012	Dinheiro	M R S ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA	94.526.480/0001-72	60.000,00
10/09/2012	Dinheiro	TEMPO SERVIÇOS LTDA	58.503.129/0001-00	200.000,00
11/09/2012	Dinheiro	AMORIM BARRETO ENGENHARIA LTDA	03.318.115/0001-17	50.000,00
11/09/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A	17.262.213/0001-94	100.000,00
12/09/2012	Dinheiro	LIBRA TERMINAL VALONGO S/A	08.809.288/0001-51	100.000,00
13/09/2012	Dinheiro	BRASKEM S/A	42.150.391/0001-70	50.000,00
13/09/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A	17.262.213/0001-94	1.000.000,00
14/09/2012	Dinheiro	VALE FERTILIZANTES S.A.	33.931.486/0001-30	2.450.000,00
14/09/2012	Dinheiro	PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04.041.933/0001-88	50.000,00
14/09/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A	17.262.213/0001-94	50.000,00
14/09/2012	Dinheiro	ODEBRECHT OLEO E GAS S/A	08.091.102/0001-71	200.000,00
17/09/2012	Dinheiro	CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A	61.522.512/0001-02	550.000,00
18/09/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.	33.412.792/0001-60	100.000,00
18/09/2012	Dinheiro	ARCELORMITTAL BRASIL S.A.	17.469.701/0001-77	82.000,00

Demonstrativo de Doações Recebidas

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Fls. 000029

GRADUADO 2012




Partido : Partido Progressista

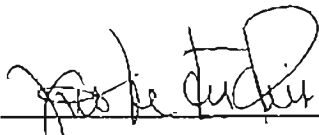
Órgão do Partido : Nacional

UF/Município : DF/BRASILIA

Data	Espécie Recurso	Doador	CPF/CNPJ	Valor R\$
19/09/2012	Dinheiro	BUNGE FERTILIZANTES S/A	61.082.822/0001-53	50.000,00
20/09/2012	Dinheiro	BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO S/A	33.485.541/0001-06	50.000,00
20/09/2012	Dinheiro	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A	08.343.492/0001-20	200.000,00
20/09/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.	33.412.792/0001-60	140.000,00
20/09/2012	Dinheiro	VOTARANTIM INDUSTRIAL S.A.	03.407.049/0001-51	30.000,00
20/09/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A	17.262.213/0001-94	1.000.000,00
21/09/2012	Dinheiro	GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S.A.	07.369.685/0001-97	50.000,00
25/09/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA OAS LTDA	14.310.577/0030-49	100.000,00
25/09/2012	Dinheiro	TRACTEBEL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA	04.100.556/0001-00	100.000,00
27/09/2012	Dinheiro	DIRECIONAL TAGUATINGA ENGENHARIA LTDA	08.985.446/0001-24	70.000,00
27/09/2012	Dinheiro	DIRECIONAL DIAMANTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS	09.037.957/0001-87	30.000,00
27/09/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A	17.262.213/0001-94	100.000,00
28/09/2012	Dinheiro	LIBRA TERMINAL VALONGO S/A	08.809.288/0001-51	120.000,00
01/10/2012	Dinheiro	AMORIM BARRETO ENGENHARIA LTDA	03.318.115/0001-17	50.000,00
01/10/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.	33.412.792/0001-60	800.000,00
02/10/2012	Dinheiro	CAF BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S.A.	02.430.238/0001-82	380.000,00
03/10/2012	Dinheiro	LOCAR SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	35.474.949/0001-08	50.000,00
03/10/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S/A	17.185.786/0001-61	250.000,00
04/10/2012	Dinheiro	COSAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	50.746.577/0001-15	50.000,00
04/10/2012	Dinheiro	CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A	61.522.512/0001-02	100.000,00
05/10/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.	33.412.792/0001-60	800.000,00
17/10/2012	Dinheiro	GOETZE LOBATO ENGENHARIA LTDA	89.952.709/0001-09	150.000,00
19/10/2012	Dinheiro	VALE FERTILIZANTES S.A.	33.931.486/0001-30	300.000,00
23/10/2012	Dinheiro	CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S/A	17.185.786/0001-61	250.000,00
26/10/2012	Dinheiro	BUNGE FERTILIZANTES S/A	61.082.822/0001-53	30.000,00
01/11/2012	Dinheiro	COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV	02.808.708/0001-07	50.000,00
20/12/2012	Dinheiro	GALVÃO ENGENHARIA S/A	01.340.937/0001-79	80.000,00
Total				R\$ 17.722.020,00

BRASILIA-DF, 31 de dezembro de 2012


FRANCISCO DORNELLES
Presidente


FEÚ ROSA
Tesoureiro


ALBERTO MILHOMEM BARBOSA
Contabilista/CRC n.º - 6581/DF



DOAÇÕES PT - 2013

DEMONSTRAÇÃO DE DOAÇÕES RECEBIDAS (modelo 8)

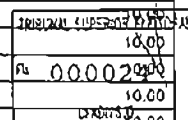


PARTIDO DOS TRABALHADORES

FOLHA Nº

ORGAO DO PARTIDO: DIRETÓRIO NACIONAL

DATA	ESPÉCIE DO RECURSO	DOADOR	CNPJ/CPF	R\$
10/04/2013	DINHEIRO	PAULO ADALBERTO ALVES FERREIRA	292.921.580-15	600,00
29/08/2013	DINHEIRO	OSALIA MARIA GOMES DO NASCIMENTO	805.130.501-94	10,00
29/08/2013	DINHEIRO	HELANGE MENDES OLIVEIRA	803.583.731-15	10,00
29/08/2013	DINHEIRO	EDELSON CLEITON GOMES VERRSIMO	797.206.681-72	10,00
29/08/2013	DINHEIRO	AMILTON ANTONIO DE FARIA	624.536.291-15	10,00
29/08/2013	DINHEIRO	DEUSDEÍTA SILVA VALENÇA	197.802.491-68	10,00
29/08/2013	DINHEIRO	MARIA EUZA ALVES BATISTA	005.414.725-50	10,00
29/08/2013	DINHEIRO	VICENTE SILVERIO JUNIOR	837.137.191-87	10,00
29/08/2013	DINHEIRO	LEANDRO GOMES DE PAULA	003.418.981-55	10,00
29/08/2013	DINHEIRO	FRANCIEL ALVES	033.648.641-36	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MARIA LOURDES BERNARDO AQUINO	014.178.841-10	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ELZA JESUS MARQUES DE AMORIM	003.281.931-51	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	LUIZ CARLOS SOUZA PONCE	003.945.011-28	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	DOUGLAS JOSE GODINHO DE AQUINO ALVES	004.432.961-03	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ELIANE PONCE LEITE	004.489.181-45	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	LISIANE ZAMBONI	005.037.670-50	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ERIKAI OLIVEIRA RODRIGUES BORGES	005.435.891-45	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	CARLOS ALBERTO AFONSO DE LIMA	005.623.411-08	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	SILLAS JEPHERSON OLIVEIRA NAVES	006.356.821-10	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	JUSCELINO SANTOS GOIS	007.172.655-10	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	FABIANA RICARDO DOS SANTOS	008.408.435-47	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MARLENE APARECIDA DA SILVA DIAS	008.508.809-98	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	SIMONIA APARECIDA DA SILVA VIEIRA	008.659.569-52	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	CLAUDIO ROBERTO DE AMORIM	009.110.001-01	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ROSIMEIRE MARIA DA CUNHA	009.110.691-51	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	VALMIR FLEURY LOBO	009.116.181-98	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	RONALDO GERLING SCHUTZ	009.377.669-42	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	DORISMAR PEREIRA DA SILVA	009.542.031-27	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	LUCINDA BERNADETE DE SOUZA	010.009.681-62	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	NOELI SCHUTZ	010.587.059-54	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	VIVIAN CHRYSTIANE CANTERO PIGATO	010.626.959-04	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ROSANGELA SOUZA PONCE	013.165.831-70	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	IVALDO ALVES GOIS	015.712.275-12	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ELISABETE LUCIA DA SILVA TONIOLO	016.051.790-78	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	UILIAN CONCEIÇÃO DE SOUZA RODRIGUES	016.387.235-08	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	GENESIO DE ALMEIDA TELES	017.028.679-60	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	WELTON SIQUEIRA	019.256.201-07	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	JOABE AFONSO AQUINO	019.713.131-66	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	GELIARDE PONDE MORAES	020.651.821-80	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	PAULO SOARES BUENO	020.785.269-32	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	AGUINALDO JOSE DA SILVA	021.420.269-78	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	EMILY RODRIGUES SILVA	021.673.095-38	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	VAGNER ROGERIO LIMA	022.263.749-81	25,00
30/08/2013	DINHEIRO	NAYARA MELO SANTOS	023.244.041-76	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	LUIZ CARLOS DE MORAES	023.300.771-73	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	JORLY SOUSA LOBO	024.022.731-41	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	SUSI DE ALENCAR SANTOS	024.503.015-85	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	IZOLDA MARIA SIEBRA DE ALBUQUERQUE	024.520.924-79	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	VALDIR MONTEIRO	024.905.359-43	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ALEXANDRE VICTOR SILVA DE SOUZA	026.038.255-85	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	RONILDA GONTHIER DO ROSARIO	026.086.915-52	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ELISABETE DA SILVA CAMPOS	026.537.201-16	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	OSSIMARA PEREIRA DE ARAUJO	027.666.915-02	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	EMILIA ROSA DO NASCIMENTO	027.709.835-12	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	FABIO DOMINGOS DE CAMPOS	027.827.961-94	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	CARLOS DOS SANTOS LOPES	027.842.166-70	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	PEDRO DE SOUZA PONCE	002.784.321-69	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ANDREIA LIMA SANTOS	028.405.795-96	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ALLISSON SOUZA SILVA	028.809.595-73	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	FRANCISCO FILHO DA SILVA	032.509.569-88	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MARCIELE DOS SANTOS DELGADO	032.969.221-64	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MARIA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS	331.570.001-76	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	KRISHNA ALVES GOMES	034.011.281-67	10,00



DEMONSTRAÇÃO DE DOAÇÕES RECEBIDAS (modelo 8)

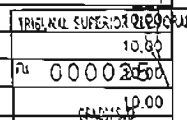


PARTIDO DOS TRABALHADORES

FOLHA Nº

ÓRGÃO DO PARTIDO: DIRETÓRIO NACIONAL

DATA	ESPÉCIE DO RECURSO	DOADOR	CNPJ/CPF	R\$
30/08/2013	DINHEIRO	CAIO CESAR GONÇALVES DE SOUZA	034.338.425-66	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	TOBIAS JABIRAY GOMES DE OLIVEIRA	037.261.911-86	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	AILTON AFONSO DE AQUINO JUNIOR	038.169.301-58	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	VILMA ALVES MOREIRA	038.481.719-05	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ANA WI RANCI SOUSA COSTA	041.743.353-03	10,30
30/08/2013	DINHEIRO	GIOVANNI LAERTI DA SILVA	042.288.571-16	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MARCELO VILMAR SOUSA	042.517.879-00	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	RENIER ALMEIDA COSTA	043.637.755-13	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	LAIS DA COSTA SANTOS	043.659.155-33	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	EDILSON DA SILVA MELO	043.714.575-17	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	LUARA MELO SANTOS	044.721.221-46	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	EDENILZA PEREIRA DE LIMA	044.736.505-37	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	CRISTINA DE MELO OLIVEIRA	045.239.191-54	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ADRIELY APARECIDA DE OLIVEIRA SARDINHA	048.048.329-98	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ERALDA DA SILVA DO ESPIRITO SANTO	048.970.535-95	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	JOSE CLAUDEMIR FELIPE	049.253.298-20	42,00
30/08/2013	DINHEIRO	GIANCARD DE MATOS SENA	049.744.365-11	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	SOLANGE RODRIGUES DOS SANTOS	051.041.825-29	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	PAULO ROBERTO MACHADO JUNIOR	053.593.489-09	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	SHADIA IARA SCHERER MENZEN	053.727.039-62	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	DAURA DE AQUINO	055.643.221-15	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	CARLOS ANDRE FERREIRA FEITOSA	056.917.395-73	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	PEDRO MADSON RODRIGUES FEITOSA	057.729.925-54	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MURILO FELIX ROCHA FERREIRA	059.520.721-94	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MARIELY VIEIRA DE OLIVEIRA	060.223.845-59	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	JOAO PEDRO DOS SANTOS	061.385.505-10	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	VICTOR OTAVIO FONSECA MARTINS	062.071.168-31	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	DANIELA GOMES DO NASCIMENTO	062.445.755-98	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	VICTOR CAETANO SILVA	062.671.465-61	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	LUÇAS RODRIGUES LEITE	063.791.225-08	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	FRANCISCO FERREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR	064.507.944-88	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	REJANE VIEIRA ALVES	066.672.715-50	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	PONCIO DE AQUINO	069.265.091-15	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	SEBASTIAO CARLOS DA SILVA	071.162.168-39	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ISMAEL PEREIRA DE SANTANA	073.194.605-72	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	FRANCIAN E CONSEIÇÃO DE JESUS	073.724.285-05	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	GRACIELA ANDRE DORNELES	077.440.569-37	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	NEUSA DA SILVA GARCIA	085.000.098-02	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ANTONIO MARQUES DE VASCONCELOS	092.176.145-72	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	JEFFERSON DA SILVA VIEIRA	096.745.239-80	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ROBERTO CARLOS MENONI	112.431.418-06	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	EWERTON DE ANDRADE	116.568.454-31	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ANDRE LUIS MENDES	119.427.180-02	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ROSMARI APARECIDA BEZERRA DA SILVA	122.819.678-83	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MARIA DE LOURDES VALENTIM	125.558.718-02	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	JOAQUIM NICOLAU GOMES	133.512.141-20	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	SOLANGE DE OLIVEIRA DA SILVA	135.736.138-61	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ROSANA DE OLIVEIRA	155.557.498-05	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	CLAUDIA APARECIDA CAMARINI	182.156.158-99	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	GENIVALDO DE JESUS DE CARVALHO	198.043.345-34	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	PONCIANO MILTON DA SILVA	204.352.661-87	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	DANIEL DE MORAES	204.419.291-91	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ACELINO DE MORAES	204.452.961-00	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	JOSE ANTONIO DO NASCIMENTO	219.118.005-15	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MOISES ANDRE DE MELO	233.026.661-87	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	RICARDO GONZAGA JAYME	253.725.301-97	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MILITAO SOARES PEIXOTO FILHO	278.442.851-68	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	VERA LUCIA DE SOUSA	284.538.748-24	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	LEANDRO VIANA DE SOUSA	296.657.258-23	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	SANDRA MARA DE OLIVEIRA DE MENEZES	297.634.278-43	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	RAFAEL CASTRO KOCIAN	304.511.178-53	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	HORACIO VARLEI BORGES	308.198.229-49	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ELISABETH DE PINA LOPES	319.174.371-53	10,00



DEMONSTRAÇÃO DE DOAÇÕES RECEBIDAS (modelo 8)



PARTIDO DOS TRABALHADORES			FOLHA Nº 3/5	
ÓRGÃO DO PARTIDO: DIRETÓRIO NACIONAL				
DATA	ESPÉCIE DO RECURSO	DOADOR	CNPJ/CPF	R\$
30/08/2013	DINHEIRO	ROUSEVELTT DABADIA CAMARGO	336.016.071-15	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MARINEIDE DE LIMA	344.152.728-35	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	BENEDITO MARCONE GOMES	349.766.121-04	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	GERSON DE JESUS CARVALHO	351.439.323-00	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	NILSON DE JESUS SANTOS	357.607.375-20	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	BENEDITO ROBERTO BARRETO	363.973.939-68	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	JOSIANE SILVA SIMOES DE ALMEIDA	368.597.468-82	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	PAULA CRISTINA OLIVEIRA DE MENEZES	380.772.278-56	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	TIAGO FERNANDO MOREIRA DA SILVA	403.910.138-31	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ANTONIO DO CARMO CONCEIÇÃO	415.861.907-68	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	TAIS CRISTINA DE ARAUJO RAMALHO	416.822.508-90	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	NATALIA PIRES DE CAMPOS CRUZ	418.025.248-19	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	GUILHERME SILVA SIMOES DE ALMEIDA	423.666.368-65	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MURILO CORREA DE MORAES	424.446.418-25	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	CANDIDA RODRIGUES RIOS	426.195.729-91	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	JESSICA DE LIMA FELIX	448.551.358-01	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	CIRILENE ELIAS FERREIRA	450.052.571-87	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	AMAURY JOSE DOS SANTOS	450.124.741-04	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ANGELA ZANEILA PROHMANN DE LIMA	463.069.519-20	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	LUIS CARLOS PARISE	466.089.800-97	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	VILMO MARCOS ARANTES	470.753.546-49	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	GILMAR SCHULTZ DOS SANTOS	475.213.509-44	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MAURO JESUS DA SILVA	479.559.297-72	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	VERA LUCIA DOS SANTOS ROCHA	516.487.255-20	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	GUIOMAR LUIZ DE GODOI	557.294.879-91	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	PAULO QUERINO DE SOUSA	057.883.388-91	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	LENIR SERRA ALVES	566.426.501-25	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	APARECIDA GOMES DE ARAUJO	590.680.431-53	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ANTONIO PRACHUN	593.212.619-15	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	WILLIAM FREIRE QUIRINO DE MELO	598.158.681-87	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	JOSE RICARDO BERNARDO	624.243.271-49	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	FATIMA DE AQUINO	630.237.681-53	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MARCIEL CANDIDO DA CUNHA	642.088.261-34	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	CLAUDINEI CESAR KROHN	662.583.839-04	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	LUIZ CARLOS BETTANN	717.675.418-72	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	SERGIO MONTEIRO	724.831.309-25	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	LUCIANO TRIERS PEREIRA	776.028.891-34	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	VANDA LUCIA DE JESUS XAVIER	786.691.205-00	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	EDGAR JOSE DE SOUZA	795.864.738-72	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	CLAERISTON XAVIER COSTA	797.006.235-34	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	VALDEIR MORAIS DA LUZ	803.122.921-04	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	WENDER FERREIRA DO ROSARIO	838.426.911-49	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MORACIL NUNES DA SILVA	851.539.581-91	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	LUCIANO DE OLIVEIRA JUNIOR	852.428.021-20	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	LAURINEI VICENTE DE ARRUDA	862.729.931-53	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	SOLANGE MARIA SCARANELLO	869.586.258-04	15,00
30/08/2013	DINHEIRO	EVA DE JESUS SANTOS	912.279.175-20	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MARCIA SILVA	937.404.250-81	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	PRISCILA OLIVEIRA RODRIGUES BORGES	941.301.161-34	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	AGNALDO CONCEIÇÃO DE JESUS	944.847.675-20	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MOIZES ALEIXO GOES NETO	945.115.355-15	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	SANTO LOPES VIEIRA	968.219.819-49	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MARIA HELENA DO CARMO	969.151.531-37	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	AMARILDO JOAQUIM DOS REIS	969.246.519-00	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MARIA RITA SOARES BUENO DA SILVA	969.254.429-04	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	FLAVIO PEREIRA DOS SANTOS	978.688.921-53	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MARCELO PORTO BRANDAO	982.093.965-87	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MURILO PORTO BRANDAO	982.166.475-53	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	JUAZEL DIONISIO DE ARRUDA	987.078.801-63	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	DIOGO BERNARDO DE AQUINO	987.994.441-00	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	MURILO PIRENEUS DE OLIVEIRA	994.312.971-91	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	ERIKA MARIA DE JESUS	998.572.781-91	10,00
30/08/2013	DINHEIRO	DIOGO ROMERO VIDAL LESSA	013.867.475-21	10,00

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
R\$ 00002600



DEMONSTRAÇÃO DE DOAÇÕES RECEBIDAS (modelo 8)

PARTIDO DOS TRABALHADORES			FOLHA Nº 4/5	
ÓRGÃO DO PARTIDO: DIRETÓRIO NACIONAL				
DATA	ESPÉCIE DO RECURSO	DOADOR	CNPJ/CPF	R\$
30/08/2013	DINHEIRO	HELVIO DE FRAGAS	980 515 180-15	10,00
10/09/2013	DINHEIRO	JOSE EDUARDO DE JESUS DANTAS	513.955.415-15	10,00
10/09/2013	DINHEIRO	MARYGLEYDE SANTOS ANDRADE	917.832.915-91	10,00
17/09/2013	DINHEIRO	CLODOALDO DE LIMA MECEIROS	645 487.162-20	11,20
24/10/2013	DINHEIRO	EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA	080 350.649-08	10,00
07/11/2013	DINHEIRO	WELLINGTON PEREIRO SANTOS	025 598.955-52	10,00
07/11/2013	DINHEIRO	LUANA VANESSA COSTA SOARES	042.882 915-96	40,00
07/11/2013	DINHEIRO	LUCIA MARIA OLIVEIRA SILVA	903 680 615-15	24,41
07/11/2013	DINHEIRO	DENISSON SANTOS XAVIER	946 284 915-34	180,00
02/01/2013	DINHEIRO	EMPRESA DE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	03 004.917/0001-52	500.000,00
02/01/2013	DINHEIRO	JAN PARTICIPAÇÕES S/A	07 895.729/0001-12	500.000,00
03/01/2013	DINHEIRO	HYPERMARCAS S/A	02.932 074/0001-91	100.000,00
10/01/2013	DINHEIRO	JAN PARTICIPAÇÕES S/A	07 895 729/0001-12	100.000,00
10/01/2013	DINHEIRO	EMPRESA DE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	03.004 917/0001-52	100.000,00
15/01/2013	DINHEIRO	HYPERMARCAS S/A	02.932 074/0001-91	100.000,00
28/01/2013	DINHEIRO	ENGEVIX ENGENHARIA S/A	00 103 582/0001-31	250.000,00
30/01/2013	DINHEIRO	SERVENO CIVILSAN S/A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA	48 340 421/0001-31	1.000.000,00
30/01/2013	DINHEIRO	GALVAO ENGENHARIA S/A	01.340.937/0001-79	350.000,00
01/02/2013	DINHEIRO	CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A	61.522 512/0001-02	5.000.000,00
13/02/2013	DINHEIRO	CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A	61.522 512/0001-02	3.000.000,00
22/02/2013	DINHEIRO	JHSF INCORPORAÇÕES LTDA	05 345.215/0001-68	40.000,00
25/02/2013	DINHEIRO	PONTO VEICULOS LTDA	08.375 156/0001-20	250.000,00
28/02/2013	DINHEIRO	REVITA ENGENHARIA S.A	08.623 970/0001-55	1.500.000,00
28/02/2013	DINHEIRO	GALVAO ENGENHARIA S/A	01 340 937/0001-79	350.000,00
05/03/2013	DINHEIRO	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S.A	33.412.792/0001-60	3.000.000,00
06/03/2013	DINHEIRO	CONSTRUTORA OAS S A	14 310 577/0030-49	1.500.000,00
07/03/2013	DINHEIRO	WTORRE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S A	05.811 812/0001-30	250.000,00
08/03/2013	DINHEIRO	CONSTRUTORA OAS S A	14 310.577/0030-49	1.500.000,00
11/03/2013	DINHEIRO	CONSTRUTORA NOBERTO ODEBRECHT S.A	15.102 286/0001-82	2.000.000,00
11/03/2013	DINHEIRO	TRANSRIO CAMINHOS ONIBUS, MAQUINAS E MOTORES LTDA	11.725 521/0001-47	250.000,00
15/03/2013	DINHEIRO	MINERVA S/A	67 620 377/0001-14	100.000,00
18/03/2013	DINHEIRO	MINERVA S/A	67.620.377/0001-14	(100.000,00)
19/03/2013	DINHEIRO	MINERVA S/A	67 620.377/0001-14	100.000,00
27/03/2013	DINHEIRO	CONSTRUTORA OAS S A	14.310.577/0030-49	270.000,00
26/03/2013	DINHEIRO	UTC ENGENHARIA S/A	44 023.661/0001-08	2.000.000,00
26/03/2013	DINHEIRO	KOLETA AMBIENTAL LTDA	04 517 241/0001-83	1.500.000,00
28/03/2013	DINHEIRO	GALVAO ENGENHARIA S/A	01.340.937/0001-79	500.000,00
01/04/2013	DINHEIRO	ESTRE AMBIENTAL S/A	03 147 393/0001-59	500.000,00
04/04/2013	DINHEIRO	ESTRE AMBIENTAL S/A	03 147 393/0001-59	500.000,00
05/04/2013	DINHEIRO	MB ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA	00 126 468/0001-27	33.000,00
08/04/2013	DINHEIRO	J&S S/A	02 916 265/0001-50	3.000.000,00
08/04/2013	DINHEIRO	ESTRE AMBIENTAL S/A	03 147 393/0001-59	500.000,00
10/04/2013	DINHEIRO	UTC ENGENHARIA S/A	44.023 661/0001-08	1.000.000,00
11/04/2013	DINHEIRO	CONSTRUTORA OAS S A	14 310 577/0030-49	300.000,00
16/04/2013	DINHEIRO	MINERVA S/A	67 620.377/0001-14	100.000,00
18/04/2013	DINHEIRO	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO	33.412 791/0001-60	3.000.000,00
19/04/2013	DINHEIRO	REVITA ENGENHARIA S A	08 623.970/0001-55	1.500.000,00
19/04/2013	DINHEIRO	CARIOCA CHRISTIANI NIELSEN ENGENHARIA S/A	40.450 769/0001-26	300.000,00
30/04/2013	DINHEIRO	GALVAO ENGENHARIA S/A	01 340 937/0001-79	500.000,00
17/05/2013	DINHEIRO	ESTRE AMBIENTAL S/A	03 147 393/0001-59	1.000.000,00
20/05/2013	DINHEIRO	REVITA ENGENHARIA S A	08 623 970/0001-55	2.000.000,00
04/05/2013	DINHEIRO	GALVAO ENGENHARIA S/A	01 340.937/0001-79	500.000,00
05/06/2013	DINHEIRO	CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA	31 733.363/0001-60	500.000,00
26/06/2013	DINHEIRO	GALVAO ENGENHARIA S/A	01.340.937/0001-79	500.000,00
05/07/2013	DINHEIRO	EMPATE ENGENHARIA COMERCIO LTDA	46 076 931/0001-74	75.000,00
15/07/2013	DINHEIRO	UTC ENGENHARIA S/A	44 023.661/0001-08	130.000,00
19/07/2013	DINHEIRO	CARIOCA CHRISTIANI NIELSEN ENGENHARIA S/A	40 450 769/0001-26	300.000,00
31/07/2013	DINHEIRO	GALVAO ENGENHARIA S/A	01 340 937/0001-79	500.000,00
01/08/2013	DINHEIRO	CONSTRUTORA OAS S A	14 310 577/0030-49	400.000,00
13/08/2013	DINHEIRO	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A	17 262 213/0001-94	500.000,00
16/08/2013	DINHEIRO	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S A	33.412 792/0001-60	500.000,00
21/08/2013	DINHEIRO	REVITA ENGENHARIA S A	08 623.970/0001-55	(1.000.000,00)
21/08/2013	DINHEIRO	REVITA ENGENHARIA S A	08 623.970/0001-55	1.000.000,00



DOAÇÕES PMDB - 2013



PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - DIRETÓRIO NACIONAL
DEMONSTRATIVO DAS DOAÇÕES RECEBIDAS DE PESSOAS FÍSICAS
EXERCÍCIO - 2013



Centro de Custo: RECURSOS PRÓPRIOS

Município/UF: BRASIL/

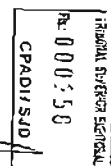
DATA	DOADOR	PARCIAL	TOTAL
JOSE CELSO VALADARES GONTIJO - CPF: 001.997.021-87			
05/12/2013	1 ° DOAÇÃO	180.000,00	
TOTAL DO CANDIDATO.....			180.000,00
SERGIO AUGUSTO DE ALMEIDA BRAGA - CPF: 156.788.816-04			
17/12/2013	1 ° DOAÇÃO	25.000,00	
TOTAL DO CANDIDATO.....			25.000,00
TOTAL GERAL.....			205.000,00

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2013

Sen. VALDIR ROUPP
Presidente

Sen. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA
Tesoureiro

OSANO VICENTE DE PAULA
Contador PMDB - DIRETÓRIO NACIONAL
CRC n° 7452 - DF





PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - DIRETÓRIO NACIONAL

DEMONSTRATIVO DAS DOAÇÕES RECEBIDAS DE PESSOAS JURÍDICAS

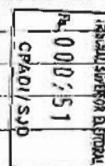
EXERCÍCIO - 2013



Centro de Custo: RECURSOS PRÓPRIOS

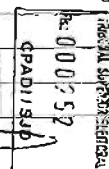
Município/UF: BRASIL/

DATA	DOADOR	PARCIAL	TOTAL
ASSOCIACAO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL - CNPJ: 46.379.749/0001-92			
28/03/2013	1 ° DOAÇÃO	30.000,00	
06/12/2013	2 ° DOAÇÃO	50.000,00	
06/12/2013	3 ° DOAÇÃO	50.000,00	
06/12/2013	4 ° DOAÇÃO	70.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			200.000,00
BRASAL REFRIGERANTES S/A - CNPJ: 01.612.795/0001-51			
31/05/2013	1 ° DOAÇÃO	45.000,00	
18/12/2013	2 ° DOAÇÃO	44.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			89.000,00
BRASIL NORTE BEBIDAS LTDA. - CNPJ: 34.590.315/0001-58			
31/05/2013	1 ° DOAÇÃO	65.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			65.000,00
CARIOCA CHRISTIANI NIELSEN ENGENHARIA S A - CNPJ: 40.450.769/0001-26			
27/02/2013	1 ° DOAÇÃO	300.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			300.000,00
CBA - CIA. DE BEBIDAS E ALIMENTOS DO SÃO FRANCISCO - CNPJ: 08.965.289/0001-95			
28/05/2013	1 ° DOAÇÃO	95.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			95.000,00
COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA - CNPJ: 55.960.736/0001-01			
28/05/2013	1 ° DOAÇÃO	50.000,00	



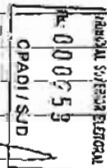


TOTAL DO DOADOR.....		50.000,00
COMPANHIA FLUMINENSE DE REFRIGERANTES - CNPJ: 31.456.338/0001-86		
29/05/2013	1 ° DOAÇÃO	40.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		40.000,00
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S/A - CNPJ: 61.522.512/0001-02		
28/02/2013	1 ° DOAÇÃO	200.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		200.000,00
CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A - CNPJ: 17.262.213/0001-94		
03/06/2013	1 ° DOAÇÃO	300.000,00
19/08/2013	2 ° DOAÇÃO	200.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		500.000,00
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT BRASIL S/A - CNPJ: 10.220.039/0001-78		
19/02/2013	1 ° DOAÇÃO	6.000.000,00
05/04/2013	2 ° DOAÇÃO	2.500.000,00
14/10/2013	3 ° DOAÇÃO	2.500.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		11.000.000,00
CRBS S/A - CNPJ: 56.228.356/0001-31		
01/10/2013	1 ° DOAÇÃO	150.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		150.000,00
CVI REFRIGERANTES LTDA - CNPJ: 72.114.994/0001-88		
29/05/2013	1 ° DOAÇÃO	25.000,00
17/12/2013	2 ° DOAÇÃO	25.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		50.000,00
FIDENS ENGENHARIA S/A - CNPJ: 05.468.184/0001-32		
19/11/2013	1 ° DOAÇÃO	500.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		500.000,00
HOSPITAL 9 DE JULHO S.A - CNPJ: 60.884.855/0003-16		
30/07/2013	1 ° DOAÇÃO	200.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		200.000,00





LIBRA TERMINAL VALONGO S/A NPJ: 08.809.288/0001-51		
27/12/2013	1 ° DOAÇÃO	1.450.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		1.450.000,00
MINERVA S.A. - CNPJ: 67.620.377/0001-14		
29/05/2013	1 ° DOAÇÃO	150.000,00
10/06/2013	2 ° DOAÇÃO	1.495,18
10/06/2013	3 ° DOAÇÃO	68.504,82
TOTAL DO DOADOR.....		220.000,00
MMX SUDESTE MINERACAO S.A - CNPJ: 08.830.308/0001-76		
06/06/2013	1 ° DOAÇÃO	300.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		300.000,00
NORSA REFRIGERANTES LTDA. - CNPJ: 07.196.033/0001-06		
29/05/2013	1 ° DOAÇÃO	130.000,00
18/12/2013	2 ° DOAÇÃO	310.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		440.000,00
REFRESCOS BANDEIRANTES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ: 03.380.763/0001-01		
31/05/2013	1 ° DOAÇÃO	45.000,00
30/12/2013	2 ° DOAÇÃO	47.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		92.000,00
REFRESCOS GUARARAPES LTDA - CNPJ: 08.715.757/0001-73		
03/06/2013	1 ° DOAÇÃO	85.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		85.000,00
RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA - CNPJ: 00.074.569/0001-00		
31/05/2013	1 ° DOAÇÃO	170.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		170.000,00
SOROCABA REFRESCOS S.A. - CNPJ: 45.913.696/0001-85		
29/05/2013	1 ° DOAÇÃO	20.000,00
TOTAL DO DOADOR.....		20.000,00
SPAIPA S/A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS - CNPJ: 00.904.448/0001-30		





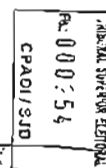
29/05/2013	1 ° DOAÇÃO	160.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			160.000,00
SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A - CNPJ: 61.186.888/0001-93			
31/05/2013	1 ° DOAÇÃO	405.000,00	
20/12/2013	2 ° DOAÇÃO	607.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			1.012.000,00
UBERLÂNDIA REFRESCOS LTDA. - CNPJ: 23.614.940/0001-10			
10/06/2013	1 ° DOAÇÃO	25.000,00	
30/12/2013	2 ° DOAÇÃO	25.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			50.000,00
VONPAR REFRESCOS S.A - CNPJ: 91.235.549/0001-10			
31/05/2013	1 ° DOAÇÃO	140.000,00	
23/12/2013	2 ° DOAÇÃO	137.000,00	
TOTAL DO DOADOR.....			277.000,00
TOTAL GERAL.....			17.715.000,00

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2013

Sen. VALDIR RAUPP
Presidente

Sen. RONÍCIO LOPES DE OLIVEIRA
Tesoureiro

CEANO VICENTE DE PAULA
Contador - TCEB - DIRETÓRIO NACIONAL
CRC nº 7452 - DF





DOAÇÕES PP - 2013



Demonstrativo de Doações Recebidas

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Partido : Partido Progressista

Órgão do Partido : Nacional

UF/Município : DF/BRASILIA


Nº: 000617

Ano: 2013


CPA/PL/STJ/

Data	Espécie Recurso	Doador	CPF/CNPJ	Valor R\$
01/01/2013	Dinheiro	MENDES JUNIOR TRADING E ENGENHARIA S/A	19.394.808/0001-29	400.000,00
05/02/2013	Dinheiro	TEMPO SERVIÇOS LTDA	58.503.129/0001-00	100.000,00
17/02/2013	Dinheiro	TEMPO SERVIÇOS LTDA	58.503.129/0001-00	50.000,00
17/12/2013	Dinheiro	COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZONIA - CNA	04.562.559/0001-66	750.000,00
Total				R\$ 1.300.000,00

BRASILIA-DF, 31 de dezembro de 2013


CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO
Presidente


RICARDO BARROS
Tesoureiro


ALBERTO MILHOMEM BARBOSA
Contabilista/CRC n.º - 6581/DF

RESULTADO DO QUARTO TRIMESTRE DE 2014

Rio de Janeiro, 22 de Abril de 2015 - Petrobras divulga seus resultados consolidados do 4T-2014 e do exercício de 2014 auditados pelos auditores independentes, expressos em milhões de reais, de acordo com os padrões internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). Adicionalmente, a Companhia divulga seus resultados consolidados do 3T-2014 e do período findo em 30 de setembro de 2014 revisados pelos auditores independentes, em substituição aos resultados consolidados não revisados pelos auditores independentes divulgados em 28 de janeiro de 2015.

Prejuízo de R\$ 21.587 milhões no exercício de 2014 devido à perda de R\$ 44.636 milhões por desvalorização de ativos (*impairment*). O valor da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente no ativo imobilizado oriundos do *esquema de pagamentos indevidos* descoberto pelas investigações da Operação Lava Jato (*baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente*) foi de R\$ 6.194 milhões.

Destaques

R\$ milhões							
Exercício							
2014	2013	2014 x 2013 (%)	4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	
Lucro líquido (prejuízo) consolidado atribuível aos							
(21.587)	23.570	(192)	(26.600)	(5.339)	(398)	6.281	acionistas da Petrobras
2.669	2.539	5	2.799	2.746	2	2.534	Produção total de óleo e gás natural (mil bbl/dia)
59.140	62.967	(6)	20.057	8.488	136	15.553	EBITDA ajustado

A Companhia apurou prejuízo de R\$ 26.600 milhões no 4T-2014, principalmente como resultado dos seguintes fatores:

- *Impairment* de R\$ 44.345 milhões (R\$ 32.089 milhões, líquidos de impostos), principalmente em ativos de:
 - i) refino no país (R\$ 30.976 milhões), devido à avaliação dos projetos do 2º trem da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) separadamente da unidade geradora de caixa do refino, tendo em vista a postergação desses projetos por extenso período, motivada por medidas de preservação do caixa e problemas na cadeia de fornecedores oriundos das investigações da Operação Lava Jato. As perdas resultaram de problemas no planejamento dos projetos, utilização de taxa de desconto com maior prêmio de risco, postergação da expectativa de entrada de caixa e menor crescimento econômico;
 - ii) exploração e produção de petróleo e gás natural (R\$ 10.002 milhões), reflexo do declínio nos preços do petróleo; e
 - iii) petroquímica (R\$ 2.978 milhões), em decorrência do cenário de redução na demanda e nas margens.

Adicionalmente, a Companhia apresentou os seguintes destaques no 4T-2014:

- Reajuste de 5% no preço do diesel e de 3% no preço da gasolina em 7 de novembro de 2014.
- Maior produção de petróleo e LGN no país (3%, 60 mil barris/dia) devido ao ramp-up das plataformas P-55, P-62 e P-58 e dos FPSOs Cidade de São Paulo e Cidade de Paraty, além da entrada em operação dos FPSOs Cidade de Mangaratiba e Cidade de Ilhabela. Em dezembro, a Companhia atingiu recorde na produção mensal de petróleo de 666 mil barris por dia no pré-sal.
- Ganho de R\$ 3.286 milhões obtido com a venda da participação total na empresa Petrobras Energia Peru S/A, com aumento de R\$ 6.691 milhões no caixa da Companhia.

O prejuízo de R\$ 5.339 milhões apurado no 3T-2014 refletiu, principalmente, a *baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente* (R\$ 6.194 milhões) e o complemento de provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico (R\$ 1.602 milhões, líquidos de impostos) em relação ao lucro líquido de R\$ 3.087 milhões divulgado em 28 de janeiro de 2015. O detalhamento do resultado do 3T-2014, assim como do período findo em 30 de setembro de 2014, está apresentado como Informações Adicionais do 3T-2014.

Comentários do Presidente.....	Pág. 2
Nota sobre a Operação Lava Jato.....	Pág. 3
Análise dos Resultados Financeiros e Operacionais.....	Pág. 7
Apêndice.....	Pág. 28
Informações Adicionais do 3T-2014.....	Pág. 32

www.petrobras.com.br/ri

Para mais informações:

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS | Relacionamento com Investidores
e-mail: petrolinvest@petrobras.com.br / acionistas@petrobras.com.br
Av. República do Chile, 65 - 1002 B - 20031-912 - Rio de Janeiro, RJ
Tel.: 55 (21) 3224-1510 / 39471 0800-282-1540



Este documento pode conter previsões segundo o significado da Seção 27A da Lei de Valores Mobiliários de 1933, conforme alterada (Lei de Valores Mobiliários), e Seção 21E da Lei de Negociação de Valores Mobiliários de 1934, conforme alterada (Lei de Negociação) que refletem apenas expectativas dos administradores da Companhia. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê",

"pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos ou incertezas previstos ou não pela Companhia. Portanto, os resultados futuros das operações da Companhia podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas



PETROBRAS



Comentários do Presidente

Sr. Aldemir Bendine

Prezados Acionistas e Investidores,

Com a publicação dos resultados de 2014 auditados, a Petrobras transpôs uma importante barreira, após um esforço coletivo, que evidencia nossa capacidade de superação de desafios em um contexto adverso. Este exercício me trouxe ainda mais confiança de que iremos responder às questões estratégicas que nos defrontam, relativas ao plano de negócios da Companhia, de maneira eficiente e criando valor para a Companhia.

Desenvolvemos uma metodologia para estimar os gastos adicionais frutos do esquema de pagamentos indevidos revelado pela Operação Lava Jato. As baixas referentes a esses gastos adicionais impostos por esse esquema foram reconhecidas no terceiro trimestre de 2014.

Adicionalmente, mudanças no contexto dos negócios da Petrobras, em função do declínio dos preços do petróleo, apreciação do dólar e necessidade de reduzir o nível de endividamento, estimularam uma revisão das perspectivas futuras da Companhia e, consequentemente, levaram à necessidade de redução no ritmo de nossos investimentos.

Como resultado, a Companhia decidiu postergar a conclusão de alguns ativos e projetos inclusos em seu plano de negócios 2014-2018. Essas postergações geraram impactos nos testes de *impairment*, cujas perdas foram reconhecidas no quarto trimestre de 2014.

Concluída a divulgação dos resultados, focaremos nos desafios de médio e longo prazos. Estamos desenvolvendo um novo plano de negócios, no qual incorporaremos premissas econômicas que refletem o cenário atualmente vivenciado pela indústria do petróleo.

Estamos revendo nossos investimentos com o objetivo de priorizar a área de exploração e produção de petróleo e gás, nosso segmento mais rentável. Almejamos construir um plano sustentável sob a ótica do fluxo de caixa, levando em consideração os potenciais impactos na cadeia de suprimentos e, por conseguinte, na nossa curva de produção.

Gostaria de finalizar esta mensagem enfatizando minha convicção de que a Petrobras é e se manterá uma Companhia rentável e eficiente, com significativos aprimoramentos em sua governança corporativa e cada vez mais centrada em retornos para seus acionistas e investidores.

Aldemir Bendine

Presidente

Nota sobre a Operação Lava Jato

A nota a seguir fornece informações resumidas sobre a Operação Lava Jato e seus impactos na Companhia. Mais informações estão disponíveis na nota 3 das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP da Petrobras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014, auditadas pelos auditores independentes.

Operação Lava Jato e seus reflexos na Companhia

A Companhia reconheceu no terceiro trimestre de 2014 uma baixa no montante de R\$ 6.194 milhões de gastos capitalizados, referente a valores que a Petrobras pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores.

De acordo com depoimentos obtidos no âmbito de investigações criminais conduzidas pelas autoridades brasileiras, que se tornaram públicos a partir de outubro de 2014, altos executivos da Petrobras entraram em conluio com empreiteiras, fornecedores e outros envolvidos para estabelecer um *cartel* que, entre 2004 e abril de 2012, sistematicamente impôs gastos adicionais nas compras de ativos imobilizados pela Companhia. Dois ex-diretores da Companhia e um ex-gerente executivo, que não trabalham para a Petrobras desde abril de 2012, estavam envolvidos nesse *esquema de pagamentos indevidos* e serão tratados a seguir como “ex-empregados da Petrobras”. Os valores pagos adicionalmente pela Companhia foram utilizados pelas empreiteiras, fornecedores e intermediários agindo em nome dessas empresas para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, os ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no *esquema de pagamentos indevidos*. A Companhia não realizou qualquer pagamento indevido.

A Petrobras acredita que os valores que foram pagos a mais em decorrência do referido *esquema de pagamentos indevidos* não deveriam ter sido incluídos no custo histórico do seu ativo imobilizado. Contudo, a Companhia não consegue identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Petrobras desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido *esquema de pagamentos indevidos* para determinar o valor das baixas a serem realizadas, representando em quanto seus ativos estão superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Histórico

Ao longo de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo *esquema de pagamentos indevidos*, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à Companhia, o referido *esquema* envolvia um conjunto de 27 empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em *cartel* para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no *esquema de pagamentos indevidos*. Este *esquema* será tratado como “*esquema de pagamentos indevidos*” e as referidas empresas como “*membros do cartel*”.

Além do *esquema de pagamentos indevidos* descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras, incluindo um ex-diretor da área Internacional. Essas empresas não são *membros do cartel* e atuavam de forma individualizada.

Dessa forma, conforme divulgado em 28 de janeiro de 2015, a Companhia considerou também a possibilidade de utilizar um cálculo substituto (*proxy*) para quantificar os erros a serem corrigidos. A metodologia que seria utilizada envolveria determinar o justo valor dos ativos impactados por pagamentos indevidos e, para cada um desses ativos, a diferença entre o valor contábil e o valor justo seria considerada como uma estimativa do montante de gastos adicionais impostos pelas empreiteiras e fornecedores e utilizados para realizar pagamentos indevidos.

Contudo, após a elaboração do cálculo, verificou-se que a diferença entre valor justo e valor contábil era significativamente superior a qualquer estimativa razoável do total de pagamentos indevidos descobertos no âmbito das investigações da Operação Lava Jato. A diferença entre o valor justo e o valor contábil seria oriunda, em sua maior parte, não dos pagamentos indevidos, mas de diversos outros fatores (tanto de cunho metodológico quanto resultantes do ambiente de negócios atual), que não podem ser individualmente quantificados, mas incluem: mensuração do valor justo dos ativos de forma individualizada (*stand-alone basis*), desconsiderando os ganhos obtidos pela Companhia por utilizá-los de forma integrada; taxa de desconto incorporando um prêmio de risco relacionado à aquisição de um ativo isolado por um terceiro em um ambiente fortemente dominado por um único player com grande escala (a Petrobras); mudanças em variáveis econômicas e financeiras (taxas de câmbio, taxa de desconto, medidas de risco e custo de capital); mudanças nas estimativas de preços e margens dos insumos; mudanças nas projeções de preço, margem e demanda por produtos vendidos em função de mudanças nas condições de mercado atuais; mudança nos custos de equipamentos, salários e outros custos correlatos; impacto dos requerimentos relacionados à obrigatoriedade de utilização de conteúdo local; e problemas no planejamento de projetos (principalmente aqueles envolvendo as áreas de Engenharia e Abastecimento).

Dessa forma, a Companhia concluiu que utilizar o cálculo de valor justo como um substituto (*proxy*) para ajustar seus ativos imobilizados não teria sido apropriado, uma vez que o ajuste incluiria elementos que não possuíam relação direta com os gastos adicionais impostos pelas empreiteiras e fornecedores e utilizados para realizar pagamentos indevidos.

Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

As informações disponíveis para a Companhia são, de maneira geral, consistentes com relação à existência do *esquema de pagamentos indevidos*, às empresas envolvidas, aos ex-empregados da Petrobras envolvidos, ao período durante o qual o esquema operou, além dos valores máximos envolvidos no *esquema de pagamentos indevidos* em relação ao valor total dos contratos impactados pelo esquema.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela Companhia, a Petrobras utilizou todo o conjunto de informações disponíveis para quantificar o impacto do *esquema de pagamentos indevidos*.

1. Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as companhias citadas como *membros do cartel* nos depoimentos tornados públicos e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.
2. Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do *esquema de pagamentos indevidos* foi de 2004 a abril de 2012.
3. Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.
4. Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).
5. Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos: o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

No caso específico de valores cobrados adicionalmente por empresas fora do escopo do *cartel*, a Companhia considerou como parte da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente os valores específicos de pagamentos indevidos ou o percentual sobre o contrato citados nos depoimentos, pois também foram utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos.

Além das baixas no ativo imobilizado, os impactos no resultado do período incluem a baixa de créditos fiscais existentes e uma provisão para os créditos já utilizados com relação aos ativos em questão, além da reversão de parte da depreciação dos referidos ativos, a partir de suas respectivas datas de entrada em operação.

Os depoimentos não fornecem informações suficientes para permitir que a Companhia determine o período específico no qual cada valor gasto adicionalmente foi incorrido. Dessa forma, a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente foi reconhecida no resultado do terceiro trimestre de 2014, em função da impraticabilidade de se determinar os efeitos específicos em cada período no passado. A Companhia acredita que essa abordagem é a mais adequada no âmbito dos padrões internacionais de contabilidade (IFRS) para a correção do erro.

A Companhia ainda não recuperou nenhum valor referente aos pagamentos indevidos feitos por fornecedores e não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável nesse momento. Qualquer valor recuperável será reconhecido como resultado quando recebido (ou quando sua realização se tornar praticamente certa).

A Companhia considera ter adotado uma metodologia que produz a melhor estimativa de quanto seus ativos imobilizados estão superavaliados como resultado do *esquema de pagamentos indevidos*, uma vez que utilizou como base um valor limítrofe dentre as estimativas consideradas razoáveis.

Como resultado, em 30 de setembro de 2014, não era possível para a Companhia estimar os valores que poderiam ser considerados como despesas dedutíveis ou o prazo em que poderiam ser compensados. Desta forma, não foi constituído imposto de renda diferido sobre os pagamentos indevidos.

A Petrobras acredita que os valores que foram pagos a mais em decorrência do referido *esquema de pagamentos indevidos* não deveriam ter sido incluídos no custo histórico do seu ativo imobilizado. Assim, nos termos da legislação tributária brasileira, esta baixa é considerada uma perda resultante de uma atividade ilícita e sujeita ao andamento das investigações a fim de determinar a extensão real das perdas antes que possam ser consideradas despesas dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social.

A Companhia considerou cuidadosamente todas as informações disponíveis e, conforme indicado anteriormente, não acredita que novas informações oriundas das investigações pelas autoridades brasileiras, da investigação interna independente por escritórios de advocacia, ou de novas comissões internas de apuração que venham a ser constituídas (ou revisões das comissões internas já concluídas) poderão impactar ou mudar de forma relevante a metodologia adotada. Não obstante esta expectativa, a Companhia monitorará continuamente as investigações para obter informações adicionais e avaliará seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

O efeito total dos ajustes apurados por área de negócio, em milhões de reais, é apresentado a seguir:

"Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente"

Esquema de pagamentos indevidos.							
Valor total dos contratos ⁽¹⁾	62.679	110.867	21.233	757	752	3.322	199.610
Estimativa do valor total de gastos adicionais (3%)	1.880	3.326	637	23	23	99	5.988
Pagamentos não relacionados ao esquema de pagamentos indevidos (fora do cartel)	139	1	10	-	-	-	150
	2.019	3.327	647	23	23	99	6.138
Reversão da depreciação dos referidos ativos	(87)	(198)	(52)	-	-	(9)	(346)
Impacto no ativo Imobilizado	1.932	3.129	595	23	23	90	5.792
Baixa de créditos fiscais referentes aos ativos Impactados ⁽²⁾	37	298	57	-	-	10	402
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	1.969	3.427	652	23	23	100	6.194

⁽¹⁾ Inclui R\$ 44.115 milhões referentes a valores de contrato cujos pagamentos serão realizados após 30 de setembro de 2014.

⁽²⁾ Baixa de créditos fiscais que não serão aproveitados.

Resposta da Companhia às questões descobertas nas investigações em curso

As investigações internas e externas ainda estão em andamento, porém a Companhia está tomando as medidas jurídicas necessárias perante as autoridades brasileiras para buscar ressarcimento pelos prejuízos sofridos, incluindo aqueles relacionados à sua reputação. À medida que as investigações da Operação Lava Jato resultem em acordos de leniência com os *membros do cartel* ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Petrobras pode ter direito a receber uma parte de tais recursos.

As medidas incluirão também ações cíveis contra *membros do cartel*, nas quais a Petrobras pode ingressar como autora, e espera fazê-lo. Esses procedimentos cíveis normalmente resultam em três tipos de reparação: danos materiais, multas e danos morais. A Companhia teria direito aos danos materiais e, possivelmente, às multas. Uma vez que ingresse como autora nas ações, a Companhia também poderá pleitear danos morais.

A Petrobras não tolera corrupção ou quaisquer práticas de negócio ilegais por parte de seus fornecedores ou o envolvimento de seus empregados em tais práticas e, dessa forma, vem realizando uma série de ações, tanto no intuito de aprofundar a apuração das irregularidades quanto de melhorar seu sistema de governança corporativa, descritas a seguir:

- A Companhia constituiu diversas Comissões Internas de Apuração (CIA) para averiguar ocorrências que possam ser caracterizadas como não conformidades relativas a normas, procedimentos ou regulamentos corporativos e forneceu as descobertas das comissões internas já concluídas às autoridades brasileiras.
- Em 24 e 25 de outubro de 2014 a Companhia contratou dois escritórios independentes de advocacia: o escritório americano, Gibson, Dunn & Crutcher LLP e o escritório brasileiro, Trench, Rossi e Watanabe Advogados para conduzir uma investigação interna independente.
- A Companhia tem cooperado totalmente com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Poder Judiciário e outras autoridades brasileiras, como o Tribunal de Contas da União – TCU e a Controladoria Geral da União – CGU.
- A Companhia constituiu comissões para analisar a aplicação de sanções contra os fornecedores e empreiteiras (CAASE) e impôs bloqueio cautelar das empresas *membros do cartel* nos depoimentos que foram tornados públicos.
- A Companhia elaborou e adotou um conjunto de medidas para o aprimoramento da governança, controle e gestão de riscos, documentadas em Padrões e Atas da Diretoria e do Conselho de Administração que estipulam os procedimentos, métodos, competências e demais instruções para integrar tais medidas às práticas da Companhia.
- A Companhia instituiu o cargo de Diretor de Governança, Risco e Conformidade, com a missão de assegurar a conformidade processual e mitigar riscos em suas atividades, incluindo os de fraude e corrupção. As matérias a serem submetidas à deliberação da Diretoria deverão contar, necessariamente, com prévia manifestação favorável desse Diretor quanto à governança, gestão de riscos e conformidade dos procedimentos.

- Em 13 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou para o cargo de Diretor de Governança, Risco e Conformidade, a indicação de João Adalberto Elek Junior, empossado em 19 de janeiro de 2015, para mandato de três anos, podendo ser renovado, e sua destituição somente pode ocorrer por deliberação do Conselho de Administração que conte com o voto de pelo menos um dos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários ou preferencialistas.
- Formação de um Comitê Especial para atuar de forma independente e servir como interlocutor entre o Conselho de Administração e os escritórios de advocacia conduzindo as investigações internas independentes. O Comitê Especial é presidido por Ellen Gracie Northfleet, Ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, e composto por Andreas Pohlmann, Chief Compliance Officer da Siemens AG de 2007 a 2010 e pelo Diretor de Governança, Risco e Conformidade, João Adalberto Elek Junior.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Principais itens e indicadores econômicos consolidados

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013		Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
85.040	88.377	(4)	81.028	Receita de vendas	337.260	304.890	11
22.015	20.441	8	16.583	Lucro bruto	80.437	69.895	15
(32.826)	(4.921)	(567)	7.036	Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro,			
(1.814)	(972)	(87)	(3.021)	participações e impostos	(21.322)	34.364	(162)
				Resultado financeiro líquido	(3.900)	(6.202)	37
(26.600)	(5.339)	(398)	6.281	Lucro líquido (prejuízo) consolidado atribuível aos			
(2,04)	(0,41)	(398)	0,48	acionistas da Petrobras	(21.587)	23.570	(192)
127.506	229.723	(44)	214.688	Lucro líquido (prejuízo) por ação ¹	(1,65)	1,81	(191)
				Valor de mercado (Controladora)	127.506	214.688	(41)
26	23	3	20	Margem bruta (%)	24	23	1
(39)	1	(40)	9	Margem operacional (%) ²	(4)	11	(15)
(31)	(6)	(25)	8	Margem líquida (%)	(6)	8	(14)
20.057	8.488	136	15.553	EBITDA ajustado ³	59.140	62.967	(6)
				Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro,			
				participações e impostos por área de negócio			
4.055	13.405	(70)	17.845	. E&P	50.172	64.415	(22)
(32.185)	(11.840)	(172)	(8.213)	. Abastecimento	(57.361)	(26.842)	(114)
459	(3.538)	113	(332)	. Gás & Energia	(1.644)	1.344	(222)
(57)	(67)	15	(44)	. Biocombustível	(262)	(315)	17
669	(295)	327	558	. Distribuição	1.858	2.814	(34)
(2.776)	(18)	-	264	. Internacional	(1.688)	3.891	(143)
(4.478)	(3.586)	(25)	(2.513)	. Corporativo	(14.139)	(10.615)	(33)
24.598	21.043	17	35.153	Investimentos consolidados	87.140	104.416	(17)
76,27	101,85	(25)	109,27	Brent (US\$/bbl)	98,99	108,66	(9)
2,54	2,27	12	2,27	Dólar médio de venda (R\$)	2,35	2,16	9
2,66	2,45	8	2,34	Dólar final de venda (R\$)	2,66	2,34	13
8,4	11,3	(3)	5,0	Variação - Dólar final de venda (%)	13,4	14,6	(1)
11,22	10,90	-	9,52	Selic - Taxa média (%)	10,86	8,19	3
				Indicadores de preços médios			
228,81	224,52	2	215,35	Derivados básicos - Mercado interno (R\$/bbl)	226,52	209,17	8
				Preço de venda - Brasil			
66,49	90,73	(27)	96,92	. Petróleo (US\$/bbl) ⁴	87,84	98,19	(11)
45,54	49,28	(8)	45,08	. Gás natural (US\$/bbl)	47,93	47,68	1
				Preço de venda - Internacional			
73,66	84,05	(12)	86,43	. Petróleo (US\$/bbl)	82,93	89,86	(8)
22,26	19,16	16	21,70	. Gás natural (US\$/bbl)	21,18	21,08	-

¹ Lucro líquido (prejuízo) por ação calculado com base na média ponderada da quantidade de ações.

² Margem operacional calculada com base no lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos, excluindo do cálculo a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente.

³ Somatório do EBITDA, participações em investimentos, impairment e baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente

⁴ Média dos preços de exportação e preços internos de transferência da área de E&P para a área de Abastecimento.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Resultados dos exercícios de 2014 x 2013:

Lucro bruto

Lucro bruto superior em 15% (R\$ 10.542 milhões), com destaque para:

- Receita de vendas de R\$ 337.260 milhões, 11% superior, refletindo:
 - Maiores preços nas vendas de derivados no mercado interno devido aos reajustes de diesel e gasolina e ao efeito da depreciação cambial (9%) sobre os preços dos derivados atrelados ao mercado internacional, além dos maiores preços de energia e gás natural; e
 - Aumento da demanda de derivados no mercado interno (3%), principalmente diesel (2%), gasolina (5%) e óleo combustível (21%), e maior volume de petróleo exportado (12%), parcialmente compensados pela menor exportação de derivados (15%).
- Custo dos produtos vendidos de R\$ 256.823 milhões, 9% superior, retratando:
 - Efeito da depreciação cambial sobre os gastos com importações e participações governamentais;
 - Aumento de 3% no volume de vendas de derivados no mercado interno e maior volume de importação de gás natural liquefeito – GNL para atendimento da demanda; e
 - Maiores gastos com aquisição de energia elétrica em função do aumento do preço de liquidação das diferenças – PLD.

Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos

Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos de R\$ 21.322 milhões, comparado ao lucro de R\$ 34.364 milhões em 2013, decorreu de:

- *Impairment* de ativos (R\$ 44.636 milhões);
- Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente (R\$ 6.194 milhões);
- Provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico (R\$ 4.511 milhões);
- Baixas dos valores relacionados à construção das refinarias *Premium I e II* (R\$ 2.825 milhões);
- Provisionamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (R\$ 2.443 milhões);
- Provisão para abandono de áreas (R\$ 1.128 milhões);
- Devolução de campos à ANP (R\$ 610 milhões); e
- Maior despesa decorrente da revisão do plano atuarial (R\$ 505 milhões).

Esses fatores foram compensados parcialmente pelo aumento do lucro bruto.

Resultado financeiro líquido

Despesa financeira líquida de R\$3.900 milhões, inferior em R\$ 2.302 milhões devido aos seguintes efeitos positivos:

- Redução da perda cambial sobre a menor exposição passiva líquida em dólar;
- Ganho cambial decorrente da valorização do dólar em relação a outras moedas, principalmente ao euro;
- Atualização monetária de contingência ativa referente aos valores de PIS e COFINS recolhidos indevidamente sobre receitas financeiras no período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2002; e
- Atualização monetária de contratos de confissão de dívida referentes aos recebíveis do setor elétrico.

Parte desses efeitos foi compensada por maiores despesas com juros devido à elevação do endividamento.

Prejuízo

Prejuízo de R\$ 21.587 milhões refletiu o *impairment* de ativos, principalmente relacionados às atividades de refino, de exploração e produção de petróleo e gás natural e de petroquímica.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Resultados do 4T-2014 x 3T-2014:

Lucro bruto

Lucro bruto superior em 8% (R\$ 1.574 milhões), refletindo:

➤ Receita de vendas de R\$ 85.040 milhões, 4% inferior devido a:

- menores volumes e preços médios de exportação de petróleo, refletindo, respectivamente, a maior carga processada de petróleo nacional nas refinarias e a redução das cotações internacionais da *commodity*; e
- menor demanda de derivados no mercado interno, principalmente diesel.

Esses efeitos foram compensados parcialmente pelos reajustes nos preços do diesel (5%) e da gasolina (3%) em 7 de novembro de 2014.

➤ Custo dos produtos vendidos de R\$ 63.025 milhões, 7% inferior devido ao menor volume de vendas de derivados no mercado interno e à redução dos gastos com importações de petróleo e participações governamentais, decorrente da redução das cotações internacionais da *commodity*.

Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos

Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos de R\$ 32.826 milhões decorreu de:

- *Impairment* de R\$ 44.345 milhões, principalmente em ativos de refino, de exploração e produção de petróleo e gás natural e de petroquímica.

Esse fator foi compensado parcialmente por:

- Ganho obtido com a venda da participação total na empresa Petrobras Energia Peru S/A (R\$ 3.286 milhões);
- Menor provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico (R\$ 3.003 milhões); e
- Aumento do lucro bruto.

Adicionalmente, o trimestre anterior foi onerado pelas baixas de *gastos adicionais capitalizados indevidamente* (R\$ 6.194 milhões) e dos valores relacionados à construção das refinarias *Premium I e II* (R\$ 2.707 milhões).

Resultado financeiro líquido

Despesa financeira líquida de R\$ 1.814 milhões, superior em R\$ 842 milhões devido à perda cambial decorrente da menor apreciação de 3,8% do dólar em relação ao euro sobre a exposição passiva líquida em euro (apreciação cambial de 7,7% no 3T-2014), compensada parcialmente pelo ganho cambial decorrente da menor depreciação de 8,4% do real em relação ao dólar sobre a exposição passiva líquida em dólar (depreciação cambial de 11,3% no 3T-2014).

Prejuízo

Prejuízo de R\$ 26.600 milhões refletiu o *impairment* de ativos, principalmente relacionados às atividades de refino, de exploração e produção de petróleo e gás natural e de petroquímica.

ANÁLISE DE RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

RESULTADO POR ÁREA DE NEGÓCIO

A Petrobras é uma Companhia que opera de forma integrada, sendo a maior parte da produção de petróleo e gás natural transferida da área de Exploração e Produção para outras áreas de negócio da Companhia. Na apuração dos resultados por área de negócio são consideradas as transações realizadas com terceiros e entre empresas do Sistema Petrobras, além das transferências entre áreas de negócio valoradas por preços internos de transferência definidos através de metodologias fundamentadas em parâmetros de mercado.

EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Resultado líquido	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
2.672	8.145	(67)	11.733		32.264	42.213	(24)

(4T-2014 x 3T-2014): O menor lucro líquido decorreu da redução nos preços de venda/transferência do petróleo, refletindo o comportamento das cotações internacionais da commodity, além do *impairment*, parcialmente compensados pelo aumento da produção de petróleo e LGN (3%), pelo efeito da depreciação do real em relação ao dólar sobre os preços de venda/transferência de petróleo e pelos menores custos exploratórios, especificamente baixas de poços secos e/ou subcomerciais.

O *spread* entre o preço médio do petróleo nacional vendido/transferido e a cotação média do Brent diminuiu de US\$ 11,12/bbl no 3T-2014 para US\$ 9,78/bbl no 4T-2014.

(2014 x 2013): A redução do lucro líquido decorreu do *impairment*, da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente, do provisionamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), da provisão para abandono de áreas, das baixas de ativos por devolução de campos e dos maiores gastos com depreciação de equipamentos, manutenção e intervenção de poços, afretamentos de plataformas, materiais e pessoal, além do fato do ano anterior ter sido beneficiado pelo ganho obtido com a venda da participação total no projeto *offshore* Parque das Conchas (BC-10). Estes fatores foram compensados parcialmente pelo aumento da produção de petróleo e LGN (5%).

O *spread* entre o preço médio do petróleo nacional vendido/transferido e a cotação média do Brent aumentou de US\$ 10,47/bbl em 2013 para US\$ 11,15/bbl em 2014.

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Produção nacional (mil barris/dia) ⁽¹⁾	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
2.150	2.090	3	1.960	Petróleo e LGN	2.034	1.931	5
453	441	3	380	Gás natural ⁵	426	389	10
2.603	2.531	3	2.340	Total	2.460	2.320	6

(4T-2014 x 3T-2014): A produção de petróleo e LGN aumentou 3%, devido ao *ramp-up* das plataformas P-55 (Roncador), P-62 (Roncador) e P-58 (Parque das Baleias) e dos FPSOs Cidade de São Paulo (Sapinhoá) e Cidade de Paraty (Lula NE), além do início da operação dos FPSOs Cidade de Mangaratiba (área de Iracema Sul) e Cidade de Ilhabela (Sapinhoá). A produção de gás natural cresceu 3%, em função do aumento da produção dos sistemas FPSOs Cidade de São Paulo (Sapinhoá) e Cidade de Paraty (Lula NE), além do início da operação dos FPSOs Cidade de Mangaratiba (área de Iracema Sul) e Cidade de Ilhabela (Sapinhoá).

(2014 x 2013): A produção de petróleo e LGN aumentou 5% devido à entrada em operação das plataformas P-58 (Parque das Baleias) e P-62 (Roncador) e dos FPSOs Cidade de Mangaratiba (área de Iracema Sul) e Cidade de Ilhabela (Sapinhoá), além do *ramp-up* dos sistemas P-63 (Papa-Terra), P-55 (Roncador) e dos FPSOs Cidade de Itajaí (Baúna), Cidade de Paraty (Lula NE) e Cidade de São Paulo (Sapinhoá). Este aumento foi parcialmente compensado pelo declínio natural dos campos. A produção de gás natural cresceu 10% pela entrada em operação das plataformas P-58 (Parque das Baleias) e P-62 (Roncador) e dos FPSOs Cidade de Mangaratiba (área de Iracema Sul) e Cidade de Ilhabela (Sapinhoá), além do *ramp-up* da P-55 (Roncador).

⁽¹⁾ Não auditado pelo auditor independente.

⁵ Exclui gás liquefeito e inclui gás reinjetado.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Lifting cost – país ⁽¹⁾	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
14,21	15,33	(7)	14,33	US\$/barril:			
25,72	31,37	(18)	33,10	.. sem participação governamental	14,57	14,76	(1)
				.. com participação governamental	30,54	32,98	(7)
36,12	35,18	3	32,66	R\$/barril:			
66,41	73,94	(10)	75,70	.. sem participação governamental	34,26	31,94	7
				.. com participação governamental	72,04	71,66	1

Lifting Cost sem participações governamentais – US\$/barril

(4T-2014 x 3T-2014): O indicador em dólar reduziu 7%. Desconsiderando os efeitos cambiais, o indicador permaneceu estável em relação ao trimestre anterior.

(2014 x 2013): O indicador em dólar reduziu 1%. Desconsiderando os efeitos cambiais, houve um acréscimo de 4% devido aos maiores gastos com manutenções em plataformas e com engenharia e manutenção submarina na Bacia de Campos e à entrada em operação dos FPSOs Cidade de Mangaratiba (área de Iracema Sul) e Cidade de Ilhabela (Sapinhoá), com custos unitários iniciais mais elevados.

Lifting Cost com participações governamentais – US\$/barril

(4T-2014 x 3T-2014): O indicador reduziu 18% em função do decréscimo do preço médio de referência do petróleo nacional, em dólares (28%), vinculado às cotações internacionais, base de cálculo para as participações governamentais.

(2014 x 2013): O indicador reduziu 7% devido ao decréscimo do preço médio de referência do petróleo nacional, em dólares (10%), vinculado às cotações internacionais, base de cálculo para as participações governamentais.

⁽¹⁾ Não auditado pelo auditor independente.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

ABASTECIMENTO

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Resultado líquido	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
(21.333)	(8.903)	(140)	(5.468)		(38.927)	(17.734)	(120)

(4T-2014x 3T-2014): O aumento do prejuízo decorreu do *impairment*, compensado parcialmente pelos reajustes de preços do diesel (5%) e da gasolina (3%) em 7 de novembro de 2014 e pelos menores custos de aquisição/transfêrencia de petróleo devido à redução das cotações internacionais da *commodity*.

(2014 x 2013): O aumento do prejuízo decorreu do *impairment*, da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente, das baixas dos valores relacionados à construção das refinarias *Premium I* e *II* e do provisionamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), compensados parcialmente pelos maiores preços médios de realização de derivados, em função dos reajustes nos preços do diesel e da gasolina ao longo de 2013 e em 2014, e pela maior produção de derivados (2%).

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Importações e exportações de petróleo e derivados (mil barris/dia) ⁽¹⁾	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
371	303	22	354	Importação de petróleo	392	404	(3)
412	410	-	426	Importação de derivados	413	389	6
783	713	10	780	Importação de petróleo e derivados	805	793	2
270	323	(16)	242	Exportação de petróleo ⁶	232	207	12
123	168	(27)	160	Exportação de derivados	158	186	(15)
393	491	(20)	402	Exportação de petróleo e derivados	390	393	(1)
(390)	(222)	(76)	(378)	Exportação (import.) líquida de petróleo e derivados	(415)	(400)	(4)
2	5	(60)	2	Exportação outros	3	2	50

(4T-2014 x 3T-2014): Maiores importações de petróleo pelo fato do 3T-2014, base de comparação, ter sido impactado pela antecipação de cargas no 2T-2014 para aproveitamento de indicação econômica.

Aumento da carga processada com petróleo nacional reduziu as exportações.

(2014 x 2013): Aumento da produção de petróleo incrementou a exportação, mesmo com maior participação de óleo nacional na carga processada. Maiores importações de derivados para complementar o aumento das vendas.

O atendimento de despacho térmico reduziu as exportações de óleo combustível.

⁽¹⁾ Não auditado pelo auditor independente.

⁶ Volumes de exportação de petróleo oriundos das áreas de negócio de Abastecimento e de Exploração e Produção.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Indicadores Operacionais de Refino (mil barris/dia) ⁽¹⁾	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
2.171	2.204	(1)	2.105	Produção de derivados	2.170	2.124	2
2.176	2.102	4	2.102	Carga de referência ⁷	2.176	2.102	4
98	100	(2)	95	Fator de utilização do parque de refino (%) ⁸	98	97	1
2.085	2.094	-	1.994	Carga fresca processada - país ⁹	2.065	2.029	2
2.127	2.138	(1)	2.039	Carga processada - país ¹⁰	2.106	2.074	2
84	80	4	83	Participação do óleo nacional na carga processada (%)	82	82	-

(4T-2014 x 3T-2014): A carga processada diária se manteve estável quando comparada ao do 3T-2014. O aumento da carga de referência deve-se à entrada em operação do primeiro trem da RNEST.

(2014 x 2013): A carga processada diária aumentou 2%, em função da melhora sustentável da performance operacional das refinarias.

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Custo de refino - país ⁽¹⁾	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
2,71	3,17	(15)	2,88	Custo de refino (US\$/barril)	2,90	3,09	(6)
6,90	7,33	(6)	6,62	Custo de refino (R\$/barril)	6,82	6,67	2

(4T-2014 x 3T-2014): Redução de 15% no indicador em dólar. Em reais, o indicador reduziu 6% pelos menores gastos com pessoal que, no 3T-2014, foram influenciados pela gratificação contingente, vinculado ao Acordo Coletivo de Trabalho 2014.

(2014 x 2013): O indicador em dólar foi 6% inferior. Em reais, houve aumento de 2%, devido, principalmente, aos maiores gastos com conservação e reparos, além dos maiores gastos com pessoal pelo reajuste salarial do Acordo Coletivo de Trabalho 2014.

⁽¹⁾ Não auditado pelo auditor independente.

⁷ Carga de referência ou capacidade instalada de processamento primário - carga máxima sustentável de petróleo alcançada nas unidades de destilação, no final do período, respeitando os limites de projeto dos equipamentos e os requisitos de segurança, meio ambiente e qualidade dos produtos. É menor que a capacidade autorizada pela ANP (inclusive autorizações temporárias) e órgãos ambientais.

⁸ Fator de utilização do parque de refino (%) - relação entre a carga fresca processada e a carga de referência.

⁹ Carga fresca processada - volume de petróleo processado no país utilizado para o cálculo do fator de utilização do parque de refino

¹⁰ Carga processada - volumes de petróleo e LGN processados no país.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

GÁS & ENERGIA

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Resultado líquido	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
357	(2.510)	114	(6)		(936)	1.256	(175)

(4T-2014 x 3T-2014): O lucro líquido decorreu da maior geração e aumento no preço médio de realização de energia, compensados parcialmente pelos maiores custos com importação de gás natural liquefeito – GNL para atender a demanda do setor termelétrico, bem como do complemento de provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico. O prejuízo apurado no 3T-2014 foi determinado, principalmente, pela provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico.

(2014 x 2013): O prejuízo decorreu dos maiores custos com importação de GNL e de gás natural para atender a demanda do setor termelétrico, do reconhecimento do acordo referente à execução do contrato de importação de gás natural boliviano, bem como da provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico, da *baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente* e do provisionamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). Estes fatores foram compensados parcialmente pelos maiores preços médios de realização de energia elétrica, em função do menor nível dos reservatórios e consequente elevação do PLD, e do ganho obtido com a venda da participação total na empresa Brasil PCH S/A (R\$ 646 milhões).

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Indicadores físicos e financeiros ⁽¹⁾	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
1.128	1.196	(6)	2.147	Vendas de energia elétrica (ACL) - MW médio	1.183	2.056	(42)
2.671	2.671	-	1.798	Vendas de energia elétrica (ACR) - MW médio	2.425	1.798	35
4.941	4.789	3	2.866	Geração de energia elétrica - MW médio	4.637	3.983	16
724	671	8	292	Preço de liquidação das diferenças (PLD)-R\$/MWh ¹¹	674	262	157
				Importação de Gás Natural Liquefeito - GNL (mil barris/dia)			
190	116	64	88		144	98	47
201	210	(4)	199	Importação de Gás Natural (mil barris/dia)	205	198	4

(4T-2014 x 3T-2014): A redução de 6% no volume de vendas de energia no ambiente de contratação livre (ACL) decorreu da menor demanda no período.

O aumento no volume gerado de energia de 3% e no PLD de 8% foi reflexo da menor afluência ao longo do período.

O aumento de 64% na importação de gás natural liquefeito decorreu da maior demanda pelo segmento termelétrico.

A redução de 4% na importação de gás natural boliviano refletiu a menor disponibilidade em função de manutenções programadas nos campos produtores da Bolívia.

(2014 x 2013): A redução de 42% do volume de vendas de energia decorreu da migração de parte do lastro disponível (574 MW/médio) para o ambiente de contratação regulada (ACR) e do menor volume de energia disponível para comercialização com o fim do arrendamento da UTE Araucária (349 Mw/médio).

O aumento no volume gerado de energia de 16% e no PLD de 157% foi reflexo da menor afluência ao longo do período.

O aumento de 47% na importação de gás natural liquefeito e de 4% na importação de gás natural da Bolívia decorreu da maior demanda pelo segmento termelétrico.

⁽¹⁾ Não auditado pelo auditor independente.

¹¹ PLD - Preços semanais ponderados por patamar de carga livre (leve, médio e pesado), número de horas e capacidade do submercado.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

BIOCOMBUSTÍVEL

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Resultado líquido	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
(67)	(90)	26	(36)		(298)	(254)	(17)

(4T-2014 x 3T-2014): A redução do prejuízo decorreu das menores perdas com participações em investidas do setor etanol e do aumento no preço médio de realização do biodiesel.

(2014 x 2013): O aumento do prejuízo decorreu, principalmente, das maiores perdas com participações em investidas do setor de biodiesel e do provisionamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução das perdas nas operações de biodiesel e pelo menor ajuste ao valor de mercado dos estoques.

DISTRIBUIÇÃO

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Resultado líquido	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
432	(203)	313	359		1.185	1.813	(35)

(4T-2014x 3T-2014): A melhora do resultado decorreu do aumento no volume de vendas, além do fato do trimestre anterior ter sido onerado pela provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico e pela gratificação contingente concedida no Acordo Coletivo de Trabalho 2014.

(2014 x 2013): A redução do lucro líquido decorreu das maiores despesas de vendas devido à provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico, bem como do provisionamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), compensados parcialmente pelo aumento no volume de vendas e pela maior margem média de comercialização de combustíveis.

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Market Share (*)	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
37,8%	38,1%	-	37,4%		37,9%	37,5%	-

(4T-2014 x 3T-2014): A redução de *Market-Share* é explicada principalmente pela retração do mercado de diesel, produto em que a BR possui participação expressiva. Mesmo com a BR ganhando participação no produto no período, a queda do mercado do diesel alterou o *mix* de produtos, provocando perda de participação no mercado total.

(2014 x 2013): O ganho de *Market-Share* em 2014 é explicado principalmente pelo maior despacho térmico para o sistema integrado.

(*) Não auditado pelo auditor independente.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

INTERNACIONAL

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Resultado líquido	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
(4.131)	(219)	(1.786)	640		(3.204)	3.648	(188)

(4T-2014 x 3T-2014): O resultado do 4T-2014 foi impactado pelo reconhecimento do *impairment*, referentes às atividades de E&P nos EUA e Bolívia, e de refino no Japão, ocasionada principalmente pela redução dos preços internacionais de petróleo e derivados, além da provisão para perdas em investimentos na Venezuela e África e da maior provisão para redução ao valor de mercado dos estoques nos EUA e Japão. Esses fatores foram atenuados pelo ganho obtido na venda da participação total na empresa Petrobras Energia Peru S/A, concluída em novembro de 2014.

(2014 x 2013): O prejuízo decorreu do reconhecimento do *impairment* referentes às atividades de E&P nos EUA e Bolívia e de refino no Japão, ocasionada principalmente pela redução dos preços internacionais de petróleo e derivados, além da provisão para perdas em investimentos na Venezuela, Equador e África. Além disso, houve maior provisão para redução a valor de mercado dos estoques no Japão e menor lucro bruto, principalmente nas operações de E&P, decorrente dos desinvestimentos ocorridos e da redução do preço das *commodities*. Houve ainda o ganho apurado em 2013 com a venda de 50% da participação societária nas empresas da África. Esses efeitos foram em parte compensados pelos ganhos provenientes das vendas de ativos no Peru e de ativos terrestres na Colômbia, concluídas em 2014.

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Produção Internacional (mil barris/dia) ^{12 (*)}	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
75	86	(13)	73	Produção internacional consolidada	85	109	(22)
90	96	(6)	89	Petróleo e LGN	93	91	2
165	182	(9)	162	Gás natural	178	200	(11)
31	33	(6)	32	Total	31	19	63
196	215	(9)	194	Produção internacional não consolidada	209	219	(5)
				Produção total internacional			

(4T-2014 x 3T-2014): A produção consolidada de petróleo e LGN reduziu 13%, devido à conclusão da transferência dos ativos do Peru, em novembro/2014.

A produção de gás natural reduziu 6%, também em função da transferência dos ativos do Peru.

(2014 x 2013): Apesar do incremento da produção pela entrada de novos poços nos campos de Cascade e Chinook, nos EUA, em janeiro/2014, a produção consolidada de óleo e LGN reduziu 22%, devido à conclusão da transferência dos ativos terrestres na Colômbia, em abril/2014, e no Peru, em novembro/2014. Houve ainda a venda do ativo Puesto Hernández, na Argentina, em janeiro/2014, e a redução na Nigéria a partir da venda de 50% da participação societária ocorrida em junho/2013. Os 50% restantes da produção que pertencem à Petrobras, na Nigéria, estão considerados como produção não consolidada.

A produção de gás natural aumentou, principalmente, no Peru, devido ao início da produção no Campo de Kinteroni, em março/2014.

^(*) Não auditado pelo auditor independente.

¹² Alguns países que compõem a produção internacionais estão sob o regime de partilha de produção, com as participações governamentais pagas em óleo.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Lifting Cost - Internacional (US\$/barril) ⁽¹⁾	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
10,40	8,84	18	11,72		8,98	9,50	(5)

(4T-2014 x 3T-2014): O custo de extração aumentou 18%, principalmente na Argentina, devido aos maiores gastos com reparos em poços, e nos EUA, em decorrência de custos com manutenção das linhas de produção no campo de Cottonwood.

(2014 x 2013): Redução de 5%, principalmente na Argentina, em decorrência da depreciação da moeda local frente ao dólar e da venda da participação no ativo Puesto Hernández, com custos unitários mais elevados. Além disso, nos EUA, houve o efeito do aumento de produção nos campos de Cascade e Chinook.

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Indicadores Operacionais de Refino - Internacional (mil barris/dia) ⁽¹⁾	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
149	162	(8)	175	Carga total processada ¹³	163	169	(4)
157	175	(10)	196	Produção de derivados	175	185	(5)
230	230	-	231	Carga de referência ¹⁴	230	231	-
64	68	(4)	74	Fator de utilização do parque de refino (%) ¹⁵	69	70	(1)

(4T-2014 x 3T-2014): Menor carga total processada (8%), com redução da produção de derivados e da utilização da capacidade nominal, principalmente no Japão, em função da baixa demanda de óleo combustível por parte das geradoras de energia. Nos EUA, ocorreram paradas para manutenções na unidade de craqueamento catalítico no 4T-14. Estes efeitos foram parcialmente compensados na Argentina, pelo retorno à normalidade após parada programada ocorrida no trimestre anterior em diversas unidades de processo.

(2014 x 2013): Menor carga total processada (4%), com redução da produção de derivados e da utilização da capacidade nominal, em função da parada programada ocorrida na Argentina em 2014, da menor demanda de óleo combustível no Japão, e das paradas para manutenções realizadas na unidade de craqueamento catalítico nos EUA.

4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	Custo de refino - Internacional (US\$/barril) ⁽¹⁾	Exercício		
					2014	2013	2014 x 2013 (%)
5,25	4,02	31	4,44		4,14	4,06	2

(4T-2014 x 3T-2014): O custo unitário aumentou 31%, principalmente devido a manutenções ocorridas na unidade de craqueamento catalítico, nos EUA, e à redução da carga processada no Japão, decorrente da baixa demanda de óleo combustível no mercado local.

(2014 x 2013): O custo unitário do refino aumentou 2%, principalmente nos EUA, devido aos maiores gastos com tratamento de efluente do processo de refino e às manutenções ocorridas na unidade de craqueamento catalítico. Esses efeitos foram, em parte, compensados pelos menores custos em dólares na Argentina, decorrentes da depreciação cambial do peso frente à moeda norte-americana.

⁽¹⁾ Não auditado pelo auditor independente.

¹³ Carga total processada - volume de petróleo processado no exterior nas unidades de destilação atmosféricas das refinarias, somado aos volumes de produtos intermediários comprados de terceiros e utilizados como carga em outras unidades das refinarias.

¹⁴ Carga de referência - carga máxima sustentável de petróleo alcançada nas unidades de destilação.

¹⁵ Fator de utilização do parque de refino (%) - relação entre o petróleo processado na unidade de destilação e a carga de referência.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Volume de vendas – mil barris/dia ⁽¹⁾

				Exercício		
4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2014	2014	2013	2014 x 2013 (%)
1.010	1.049	(4)	1.005	1.001	984	2
644	616	5	610	620	590	5
126	126	-	99	119	98	21
152	160	(5)	164	163	171	(5)
233	247	(6)	235	235	231	2
113	110	3	108	110	106	4
209	225	(7)	204	210	203	3
2.487	2.533	(2)	2.425	2.458	2.383	3
113	98	15	106	99	91	9
455	449	1	392	446	409	9
3.055	3.080	(1)	2.923	3.003	2.883	4
395	496	(20)	404	393	395	(1)
560	567	(1)	567	571	514	11
955	1.063	(10)	971	964	909	6
4.010	4.143	(3)	3.894	3.967	3.792	5

(4T-2014x3T-2014): O volume de vendas no mercado interno foi 1% inferior, destacando-se os seguintes produtos:

- Diesel (redução de 4%) – sazonalidade do consumo, tendo em vista que o terceiro trimestre é o maior em termos de atividade econômica, e aumento do percentual de biodiesel de 6% para 7% em novembro de 2014;
- Gasolina (aumento de 5%) – aumento da massa salarial, por conta do décimo terceiro salário, movimentos das festas de final de ano, além do crescimento da frota de veículos leves;
- GLP (redução de 6%) – sazonalidade do consumo, em função das temperaturas médias mais altas e menor atividade econômica no quarto trimestre; e
- Gás natural (aumento de 1%) – maior demanda do setor elétrico.

(2014 x 2013): O volume de vendas no mercado interno foi 4% superior, destacando-se os seguintes produtos:

- Diesel (aumento de 2%) – maior consumo em obras de infraestrutura; crescimento da frota de veículos leves a diesel (van, pick up e SUV) e maior consumo por parte das termelétricas complementares do Sistema Interligado Nacional (SIN);
- Gasolina (aumento de 5%) – crescimento da frota de veículos associado à vantagem do preço da gasolina em relação ao etanol em diversos estados, além do aumento do consumo das famílias. Estes fatores foram parcialmente compensados pelo aumento do teor de etanol anidro na gasolina C de 20% para 25%;
- Óleo combustível (aumento de 21%) – maiores entregas para térmicas complementares em vários estados do país; e
- Gás natural (aumento de 9%) – maior demanda do setor elétrico.

⁽¹⁾ Não auditado pelo auditor independente.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

Fluxos de caixa consolidado – Resumo ¹⁶

R\$ milhões			Exercício	
4T-2014	3T-2014	4T-2013	2014	2013
70.259	66.363	57.879	46.257	48.497
(20.635)	(8.223)	(18.529)	(9.085)	(20.869)
49.624	58.140	39.350	37.172	27.628
14.974	23.553	10.776	62.241	56.210
(16.980)	(31.111)	(18.420)	(85.208)	(76.674)
(22.189)	(20.129)	(32.109)	(81.795)	(98.038)
8.043	302	3.997	9.399	8.383
(2.834)	(11.284)	9.692	(12.812)	12.981
(2.006)	(7.558)	(7.644)	(22.967)	(20.464)
(6.163)	(4.998)	4.553	35.134	33.176
3.823	5.022	12.828	72.871	83.669
(9.986)	(10.020)	(8.275)	(37.737)	(50.493)
14	(18)	(2)	(8.735)	(5.776)
(194)	(57)	63	(250)	(137)
2.964	4.115	852	3.885	2.745
44.239	49.624	37.172	44.239	37.172
24.707	20.635	9.085	24.707	9.085
68.946	70.259	46.257	68.946	46.257

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou 19% em relação a 31 de Dezembro de 2013 e as disponibilidades ajustadas¹⁷ cresceram 49%. A principal necessidade de recursos em 2014 foi para financiar os investimentos em áreas de negócio e pagamento de dividendos. Tais recursos foram proporcionados por uma geração de caixa operacional de R\$ 62.241 milhões, captações líquidas no montante de R\$ 35.134 milhões e desinvestimentos de R\$ 9.399 milhões.

A geração operacional de caixa operacional aumentou 11% em relação a 2013, principalmente motivada pelo aumento no lucro bruto e redução dos estoques (R\$ 5.979 milhões). Os investimentos nos negócios da Companhia foram 17% inferiores em 2014, com destaque para o recuo nos investimentos nas áreas de abastecimento (R\$ 10.272 milhões) e E&P (R\$ 3.743 milhões). Os recursos oriundos da venda de ativos atingiram R\$ 9.399 milhões, com destaque para a venda das empresas Petrobras Energia Peru, Brasil PCH, Innova e Gasmig. O volume de captações realizadas em 2014, líquidas de amortizações, foi de R\$ 35.134 milhões, destacando as emissões de *notes* no mercado de capitais de U.S.\$ 13,6 bilhões, além das captações de longo prazo no mercado bancário no Brasil e no exterior.

A capacidade de a Companhia investir seus recursos disponíveis tem sido limitada pela redução das receitas operacionais esperadas no futuro devido ao declínio dos preços do petróleo e em função da desvalorização do real, que faz com que a necessidade de caixa para cumprir com o serviço de suas dívidas em moeda estrangeira no curto prazo aumente. Além disso, por diversas razões, incluindo o ambiente econômico atual do Brasil, a Petrobras não tem sido capaz de acessar o mercado de capitais. Como resultado, a Companhia recentemente decidiu postergar projetos que foram impactados por complicações decorrentes de insolvência de fornecedores, além da carência de fornecedores qualificados disponíveis (resultante principalmente das investigações da Operação Lava Jato).

Em sua estratégia de ampliação de fontes de financiamento e como alternativa ao contexto atual, a Companhia tem buscado acesso ao mercado bancário asiático e, ao longo de 2015, considera utilizar fontes tradicionais de financiamento (bancos, *Export Credit Agencies* – ECAs e mercado de capitais) para captar os recursos necessários. Além disso, o programa de desinvestimento de US\$ 13,7 bilhões contribuirá para o suprimento das necessidades de liquidez.

¹⁶ Para maior detalhamento, vide Demonstração dos fluxos de Caixa – Consolidado na página 24.

¹⁷ A medida disponibilidades ajustadas inclui investimentos em títulos governamentais e aplicações financeiras no exterior em *time deposits* de instituições financeiras de primeira linha com vencimentos superiores a 3 meses a partir da data de aplicação, considerando a expectativa de realização desses investimentos no curto prazo. A medida disponibilidades ajustadas não está prevista nas normas internacionais de contabilidade, não devendo ser considerada isoladamente ou em substituição ao caixa e equivalentes de caixa apurados em IFRS. Além disso, a medida disponibilidades ajustadas não deve ser base de comparação com as disponibilidades ajustadas de outras empresas, contudo a Administração acredita que é uma informação suplementar que ajuda os investidores a avaliar a liquidez e auxilia a gestão da alavancagem.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Investimentos consolidados

	R\$ milhões				
	Exercício				
	2014	%	2013	%	Δ%
Exploração e produção	56.898	66	59.993	58	(5)
Abastecimento	18.264	21	30.740	29	(41)
Gás e Energia	6.002	7	5.919	6	1
Internacional	3.593	4	5.127	5	(30)
Exploração e produção	3.174	88	4.592	90	(31)
Abastecimento	246	7	345	7	(29)
Gás e Energia	62	2	56	1	11
Distribuição	99	3	115	2	(14)
Outros	12	-	19	-	(37)
Distribuição	1.053	1	1.120	1	(6)
Biocombustível	281	-	322	-	(13)
Corporativo	1.049	1	1.195	1	(12)
Total de investimentos	87.140	100	104.416	100	(17)

Em linha com seus objetivos estratégicos, a Petrobras atua de forma associada com outras empresas em *joint ventures*, no Brasil e no exterior, como concessionária de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

No ano de 2014 investimos um total de R\$ 87.140 milhões, direcionados ao aumento da capacidade produtiva e à modernização e ampliação do parque de refino.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Endividamento consolidado

	R\$ milhões		
	31.12.2014	31.12.2013	Δ%
Endividamento curto prazo ¹⁸	31.565	18.782	68
Endividamento longo prazo ¹⁹	319.470	249.038	28
Total	351.035	267.820	31
Disponibilidades	44.239	37.172	19
Títulos públicos federais e Time Deposits (vencimento superior a 3 meses)	24.707	9.085	172
Disponibilidades ajustadas	68.946	46.257	49
Endividamento líquido ²⁰	282.089	221.563	27
Endividamento líquido/(endividamento líquido+patrimônio líquido)	48%	39%	9
Passivo total líquido ²¹	724.429	706.710	3
Estrutura de capital			
(capital de terceiros líquido / passivo total líquido)	57%	51%	6
Índice de Dívida Líquida/EBITDA ajustado	4,77	3,52	36

	U.S.\$ milhões		
	31.12.2014	31.12.2013	Δ%
Endividamento curto prazo ¹⁸	11.884	8.017	48
Endividamento longo prazo ¹⁹	120.274	106.308	13
Total	132.158	114.325	16
Endividamento líquido ²⁰	106.201	94.579	12

	R\$ milhões		
	31.12.2014	31.12.2013	Δ%
Informações sumarizadas sobre financiamentos:			
Indexados a taxas flutuantes	173.977	138.463	26
Indexados a taxas fixas	176.868	129.148	37
Total	350.845	267.611	31
Reais	62.223	53.465	16
Dólar	252.787	191.572	32
Euro	25.820	14.987	72
Outras moedas	10.015	7.587	32
Total	350.845	267.611	31
até 1 ano	31.523	18.744	68
1 a 2 anos	33.397	17.017	96
2 a 3 anos	31.742	29.731	7
3 a 4 anos	47.254	20.331	132
4 a 5 anos	64.252	37.598	71
5 anos em diante	142.677	144.190	(1)
Total	350.845	267.611	31

O endividamento líquido do Sistema Petrobras em Reais aumentou 27% em relação a 31.12.2013, em decorrência de captações de longo prazo e do impacto da depreciação cambial de 13,4%.

¹⁸ Inclui Arrendamentos Mercantis Financeiros (R\$ 42 milhões em 31.12.2014 e R\$ 38 milhões em 31.12.2013).

¹⁹ Inclui Arrendamentos Mercantis Financeiros (R\$ 148 milhões em 31.12.2014 e R\$ 171 milhões em 31.12.2013).

²⁰ A medida endividamento líquido não está prevista nas normas internacionais de contabilidade – IFRS e não deve ser considerada isoladamente ou em substituição ao endividamento total de longo prazo, calculado de acordo com IFRS. O cálculo do endividamento líquido não deve ser base de comparação com o endividamento líquido de outras empresas, contudo a Administração acredita que é uma informação suplementar que ajuda os investidores a avaliar a liquidez e auxilia a gestão da alavancagem.

²¹ Passivo total líquido das disponibilidades ajustadas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração do Resultado – Consolidado^{22 23}

R\$ milhões			Exercício	
4T-2014	3T-2014	4T-2013	2014	2013
85.040	88.377	81.028	337.260	304.890
(63.025)	(67.936)	(64.445)	(256.823)	(234.995)
22.015	20.441	16.583	80.437	69.895
(3.744)	(6.733)	(2.892)	(15.974)	(10.601)
(3.376)	(2.707)	(2.888)	(11.223)	(10.751)
(1.493)	(2.314)	(1.742)	(7.135)	(6.445)
(731)	(665)	(570)	(2.589)	(2.428)
(609)	(552)	(1.030)	(1.801)	(1.721)
-	(6.194)	-	(6.194)	-
(44.345)	(306)	(1.238)	(44.636)	(1.238)
(543)	(5.891)	813	(12.207)	(2.347)
(54.841)	(25.362)	(9.547)	(101.759)	(35.531)
(32.826)	(4.921)	7.036	(21.322)	34.364
1.660	1.174	825	4.634	3.911
(2.882)	(2.282)	(2.076)	(9.255)	(5.795)
(592)	136	(1.770)	721	(4.318)
(1.814)	(972)	(3.021)	(3.900)	(6.202)
(540)	198	56	451	1.095
(270)	(127)	(225)	(1.045)	(1.102)
(35.450)	(5.822)	3.846	(25.816)	28.155
8.488	(117)	2.105	3.892	(5.148)
(26.962)	(5.939)	5.951	(21.924)	23.007
(26.600)	(5.339)	6.281	(21.587)	23.570
(362)	(600)	(330)	(337)	(563)
(26.962)	(5.939)	5.951	(21.924)	23.007

²² A partir de 2014, o valor da provisão de participação nos lucros ou resultados passou a ser apresentada em linha própria na Demonstração do Resultado, conforme já era divulgado ao fim de cada exercício. Os valores de 2013 foram reclassificados para fins de comparabilidade.

²³ A partir de 2014, o valor do ajuste ao valor de mercado dos estoques foi reclassificado de Outras receitas (despesas), líquidas para Custo dos produtos e serviços vendidos. Os valores de 2013 foram reclassificados para fins de comparabilidade.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Balço Patrimonial – Consolidado

ATIVO	R\$ milhões	
	31.12.2014	31.12.2013
Circulante	135.023	123.351
Caixa e equivalentes de caixa	44.239	37.172
Títulos e valores mobiliários	24.763	9.101
Contas a receber, líquidas	21.167	22.652
Estoques	30.457	33.324
Impostos e contribuições	10.123	11.646
Ativos classificados como mantidos para venda	13	5.638
Outros ativos circulantes	4.261	3.818
Não Circulante	658.352	629.616
Realizável a L. Prazo	50.104	44.000
Contas a receber, líquidas	14.441	10.616
Títulos e valores mobiliários	290	307
Depósitos judiciais	7.124	5.866
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.673	2.647
Impostos e contribuições	10.645	12.603
Adiantamento a fornecedores	6.398	7.566
Outros ativos realizáveis a longo prazo	8.533	4.395
Investimentos	15.282	15.615
Imobilizado	580.990	533.880
Intangível	11.976	36.121
Total do Ativo	793.375	752.967

PASSIVO	R\$ milhões	
	31.12.2014	31.12.2013
Circulante	82.659	82.525
Fornecedores	25.924	27.922
Financiamentos	31.565	18.782
Impostos e contribuições	11.453	11.597
Dividendos propostos	-	9.301
Salários, férias, encargos e participações	5.489	4.806
Planos de pensão e saúde	2.115	1.912
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda	-	2.514
Outras contas e despesas a pagar	6.113	5.691
Não Circulante	399.994	321.108
Financiamentos	319.470	249.038
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.052	23.206
Planos de pensão e saúde	43.803	27.541
Provisão para desmantelamento de áreas	21.958	16.709
Provisão para processos judiciais	4.091	2.918
Outras contas e despesas a pagar	2.620	1.696
Patrimônio Líquido	310.722	349.334
Capital Social realizado	205.432	205.411
Reservas de lucros e outras	103.416	142.529
Participação dos acionistas não controladores	1.874	1.394
Total do passivo	793.375	752.967

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidado

R\$ milhões			Exercício	
4T-2014	3T-2014	4T-2013	2014	2013
(26.600)	(5.339)	6.281	(21.587)	23.570
41.574	28.892	4.495	83.828	32.640
8.808	7.036	7.504	30.677	28.467
2.954	2.611	2.636	8.461	7.027
(362)	(600)	(330)	(337)	(563)
540	(198)	(56)	(451)	(1.095)
-	6.194	-	6.194	-
1.392	3.954	109	5.555	157
(3.025)	4.081	(2.134)	743	(3.835)
(10.213)	(108)	(3.344)	(8.025)	323
786	1.710	1.254	5.048	4.169
44.345	306	1.238	44.636	1.238
1.349	625	432	2.461	1.269
1.612	909	1.380	4.773	5.515
1.189	4.949	200	1.378	(4.601)
(1.324)	(1.415)	(3.283)	(5.929)	(2.693)
(1.832)	(1.307)	1.742	(2.982)	2.516
(651)	(415)	(590)	(1.967)	(1.724)
(2.883)	1.718	(105)	(3.171)	(3.000)
(1.111)	(1.158)	(2.158)	(3.236)	(530)
14.974	23.553	10.776	62.241	56.210
(16.980)	(31.111)	(18.420)	(85.208)	(76.674)
(22.189)	(20.129)	(32.109)	(81.795)	(98.038)
8.043	302	3.997	9.399	8.383
(2.834)	(11.284)	9.692	(12.812)	12.981
(2.006)	(7.558)	(7.644)	(22.967)	(20.464)
(6.343)	(5.073)	4.614	26.149	27.263
3.823	5.022	12.828	72.871	83.669
(6.334)	(6.226)	(6.272)	(23.628)	(39.560)
(3.652)	(3.794)	(2.003)	(14.109)	(10.933)
14	(18)	(2)	(8.735)	(5.776)
(194)	(57)	63	(250)	(137)
2.964	4.115	852	3.885	2.745
(5.385)	(8.516)	(2.178)	7.067	9.544
49.624	58.140	39.350	37.172	27.628
44.239	49.624	37.172	44.239	37.172

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS POR ÁREA DE NEGÓCIO ²⁴

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – 2014 ²⁵

	R\$ milhões								
	EGP	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIO-COMBUST.	DISTRIB.	INTER.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Receita de vendas	153.705	263.570	42.062	624	98.010	32.573	-	(253.284)	337.260
Intersegmentos	152.515	92.080	4.009	560	2.647	1.473	-	(253.284)	-
Terceiros	1.190	171.490	38.053	64	95.363	31.100	-	-	337.260
Custo dos produtos e serviços vendidos	(82.457)	(271.643)	(35.921)	(728)	(90.446)	(30.109)	-	254.481	(256.823)
Lucro bruto	71.248	(8.073)	6.141	(104)	7.564	2.464	-	1.197	80.437
Despesas	(21.078)	(49.288)	(7.785)	(158)	(5.696)	(4.152)	(14.139)	535	(101.759)
Vendas, gerais e administrativas	(1.051)	(6.440)	(5.994)	(118)	(5.231)	(1.937)	(6.964)	538	(27.197)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(6.720)	-	-	-	-	(415)	-	-	(7.135)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(1.290)	(452)	(199)	(32)	(4)	(5)	(607)	-	(2.589)
Tributárias	(126)	(221)	(295)	(2)	(28)	(263)	(866)	-	(1.801)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(5.665)	(33.954)	(260)	-	-	(4.757)	-	-	(44.636)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	(1.969)	(3.427)	(652)	-	(23)	(23)	(100)	-	(6.194)
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.255)	(4.794)	(385)	(6)	(410)	3.248	(5.602)	(3)	(12.207)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	50.172	(57.361)	(1.644)	(262)	1.868	(1.688)	(14.139)	1.732	(21.322)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(3.900)	-	(3.900)
Resultado de participações em investimentos	46	272	453	(124)	(1)	(200)	5	-	451
Participação nos lucros ou resultados	(359)	(298)	(48)	(2)	(60)	(20)	(258)	-	(1.045)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	49.859	(57.387)	(1.239)	(388)	1.807	(1.908)	(18.292)	1.732	(25.816)
Imposto de renda e contribuição social	(17.607)	18.440	353	90	(622)	(1.200)	5.026	(588)	3.892
Lucro líquido (prejuízo)	32.252	(38.947)	(886)	(298)	1.185	(3.108)	(13.266)	1.144	(21.924)
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras	32.264	(38.927)	(936)	(298)	1.185	(3.204)	(12.815)	1.144	(21.587)
Acionistas não controladores	(12)	(20)	50	-	-	96	(451)	-	(337)
	32.252	(38.947)	(886)	(298)	1.185	(3.108)	(13.266)	1.144	(21.924)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – 2013

	R\$ milhões								
	EGP	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIO-COMBUST.	DISTRIB.	INTER.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Receita de vendas	147.281	240.693	30.011	832	86.185	35.062	-	(235.172)	304.890
Intersegmentos	144.809	80.436	2.558	693	2.122	4.554	-	(235.172)	-
Terceiros	2.472	160.257	27.453	139	84.061	30.508	-	-	304.890
Custo dos produtos e serviços vendidos	(73.927)	(258.978)	(26.132)	(996)	(78.941)	(30.671)	-	234.650	(234.995)
Lucro bruto	73.354	(18.285)	3.879	(164)	7.242	4.391	-	(522)	69.895
Despesas	(8.939)	(8.557)	(2.535)	(151)	(4.428)	(500)	(10.615)	194	(35.531)
Vendas, gerais e administrativas	(957)	(6.786)	(2.360)	(119)	(4.422)	(1.855)	(5.201)	348	(21.352)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(6.057)	-	-	-	-	(388)	-	-	(6.445)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(1.110)	(525)	(123)	(36)	(4)	(6)	(624)	-	(2.428)
Tributárias	(538)	(367)	(174)	(2)	(33)	(297)	(310)	-	(1.721)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(9)	-	-	-	-	(1.229)	-	-	(1.238)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	(268)	(879)	122	6	31	3.275	(4.480)	(154)	(2.347)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	64.415	(26.842)	1.344	(315)	2.814	3.891	(10.615)	(328)	34.364
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(6.202)	-	(6.202)
Resultado de participações em investimentos	4	165	532	(44)	(2)	366	74	-	1.095
Participação nos lucros ou resultados	(381)	(304)	(48)	(2)	(65)	(31)	(271)	-	(1.102)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	64.038	(26.981)	1.828	(361)	2.747	4.226	(17.014)	(328)	28.155
Imposto de renda e contribuição social	(21.772)	9.229	(441)	107	(934)	(451)	9.001	113	(5.148)
Lucro líquido (prejuízo)	42.266	(17.752)	1.387	(254)	1.813	3.775	(8.013)	(215)	23.007
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras	42.213	(17.734)	1.256	(254)	1.813	3.648	(7.157)	(215)	23.570
Acionistas não controladores	53	(18)	131	-	-	127	(856)	-	(563)
	42.266	(17.752)	1.387	(254)	1.813	3.775	(8.013)	(215)	23.007

24 A partir de 2014, a gestão dos negócios da controlada Liquigás Distribuidora S/A foi transferida da área de Distribuição para a área do Abastecimento. Para fins de comparabilidade, os resultados dos períodos anteriores foram reapresentados na área de Abastecimento, atendendo a premissa fundamental de controlabilidade das Demonstrações Contábeis por Área de Negócio.

25 A partir de 2014, o valor do ajuste ao valor de mercado dos estoques foi reclassificado de Outras receitas (despesas), líquidas para Custo dos produtos e serviços vendidos. Os valores de 2013 foram reclassificados para fins de comparabilidade.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Demonstração do grupo de Outras Receitas (Despesas) – 2014²⁶

	R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIO-COMBUST.	DISTRIB.	INTER	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Paradas não Programadas e Gastos Pré-Operacionais	(1.894)	(279)	(293)	-	-	(61)	(38)	-	(2.565)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário	(983)	(497)	(152)	(10)	(158)	(23)	(620)	-	(2.443)
Plano de Pensão e Saúde (Inativos)	-	-	-	-	-	-	(2.438)	-	(2.438)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	(113)	(76)	(11)	-	(190)	(27)	(1.325)	-	(1.742)
Resultado Relacionado a Abandono de Áreas	(1.128)	-	-	-	-	-	-	-	(1.128)
Acordos Coletivos de Trabalho	(395)	(219)	(40)	-	(58)	(10)	(280)	-	(1.002)
Devolução de Campos e Projetos Cancelados do E&P	(610)	-	-	-	-	-	-	-	(610)
(Perdas)/Ganhos c/Processos Judiciais, Administrativos e Arbitrais	303	(224)	1	(1)	(111)	(80)	(368)	-	(480)
Gastos com Segurança, Meio Ambiente e Saúde	(65)	(64)	(23)	(1)	-	(10)	(173)	-	(336)
Resultado c/Alenações/Baixas de Ativos	(581)	(3.369)	80	(1)	36	3.762	(60)	-	(133)
Subvenções e Assistências Governamentais	23	77	17	-	-	-	22	-	139
Gastos/Ressarcimentos c/Operações em Parcerias de E&P	855	-	-	-	-	-	-	-	855
Outros	333	(143)	36	7	71	(303)	(322)	(3)	(324)
	(4.255)	(4.794)	(385)	(6)	(410)	3.248	(5.602)	(3)	(12.207)

Demonstração do grupo de Outras Receitas (Despesas) – 2013

	R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIO-COMBUST.	DISTRIB.	INTER.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Paradas não Programadas e Gastos Pré-Operacionais	(1.460)	(242)	(228)	-	-	(63)	(39)	-	(2.032)
Plano de Pensão e Saúde (Inativos)	-	-	-	-	-	-	(1.933)	-	(1.933)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	(278)	(81)	(14)	-	(150)	(30)	(1.237)	-	(1.790)
Resultado Relacionado a Abandono de Áreas	125	-	-	-	-	-	-	-	125
Acordos Coletivos de Trabalho	(369)	(208)	(32)	-	(50)	(11)	(287)	-	(957)
Devolução de Campos e Projetos Cancelados do E&P	(42)	-	-	-	-	-	-	-	(42)
(Perdas)/Ganhos c/Processos Judiciais, Administrativos e Arbitrais	436	(188)	(11)	-	(54)	(40)	(648)	-	(505)
Gastos com Segurança, Meio Ambiente e Saúde	(72)	(158)	(14)	-	-	(31)	(207)	-	(482)
Resultado c/Alenações/Baixas de Ativos	843	(131)	7	-	44	3.246	(132)	-	3.877
Subvenções e Assistência Governamentais	39	97	167	-	-	82	7	-	392
Gastos/Ressarcimentos c/Operações em Parcerias de E&P	525	-	-	-	-	(3)	-	-	522
Outros	(15)	32	247	6	241	125	(4)	(154)	478
	(268)	(879)	122	6	31	3.275	(4.480)	(154)	(2.347)

Ativo Consolidado por Área de Negócio – 31.12.2014

	R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIO-COMBUST.	DISTRIB.	INTER.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Ativo	402.478	186.033	75.350	2.947	19.180	34.553	86.024	(13.190)	793.375
Circulante	15.959	39.111	10.570	173	9.246	6.229	64.174	(10.439)	135.023
Não circulante	386.519	146.922	64.780	2.774	9.934	28.324	21.850	(2.751)	658.352
Realizável a longo prazo	17.874	9.573	3.749	8	3.217	4.908	13.359	(2.584)	50.104
Investimentos	531	4.800	1.393	2.221	39	5.912	386	-	15.282
Imobilizado	360.368	131.914	58.770	545	6.066	16.091	7.403	(167)	580.990
Em operação	263.794	108.747	47.460	502	4.595	9.870	5.562	(167)	440.363
Em construção	96.574	23.167	11.310	43	1.471	6.221	1.841	-	140.627
Intangível	7.746	635	868	-	612	1.413	702	-	11.976

Ativo Consolidado por Área de Negócio – 31.12.2013

	R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIO-COMBUST.	DISTRIB.	INTER.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Ativo	357.729	216.769	64.899	2.803	16.994	42.454	66.859	(15.540)	752.967
Circulante	13.826	44.838	9.052	181	5.576	11.922	50.702	(12.746)	123.351
Não circulante	343.903	171.931	55.847	2.622	11.418	30.532	16.157	(2.794)	629.616
Realizável a longo prazo	14.643	10.333	4.341	5	5.222	4.655	7.422	(2.621)	44.000
Investimentos	219	5.429	1.755	2.097	14	5.883	218	-	15.615
Imobilizado	296.846	155.835	48.919	520	5.505	18.671	7.757	(173)	533.880
Em operação	212.914	76.452	39.118	480	3.952	8.882	5.415	(173)	347.040
Em construção	83.932	79.383	9.801	40	1.553	9.789	2.342	-	186.840
Intangível	32.195	334	832	-	677	1.323	760	-	36.121

²⁶ A partir de 2014, o valor do ajuste ao valor de mercado dos estoques foi reclassificado de outras despesas receitas (despesas), líquidas para custo dos produtos e serviços vendidos. Os valores de 2013 foram reclassificados para fins de comparabilidade.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Demonstração Consolidada do EBITDA Ajustado por Área de Negócio – 2014

	R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIO-COMBUST.	DISTRIB.	INTER.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Lucro líquido (prejuízo)	32.252	(38.947)	(886)	(290)	1.185	(3.108)	(13.266)	1.144	(21.924)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	3.900	-	3.900
Imposto de renda/Contribuição social	17.607	(18.440)	(353)	(90)	622	1.200	(5.026)	588	(3.892)
Depreciação, depleção e amortização	18.091	6.877	1.989	30	407	2.370	913	-	30.677
EBITDA	67.950	(50.510)	750	(358)	2.214	462	(13.479)	1.732	8.761
Participação em investimentos	(46)	(272)	(453)	124	1	200	(5)	-	(451)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	5.665	33.954	260	-	-	4.757	-	-	44.636
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	1.969	3.427	652	-	23	23	100	-	6.194
EBITDA ajustado	75.538	(13.401)	1.209	(234)	2.238	5.442	(13.384)	1.732	59.140

Demonstração Consolidada do EBITDA Ajustado por Área de Negócio – 2013

	R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIO-COMBUST.	DISTRIB.	INTER.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Lucro líquido (prejuízo)	42.266	(17.752)	1.387	(254)	1.813	3.775	(8.013)	(215)	23.007
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	6.202	-	6.202
Imposto de renda/Contribuição social	21.772	(9.229)	441	(107)	934	451	(9.001)	(113)	5.148
Depreciação, depleção e amortização	16.857	5.912	1.995	24	380	2.305	984	-	28.467
EBITDA	80.905	(21.069)	3.823	(337)	3.127	6.531	(9.828)	(328)	62.824
Participação em investimentos	(4)	(165)	(532)	44	2	(366)	(74)	-	(1.095)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	9	-	-	-	-	1.229	-	-	1.238
EBITDA ajustado	80.910	(21.234)	3.291	(293)	3.129	7.394	(9.902)	(328)	62.967

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio Internacional

	R\$ milhões						
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Demonstração do Resultado - Jan-Dez 2014							
Receita de vendas	7.022	17.313	1.151	12.168	50	(5.131)	32.573
Intersegmentos	2.903	3.584	79	5	33	(5.131)	1.473
Terceiros	4.119	13.729	1.072	12.163	17	-	31.100
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	140	(1.414)	165	218	(789)	(8)	(1.688)
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	(1.395)	(1.211)	213	182	(985)	(8)	(3.204)

	R\$ milhões						
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Demonstração do Resultado - Jan-Dez 2013							
Receita de vendas	8.791	18.648	1.193	11.274	17	(4.861)	35.062
Intersegmentos	5.055	4.254	79	15	12	(4.861)	4.554
Terceiros	3.736	14.394	1.114	11.259	5	-	30.508
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	4.231	(55)	144	229	(655)	(3)	3.891
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	3.425	(34)	150	200	(90)	(3)	3.648

Ativo Consolidado por Área de Negócio Internacional

	R\$ milhões						
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	TOTAL
Ativo em 31.12.2014	25.557	4.944	1.255	2.497	3.267	(2.967)	34.553
Ativo em 31.12.2013	31.989	6.213	1.411	2.542	4.613	(4.314)	42.454

APÊNDICE

1. Impairment de imobilizado e intangível

Ativo ou UGC, por natureza	Consolidado			Segmento
	Valor contábil líquido	Valor Recuperável	Perda por desvalorização ^(*)	
Comperj	25.820	3.987	21.833	Abastecimento, Brasil
2º trem de refino da RNEST	16.488	7.345	9.143	Abastecimento, Brasil
Campos de produção de óleo e gás no exterior	8.302	3.873	4.429	Exploração e Produção, Internacional
Campos de Produção de óleo e gás no Brasil (diversas UGCs)	17.067	12.918	4.149	Exploração e Produção, Brasil
Complexo Petroquímico Suape	7.563	4.585	2.978	Abastecimento, Brasil
Equipamentos vinculados à atividade de produção de óleo e gás e perfuração de poços	2.898	1.474	1.424	Exploração e Produção, Brasil
NSS Japão	343	-	343	Abastecimento, Internacional
Araucária	927	667	260	Gás e Energia
Outros	71	86	(15)	
Total	79.479	34.935	44.544	

(*) Constituição e reversão de impairment.

(**) Não inclui impairment de ativos classificados como mantidos para venda de R\$ 92 milhões.

Mais informações sobre as perdas por desvalorização de ativos estão disponíveis na nota explicativa 14 das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP da Petrobras.

2. Contas a receber – Setor Elétrico (Sistema Isolado de Energia)

	Consolidado					
	2014			2013		
	A vencer	Vencido	Total	A Vencer	Vencido	Total
Clientes						
Sistema Eletrobras (Nota explicativa 19.5)	6.736	1.143	7.879	1.553	2.779	4.332
Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS)	3.364	442	3.806	-	1.597	1.597
Outros	63	1.046	1.109	101	617	718
	10.163	2.631	12.794	1.654	4.993	6.647
(-) Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(2.895)	(1.650)	(4.545)	-	(34)	(34)
Total	7.268	981	8.249	1.654	4.959	6.613
Partes relacionadas						
Terceiros	6.569	437	7.006	1.553	2.763	4.316
	699	544	1.243	101	2.196	2.297

Após avaliação da Administração, foram reconhecidos R\$ 4.511 milhões como perdas em créditos de liquidação duvidosa, considerando-se os valores a receber até 31 de outubro de 2014 sem garantia real, incluindo saldos a vencer de confissões de dívidas, assim como saldos vencidos de empresas que não iniciaram as tratativas para equacionamento da dívida. Não foram reconhecidas perdas para faturamentos a partir de 01 de novembro de 2014, uma vez que a ANEEL incluiu tal período na determinação da nova realidade tarifária, e tampouco para empresas adimplentes. Mais informações sobre os recebíveis do setor elétrico estão disponíveis na nota 8.4 das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP da Petrobras.

APÊNDICE

3. Reconciliação do EBITDA Ajustado

R\$ milhões				Exercício		
4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	2014	2013	2014 X 2013 (%)
(26.962)	(5.939)	(354)	5.951	(21.924)	23.007	(195)
1.814	972	87	3.021	3.900	6.202	(37)
(8.488)	117	-	(2.105)	(3.892)	5.148	(176)
8.808	7.036	25	7.504	30.677	28.467	8
(24.828)	2.186	(1.236)	14.371	8.761	62.824	(86)
540	(198)	373	(56)	(451)	(1.095)	59
44.345	306	-	1.238	44.636	1.238	-
-	6.194	(100)	-	6.194	-	-
20.057	8.488	136	15.553	59.140	62.967	(6)
24	10	14	19	18	21	(3)

A Companhia divulga o EBITDA ajustado conforme Instrução CVM n.º 527 de 4 de outubro de 2012, calculado como sendo o resultado líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, além da participação em investimentos e do *impairment*. A divulgação do EBITDA ajustado tem como objetivo proporcionar informação suplementar sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, de realização e manutenção de seus investimentos e de cobrir sua necessidade de capital de giro. O EBITDA ajustado não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

Especificamente em 2014, a Companhia optou por não incluir a *baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente* no cálculo do EBITDA ajustado, por entender que este item não afeta a geração futura de caixa, assim como a posição atual de caixa da Companhia, contribuindo, dessa forma, para o fornecimento de uma informação mais adequada a respeito de seu potencial de geração bruta de caixa.

4. Efeito custo médio no CPV (R\$ milhões)

Em função do período de permanência dos produtos nos estoques, de 60 dias em média, o comportamento das cotações internacionais do petróleo e derivados, bem como do câmbio, sobre as importações e as participações governamentais, não influenciam integralmente o custo das vendas do período, vindo a ocorrer por completo apenas no período subsequente. O quadro abaixo demonstra a estimativa dos efeitos no custo das vendas:

	3T-2014	4T-2014	Δ *
Efeito custo médio no CPV	(682)	(1.951)	(1.270)



* Assim como ocorreu no trimestre anterior, de forma menos acentuada, o efeito custo médio sobre o CPV do 4T-2014 foi desfavorável, refletindo a realização de custos unitários formados em período de cotações internacionais mais elevadas, já considerada a apreciação do dólar frente ao real.

() O valor expresso entre parênteses representa o efeito negativo sobre o CPV.

²⁷ A Margem do EBITDA ajustado é igual ao EBITDA ajustado dividido pela receita de vendas.

APÊNDICE

5. Impostos e Contribuições Consolidados

A contribuição econômica da Petrobras, medida por meio da geração de impostos, taxas e contribuições sociais, totalizou R\$ 71.247 milhões.

R\$ milhões				Exercício		
4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	2014	2013	2014 x 2013 (%)
12.934	12.530	3	11.469	Contribuição Econômica - País		
4.649	4.045	15	4.032	47.991	43.383	11
(9.457)	(1.007)	(839)	(1.929)	16.183	15.851	2
2.194	1.305	68	2.036	(5.635)	4.580	(223)
10.320	16.873	(39)	15.608	6.153	4.773	29
1.903	1.555	22	1.416	64.692	68.587	(6)
12.223	18.428	(34)	17.024	6.555	6.135	7
				71.247	74.722	(5)
				Contribuição Econômica - Exterior		
				Total		

6. Participações Governamentais

R\$ milhões				Exercício		
4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	2014	2013	2014 x 2013 (%)
3.385	4.041	(16)	4.044	País		
3.080	4.026	(23)	4.264	15.474	15.057	3
40	42	(5)	40	14.803	15.161	(2)
6.505	8.109	(20)	8.348	164	170	(4)
257	290	(11)	226	30.441	30.388	-
6.762	8.399	(19)	8.574	1.148	913	26
				31.589	31.301	1
				Exterior		
				Total		

(4T-2014 x 3T-2014): As participações governamentais, no país, reduziram 20%, principalmente, em consequência da queda de 20% no preço médio de referência do petróleo nacional, sendo R\$/bbl 165,40 (US\$/bbl 65,30) no 4º trimestre, contra R\$/bbl 205,57 (US\$/bbl 90,44), no 3º trimestre, apesar do aumento da produção no período.

(2014 x 2013): A estabilidade nas participações governamentais no País, refletiu o efeito da queda de 2%, no preço médio de referência do petróleo nacional, sendo R\$/bbl 203,41 (US\$/bbl 87,14) no período de janeiro a dezembro de 2014, contra R\$/bbl 208,40 (US\$/bbl 96,59) no mesmo período de 2013, que compensou os efeitos do aumento da produção.

7. Efeito Hedge Fluxo de Caixa sobre exportações

R\$ milhões				Exercício		
4T-2014	3T-2014	4T14 X 3T14 (%)	4T-2013	2014	2013	2014 x 2013 (%)
(10.166)	(11.813)	14	(6.027)	Variação Monetária e Cambial Total		
10.185	12.231	(17)	4.578	(13.257)	(17.009)	22
(611)	(282)	(117)	(321)	15.641	13.384	17
(592)	136	(535)	(1.770)	(1.663)	(693)	-
				721	(4.318)	117
				Variação Monetária e Cambial, Líquidas		

APÊNDICE

8. Ativos e Passivos sujeitos à variação cambial

A Companhia possui ativos e passivos sujeitos a variações de moedas estrangeiras, cujas principais exposições são do real em relação ao dólar norte-americano e do dólar norte-americano em relação ao euro. A partir de meados de maio de 2013 a Companhia estendeu a contabilidade de *hedge* para proteção de exportações futuras altamente prováveis.

A Companhia designa relações de *hedge* entre exportações e obrigações em dólares norte-americanos para que os efeitos da proteção cambial natural existentes entre essas operações sejam reconhecidas simultaneamente nas demonstrações contábeis. No caso da Petrobras, esse mecanismo contemplou, inicialmente, cerca de 70% do total das dívidas líquidas expostas à variação cambial, protegendo parte das exportações, por um período de sete anos.

Com a extensão da contabilidade de *hedge*, os ganhos ou perdas oriundos das dívidas em dólares norte-americanos, provocados por variações cambiais, somente afetam o resultado da Companhia na medida em que as exportações são realizadas. Até que essas exportações sejam realizadas, as referidas variações serão acumuladas em conta do patrimônio líquido.

Os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de empresas controladas no exterior não são inseridos na exposição abaixo, quando realizados em moedas equivalentes às suas respectivas moedas funcionais. Em 31 de dezembro de 2014, a exposição cambial líquida da Companhia é passiva. Portanto, uma apreciação do real frente às demais moedas gera receita de variação cambial, enquanto que uma depreciação do real representa uma despesa de variação cambial.

ITENS	R\$ milhões	
	31.12.2014	31.12.2013
Ativo	30.600	16.853
Passivo	(222.279)	(150.581)
Hedge Accounting	135.088	95.443
Total	(56.591)	(38.285)

SEGREGAÇÃO POR MOEDA	R\$ milhões	
	31.12.2014	31.12.2013
Real/ Dólar	(20.844)	(17.329)
Real/ Iene japonês	-	1
Real/ Euro	(6.860)	(6.741)
Real/ Libra esterlina	(1.919)	(1.772)
Dólar/ Iene japonês	(1.728)	(1.973)
Dólar/ Euro	(18.562)	(7.324)
Dólar/ Libra esterlina	(5.376)	(2.296)
Peso/ Dólar	(1.302)	(851)
Total	(56.591)	(38.285)

As variações de 2013 para 2014 das principais moedas da exposição foram: Real x Dólar- desvalorização do real em 13,39%/ Dólar x Euro- valorização do dólar em 11,79%/ Dólar x Iene- valorização do dólar em 13,87%/ Dólar x Libra- valorização do dólar em 5,71%.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

RESULTADO DO TERCEIRO TRIMESTRE

Reconciliação do resultado divulgado em 28.01.2015 com o resultado revisado pelos auditores independentes.

	R\$ milhões
	2014
Lucro líquido divulgado em 28.01.2015	13.464
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	(6.194)
Complemento de provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico	(1.602)
Outros	(630)
Lucro líquido (revisado pelos auditores independentes)	5.038
Atribuível aos:	
Acionistas da Petrobras	5.013
Acionistas não controladores	25
	5.038

Os ajustes refletem, principalmente:

- Reconhecimento de R\$ 6.194 milhões da *baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente*;
- Complemento de R\$ 2.427 milhões (R\$ 1.602 milhões, líquidos de impostos) referente à provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico das empresas que não possuíam garantia;
- Redução na provisão de participação nos lucros ou resultados, em função da alteração no lucro mediante a provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico; e
- Alteração na provisão para imposto de renda e contribuição social, principalmente pela provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico.

Adicionalmente houve reclassificação de R\$ 1.112 milhões do ajuste ao valor de mercado dos estoques, transferido de outras despesas líquidas para custo dos produtos e serviços vendidos.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração do Resultado – Consolidado ^{28 29}

R\$ milhões			Período Jan - Set	
3T-2014	2T-2014	3T-2013	2014	2013
88.377	82.298	77.700	252.220	223.862
(67.936)	(63.480)	(61.482)	(193.798)	(170.550)
20.441	18.818	16.218	58.422	53.312
(6.733)	(2.772)	(2.862)	(12.230)	(7.709)
(2.707)	(2.580)	(2.803)	(7.847)	(7.863)
(2.314)	(1.803)	(2.214)	(5.642)	(4.702)
(665)	(601)	(590)	(1.858)	(1.858)
(552)	(313)	(219)	(1.192)	(691)
(6.194)	-	-	(6.194)	-
(6.197)	(1.901)	(1.807)	(11.955)	(3.162)
(25.362)	(9.970)	(10.495)	(46.918)	(25.985)
(4.921)	8.848	5.723	11.504	27.327
1.174	758	1.205	2.974	3.086
(2.282)	(2.243)	(1.240)	(6.373)	(3.719)
136	545	(985)	1.313	(2.548)
(972)	(940)	(1.020)	(2.086)	(3.181)
198	271	493	991	1.039
(127)	(312)	(229)	(775)	(877)
(5.822)	7.867	4.967	9.634	24.308
(117)	(2.676)	(1.425)	(4.596)	(7.252)
(5.939)	5.191	3.542	5.038	17.056
(5.339)	4.959	3.395	5.013	17.289
(600)	232	147	25	(233)
(5.939)	5.191	3.542	5.038	17.056

²⁸ A partir de 2014, o valor da provisão de participação nos lucros ou resultados passou a ser apresentada em linha própria na Demonstração do Resultado, conforme já era divulgado ao fim de cada exercício. Os valores de 2013 foram reclassificados para fins de comparabilidade.

²⁹ A partir de 2014, o valor do ajuste ao valor de mercado dos estoques foi reclassificado de outras despesas receitas (despesas), líquidas para custo dos produtos e serviços vendidos. Os valores de 2013 foram reclassificados para fins de comparabilidade.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Balço Patrimonial – Consolidado

ATIVO	R\$ milhões	
	30.09.2014	31.12.2013
Circulante	142.950	123.351
Caixa e equivalentes de caixa	49.624	37.172
Títulos e valores mobiliários	20.674	9.101
Contas a receber, líquidas	21.549	22.652
Estoques	32.437	33.324
Impostos e contribuições	8.603	11.646
Ativos classificados como mantidos para venda	5.052	5.638
Outros ativos circulantes	5.011	3.818
Não Circulante	672.791	629.616
Realizável a L. Prazo	47.875	44.000
Contas a receber, líquidas	12.708	10.616
Títulos e valores mobiliários	294	307
Depósitos judiciais	6.740	5.866
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.431	2.647
Impostos e contribuições	11.231	12.603
Adiantamento a fornecedores	7.245	7.566
Outros ativos realizáveis a longo prazo	7.226	4.395
Investimentos	15.537	15.615
Imobilizado	591.606	533.880
Intangível	17.773	36.121
Total do Ativo	815.741	752.967

PASSIVO	R\$ milhões	
	30.09.2014	31.12.2013
Circulante	84.708	82.525
Fornecedores	27.658	27.922
Financiamentos	28.243	18.782
Impostos e contribuições	12.973	11.597
Dividendos propostos	-	9.301
Salários, férias, encargos e participações	7.931	4.806
Planos de pensão e saúde	2.198	1.912
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda	591	2.514
Outras contas e despesas a pagar	5.114	5.691
Não Circulante	388.637	321.108
Financiamentos	303.461	249.038
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.923	23.206
Planos de pensão e saúde	40.986	27.541
Provisão para desmantelamento de áreas	15.996	16.709
Provisão para processos judiciais	3.978	2.918
Outras contas e despesas a pagar	2.293	1.696
Patrimônio Líquido	342.396	349.334
Capital Social realizado	205.432	205.411
Reservas de lucros e outras	135.893	142.529
Participação dos acionistas não controladores	1.071	1.394
Total do passivo	815.741	752.967

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidado

R\$ milhões				Período Jan – Set	
3T-2014	2T-2014	1T-2014		2014	2013
(5.339)	4.959	3.395	Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	5.013	17.289
28.892	9.340	10.963	(+) Ajustes	42.254	28.145
7.036	7.710	7.597	Depreciação, depleção e amortização	21.869	20.963
2.611	1.479	2.027	Variações cambiais e monetárias e encargos sobre financeiros	5.507	4.391
(600)	232	147	Resultado dos acionistas não controladores	25	(233)
(198)	(271)	(493)	Resultado de participações em investimentos	(991)	(1.039)
6.194	-	-	Baixa de gastos capitalizados indevidamente	6.194	-
3.954	177	49	Perdas em créditos de liquidação duvidosa	4.163	47
4.081	271	(343)	Resultado com alienações / baixas de ativos	3.768	(1.743)
(108)	1.614	461	Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	2.188	3.666
1.710	1.495	1.684	Baixa de poços secos	4.262	2.915
931	197	366	Perdas no valor de recuperação de ativos	1.404	837
909	1.211	1.360	Despesa atuarial de planos de pensão e saúde	3.161	4.135
4.949	(2.290)	(3.164)	Variação dos estoques	189	(4.801)
(1.415)	(641)	(188)	Variação de contas a receber	(4.605)	590
(1.307)	644	849	Variação de fornecedores	(1.150)	774
(415)	(566)	(347)	Variação de planos de pensão e de saúde	(1.316)	(1.134)
1.718	(732)	(401)	Variação de impostos, taxas e contribuições	(288)	(2.895)
(1.158)	(1.190)	1.359	Variação de outros ativos e passivos	(2.126)	1.672
23.553	14.299	14.358	(=) Recursos gerados pelas atividades operacionais	47.267	45.434
(31.111)	(16.924)	(19.590)	(-) Recursos utilizados em atividades de investimento	(68.228)	(58.254)
(20.129)	(19.141)	(24.348)	Investimentos em área de negócios	(59.606)	(65.929)
302	185	1.194	Recebimentos pela venda de ativos (desinvestimentos)	1.356	4.386
(11.284)	2.032	3.564	Investimentos em títulos e valores mobiliários	(9.978)	3.289
(7.558)	(2.625)	(5.232)	(=) Fluxo de caixa líquido	(20.961)	(12.820)
(5.073)	(6.327)	(6.696)	(-) Recursos gerados pelas atividades de financiamento	32.492	22.649
5.022	10.119	9.692	Captações	69.048	70.841
(6.226)	(4.933)	(9.474)	Amortizações de principal	(17.294)	(33.288)
(3.794)	(2.892)	(4.009)	Amortizações de juros	(10.457)	(8.930)
(18)	(8.731)	(2.904)	Dividendos pagos a acionistas	(8.749)	(5.774)
(57)	110	(1)	Participação de acionistas não controladores	(56)	(200)
4.115	(1.375)	28	Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	921	1.893
(8.516)	(10.327)	(11.900)	(=) Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no período	12.452	11.722
58.140	68.467	51.250	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	37.172	27.628
49.624	58.140	39.350	Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	49.624	39.350

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Endividamento consolidado

	R\$ milhões		
	30.09.2014	31.12.2013	Δ%
Endividamento curto prazo ³⁰	28.243	18.782	50
Endividamento longo prazo ³¹	303.461	249.038	22
Total	331.704	267.820	24
Disponibilidades	49.624	37.172	33
Títulos públicos federais e Time Deposits (vencimento superior a 3 meses)	20.635	9.085	127
Disponibilidades ajustadas	70.259	46.257	52
Endividamento líquido ³²	261.445	221.563	18
Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)	43%	39%	4
Passivo total líquido ³³	745.482	706.710	5
Estrutura de capital:			
Capital de terceiros líquido / Passivo total líquido	54%	51%	3
Índice de dívida líquida / EBITDA ajustado	5,02	3,52	43

	U.S.\$ milhões		
	30.09.2014	31.12.2013	Δ%
Endividamento curto prazo ³⁰	11.523	8.017	44
Endividamento longo prazo ³¹	123.811	106.308	16
Total	135.334	114.325	18
Endividamento líquido ³²	106.669	94.579	13

	R\$ milhões		
	30.09.2014	31.12.2013	Δ%
Informações sumarizadas sobre financiamentos:			
Indexados a taxas flutuantes	169.554	138.463	22
Indexados a taxas fixas	161.947	129.148	25
Total	331.501	267.611	24
Reais	63.087	53.465	18
Dólar	233.616	191.572	22
Euro	24.599	14.987	64
Outras moedas	10.199	7.587	34
Total	331.501	267.611	24
2014	13.293	18.744	(29)
2015	19.390	17.017	14
2016	31.421	29.731	6
2017	29.792	20.331	47
2018	45.017	37.598	20
2019 em diante	192.588	144.190	34
Total	331.501	267.611	24

O endividamento líquido do Sistema Petrobras em Reais aumentou 18% em relação a 31.12.2013, em decorrência de captações de longo prazo e do impacto da depreciação cambial de 4,6%.

³⁰ Inclui arrendamentos mercantis financeiros (R\$ 39 milhões em 30.09.2014 e R\$ 38 milhões em 31.12.2013).

³¹ Inclui arrendamentos mercantis financeiros (R\$ 164 milhões em 30.09.2014 e R\$ 171 milhões em 31.12.2013).

³² A medida endividamento líquido não está prevista nas normas internacionais de contabilidade – IFRS e não deve ser considerada isoladamente ou em substituição ao endividamento total de longo prazo, calculado de acordo com IFRS. O cálculo do endividamento líquido não deve ser base de comparação com o endividamento líquido de outras empresas. A Administração entende que a dívida líquida é uma informação suplementar que ajuda os investidores a avaliar nossa liquidez e auxilia na gestão da alavancagem.

³³ Passivo total líquido das disponibilidades ajustadas.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS POR ÁREA DE NEGÓCIO ³⁴

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – Jan-Set/2014 ³⁵

	R\$ milhões								
	E&P	ABAST	G&E	BIOCOM	DIST	INTER	CORP	ELIM	CONSOLIDADO
Receita de vendas	118.625	198.227	30.491	436	72.806	25.175	-	(193.540)	252.220
Intersegmentos	117.882	69.212	2.706	380	2.013	1.347	-	(193.540)	-
Terceiros	743	129.015	27.785	56	70.793	23.828	-	-	252.220
Custo dos produtos e serviços vendidos	(60.640)	(209.786)	(26.840)	(523)	(66.866)	(22.537)	-	193.394	(193.798)
Lucro bruto	57.985	(11.559)	3.651	(87)	5.940	2.638	-	(146)	58.422
Despesas	(11.868)	(13.617)	(5.754)	(118)	(4.741)	(1.550)	(9.661)	391	(46.918)
Vendas, gerais e administrativas	(633)	(5.246)	(4.302)	(82)	(4.396)	(1.349)	(4.462)	393	(20.077)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(5.377)	-	-	-	-	(265)	-	-	(5.642)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(946)	(315)	(144)	(22)	(2)	(3)	(426)	-	(1.858)
Tributárias	(76)	(162)	(195)	(1)	(21)	(176)	(561)	-	(1.192)
Baixa de gastos capitalizados indevidamente	(1.969)	(3.427)	(652)	-	(23)	(23)	(100)	-	(6.194)
Outras receitas (despesas), líquidas	(2.867)	(4.467)	(461)	(13)	(299)	266	(4.112)	(2)	(11.955)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	46.117	(25.176)	(2.103)	(205)	1.199	1.088	(9.661)	245	11.504
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(2.086)	-	(2.086)
Resultado de participações em investimentos	(6)	316	368	(96)	(1)	404	6	-	991
Participação nos lucros ou resultados	(269)	(215)	(37)	-	(45)	(16)	(193)	-	(775)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	45.842	(25.075)	(1.772)	(301)	1.153	1.476	(11.934)	245	9.634
Imposto de renda e contribuição social	(16.258)	7.468	506	70	(400)	(392)	4.494	(84)	(4.596)
Lucro líquido (prejuízo)	29.584	(17.607)	(1.266)	(231)	753	1.084	(7.440)	161	5.038
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras	29.592	(17.594)	(1.293)	(231)	753	927	(7.302)	161	5.013
Acionistas não controladores	(8)	(13)	27	-	-	157	(138)	-	25
	29.584	(17.607)	(1.266)	(231)	753	1.084	(7.440)	161	5.038

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – Jan-Set/2013

	R\$ milhões								
	E&P	ABAST	G&E	BIOCOM	DIST	INTER	CORP	ELIM	CONSOLIDADO
Receita de vendas	107.450	176.309	23.160	655	63.245	25.926	-	(172.883)	223.862
Intersegmentos	105.746	59.214	1.920	549	1.618	3.836	-	(172.883)	-
Terceiros	1.704	117.095	21.240	106	61.627	22.090	-	-	223.862
Custo dos produtos e serviços vendidos	(53.863)	(188.949)	(19.663)	(807)	(57.811)	(22.273)	-	172.816	(170.550)
Lucro bruto	53.587	(12.640)	3.497	(152)	5.434	3.653	-	(67)	53.312
Despesas	(7.017)	(5.989)	(1.821)	(119)	(3.178)	(26)	(8.102)	267	(25.985)
Vendas, gerais e administrativas	(679)	(5.015)	(1.706)	(86)	(3.174)	(1.357)	(3.808)	253	(15.572)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(4.440)	-	-	-	-	(262)	-	-	(4.702)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(925)	(344)	(88)	(42)	(2)	(5)	(452)	-	(1.858)
Tributárias	(71)	(112)	(129)	(2)	(23)	(216)	(138)	-	(691)
Baixa de gastos capitalizados indevidamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	(902)	(518)	102	11	21	1.814	(3.704)	14	(3.162)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	46.570	(18.629)	1.676	(271)	2.256	3.627	(8.102)	200	27.327
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(3.181)	-	(3.181)
Resultado de participações em investimentos	5	180	276	(39)	(1)	623	(5)	-	1.039
Participação nos lucros ou resultados	(311)	(229)	(39)	-	(53)	(22)	(223)	-	(877)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	46.264	(18.678)	1.913	(310)	2.202	4.228	(11.511)	200	24.308
Imposto de renda e contribuição social	(15.728)	6.412	(557)	92	(748)	(1.108)	4.454	(69)	(7.252)
Lucro líquido (prejuízo)	30.536	(12.266)	1.356	(218)	1.454	3.120	(7.057)	131	17.056
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras	30.480	(12.266)	1.262	(218)	1.454	3.008	(6.562)	131	17.289
Acionistas não controladores	56	-	94	-	-	112	(495)	-	(233)
	30.536	(12.266)	1.356	(218)	1.454	3.120	(7.057)	131	17.056

34 A partir de 2014, a gestão dos negócios da controlada Líquidos Distribuidora S.A. foi transferida da Área de Distribuição para a Área do Abastecimento. Para fins de comparabilidade, os resultados dos períodos anteriores foram representados na área de Abastecimento, atendendo a premissa fundamental de controlabilidade das Demonstrações Contábeis por Área de Negócio.

35 A partir de 2014, o valor do ajuste do valor de mercado dos estoques foi reclassificado de outras despesas receitas (despesas), líquidas para custos dos produtos e serviços vendidos. Os valores de 2013 foram reclassificados para fins de comparabilidade.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Demonstração do grupo de Outras Receitas (Despesas) – Jan-Set/2014³⁶

	R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIO-COMBUST.	DISTRIB.	INTER.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Resultado c/Alienações/Baixas de Ativos	(509)	(3.335)	207	(1)	28	440	(105)	-	(3.275)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário	(995)	(494)	(151)	(11)	(159)	(24)	(621)	-	(2.455)
Paradas não Programadas e Gastos Pré-Operacionais	(1.534)	(45)	(164)	-	-	(35)	(29)	-	(1.807)
Plano de Pensão e Saúde (Inativos)	-	-	-	-	-	-	(1.509)	-	(1.509)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	(83)	(52)	(8)	-	(130)	(14)	(1.050)	-	(1.337)
Acordos Coletivos de Trabalho	(397)	(226)	(44)	-	(58)	(11)	(254)	-	(990)
Devolução de Campos e Projetos Cancelados do E&P	(493)	-	-	-	-	-	-	-	(493)
Reversão/Perda no Valor de Recuperação de Ativos - Impairment	-	-	(306)	-	-	15	-	-	(291)
Gastos com Segurança, Meio Ambiente e Saúde	(51)	(51)	(16)	-	-	(7)	(130)	-	(255)
(Perdas)/Ganhos c/Processos Judiciais, Administrativos e Arbitrais	361	(138)	(24)	(1)	(91)	(32)	(250)	-	(175)
Subvenções e Assistências Governamentais	19	57	24	-	-	-	17	-	117
Gastos/Ressarcimentos com Operações em Parcerias de E&P	542	-	-	-	-	-	-	-	542
Outros	273	(183)	21	-	111	(66)	(181)	(2)	(27)
	(2.857)	(4.457)	(461)	(13)	(299)	266	(4.112)	(2)	(11.955)

Demonstração do grupo de Outras Receitas (Despesas) – Jan-Set/2013

	R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIO-COMBUST.	DISTRIB.	INTER.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Resultado c/ Alienações/Baixas de Ativos	113	(98)	(4)	-	40	1.897	(5)	-	1.743
Paradas não Programadas e Gastos Pré-Operacionais	(779)	(47)	(177)	-	-	(53)	(27)	-	(1.083)
Plano de Pensão e Saúde (Inativos)	-	-	-	-	-	-	(1.438)	-	(1.438)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	(199)	(58)	(9)	-	(66)	(20)	(840)	-	(1.192)
Acordos Coletivos de Trabalho	(359)	(178)	(33)	-	(50)	(11)	(242)	-	(873)
Reversão/Perda no Valor de Recuperação de Ativos - Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com Segurança, Meio Ambiente e Saúde	(51)	(139)	(9)	-	-	(26)	(163)	-	(389)
(Perdas)/Ganhos c/ Processos Judiciais, Administrativos e Arbitrais	(68)	(103)	(9)	-	(64)	(26)	(859)	-	(1.129)
Subvenções e Assistências Governamentais	29	53	37	-	-	84	1	-	204
Gastos/Ressarcimentos com Operações em Parcerias de E&P	404	-	-	-	-	(3)	-	-	401
Outros	8	52	306	11	161	172	(131)	14	593
	(902)	(518)	102	11	21	1.814	(3.704)	14	(3.162)

Ativo Consolidado por Área de Negócio – 30.09.2014

	R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIO-COMBUST.	DISTRIB.	INTER.	CORP.	ELIMIN.	CONSOL-DADO
Ativo	390.313	222.435	67.868	2.748	22.921	40.918	83.465	(14.927)	815.741
Circulante	16.527	42.458	9.765	172	9.459	10.374	66.461	(12.266)	142.950
Não circulante	373.786	179.977	58.103	2.576	13.462	30.544	17.004	(2.661)	672.791
Realizável a longo prazo	17.047	9.821	3.843	7	6.910	4.418	8.321	(2.492)	47.875
Investimentos	376	5.365	1.418	2.030	38	5.983	327	-	15.537
Imobilizado	342.508	164.465	51.986	539	5.834	18.804	7.639	(169)	591.606
Em operação	248.832	95.648	41.072	492	4.459	10.907	5.709	(169)	406.950
Em construção	93.676	68.817	10.914	47	1.375	7.897	1.930	-	184.656
Intangível	13.855	326	856	-	680	1.339	717	-	17.773

Ativo Consolidado por Área de Negócio – 31.12.2013

	R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIO-COMBUST.	DISTRIB.	INTER.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Ativo	357.729	216.769	64.899	2.803	16.994	42.454	66.859	(15.540)	752.967
Circulante	13.826	44.838	9.052	181	5.576	11.922	50.702	(12.746)	123.351
Não circulante	343.903	171.931	55.847	2.622	11.418	30.532	16.157	(2.794)	629.616
Realizável a longo prazo	14.643	10.333	4.341	5	5.222	4.655	7.422	(2.621)	44.000
Investimentos	219	5.429	1.755	2.097	14	5.883	218	-	15.615
Imobilizado	296.846	155.835	48.919	520	5.505	18.671	7.757	(173)	533.880
Em operação	212.914	76.452	39.118	480	3.952	8.882	5.415	(173)	347.040
Em construção	83.932	79.383	9.801	40	1.553	9.789	2.342	-	186.840
Intangível	32.195	334	832	-	677	1.323	760	-	36.121

³⁶ A partir de 2014, o valor do ajuste ao valor de mercado dos estoques foi reclassificado de outras despesas receitas (despesas), líquidas para custo dos produtos e serviços vendidos. Os valores de 2013 foram reclassificados para fins de comparabilidade.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Demonstração Consolidada do EBITDA Ajustado por Área de Negócio – Jan-Set/2014

	R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIO-COMBUST.	DISTRIB.	INTER.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Lucro líquido (prejuízo)	29.584	(17.607)	(1.266)	(231)	753	1.084	(7.440)	161	5.038
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	2.086	-	2.086
Imposto de renda e contribuição social	16.258	(7.468)	(506)	(70)	400	392	(4.494)	84	4.596
Depreciação e amortização	12.786	4.821	1.507	21	297	1.814	623	-	21.869
EBITDA	58.628	(20.254)	(265)	(280)	1.450	3.290	(9.225)	245	33.589
Participação em investimentos	6	(316)	(358)	96	1	(404)	(6)	-	(991)
Reversão/Perdas no valor de recuperação de ativos - Impairment	-	-	306	-	-	(15)	-	-	291
Baixa de gastos capitalizados indevidamente	1.969	3.427	652	-	23	23	100	-	6.194
EBITDA ajustado	60.603	(17.143)	325	(184)	1.474	2.894	(9.131)	245	39.083

Demonstração Consolidada do EBITDA Ajustado por Área de Negócio – Jan-Set/2013

	R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIO-COMBUST.	DISTRIB.	INTER.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Lucro líquido (prejuízo)	30.536	(12.266)	1.356	(218)	1.453	3.120	(7.057)	132	17.056
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	3.181	-	3.181
Imposto de renda e contribuição social	15.728	(6.412)	557	(92)	748	1.108	(4.454)	69	7.252
Depreciação e amortização	12.553	4.218	1.551	31	281	1.792	536	-	20.963
EBITDA	58.817	(14.460)	3.464	(279)	2.482	6.020	(7.794)	201	48.452
Participação em investimentos	(5)	(180)	(276)	39	1	(623)	5	-	(1.039)
Reversão/Perdas no valor de recuperação de ativos - Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de gastos capitalizados indevidamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA ajustado	58.812	(14.640)	3.188	(240)	2.483	5.397	(7.789)	201	47.413

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio Internacional

	R\$ milhões						
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	TOTAL
Demonstração do Resultado - Jan-Set 2014							
Receita de vendas	5.493	13.606	864	8.730	46	(3.564)	25.175
Intersegmentos	2.175	2.643	60	4	29	(3.564)	1.347
Terceiros	3.318	10.963	804	8.726	17	-	23.828
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	1.240	(141)	154	261	(404)	(22)	1.088
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	1.438	(67)	183	241	(846)	(22)	927

	R\$ milhões						
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	TOTAL
Demonstração do Resultado - Jan-Set 2013							
Receita de vendas	6.995	13.381	881	8.196	-	(3.527)	25.926
Intersegmentos	4.014	3.278	58	13	-	(3.527)	3.836
Terceiros	2.981	10.103	823	8.183	-	-	22.090
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	3.843	(54)	90	161	(405)	(8)	3.627
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	3.443	(41)	66	148	(600)	(8)	3.008

Ativo Consolidado por Área de Negócio Internacional

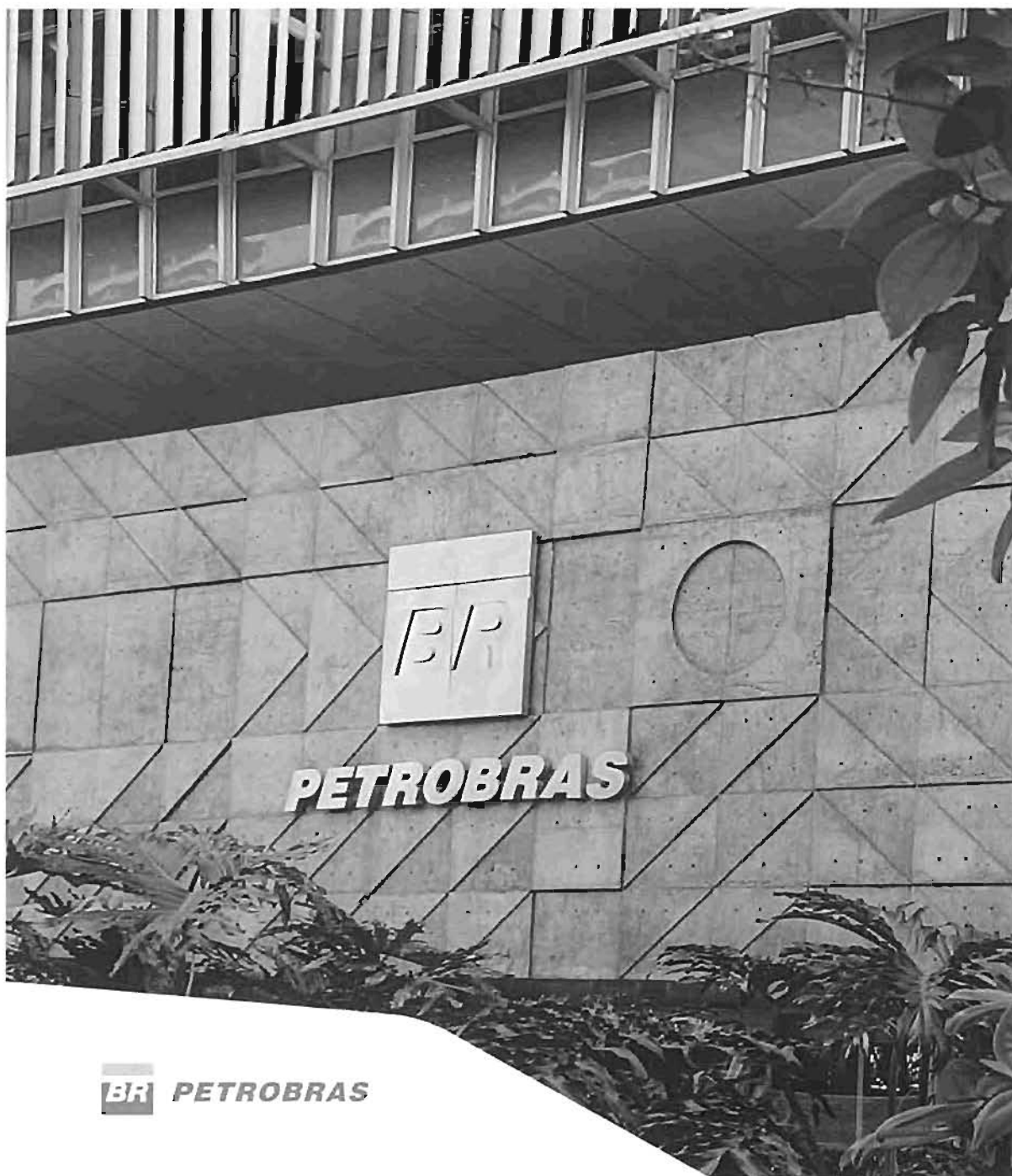
	R\$ milhões						
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	TOTAL
Ativo em 30.09.2014	31.513	5.606	1.152	2.431	6.167	(5.951)	40.918
Ativo em 31.12.2013	31.989	6.213	1.411	2.542	4.613	(4.314)	42.454

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Contas a receber – Setor Elétrico (Sistema Isolado de Energia)

	Consolidado					
	30.09.2014			31.12.2013		
	A vencer	Vencido	Total	A Vencer	Vencido	Total
Cientes						
Sistema Eletrobras	1.066	5.211	6.277	1.553	2.779	4.332
Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS)	2.589	489	3.078	-	1.597	1.597
Outros	122	836	958	101	617	718
	3.777	6.536	10.313	1.654	4.993	6.647
(-) Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(1.955)	(1.836)	(3.791)	-	(34)	(34)
Total	1.822	4.700	6.522	1.654	4.959	6.613
Partes relacionadas	1.063	4.438	5.501	1.553	2.763	4.316
Terceiros	759	262	1.021	101	2.196	2.297

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014





Sumário

MENSAGEM DO PRESIDENTE

PERFIL

POSIÇÃO ACIONÁRIA

PRINCIPAIS INDICADORES

DESEMPENHO DAS AÇÕES

ESTRATÉGIA CORPORATIVA

GESTÃO INTEGRADA

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

Exploração e Produção no Brasil

Refino, Transporte, Comercialização e Petroquímica

Transporte

Distribuição

Gás, Energia e Gás-química

Biocombustíveis

Atividades Internacionais

INVESTIMENTOS

RELACIONAMENTO COM O ACIONISTA CONTROLADOR

Política de Preços

OPERAÇÃO LAVA-JATO

GESTÃO

Governança Corporativa

Gestão de Riscos e Conformidade

Ética e Integridade

AMBIENTE EXTERNO E MERCADO DE PETRÓLEO

Monitoramento do Ambiente Externo

Análise do Mercado de Petróleo

FUNÇÕES CORPORATIVAS

Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde

Responsabilidade Social

Pesquisa e Desenvolvimento

Recursos Humanos

ANÁLISE FINANCEIRA

Resumo Econômico-Financeiro



Resultados Consolidados

Resultado por Área de Negócio

Liquidez e Recursos de Capital

Endividamento

Obrigações Contratuais

Ativos e Passivos sujeitos à Variação Cambial

Impostos e Participações Governamentais

GLOSSÁRIO



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezados Acionistas e Investidores,

Com a publicação dos resultados de 2014 auditados, a Petrobras transpôs uma importante barreira, após um esforço coletivo, que evidencia nossa capacidade de superação de desafios em um contexto adverso. Este exercício me trouxe ainda mais confiança de que iremos responder às questões estratégicas que nos defrontam, relativas ao plano de negócios da Companhia, de maneira eficiente e criando valor para a Companhia.

Desenvolvemos uma metodologia para estimar os gastos adicionais frutos do esquema de pagamentos indevidos revelado pela Operação Lava-Jato. As baixas referentes a esses gastos adicionais impostos por esse esquema foram reconhecidas no terceiro trimestre de 2014.

Adicionalmente, mudanças no contexto dos negócios da Petrobras, em função do declínio dos preços do petróleo, apreciação do dólar e necessidade de reduzir o nível de endividamento, estimularam uma revisão das perspectivas futuras da Companhia e, conseqüentemente, levaram à necessidade de redução no ritmo de nossos investimentos.

Como resultado, a Companhia decidiu postergar a conclusão de alguns ativos e projetos inclusos em seu plano de negócios 2014-2018. Essas postergações geraram impactos nos testes de *impairment*, cujas perdas foram reconhecidas no quarto trimestre de 2014.

Concluída a divulgação dos resultados, focaremos nos desafios de médio e longo prazos. Estamos desenvolvendo um novo plano de negócios, no qual incorporaremos premissas econômicas que refletem o cenário atualmente vivenciado pela indústria do petróleo.

Estamos revendo nossos investimentos com o objetivo de priorizar a área de exploração e produção de petróleo e gás, nosso segmento mais rentável. Almejamos construir um plano sustentável sob a ótica do fluxo de caixa, levando em consideração os potenciais impactos na cadeia de suprimentos e, por conseguinte, na nossa curva de produção.

Gostaria de finalizar esta mensagem enfatizando minha convicção de que a Petrobras é e se manterá uma Companhia rentável e eficiente, com significativos aprimoramentos em sua governança corporativa e cada vez mais centrada em retornos para seus acionistas e investidores.

Aldemir Bendine

Presidente



PERFIL

Somos uma empresa de energia que opera de forma integrada na indústria de óleo, gás e energia, nos segmentos de exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis.

Ao longo de 61 anos, construímos uma trajetória de superação de desafios. Tornamo-nos líderes mundiais em tecnologia para exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas, onde estão cerca de 90% de nossas reservas.

Conduzimos nossos negócios norteados por três direcionadores corporativos: crescimento integrado, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental.

Missão

Atuar na indústria de petróleo e gás de forma ética, segura e rentável, com responsabilidade social e ambiental, fornecendo produtos adequados às necessidades dos clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atua.

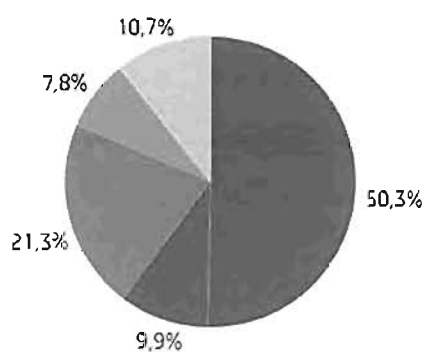
Visão 2030

Ser uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo¹ e a preferida dos seus públicos de interesse.

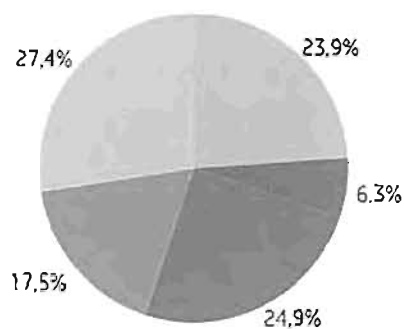
¹ Métrica: uma das cinco maiores produtoras de petróleo, dentre todas as empresas, com ou sem ações em bolsa.

POSIÇÃO ACIONÁRIA – 31 DE DEZEMBRO DE 2014

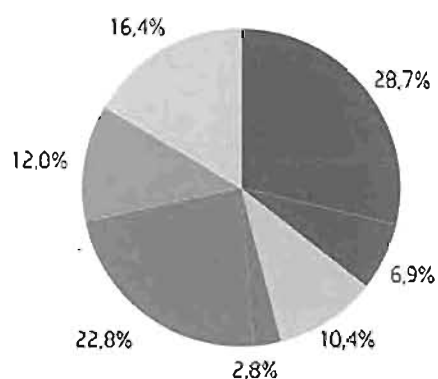
Capital Votante
Ações Ordinárias



Capital Não Votante
Ações Preferenciais

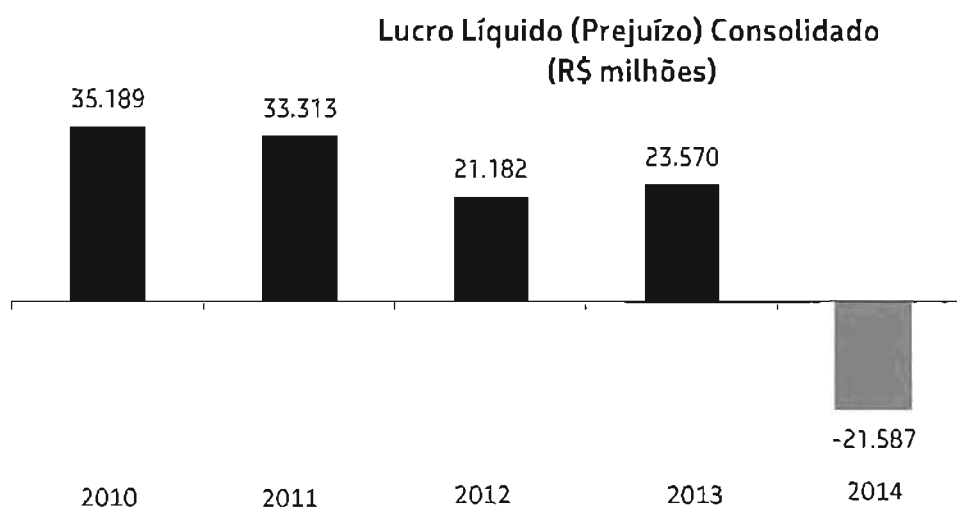
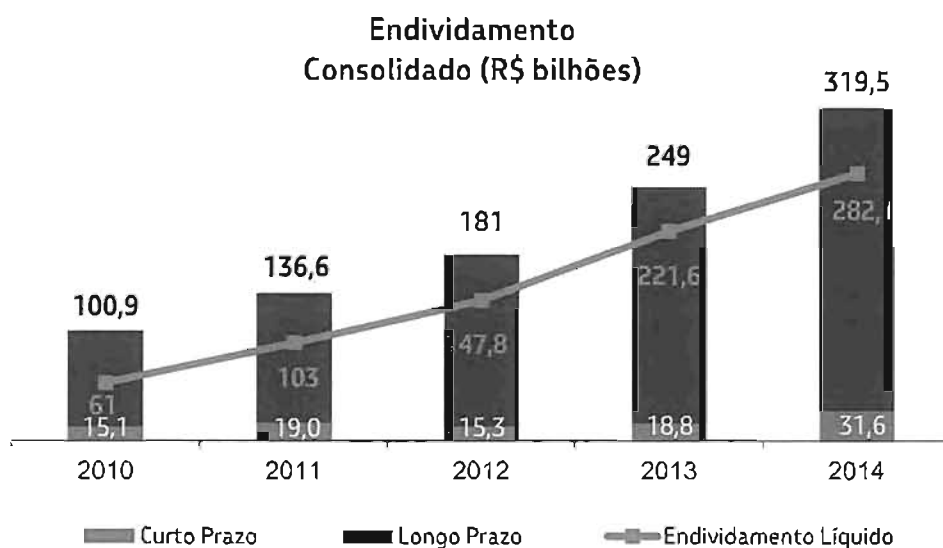
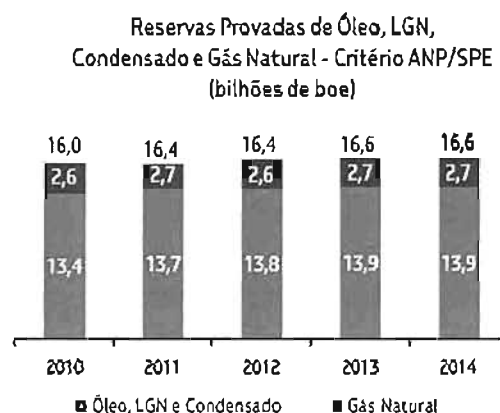
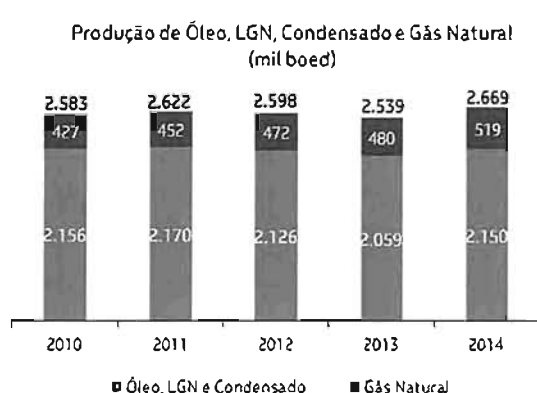


Capital Social



- UNIÃO FEDERAL
- BCO. NACIONAL DE DES. ECON. E SOCIAL - BNDES
- BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
- CAIXA PREV. FUNC. DO BCO. DO BRASIL - PREVI
- ADR Nível 3
- Estrangeiros (Resolução nº 2.689 C.M.N.)
- Demais pessoas físicas e jurídicas

PRINCIPAIS INDICADORES

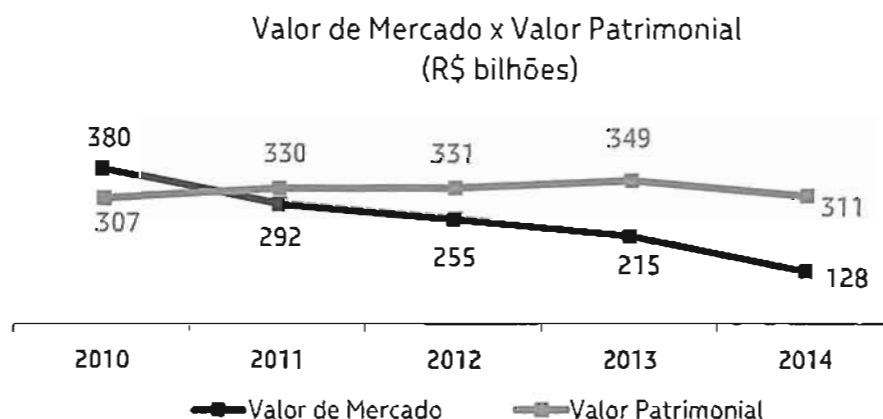


DESEMPENHO DAS AÇÕES

Em 2014, diversos fatores influenciaram o desempenho do mercado de capitais. Na área política, a eleição presidencial gerou volatilidade nas cotações; na econômica, a pressão inflacionária, o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a desvalorização cambial e o cenário fiscal brasileiro influenciaram negativamente o desempenho das ações na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F Bovespa). Nesse contexto, o Ibovespa, principal índice da bolsa, recuou 3% em relação ao ano anterior.

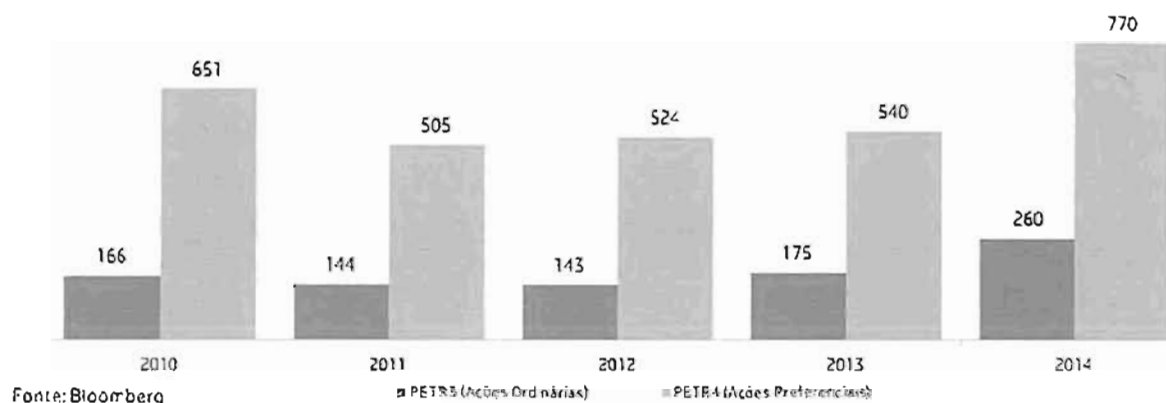
Nossas ações, refletindo esse cenário e a queda do preço internacional do petróleo, fecharam o ano em baixa. As ordinárias (PETR3) caíram 40% e as preferenciais (PETR4), 41%, sendo cotadas a R\$ 9,59 e R\$ 10,02, respectivamente, em 30 de dezembro de 2014. Com a queda das cotações, nosso valor de mercado nessa data ficou em R\$ 128 bilhões (US\$ 48 bilhões).

Na Bolsa de Nova York (Nyse), onde são negociados os recibos ordinários (PBR) e preferenciais (PBR/A), a queda chegou a 47% e 48%, respectivamente, impactada também pela desvalorização de 13% do real frente ao dólar. Em 31 de dezembro de 2014, a cotação da PBR fechou em US\$ 7,30 e da PBR/A em US\$ 7,58.

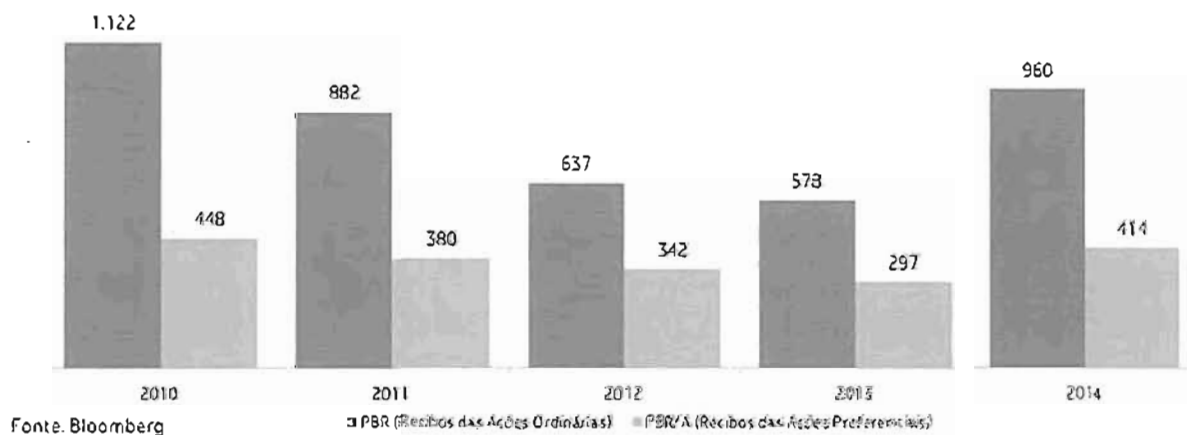




Volume Financeiro Negociado na BM&FBovespa
(média diária em R\$ milhões)



Volume Financeiro Negociado na NYSE
(média diária em US\$ milhões)





ESTRATÉGIA CORPORATIVA

Em fevereiro de 2014, nosso Conselho de Administração aprovou o Plano Estratégico (PE) 2030 e seu desdobramento nos curto e médio prazos, traduzido no Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2014-2018. Estamos elaborando o próximo PNG, que poderá resultar em alterações significativas em relação ao atual, com postergação de metas e redução do ritmo de investimentos, principalmente devido a variações expressivas relacionadas às premissas macroeconômicas de preços e de mercado.

Revisão do Plano de Desinvestimento

Aprovamos, em fevereiro de 2015, a revisão do plano de desinvestimento estimado para 2015 e 2016. O valor total é de US\$ 13,7 bilhões, dividido entre as áreas de Exploração e Produção no Brasil e no exterior (30%), Abastecimento (30%) e Gás e Energia (40%).

Esse plano faz parte do nosso planejamento financeiro, que visa à redução da alavancagem, à preservação do caixa e à concentração nos investimentos prioritários, notadamente de produção de óleo e gás no Brasil em áreas de elevada produtividade e retorno.

GESTÃO INTEGRADA

Nossa gestão adota um modelo integrado de geração de valor no qual a forma como agimos é tão importante quanto os resultados que entregamos à sociedade. Segurança e eficiência das operações, respeito ao meio ambiente, gestão de processos, controle de custos e efetividade dos projetos são nossos compromissos.

Como atuamos de maneira integrada desde a exploração de petróleo e gás natural até a distribuição de derivados de petróleo e de energia, a integração de nossa gestão também é essencial para a maximização de resultados para todo o Sistema Petrobras.



DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

Exploração e Produção no Brasil

Nossa área de Exploração e Produção dedica-se à pesquisa, localização, identificação, desenvolvimento, produção e incorporação de reservas de petróleo e de gás natural, em terra e no mar.

O principal objetivo é descobrir acumulações de petróleo e gás natural, desenvolver e explorar reservas, disponibilizando o óleo cru e gás natural, devidamente tratados e especificados, para as áreas de Abastecimento e de Gás e Energia processarem e comercializarem seus derivados.

Somos líderes mundiais na exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas, reconhecidos pelo pioneirismo na introdução de novas tecnologias. Graças a essa liderança, temos recebido prêmios de renome nacional e internacional na indústria de petróleo e gás, como o OTC Distinguished Achievement Award, em 1992, 2001 e 2015, e o Prêmio ANP de Inovação Tecnológica, em 2013.

Contratos de Exploração e Produção

Nossa atuação começa com o estudo e a aquisição de blocos exploratórios nos leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Operamos por meio de três diferentes modelos de contratos: Concessão, Cessão Onerosa e Partilha de Produção.

Por meio do contrato de Cessão Onerosa, assinado em 2010, adquirimos o direito de produzir até 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) em áreas do pré-sal. Em 2014, o Conselho Nacional de Política Energética emitiu uma resolução aprovando nossa contratação direta para produção do volume excedente da Cessão Onerosa em quatro áreas do pré-sal na Bacia de Santos, sob regime de partilha da produção. Após a assinatura do contrato, teremos direito de produzir, nessas áreas, volumes além dos 5 bilhões de boe adquiridos no contrato de Cessão Onerosa.

Nosso portfólio doméstico na área de exploração é constituído por 158 blocos exploratórios, totalizando uma área de 90 mil km², dos quais 38 mil km² em terra e 52 mil km² no mar. Estamos trabalhando em 56 Planos de Avaliação de Descobertas (PAD), sendo 40 em áreas exclusivamente exploratórias e 16 em áreas de *ring fence*.

Nosso portfólio de Desenvolvimento e Operação da Produção tem 351 campos com contratos de concessão e 10 campos com contratos de Cessão Onerosa, totalizando 361 campos de petróleo e gás natural.



Atividade Exploratória

Após a aquisição de um bloco, inicia-se a fase de exploração com o objetivo de descobrir volumes comercialmente viáveis de óleo e de gás.

Em 2014, perfuramos 74 poços exploratórios - 37 em terra e 37 no mar - e obtivemos índice de sucesso geológico de 70%. No pré-sal foram 15 poços, com um índice de 87%. A atividade exploratória gera descobertas de reservatórios de hidrocarbonetos que, de acordo com os resultados dos PADs, incorporam volumes às nossas reservas.

Nossos investimentos em exploração somaram R\$ 10,4 bilhões, que abrangem, principalmente, os custos de perfuração, levantamentos sísmicos e aquisição de blocos. O custo de descoberta por boe adicionado às reservas foi de US\$2,69.

A tabela abaixo mostra as principais descobertas no ano:

Área / Poço	Bacia	Ambiente	LDA (m)	GRAU API	Consórcio
Florim 2 - PAD Florim 3-RJS-725	Santos	mar	2000	29	Petrobras 100%
Iara 2 - PAD Entorno Iara 3-RJS-722	Santos	mar	2251	14-26	Petrobras 100%
Entorno de Iara 3 - PAD Iara 4-RJS-728	Santos	mar	2244	23-26	Petrobras 100%
PAD Jupiter Apollonia 3-RJS-732	Santos	mar	2183	29	Petrobras 80% Petrogal 20%
L1 -NW1 Libra 3-RJS-731	Santos	mar	1963	27	Petrobras 40% Shell 20% Total 20% CNPC 10% CNOOC 10%
Moita Bonita 3 PAD Moita Bonita 3-SES-182	Sergipe	mar	3000	29	Petrobras 100%
Tanganika 3-ESS-222	Espírito Santo	mar	1050	gás	Petrobras 80% Repsol YPF 20%
Poço Verde 1 3-SES-181	Sergipe	mar	2196	36	Petrobras 100%
Pudim PAD Brigadeiro 3-ESS-219D	Espírito Santo	mar	1886	35	Petrobras 65% PTTEP 20% INPEX 15%
Lontra 3-GLF-42-ESS	Espírito Santo	mar	1319	gás	Petrobras 100%



Em 2014, apresentamos à ANP as declarações de comercialidade das áreas remanescentes do contrato da Cessão Onerosa, comprovando o volume contratado em 2010, já considerando os campos de Búzios e Sul de Lula, declarados em 2013.

Principais Declarações de Comercialidade				
Campo	Área	Bacia	Volume (milhões boe)	Qualidade (API)
Sul de Sapinhoá	Sul de Guará	Santos	1.214	26-29
Sépia	Nordeste de Tupi	Santos		26-29
Itapu	Florim	Santos		26-29
Norte de Berbigão	Entorno de Iara	Santos	Maior que 5.000	24-30
Sul de Berbigão	Entorno de Iara	Santos		24-30
Norte de Sururu	Entorno de Iara	Santos		24-30
Sul de Sururu	Entorno de Iara	Santos		24-30
Atapu	Entorno de Iara	Santos		24-30
Berbigão	Iara	Santos		24-30
Sururu	Iara	Santos		24-30
Oeste de Atapu	Iara	Santos		24-30

Reservas

Em 31 de dezembro, segundo os critérios ANP/SPE, nossas reservas provadas de petróleo e de gás natural no Brasil totalizaram 16,183 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), representando um crescimento de 1,3% em relação a 2013 (15,973 bilhões de boe), assim distribuídas:

Reservas Provadas Brasil (critérios ANP/SPE)	2013	2014
Petróleo (bilhões bbl)	13,512	13,686
Gás (bilhões m³)	391,286	396,895
Total (bilhões boe)	15,973	16,183

Em adição às reservas provadas de 2013, foi apropriado um volume de 1,091 bilhão de boe – em 2014. Também foi feita a devolução de 11 concessões, o que acarretou a dedução de reservas provadas de 0,043 bilhão de boe. Não ocorreram vendas de participação em campos no Brasil.

Dessa forma, o balanço entre apropriações e devoluções de concessões no Brasil resultou em um acréscimo de 1,049 bilhão de boe às reservas provadas, volume que compensou a produção de 2014, de 0,839 bilhão de boe. Esse resultado não considera a produção dos Testes de Longa Duração (TLD) em blocos exploratórios.

A tabela a seguir apresenta a evolução das nossas reservas provadas no Brasil (critérios ANP/SPE) em 2014:

Composição das reservas provadas, segundo critérios ANP/SPE	Brasil (bilhão de boe)
a) Reservas provadas 31/dezembro/2013	15,973
b) Apropriações de reservas provadas em 2014	1,091
c) Monetização de reservas em 2014	0,000
d) Devoluções de concessões em 2014	-0,043
e) Balanço de 2014 (b+c+d)	1,049
f) Produção do ano de 2014	-0,839
g) Variação anual (e+f)	0,210
h) Reservas provadas 31/dezembro/2014 (a+g)	16,183

Para cada barril de óleo equivalente produzido em 2014, foi apropriado 1,25 barril, resultando em um Índice de Reposição de Reservas (IRR) de 125%. Vale destacar que a produção de óleo equivalente do Brasil considerada nas reservas cresceu 4,9% em relação a 2013 (0,8 bilhão de boe). Isso quer dizer que, mesmo com o aumento do volume produzido, mantivemos o IRR no Brasil acima de 100% pelo 23º ano consecutivo. A relação Reserva/Produção foi de 19,3 anos.

Em 2014, registramos o crescimento de 23% das reservas provadas do pré-sal em relação ao ano anterior. Apenas oito anos após a descoberta de hidrocarbonetos nessa camada, o pré-sal passou a responder por mais de 30% das nossas reservas provadas no País.

Produção

Em 2014, nossa produção média no Brasil foi de 2,034 milhões de barris de petróleo por dia (bpd) e de 67,8 milhões de metros cúbicos de gás por dia (m³/d), excluindo líquido de gás natural (LGN), nosso melhor resultado anual já alcançado. Em dezembro, também batemos recordes mensal e diário de produção no País, atingindo 2,212 milhões e 2,300 milhões de barris de petróleo, respectivamente. No total, produzimos 2,460 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), o que representa um aumento de 6% em relação ao volume do ano anterior.

Este aumento deveu-se, principalmente:

- Ao aumento de oito unidades na frota de *Pipe-Laying Support Vessels* (PLSVs), navios lançadores de linhas de dutos no mar, que aumentaram a velocidade de interligação de poços às unidades estacionárias de produção;
- À melhoria do desempenho operacional na construção e interligação de poços;
- À entrada em operação de quatro novos sistemas de produção: P-58, P-62, Cidade de Mangaratiba e Cidade de Ilhabela;
- Ao aumento da produção das unidades P-55, P-63, Cidade de Itajaí, Cidade de São Paulo e Cidade de Paraty, que entraram em operação em 2013.

A produção total média de óleo no pré-sal, incluindo o volume de parceiros, passou de 301,6 mil bpd em 2013 para 491,4 mil bpd em 2014, um aumento de 63%, com sucessivos recordes. Em 2014, perfuramos nessa camada 22 poços de desenvolvimento da produção e sete para aquisição de dados de reservatório. Em fevereiro de 2015, atingimos o pico diário de produção de 737 mil barris de óleo no pré-sal. A produção acumulada na camada ultrapassou 500 milhões de boe.

Alcançamos esses volumes de produção no Brasil com 122 unidades marítimas, das quais 68 são plataformas fixas e 54 flutuantes. Em 2014 incorporamos ao sistema quatro unidades de produção, relacionadas abaixo:

Unidade de produção	Projeto	Capacidade (mil bpd)	Início da operação	Participação Petrobras (%)
P-58	Norte do Parque das Baleias	180	17mar	100
P-62	Roncador IV	180	12mai	100
Cidade de Mangaratiba	Iracema Sul	150	14out	65
Cidade de Ilhabela	Sapinhoá Norte	150	20nov	45

Nossas operações em áreas terrestres nas regiões Norte, Nordeste e no Espírito Santo receberam mais de cinco mil intervenções em poços. Assim, mantivemos o nível da produção em terra e aumentamos o fator de recuperação dos reservatórios, devido à implantação de projetos de desenvolvimento complementar com elevada taxa interna de retorno.

Superamos o recorde do ano anterior de entrega de gás natural nacional ao mercado, atingindo uma vazão média anual de 46,5 milhões m³/dia. A produção de gás, que considera o consumo no sistema de produção e reinjeção nos reservatórios, totalizou 71,8 milhões de m³/dia incluindo LGN, um incremento de 5,9 milhões de m³/dia em relação a 2013. Esse aumento deveu-se, principalmente, à entrada em operação das plataformas na Bacia de Campos, P-58, P-55 e P-62, e no pré-sal da Bacia de Santos, os FPSOs Cidade de Ilhabela e Cidade de Mangaratiba.

Destacamos o êxito do Programa de Otimização do Aproveitamento de Gás Natural (POAG 2015), que tem nos permitido melhorar o desempenho das Unidades de Operações das regiões Sul e Sudeste. Em 2014, registramos 92% de aproveitamento de gás associado, mantendo o mesmo nível de aproveitamento de 2013.

A meta de produção de petróleo no Brasil para 2015 é de 2,125 milhões de bpd, o que representa um aumento de 4,5% em relação a 2014, com variação de um ponto percentual para mais ou para menos. Em 16 de março de 2015, entrou em operação a plataforma P-61, que atua em conjunto com a plataforma P-63 no campo de Papa-Terra na da Bacia de Campos.

Programas de Eficiência

Buscamos constantemente o aumento da produtividade e, em conjunto com parceiros e fornecedores, desenvolvemos novas tecnologias, analisamos nossos processos e implementamos programas com foco no incremento da produção e na redução de custos.

Entre eles, destacam-se: Programa de Otimização de Custos Operacionais (Procop), Programa de Aumento da Eficiência Operacional (Proef), Programa de Redução de Custos de Poços (PRC-Poço) e Programa de Redução de Custos de Instalações Submarinas (PRC-Sub).

Procop

O Procop, na área de E&P, proporcionou uma economia de R\$ 3,2 bilhões, superando em 36% a previsão para o ano, de R\$ 2,36 bilhões. Algumas ações possibilitaram esse ganho: otimização das intervenções em poços terrestres, melhor aproveitamento da frota aérea, otimização de embarcação por unidade marítima atendida, desmobilização de plataformas e alienação de sondas de perfuração.

Proef

Na Unidade de Operações da Bacia de Campos, a eficiência cresceu de 75,4% em 2013 para 79,7% em 2014. Na Unidade de Operações do Rio de Janeiro, aumentou de 92,4% para 95,4%. Na Unidade de Operações do Espírito Santo, onde o Proef foi implementado em 2014, a eficiência atingiu 92,9%, superando a meta para o ano de 88,3%. Com isso, a produção nessas áreas aumentou 156 mil bpd no ano.

Para atingir tais resultados, realizamos campanhas de manutenção e segurança nas plataformas e executamos planos de paradas programadas das unidades de produção. Em 2015, incluímos no programa a Unidade de Operações da Bacia de Santos, a fim de manter os altos patamares de eficiência e dar suporte ao crescimento da produção da unidade.

A eficiência operacional acumulada da área de Exploração e Produção em 2014 foi de 90,5%, nível mais alto atingido desde 2009.

PRC-Poço

Lançado em 2013, tem como objetivo reduzir os custos de construção de poços marítimos por meio de 23 iniciativas associadas a três frentes principais: redução de custos unitários, otimização de escopo e aumento de produtividade. Os ganhos resultantes das iniciativas do programa totalizaram US\$ 628 milhões em 2014, superando a meta de US\$ 458 milhões.

PRC-Sub

Lançado em 2013, tem como objetivo: aumentar a disponibilidade de itens críticos e a produtividade das embarcações que realizam instalações de equipamentos submarinos, reduzir custos unitários e consumo de materiais e aumentar a eficiência logística de suprimento às embarcações especiais. As iniciativas do programa permitiram ganhos de US\$ 237,9 milhões em 2014, superando a meta de US\$ 148,3 milhões.

Tecnologia

Dentre as tecnologias implementadas em 2014, merecem destaque a BSR (Boia de Sustentação de Risers), os dutos para águas ultraprofundas, ou SCR (Steel Catenary Risers),

a perfuração com técnica de PMCD (Pressurized Mud Cap Drilling) e o Programa de Diagnóstico de Problemas de Perfuração em Tempo Real (PWDa).

Entraram em operação quatro BSRs – tecnologia pioneira de sustentação de tubulações submarinas por meio de boias submersas – instaladas nos FPSOs Cidade de São Paulo e Cidade de Paraty, que operam os projetos Piloto de Sapinhoá e Piloto de Lula Nordeste. A essas boias já foram interligados dez poços, entre produtores e injetores, contribuindo para atingir a capacidade máxima de produção de ambos FPSOs, de 120 mil bpd. Ao longo da implantação desses projetos, outros 13 novos poços serão interligados às BSRs.

Nessas BSRs foram instalados risers rígidos em catenária (SCR) com tubos em aço carbono com revestimento interno anticorrosivo ("clad"). O método de instalação utilizado foi o de bobinamento em carretel ("reel lay"). Esses dutos foram devidamente qualificados para as condições dos fluidos a serem produzidos e aos esforços dinâmicos a que são submetidos e se configuram como mais uma alternativa tecnológica que pode ser utilizada no pré-sal da Bacia de Santos.

Além disso, estabeleceu-se o recorde de lâmina d'água, de 2.103 m, para a perfuração do poço LL-19 pela técnica de PMCD através de sonda flutuante de posicionamento dinâmico. Esse método de perfuração permite a construção do poço mesmo em cenário de elevada perda de circulação de fluido de perfuração, sem comprometimento da segurança operacional e da qualidade do poço.

Outra tecnologia de destaque foi o PWDa. Esse *software* identifica automaticamente e em tempo real situações de desconformidade operacional durante perfurações de poços. As informações, enviadas por sensores de fundo de poço e de superfície, são interpretadas e o próprio sistema sugere ações de prevenção. Em 2014, foram acompanhados 71 poços e 1.471 dias de sonda, contribuindo para uma economia de US\$ 30,8 milhões.

Refino, Transporte, Comercialização e Petroquímica

Abastecimento

Nossa área de Abastecimento é responsável pelo refino, transporte e comercialização de petróleo e derivados, norteadas pela estratégia de incrementar a capacidade e a eficiência de nossos ativos para atender ao crescimento do mercado. No segmento petroquímico, atuamos prioritariamente em parcerias, de forma integrada aos nossos demais negócios.

Refino

Em 2014, nossas 13 refinarias no Brasil processaram 2.106 mil bpd de petróleo e líquido de gás natural (LGN) e produziram 2.170 mil bpd de derivados. Do volume total do petróleo processado, 82% foram provenientes de campos brasileiros.

A produção de derivados no País foi recorde, tendo superado em 2% a do ano anterior. Os picos de produção foram atingidos em julho e agosto, com média diária de 895 mil bpd de diesel e 519 mil bpd de gasolina, respectivamente.

Esses resultados decorreram do aumento da eficiência operacional das unidades de refino, da entrada em operação de novas unidades de processo e da maior utilização dos ativos logísticos, refletindo a gestão integrada do sistema de abastecimento.

Em janeiro de 2014, iniciamos a entrega em todo o País da gasolina S-50, com teor de enxofre máximo de 50 partes por milhão, atendendo à mudança de especificação do produto. Um dos principais benefícios do novo combustível é a redução de emissões de gases poluentes pelos veículos.

Novos empreendimentos

Recentes circunstâncias levaram nossa Administração a revisar nosso planejamento e implementar ações para preservar o caixa e reduzir o volume de investimentos. Por meio desse processo, optamos por postergar os seguintes projetos: Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e segundo trem de refino da Refinaria Abreu e Lima (Rnest).

Tais circunstâncias incluem:

- Declínio dos preços do petróleo;
- Desvalorização do real, que aumenta a necessidade de caixa para cumprir com nossas obrigações em moeda estrangeira no curto prazo;
- Insolvência de empreiteiras e fornecedores, com carência no mercado de fornecedores qualificados disponíveis (como resultado das investigações da Operação Lava-Jato e outros motivos).

Refinaria Abreu e Lima (Rnest)

A refinaria iniciou em dezembro sua operação parcial, com capacidade instalada de 74 mil bpd de óleo, volume que deverá aumentar para 115 mil bpd. O segundo trem está postergado.

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)

O projeto da refinaria do Comperj encontra-se postergado.

Para obter mais informações sobre *impairment* da Rnest e do Comperj consulte a nota explicativa 14 das demonstrações contábeis neste Relatório da Administração.

Refinarias Premium

Em janeiro de 2015, decidimos encerrar os projetos de investimento para a construção das refinarias Premium I e Premium II. A decisão teve como fundamentos:

- Baixa atratividade dos resultados econômicos, mesmo depois das otimizações de custo incorporadas ao investimento;
- Ausência de parceiro econômico, condição mandatória do Plano de Negócios e Gestão;

- Atendimento da expansão dos mercados interno e externo de derivados, proporcionado pelo aumento da capacidade do Programa de Maximização de Médios e Gasolina (Promega) nas refinarias em operação, exceto a Rnest.

Comercialização

Mercado Interno

Comercializamos 2.458 mil bpd de derivados de petróleo no mercado interno – volume superior em 3% ao de 2013. As vendas de óleo diesel subiram 2%, favorecidas pelo aumento das obras de infraestrutura, pelo crescimento da frota de veículos leves a diesel e pela geração elétrica das térmicas do Sistema Interligado Nacional.

A comercialização de gasolina cresceu 5%, acompanhando a ampliação da frota de veículos *flex fuel*, associada a uma relação de preços entre o etanol hidratado e a gasolina C, favorável ao consumo do combustível fóssil, na maioria dos estados, além do aumento do consumo das famílias. Entretanto, a alteração de 20% para 25% do teor de etanol anidro na gasolina C, iniciada em maio, limitou a expansão das vendas de gasolina A.

As vendas de GLP subiram 2%, estimuladas pelo crescimento populacional, aumento da massa salarial, ampliação da participação relativa do combustível no consumo da indústria e expansão do número de clientes industriais nas regiões Norte e Nordeste.

A comercialização de querosene de aviação teve acréscimo de 4%, em razão do incremento da oferta de voos internacionais e do aumento do número de voos domésticos devido à Copa do Mundo de Futebol da Fédération Internationale de Football Association (FIFA).

O óleo combustível registrou crescimento de vendas de 21%, impulsionado pelo despacho das térmicas do Sistema Interligado Nacional. Essa demanda extra compensou a redução do consumo normal do produto, provocada pela queda da produção industrial.

As vendas de nafta caíram 5% devido a paradas programadas de unidades das centrais petroquímicas no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

Exportações x Importações

As exportações de petróleo atingiram 232 mil bpd, com aumento de 12% em relação ao volume de 2013, devido ao aumento da produção interna de óleo. Já as vendas de derivados para o mercado externo ficaram em 158 mil bpd – uma queda de 15% devido ao maior consumo de óleo combustível no mercado interno.

As importações de petróleo ficaram em 392 mil bpd, com redução de 3% em relação às de 2013, enquanto as de derivados somaram 413 mil bpd, com aumento de 6%. O crescimento da compra de derivados foi consequência da expansão do mercado interno em ritmo maior que o da produção de combustíveis nas refinarias nacionais. É importante ressaltar que a elevação da produção de derivados evitou que o volume importado fosse ainda maior.

O saldo financeiro da nossa balança comercial, calculado com base nas exportações e importações de petróleo e derivados, sem considerar o gás natural, o GNL e os nitrogenados, apresentou déficit de US\$ 15 bilhões.

Petroquímica

Atuamos no segmento petroquímico de forma integrada aos demais negócios do Sistema Petrobras. O objetivo é produzir petroquímicos e biopolímeros preferencialmente por meio de participações societárias.

As seguintes empresas são nossas controladas, coligadas ou controladas em conjunto, na área Petroquímica (participações em 31 de dezembro de 2014):

- Braskem S.A. (36,20%) – produz principalmente eteno, polietileno, polipropileno e PVC;
- Deten Química S.A. (27,88%) – produz matéria-prima para detergentes;
- Metanor S.A./Copenor S.A. (34,54%) – produz metanol, formol e hexamina;
- Fábrica Carioca de Catalisadores (50%) – produz catalisadores e aditivos;
- Petrocoque S.A. (50%) – produz coque calcinado de petróleo;
- Companhia Petroquímica de Pernambuco (100%) e Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (100%) – produzem ácido tereftálico purificado (PTA), resina PET (polietileno tereftalato) e filamentos de poliéster.

Innova

Como parte do Programa de Desinvestimentos, a Assembleia Geral de Acionistas da Petrobras aprovou, em 2013, a venda de 100% das ações da Innova S.A. para a Videolar S.A., pelo valor de R\$ 870 milhões. A operação foi concretizada em 2014, após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Procop

Na área de Abastecimento, o Procop proporcionou uma economia de R\$ 4,34 bilhões, superando em 34% a previsão para o ano, de R\$ 3,24 bilhões. As principais ações que possibilitaram esse resultado foram, no refino, a elevação da eficiência operacional dos ativos e o aumento na produtividade de pessoal; e, na logística, a redução dos estoques de petróleo e derivados e a diminuição da estadia dos navios nos terminais e plataformas.

Transporte

Transporte e armazenamento

Nossa subsidiária Petrobras Transporte (Transpetro) é responsável pela movimentação e armazenamento de petróleo, derivados, biocombustíveis e gás natural. Opera 49 terminais (21 terrestres e 28 aquaviários), 54 navios, 7.517 quilômetros de oleodutos e 7.151 quilômetros de gasodutos.

Além de interagir de forma permanente com nossas áreas de produção, refino e distribuição, a Transpetro transporta cargas importadas e exportadas de petróleo e de produtos, tendo como principais clientes, além do Sistema Petrobras, empresas distribuidoras e indústrias petroquímicas. A subsidiária tem presença nacional e possui instalações em 20 das 27 unidades da federação.

Em 2014, a frota da Transpetro movimentou 59,9 milhões de toneladas de petróleo e derivados. Pelos oleodutos e terminais da empresa, foram transportados 832,6 milhões de m³ de líquidos, 3% a mais que no ano anterior. A média diária de transporte de gás natural foi de 75,8 milhões de m³, ultrapassando em 8,7% a média de 2013.

Transporte Marítimo

O Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) da Transpetro prevê a construção de navios, em estaleiros brasileiros, de forma a renovar a frota, incorporando novas tecnologias às operações.

Em 2014, a Transpetro recebeu dois navios petroleiros previstos no Promef: o Henrique Dias, quarto da série Suezmax, e o Anita Garibaldi, primeiro do tipo Panamax, totalizando nove embarcações entregues.

Terminais e Oleodutos

Nesse segmento de operações, os principais destaques foram:

- Aumento de capacidade do oleoduto Olapa, que interliga a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) ao Terminal de Paranaguá, com a elevação de 400 m³/h para 450 m³/h do limite de vazão máxima no refluxo;
- Início da operação remota dos dutos que interligam o Terminal de Guarulhos às bases de três companhias distribuidoras que abastecem a Grande São Paulo. Essa é a primeira movimentação de produtos exclusivamente por gravidade, sem uso de bombas;
- Aumento de 50% no volume movimentado navio a navio (*ship to ship*) em Angra dos Reis, contribuindo para o incremento das exportações de petróleo;

- Elevação de 6,4% na movimentação rodoviária no ano, atingindo 605 mil m³ de produtos claros e 1.689 mil toneladas de produtos escuros transportados, com destaque para óleo combustível 1-A, gasolina natural (C5+) e asfaltos;
- Fase final de conclusão do projeto de substituição das três monoboias que integram a logística de suprimento/escoamento das refinarias Alberto Pasqualini (Refap) e Presidente Getulio Vargas (Repar), elos fundamentais na cadeia de abastecimento da Região Sul;
- Início da operação do novo quadro de boias e do oleoduto submarino do Terminal de Guamaré (RN), possibilitando o suprimento de nafta e diesel S-10 à Refinaria Potiguar Clara Camarão (RPCC) e o escoamento do diesel S-1800;
- Início da operação do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito da Bahia, com capacidade para disponibilizar 14 milhões de m³/dia ao mercado, conferindo mais flexibilidade e garantia de suprimento de gás natural ao País;
- Primeira operação comercial do Terminal da Ilha Comprida, que integra os Terminais Aquaviários da Baía de Guanabara (TABG). Com o Ilha Comprida, o TABG mais que dobrou sua capacidade de armazenamento de GLP;
- Início das atividades de movimentação para a Rnest, com a transferência de 61 mil m³ de petróleo para a unidade.

Gasodutos e Processamento de Gás Natural

Com a operação de uma rede de 7.151 km de gasodutos e 11 estações de compressão, totalizando 400 mil HP de potência instalada, a área de Gás Natural da Transpetro movimentou a média de 75,8 milhões de m³/dia de gás em 2014, volume 8,7% superior ao ano anterior. Em dezembro, foi registrado recorde mensal de movimentação, com a média diária de 89,41 milhões de m³.

No Terminal de Cabiúnas (RJ) – maior polo brasileiro de processamento de gás natural – os volumes médios processados de gás natural e de condensado de gás natural somaram 11 milhões de m³/dia e 954 m³/dia, respectivamente. As sete unidades de processamento do terminal têm capacidade de 19,7 milhões de m³ de gás natural e 4,5 mil m³ de condensado de gás natural por dia.

Procop

O Procop proporcionou, em 2014, uma economia para a Transpetro de R\$ 414 milhões, superando em 74% a previsão para o ano. As principais iniciativas que permitiram esse ganho foram: maior controle na aquisição de materiais e de custos com manutenção corretiva na atividade de manutenção de navios; otimização dos custos com manutenção programada de tanques e reparos de dutos; e sistemática de acompanhamento e de controle dos custos de manutenção industrial nos terminais.



Distribuição

Nossa subsidiária Petrobras Distribuidora atua na comercialização e distribuição de derivados de petróleo e de biocombustíveis em todo o Brasil, com o objetivo de manter nosso ritmo de crescimento no mercado, com ênfase na rentabilidade, combinado a uma logística integrada, confiável e sustentável.

Na condição de líder no mercado doméstico, a Petrobras Distribuidora comercializou 57,4 milhões de m³ de combustíveis em 2014 – volume 6,9% maior que o registrado no ano anterior. Sua receita operacional líquida foi de R\$ 98,5 bilhões, com lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão. A subsidiária alcançou recorde de vendas em outubro – 5,3 milhões de m³ – e chegou a 31 de dezembro de 2014 com uma rede de 7.931 postos de serviços e 13.868 clientes consumidores, fechando o ano com *market share* de 37,9%.

Em 2014, o mercado de combustíveis cresceu 6,2%, com destaque para a gasolina C e o etanol hidratado, que tiveram o consumo elevado em 7,6% e 14,1%, respectivamente, devido ao aumento da renda nacional bruta. As vendas de óleo combustível aumentaram 27,3%, favorecidas pelo acionamento das usinas termelétricas. Influenciada pelo mesmo fator e pelo crescimento da demanda no setor de transporte, a comercialização de óleo diesel cresceu 2,7%.

O desempenho operacional da Petrobras Distribuidora vem sendo alavancado pelo crescimento da demanda por combustíveis e pela política comercial da empresa. Às ações de manutenção do nível de participação no mercado total e no segmento de revenda, a subsidiária conjugou iniciativas que mantiveram a ampliação das vendas de produtos com maior valor agregado, como os lubrificantes, e o controle de custos.

Investimentos

A Petrobras Distribuidora investiu R\$ 1,1 bilhão em 2014. Do total, R\$ 481,2 milhões destinaram-se à manutenção e à ampliação da infraestrutura logística; R\$ 215,9 milhões ao desenvolvimento e à modernização da rede de postos; e R\$ 33,1 milhões à distribuição de gás e à comercialização de energia.

Os investimentos em infraestrutura de distribuição foram determinados pelo crescimento do consumo de derivados de petróleo e seus consequentes desafios logísticos, principalmente nas regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste. A Distribuidora inaugurou, no Tocantins, o Terminal de Porto Nacional, que permitiu iniciar o atendimento a uma região com grande crescimento de demanda por combustíveis. O estado, onde os concorrentes estão ampliando instalações, era o único em que não tínhamos base própria.

Destaque no ano foi o lançamento da gasolina Petrobras Grid, desenvolvida especialmente para o mercado brasileiro. O produto incorpora um pacote de detergentes e dispersantes e um aditivo modificador de atrito, resultando em melhor desempenho, máxima eficiência e proteção do motor. A nova gasolina, que proporciona mais rentabilidade para a Distribuidora e seus revendedores, está disponível em 5.725 postos Petrobras.

Em linha com nossa estratégia corporativa de ampliar as vendas em segmentos com maior valor agregado, a Petrobras Distribuidora investiu na expansão da rede de lojas de conveniência dos postos. Nossa rede, a BR Mania, completou 20 anos em 2014, atingindo a marca de mil lojas em todo o País.

Procop

Na Distribuidora, o Procop proporcionou uma economia de R\$ 280 milhões, ultrapassando em 71% a previsão para o ano. Entre as ações que resultaram nesse ganho, encontram-se a redução dos custos de frete e de viagens, o aumento da produtividade nas bases e áreas comerciais e corporativas e a diminuição dos gastos com imagens nos postos.

Gás, Energia e Gás-química

Nossa área de Gás e Energia é responsável pelo transporte, distribuição e comercialização de gás natural, pela geração e venda de energia elétrica e pela produção e comercialização de fertilizantes. A área atua de forma conjunta com o E&P nacional, visando compatibilizar a oferta e a demanda de gás e atender às necessidades do Abastecimento.

A monetização do gás natural das bacias sedimentares do Brasil está no centro de nossa estratégia. O aumento da produção de gás tem contribuído para a expansão das nossas fábricas de fertilizantes e usinas termelétricas e para o atendimento da demanda da nossa área de Abastecimento e dos contratos com as companhias distribuidoras do produto.

Gás Natural

Em 2014, a oferta de gás natural para o atendimento do mercado superou em 10% a do ano anterior, alcançando 96,10 milhões de m³ por dia (m³/dia). Essa expansão foi motivada principalmente pelo aumento do consumo das termelétricas a gás, acionadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em resposta ao baixo nível dos reservatórios hidrelétricos, inferior às médias históricas.

Do volume total, movimentado em uma malha de gasodutos de transporte que soma 9.190 km, nossa oferta de gás nacional foi de 43,23 milhões de m³/dia, consideradas a produção própria e a de parceiros. O volume não inclui o líquido de gás natural, o gás utilizado no processo produtivo, na injeção nos poços e nem as perdas. A importação do produto da Bolívia, através de gasoduto, atingiu 32,87 milhões de m³/dia, excluído o gás utilizado no transporte. O volume de gás natural liquefeito (GNL) importado e posteriormente regaseificado ofertado ao mercado totalizou 19,99 milhões de m³/dia².

² Não necessariamente a totalidade da importação no ano será utilizada para regaseificação, isso irá depender das estratégias adotadas para o fechamento do balanço físico do gás natural, em função de segurança energética, economicidade, etc.



Projetos concluídos em 2014

Colocamos em operação seis novos pontos de entrega de gás natural – Aquiraz (CE), São Mateus (ES), Rio das Flores (RJ), São Bernardo do Campo II (SP), Barra Mansa II (RJ) e Mauá (AM). Ampliamos também a Estação Reguladora de Pressão, em Manaus (AM).

Projetos em andamento

Gasodutos

- Gasfor II (Fortaleza/ CE) – trecho Horizonte–Caucaia, com 83,2 km;
- Rota 2 – gasoduto de gás natural rico que interligará o polo pré-sal da Bacia de Santos ao Terminal de Cabiúnas (Tecab), em Macaé (RJ). Com 402 km e capacidade para escoar 13 milhões de m³/dia, tem conclusão prevista para o segundo semestre de 2015;
- Rota 3 – gasoduto de gás natural rico que interligará o polo pré-sal da Bacia de Santos à Unidade de Processamento de Gás Natural localizada no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, para o escoamento de até 18 milhões de m³/dia. Esse gasoduto terá 355 km de extensão, dos quais 307 km no mar e 48 km em terra. A conclusão está prevista para o segundo semestre de 2017.

Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs)

- Unidade de Processamento de Gás Natural Cabiúnas (Rota 2) – viabilizará o recebimento de até 13 milhões de m³/dia de gás do polo pré-sal da Bacia de Santos, ampliando a capacidade de processamento diário de gás do Sistema Tecab-Reduc (Refinaria Duque de Caxias) de 23 milhões de m³ para 28 milhões m³. A obra permitirá também que o processamento de condensado do Tecab passe de 4,5 mil m³/dia para 6 mil m³/dia;
- Rota 3 – situada no Comperj, terá condições para processar 18 milhões de m³/dia de gás natural procedente do polo pré-sal da Bacia de Santos.

Gás Natural Liquefeito

Em 2014, firmamos 11 contratos do tipo *master sales agreement* (MSA), totalizando 83 contratos em vigor. Realizamos 116 operações de compra de cargas, das quais 101 recebidas no Brasil. Revendemos 17 cargas no mercado externo, duas delas provenientes de reexportação. Em janeiro, iniciamos a operação do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito da Bahia com capacidade para processar 14 milhões de m³/dia. Asseguramos a otimização do custo de suprimento de GNL em diferentes modalidades contratuais (contratos de longo prazo *versus* mercado *spot*).



Comercialização de Gás Natural

Adotamos, desde setembro de 2012, um modelo de comercialização de gás natural de curto prazo, que prevê a realização de leilões mensais e vendas semanais via plataforma eletrônica. Os contratos dessa modalidade foram aditados em 2014, a exemplo do que havia ocorrido no ano anterior, de modo que continuam vigentes até setembro de 2015.

Não houve, porém, venda de curto prazo em 2014, pois as condições do mercado brasileiro não favoreceram a oferta adicional de gás, devido à grande demanda das termelétricas.

Em 2014, vigoraram 13 contratos de fornecimento para o mercado secundário, podendo chegar ao total de 2,39 milhões de m³/dia, porém, foram efetivamente fornecidos, em média, apenas 21 mil m³/dia. Essas vendas, que realocaram volumes não consumidos pelas termelétricas, foram efetuadas a clientes do segmento industrial que não usam o gás natural como principal combustível, numa demonstração de flexibilidade e confiabilidade no suprimento do produto.

Distribuição de Gás Natural

O volume de gás natural comercializado pelas distribuidoras regionais no Brasil registrou a média de 62,5 milhões de m³/dia – um crescimento de 14% em relação ao de 2013, refletindo a expansão de 54% no consumo das termelétricas a gás.

Mantemos participações em 18 companhias distribuidoras e controlamos integralmente a Gás Brasileiro (SP) e a BR (ES). Nas demais, nossas participações variam de 23,5% a 83%. Na maioria, atuamos na gestão das áreas técnica e comercial.

As 20 distribuidoras comercializaram 33,2 milhões de m³/dia, o equivalente a 53% do mercado de distribuição de gás natural do País. O volume movimentado por essas companhias aumentou 19% na comparação com 2013.

Em setembro de 2014, efetuamos a venda da nossa participação acionária de 40% na Companhia de Gás de Minas Gerais para a Companhia Energética de Minas Gerais.

Energia Elétrica

Geramos 4.637 megawatts médios (MWmed) de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Nosso parque gerador, com capacidade instalada de 6.407,5 MW, é composto por 21 usinas termelétricas próprias e alugadas, movidas a gás natural ou a óleo combustível. Incluindo as usinas com geração a partir de fontes renováveis e os projetos em que temos participação minoritária, a capacidade totaliza 6.732,4 MW.

Nossa geração de energia em 2014 foi 16% superior ao ano anterior, devido à solicitação maior de despacho das termelétricas feita pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em face dos baixos níveis de água dos reservatórios das hidrelétricas. Vendemos 1.183 MWmed de energia elétrica no ambiente de comercialização livre e 2.425 MWmed no ambiente regulado.



Atuamos na geração e na comercialização de eletricidade de forma integrada, otimizando o portfólio de contratos de compra e venda, considerado o binômio risco-retorno. Em 2014, vendemos nossas participações na Norte Fluminense (10%) e na Brasil PCH (49%).

Projetos concluídos

Investimos na geração termelétrica a gás natural de forma integrada, a fim de garantir o suprimento de energia, levando em conta nossos contratos e reservas.

- Usina Termelétrica Baixada Fluminense (RJ) – com capacidade prevista de 530 MW, atende ao contrato relacionado ao Leilão de Energia A-3, de 2011. A entrada em operação comercial do ciclo simples ocorreu em março e a do ciclo combinado, em novembro;
- Usina Termelétrica Sepé Tiaraju (RS) – implantação de ciclo combinado, com aumento da capacidade instalada de 161 MW para 248 MW, a fim de elevar a eficiência da unidade e a oferta de energia elétrica ao País. A implantação do ciclo combinado foi concluída em fevereiro de 2015.

Fertilizantes

Nossa área de Gás e Energia é responsável por três fábricas de fertilizantes: Fafen-BA, Fafen-SE e Fafen-PR. Em 2014, produzimos 882 mil toneladas de amônia (das quais 637 mil toneladas foram utilizadas no processo produtivo da ureia) e 1.109 mil toneladas de ureia. No mesmo período comercializamos, respectivamente, 228 mil toneladas de amônia e 1.046 mil toneladas de ureia.

Interrompemos as obras da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (MS) devido à baixa performance do Consórcio UFN III, cujo contrato foi rescindido. Posteriormente, optamos por reavaliar o cronograma de implantação da Unidade.

Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs)

Nossa área de Gás e Energia passou a operar, em 2014, as UPGNs originadas nas áreas de Exploração e Produção e de Abastecimento. A migração, que abrange três unidades de Tratamento de Gás (UTGs) do E&P e duas do Abastecimento, consolida o Gás e Energia como responsável pelo escoamento do gás das bacias de Campos (RJ), Santos (SP) e Espírito Santo (ES).

A incorporação dessas unidades visa equilibrar a atuação das nossas áreas de negócio, permitindo que o E&P concentre seus esforços no crescimento da produção de óleo e gás e que o Abastecimento se dedique integralmente ao refino, à logística e à venda de petróleo e seus derivados. As unidades incorporadas são:

- Monteiro Lobato (UTGCA), em Caraguatatuba (SP), com capacidade para processar 20 milhões de m³/dia de gás natural;
- Cacimbas (UTGC), em Linhares (ES), com capacidade para processar 16 milhões de

m³/dia de gás natural e 5,3 mil m³/dia de condensado;

- Sul Capixaba (UTGSUL): em Anchieta (ES), com capacidade para processar 2,5 milhões de m³/dia de gás natural;
- UPGN do Terminal de Cabiúnas (Tecab), em Macaé (RJ), que com a ampliação terá sua capacidade de processamento elevada de 19,7 milhões de m³/dia para 25,1 milhões de m³/dia de gás natural. O Tecab, que processa o gás da bacia de Campos, receberá também o gás do polo pré-sal da bacia de Santos, pelo Gasoduto Rota Cabiúnas;
- UTG do Comperj, em Itaboraí (RJ), ainda em construção, que processará até 18 milhões de m³/dia de gás natural, recebido pelo gasoduto Rota Comperj.

Procop

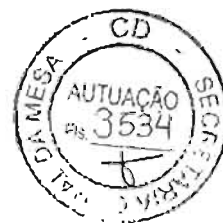
Na área de Gás e Energia, o Procop possibilitou uma economia de R\$ 162,2 milhões, superando a previsão inicial para o ano, de R\$ 114,7 milhões. As principais iniciativas que resultaram nesse ganho foram a redução dos custos operacionais dos ativos logísticos de gás e a melhor utilização de recursos nas Fafens e nas usinas termelétricas.

Biocombustíveis

Nossa subsidiária Petrobras Biocombustível, criada em 2008, atua na produção de biodiesel e etanol de forma segura, com sustentabilidade social e ambiental, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Compete à empresa manter nosso crescimento no mercado de biocombustíveis, em linha com a evolução da demanda nacional por gasolina e óleo diesel.

Para atingir seu objetivo, a Petrobras Biocombustível tem os seguintes direcionadores:

- Integrar a atuação das áreas de produção, logística, tecnologia e comercialização de biocombustíveis, criando sinergias com o Sistema Petrobras;
- Desenvolver novos mercados e produtos;
- Garantir, de acordo com o conceito de ciclo de vida dos produtos, padrões de operação, qualidade e sustentabilidade que permitam ampliar mercados e fortalecer nossa imagem;
- Assegurar a manutenção do Selo Combustível Social, otimizando os arranjos produtivos que incluem a agricultura familiar e cooperativas;
- Acelerar o domínio do conhecimento tecnológico, priorizando o desenvolvimento do etanol de segunda geração (etanol 2G), do bioquerosene de aviação (bioQAV); e do suprimento competitivo de insumos agrícolas;
- Atuar na produção de bioeletricidade e de bioprodutos que aumentem a rentabilidade e de forma integrada aos negócios do Sistema Petrobras.



Biodiesel e Suprimento Agrícola

A Petrobras Biocombustível tem capacidade total de produção de 821 mil m³ de biodiesel por ano, por meio da participação em cinco usinas no País.

Usinas Próprias

A subsidiária tem três usinas próprias - Candeias (BA), Quixadá (CE) e Montes Claros (MG) - com capacidade instalada total de 478 mil m³. As usinas possuem o Selo Combustível Social, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. A empresa deu continuidade ao processo de adaptação e licenciamento da usina experimental em Guamaré (RN), para operação comercial em 2015, com capacidade para produzir 20 mil m³/ano. O objetivo principal é utilizá-la estrategicamente no desenvolvimento tecnológico do biodiesel e de bioprodutos.

BSBios Sul Brasil

Adicionalmente a Petrobras Biocombustível, como sócia da empresa BSBIOS Sul Brasil, participa do controle compartilhado de outras duas usinas de biodiesel, uma em Passo Fundo (RS) e outra em Marialva (PR), cuja capacidade somada é de 343 mil m³. As usinas estão estrategicamente localizadas perto da produção de soja e canola no Rio Grande do Sul e do porto de Paranaguá, no Paraná.

Belém Brasil Bioenergia

A empresa, em parceria com a Galp Energia, desenvolve o Programa Belém cujo objetivo é atender ao mercado ibérico e a outras regiões da Europa. O programa abrange o cultivo de palma, a extração e exportação de óleo no Brasil e a produção de 270 mil toneladas anuais de *green diesel* em Portugal. Em 2014, o plantio de palmares, no estado do Pará, alcançou 40 mil hectares.

Bioóleo

Por meio da Bioóleo, empresa controlada em conjunto, a Petrobras Biocombustível tem capacidade para processar 130 mil t/ano de grãos (mamona, algodão e girassol) e refinar 60 mil t/ano de óleo de soja ou 48 mil t/ano de óleo de algodão. A empresa, localizada em Feira de Santana (BA), fornece óleo vegetal para as três usinas próprias de biodiesel da Petrobras Biocombustível.

Etanol

Por meio das empresas Bambuí, Nova Fronteira e Guarani, com gestão compartilhada, a Petrobras Biocombustível detém participações em dez usinas produtoras de etanol, açúcar e energia elétrica, em Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Moçambique, na África. As três empresas encerraram a safra 2014/2015 com moagem total de 25,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e produção de 1,23 milhão de m³ de etanol e de 1,60 milhão de toneladas de açúcar. A comercialização de energia excedente, produzida com a queima de bagaço da cana-de-açúcar, deve atingir 1.358 gigawatts-hora (GWh) no fim da safra.

Com os investimentos realizados nos últimos anos, a capacidade de processamento das usinas e a renovação e expansão dos canaviais vêm sendo ampliadas. Os aportes resultaram no aumento da fabricação de etanol e da produção de eletricidade a partir do bagaço da cana-de-açúcar

BambuÍ Bioenergia

A Petrobras Biocombustível detém 43,58% do capital social da Bambuí Bioenergia S.A., que possui uma usina de etanol em Bambuí (MG). Em 2014, a empresa sofreu os impactos da seca que atingiu o estado, acarretando uma quebra da safra de 28%. Como consequência, houve redução da moagem em 8,3%, em relação ao ano anterior, e queda de 9% na produção de etanol, que totalizou 93,5 mil m³.

Guarani

A Petrobras Biocombustível detém participação de 42,95% na empresa, que opera sete unidades produtoras de etanol e açúcar em São Paulo e uma em Moçambique.

Em 2014, apesar da quebra de safra por questões climáticas, a moagem de cana-de-açúcar cresceu 3% e a produção de etanol, 26%, na comparação com o ano anterior, produzindo 756 mil m³ de etanol e 1,6 milhão de toneladas de açúcar. Esse resultado deve-se à ampliação da área de colheita, ao aumento da capacidade industrial das usinas Vertente e Tanabi e à priorização da produção de etanol em detrimento ao açúcar.

Nova Fronteira

A Petrobras Biocombustível detém 49% do capital social da Nova Fronteira Bioenergia S.A., em Quirinópolis (GO), em parceria com o grupo São Martinho. Graças à alta produtividade agrícola, aliada à eficiência operacional, a empresa aumentou em 10% a moagem de cana-de-açúcar, totalizando 4.472 mil toneladas, e em 9% a produção de etanol, produzindo 383 mil m³, sendo atualmente a maior usina exclusiva de etanol do País.

Etanol 2G

Nossas pesquisas para o desenvolvimento de etanol celulósico de segunda geração, iniciadas em 2004, estão avançadas. O projeto do etanol 2G encontra-se em fase conceitual e a Petrobras Biocombustível está avaliando o melhor momento para a sua implantação.

Programas estruturantes

A Petrobras Biocombustível lançou, em 2014, o Programa de Aumento da Competitividade (Proac). A iniciativa visa ao aumento da competitividade e eficiência nas usinas de biodiesel e na sede da subsidiária, e contribui adicionalmente com o Programa de Otimização de Custos Operacionais (Procop), ao qual a Petrobras Biocombustível aderiu em 2013.

Em 2014 o Procop proporcionou à nossa subsidiária uma economia de R\$ 148,6 milhões, superando em 33% a previsão para o ano. Mais dois programas estão em fase de implantação: o Sistema de Gestão Integrado de SMS, que busca ampliar a excelência em

segurança, meio ambiente e saúde; e o Programa de Aumento da Eficiência Operacional (Proef), que objetiva a melhoria da disponibilidade, confiabilidade, eficiência operacional e integridade dos sistemas de produção nas usinas de biodiesel.

Atividades Internacionais

Concentramos nossa atuação internacional na exploração e produção, com ênfase na atividade exploratória de óleo e gás na América Latina, na África e nos Estados Unidos. Para vencer estes desafios, traçamos as seguintes estratégias:

- Investir em exploração no exterior para descobrir e apropriar reservas, complementando nossos volumes no Brasil;
- Monetizar reservas de gás natural no exterior, complementando o suprimento do gás natural no Brasil;
- Manter a integridade operacional e otimizar a gestão e a eficiência dos ativos de refino e distribuição no exterior.

Neste contexto, investimos R\$ 3,6 bilhões na Área Internacional em 2014, concentrando 88% desses recursos no segmento de E&P. Aplicamos os demais 12% em refino, petroquímica, distribuição, gás e energia.

Nossa produção no exterior somou 115,9 mil barris por dia (bpd) de óleo e 15,9 milhões de m³ por dia de gás natural, totalizando 209,3 mil barris de óleo equivalente por dia (boed). Nossas três refinarias fora do Brasil processaram 163,4 mil bpd de óleo, o equivalente a 69% da capacidade instalada de 230,2 mil bpd.

As reservas internacionais provadas de óleo, de condensado e de gás natural, em 31 de dezembro de 2014, totalizaram 429,3 milhões de barris de óleo equivalente, segundo critério da Society of Petroleum Engineers (SPE), 27,5% inferior as de 2013. Esse volume representa 2,6% das nossas reservas provadas totais. Tal redução deve-se à monetização antecipada de reservas provadas por meio das vendas de ativos na Colômbia, Peru, Argentina e Estados Unidos, que se concretizaram em 2014.

Principais Destaques:

- Entrada em produção, em dezembro, do campo de St. Malo, descoberto em 2003, onde detemos 25% de participação. O campo dispõe de um sistema de completação conectado à maior plataforma semissubmersível do Golfo do México americano;
- Entrada em produção do campo de Lucius, no Golfo do México americano, em janeiro de 2015;
- Entrada em produção, em março de 2015, do campo de Hadrian South, onde detemos 23,33% de participação. O campo, no Golfo do México americano, é operado pela ExxonMobil e seus dois poços produtores de gás natural estão conectados à unidade flutuante de produção do campo de Lucius.

- Descoberta de acumulação de gás natural no poço exploratório Orca-1, no Bloco Tayrona, onde somos operadores e detemos 40% de participação. Foi a primeira descoberta da pesquisa exploratória em águas profundas no Caribe Colombiano;
- Ações de otimização de processo e de gestão operacional na refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, que possibilitaram o processamento exclusivo de óleo americano, majoritariamente de origem não convencional. O resultado foi o aumento da produção de derivados de maior valor agregado;
- Encerramento das operações de venda dos ativos *onshore* da Colômbia, dos blocos exploratórios do Uruguai e dos ativos do Peru, aprovadas em 2013;
- Venda da participação acionária de 44,5% na Transierra S.A. para a YPFB, na Bolívia;
- Implementação do Procop na Área Internacional, envolvendo nove países e quatro segmentos de negócio, com economia estimada de US\$ 165 milhões até 2016.

Desenvolvimento dos negócios

América Latina

Na Argentina, nossa atuação contempla as atividades de exploração e produção de óleo e de gás, além de ativos de refino, distribuição, petroquímica e de gás e energia.

No segmento de E&P, destacamos: a avaliação do poço exploratório de *shale gas* no bloco de Sierra Chata, com o objetivo de incrementar as reservas de gás na Bacia Neuquina; o desenvolvimento do ativo de produção de Punta Rosada; e a prorrogação das concessões das áreas 25 de Mayo-Medanito, Jaguef de Los Machos e Río Neuquén, na província de Río Negro. Ainda em 2014, anunciamos a venda de nossa participação de 38,45% na área de produção de Puesto Hernandez à YPF S.A., por US\$ 40,7 milhões e, em março de 2015, a venda dos ativos da Bacia Austral - ainda sujeita a aprovação das autoridades - por US\$ 101 milhões, composto por 26 concessões de exploração e produção em terra, além da infraestrutura de escoamento, tratamento e armazenamento.

Nos segmentos de *downstream* e gás e energia, temos: a Refinaria Bahía Blanca, com capacidade de 30,2 mil bpd de petróleo; participação de 28,5% na Refinaria Del Norte (Refinor); duas unidades petroquímicas; 262 postos de serviços e *market share* de 5,6%; uma fábrica de lubrificantes; quatro usinas de energia elétrica, com potência instalada de 1,1 GW, e participação em outras duas; participação na empresa de logística de gás TGS; e três terminais para óleo e derivados.

Na Bolívia, a produção de gás natural é estratégica para o Sistema Petrobras complementar o suprimento ao mercado brasileiro. Nossa produção provém, principalmente, dos campos de San Alberto e San Antonio, onde somos operadores, com participação de 35%, e do bloco Itau, onde também somos operadores, com participação de 30%. Em 2014, vendemos por US\$ 107 milhões nossa participação de 44,5% na Transierra, que presta serviços de transporte de hidrocarbonetos por dutos e conecta San Alberto e San Antonio ao Gasoduto Bolívia-Brasil. Nossas operações nos ativos não foram impactadas pela venda.

No Chile, estamos presentes no mercado de distribuição com 269 postos de serviços e 12,9 % de *market share*.

No Paraguai, temos 176 postos de serviços e detemos participação de 19,6 % no setor.

No Uruguai, contamos com 87 postos de serviços e 21,5 % de *market share*. Em 2014, concluímos a venda, aprovada no ano anterior, da participação de 40% que detínhamos nos blocos exploratórios 3 e 4 da Bacia de Punta del Este, por US\$ 17 milhões.

No Peru, encerramos a venda, aprovada em 2013, de 100% das ações da subsidiária Petrobras Energia Peru à China National Petroleum Corporation (CNPC), por US\$ 2,6 bilhões.

Outra alienação concluída foi a da totalidade das ações da Petrobras Colombia Limited para a Perenco, por US\$ 380 milhões. Os ativos incluíam participações em 11 blocos terrestres de exploração e produção e oleodutos para transporte da produção. Mantivemos a atuação em E&P, com um bloco exploratório em terra e outro *offshore*. Também atuamos no segmento de distribuição colombiano, com 113 postos de serviços e 4,2 % de *market share*.

Estados Unidos

Nos EUA, atuamos com foco em águas profundas no Golfo do México. Nossa produção provém, principalmente, dos campos de Cascade e de Chinook, além de St. Malo, que entrou em operação em dezembro.

Também no Golfo do México, os campos de Hadrian South e Lucius, em desenvolvimento, permitirão o aumento de nossa produção no país. Temos ainda a Refinaria de Pasadena, com capacidade para processar 100 mil bpd de óleo.

África

No continente africano, onde temos participação em ativos de exploração e produção, atuamos por meio da Petrobras Oil and Gas B.V. (PO&G). Em 2014, nossa participação na produção da empresa foi de 26,6 mil bpd de óleo. A PO&G está presente em seis países: Angola, Benin, Gabão, Namíbia, Nigéria e Tanzânia.

Ásia

No Japão, temos uma refinaria em Okinawa, com capacidade nominal para processar 100 mil bpd de óleo. A unidade atende a grande parte da demanda por combustíveis da região, além de vender óleo combustível para termelétricas de Tóquio e exportar derivados para outros países asiáticos. Em fevereiro de 2015, iniciamos o plano de encerramento das atividades na refinaria, que prevê a continuidade de sua atuação como terminal marítimo, para manter o abastecimento da ilha de Okinawa até a finalização desse processo, a ser conduzido em colaboração com o Ministério da Economia, Comercio e Industria japones.

Para obter mais informações sobre *impairment* das Atividades Internacionais consulte a nota explicativa 14 das demonstrações contábeis neste Relatório da Administração.

INVESTIMENTOS

Nossos investimentos totalizaram R\$ 87,1 bilhões em 2014, alocados prioritariamente nas atividades exploratórias, no desenvolvimento da produção e na ampliação da infraestrutura logística para escoamento de petróleo e derivados. Os aportes também se destinaram à construção de refinarias e à instalação de unidades para a melhoria da qualidade dos combustíveis, com foco no atendimento da demanda interna. Investimos ainda em fábricas de fertilizantes e usinas termelétricas, valorizando a cadeia do gás natural; e no aumento da capacidade de produção de etanol e de biodiesel, a fim de fortalecer nossa posição no mercado nacional de biocombustíveis.

Investimentos Consolidados

	R\$ milhões				
	Exercício				
	2014	%	2013	%	Δ %
Exploração e Produção	56.898	66	59.993	58	-5
Abastecimento	18.264	21	30.740	29	-41
Gás e Energia	6.002	7	5.919	6	1
Internacional	3.593	4	5.127	5	-30
Distribuição	1.053	1	1.120	1	-6
Biocombustível	281	-	322	-	-13
Corporativo	1.049	1	1.195	1	-12
Total de investimentos	87.140	100	104.416	100	-17

Na área de E&P, aplicamos R\$ 56,9 bilhões. Desse total, R\$ 10,4 bilhões foram direcionados à exploração, R\$ 39,8 bilhões à produção e R\$ 6,6 bilhões à infraestrutura. Os investimentos visaram ao desenvolvimento da produção de novos campos do pré-sal e no pós-sal, à manutenção da produção em campos antigos e à melhoria da infraestrutura logística e tecnológica. Iniciamos a operação de quatro novas plataformas, com capacidade total para processar 660 mil barris de petróleo por dia (bpd), dos quais 525 mil bpd correspondem à nossa parcela.

Na área de Abastecimento, aportamos R\$ 18,3 bilhões – a maior parte na ampliação do parque de refino. Aplicamos R\$ 5,8 bilhões na Refinaria Abreu e Lima (Rnest), que entrou em operação parcial em dezembro.

À área de Gás e Energia destinamos R\$ 6 bilhões. Parte dos recursos foi aplicada na construção dos gasodutos de duas rotas de escoamento para projetos do pré-sal. Iniciamos a operação da Unidade de Produção de Sulfato de Amônio (Sergipe), com capacidade para produzir 303 mil toneladas por ano.

A subsidiária Petrobras Distribuidora investiu R\$ 1,1 bilhão. A prioridade foi a ampliação da capacidade logística, para fazer frente ao crescimento da demanda doméstica por combustíveis.



Na Área Internacional, nossos investimentos atingiram R\$ 3,6 bilhões. A maior parte foi aplicada em exploração e produção, com destaque para o início da produção no campo de St. Malo, nos Estados Unidos.

RELACIONAMENTO COM O ACIONISTA CONTROLADOR

A Petrobras é uma sociedade de economia mista criada pela Lei nº 2004/53 para executar as atividades relativas ao monopólio de petróleo, gás e seus derivados da União Federal, e com o objetivo de garantir o suprimento regular de derivados de petróleo para dar suporte ao desenvolvimento econômico do País. Iniciamos nossas operações em 1954 e, desde então, produzimos petróleo bruto e gás natural e atuamos no refino, transporte e comercialização no Brasil.

A partir da edição da Lei nº 9478/97, passamos a atuar no mercado em regime de livre concorrência, observando as seguintes diretrizes traçadas pelo legislador: preservação do interesse nacional; promoção do desenvolvimento e ampliação do mercado de trabalho; proteção dos interesses do consumidor brasileiro quanto a preço, qualidade e oferta de produtos; e garantia de fornecimento de derivados em todo o território nacional.

A legislação brasileira também exige que a União Federal, nosso acionista controlador, detenha a maioria das ações com direito a voto, tendo o poder de eleger a maioria dos integrantes do Conselho de Administração e, por meio dele, os diretores responsáveis por nossa gestão. Dessa forma, como acionista controlador, a União Federal exerce influência sobre a orientação estratégica dos nossos negócios e tem adotado políticas macroeconômicas e sociais por meio da companhia, nos termos do artigo 238 da Lei das Sociedades Anônimas, que admite a orientação das atividades da sociedade de economia mista de modo a atender ao interesse público que justificou nossa criação.

Nesse cenário regulatório e legal:

- Podemos realizar atividades que priorizem políticas da União Federal, em vez de nossos próprios objetivos econômicos e empresariais;
- Cooperamos com a União Federal para assegurar que a oferta e os preços de petróleo bruto e derivados de petróleo atendam aos requisitos de consumo interno do Brasil; e
- Podemos realizar vendas em termos que podem afetar negativamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Recomendamos a leitura dos fatores de risco, no item quatro do Formulário de Referência.

Política de Preços

Nossa política de preços no Brasil busca alinhar o preço do petróleo e derivados aos internacionais, a longo prazo. No entanto, para minimizar os impactos das variações ao consumidor doméstico, os preços de diesel, gasolina e outros produtos não são necessariamente reajustados para refletir a volatilidade da cotação do petróleo e derivados nos mercados internacionais e as variações cambiais a curto prazo. Assim, passamos por



períodos em que os preços dos nossos produtos não estão alinhados aos preços internacionais.

Nesse contexto, podemos não reajustar os preços de venda dos nossos produtos no Brasil quando os preços internacionais de petróleo bruto e derivados de petróleo aumentam ou diminuem, ou quando o real se valoriza ou desvaloriza em relação ao dólar, o que reflete em nossos resultados operacionais. Para obter mais informações sobre nossos resultados financeiros e operacionais, consulte o resultado por área de negócio nas demonstrações contábeis.

OPERAÇÃO LAVA-JATO

A Polícia Federal brasileira deflagrou uma investigação para apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados do País, denominada “Operação Lava-Jato”. Em conexão com a investigação, ex-diretores da Petrobras foram presos e posteriormente denunciados por lavagem de dinheiro, operação criminosa e corrupção passiva. Outros ex-executivos da companhia e de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras foram ou poderão ser denunciados.

Para obter mais informações sobre a “Operação Lava-Jato” consulte notas explicativas neste Relatório da Administração.

GESTÃO

Governança corporativa

Nossa estrutura de governança corporativa é formada por: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração e seus comitês, Conselho Fiscal, Auditorias, Ouvidoria Geral, Diretoria Executiva, Comitê de Negócios e suas configurações específicas (comitês de Investimentos, de Segmentos e de Integração).

O Conselho de Administração é o nosso órgão de orientação e direção superior. Entre suas responsabilidades, previstas no Estatuto Social da Petrobras, estão as de fixar as políticas globais e a orientação geral dos negócios, definindo missão, objetivos estratégicos e diretrizes; aprovar o plano estratégico, os planos plurianuais e os programas anuais de dispêndios e de investimentos; fiscalizar a gestão dos diretores e estabelecer suas atribuições, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da empresa; e avaliar os resultados de desempenho.

Os integrantes do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia Geral Ordinária, sendo assegurado aos empregados o direito de indicar um membro, em separado, pelo voto direto de seus pares. Atualmente, contamos com dez conselheiros, dos quais sete são indicados pela União Federal (entre eles, o presidente do Conselho), um pelos detentores minoritários de ações ordinárias, um pelos titulares de ações preferenciais, excluído o acionista controlador, e um pelos empregados. As funções de presidente do Conselho de Administração e de presidente da Petrobras não são ocupadas pela mesma pessoa.

Ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva estão ligados os comitês que auxiliam esses órgãos por meio de análises e recomendações de matérias que necessitam de aprofundamento para a tomada de decisões estratégicas. O Comitê de Negócios, vinculado à Diretoria Executiva, atua como fórum de suporte ao processo decisório, por meio de análises e proposições à direção superior. Nesse comitê são discutidos os assuntos estratégicos e de integração das unidades, visando ao alinhamento entre as diretrizes do Plano Estratégico, o desenvolvimento dos nossos negócios e gestão.

Os três comitês vinculados ao Conselho de Administração (Auditoria; Segurança, Meio Ambiente e Saúde; e Remuneração e Sucessão) são formados exclusivamente por integrantes do colegiado. Esses conselheiros avaliam e elaboram propostas que são levadas às reuniões do Conselho para deliberação.

Em 2014, incorporamos ao regimento interno do Conselho de Administração procedimento específico para a solicitação de informações pelos seus membros. Além disso, a Diretoria Executiva aprovou diretrizes corporativas que complementam a política de transações com partes relacionadas.

Como medida de fortalecimento da Governança Corporativa, nosso Conselho de Administração aprovou, em novembro, a instituição do cargo de diretor de Governança, Risco e Conformidade, com mandato de três anos, iniciado em janeiro de 2015, podendo ser renovado. A missão do novo diretor é assegurar a conformidade processual e mitigar riscos nas nossas atividades, como os de fraude e corrupção, garantindo a aderência a leis, normas, padrões e regulamentos, incluindo as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Securities and Exchange Commission (SEC).

Além de o diretor de Governança, Risco e Conformidade participar das decisões da Diretoria Executiva, as matérias a serem submetidas à deliberação deste colegiado deverão contar, necessariamente, com prévia manifestação favorável desse diretor quanto à governança, gestão de riscos e conformidade dos procedimentos.

Gestão de Riscos e Conformidade

Gestão de Riscos

Nossa estrutura organizacional de gestão de riscos é composta pela Gerência Executiva de Riscos Empresariais, vinculada ao diretor de Governança, Risco e Conformidade, e por unidades similares pertencentes às áreas de negócios.

À estrutura de gestão de riscos empresariais competem, de forma coordenada, as seguintes atribuições:

- Identificar, monitorar e reportar periodicamente à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração o efeito dos principais riscos nos nossos resultados integrados;
- Estimular a integração e capturar a sinergia das ações de gestão de riscos efetuadas nas unidades organizacionais, assim como nos demais processos de negócio, suporte

e gestão;

- Estabelecer uma metodologia corporativa de gestão de riscos pautada em uma visão integrada e sistêmica, que possibilite um ambiente de contínuo monitoramento dos riscos em diversos níveis hierárquicos;
- Disseminar conhecimentos em gerenciamento de riscos;
- Apoiar os gerentes na elaboração e implementação das medidas necessárias para garantir o alinhamento da exposição aos níveis toleráveis de riscos.

Mais informações sobre os fatores de riscos podem ser obtidas nos relatórios Form 20-F e Formulário de Referência, disponíveis no site www.investidorpetrobras.com.br.

Conformidade

Adotamos ações contínuas de adequação às leis e às iniciativas nacionais e internacionais; e mantemos controles internos em sintonia com a natureza e a complexidade dos riscos empresariais que gerenciamos, respeitando os requisitos legais e regulatórios dos países onde atuamos. Essas iniciativas integram nosso compromisso com a ética, a integridade e a transparência na condução dos nossos negócios.

Nossas ações de conformidade são conduzidas com o objetivo de assegurar, em todo o Sistema Petrobras, o fortalecimento dos controles internos e seu alinhamento ao Plano Estratégico. Assim, mitigamos os riscos empresariais relativos à *compliance*, certificamos o cumprimento de leis e regulamentos, e criamos e disseminamos a cultura de conformidade. O objetivo é prevenir, detectar e corrigir atividades e condutas que possam vir a ocasionar danos à nossa reputação.

A responsabilidade pelo planejamento, orientação, coordenação e avaliação das ações de controle, conformidade e investigação cabe à Gerência Executiva de Conformidade, vinculada à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade. Outra atribuição dessa gerência é o assessoramento ao diretor da área, ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria, à Presidência e à Diretoria Executiva.

Ética e Integridade

O nosso compromisso com a ética e a integridade está estabelecido em documentos como o Código de Ética do Sistema Petrobras e o Guia de Conduta da Petrobras; e em iniciativas como o Sistema de Gestão da Ética e o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção.

O Código de Ética fixa os princípios éticos e compromissos de conduta, que devem ser seguidos pelos integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva e pelos empregados, estagiários e prestadores de serviços do Sistema Petrobras. O Guia de Conduta, aprovado em 2014, se destina ao mesmo público e apresenta desdobramentos dos princípios éticos do Código de Ética.

Integramos o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, coordenado, avaliado e supervisionado pela Comissão de Ética Pública. Nossa Comissão de Ética tem as atribuições de atuar como instância consultiva dos nossos dirigentes e empregados; de orientar, disseminar e promover o cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta; e de apurar condutas que estejam em desacordo com as normas éticas ou apresentem risco para nossa imagem e nossos negócios.

Para o estabelecimento e a estruturação de ações institucionais de promoção, diagnóstico, apuração e monitoramento da conduta ética em nossas atividades internas e nos relacionamentos externos, a Comissão de Ética implementou o Sistema de Gestão da Ética da Petrobras. Priorizamos a prevenção de desvios de conduta, promovendo a disseminação de informações e atividades educativas, por meio de treinamento da força de trabalho e de novos gerentes, sem prejuízo da aplicação de medidas disciplinares em casos de constatação desses desvios.

Dispomos de uma Ouvidoria Geral, que se constitui como canal formal para comunicação com os públicos interno e externo e recebe consultas e denúncias, dentre outras manifestações. Frente a uma denúncia consistente, é avaliada a necessidade de criação de uma Comissão Interna de Apuração, para averiguar indícios ou ocorrências e subsidiar medidas administrativas ou disciplinares, dentre outros procedimentos cabíveis.

O Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção, aprovado em 2013, é movido por ações contínuas de prevenção, detecção e correção de atos de fraude e corrupção, a fim de fortalecer o compromisso com a ética e a transparência em nossas atividades e relações, atendendo aos requisitos fixados na lei e em iniciativas nacionais e internacionais que participamos. A gestão do programa é realizada pela Diretoria de Governança, Risco e Conformidade.

AMBIENTE EXTERNO E MERCADO DE PETRÓLEO

Monitoramento do Ambiente Externo

A economia mundial cresceu 3,4³% em 2014 (Fonte: FMI), resultado que contemplou desempenhos díspares entre as principais economias do mundo. Os Estados Unidos foram o país que mais surpreendeu em 2014. A despeito do desempenho ruim no primeiro trimestre, devido em grande parte a adversidades climáticas, a retomada econômica daquele país se mostrou bastante robusta a partir do segundo trimestre, fazendo com que a expansão do PIB norte-americano chegasse a 2,4% em 2014. Depois de a economia americana ter voltado a crescer, com sinais positivos no nível de emprego, o governo reduziu a zero as medidas de estímulo monetário no fim de 2014, passando a acenar com elevação da taxa de juros em 2015. Essa mudança já repercute na economia global, causando maior volatilidade da taxa de

³ Estimativa publicada no World Economic Outlook, documento oficial do FMI, divulgado em 14 de abril de 2015.



câmbio dos demais países, principalmente nos emergentes, em função dos impactos sobre o fluxo de capitais.

Na China, 2014 representou um ano de desaceleração no ritmo de crescimento do PIB, que caiu para 7,4% (Fonte: National Bureau of Statistics of China). A produção industrial oscilou muito, reflexo da redução do crescimento da demanda chinesa, o que acaba por afetar todos os países. No entanto, o governo chinês lançou mão de iniciativas como estímulos monetários, a exemplo do que sempre faz quando cai o nível da atividade econômica.

A Europa continua enfrentando dificuldades para gerar políticas de crescimento da renda e do emprego. Apesar da adoção de medidas de incentivo monetário, a preocupação dos europeus com os cortes de gastos perdura na esfera fiscal. No entanto, vale ressaltar que a heterogeneidade nos desempenhos econômicos também se fez presente entre as principais economias europeias em 2014. Enquanto Alemanha, Reino Unido e Espanha obtiveram bons resultados, França e Itália ainda enfrentam muitas dificuldades para uma recuperação mais consistente. No conjunto, o PIB da economia europeia registrou crescimento de 1,5%.

Os países emergentes seguem com crescimento volátil, na expectativa da recuperação das economias centrais e da chinesa, e ainda estão suscetíveis às mudanças na política econômica dos Estados Unidos. Todo esse quadro se refletiu no Brasil. A taxa de câmbio oscilou fortemente ao longo do ano, influenciada também por fatores internos, como as eleições. A média anual da cotação do dólar foi R\$2,35/US\$, fechando o ano a R\$2,66/US\$ (Fonte: Banco Central do Brasil). O desaquecimento da economia internacional afetou o nível da atividade econômica brasileira, que registrou uma variação real do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,1% (Fonte: IBGE), aquém das projeções do início do ano, de 2%.

Às condicionantes da economia global somaram-se, no setor de petróleo, os impactos de natureza geopolítica, em face da continuidade de diversos conflitos – em especial, no Oriente Médio. A ascensão do grupo Estado Islâmico (EI), principalmente no Iraque e na Síria, caracterizada pela brutalidade e pela perseguição religiosa, levou à formação de uma coalizão entre diversos países, incluídas nações de fora da região. Frente ao avanço do EI, as potências ocidentais decidiram intervir, fornecendo apoio aéreo a ações locais de resistência, porém sem sucesso. Os confrontos ocorreram em regiões afastadas das principais áreas produtoras ao sul do Iraque, sem interrupções significativas de produção. Em Israel, a retomada do confronto entre o governo e o grupo Hamas resultou em nova invasão da Faixa de Gaza pelo exército israelense.

Na África, a guerra civil na Líbia dividiu o país em áreas ocupadas por diversas facções e pelo governo oficial. No Egito, após os protestos dos últimos anos, foi eleito para a Presidência o general Abdel Fatah Al-Sisi, que integra o grupo político do antigo presidente, Hosni Mubarak. Al-Sisi, que conta com o apoio político e financeiro da Arábia Saudita, deverá tentar estabelecer uma política externa alinhada aos Estados Unidos e a favor da manutenção dos acordos com Israel. Internamente, porém, tem recebido críticas pela forma com que tem reprimido as manifestações da oposição.

Em solo europeu, o conflito armado voltou a irromper na Ucrânia, onde o governo que assumiu após a queda do presidente eleito Víktor Yanukovich foi rejeitado em partes do

país. Algumas delas, como a Crimeia, foram incorporadas à Federação Russa, em meio a protestos de potências ocidentais, que adotaram sanções econômicas contra a Rússia. Outras regiões ucranianas, como Donetsk e Lugansk, se declararam independentes, sem o reconhecimento do governo provisório. Com isso, a região continua em situação de conflito.

As questões associadas à distribuição de renda e de riqueza vêm retomando espaço no debate social, já que a concentração da riqueza voltou a crescer, nas últimas décadas, nos países centrais. Outro ponto de preocupação é o desemprego. Em alguns países desenvolvidos, principalmente na Europa, as taxas de desemprego permanecem elevadas, bem acima das médias históricas. No Brasil, a taxa de desemprego continuou em trajetória decrescente, encerrando o ano de 2014 em 4,3% (Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE).

No âmbito global, a cobrança e a discussão de responsabilidades em relação a impactos sociais são também crescentes, especialmente após o lançamento, em 2011, dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2014, teve início o processo de debate de um tratado juridicamente vinculante sobre empresas e direitos humanos. A prevenção e a remediação de violações, assim como a criação de mecanismos que garantam o respeito a esses direitos, têm perspectiva cada vez mais ampla. Para as empresas, os riscos sociais e ambientais, relacionados aos negócios e à transparência, e o diálogo para a obtenção da licença social para operar ganham mais visibilidade, principalmente, com o uso da internet e das redes sociais.

Na área ambiental, os temas mais críticos para os negócios no Brasil são a escassez de recursos hídricos e a crescente pressão regulatória sobre a indústria, com vistas à mitigação de impactos socioambientais. Mundialmente, a questão climática é o principal tema atualmente em discussão. As negociações anuais da ONU relativas ao clima enfrentam dificuldades devido ao impasse sobre o estabelecimento de um acordo global para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). As nações desenvolvidas aumentam as pressões para que o maior número possível de países, incluindo Brasil, China e Índia, estabeleça metas para redução de GEE. A proposta encontra resistência dos países em desenvolvimento, que historicamente tiveram participações inferiores no volume global de emissões.

Ao final da Conferência sobre Mudanças Climáticas, realizada em 2014, as nações concordaram que é preciso o envolvimento de todos os países em um acordo global para redução de emissões. Assim, há grande expectativa de que a próxima Conferência das Partes sobre a Mudança do Clima (COP 21), a ser realizada em dezembro de 2015, represente um avanço importante nas negociações internacionais, com o estabelecimento de um novo acordo global para a questão climática.

Paralelamente às negociações multilaterais, China e Estados Unidos chegaram a um acordo que está sendo considerado uma medida concreta em direção ao estabelecimento de metas internacionais de redução de GEE. A China se comprometeu a reduzir emissões atmosféricas, a partir de 2030, e a alcançar 20% de energia limpa em sua matriz energética no mesmo ano. Os Estados Unidos, por sua vez, se comprometeram a diminuir suas emissões entre 26% e 27% em relação aos níveis de 2005.

No Brasil, os problemas ocasionados pela escassez de água nas regiões Nordeste e Sudeste têm impacto econômico e social e o uso dos recursos hídricos vem enfrentando demandas crescentes relativas à necessidade de tratamento e descarte de efluentes industriais. Observa-se ainda o engajamento crescente de organizações da sociedade civil no auxílio à fiscalização ambiental e à revisão de decisões e legislações, incluídas aquelas relativas ao setor energético.

Os países desenvolvidos continuam na liderança dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento como proporção do PIB. Junto com a China, concentram também a posse de patentes, o que representa um entrave à transferência efetiva de tecnologia para os países em desenvolvimento.

Como as fontes fósseis atendem a cerca de 80% da demanda mundial por energia primária, são realizados esforços para: melhorar a eficiência da conversão energética desses recursos; buscar alternativas para produção e uso de energia fóssil com menos impacto ambiental; e desenvolver tecnologias para acessar recursos em novas fronteiras. Em 2014, por exemplo, houve aperfeiçoamento de tecnologias para exploração de *shale gas* e *tight oil* nos EUA. Esses esforços têm grande importância para os países, tanto por questões de segurança energética, quanto para o atendimento de metas climáticas.

Em relação às tecnologias de baixo carbono, cresce rapidamente a difusão da geração eólica *onshore* e solar fotovoltaica, embora a partir de uma base pequena. No âmbito dos biocombustíveis avançados, diversas rotas tecnológicas estão sendo pesquisadas, embora sejam necessários esforços adicionais para o alcance de economia de escala para viabilização comercial. O setor de energia solar no Brasil deu importante passo com o sucesso do Leilão de Energia de Reserva, realizado em outubro de 2014, o primeiro a negociar energia solar separadamente, com a contratação de 889,6 MW.

Análise do mercado de petróleo

Os preços do petróleo mantiveram-se relativamente estáveis no primeiro semestre e apresentaram queda entre junho e dezembro de 2014. A média anual do Brent foi de US\$ 98,99 por barril – um recuo de 9% na comparação com o valor de 2013. No ano, o preço do West Texas Intermediate (WTI), referenciado em Cushing, no Meio-Oeste norte-americano, aproximou-se do valor do Brent, devido ao aumento da capacidade logística de escoamento no Golfo do México. O preço médio do barril do WTI foi de US\$ 93,03, com queda de 5% em relação à cotação média do ano anterior.

Assim, o diferencial Brent-WTI estreitou-se ao longo de 2014, caindo de US\$ 10,78 por barril, em 2013, para US\$ 5,88 por barril, em 2014. Esse movimento representa uma continuidade da tendência iniciada em 2013, quando os projetos de incremento da capacidade logística começaram a reduzir os estoques de petróleo da região.

O consumo mundial de petróleo teve alta moderada, de 670 mil bpd – um acréscimo de 0,7% em relação ao volume de 2013. Mais uma vez, os países que não integram a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, especialmente Índia e China, impulsionaram o crescimento da demanda. Entre os membros da OCDE, o consumo de



petróleo caiu em função das dificuldades de retomada econômica, com exceção dos EUA, que registrou aceleração no seu ritmo de crescimento.

O aumento da oferta de petróleo de países fora da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) foi de 56,53 milhões de bpd, uma alta de 2,3% sobre o volume do ano anterior. Esse acréscimo foi garantido, em grande parte, pelo crescimento da produção não convencional nos EUA. Dentre os países da Opep, ocorreram incrementos da produção no Iraque e na Líbia – país que retomou parte da sua produção em meio aos conflitos internos. Apesar do aumento dos estoques de petróleo, a Opep manteve sua meta de produção em 30 milhões de bpd. Essa decisão contribuiu para o aprofundamento da queda dos preços em dezembro.

FUNÇÕES CORPORATIVAS

Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde (SMES)

Em 2014, aplicamos R\$ 5,7 bilhões em operações e projetos relacionados à gestão integrada de Segurança, Meio Ambiente e Saúde. Neste contexto, desenvolvemos iniciativas para aperfeiçoar o desempenho em SMES, atender à legislação específica e contribuir para que as práticas operacionais de nossas unidades sejam seguras, rentáveis e ambientalmente responsáveis.

Entre as iniciativas, está a certificação da conformidade com as normas ISO 14001 (gestão ambiental) e OHSAS 18001 (gestão de saúde e segurança) dos sistemas de gestão de SMS das nossas unidades de operação no Brasil e no exterior. Em 2014, todo o petróleo refinado no País foi processado em unidades certificadas.

Segurança

Aprovamos, em 2014, o Plano de Redução de Acidentes. Com custo previsto de R\$ 200 milhões e prazo de implementação de 12 meses, o plano é composto de 170 ações distribuídas por todas as áreas e agrupadas em quatro dimensões: Liderança, Qualificação e Experiência, Gestão de Contratadas e Gestão da Rotina Operacional.

Como resultado de ações que eram executadas e foram incorporadas ao plano e do desenvolvimento de novas medidas, melhoramos os seguintes indicadores de segurança:

- Taxa de Ocorrências Registráveis – redução de 10,4% na comparação com 2013, equivalente a 1.330 trabalhadores.
- Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento – diminuição de 4% no acumulado anual em relação a 2013, equivalente a 100 trabalhadores..

Apesar da melhoria desses indicadores de desempenho, registramos dez fatalidades em 2014. Para prevenir a ocorrência de acidentes graves, continuamos desenvolvendo ações para aumentar a segurança de processos, incluídos investimentos na capacitação do corpo



técnico, realização de estudos de riscos e estabelecimento de indicadores reativos e proativos específicos para cada área de atuação.

Vazamento de petróleo e derivados

Os derramamentos de petróleo e derivados atingiram 69,5 m³ em 2014 – 63% a menos que o volume registrado no ano anterior e 85% abaixo do Limite de Alerta fixado para o ano, de 470 m³. Os níveis de derramamento continuaram bem inferiores a 1 m³ por milhão de barris de petróleo produzido, constituindo-se em excelente resultado no panorama da indústria mundial de óleo e gás.

A criação de uma sistemática de comunicação, tratamento e registro de vazamentos tornou possível o monitoramento diário dos incidentes, de seus impactos e das providências de mitigação. Além disso, a continuidade das ações que compuseram o Plano Vazamento Zero, instituído em 2012, permitiu otimizar os processos de gestão e reduzir o risco dessas ocorrências em nossas operações.



Resposta a vazamentos

Mantivemos padrões, procedimentos e planos de respostas a vazamentos estruturados em níveis local, regional e corporativo. Para atuar de modo eficaz nessas situações, dispomos dos seguintes recursos materiais: 36 embarcações para recolhimento de óleo, 113 embarcações de apoio e outros veículos, 270 recolhedores de óleo, cerca de 92 mil metros de barreiras de contenção, 118 mil metros de barreiras absorventes e 113 mil litros de dispersantes químicos, além de outros itens. Esses recursos são distribuídos nos 12 Centros de Defesa Ambiental, que contam com 11 bases avançadas, e nos Centros de Resposta a Emergência distribuídos por mais de 21 cidades brasileiras.

Somos associados à Oil Spill Response Limited, organização especializada em prover e complementar recursos para dar uma resposta eficaz a vazamentos de petróleo, com atuação em escala global. Em 2014, realizamos 22 exercícios simulados de âmbito regional, incluindo treinamentos de resposta a vazamentos.



Meio Ambiente e Eficiência Energética

Para aumentar cada vez mais a ecoeficiência de nossas operações, buscamos a utilização racional de água, energia e demais insumos e fazemos a gestão das emissões atmosféricas e da geração de resíduos e efluentes. Nosso objetivo é reduzir ao mínimo os impactos das atividades sobre o meio ambiente.

Avaliamos sistematicamente, nos projetos de investimentos, os principais riscos nas dimensões segurança, meio ambiente, eficiência energética e saúde. Os resultados dessas avaliações são acompanhados periodicamente pelos nossos comitês de SMS e de Auditoria do Conselho de Administração (CA), sendo verificados o alinhamento às orientações corporativas e o cumprimento das recomendações do Plano de Gerenciamento e Mitigação de Riscos. Em 2014, emitimos 50 pareceres técnicos de SMES para projetos de investimento e submetemos à apreciação dos comitês do CA a avaliação do alinhamento àqueles pareceres de 32 projetos aprovados pela Diretoria Executiva.

Recursos hídricos e efluentes e biodiversidade

Reutilizamos 24 milhões de m³ de água em 2014 – volume suficiente para abastecer uma cidade de 600 mil habitantes durante um ano. A economia resultante das ações de racionalização e de reuso contribuiu para garantir a segurança do abastecimento necessário às nossas operações. Avaliamos os riscos de escassez de água nas áreas onde nossas unidades estão instaladas, fornecendo subsídios para ações e investimentos para a mitigação desses riscos.

Elaboramos o Relatório Anual de Biodiversidade, centralizando a coleta e a consolidação de informações sobre a gestão de riscos e impactos à biodiversidade.

Emissões atmosféricas, mudança do clima e eficiência energética

Nos últimos anos, expandimos nossas atividades em quase todos os segmentos de negócio, o que acarreta o crescimento das emissões atmosféricas de gases de efeito estufa – GEE. Mesmo assim, conseguimos reduzir a intensidade de emissões de GEE em nossos processos por meio de diferentes iniciativas, com destaque para a modernização das instalações, utilização de equipamentos mais eficientes e padronização de projetos e de práticas operacionais, além de investimentos em pesquisa e tecnologia.

Nossas atividades em 2014 geraram um aumento de 5% nas emissões de GEE em relação a 2013, devido principalmente ao maior despacho termelétrico no período.

Saúde

Realizamos anualmente ações voltadas à promoção da saúde em nível corporativo e nas unidades organizacionais, orientadas pelo monitoramento de indicadores estratégicos de saúde e pela análise do perfil epidemiológico da nossa população.



Esse perfil, obtido por meio dos dados coletados durante os exames ocupacionais e associado às características das atividades dos empregados, norteia o planejamento dessas ações.

Acompanhamos, por meio do indicador Percentual de Tempo Perdido, a evolução do absenteísmo por acidentes e por doenças e suas principais causas, relacionados ou não ao trabalho. Esse acompanhamento estratificado influencia as ações de saúde. Em 2014, o Percentual foi de 2,36%, inferior ao Limite de Alerta de 2,41% estabelecido para o ano.

Responsabilidade Social

Investimentos Sociais

Aplicamos R\$ 404,9 milhões em 996 projetos sociais, ambientais e esportivos educacionais em 2014. Para alinhar os investimentos sociais de nossas unidades às diretrizes e procedimentos corporativos, elaboramos a Sistemática de Investimentos Socioambientais do Sistema Petrobras.

A metodologia que adotamos, incorporando as dimensões social, ambiental e socioesportiva, proporciona mais eficiência e mais transparência a análise, seleção, aprovação, acompanhamento e avaliação dos projetos. Isso possibilita o aprimoramento da sistematização e medição dos resultados para a empresa e dos benefícios para a sociedade.

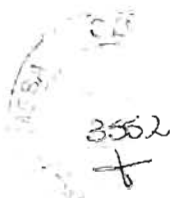
Deverão ser destinados R\$ 45 milhões aos projetos esportivos educacionais, que tiveram sua segunda seleção pública em 2014. Dos 1.421 inscritos, 34 foram escolhidos e passaram a integrar nossa carteira de projetos.

Programa Petrobras Agenda 21 e integração com as comunidades do entorno

Concluímos a implantação da primeira fase do Programa Petrobras Agenda 21, que incentiva o debate das prioridades e soluções para o desenvolvimento sustentável das comunidades com alta vulnerabilidade social no entorno de nossas unidades. Foram entrevistadas 66.287 famílias e gerados 180 diagnósticos socioambientais sobre as condições de 203 comunidades, em 86 municípios.

Integração da Responsabilidade Social nos projetos de investimento

Desenvolvemos uma metodologia para a gestão de responsabilidade social nos nossos projetos de investimento, a fim de integrar o tema aos processos decisórios e à rotina de nossos negócios. A iniciativa teve o objetivo de garantir a gestão proativa de responsabilidade social, desde a fase de concepção do empreendimento, passando pela execução e operação até o seu encerramento. Além de contribuir para minimizar riscos sociais, essa integração ajuda a atender às expectativas operacionais geradas pelos projetos e a construir relações benéficas para o negócio e a sociedade.



Mais informações sobre responsabilidade social e ambiental podem ser encontradas no Relatório de Sustentabilidade, publicado anualmente e disponível em <http://www.petrobras.com.br>

Pesquisa e Desenvolvimento

O avanço tecnológico é vital para a sustentabilidade do crescimento da Petrobras, que desenvolve permanentemente novos processos, sistemas e produtos a fim de que sejam incorporados às atividades. A pesquisa e desenvolvimento (P&D) merecem, por isso, atenção especial no nosso programa de investimentos, já que desempenham papel imprescindível para o cumprimento do Plano de Negócios e Gestão.

Em 2014, o Centro de Pesquisas Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes) recebeu aportes que totalizaram R\$ 1,7 bilhão e finalizou o ano com uma carteira de 752 projetos de P&D. O Cenpes possui 1.862 empregados – 1.384 dedicados à Pesquisa e Desenvolvimento e 309, à Engenharia Básica dos projetos. Entre os pesquisadores, 17% têm título de doutorado e 32%, de mestrado. De forma colaborativa, o Cenpes se articula com mais de 100 universidades e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras, fornecedores e outros parceiros. Em 2014, aplicou R\$ 449 milhões em instituições nacionais de Ciência e Tecnologia na área de P&D com ênfase em petróleo e gás.

Além de atender às nossas demandas operacionais, as inovações produzidas com base nas carteiras de projetos das áreas tecnológicas geram ganhos de produtividade e contribuem para os nossos resultados. Proporcionam também o aumento de eficiência, graças à otimização de processos, técnicas e métodos. Os benefícios dessas inovações ultrapassam as nossas fronteiras e se estendem à sociedade. Entre eles, o fortalecimento da indústria local, a redução das necessidades de importação de petróleo, derivados e equipamentos, a diminuição das emissões de gases e particulados na atmosfera e o melhor aproveitamento dos recursos naturais.

Os projetos de P&D têm origem em um conjunto de processos coordenados por comitês que estabelecem os direcionadores e os desafios tecnológicos a serem superados, de acordo com nossas grandes escolhas. As carteiras de projetos de P&D são estruturadas em programas tecnológicos, que visam ao atendimento de objetivos específicos dentro de prazos pré-fixados.

Em 2014, os programas relacionaram-se às seguintes áreas: Exploração, Modelagem de Bacias em 3D; Refino (com foco em maximização de derivados médios e de gasolina); Inovação em Combustíveis e Lubrificantes; Transporte; Biocombustíveis; Otimização, Confiabilidade e Eficiência Energética; Gás Natural; Redução de Emissões; Tratamento, Reuso e Minimização do Consumo de Água; Desenvolvimento da Produção do Reservatório Pré-sal; Recuperação Avançada de Petróleo; Águas Profundas; Logística; e Gerenciamento de CO₂ no desenvolvimento do Pré-sal.

Para mensurar o desempenho das carteiras de projetos, fizemos o acompanhamento de marcos críticos, definidos como eventos significativos que caracterizam uma etapa do desenvolvimento tecnológico.



Os principais resultados de P&D e Engenharia Básica em 2014 foram os seguintes:

- Primeira interpretação dos dados em 4D do sistema de aquisição sísmica permanente do Campo de Jubarte (Bacia de Campos). O trabalho resultou na mudança de locação de um poço produtor, agregando seis milhões de barris de óleo à produção prevista, com ganho equivalente a R\$ 156 milhões;
- Determinação mais precisa da acidez da água de injeção produzida para os reservatórios do pré-sal, por meio de ensaios laboratoriais e modelagem numérica. Com isso, foi possível selecionar materiais de metalurgia mais adequados e reduzir custos. A economia estimada é de US\$ 112 milhões somente nos poços dos projetos de desenvolvimento da Cessão Onerosa;
- Aplicação de ferramenta de desconexão elétrico-hidráulica de fundo de poço no Campo de Carapeba II (Bacia de Campos), abreviando em 25% o tempo de substituição da coluna de produção em poços com completação inteligente. A estimativa é de redução de quatro dias de intervenção em cada um dos 150 poços do gênero previstos para a Bacia de Santos nos próximos anos, gerando uma economia de US\$ 3,4 milhões por poço;
- Desenvolvimento de método de redirecionamento da injeção de gás em coluna de produção em poços com *gas lift*, permitindo redução da perda de carga no ponto de injeção de gás, com ganhos de produção de 2% a 3% em poços de média e alta vazão;
- Desenvolvimento de melhorias no processo de fracionamento nas torres de vácuo, por meio da diminuição de contaminantes no gasóleo leve de destilação a vácuo, tornando possível seu uso para a produção de diesel. A estimativa é de aumento de 3% no volume de diesel – um ganho potencial de cerca de US\$ 38 milhões por ano;
- Desenvolvimento de processo de incorporação do aditivo N-Butyl-Thiophosphoric Triamida (NBPT) – à ureia agrícola da Fábrica de Fertilizantes do Paraná (Fafen-PR). O composto retarda a degradação da ureia, permitindo que seja absorvida pelo solo por mais tempo. É possível reduzir a perda do fertilizante de 70% para até 20%.

A concentração de especialistas de todas as nossas áreas de atuação habilita o Cenpes a atuar também na prestação de serviços de Assistência Técnica para solução de problemas identificados nas operações, buscando ganhos de eficiência, otimização operacional e redução de custos.

Como exemplo, a identificação das causas da vibração elevada nas tubulações de *flare* e vaso de tocha da P-58, evitou perdas na produção de 35 mil bpd de óleo. Destaca-se também o desenvolvimento de módulo logístico para programa computacional, que possibilita redução do tempo na construção de poços do pré-sal, gerando economia na ordem de US\$ 4 milhões por poço.

Recursos Humanos

Nosso Plano de Negócios e Gestão apresenta vários desafios para a área de Recursos Humanos (RH). Precisamos prover os talentos necessários, tanto em competência quanto em



quantidade, e garantir a satisfação, o comprometimento e a produtividade de todos os empregados a fim de atender aos nossos objetivos. Por isso, estabelecemos como prioridade para os próximos anos os seguintes temas de RH: gestão do conhecimento, alto desempenho e produtividade, mobilidade, planejamento da força de trabalho, desenvolvimento estruturado de empregados e desenvolvimento e sucessão gerencial.

Evolução do efetivo

O Sistema Petrobras encerrou o ano de 2014 com 80.908 empregados – número 6,04% menor que o efetivo de 2013. Foram admitidos 726 empregados na Petrobras Controladora.

Efetivo por Região	2014	2013
Petrobras Controladora	58.618	62.692
Sudeste	41.207	43.309
Sul	2.836	2.949
Nordeste	12.818	14.651
Norte	1.282	1.413
Centro-Oeste	475	370
Empresas Controladas – Brasil	15.293	15.903
Sudeste	9.546	9.679
Sul	1.852	2.157
Nordeste	2.606	2.746
Norte	667	672
Centro-Oeste	622	649
Empresas Controladas - Exterior	6.997	7.516
Total Sistema Petrobras	80.908	86.111

Rotatividade	2014	2013
Petrobras Controladora	4,73%	2,43%
Empresas Controladas - Brasil	9,04%	7,84%
Empresas Controladas – Exterior	33,96%	30,20%

Nível Educacional	2014	2013
Petrobras Controladora	58.618	62.692
Nível médio	36.188	39.363
Nível superior	22.430	23.329

Gastos com pessoal

No Sistema Petrobras, os gastos com pessoal totalizaram R\$ 31 bilhões, um aumento de 13%. São compostos por salários, participações nos lucros ou resultados, benefícios, plano de aposentadoria e pensão, plano de saúde e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). As principais causas dessa variação foram o custo das indenizações decorrentes do



Programa de Incentivo ao Desligamento (PIDV) e o crescimento da folha de pagamento devido ao reajuste salarial com ganho real médio de 2,7%, além de efeitos vegetativos em virtude de anuênios e progressões de carreira.

Para mais informações sobre benefícios concedidos aos empregados, consulte a nota explicativa 22 das demonstrações contábeis neste Relatório da Administração.

Programa de Movimentação Interna de Empregados (Mobiliza)

O programa tem o objetivo de compatibilizar as nossas necessidades com os interesses dos empregados, de forma a atender ao Plano de Negócios e Gestão. O Mobiliza oferece aos empregados oportunidades de movimentação interna para áreas que necessitam de efetivo, reduzindo custos com novas admissões. Em 2014, foram movimentados 629 empregados.

Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV)

O objetivo do programa é adequar nosso efetivo aos desafios do PNG. Desenvolvido com base em princípios de gestão do conhecimento, sucessão gerencial e continuidade operacional, para que possamos reter o conhecimento, o PIDV permitiu o desligamento planejado e sistêmico dos empregados inscritos.

O programa contou com 6.831 ações de gestão do conhecimento, sustentadas em projetos e práticas corporativas, como inventários do conhecimento, narrativas, mentorias e rodízios técnicos, entre outras.

O público-alvo do PIDV foram os empregados com idade igual ou superior a 55 anos que se aposentariam até 31 de março de 2014. Dos 12.196 que estavam nessa condição, 8.298 tiveram as inscrições validadas e classificadas em categorias com prazos para desligamento até maio de 2017. Em 2014, 4.936 empregados se desligaram pelo programa.

O total de indenizações e vantagens da Petrobras Controladora foi estimado em R\$ 2,64 bilhões. O retorno financeiro do programa, até 2018, foi previsto em R\$ 12,7 bilhões.

Desenvolvimento de Recursos Humanos

Em 2014, realizamos grandes avanços no nosso modelo de educação corporativa, implementando iniciativas como a criação de laboratórios, simuladores e ambientes virtuais de aprendizagem.

Como parte desse esforço, os aportes no desenvolvimento dos profissionais totalizaram R\$ 236,4 milhões. Tivemos aproximadamente 226 mil participações em cursos de educação continuada no País e no exterior, com média de 65,5 horas de treinamento por empregado. Na área de Exploração e Produção, nossos programas de caráter formativo e prático para o corpo técnico de nível superior registraram mais de 14 mil participações. Para a área de Abastecimento, elaboramos, com apoio da Universidade Petrobras, o Manual de Solução de Problemas de Processos de Refino, que contempla 41 processos e registra experiências relacionadas a questões operacionais das refinarias.



Nas áreas de Segurança, Meio Ambiente, Saúde e Eficiência Energética, promovemos 374 cursos de prevenção de acidentes, com cerca de sete mil participações. Registramos também mais de 31 mil participações em ações de treinamento nas áreas de gestão e de negócios. Cerca de cinco mil empregados foram capacitados em programas de desenvolvimento de competências corporativas e quatro mil gestores participaram de programas de desenvolvimento gerencial.

Gestão do conhecimento

Identificar, criar, preservar, compartilhar e aplicar o saber acumulado são processos que conferem à gestão do conhecimento uma abordagem segura e rentável, em linha com nossas grandes escolhas, que apontam caminhos para alcançarmos a Visão 2030. Para assegurar a retenção e a disseminação de conhecimentos críticos, específicos e estratégicos, contamos com o Programa Mentor Petrobras, do qual participam 1.557 empregados.

Em pesquisa aplicada a empresas de administração pública, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), figuramos entre as cinco melhores companhias em estágio avançado na implantação de práticas de Gestão do Conhecimento, evidenciando a importância desse tema para a nossa estratégia.

Gestão de Ambiência

A Pesquisa de Ambiência é uma etapa fundamental de nosso processo de gestão da ambiência organizacional. Por meio do levantamento das percepções e das expectativas dos empregados, podemos identificar oportunidades de melhorias nas condições e nas relações de trabalho.

Na última edição da pesquisa, a Petrobras controladora registrou um índice de participação de 73,9%, totalizando 41.670 respondentes.

Como resultado, tivemos o aumento do Índice de Satisfação dos Empregados (ISE), que sintetiza os aspectos relacionados ao clima organizacional, em um ponto percentual, atingindo 70%. A meta estipulada era de 69%.

Registramos o mesmo resultado no Nível de Comprometimento com a Empresa (NCE) em 71%, valor que representa a meta estipulada para esta edição da pesquisa.

Informações sobre a prestação de outros serviços que não sejam de auditoria externa pelo auditor independente – Instrução CVM 381/2003

Nossos instrumentos de gestão empresarial são pautados em nossos Código de Ética e Código de Boas Práticas e nas Diretrizes de Governança Corporativa.

O artigo 29 do nosso Estatuto Social determina que os auditores independentes não poderão nos prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria.



Contratamos a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços técnicos especializados em auditoria contábil para os exercícios sociais de 2012, 2013 e 2014.

Durante o exercício de 2014, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes nos prestou os seguintes serviços, incluindo nossas subsidiárias e controladas:

	R\$ mil
Auditoria Contábil	19.157
Auditoria SOX	1.496
Serviços adicionais relacionados à auditoria	373
Auditoria Tributária	775
Total dos serviços	21.801

ANÁLISE FINANCEIRA

A Petrobras apresenta a análise financeira sobre suas demonstrações consolidadas, exceto quando indicado em contrário.

Resumo Econômico-Financeiro

	R\$ milhões		
	2014	2013	2014 x 2013 (%)
Receita de vendas	337.260	304.890	11
Lucro bruto	80.437	69.895	15
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	(21.322)	34.364	(162)
Resultado financeiro líquido	(3.900)	(6.202)	37
EBITDA ajustado – R\$ milhões ¹	59.140	62.967	(6)
Lucro líquido (prejuízo) consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras	(21.587)	23.570	(192)
Lucro (prejuízo) líquido por ação ²	(1,65)	1,81	(191)
Valor de mercado (Controladora)	127.506	214.688	(41)
Margem bruta (%)	24	23	1
Margem operacional (%) ³	(4)	11	(15)
Margem líquida (%)	(6)	8	(14)
Margem do EBITDA ajustado (%) ⁴	18	21	(3)
Ativo Total	793.375	752.967	5
Investimentos, Imobilizado e Intangível	608.248	585.616	4
Endividamento Líquido ⁵	282.089	221.563	27
Patrimônio Líquido	310.722	349.334	(11)
Relação Capital Próprio / Capital de Terceiros líquido ⁶	43/57	49/51	-

¹ A Companhia divulga o EBITDA ajustado conforme Instrução CVM n.º 527 de 4 de outubro de 2012, calculado como sendo o resultado líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, além da participação em investimentos e do impairment. A divulgação do EBITDA ajustado tem como objetivo proporcionar informação suplementar sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, de realização e manutenção de seus investimentos e de cobrir sua necessidade de capital de giro. O EBITDA ajustado não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

² Lucro líquido (prejuízo) por ação calculado com base na média ponderada da quantidade de ações.

³ Para o cálculo foi considerado o lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos, excluindo do cálculo a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente.

⁴ A Margem do EBITDA ajustado é igual ao EBITDA ajustado dividido pela receita de vendas.

⁵ A medida endividamento líquido não está prevista nas normas internacionais de contabilidade – IFRS e não deve ser considerada isoladamente ou em substituição ao endividamento total de longo prazo, calculado de acordo com IFRS. O cálculo do endividamento líquido não deve ser base de comparação com o endividamento líquido de outras empresas, contudo a Administração acredita que é uma informação suplementar que ajuda os investidores a avaliar a liquidez e auxiliar a gestão da alavancagem.

⁶ Capital de terceiros líquido de caixa e aplicações financeiras.



RECONCILIAÇÃO DO EBITDA

R\$ milhões			
	2014	2013	2014 X 2013 (%)
Lucro Líquido (prejuízo)	(21.924)	23.007	(195)
Resultado Financeiro Líquido	3.900	6.202	(37)
Imposto de renda e contribuição social	(3.892)	5.148	(176)
Depreciação, depleção e amortização	30.677	28.467	8
EBITDA	8.761	62.824	(86)
Resultado de participações em investimentos	(451)	(1.095)	59
Impairment	44.636	1.238	-
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	6.194	-	-
EBITDA ajustado	59.140	62.967	(6)

Especificamente em 2014, a Companhia optou por excluir a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente no âmbito da "Operação Lava Jato" do cálculo do EBITDA ajustado, por entender que este item não afeta a geração futura de caixa, assim como a posição atual de caixa da Companhia, contribuindo, dessa forma, para o fornecimento de uma informação mais adequada a respeito de seu potencial de geração bruta de caixa.

PRINCIPAIS COTAÇÕES E PREÇOS MÉDIOS

R\$ milhões			
	2014	2013	2014 x 2013 (%)
Cotações			
Brent (US\$/bbl)	98,99	108,66	(9)
Dólar médio de venda (R\$)	2,35	2,16	9
Dólar final de venda (R\$)	2,66	2,34	13
Variação - Dólar final de venda (%)	13,40	14,60	(1)
Selic - Taxa média (%)	10,86	8,19	3
Indicadores de preços médios			
Derivados básicos - Mercado interno (R\$/bbl)	226,52	209,17	8
Preço de venda - Brasil			
. Petróleo (US\$/bbl) ⁷	87,84	98,19	(11)
. Gás natural (US\$/bbl)	47,93	47,68	1
Preço de venda - Internacional			
. Petróleo (US\$/bbl)	82,93	89,86	(8)
. Gás natural (US\$/bbl)	21,18	21,08	0

⁷ Média dos preços das exportações e dos preços internos de transferência da área de E&P para a área de Abastecimento

Volume de vendas

O volume de vendas no mercado interno foi 4% superior, destacando-se os seguintes produtos:

- Diesel (aumento de 2%) - maior consumo em obras de infraestrutura; crescimento da frota de veículos leves a diesel (van, pick up e SUV) e maior consumo por parte das termelétricas complementares do Sistema Interligado Nacional (SIN);
- Gasolina (aumento de 5%) - crescimento da frota de veículos associado à vantagem do preço da gasolina em relação ao etanol em diversos estados, além do aumento do consumo das famílias. Estes fatores foram parcialmente compensados pelo aumento do teor de etanol anidro na gasolina C de 20% para 25%;
- Óleo combustível (aumento de 21%) - maiores entregas para térmicas



complementares em vários estados do país; e

- Gás natural (aumento de 9%) - maior demanda do setor elétrico.

VOLUME DE VENDAS - mil barris/dia

	2014	2013	2014 x 2013 (%)
Diesel	1.001	984	2
Gasolina	620	590	5
Óleo combustível	119	98	21
Nafta	163	171	(5)
GLP	235	231	2
QAV	110	106	4
Outros	210	203	3
Total de derivados	2.458	2.383	3
Alcoóis, nitrogenados renováveis e outros	99	91	9
Gás natural	446	409	9
Total mercado interno	3.003	2.883	4
Exportação	393	395	(1)
Vendas internacionais	571	514	11
Total mercado externo	964	909	6
Total geral	3.967	3.792	5

Impairment

Mudanças no contexto dos negócios da Companhia, com a redução das receitas operacionais esperadas no futuro devido ao declínio dos preços do petróleo, a desvalorização do Real e o impacto da "Operação Lava Jato", estimularam uma revisão das perspectivas futuras da Companhia e, consequentemente, levaram à necessidade de redução do ritmo de seus investimentos.

Como resultado, a Companhia apurou *impairment* de R\$ 44.636 milhões no exercício de 2014, principalmente em ativos de: i) refino no país (R\$ 30.976 milhões), devido à avaliação dos projetos do 2º trem da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) separadamente da unidade geradora de caixa do refino, tendo em vista a postergação desses projetos por extenso período de tempo, motivada por medidas de preservação do caixa e problemas na cadeia de fornecedores oriundos das investigações da "Operação Lava Jato". As perdas resultaram de problemas no planejamento dos projetos, utilização de taxa de desconto com maior prêmio de risco, postergação da expectativa de entrada de caixa e menor crescimento econômico; ii) exploração e produção de petróleo e gás natural (R\$ 10.002 milhões), reflexo do declínio nos preços do petróleo; e iii) petroquímica (R\$ 2.978 milhões), em decorrência do cenário de redução na demanda e nas margens.

"Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

A Companhia reconheceu no terceiro trimestre de 2014 uma baixa no montante de R\$ 6.194 milhões de gastos capitalizados referente a valores que a Petrobras pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores.



De acordo com depoimentos obtidos no âmbito de investigações criminais conduzidas pelas autoridades brasileiras, que se tornaram públicos a partir de outubro de 2014, altos executivos da Petrobras conspiraram com empreiteiras, fornecedores e outros envolvidos para estabelecer um *cartel* que, entre 2004 e abril de 2012, sistematicamente impôs gastos adicionais nas compras de ativos imobilizados pela Companhia. Dois ex-diretores da Companhia e um ex-gerente executivo, que não trabalham para a Petrobras desde abril de 2012, estavam envolvidos nesse *esquema de pagamentos*. Os valores pagos adicionalmente pela Companhia foram utilizados pelas empreiteiras, fornecedores e intermediários agindo em nome dessas empresas para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, os ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no *esquema de pagamentos indevidos*. A Companhia não realizou qualquer pagamento indevido.

A Petrobras acredita que os valores que foram pagos a mais em decorrência do referido *esquema de pagamentos indevidos* não deveriam ter sido incluídos no custo histórico do seu ativo imobilizado. Contudo, a Companhia não consegue identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Petrobras desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido *esquema de pagamentos indevidos* para determinar o valor das baixas a serem realizadas, representando em quanto seus ativos estão superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

O efeito total dos ajustes por área de negócio é apresentado a seguir:

	R\$ milhões
E&P	1.969
Abastecimento	3.427
Gás & Energia	652
Distribuição	23
Internacional	23
Corporativo	100
Total	<u>6.194</u>

Detalhes da metodologia utilizada para o ajuste bem como outras informações sobre a “Operação Lava Jato” estão disponíveis na nota explicativa 3 das Demonstrações Contábeis.

Resultados Consolidados

A Companhia apresentou um prejuízo consolidado de R\$ 21.587 milhões, que, em relação ao lucro apurado no exercício de 2013, R\$ 23.570 milhões, reflete principalmente os seguintes fatores:

Lucro bruto

Superior em 15% (R\$ 10.542 milhões), com destaque para:

- Receita de vendas de R\$ 337.260 milhões, 11% superior, refletindo:
 - Maiores preços nas vendas de derivados no mercado interno devido aos reajustes de diesel e gasolina em 2013 e em 07 de novembro de 2014 e ao efeito da depreciação cambial (9%) sobre os preços dos derivados atrelados ao mercado internacional, além dos maiores preços de energia e gás natural;
 - Aumento da demanda de derivados no mercado interno (3%), principalmente diesel (2%), gasolina (5%) e óleo combustível (21%), e maior volume de petróleo exportado (12%), parcialmente compensados pela menor exportação de derivados (15%).
- Custo dos produtos vendidos de R\$ 256.823 milhões, 9% superior, retratando:
 - Efeito da depreciação cambial sobre os gastos com importações e participações governamentais;
 - Aumento de 3% no volume de vendas de derivados no mercado interno e maior volume de importação de gás natural liquefeito para atendimento da demanda;
 - Maiores gastos com aquisição de energia elétrica em função do aumento do preço de liquidação das diferenças - PLD.

Prejuízo antes do resultado financeiro, das participações e dos impostos

Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos de R\$ 21.322 milhões, comparado ao lucro de R\$ 34.364 milhões em 2013, decorreu de:

- Impairment de ativos (R\$ 44.636 milhões);
- Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente (R\$ 6.194 milhões);
- Provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico (R\$ 4.511 milhões);
- Baixas dos valores relacionados à construção das refinarias Premium I e II (R\$ 2.825 milhões);
- Provisionamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (R\$ 2.443 milhões);
- Provisão para abandono de áreas (R\$ 1.128 milhões);
- Devolução de campos à ANP (R\$ 610 milhões); e
- Revisão do plano atuarial (R\$ 506 milhões), compensados parcialmente pelo aumento do lucro bruto.

Resultado financeiro líquido

Despesa financeira líquida de R\$3.900 milhões, inferior em R\$ 2.302 milhões decorrente de:

- Redução da perda cambial sobre a menor exposição passiva líquida em dólar;
- Ganho cambial decorrente da valorização do dólar em relação a outras moedas, principalmente ao euro;
- Atualização monetária de contingência ativa referente aos valores de PIS e COFINS recolhidos indevidamente sobre receitas financeiras no período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2002;
- Atualização monetária dos contratos de confissão de dívida referentes aos recebíveis do setor elétrico; e
- Maiores despesas com juros devido à elevação do endividamento.

Parte desses efeitos foi compensada por maiores despesas com juros devido à elevação do endividamento.

Resultado por Área de Negócio

A Petrobras é uma companhia que opera de forma integrada, sendo que a maior parte da produção de petróleo e gás é oriunda da área de Exploração e Produção, e transferida para outras áreas da Companhia.

Na apuração dos resultados por área de negócio são consideradas as transações realizadas com terceiros e entre empresas do Sistema Petrobras, além das transferências entre as áreas de negócio valoradas por preços internos de transferência definidos através de metodologias fundamentadas em parâmetros de mercado.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA PETROBRAS

	R\$ milhões		
	2014	2013	2014 x 2013 (%)
E&P	32.264	42.213	(24)
Abastecimento	(38.927)	(17.734)	120
Gás & Energia	(936)	1.256	(175)
Biocombustível	(298)	(254)	17
Distribuição	1.185	1.813	(35)
Internacional	(3.204)	3.648	(188)

Exploração e produção

A redução do lucro líquido decorreu do *impairment*, da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente, do provisionamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), da provisão para abandono de áreas, das baixas de ativos por devolução de campos e dos maiores gastos com depreciação de equipamentos, manutenção e intervenção de poços, afretamentos de plataformas, materiais e pessoal, além do fato do ano anterior ter sido beneficiado pelo ganho obtido com a venda da participação total no projeto offshore Parque das Conchas (BC-10). Estes fatores foram compensados parcialmente pelo aumento da produção de petróleo e LGN (5%).

O spread entre o preço médio do petróleo nacional vendido/transferido e a cotação média do Brent aumentou de US\$ 10,47/bbl em 2013 para US\$ 11,15/bbl em 2014.

Abastecimento

O aumento do prejuízo decorreu do *impairment*, da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente, das baixas dos valores relacionados à construção das refinarias *Premium I e II* e do provisionamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), compensados parcialmente pelos maiores preços médios de realização de derivados, em função dos reajustes nos preços do diesel e da gasolina ao longo de 2013 e em 2014, e pela maior produção de derivados (2%).

Gás e energia

O prejuízo decorreu dos maiores custos com importação de GNL e de gás natural para atender a demanda do setor termelétrico, do reconhecimento do acordo referente à execução do contrato de importação de gás natural boliviano, bem como da provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico, da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente e do provisionamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). Estes fatores foram compensados parcialmente pelos maiores preços médios de realização de energia elétrica, em função do menor nível dos reservatórios e consequente elevação do PLD, e do ganho obtido com a venda da participação total na empresa Brasil PCH S/A (R\$ 646 milhões).

Biocombustível

O aumento do prejuízo decorreu, principalmente, das maiores perdas com participações em investidas do setor de biodiesel e do provisionamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução das perdas nas operações de biodiesel e pelo menor ajuste ao valor de mercado dos estoques.

Distribuição

A redução do lucro líquido decorreu das maiores despesas de vendas devido à provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico, bem como do provisionamento do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), compensados parcialmente pelo aumento no volume de vendas (7%) e pela maior margem média de comercialização de combustíveis (6%).

Internacional

O prejuízo decorreu do *impairment* referentes às atividades de E&P nos EUA e Bolívia e de refino no Japão, ocasionada principalmente pela redução dos preços internacionais de petróleo e derivados, além da provisão para perdas em investimentos na Venezuela, Equador e África. Além disso, houve maior provisão para redução a valor de mercado dos estoques no Japão e menor lucro bruto, principalmente nas operações de E&P, decorrente dos

desinvestimentos ocorridos e da redução do preço das commodities. Houve ainda o ganho apurado em 2013 com a venda de 50% da participação societária nas empresas da África. Esses efeitos foram em parte compensados pelos ganhos provenientes das vendas de ativos no Peru e de ativos terrestres na Colômbia, concluídas em 2014.

Liquidez e Recursos de Capital

FLUXOS DE CAIXA

Disponibilidades ajustadas no início do período ⁸	
Títulos públicos federais no início do período	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	
Recursos gerados pelas atividades operacionais	
Recursos utilizados em atividades de investimento	
Investimentos em área de negócios	
Recebimentos pela venda de ativos (desinvestimentos)	
Investimentos em títulos e valores mobiliários	
(=) Fluxo de caixa líquido	
Financiamentos líquidos	
Captações	
Amortizações	
Dividendos pagos a acionistas	
Participação de acionistas não controladores	
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	
Títulos públicos federais no fim do período	
Disponibilidades ajustadas no fim do período ⁸	

R\$ milhões	
2014	2013
46.257	48.497
(9.085)	(20.869)
37.172	27.628
62.241	56.210
(85.208)	(76.674)
(81.795)	(98.038)
9.399	8.383
(12.812)	12.981
(22.967)	(20.464)
35.134	33.176
72.871	83.669
(37.737)	(50.493)
(8.735)	(5.776)
(250)	(137)
3.885	2.745
44.239	37.172
24.707	9.085
68.946	46.257

⁸ A medida disponibilidades ajustadas inclui investimentos em títulos governamentais e aplicações financeiras no exterior em Time Deposits de instituições financeiras de primeira linha com vencimentos superiores a 3 meses a partir da data de aplicação, considerando a expectativa de realização desses investimentos no curto prazo. A medida disponibilidades ajustadas não está prevista nas normas internacionais de contabilidade, não devendo ser considerada isoladamente ou em substituição ao caixa e equivalentes de caixa apurados em IFRS. Além disso, a medida disponibilidades ajustadas não deve ser base de comparação com as disponibilidades ajustadas de outras empresas, contudo a Administração acredita que é uma informação suplementar que ajuda os investidores a avaliar a liquidez e auxilia a gestão da alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou 19% em relação a 31 de Dezembro de 2013 e as disponibilidades ajustadas cresceram 49%. A principal necessidade de recursos em 2014 foi para financiar os investimentos em áreas de negócio e pagamento de dividendos. Tais recursos foram proporcionados por uma geração de caixa operacional de R\$ 62.241 milhões, captações líquidas no montante de R\$ 35.134 milhões e desinvestimentos de R\$ 9.399 milhões.

A geração operacional de caixa operacional aumentou 11% em relação a 2013, principalmente motivada pelo aumento no lucro bruto e redução dos estoques (R\$ 5.979 milhões). Os investimentos nos negócios da Companhia foram 17% inferiores em 2014, com destaque para o recuo nos investimentos nas áreas de abastecimento (R\$ 10.272 milhões) e E&P (R\$ 3.743 milhões). Os recursos oriundos da venda de ativos atingiram R\$ 9.399 milhões, com destaque para a venda das empresas Petrobras Energia Peru, Brasil PCH, Innova e Gasmig. O volume de captações realizadas em 2014, líquidas de amortizações, foi de R\$ 35.134 milhões, destacando as emissões de notes no mercado de capitais de U.S.\$ 13,6 bilhões, além das captações de longo prazo no mercado bancário no Brasil e no exterior.

A capacidade de a Companhia investir seus recursos disponíveis tem sido limitada pela redução das receitas operacionais esperadas no futuro devido ao declínio dos preços do petróleo e em função da desvalorização do Real, que faz com que a necessidade de caixa para cumprir com o serviço de suas dívidas em moeda estrangeira no curto prazo aumente. Além



disso, por diversas razões, incluindo o ambiente econômico atual do Brasil, a Petrobras não tem sido capaz de acessar o mercado de capitais. Como resultado, a Companhia recentemente decidiu postergar projetos que foram impactados por complicações decorrentes de insolvência de fornecedores, além da carência de fornecedores qualificados disponíveis (resultante principalmente das investigações da Operação Lava Jato).

Em sua estratégia de ampliação de fontes de financiamento e como alternativa ao contexto atual, a Companhia tem buscado acesso ao mercado bancário asiático e, ao longo de 2015, considera utilizar fontes tradicionais de financiamento (bancos, ECAs e mercado de capitais) para captar os recursos necessários. Além disso, o programa de desinvestimento de US\$ 13,7 bilhões contribuirá para o suprimento das necessidades de liquidez.

Endividamento

O endividamento consolidado, referente a empréstimos e financiamentos no país e no exterior, atingiu R\$ 351.035 milhões, conforme demonstrado a seguir:

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

	R\$ milhões		
	31.12.2014	31.12.2013	Δ%
Endividamento curto prazo ⁹	31.565	18.782	68
Endividamento longo prazo ¹⁰	319.470	249.038	28
Total	351.035	267.820	31
Disponibilidades	44.239	37.172	19
Títulos públicos federais e Time Deposits (vencimento superior a 3 meses)	24.707	9.085	172
Disponibilidades ajustadas	68.946	46.257	49
Endividamento líquido	282.089	221.563	27
Endividamento líquido/(endividamento líquido+patrimônio líquido)	48%	39%	9
Passivo total líquido ¹¹	724.429	706.710	3
Estrutura de capital (capital de terceiros líquido / passivo total líquido)	57%	51%	6
Índice de Dívida Líquida/EBITDA ajustado	4,77	3,52	36

	U.S.\$ milhões		
	31.12.2014	31.12.2013	Δ%
Endividamento curto prazo	11.884	8.017	48
Endividamento longo prazo	120.274	106.308	13
Total	132.158	114.325	16
Endividamento líquido	106.201	94.579	12

⁹ Inclui Arrendamentos Mercantis Financeiros (R\$ 42 milhões em 31.12.2014 e R\$ 38 milhões em 31.12.2013).

¹⁰ Inclui Arrendamentos Mercantis Financeiros (R\$ 148 milhões em 31.12.2014 e R\$ 171 milhões em 31.12.2013).

¹¹ Passivo total líquido das disponibilidades ajustadas.

O endividamento líquido do Sistema Petrobras em Reais aumentou 27% em relação a 31.12.2013, em decorrência de captações de longo prazo e do impacto da depreciação cambial de 13,4%.

Obrigações Contratuais

A tabela a seguir resume nossas obrigações contratuais e os compromissos pendentes consolidados em 31.12.2014:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Itens do balanço patrimonial: ¹²

Obrigações de dívida
Com transferência de benefícios, riscos e controles de bens
Provisão de Abandono

Total dos itens do balanço patrimonial

Outros compromissos contratuais

Gás natural ship or pay
Serviços contratados
Compromisso de compra de GN
Sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens
Compromissos de compra

Total de outros compromissos

Total

R\$ milhões			
Pagamentos com vencimento por Período			
Total	2015	2016-2019	2020 em diante
350.845	31.523	176.645	142.677
190	12	41	137
21.958	1.181	1.580	19.197
372.993	32.716	178.266	162.011
10.529	1.876	7.433	1.220
240.374	77.278	100.078	63.018
27.311	4.714	17.396	5.201
314.505	38.898	102.262	173.345
84.951	43.446	38.893	2.612
677.670	166.212	266.062	245.396
1.050.663	198.928	444.328	407.407

¹² Não inclui obrigações com benefícios pós-emprego. Consulte nota explicativa nº 22 das Demonstrações Contábeis

Ativos e Passivos sujeitos à Variação Cambial

A Companhia possui ativos e passivos sujeitos a variações de moedas estrangeiras, cuja principal exposição é o real em relação ao dólar norte-americano. A partir de meados de maio de 2013 a Companhia adotou a contabilidade de hedge para proteção de exportações futuras altamente prováveis.

Em 31 de dezembro de 2014, estavam designados, como instrumentos de proteção, obrigações no montante de US\$ 50.858 milhões (R\$ 135.088 milhões), correspondendo a 70% da exposição cambial, conforme quadro abaixo:

MOVIMENTAÇÃO DO VALOR DE REFERÊNCIA (PRINCIPAL)

Designação em 31 de dezembro de 2013
Designação de instrumento de proteção
Realização por exportações
Amortização de endividamento
Valor em 31 de dezembro de 2014

US\$ milhões
40.742
22.330
(5.764)
(6.450)
50.858

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de variação cambial registrado em "outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido, foi de de R\$ 26.670 milhões (R\$ 17.602 milhões líquido, de IR Diferido).

Os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de subsidiárias e controladas no exterior não são inseridos na exposição abaixo, quando realizados em moedas equivalentes às suas respectivas moedas funcionais. Em 31 de dezembro de 2014, a exposição líquida da Companhia é passiva. Portanto, uma apreciação do Real frente às demais moedas gera receita de variação cambial, enquanto que uma depreciação do Real representa uma despesa de variação cambial.



ITENS

Ativo
Passivo
Hedge Accounting
Total

R\$ milhões	
31.12.2014	31.12.2013
30.600	16.853
(222.279)	(150.581)
135.088	95.443
(56.591)	(38.285)

Impostos e Participações Governamentais

A contribuição econômica da Petrobras, medida por meio da geração de impostos, taxas e contribuições sociais correntes, totalizou R\$ 71.247 milhões.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	R\$ milhões		
	2014	2013	2014 x 2013 (%)
ICMS	47.991	43.383	11
PIS/COFINS	16.183	15.851	2
Imposto de Renda e C.S.s/lucro	(5.635)	4.580	(223)
Outros	6.153	4.773	29
Subtotal País	64.692	68.587	(6)
Contribuição Econômica - Exterior	6.555	6.135	7
Total	71.247	74.722	(5)

A estabilidade nas participações governamentais no País, refletiu o efeito da queda de 2%, no preço médio de referência do petróleo nacional, sendo R\$/bbl 203,41 (US\$/bbl 87,14) no período de janeiro a dezembro de 2014, contra R\$/bbl 208,40 (US\$/bbl 96,59) no mesmo período de 2013, que compensou os efeitos do aumento da produção.

PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

	R\$ milhões		
	2014	2013	2014 x 2013 (%)
País			
Royalties	15.474	15.057	3
Participação Especial	14.803	15.161	(2)
Retenção de área	164	170	(4)
Subtotal País	30.441	30.388	-
Exterior	1.148	913	26
Total	31.589	31.301	1

GLOSSÁRIO:

Bioeletricidade: energia elétrica gerada a partir de matéria prima biológica renovável (biomassa). A bioeletricidade da Petrobras Biocombustível é produzida em complexos de geração elétrica anexos a usinas de etanol, que utilizam o bagaço da cana-de-açúcar como insumo na produção de energia.

Bioprodutos: também chamados de químicos renováveis, são produtos comerciais obtidos de matéria prima biológica renovável (biomassa), por meio de processos dedicados (ex: plásticos verdes) ou como coprodutos do processo de fabricação de biocombustíveis (ex: glicerina e ácidos orgânicos).



BioQAV: querosene de aviação produzido a partir de matérias-primas renováveis e que permite mistura com o querosene derivado de petróleo (atualmente, autorizada em até 50%) sem exigir mudanças operacionais e de projeto das turbinas.

Boe/d: barris de óleo equivalente por dia.

Brent: óleo usado como uma das principais referências do mercado internacional de petróleo. Os contratos de Brent Datado ou seus derivativos no mercado financeiro referenciam vários contratos de compra e venda de petróleo no mundo.

Ciclo combinado: turbinas a gás e a vapor associadas em uma única planta, ambas gerando energia elétrica a partir da queima do mesmo combustível. Para isso, o calor existente nos gases de exaustão das turbinas a gás é recuperado, produzindo o vapor necessário para o acionamento da turbina.

Ciclo simples: turbina operando isoladamente.

Completação: fase da exploração do petróleo na qual se instala, no poço, o equipamento necessário para trazer à superfície, controladamente, os fluidos desejados e permitir a instalação de equipamentos de monitoração no poço.

Completação inteligente: conjunto de operações destinadas a revestir e equipar o poço para produção ou injeção de água ou de gás, utilizando-se diferentes sensores de monitoramento de poço e válvulas com atuação remota para controle da vazão produzida ou injetada.

Condensado: mistura de hidrocarbonetos em estado gasoso no reservatório que torna-se líquida na superfície, em condições atmosféricas normais.

Destilados médios: produtos feitos a partir do petróleo como óleo diesel, querosene, naftas e querosene de aviação.

Diesel S-10: combustível com 10 ppm (partes por milhão), tipo Euro V (de elevada qualidade e baixíssimo teor de enxofre) e que segue especificações internacionais.

Etanol de segunda geração (2G): etanol de resíduos agrícolas, obtido por meio da fermentação dos açúcares contidos na estrutura celulósica do bagaço de cana-de-açúcar. O produto final é quimicamente idêntico ao etanol de 1ª geração (de milho) ou avançado (de cana). O diferencial desta tecnologia é aumentar a produção de etanol no mesmo hectare de terra, com grande redução de emissão de CO₂ em comparação aos biocombustíveis de primeira geração.

FPSO: navio com capacidade para produzir, armazenar e escoar petróleo e/ou gás natural para navios aliviadores.

Shale oil/gas: engloba indistintamente todas as rochas geradoras (folhelhos silticos, folhelhos silicosos, siltitos argilosos e margas) que se comportam como fonte, reservatório e selo de petróleo. Sua produção demanda o emprego de fraturamento hidráulico.



Gás natural rico (ou úmido): gás com compostos mais pesados que o propano, constituído pelas frações de GLP e gasolina natural.

Gasóleo leve: uma das frações intermediárias do petróleo. Na torre de destilação atmosférica as frações se subdividem de acordo com seu ponto de ebulição. As frações intermediárias do petróleo, como gasóleo leve, querosene e gasolina, saem na parte do meio da torre de destilação atmosférica.

Gasolina A: combustível produzido em refinarias e composto 100% por petróleo.

Gasolina C: gasolina com adição de etanol anidro, destinada ao consumidor final.

Green Diesel: diesel produzido a partir de matérias-primas renováveis e que pode ser misturado em qualquer proporção com o derivado de petróleo sem exigir mudança nos motores. O processo de produção de *green diesel* da Petrobras Biocombustível em parceria com a Galp gera um combustível limpo e similar em termos energéticos ao diesel derivado de petróleo.

Impairment: perda no valor de recuperação de ativos.

Índice de reposição de reservas: mede a reposição da produção por adições de reservas, extensões, revisões de estimativas ou aprimoramento de recuperação.

Índice de reserva/produção: mede a longevidade das reservas provadas atuais considerando constante o nível de produção.

Intermediário: óleo que sofreu algum processo de refino mas ainda não é produto final. Assim, é refinado (processado) mais uma vez, até que se transforme em derivado.

Master Sales Agreement: contrato não vinculante que contém os termos e condições gerais para a compra e venda de gás natural liquefeito.

Óleo-lucro: volume de óleo produzido deduzido aquele necessário para pagar os custos e impostos.

Plano de Avaliação de Descoberta (PAD): documento contendo o conjunto de operações a serem realizadas numa área onde ocorreu uma descoberta para avaliar a sua viabilidade econômica. Um PAD deve ser submetido pelo concessionário para aprovação da Agência Reguladora da Indústria de Petróleo e Gás.

Reexportação: operação na qual uma carga de gás natural liquefeito é importada e posteriormente exportada do país.

Ring fence: área de exploração contígua a um campo onde já houve descobertas anteriores.

Selo Combustível Social: concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para o produtor de biodiesel que usa matéria-prima proveniente de agricultura familiar.



Tight Oil: petróleo produzido a partir do folhelho ou qualquer outra rocha com permeabilidade muito baixa, utilizando técnicas similares à da produção de gás de xisto, como a perfuração horizontal ou o fraturamento hidráulico. A produção de *tight oil* é considerada um tipo não convencional de produção de petróleo.

WTI: a sigla WTI significa West Texas Intermediate e é usada para designar a corrente que reúne a produção convencional terrestre de petróleos leves e de baixo teor de enxofre da região do PADD3, nos Estados Unidos. O WTI é uma das principais referências para contratos de compra e venda de petróleo na Bacia do Atlântico e é tratado como uma referência global para o mercado de petróleo.



25.

3572-3613



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
em 31 de dezembro de 2014 e 2013



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Balanco Patrimonial.....	5
Demonstração de Resultado	6
Demonstração de Resultados Abrangentes.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Notas explicativas	11
1. A Companhia e suas operações	11
2. Base de apresentação das demonstrações contábeis.....	11
3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia.....	12
4. Sumário das principais práticas contábeis.....	21
5. Estimativas e julgamentos relevantes.....	32
6. Novas normas e interpretações.....	38
7. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	40
8. Contas a receber	41
9. Estoques.....	43
10. Vendas e incorporações de ativos.....	43
11. Investimentos	46
12. Imobilizado	51
13. Intangível	54
14. Redução ao valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	56
15. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	61
16. Fornecedores	62
17. Financiamentos	62
18. Arrendamentos mercantis	65
19. Partes relacionadas.....	66
20. Provisões para desmantelamento de áreas	70
21. Tributos.....	71
22. Benefícios concedidos a empregados	74
23. Patrimônio líquido	83
24. Receita de vendas	86
25. Outras despesas líquidas	86
26. Despesas por natureza.....	87
27. Resultado financeiro líquido.....	88
28. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	88
29. Informações por segmento.....	89
30. Processos judiciais e contingências	93
31. Compromisso de compra de gás natural.....	98
32. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo.....	98
33. Gerenciamento de riscos.....	98
34. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	105
35. Eventos subsequentes	106
Informação Complementar	108
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.....	122
Parecer do Conselho Fiscal.....	123
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes	124

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas



Aos Administradores e Acionistas

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (a "Companhia" ou "Petrobras") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas



Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Base de preparação

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à manutenção do saldo de ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008, o qual foi integralmente amortizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase – Efeitos da Operação Lava Jato nas operações da Companhia

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da “Operação Lava-Jato” sobre a Companhia, abrangendo:

- (i) a baixa contábil de R\$ 6.194 milhões nas demonstrações contábeis consolidadas (R\$ 4.788 milhões nas demonstrações contábeis individuais) referentes a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados;
- (ii) as providências que estão sendo adotadas em relação ao tema, incluindo as investigações internas que vêm sendo conduzidas por escritórios de advocacia, sob a direção de um Comitê Especial constituído pela Companhia; e
- (iii) a investigação que vem sendo conduzida pela Securities and Exchange Commission – SEC.

Chamamos também a atenção para a nota explicativa 30.2 às demonstrações contábeis, que descreve a proposição de ações judiciais contra a Companhia, para as quais uma possível perda ou intervalo possível de perdas não podem ser estimados em função do estágio preliminar em que se encontram.

Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2015

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	2013	2014	2013
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	44.239	37.172	5.325	7.917
Titulos e valores mobiliários	7	24.763	9.101	15.241	22.752
Contas a receber, líquidas	8	21.167	22.652	17.783	16.301
Estoques	9	30.457	33.324	24.461	27.476
Imposto de renda e contribuição social	21.1	2.823	2.484	1.297	1.468
Impostos e contribuições	21.1	7.300	9.162	5.609	7.813
Adiantamento a fornecedores		1.123	1.600	923	1.407
Outros ativos circulantes		3.138	2.218	1.965	1.565
		135.010	117.713	72.604	86.699
Ativos classificados como mantidos para venda	10.2	13	5.638	10	781
		135.023	123.351	72.614	87.480
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	8	14.441	10.616	10.671	4.453
Titulos e valores mobiliários	7	290	307	249	257
Depósitos judiciais	30.1	7.124	5.866	5.927	4.826
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	2.673	2.647		
Impostos e contribuições	21.1	10.645	12.603	8.943	10.899
Adiantamento a fornecedores		6.398	7.566	1.056	2.172
Outros ativos realizáveis a longo prazo		8.533	4.395	8.206	3.723
		50.104	44.000	35.052	26.330
Investimentos	11	15.282	15.615	82.481	83.497
Imobilizado	12	580.990	533.880	437.150	402.567
Intangível	13	11.976	36.121	9.108	33.289
Diferido			-	-	10
		658.352	629.616	563.791	545.693
		793.375	752.967	636.405	633.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	2013	2014	2013
Circulante					
Fornecedores	16	25.924	27.922	26.575	25.961
Financiamentos	17	31.523	18.744	48.594	46.627
Arrendamentos mercantis financeiros	18	42	38	1.609	1.784
Imposto de renda e contribuição social	21.1	657	659		-
Impostos e contribuições	21.1	10.796	10.938	9.507	9.734
Dividendos propostos	23.5	-	9.301	-	9.301
Salários, férias, encargos e participações		5.489	4.806	4.695	4.127
Planos de pensão e saúde	22	2.115	1.912	2.026	1.820
Outras contas e despesas a pagar		6.113	5.691	2.727	2.695
		82.659	80.011	95.733	102.049
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda	10.2	-	2.514	-	-
		82.659	82.525	95.733	102.049
Não Circulante					
Financiamentos	17	319.322	248.867	151.399	105.737
Arrendamentos mercantis financeiros	18	148	171	4.293	5.959
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	8.052	23.206	9.062	24.259
Planos de pensão e saúde	22	43.803	27.541	41.108	26.077
Provisão para processos judiciais	30.1	4.091	2.918	3.338	2.280
Provisão para desmantelamento de áreas	20	21.958	16.709	20.630	15.320
Outras contas e despesas a pagar		2.620	1.696	1.994	3.352
		399.994	321.108	231.824	182.984
		482.653	403.633	327.557	285.033
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	23.1	205.432	205.411	205.432	205.411
Transações de capital		(646)	737	(430)	1.048
Reservas de lucros		127.438	149.036	127.222	148.925
Outros resultados abrangentes		(23.376)	(7.244)	(23.376)	(7.244)
		308.848	347.940	308.848	348.140
Participação dos acionistas não controladores		1.874	1.394	-	-
		310.722	349.334	308.848	348.140
		793.375	752.967	636.405	633.173



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Nota	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
24	337.260	304.890	269.568	237.405
	(256.823)	(234.995)	(208.174)	(187.124)
	80.437	69.895	61.394	50.281
15	(15.974)	(10.601)	(17.430)	(12.964)
	(11.223)	(10.751)	(7.983)	(7.481)
	(7.135)	(6.445)	(6.720)	(6.056)
	(2.589)	(2.428)	(2.562)	(2.389)
	(1.801)	(1.721)	(1.045)	(949)
14	(44.636)	(1.238)	(34.814)	58
3	(6.194)	-	(4.788)	-
25	(12.207)	(2.347)	(15.436)	(6.794)
	(101.759)	(35.531)	(90.778)	(36.575)
	(21.322)	34.364	(29.384)	13.706
27	(3.900)	(6.202)	(3.737)	(2.071)
	4.634	3.911	3.312	3.778
	(9.255)	(5.795)	(5.804)	(2.856)
	721	(4.318)	(1.245)	(2.993)
11.3	451	1.095	3.730	14.094
22.7	(1.045)	(1.102)	(856)	(908)
	(25.816)	28.155	(30.247)	24.821
21.3	3.892	(5.148)	8.555	(1.413)
	(21.924)	23.007	(21.692)	23.408
23.6	(21.587)	23.570	(21.692)	23.408
	(337)	(563)	-	-
	(21.924)	23.007	(21.692)	23.408
	(1,65)	1,81	(1,66)	1,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhões de reais)



	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo)	(21.924)	23.007	(21.692)	23.408
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	(13.724)	15.636	(12.908)	14.415
Imposto diferido	2.695	(4.647)	2.540	(4.364)
	(11.029)	10.989	(10.368)	10.051
Itens que poderão ser reclassificados para resultado:				
Ajustes acumulados de conversão	4.721	3.103	-	-
Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa - exportações				
Reconhecidos no patrimônio líquido	(15.650)	(13.384)	(13.918)	(12.199)
Transferidos para o resultado	1.673	692	1.344	624
Imposto diferido	4.752	4.315	4.275	3.199
	(9.225)	(8.377)	(8.299)	(8.376)
Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa - demais operações				
Reconhecidos no patrimônio líquido	14	23	-	-
Transferidos para o resultado	2	22	-	-
Imposto diferido	-	(1)	-	-
	16	44	-	-
Resultados não realizados em títulos disponíveis para a venda				
Reconhecidos no patrimônio líquido	-	(1)	-	(1)
Transferidos para o resultado	-	(90)	-	-
Imposto diferido	-	31	-	-
	-	(60)	-	(1)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas	(647)	(573)	2.545	3.469
Outros resultados abrangentes total	(16.164)	5.126	(16.122)	5.143
Resultado abrangente total	(38.088)	28.133	(37.814)	28.551
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas da Petrobras	(37.709)	28.712	-	-
Acionistas não controladores	(379)	(578)	(37.814)	28.551
Resultado abrangente total	(38.088)	28.134	(37.814)	28.551

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	(21.587)	23.570	(21.692)	23.408
Ajustes para:				
Resultado dos acionistas não controladores	(337)	(563)	-	-
Despesa atuarial de planos de pensão e saúde	4.773	5.515	4.225	5.046
Resultado de participações em investimentos	(451)	(1.095)	(3.730)	(14.094)
Depreciação, depleção e amortização	30.677	28.467	22.518	21.474
Perda na recuperação de ativos - Impairment	44.636	1.238	34.814	(58)
Ajuste a valor de mercado dos estoques	2.461	1.269	493	382
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	5.555	157	4.401	60
Baixa de poços secos	5.048	4.169	4.828	4.040
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	6.194	-	4.788	-
Resultado com alienações/baixas de ativos, áreas devolvidas e projetos cancelados	743	(3.835)	4.282	(89)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e outras	8.461	7.027	6.254	4.231
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(8.025)	323	(8.555)	1.413
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	(5.929)	(2.693)	(5.712)	(3.797)
Estoques	1.378	(4.601)	2.542	(2.989)
Outros ativos	(6.466)	(631)	(7.582)	(1.163)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(2.982)	2.516	856	(2.252)
Impostos, taxas e contribuições	(3.171)	(3.000)	(2.513)	(2.489)
Planos de pensão e de saúde	(1.967)	(1.724)	(1.867)	(1.580)
Outros passivos	3.230	101	2.618	325
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	62.241	56.210	40.968	31.868
Atividades de Investimentos				
Aquisições de imobilizados e intangíveis	(81.909)	(97.925)	(60.873)	(70.470)
Adições (redução) em investimentos	(787)	(429)	685	(14.569)
Recebimentos pela venda de ativos	9.399	8.383	2.194	2.643
Resgate (investimentos) em títulos e valores mobiliários	(12.812)	12.981	9.139	2.125
Dividendos recebidos	901	316	3.506	2.978
Recursos líquidos gerados/(utilizados) nas atividades de investimentos	(85.208)	(76.674)	(45.349)	(77.293)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Participação de acionistas não controladores	(250)	(137)	-	-
Captações	72.871	83.669	92.540	107.383
Amortizações de principal	(23.628)	(39.560)	(76.329)	(62.214)
Amortizações de juros	(14.109)	(10.933)	(5.687)	(3.444)
Dividendos pagos a acionistas	(8.735)	(5.776)	(8.735)	(5.776)
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamentos	26.149	27.263	1.789	35.949
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	3.885	2.745		
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	7.067	9.544	(2.592)	(9.476)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.172	27.628	7.917	17.393
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	44.239	37.172	5.325	7.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Outros resultados abrangentes						Reservas de Lucros				Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Ativo diferido	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Ajuste acumulado de conversão	Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Hedge de fluxo de caixa de exportação	Outros resultados abrangentes e custo atribuído	Legal	Estatutária	Incentivos fiscais	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados			
Saldo em 1º de janeiro de 2013	205.392	939	2.078	(14.505)		50	15.354	3.476	1.412	114.739	(154)	328.781	(360)	330.775
Aumento de capital com reservas	19					(12.377)			(19)		134.827	328.781	(360)	330.775
Realização de custo atribuído						(10)					10	-	-	-
Mudança de participação em controladas		109										109	(2)	(131)
Lucro líquido											23.408	23.408	162	23.007
Outros resultados abrangentes			3.118	10.989	(8.376)	(588)					5.143	-	(15)	5.128
Destinações:														
Apropriações do lucro líquido em reservas							1.170	1.027	21	11.745	(13.963)	-	-	-
Dividendos											(9.301)	(9.301)	-	(9.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	205.411	1.048	5.196	(3.516)	(8.376)	(548)	16.524	4.503	1.414	126.484	-	348.140	(200)	349.334
Aumento de capital com reservas	21					(7.244)			(21)		148.925	348.140	(200)	349.334
Realização de custo atribuído						(10)					10	-	-	-
Mudança de participação em controladas		(1.478)										(1.478)	95	(340)
Lucro líquido (prejuízo)											(21.692)	(21.692)	105	(21.924)
Outros resultados abrangentes			4.763	(11.029)	(9.225)	(631)					(16.122)	-	(42)	(16.164)
Destinações:														
Absorção do prejuízo líquido em reservas										(21.682)	21.682	-	-	-
Dividendos											-	-	(184)	(184)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	205.432	(430)	9.959	(14.545)	(17.601)	(1.189)	16.524	4.503	1.393	104.802	-	308.848	-	310.722
	205.432	(430)				(23.376)					127.222	308.848	-	310.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhões de reais)



	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	425.341	387.775	346.278	309.059
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(5.555)	(157)	(4.401)	(60)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	82.389	91.340	68.223	68.620
	502.175	478.958	410.100	377.619
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas e produtos para revenda	(136.809)	(129.705)	(108.578)	(98.056)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(114.879)	(107.368)	(97.797)	(87.702)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(26.199)	(23.021)	(24.340)	(21.470)
Reversão/perdas no valor de recuperação de ativos - Impairment	(44.636)	(1.238)	(34.814)	58
Ajuste ao valor de mercado dos estoques	(2.461)	(1.269)	(493)	(382)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	(6.194)	-	(4.788)	-
	(331.178)	(262.601)	(270.810)	(207.552)
Valor adicionado bruto	170.997	216.357	139.290	170.067
Depreciação, depleção e amortização	(30.677)	(28.467)	(22.518)	(21.474)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	140.320	187.890	116.772	148.593
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	451	1.095	3.730	14.094
Recetas financeiras - inclui variações monetária e cambial	5.355	3.911	6.080	5.536
Aluguéis, royalties e outros	314	225	809	749
	6.120	5.231	10.619	20.379
Valor adicionado a distribuir	146.440	193.121	127.391	168.972
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Remuneração direta				
Salários	18.832	17.658	14.973	13.422
Participações nos lucros ou resultados	1.045	1.102	856	908
	19.877	18.760	15.829	14.330
Benefícios				
Vantagens (**)	3.661	1.070	3.106	702
Plano de aposentadoria e pensão	3.004	4.107	2.606	3.800
Plano de saúde	3.253	2.474	2.788	2.258
	9.918	7.651	8.500	6.760
FGTS	1.234	1.139	1.093	1.005
	31.029	27.550	25.422	22.095
Tributos				
Federais (**)	47.599	55.600	40.475	49.795
Estaduais	48.021	43.415	29.313	27.320
Municipais	431	247	237	104
No exterior (**)	6.785	6.796	-	-
	102.836	106.058	70.025	77.219
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	17.705	18.613	17.628	14.147
Despesas de aluguel e afretamento	16.794	17.893	36.008	32.103
	34.499	36.506	53.636	46.250
Acionistas				
Dividendos e/ou Juros sobre capital próprio	-	9.301	-	9.301
Resultado dos acionistas não controladores	(337)	(563)	-	-
Lucros (prejuízos) retidos	(21.587)	14.269	(21.692)	14.107
	(21.924)	23.007	(21.692)	23.408
Valor adicionado distribuído	146.440	193.121	127.391	168.972

(*) Inclui participações governamentais.

(**) Em 2014, inclui R\$ 2.443 no Consolidado, referentes a gastos com Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV (R\$ 2.285 na Controladora), conforme nota 22.8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1. A Companhia e suas operações

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras dedica-se, diretamente ou por meio de suas subsidiárias e controladas (denominadas, em conjunto, "Petrobras" ou a "Companhia" ou "Sistema Petrobras"), à pesquisa, lavra, refino, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, distribuição e comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

2. Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis incluem:

Demonstrações contábeis consolidadas

- As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações contábeis individuais

- As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido que foi integralmente amortizado em 31 de dezembro de 2014, conforme previsto no CPC 43 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 651/10. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 4.1.1.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22 de abril de 2015, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.



2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Petrobras e de suas controladas no Brasil é o real. A moeda funcional da maior parte das controladas que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano. A Petrobras Argentina S.A. tem o peso argentino como moeda funcional.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, que atuam em ambiente econômico estável com moeda funcional distinta da Controladora são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia

A Companhia reconheceu no terceiro trimestre de 2014 uma baixa no montante de R\$ 6.194 (R\$ 4.788 na Controladora) de gastos capitalizados, referente a valores que a Petrobras pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores.

De acordo com depoimentos obtidos no âmbito de investigações criminais conduzidas pelas autoridades brasileiras, que se tornaram públicos a partir de outubro de 2014, altos executivos da Petrobras entraram em conluio com empreiteiras, fornecedores e outros envolvidos para estabelecer um *cartel* que, entre 2004 e abril de 2012, sistematicamente impôs gastos adicionais nas compras de ativos imobilizados pela Companhia. Dois ex-diretores da Companhia e um ex-gerente executivo, que não trabalham para a Petrobras desde abril de 2012, estavam envolvidos nesse *esquema de pagamentos indevidos* e serão tratados a seguir como “ex-empregados da Petrobras”. Os valores pagos adicionalmente pela Companhia foram utilizados pelas empreiteiras, fornecedores e intermediários agindo em nome dessas empresas para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, os ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no *esquema de pagamentos indevidos*. A Companhia não realizou qualquer pagamento indevido.

A Petrobras acredita que, de acordo com o IAS 16, os valores que foram pagos a mais em decorrência do referido *esquema de pagamentos indevidos* não deveriam ter sido incluídos no custo histórico do seu ativo imobilizado. Contudo, a Companhia não consegue identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Petrobras desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido *esquema de pagamentos indevidos* para determinar o valor das baixas a serem realizadas, representando em quanto seus ativos estão superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos. As circunstâncias e a metodologia utilizada são descritas a seguir.

Histórico

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada “Operação Lava Jato”, visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A “Operação Lava Jato” é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Ao longo de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo *esquema de pagamentos indevidos*, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à Companhia, o referido esquema envolvia um conjunto de 27 empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em *cartel* para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no *esquema de pagamentos indevidos*. Este esquema será tratado como “*esquema de pagamentos indevidos*” e as referidas empresas como “*membros do cartel*”.

Além do *esquema de pagamentos indevidos* descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras, incluindo um ex-diretor da área Internacional. Essas empresas não são *membros do cartel* e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos serão chamados de *pagamentos não relacionados ao cartel*.

Em conexão com a investigação do *esquema de pagamentos indevidos*, em março de 2014, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, foi preso e, posteriormente, denunciado por lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros ex-executivos da Petrobras, incluindo Renato de Souza Duque (ex-diretor de serviços), Nestor Cerveró (ex-diretor da área internacional) e Pedro José Barusco Filho (ex-gerente executivo de serviços), bem como ex-executivos de empreiteiras e empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação.

Quando a Companhia divulgou suas demonstrações contábeis anuais de 2013 em 27 de fevereiro de 2014, quando divulgou seu Formulário de Referência em maio de 2014 e quando divulgou suas demonstrações contábeis intermediárias do segundo trimestre de 2014 em 8 de agosto de 2014, não havia evidências disponíveis sobre as investigações da “Operação Lava Jato” que pudessem ter modificado as conclusões da Companhia com relação ao fato de que aquelas demonstrações representavam adequadamente sua situação patrimonial e a existência do *esquema de pagamentos indevidos* não havia sido tornada pública.

Fontes de informação disponíveis para a Companhia

Em 8 de outubro de 2014, Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, prestaram depoimento perante a 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, descrevendo o *esquema de pagamentos indevidos*. Desde então, depoimentos de diversos participantes do *esquema de pagamentos indevidos* que firmaram acordos de colaboração premiada com as autoridades brasileiras foram tornados públicos. O entendimento da Companhia sobre o *esquema de pagamentos indevidos* e a metodologia adotada para mensuração do seu impacto são baseados nesses depoimentos, os quais incluem o depoimento completo de dois dos ex-empregados da Petrobras (Paulo Roberto Costa e Pedro José Barusco Filho), o depoimento completo de dois indivíduos que atuaram como intermediários no *esquema de pagamentos indevidos* (Alberto Youssef e Julio Gerin de Almeida Camargo), partes do depoimento de outro indivíduo que atuou como intermediário no *esquema de pagamentos indevidos* (Shinko Nakandakari) e o depoimento completo de um representante de uma das empreiteiras (Augusto Ribeiro de Mendonça Neto).

O Ministério Público Federal (de posse das informações completas da investigação) ajuizou ações de improbidade administrativa em 20 de fevereiro de 2015 contra empresas do *cartel*, fundamentadas na existência do *esquema de pagamentos indevidos* e utilizando como base a mesma metodologia utilizada pela Companhia, descrita no item 3.2.3, para mensurar os danos materiais atribuíveis ao *esquema de pagamentos indevidos*.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Parte importante das informações referidas acima foi tornada pública após 28 de janeiro de 2015, quando a Companhia divulgou suas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2014 não revisadas pelos auditores independentes. Estas informações detalharam e corroboraram as informações disponíveis anteriormente, com destaque para os acordos de colaboração premiada de Pedro José Barusco Filho, Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef e Shinko Nakandakari.

As informações disponíveis para a Companhia são, de maneira geral, consistentes com relação à existência do *esquema de pagamentos indevidos*, às empresas envolvidas, aos ex-empregados da Petrobras envolvidos, ao período durante o qual o esquema operou, além dos valores máximos envolvidos no *esquema de pagamentos indevidos* em relação ao valor total dos contratos impactados pelo esquema.

A Petrobras acompanhará os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao *esquema de pagamentos indevidos* e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá. Contudo, a Companhia não espera que informações adicionais a respeito das questões descritas acima oriundas de fontes internas estejam ou se tornem disponíveis.

Outras informações obtidas no curso das investigações da Lava Jato, incluindo uma parte do depoimento de Shinko Nakandakari não foram tornadas públicas. Contudo, a Companhia acredita que, no presente momento, o risco de surgirem novas informações que modifiquem de forma relevante os fatos já conhecidos ou que impactem de forma material os ajustes realizados é baixo. Essa convicção se baseia fortemente no fato que, uma vez que um volume significativo de informações se tornou público, não é provável que as autoridades brasileiras (que possuem todas as informações provenientes das investigações em mãos) mantivessem em sigilo informações contraditórias (sendo importante ressaltar que as autoridades utilizaram a mesma metodologia para mensurar os danos materiais atribuíveis ao *esquema de pagamentos indevidos* em processos cíveis e criminais já instaurados) e que há um significativo grau de consistência entre as afirmações feitas por pessoas envolvidas no esquema em diferentes posições e com diferentes motivações, incluindo dois dos ex-empregados da Petrobras, supostos intermediários do *esquema de pagamentos indevidos* e representantes de fornecedores e empreiteiras.

Em seguida, serão discutidas as respostas adotadas pela Companhia aos fatos descobertos no âmbito das investigações da “Operação Lava Jato”, além da descrição do *esquema de pagamentos indevidos*, da questão contábil resultante da descoberta do esquema e da solução adotada pela Companhia para contabilizar seus impactos.

3.1. Resposta da Companhia às questões descobertas nas investigações em curso

As investigações internas e externas ainda estão em andamento, porém a Companhia está tomando as medidas jurídicas necessárias perante as autoridades brasileiras para buscar ressarcimento pelos prejuízos sofridos, incluindo aqueles relacionados à sua reputação. À medida que as investigações da “Operação Lava Jato” resultem em acordos de leniência com os *membros do cartel* ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Petrobras pode ter direito a receber uma parte de tais recursos.

As medidas incluirão também ações cíveis contra *membros do cartel*, nas quais a Petrobras pode ingressar como autora, e espera fazê-lo. Esses procedimentos cíveis normalmente resultam em três tipos de reparação: danos materiais, multas e danos morais. A Companhia teria direito aos danos materiais e, possivelmente, às multas. Uma vez que ingresse como autora nas ações, a Companhia também poderá pleitear danos morais.

A Petrobras não tolera corrupção ou quaisquer práticas de negócio ilegais por parte de seus fornecedores ou o envolvimento de seus empregados em tais práticas e, dessa forma, vem realizando uma série de ações, tanto no intuito de aprofundar a apuração das irregularidades quanto de melhorar seu sistema de governança corporativa, descritas a seguir:

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



- A Companhia constituiu diversas Comissões Internas de Apuração (CIA) para averiguar ocorrências que possam ser caracterizadas como não conformidades relativas a normas, procedimentos ou regulamentos corporativos e forneceu as descobertas das comissões internas já concluídas às autoridades brasileiras.
- Em 24 e 25 de outubro de 2014 a Companhia contratou dois escritórios independentes de advocacia: o escritório americano, Gibson, Dunn & Crutcher LLP e o escritório brasileiro, Trench, Rossi e Watanabe Advogados para conduzir uma investigação interna independente.
- A Companhia tem cooperado totalmente com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Poder Judiciário e outras autoridades brasileiras, como o Tribunal de Contas da União – TCU e a Controladoria Geral da União – CGU.
- A Companhia constituiu comissões para analisar a aplicação de sanções contra os fornecedores e empreiteiras (CAASE) e impôs bloqueio cautelar das empresas *membros do cartel* nos depoimentos que foram tornados públicos.
- A Companhia elaborou e adotou um conjunto de medidas para o aprimoramento da governança, controle e gestão de riscos, documentadas em Padrões e Atas da Diretoria e do Conselho de Administração que estipulam os procedimentos, métodos, competências e demais instruções para integrar tais medidas às práticas da Companhia.
- A Companhia instituiu o cargo de Diretor de Governança, Risco e Conformidade, com a missão de assegurar a conformidade processual e mitigar riscos em suas atividades, incluindo os de fraude e corrupção. As matérias a serem submetidas à deliberação da Diretoria deverão contar, necessariamente, com prévia manifestação favorável desse Diretor quanto à governança, gestão de riscos e conformidade dos procedimentos.
- Em 13 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou para o cargo de Diretor de Governança, Risco e Conformidade, a indicação de João Adalberto Elek Junior, empossado em 19 de janeiro de 2015, para mandato de três anos, podendo ser renovado, e sua destituição somente pode ocorrer por deliberação do Conselho de Administração que conte com o voto de pelo menos um dos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários ou preferencialistas.
- Formação de um Comitê Especial para atuar de forma independente e servir como interlocutor entre o Conselho de Administração e os escritórios de advocacia conduzindo as investigações internas independentes. O Comitê Especial é presidido por Ellen Gracie Northfleet, Ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, e composto por Andreas Pohlmann, Chief Compliance Officer da Siemens AG de 2007 a 2010 e pelo Diretor de Governança, Risco e Conformidade, João Adalberto Elek Junior.

3.2. Descrição do *esquema de pagamentos indevidos* e seus impactos nas demonstrações contábeis da Companhia

A seguir será discutida a necessidade de ajustar os valores de determinados ativos imobilizados em função dos impactos do *esquema de pagamentos indevidos*, bem como a impraticabilidade de identificar os valores de pagamentos indevidos, vincular os gastos adicionais cobrados pelas empreiteiras e fornecedores a pagamentos específicos no âmbito de cada contrato ou quantificar o valor exato dos gastos adicionais incorridos a ser corrigido. Também é discutida a metodologia adotada pela Companhia para baixar valores capitalizados que representam gastos adicionais incorridos na aquisição de ativos imobilizados. O item 5.8 apresenta uma análise de alternativas, consideradas como possíveis substitutas à mensuração dos valores exatos a serem ajustados, que foram rejeitadas pela Companhia.



3.2.1.O esquema de pagamentos indevidos e a necessidade de ajustar o valor contábil de determinados ativos imobilizados

De acordo com as informações disponíveis à Companhia descritas acima, no *esquema de pagamentos indevidos*, diversas empreiteiras e fornecedores se organizaram em conluio com ex-empregados da Petrobras para impor gastos adicionais no âmbito de contratos para a construção de ativos e fornecimento de bens e serviços à Companhia e utilizaram os valores pagos a mais pela Petrobras para fazer pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos em exercício e outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, além de ex-empregados da Petrobras.

Em particular, o ex-diretor de Abastecimento, o ex-diretor de Serviços e um ex-gerente executivo da área de Serviços estavam envolvidos no esquema. Todos eles ocupavam posições de liderança na Petrobras e, além de omitirem a existência do *cartel*, utilizaram sua influência para possibilitar os objetivos do *esquema de pagamentos indevidos*, principalmente garantindo que os *membros do cartel* participassem de licitações para a compra de bens e serviços pela Petrobras e, dessa forma, obtivessem contratos com a Companhia. Não há, no entanto, informações que indiquem que eles controlassem ou direcionassem o uso dos pagamentos indevidos quando os recursos saíam da Petrobras.

Além disso, as investigações também identificaram outras ocorrências específicas em que empresas impuseram gastos adicionais à Petrobras na aquisição de ativos imobilizados. Estes valores também foram utilizados para financiar pagamentos indevidos feitos por fornecedores e empreiteiras a ex-empregados da Petrobras, não relacionados ao *esquema de pagamentos indevidos*, descrito acima.

3.2.2.Impraticabilidade de quantificar o valor exato no qual os ativos estão superavaliados e os períodos a serem corrigidos

Identificar a data e o montante exatos dos gastos adicionais impostos por fornecedores e empreiteiras à Companhia é impraticável em função das limitações descritas a seguir:

- As informações disponíveis para a Companhia, através dos depoimentos, identificam apenas as empresas envolvidas no *esquema de pagamentos indevidos* e o período de tempo em que o esquema funcionou, porém não especificam todos os contratos alvo dos atos ilícitos, os pagamentos específicos realizados no âmbito dos contratos e que incorporavam gastos adicionais, bem como os períodos em que os pagamentos que incorporaram gastos adicionais foram feitos.
- A Petrobras não fez qualquer desses pagamentos indevidos. Como eles foram feitos por empreiteiras e fornecedores, os valores exatos que foram gastos adicionalmente pela Companhia e usados para financiar pagamentos indevidos não podem ser identificados. Informações que determinem o montante que foi cobrado adicionalmente da Petrobras pelos *membros do cartel* não se encontram nos registros contábeis da Companhia, que refletem integralmente os termos dos contratos assinados por ela junto a seus fornecedores. Estes contratos tiveram seus preços elevados em função da atuação em conluio dos *membros do cartel* e ex-empregados da Petrobras acima indicados. Como a Companhia não consegue identificar o montante de gastos adicionais incluídos em cada pagamento no âmbito dos contratos de fornecimento ou o período específico em que os gastos adicionais ocorreram, não é possível determinar o período em que o ativo imobilizado deveria ser ajustado.



- Dois escritórios de advocacia estão conduzindo uma investigação interna independente, sob a direção do Comitê Especial mencionado no item 3.1, porém a investigação interna independente provavelmente terá duração superior a um ano e não se espera que apresente informações quantitativas cuja natureza seja abrangente suficiente para embasar um ajuste nas demonstrações contábeis. Isso ocorre, pois as informações disponíveis aos investigadores são limitadas às informações internas da Petrobras e, dessa forma, não será possível identificar informações específicas sobre o montante que foi cobrado adicionalmente da Companhia. Como as supostas atividades de lavagem de dinheiro tinham o intuito de ocultar a origem dos recursos e o montante envolvido, não se espera a existência de registros específicos dessas atividades.
- As investigações em curso pelas autoridades brasileiras têm como foco determinar a responsabilidade penal dos investigados e não de obter de forma detalhada o montante exato dos gastos adicionais que foram cobrados da Petrobras pelos *membros do cartel* ou os valores utilizados por essas empresas para fazer os pagamentos indevidos. Além disso, o processo de investigação e avaliação de todas as provas e alegações pode durar vários anos.
- As autoridades brasileiras instauraram ações contra as empreiteiras e fornecedores e seus respectivos representantes nas quais buscam reparação por improbidade administrativa. Nessas ações, as autoridades aplicaram o percentual de 3% aplicado sobre o valor dos contratos com as empreiteiras e fornecedores para mensurar os danos materiais atribuíveis ao *esquema de pagamentos indevidos*, de forma consistente com a metodologia utilizada pela Companhia para contabilizar os impactos (descrita no item 3.2.3). No escopo dessas ações também não é esperado que se produza um detalhamento completo de todos os pagamentos indevidos, mesmo após o longo período de tempo que as investigações conduzidas pelas autoridades brasileiras podem levar. Adicionalmente, a legislação brasileira não permite, de forma ampla, acesso a registros e documentos internos dos fornecedores em ações cíveis e, portanto, não é esperado que estas ações produzam novas informações com relação àquelas obtidas nas investigações e ações criminais.

Conforme descrito anteriormente, a despeito das limitações citadas, o conjunto de informações disponíveis para a Companhia é, de maneira geral, consistente com relação aos agentes e empresas envolvidos no esquema, o período durante o qual operou, além do percentual de gastos adicionais aplicado pelos fornecedores sobre o valor total dos contratos no escopo do esquema para financiar pagamentos indevidos.

3.2.3. Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela Companhia, a Petrobras utilizou todo o conjunto de informações disponíveis (descrito anteriormente) para quantificar o impacto do *esquema de pagamentos indevidos*.

Quando a Companhia divulgou suas demonstrações contábeis intermediárias do terceiro trimestre de 2014, não revisadas pelos auditores independentes, ainda não tinha informações com suficiente robustez para embasar os ajustes em suas demonstrações contábeis. Isso ocorreu em função de diversos documentos, cuja existência era de conhecimento da Companhia, porém ainda não haviam sido tornados públicos, com destaque para os depoimentos prestados no âmbito dos acordos de colaboração premiada de Pedro José Barusco Filho, Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef.

A partir de 28 de janeiro de 2015, evidências adicionais relevantes foram tornadas públicas, corroborando e amplificando as informações anteriormente disponíveis:

- Depoimentos de Pedro José Barusco Filho;
- Depoimentos prestados no âmbito do acordo de colaboração de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, que estavam mantidos em sigilo;

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



- Uma parte dos depoimentos de Shinko Nakandakari;
- O Ministério Público Federal ajuizou ações de improbidade administrativa contra *membros do cartel* pelos danos materiais atribuíveis ao *esquema de pagamentos indevidos*.
- O Ministério Público Federal instaurou outras ações criminais contra indivíduos envolvidos no *esquema de pagamentos indevidos*, como representantes das empreiteiras, intermediários ou ex-empregados da Petrobras.
- Acordo de leniência da empresa Setal Engenharia e Construções, participante do *cartel*, com as autoridades brasileiras.

Os valores pagos pela Petrobras no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da Companhia. No entanto, a Administração entende que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do *esquema de pagamentos indevidos* não deveria ter sido capitalizada.

Os depoimentos identificaram 27 *membros do cartel* (fornecedores e empreiteiras brasileiras que pertenceriam ao esquema) e diversos fornecedores e empreiteiras que teriam atuado de forma isolada, também cobrando valores adicionais da Companhia que eram utilizados para realizar pagamentos indevidos, porém fora do escopo do *cartel*.

Com relação ao período de atuação do *cartel*, os depoimentos esclarecem que o *esquema de pagamentos indevidos* teria ocorrido entre 2004 e abril de 2012. A Companhia também avaliou a possibilidade de o esquema ter impactado períodos anteriores a 2004. No entanto, além dos depoimentos não sugerirem que o esquema acontecesse antes de 2004, o impacto de eventuais valores adicionais cobrados na aquisição de bens e serviços anteriormente a 2004 não seria material, uma vez que a maior parte do saldo atual do ativo imobilizado da Companhia foi construída entre 2004 e 2014 (o saldo do ativo imobilizado era de R\$ 67 bilhões em 31 de dezembro de 2003) e que os ativos existentes em 2003 estão substancialmente depreciados em 2014.

Em suma, com base nas informações descritas anteriormente, a Companhia concluiu que a parcela dos gastos incorridos na construção de seus ativos imobilizados como resultado da atuação de empreiteiras e fornecedores no *cartel* para cobrar valores adicionais e utilizar esses valores para realizar pagamentos indevidos não deveria ter sido capitalizada. A fim de contabilizar o impacto dos referidos gastos adicionais, foi desenvolvida uma metodologia para estimar o ajuste que deveria ser feito no ativo imobilizado, que envolve os cinco passos descritos a seguir:

- 1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as companhias citadas como *membros do cartel* nos depoimentos tornados públicos e com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.
- 2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do *esquema de pagamentos indevidos* foi de 2004 a abril de 2012.
- 3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.
- 4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

O cálculo considerou todos os valores registrados nos registros contábeis da Companhia entre 2004 e setembro de 2014, referentes aos contratos inicialmente firmados entre 2004 e abril de 2012, bem como quaisquer aditivos firmados entre as empresas do sistema Petrobras e os *membros do cartel* (individualmente ou em consórcio). Esse escopo amplo de contratos foi adotado para gerar a melhor estimativa dos gastos adicionais, mesmo não havendo evidência de que todos os contratos assinados com as empresas em questão tivessem sido alvo do *esquema de pagamentos indevidos*. A Companhia também identificou montantes verificados em seus registros contábeis, referentes aos contratos e projetos específicos com empresas que não eram *membros do cartel* para contabilizar os gastos adicionais impostos por essas empresas para financiar pagamentos indevidos, realizados por elas, não relacionados ao *esquema de pagamentos indevidos* ou ao *cartel*.

No caso específico de valores cobrados adicionalmente por empresas fora do escopo do *cartel*, a Companhia considerou como parte da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente os valores específicos de pagamentos indevidos ou o percentual sobre o contrato citados nos depoimentos, pois também foram utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos.

A Companhia possui diversos projetos em construção cujo contrato original foi assinado entre 2004 e abril de 2012. A abordagem adotada para realizar os ajustes considera que os valores cobrados adicionalmente pelas empreiteiras e fornecedores foram aplicados sobre o valor total do contrato, ou seja, incluindo pagamentos que ainda serão incorridos em períodos futuros. Como é impraticável alocar os gastos adicionais impostos por essas empresas a períodos específicos no tempo, a parcela de gastos adicionais referentes a pagamentos que serão realizados no futuro pela Companhia já pode ter sido cobrada antecipadamente. Dessa forma, a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente incorpora o valor total dos contratos assinados e não apenas os valores referentes a pagamentos já efetuados. Contudo, conforme mencionado anteriormente, com base nas informações disponíveis, a Companhia acredita que a atuação do *cartel* tenha sido interrompida após abril de 2012 e que, considerando os andamentos recentes das investigações criminais, os pagamentos indevidos relacionados ao *esquema de pagamentos indevidos* tenham sido interrompidos.

A Companhia considera ter adotado uma metodologia que produz a melhor estimativa de quanto seus ativos imobilizados estão superavaliados como resultado do *esquema de pagamentos indevidos*, uma vez que utilizou como base um valor limítrofe dentre as estimativas consideradas razoáveis. Em sua estimativa, a Companhia considerou que todos os contratos com as contrapartes identificadas foram impactados e o percentual de 3% representa os valores adicionais impostos pelas empreiteiras e fornecedores, utilizados por essas empresas para realizar pagamentos indevidos. As duas premissas são corroboradas pelos depoimentos, porém alguns depoimentos indicam percentuais inferiores com relação a certos contratos, períodos menores de atuação do *cartel* (2006 a 2011), bem como o envolvimento de um número menor de fornecedores e empreiteiras.

Além das baixas no ativo imobilizado, os impactos no resultado do período incluem a baixa de créditos fiscais existentes e uma provisão para os créditos já utilizados com relação aos ativos em questão, além da reversão de parte da depreciação dos referidos ativos, a partir de suas respectivas datas de entrada em operação.

Conforme indicado anteriormente, os depoimentos não fornecem informações suficientes para permitir que a Companhia determine o período específico no qual cada valor gasto adicionalmente foi incorrido. Dessa forma, a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente foi reconhecida no resultado do terceiro trimestre de 2014, em função da impraticabilidade de se determinar os efeitos específicos em cada período no passado. A Companhia acredita que essa abordagem é a mais adequada no âmbito dos padrões internacionais de contabilidade (IFRS) para a correção do erro.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Além disso, a Companhia avaliou, através de duas hipóteses, a materialidade do impacto do *esquema de pagamentos indevidos* em informações financeiras de períodos anteriores que são apresentadas para fins comparativos. Uma das hipóteses foi considerar que a alocação dos gastos adicionais impostos pelos fornecedores tivesse sido ao longo do tempo e, consequentemente, capitalizada, na mesma proporção em que a Companhia pagou os valores no âmbito dos contratos impactados, ou seja, como se ocorressem em uma base *pro rata*. A outra hipótese foi considerar que os pagamentos indevidos fossem realizados de forma integral no momento em que os contratos foram assinados. Em nenhum dos casos, realizar a baixa dos gastos adicionais capitalizados indevidamente impactaria de forma material os períodos anteriores apresentados para fins comparativos.

A Companhia ainda não recuperou nenhum valor referente aos pagamentos indevidos feitos por fornecedores e não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável nesse momento. Qualquer valor recuperável será reconhecido como resultado quando recebido (ou quando sua realização se tornar praticamente certa).

Conforme mencionado anteriormente, a Petrobras acredita que, de acordo com o IAS 16, os valores que foram pagos a mais em decorrência do referido *esquema de pagamentos indevidos* não deveriam ter sido incluídos no custo histórico do seu ativo imobilizado. Assim, nos termos da legislação tributária brasileira, esta baixa é considerada uma perda resultante de uma atividade ilícita e sujeita ao andamento das investigações a fim de determinar a extensão real das perdas antes que possam ser consideradas despesas dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social.

Como resultado, em 30 de setembro de 2014, não era possível para a Companhia estimar os valores que poderiam ser considerados como despesas dedutíveis ou o prazo em que poderiam ser compensados. Desta forma, não foi constituído imposto de renda diferido sobre os pagamentos indevidos.

A Companhia considerou cuidadosamente todas as informações disponíveis e, conforme indicado anteriormente, não acredita que novas informações oriundas das investigações pelas autoridades brasileiras, da investigação interna independente por escritórios de advocacia, ou de novas comissões internas de apuração que venham a ser constituídas (ou revisões das comissões internas já concluídas) poderão impactar ou mudar de forma relevante a metodologia adotada. Não obstante esta expectativa, a Companhia monitorará continuamente as investigações para obter informações adicionais e avaliará seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

O efeito total dos ajustes apurados, conforme descrito acima, por Área de Negócio, é apresentado a seguir:

	Consolidado						
"Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente"	E&P	Abasteci- mento Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo	Valor Total	
Esquema de pagamentos indevidos:							
Valor total dos contratos ^(*)	62.679	110.867	21.233	757	752	3.322	199.610
Estimativa do valor total de gastos adicionais (3%)	1.880	3.326	637	23	23	99	5.988
Pagamentos não relacionados ao <i>esquema de pagamentos indevidos</i> (fora do corte)	139	1	10	-	-	-	150
	2.019	3.327	647	23	23	99	6.138
Reversão da depreciação dos referidos ativos	(87)	(198)	(52)	-	-	(9)	(346)
Impacto no ativo imobilizado	1.932	3.129	595	23	23	90	5.792
Baixa de créditos fiscais referentes aos ativos impactados ^(**)	37	298	57	-	-	10	402
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	1.969	3.427	652	23	23	100	6.194

^(*) Inclui R\$ 44.115 referentes a valores de contrato cujos pagamentos serão realizados após 30 de setembro de 2014.

^(**) Baixa de créditos fiscais que não serão aproveitados.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



A Companhia fez uma análise de sensibilidade, considerando que aproximadamente 26% das baixas de gastos adicionais capitalizados indevidamente estão relacionadas a ativos que sofreram baixas por *impairment* no quarto trimestre de 2014. Excluindo esses ativos, um aumento ou redução de 1% no percentual aplicável de gastos adicionais impostos pelos fornecedores ocasionaria um aumento ou redução de R\$ 1.479 nos valores das baixas. No entanto, conforme indicado anteriormente, a Companhia entende que utilizou as premissas mais adequadas à apuração dos impactos do *esquema de pagamentos indevidos* e não tem evidências que indiquem a possibilidade de qualquer diferença material com relação aos valores que foram baixados.

3.3. Mudanças no contexto atual dos negócios

Mudanças no contexto dos negócios da Companhia e o impacto da “Operação Lava Jato” estimularam uma revisão das perspectivas futuras da Companhia e, consequentemente, levaram à necessidade de redução do ritmo de seus investimentos.

A capacidade de a Companhia investir seus recursos disponíveis tem sido limitada em função da redução das receitas operacionais esperadas no futuro devido ao declínio dos preços do petróleo e em função da desvalorização do Real, que faz com que a necessidade de caixa para cumprir com o serviço de suas dívidas em moeda estrangeira no curto prazo aumente. Por diversas razões, incluindo o ambiente político e econômico atual do Brasil, a Petrobras não tem sido capaz de acessar o mercado de capitais. Outras fontes de financiamento disponíveis são limitadas e, de qualquer forma, seriam insuficientes para corresponder às suas necessidades de investimento. A Companhia também enfrenta uma carência de fornecedores e empreiteiras qualificados, como resultado das restrições criadas para os fornecedores como reflexo das investigações da “Operação Lava Jato”.

Como resultado, a Companhia recentemente decidiu postergar ou suspender a conclusão de alguns ativos e projetos incluídos em seu orçamento de capital que contribuem pouco para sua geração de caixa operacional e que foram impactados por complicações decorrentes de insolvência das empreiteiras e fornecedores, além da carência de fornecedores qualificados disponíveis (como reflexo das investigações da “Operação Lava Jato” ou por outros motivos). Essas mudanças tiveram um impacto significativo no teste de *impairment* da Companhia, conforme descrito na nota 14.

3.4. Investigações envolvendo a Companhia

A Petrobras não é um dos alvos das investigações da “Operação Lava Jato”. Em 21 de novembro de 2014, a Petrobras recebeu uma intimação (*subpoena*) da *Securities and Exchange Commission* (SEC) requerendo documentos relativos à Companhia. A Companhia tem atendido às solicitações oriundas da *subpoena* e pretende continuar contribuindo, em conjunto com os escritórios de advocacia brasileiro e norte-americano contratados para realizar uma investigação interna independente.

3.5. Ações judiciais envolvendo a Companhia

A nota 30 apresenta informações sobre as ações coletivas (*class actions*) e outros processos judiciais da Companhia.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



4.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Petrobras, e das suas controladas, operações controladas em conjunto e entidades estruturadas consolidadas.

O controle é obtido quando a Petrobras possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

A nota explicativa 11 apresenta as empresas consolidadas, juntamente com os demais investimentos diretos.

A Petrobras não tem participação acionária em certas entidades estruturadas consolidadas, no entanto, o controle é determinado pelo poder que a Companhia tem sobre as atividades operacionais relevantes dessas entidades. As entidades estruturadas consolidadas são:

Entidades estruturadas consolidadas	Principal segmento de atuação	
	País	
Charter Development LLC – CDC (i)	E.U.A	E&P
Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais – CDMPI	Brasil	Abast
PDET Offshore S.A.	Brasil	E&P
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados do Sistema Petrobras	Brasil	Corporativo
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Padronizados do Sistema Petrobras	Brasil	Corporativo

(i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

4.1.1. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido (prejuízo) do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido (Prejuízo)	
	31.12.2014	31.12.2013	2014	2013
Consolidado - IFRS	310.722	349.334	(21.924)	23.007
Patrimônio de acionistas não controladores	(1.874)	(1.394)	337	563
Despesas diferidas líquidas de IR (*)	–	200	(105)	(162)
Controladora - CPC	308.848	348.140	(21.692)	23.408

(*) O saldo de despesas diferidas foi integralmente amortizado até 31 de dezembro de 2014.

4.2. Informações por segmento de negócio

As informações contábeis por segmento operacional (área de negócio) da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros e as transferências entre as áreas de negócio, sendo estas valoradas por preços internos de transferência definidos entre as áreas e com metodologias de apuração baseadas em parâmetros de mercado.

As informações por área de negócio na Companhia estão segmentadas nas seguintes áreas:

- a) Exploração e Produção (E&P): abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural, atuando, também, de forma associada com outras empresas em parcerias.
- b) Abastecimento: contempla as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados e petróleo, exportação de etanol, extração e processamento de xisto, além das participações em empresas do setor petroquímico no Brasil.
- c) Gás e Energia: engloba as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, de transporte e comercialização de GNL (gás natural liquefeito), de geração e comercialização de energia elétrica, assim como as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termoeletricas no Brasil, além de ser responsável pelos negócios com fertilizantes.
- d) Biocombustível: contempla as atividades de produção de biodiesel e seus co-produtos e as atividades de etanol, através de participações acionárias, da produção e da comercialização de etanol, açúcar e o excedente de energia elétrica, gerado a partir do bagaço da cana-de-açúcar.
- e) Distribuição: responsável pela distribuição de derivados, etanol e gás natural veicular no Brasil, representada pelas operações da Petrobras Distribuidora S.A.
- f) Internacional: abrange as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento, de gás e energia e de distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

4.3. Instrumentos financeiros

4.3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.3.2. Títulos e valores mobiliários

Investimentos em títulos e valores mobiliários compreendem investimentos em títulos de dívida e patrimônio. Estes instrumentos são inicialmente mensurados ao valor justo, são classificados de acordo com a intenção da Companhia e mensurados subsequentemente conforme abaixo:

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



- Valor justo por meio do resultado: Incluem títulos adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou de recompra em prazo muito curto. São mensurados subsequentemente à aquisição ao valor justo cujas alterações no valor justo são reconhecidas no resultado como receitas (despesas) financeiras.
- Mantidos até o vencimento: Incluem títulos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados subsequentemente à aquisição pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.
- Disponíveis para venda: Incluem títulos não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados subsequentemente ao valor justo cujas alterações são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, e reclassificadas para resultado quando o instrumento é desreconhecido ou realizado.

Alterações posteriores atribuíveis a juros, variação cambial e inflação são reconhecidas no resultado para todas as categorias, quando aplicáveis.

4.3.3. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) e crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

4.3.4. Financiamentos

São reconhecidos pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva.

4.3.5. Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente ao valor justo.

Ganhos ou perdas resultantes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

4.3.6. Contabilidade de *hedge*

No início da contabilidade de *hedge*, a Companhia elabora documentação formal da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco.

As relações de *hedge* que se qualificam como *hedge accounting* são: (i) *hedge* de valor justo, quando se refere a *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme; e (ii) *hedge* de fluxos de caixa, quando se refere a *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Nas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo, os ganhos ou perdas resultantes da mensuração ao valor justo do instrumento e do objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado.

Para *hedges* qualificados como de fluxo de caixa, a Companhia designa instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos, sendo a parcela efetiva dos ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e transferida para o resultado financeiro quando o item protegido for efetivamente realizado. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado financeiro do período.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é liquidado antecipadamente, quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge* ou quando a Administração decide revogar a designação de *hedge accounting*, o ganho ou perda acumulado permanece reconhecido no patrimônio. A reclassificação do ganho ou perda para o resultado é realizada quando a transação prevista ocorre. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda acumulado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado.

4.4. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreende, principalmente, petróleo bruto, intermediários e derivados de petróleo, assim como gás natural e gás natural liquefeito (GNL), fertilizantes e biocombustíveis, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os estoques de petróleo e GNL podem ser comercializados em estado bruto, assim como consumidos no processo de produção de seus derivados e/ou utilizados para geração de energia, respectivamente.

Os intermediários são formados por correntes de produtos que já passaram por pelo menos uma unidade de processamento, mas ainda necessitam ser processados, tratados ou convertidos para serem disponibilizados para venda.

Os biocombustíveis compreendem, principalmente, os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

Materiais e suprimentos para manutenção e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

Os estoques incluem as importações em andamento, que são demonstradas ao custo identificado.

4.5. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 4.1.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em entidades Coligadas, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada. Nas demonstrações contábeis individuais, apenas as Operações em Conjunto (*joint operations*) constituídas por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria devem ser avaliadas pelo MEP. Para as operações em conjunto (*joint operations*), a Companhia reconhece a participação dos seus ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas nestas operações.

As demonstrações financeiras das *joint ventures* e coligadas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Petrobras.

Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos.

4.6. Combinação de negócios e *goodwill*

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas que não resultem em alteração de controle não são consideradas uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

4.7. Gastos com exploração e desenvolvimento de petróleo e gás natural

Os gastos incorridos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural são contabilizados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos, conforme a seguir:

- Gastos relacionados com atividades de geologia e geofísica são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.
- Valores relacionados à obtenção de direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural são inicialmente capitalizados.
- Custos exploratórios diretamente associados à perfuração de poços são inicialmente capitalizados no ativo imobilizado até que sejam constatadas ou não reservas provadas relativas ao poço. Os custos posteriores à perfuração do poço continuam a ser capitalizados desde que o volume de reservas descobertos justifique o seu reconhecimento futuro como poço produtor e estudos das reservas e da viabilidade econômica e operacional do empreendimento estiverem em curso. Uma comissão interna de executivos técnicos da Petrobras revisa mensalmente as condições de cada poço, levando-se em consideração os dados de geologia, geofísica e engenharia, condições econômicas, métodos operacionais e regulamentações governamentais.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



- Poços exploratórios secos ou sem viabilidade econômica e os demais custos vinculados às reservas não comerciais são reconhecidos como despesa no período, quando identificados como tal.
- Todos os custos incorridos com o esforço de desenvolver a produção de uma área declarada comercial (com reservas provadas e economicamente viáveis) são capitalizados no ativo imobilizado. Incluem-se nessa categoria os custos com poços de desenvolvimento; com a construção de plataformas e plantas de processamento de gás; com a construção de equipamentos e facilidades necessárias à extração, manipulação, armazenagem, processamento ou tratamento do petróleo e gás; e com a construção dos sistemas de escoamento do óleo e gás (dutos), estocagem e descarte dos resíduos.

4.8. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, bem como pelo valor presente dos custos estimados com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais, das unidades marítimas de produção e dos navios são reconhecidos no ativo imobilizado quando os requisitos de reconhecimento são atendidos. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como resultado do período (custo ou despesa).

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média dos empréstimos vigente durante o período, aplicada sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas ou pelo método das unidades produzidas dos respectivos ativos. A Companhia suspende a capitalização dos encargos financeiros dos ativos qualificáveis cujo desenvolvimento esteja suspenso por longos períodos.

Os ativos relacionados diretamente à produção de petróleo e gás, cuja vida útil seja igual ou maior do que a vida do campo (tempo de exaustão das reservas), são depreciados pelo método das unidades produzidas.

Os bens vinculados diretamente à produção de óleo e gás, cuja vida útil seja inferior à vida útil do campo (tempo de exaustão da reserva); as plataformas móveis; e os demais bens não relacionados diretamente à produção de petróleo e gás são depreciados pelo método linear.

A taxa de depleção dos bens depreciados pelo método de unidades produzidas é calculada com base na produção mensal do respectivo campo produtor em relação a sua respectiva reserva provada desenvolvida.

Direitos e concessões, como o bônus de assinatura e cessão onerosa de direitos de exploração em blocos da área do pré-sal, são amortizados de acordo com o método das unidades produzidas, considerando o volume de produção mensal em relação às reservas provadas totais de cada campo produtor.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 12.



4.9. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, bônus de assinatura pagos pela obtenção de concessões para exploração de petróleo ou gás natural, concessões de serviços públicos, além de marcas e patentes, softwares e ágio (*goodwill*), decorrente de aquisição de participação com controle. Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio (*goodwill*) é apresentado no investimento.

Os direitos e concessões correspondentes aos bônus de assinatura das concessões, quando da declaração de comercialidade dos campos são reclassificados para conta do ativo imobilizado e, desta forma, os valores relativos à cessão onerosa de direitos de exploração em blocos da área do pré-sal estavam classificados no intangível até a declaração de comercialidade, em 29 de dezembro de 2014, conforme nota explicativa 12.3. Os bônus de assinatura das concessões, enquanto estão no ativo intangível, não são amortizados, sendo os demais intangíveis de vida útil definida, amortizados linearmente pela vida útil estimada.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como despesa no resultado do período em que foram incorridos, exceto os gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

4.10. Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados à exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural e aqueles que têm uma vida útil indefinida, como o ágio (*goodwill*), oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Os ativos vinculados à exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural são revisados anualmente (ou quando há indicação de que o valor contábil pode não ser recuperável), campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

4.11. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamento financeiro.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Ativos arrendados capitalizados são depreciados na mesma base que a Companhia utiliza os ativos que possui propriedade. Quando não há uma certeza razoável que a Companhia irá obter a propriedade do bem ao final do contrato, os ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada do ativo e o prazo do contrato.

Quando a Companhia é arrendadora do bem, constitui-se um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

Pagamentos contingentes são reconhecidos como despesas quando incorridos.

4.12. Ativos classificados como mantidos para venda

Os ativos e eventuais passivos associados são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda. Essa condição só é alcançada quando a alienação for aprovada pela Administração da Companhia, o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda. Contudo, nos casos em que comprovadamente o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação, a classificação pode ser mantida.

Estes ativos e seus passivos associados devem ser mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Os ativos e passivos relacionados são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

4.13. Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros com a obrigação para recuperar o meio ambiente e para desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas.

São reconhecidos no Imobilizado pelo seu valor presente e revisados anualmente, descontada a uma taxa ajustada ao risco, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmantelamento de área são amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



As obrigações futuras com desmantelamento de área de produção de petróleo e gás ficam passíveis de registro após as declarações de comercialidade que deram origem aos campos de produção e são revisadas anualmente.

4.14. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.15. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) para garantir a neutralidade na determinação do lucro tributável com a adoção dos IFRS. Em razão da lei 12.973/14, que revoga o RTT, a Companhia, como não optante das proposições contidas na lei para o exercício de 2014, mantém as disposições relativas ao RTT para o exercício corrente.

A Companhia não espera que a adoção do novo regime tributário resulte em impactos materiais no resultado ou nas demonstrações contábeis consolidadas.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável. Os reconhecimentos no ativo são realizados na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são apresentados líquidos, por entidade contribuinte.



4.16. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido (ativo) são reconhecidos quando incorridos da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais; ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos; e iii) qualquer mudança no efeito do teto de ativo (*asset ceiling*), menos os valores de juros sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.17. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.18. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo ativos financeiros disponíveis para venda, *hedge* de fluxo de caixa e ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido, bem como o ajuste acumulado de conversão.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



4.19. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando se referir a um ativo, o benefício é reconhecido em conta de passivo como receita diferida, sendo alocada ao resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do item correspondente.

4.20. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

As receitas com as vendas de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e outros produtos relacionados são reconhecidas no resultado quando a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos e tampouco efetivo controle sobre tais bens e todos os riscos e benefícios inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega, de acordo com os termos do contrato de venda. As receitas de vendas de serviços de fretes e outros são reconhecidas em função de sua realização.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos atribuíveis às construções dos bens que necessitam de um período substancial de tempo para estar pronto para uso, que são capitalizados como parte do custo do ativo.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

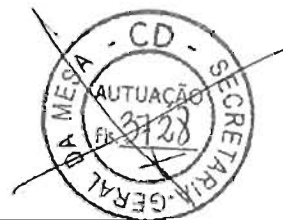
5.1. Reservas de petróleo e gás natural

As reservas de petróleo e gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço, dados de pressão e dados de amostras de fluidos de perfuração, que são utilizadas para o cálculo das taxas de depreciação/depleção/amortização no método de unidades produzidas e teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*).

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



A apuração dos volumes de reserva exige a aplicação de julgamentos e está sujeita a revisões anuais, ou em um intervalo menor, caso haja indício de alterações significativas, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção, reservatórios e geologia, bem como alterações em preços e custos utilizados. As revisões podem, também, resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da Companhia ou da capacidade de produção de equipamentos e instalações.

A Companhia apura as reservas de acordo com os Critérios SEC (*Securities and Exchange Commission*) e ANP/SPE (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-ANP/*Society of Petroleum Engineers-SPE*). As principais diferenças entre os critérios ANP/SPE e SEC são: preços de venda, critério de melhoria de recuperação, limites de áreas não perfuradas, limites de contato de fluidos, definições de reservatórios análogos usadas para estimar reservas e, no caso do Brasil, o prazo de concessão. Pelo Critério SEC, são estimadas apenas as Reservas Provadas, enquanto no Critério SPE são estimadas as reservas provadas e não provadas.

De acordo com as definições prescritas pela *Securities and Exchange Commission* (SEC), reservas provadas são as quantidades estimadas cujos dados de engenharia e geológicos demonstram, com razoável certeza, ser recuperáveis no futuro, a partir de reservatórios conhecidos e sob condições operacionais e econômicas existentes (preços e custos na data em que a estimativa é realizada). As reservas provadas são subdivididas em desenvolvidas e não desenvolvidas.

Reservas provadas desenvolvidas podem ser recuperadas através dos poços existentes, com os equipamentos e métodos presentes.

Embora a Companhia entenda que as reservas provadas serão produzidas, as quantidades e os prazos de recuperação podem ser afetados por diversos fatores, que incluem a conclusão de projetos de desenvolvimento, o desempenho dos reservatórios, aspectos regulatórios e alterações significativas nos níveis de preço de petróleo e gás natural no longo prazo.

Outras informações sobre reservas são apresentadas nas informações complementares sobre atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

a) Impacto das reservas de petróleo e gás natural na depreciação, depleção e amortização

Depreciação, depleção e amortização são mensuradas com base em estimativas de reservas elaboradas por profissionais especializados da Companhia, de acordo com as definições estabelecidas pela SEC. Revisões das reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas impactam de forma prospectiva os valores da depreciação, depleção e amortização reconhecidos nos resultados e os valores contábeis dos ativos de petróleo e gás natural.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, uma redução na estimativa de reservas provadas aumentaria, prospectivamente, o valor de despesas com depreciação/depleção/amortização, enquanto um incremento das reservas resultaria em redução da depreciação/depleção/amortização.

Outras informações sobre depreciação e depleção são apresentadas nas notas explicativas 4.8 e 12.2.

b) Impacto das reservas de petróleo e gás natural e preços no teste de *impairment*

Para avaliar a recuperabilidade dos ativos relacionados à exploração e desenvolvimento de petróleo e gás natural, a Companhia utiliza o valor em uso, conforme nota explicativa 4.10. Em geral, as análises baseiam-se em reservas provadas e reservas prováveis de acordo com os critérios estabelecidos pela ANP/SPE – *Society of Petroleum Engineers*.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



A gestão da Companhia realiza avaliações contínuas dos ativos, analisando sua recuperabilidade, para as quais utiliza a estimativa dos volumes de reservas de petróleo e gás natural, além de preços estimados futuros de petróleo e gás natural.

Os ativos vinculados à exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Os mercados de petróleo e gás natural têm um histórico de volatilidade de preços significativa e, embora, ocasionalmente, possa haver quedas expressivas, os preços, a longo prazo, tendem a continuar sendo ditados pela oferta de mercado e fundamentos de demanda. Os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) não apenas utilizam os preços de longo prazo previstos no planejamento, orçamento e nas decisões de investimento de capital da Companhia, os quais são considerados estimativas razoáveis em relação aos indicadores de mercado e às experiências passadas, mas também consideram a volatilidade de curto prazo nos preços de petróleo para a determinação dos primeiros anos do valor em uso.

Reduções nos preços futuros de petróleo e gás natural, que sejam consideradas tendência de longo prazo, bem como efeitos negativos decorrentes de mudanças significativas no volume de reservas, na curva de produção esperada, nos custos de extração ou nas taxas de desconto podem ser indícios da necessidade de realização de teste de *impairment*.

Outras informações sobre ativos relacionados à exploração e desenvolvimento de petróleo e gás natural são apresentadas nas notas explicativas 4.8 e 12.

5.2. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A definição das unidades geradoras de caixa - UGC's envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e seus impactos sobre os resultados dos testes de recuperabilidade de ativos de longa duração podem ser significativos. As premissas apresentadas a seguir foram utilizadas de forma consistente pela companhia:

- UGC's da área de Exploração e Produção: campo ou polo de produção de petróleo e gás, composto por um conjunto de ativos vinculados à exploração e ao desenvolvimento da produção da área.
- UGC's da área de Abastecimento: i) UGC Abastecimento: conjunto de ativos que compõem as refinarias, terminais e dutos, bem como os ativos logísticos operados pela Transpetro. A definição da UGC Abastecimento é baseada no conceito de integração e otimização do resultado, podendo as indicações do planejamento e as operações dos ativos privilegiarem uma determinada refinaria em detrimento de outra, buscando maximizar o desempenho global da UGC, sendo os dutos e terminais partes complementares e interdependentes dos ativos de refino, com o objetivo comum de atendimento ao mercado. Durante o trimestre findo em 31 de Dezembro de 2014, a Companhia excluiu ativos em construção no âmbito dos projetos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e 2º trem de refino da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) desta UGC, conforme nota explicativa 14; ii) UGC Petroquímica: ativos das plantas petroquímicas das empresas PetroquímicaSuape e Citepe; e iii) UGC Transporte: a unidade geradora de caixa desse segmento é definida pelos ativos da frota de navios da Transpetro.
- UGC's da área de Gás e Energia: i) UGC Gás Natural: conjunto de ativos que compõe a malha comercial do gás natural (gasodutos), unidades de processamento de gás natural (UPGN) e conjunto de ativos de fertilizantes e nitrogenados (plantas industriais). A Companhia excluiu ativo em construção no âmbito do projeto da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN III), conforme nota explicativa 14; e ii) UGC Energia: conjunto de ativos que compõe o portfólio de usinas termoeletrônicas (UTE).

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



- UGC da área de Distribuição: conjunto de ativos de distribuição, relacionados principalmente às atividades operacionais da Petrobras Distribuidora S.A.
- UGC da área de Biocombustível: i) UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõem as usinas biodiesel. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima; e ii) UGC Etanol: representadas por investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto do setor de etanol.
- UGC da Internacional: i) UGC Exploração e Produção Internacional: campo ou polo de produção de petróleo e gás, composto por um conjunto de ativos vinculados à exploração e ao desenvolvimento da produção da área; e ii) demais atividades da área internacional: definida ao menor nível de ativos para os quais exista fluxo de caixa identificável.

Os investimentos em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (*goodwill*), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Outras informações sobre redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 4.10 e 14.

5.3. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos per capita do plano de saúde, observáveis nos últimos 5 anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcance do patamar de inflação geral da economia.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 22.

5.4. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Petrobras, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 30.



5.5. Estimativas de custos com obrigações de desmantelamento de áreas

A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas terrestres ou marítimas ao final das operações em locais de produção. As obrigações mais significativas de remoção de ativos envolvem a remoção e descarte das instalações offshore de produção de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados.

Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que as obrigações ocorrerão no longo prazo; que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e que as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, juntamente com as questões políticas, ambientais, de segurança e de relações públicas.

A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

Outras informações sobre desmantelamento de áreas são apresentadas nas notas explicativas 4.13 e 20.

5.6. Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações contábeis. A definição do valor justo exige julgamento da existência ou não de ativos idênticos ou similares cotados em mercado ativo e, na sua ausência, do uso de metodologias alternativas de valoração que podem ser complexas e envolvem estimativas de preços futuros, taxas de juros de longo prazo e índices de inflação.

Outras informações sobre instrumentos financeiros derivativos são apresentadas nas notas explicativas 4.3.5 e 33.

5.7. Contabilidade de *hedge*

A identificação de relações de *hedge* entre objetos protegidos e os instrumentos de proteção (instrumentos financeiros derivativos e/ou não derivativos) envolve julgamentos críticos relacionados à efetiva existência da relação de proteção e da efetividade das mesmas. Ademais, a Companhia avalia continuamente o alinhamento entre as relações de *hedge* identificadas e os objetivos e estratégia de sua política de gestão de risco.

5.8. Ajustes decorrentes da Operação Lava Jato

5.8.1. Metodologia de estimativa

Como descrito na nota explicativa 3, a Companhia baixou R\$ 6.194 no terceiro trimestre de 2014, referentes a custos capitalizados representando montantes pagos na aquisição de imobilizado em anos anteriores.

Para contabilizar esses ajustes, a Companhia desenvolveu uma metodologia descrita na nota explicativa 3. A Petrobras admite o grau de incerteza envolvido na referida metodologia de estimativa e, portanto desenvolveu uma análise de sensibilidade (descrita na nota explicativa 3) e continuará acompanhando os resultados das investigações em andamento e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação confiável que indique com suficiente precisão que as estimativas que a Companhia utilizou deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Entretanto, como já discutido, a Companhia acredita que utilizou a metodologia mais apropriada para determinar os valores dos pagamentos indevidos capitalizados e não há evidência que indique a possibilidade de uma mudança material nos montantes baixados.

5.8.2. Abordagens consideradas pela Companhia, mas não adotadas

Os padrões internacionais de contabilidade (IFRS) permitem a utilização do modelo de reavaliação de ativos como forma de mensurar o valor contábil dos ativos imobilizados. Tal prática, contudo, não é permitida pela legislação brasileira e, dessa forma, foi desconsiderada como alternativa viável para que a Companhia realizasse a correção de seus ativos imobilizados para o impacto dos custos adicionais impostos pelas empreiteiras e fornecedores.

A Companhia considerou também a possibilidade de utilizar um cálculo substituto (*proxy*) para quantificar os erros a serem corrigidos. A metodologia que seria utilizada envolveria determinar o justo valor dos ativos impactados por pagamentos indevidos e, para cada um desses ativos, a diferença entre o valor contábil e o valor justo seria considerada como uma estimativa do montante de custos adicionais impostos pelas empreiteiras e fornecedores e utilizados para realizar pagamentos indevidos.

A abordagem não seria considerada como uma perda em função da redução no valor recuperável dos ativos impactados (*impairment*), uma vez que os ativos seriam avaliados a valor justo de forma individual e não dentro de unidades geradoras de caixa e, além disso, o valor recuperável não seria determinado pelo maior valor entre o valor justo e o valor em uso, mas apenas seria considerado o valor justo.

A Companhia contratou duas empresas globais reconhecidas internacionalmente como avaliadores independentes, para determinar o valor justo da maior parte dos ativos impactados, utilizando a técnica mais adequada de acordo com a natureza dos ativos e informações disponíveis.

Para 31 ativos avaliados, o valor justo se mostrou inferior ao valor contábil, num total de R\$ 88,6 bilhões e para 21 ativos, o valor justo se mostrou acima do valor contábil, totalizando R\$ 27,2 bilhões. Conforme indicado anteriormente, a diferença entre valor justo e valor contábil seria conceitualmente atribuída aos pagamentos indevidos.

Contudo, após a elaboração do cálculo, verificou-se que a diferença entre valor justo e valor contábil era significativamente superior a qualquer estimativa razoável do total de pagamentos indevidos descobertos no âmbito das investigações da "Operação Lava Jato". A diferença entre o valor justo e o valor contábil seria oriunda, em sua maior parte, não dos pagamentos indevidos, mas de diversos outros fatores (tanto de cunho metodológico quanto resultantes do ambiente de negócios atual), que não podem ser individualmente quantificados, mas incluem:

- o valor justo dos ativos foi mensurado de forma individualizada (*stand-alone basis*), desconsiderando os ganhos obtidos pela Companhia por utilizá-los de forma integrada, havendo transferência de valor de um ativo para outro, dependendo da forma como eles são operados, na busca de maximizar o resultado global do conjunto de ativos, em detrimento de otimizar o resultado individual de cada ativo (principalmente no caso dos ativos de refino). Tais ganhos são capturados no conceito de unidades geradoras de caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment* e muitos dos ativos impactados fazem parte de UGCs nas quais ativos são agrupados;
- a taxa de desconto utilizada pelos avaliadores considera um prêmio de risco relacionado à aquisição de um ativo isolado por um terceiro que o adquiriria em um ambiente fortemente dominado por um único *player* com grande escala (a Petrobras). Isso seria aplicável para novos projetos de Investimento, mas não para determinar o valor em uso de ativos que já fazem parte do portfólio da Companhia;

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



- mudanças em variáveis econômicas e financeiras (taxas de câmbio, taxa de desconto, medidas de risco e custo de capital);
- mudanças nas estimativas de preços e margens dos insumos;
- mudanças nas projeções de preço, margem e demanda por produtos vendidos em função de mudanças nas condições de mercado atuais;
- mudanças nos custos de equipamentos, salários e outros custos correlatos;
- impacto dos requerimentos relacionados à obrigatoriedade de utilização de conteúdo local; e
- problemas no planejamento de projetos (principalmente aqueles envolvendo as áreas de Engenharia e Abastecimento).

Dessa forma, a Companhia concluiu que utilizar o cálculo de valor justo como um substituto (ou *proxy*) para ajustar seus ativos imobilizados não teria sido apropriado, uma vez que o ajuste incluiria elementos que não possuiriam relação direta com os custos adicionais impostos pelas empreiteiras e fornecedores e utilizados para realizar pagamentos indevidos.

5.9. Perdas em crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

Outras informações sobre perdas em crédito de liquidação duvidosas são apresentadas na nota explicativa 8.

6. Novas normas e interpretações

a) IASB – International Accounting Standards Board

Durante o exercício de 2014, a seguinte norma emitida pelo IASB entrou em vigor, e não impactou materialmente as demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRIC 21 - "Tributos". A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que especifica quando uma entidade deve reconhecer um tributo a pagar para o governo (exceto imposto de renda). Esta interpretação esclarece que o fato gerador da obrigação que dá origem a obrigação de pagar o tributo é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento do tributo.

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Emenda ao IFRS 11 "Negócios em Conjunto"	Determina que uma entidade que adquire participação em uma operação em conjunto (IFRS 11/CPC 19) que atende a definição de um negócio (IFRS 3/CPC 15), contabilize a aquisição seguindo os mesmos princípios usados em combinações de negócios.	1º de janeiro de 2016
Emenda ao IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas" e IAS 28 "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto"	Determinam que quando um ativo for vendido para, ou aportado em uma coligada ou em um empreendimento controlado em conjunto, e o ativo atende a definição de negócio (IFRS 3/CPC 15), o ganho ou perda deve ser reconhecido integralmente pelo investidor (independentemente da participação de terceiros na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto).	1º de janeiro de 2016
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2017
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Simplifica o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável. Institui novos requisitos relacionados a contabilidade de hedge.	1º de janeiro de 2018

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Companhia está avaliando os impactos da aplicação em suas demonstrações contábeis consolidadas de exercícios futuros.

b) Legislação tributária

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que, dentre outras matérias:

- Revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- Regulamentou o tratamento dos efeitos da adoção das normas contábeis internacionais (IFRS) na apuração dos tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS).

Esta lei entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, exceto os arts. 3º, 72 a 75 e 93 a 119, que entraram em vigor na data de sua publicação.

A regulamentação desta Lei se deu por intermédio da Instrução Normativa nº 1.515, de 24 de novembro de 2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A Administração da Companhia optou pela aplicação das disposições contidas nos arts. 1º e 2º e 4º a 70 da Lei nº 12.973/2014, referentes à adoção do novo regime tributário, em substituição ao RTT, a partir do exercício de 2015. Dessa forma, não houve impactos nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2014. Adicionalmente, não são esperados efeitos relevantes em relação à incidência tributária e nem impactos nas demonstrações contábeis consolidadas, a partir da aplicação dessa legislação para o exercício de 2015.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



7. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos	1.884	2.227	2	4
Aplicações financeiras de curto prazo				
- No País				
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	5.311	8.182	4.182	5.312
Outros fundos de investimentos	107	125	282	1.119
	5.418	8.307	4.464	6.431
- No exterior				
Time deposit	23.110	14.231	-	469
Auto Invest	8.226	9.328	-	-
Outras aplicações financeiras no exterior	5.601	3.079	859	1.013
	36.937	26.638	859	1.482
Total das aplicações financeiras de curto prazo	42.355	34.945	5.323	7.913
Total de caixa e equivalentes de caixa	44.239	37.172	5.325	7.917

Os fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros. As aplicações no exterior são compostas por *time deposits* com prazos de até 3 meses, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária denominadas *Auto Invest* e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo, realizadas com instituições de primeira linha.

Títulos e valores mobiliários	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Para negociação	7.146	9.085	7.092	9.085
Disponíveis para venda	56	39	52	37
Mantidos até o vencimento	17.851	284	8.346	13.887
	25.053	9.408	15.490	23.009
Circulante	24.763	9.101	15.241	22.752
Não circulante	290	307	249	257

Os títulos para negociação referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais brasileiros e os títulos mantidos até o vencimento referem-se principalmente a aplicações no exterior em *time deposits* realizadas com instituições financeiras de primeira linha.

Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimentos superiores a 3 meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



8. Contas a receber

8.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Cientes				
Terceiros	28.227	23.785	9.121	4.093
Partes relacionadas (nota explicativa 19)				
Investidas	2.293	1.542	19.913	11.384
Recebíveis do setor elétrico	7.879	4.332	765	905
Contas petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal	843	836	843	836
Outras	5.322	6.066	2.685	4.009
	44.564	36.561	33.327	21.227
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(8.956)	(3.293)	(4.873)	(473)
	35.608	33.268	28.454	20.754
Circulante	21.167	22.652	17.783	16.301
Não circulante	14.441	10.616	10.671	4.453

8.2. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	3.293	2.967	473	412
Adições ⁽¹⁾	5.801	290	4.472	88
Baixas	(323)	(144)	(72)	(27)
Ajuste Acumulado de Conversão	185	180	-	-
Saldo final	8.956	3.293	4.873	473
Circulante	3.845	1.873	2.230	473
Não circulante	5.111	1.420	2.643	-

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, ao setor elétrico (nota explicativa 8.4).

8.3. Contas a receber vencidos – Clientes Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Até 3 meses	2.186	2.133	1.050	830
De 3 a 6 meses	472	637	187	452
De 6 a 12 meses	480	925	151	582
Acima de 12 meses	4.866	4.279	1.218	786
	8.004	7.974	2.606	2.650

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



8.4. Contas a receber – Setor Elétrico (Sistema Isolado de Energia)

	2014			Consolidado 2013		
	A vencer	Vencido	Total	A Vencer	Vencido	Total
Clientes						
Sistema Eletrobras (Nota explicativa 19.5)	6.736	1.143	7.879	1.553	2.779	4.332
Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS)	3.364	442	3.806	-	1.597	1.597
Outros	63	1.046	1.109	101	617	718
	10.163	2.631	12.794	1.654	4.993	6.647
(-) Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(2.895)	(1.650)	(4.545)	-	(34)	(34)
Total	7.268	981	8.249	1.654	4.959	6.613
Partes relacionadas	6.569	437	7.006	1.553	2.763	4.316
Terceiros	699	544	1.243	101	2.196	2.297

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía recebíveis do setor elétrico no total de R\$ 12.794 (R\$ 6.647 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$ 11.150 foram classificados no ativo não circulante. Estes recebíveis são compostos de:

(i) R\$ 12.022 (R\$ 6.228 em 31 de dezembro de 2013), referentes a fornecimento de óleo combustível e gás natural, entre outros produtos, para usinas de geração termoeletrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e produtores independentes de energia (PIEs) localizados na região norte do país;

(ii) R\$ 772 (R\$ 419 em 31 de dezembro de 2013), referentes a contratos de fornecimento de energia com a controlada da Eletrobras, firmados em 2005, cujas características configuram um arrendamento mercantil financeiro de duas usinas termelétricas na região norte do país, visto que os contratos determinam, entre outras condições, a transferência das usinas ao final do contrato, sem indenização (prazo de 20 anos). Não há valores vencidos.

Parte dos custos do fornecimento de combustível para essas térmicas é suportada pelos recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, gerenciada pela Eletrobras.

Como os valores repassados pela CCC não vinham sendo suficientes para que as empresas do setor elétrico localizadas na região norte do país honrassem seus débitos, alguns destes clientes encontravam dificuldades financeiras para quitar as obrigações de fornecimento de produtos junto a Companhia, razão pela qual, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e empresas do Sistema Eletrobras celebraram contratos de confissão de dívida no montante de R\$ 8.601, que abrangem débitos vencidos até o dia 30 de novembro de 2014, atualizados pela SELIC, cujos pagamentos serão efetuados em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2015.

Parte da confissão de dívida foi garantida por penhor de créditos no montante de R\$ 6.084 oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que entre suas finalidades está a de prover recursos para os dispêndios da CCC referente à geração de energia no sistema isolado. Esta garantia real de créditos da CDE se deu em função do reconhecimento em fevereiro de 2015, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), dos créditos decorrentes da repactuação de dívidas da CDE com credores da CCC.

A partir do início de 2015, dada a mudança da política tarifária para o setor elétrico ("realismo tarifário"), com aumentos já praticados no primeiro trimestre, ocorrerá um maior equilíbrio financeiro das empresas do setor e, consequentemente, a redução da inadimplência relativa ao fornecimento de combustíveis, provavelmente a partir do segundo trimestre, considerado o período de tempo entre a cobrança dos recursos pelas distribuidoras nas contas de energia elétrica já majorados junto aos consumidores finais e a respectiva disponibilização, na CCC, para reembolso de parte expressiva dos custos aos produtores de energia.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Nesse novo contexto e após avaliação da Administração, foram reconhecidos R\$ 4.511 como perdas em créditos de liquidação duvidosa, considerando-se os valores a receber até 31 de outubro de 2014 sem garantia real, incluindo saldos a vencer de confissões de dívidas, assim como saldos vencidos de empresas que não iniciaram as tratativas para equacionamento da dívida. Não foram reconhecidas perdas para faturamentos a partir de 01 de novembro de 2014, uma vez que a ANEEL incluiu tal período na determinação da nova realidade tarifária, e tampouco para empresas adimplentes.

9. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Petróleo	10.563	13.702	8.883	10.805
Derivados de petróleo	11.510	11.679	9.046	10.282
Intermediários	2.268	2.165	2.268	2.165
Gás Natural e GNL ⁽¹⁾	951	939	557	697
Biocombustíveis	398	370	45	44
Fertilizantes	91	60	91	55
	25.781	28.915	20.890	24.048
Materiais, suprimentos e outros	4.797	4.532	3.670	3.547
	30.578	33.447	24.560	27.595
Circulante	30.457	33.324	24.461	27.476
Não circulante	121	123	99	119

⁽¹⁾ GNL - Gás Natural Liquefeito

Os estoques consolidados são apresentados deduzidos de provisão, no montante de R\$ 399, para ajuste ao seu valor realizável líquido (R\$ 205 em 31 de dezembro de 2013), sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e seus derivados. O montante acumulado da provisão reconhecido no resultado do exercício, como custo dos produtos e serviços vendidos, é de R\$ 2.461 em 2014 (R\$ 1.269 em 2013).

Parcela dos estoques de petróleo e/ou derivados foi dada como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro – TCF, assinados com a Petros, no valor de R\$ 6.151 (R\$ 6.972 em 31 de dezembro de 2013), conforme nota explicativa 22.1.

10. Vendas e incorporações de ativos

10.1. Venda de ativos

Brasil PCH S.A.

Em 14 de junho de 2013, a Petrobras celebrou contrato de compra e venda com a Cemig Geração e Transmissão S.A., que posteriormente cedeu esse contrato à Chipley SP Participações, para alienação da totalidade de sua participação acionária detida na Brasil PCH S.A., equivalente a 49% do capital votante, pelo valor de R\$ 650, sem considerar os ajustes previstos no contrato.

Em 14 de fevereiro de 2014, após atendidas todas as condições precedentes previstas em contrato, a Petrobras concluiu a operação de alienação pelo valor total de R\$ 711, considerando os ajustes ao preço, apurando um ganho antes dos impostos sobre o lucro de R\$ 646, reconhecido em outras despesas líquidas.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Petrobras Colombia Limited (PEC)

Em 13 de setembro de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação de 100% das ações de emissão da Petrobras Colombia Limited (PEC), controlada da Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV), para a Perenco Colombia Limited, pelo valor de US\$ 380 milhões sujeitos a ajuste de preço até o fechamento da operação.

Em 30 de abril de 2014, foi finalizada a venda, com a transferência dos ativos e passivos para a Perenco, registrando-se um ganho de US\$ 101 milhões, reconhecido em outras despesas líquidas.

UTE Norte Fluminense S.A.

Em 11 de abril de 2014, a Petrobras vendeu para o Grupo Électricité de France (EDF) a sua participação acionária de 10% na UTE - Norte Fluminense S.A., por R\$ 182, apurando um ganho de R\$ 83 reconhecido em outras despesas líquidas, não existindo condições precedentes.

Transierra S.A.

Em 5 de agosto de 2014, a Petrobras vendeu para a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), a sua participação acionária de 44,5% na Transierra S.A., por US\$ 107 milhões, apurando um ganho de US\$ 32 milhões reconhecido em outras despesas líquidas, não existindo condições precedentes.

Innova S.A.

Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação de 100% das ações de emissão da Innova S.A. para a Videolar S.A. e seu acionista majoritário, pelo valor de R\$ 870, ficando a conclusão da operação sujeita a determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Em 1º de outubro de 2014 a aquisição da Innova S.A. foi autorizada com restrições, condicionando ao cumprimento de um conjunto de medidas previstas em um Acordo em Controle e Concentrações - ACC firmado entre o CADE e as requerentes.

Em 30 de outubro de 2014 a operação foi finalizada conforme previsto no contrato de compra e venda de ações, apurando um ganho de R\$ 145, reconhecido em outras despesas líquidas.

Petrobras Energia Peru S.A.

Em 12 de novembro de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda, pela Petrobras de Valores Internacional de España S.L. (PVIE) e Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV), de 100% das ações da Petrobras Energia Peru S.A. para a China National Petroleum Corporation (CNPC), pelo valor total de US\$ 2.643 milhões, sujeito a ajuste de preço até o fechamento da operação, que está sendo apurado conforme estabelecido em contrato.

As condições precedentes, incluindo a aprovação dos governos chinês e peruano, bem como à observância dos procedimentos previstos nos respectivos *Joint Operating Agreement* (JOA) foram concluídas em novembro de 2014, sendo registrado um ganho na operação de US\$ 1.304 milhões, em outras despesas líquidas e US\$ 435 milhões em imposto de renda e contribuição social, perfazendo um ganho líquido de US\$ 869 milhões.



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Companhia de Gás de Minas Gerais.

Em 18 de julho de 2014, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda de sua participação acionária de 40% na Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) para a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

Em 10 de outubro de 2014, depois de atendidas todas as condições precedentes previstas em contrato, a Petrobras concluiu a operação de alienação pelo valor de R\$ 571, apurando um ganho de R\$ 172 reconhecido em outras despesas líquidas, não existindo condições precedentes.

10.2. Ativos classificados como mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 13 classificado como ativo circulante (R\$ 5.638 e R\$ 2.514 em 31 de dezembro de 2013, classificado em ativo circulante e passivo circulante, respectivamente), refere-se a ativos mantidos para venda e compõe-se de: as sondas de perfuração PI, PIII, PIV, PV e a plataforma PXIV, apresentados no segmento de exploração e produção.

No decorrer de 2014, os demais ativos que apresentavam-se classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2013 foram realizados.

10.3. Incorporações

Em 02 de abril de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou as seguintes incorporações de controladas ao seu patrimônio, sem aumento do seu capital: Termoçu S.A., Termoceará Ltda. e Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos – CLEP.

Em 30 de janeiro de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou as seguintes incorporações de controladas ao seu patrimônio, sem aumento do seu capital: Arembepe Energia S.A. e Energética Camaçari Muricy S.A.

Essas incorporações visam simplificar a estrutura societária da Companhia, minimizar custos e capturar sinergias e não geram efeitos sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11. Investimentos

11.1. Investimentos diretos (Controladora)

Empresas Consolidadas	Principal segmento de atuação	% de Participação direta da Petrobras	% no Capital votante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	País
Subsidiárias e Controladas						
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV (I)	E&P	100,00%	100,00%	37.741	2.497	Holanda
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	Distribuição	100,00%	100,00%	12.127	1.132	Brasil
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	Gás e Energia	100,00%	100,00%	5.615	572	Brasil
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	Abastecimento	100,00%	100,00%	5.018	750	Brasil
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	E&P	100,00%	100,00%	3.495	447	Brasil
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	Gás e Energia	100,00%	100,00%	2.594	1.492	Brasil
Petrobras International Braspetro - PIB BV (II) (ii)	Internacional	88,12%	88,12%	2.614	(1.643)	Holanda
Petrobras Biocombustível S.A.	Biocombustível	100,00%	100,00%	2.209	(266)	Brasil
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco S.A. - CITEPE	Abastecimento	100,00%	100,00%	1.053	(2.656)	Brasil
Liquigás Distribuidora S.A.	Abastecimento	100,00%	100,00%	910	53	Brasil
Termomacaré Ltda.	Gás e Energia	99,99%	99,99%	813	187	Brasil
Companhia Petroquímica de Pernambuco S.A. - PetroquímicaSuape	Abastecimento	100,00%	100,00%	776	(1.250)	Brasil
Araucária Nitrogenados S.A.	Gás e Energia	100,00%	100,00%	761	(186)	Brasil
Breitener Energética S.A.	Gás e Energia	93,66%	93,66%	603	96	Brasil
Braspetro Oil Services Company - Brasoil (I)	Corporativo	100,00%	100,00%	486	481	Ilhas Cayman
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	Gás e Energia	99,91%	99,91%	433	248	Brasil
Termobahia S.A.	Gás e Energia	98,85%	98,85%	402	65	Brasil
Arembepe Energia S.A.	Gás e Energia	100,00%	100,00%	389	117	Brasil
5283 Participações Ltda.	Internacional	100,00%	100,00%	310	(195)	Brasil
Baixada Santista Energia S.A.	Gás e Energia	100,00%	100,00%	273	2	Brasil
Energética Camaçari Muricy I Ltda.	Gás e Energia	100,00%	100,00%	223	121	Brasil
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FIL	E&P	99,00%	99,00%	174	(74)	Brasil
Termomacaré Comercializadora de Energia Ltda	Gás e Energia	100,00%	100,00%	92	10	Brasil
Cordoba Financial Services GmbH (i)	Corporativo	100,00%	100,00%	53	(7)	Áustria
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	Corporativo	99,95%	99,95%	34	3	Brasil
Downstream Participações Ltda.	Corporativo	99,99%	100,00%	(2)	-	Brasil
Operações em conjunto						
Fábrica Carioca de Catalizadores S.A. - FCC	Abastecimento	50,00%	50,00%	251	47	Brasil
Ibiritermo S.A.	Gás e Energia	50,00%	50,00%	157	39	Brasil
Empresas não-consolidadas						
Empreendimentos controlados em conjunto						
Logum Logística S.A.	Abastecimento	20,00%	20,00%	335	(147)	Brasil
Cia Energética Manauara S.A.	Gás e Energia	40,00%	40,00%	139	3	Brasil
Petrocoque S.A. Indústria e Comércio	Abastecimento	50,00%	50,00%	134	32	Brasil
Brentech Energia S.A.	Gás e Energia	30,00%	30,00%	75	35	Brasil
Brasympe Energia S.A.	Gás e Energia	20,00%	20,00%	75	(3)	Brasil
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Abastecimento	33,20%	50,00%	67	(3)	Brasil
METANOR S.A. - Metanol do Nordeste	Abastecimento	34,54%	34,54%	53	4	Brasil
Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	49,00%	49,00%	41	-	Brasil
Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	49,00%	49,00%	39	-	Brasil
Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	51,00%	51,00%	36	-	Brasil
Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	49,00%	49,00%	35	(2)	Brasil
Companhia de Coque Calcinado de Petróleo S.A. - COQUEPAR	Abastecimento	45,00%	45,00%	11	(31)	Brasil
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PCBIOS	Biocombustível	50,00%	50,00%	-	(63)	Brasil
GNL do Nordeste Ltda.	Gás e Energia	50,00%	50,00%	-	-	Brasil
Coligadas						
Fundo de Investimento em Participações de Sondas	E&P	4,59%	4,59%	7.893	117	Brasil
Sete Brasil Participações S.A.	E&P	5,00%	5,00%	7.659	941	Brasil
Braskem S.A.	Abastecimento	36,20%	47,03%	6.039	854	Brasil
UEG Araucária Ltda.	Gás e Energia	20,00%	20,00%	983	472	Brasil
Detan Química S.A.	Abastecimento	27,88%	27,88%	326	59	Brasil
Energética SUAPE II	Gás e Energia	20,00%	20,00%	218	72	Brasil
Termoelétrica Potiguar S.A. - TEP	Gás e Energia	20,00%	20,00%	71	(13)	Brasil
Nitroclor Ltda.	Abastecimento	38,80%	38,80%	1	-	Brasil
Bioenergética Britarumã S.A.	Gás e Energia	30,00%	30,00%	-	-	Brasil

(i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.

(ii) Participação de 11,88% da 5283 Participações Ltda.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



11.2. Mutações dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2013	Aquisição e aporte de capital	Transações de capital	Reorganiza- ções, redu- ção de capi- tal e outros	Resultado de participação em investi- mentos ^(*)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 31.12.2014
Subsidiárias e controladas								
PNBV	29.371	-	1	-	2.612	4.706	-	36.690
Petrobras Distribuidora - BR	11.919	-	-	-	910	(553)	(352)	11.924
TAG ^(*)	-	-	(1.388)	7.426	1.501	(926)	(123)	6.490
Transpetro	4.595	-	-	-	703	4	(564)	4.738
PB-LOG	3.351	-	-	-	350	-	(303)	3.398
Gaspetro	10.632	-	-	(7.973)	1.492	-	(1.558)	2.593
PBIO	2.121	362	-	-	(266)	(8)	-	2.209
PIB BV	3.355	-	19	(694)	(1.382)	(115)	-	1.183
Citepe	2.492	1.205	-	-	(2.648)	-	-	1.049
Liquigás	969	-	-	-	50	10	(12)	1.017
Termomacaê Ltda.	747	-	-	-	187	-	(121)	813
Araucária Nitrogenados	789	158	-	-	(186)	-	-	761
PetroquímicaSuape	1.460	527	-	-	(1.237)	-	-	750
Breitener	475	-	-	-	90	-	-	565
PBEN	301	-	-	-	248	-	(117)	432
Termobahia	429	-	(95)	-	64	-	-	398
Arembepe	316	-	-	-	106	-	(41)	381
CLEP	1.530	-	-	(1.107)	64	-	(487)	-
Termoaçu	666	-	-	(683)	17	-	-	-
Termo Ceará	334	-	-	(310)	8	-	(32)	-
Outras Controladas	1.160	-	(13)	(527)	384	(24)	(88)	892
Operações em conjunto	218	-	-	-	44	-	(57)	205
Empreendimentos controlados em conjunto	388	378	-	(348)	(61)	-	(22)	335
Coligadas								
Braskem	5.157	-	-	-	291	(653)	(251)	4.544
Demais coligadas	695	359	(2)	(99)	187	17	(66)	1.091
Subsidiárias, controladas, operações/empreendimentos em conjunto e coligadas	83.470	2.989	(1.478)	(4.315)	3.528	2.458	(4.194)	82.458
Outros investimentos	27	-	-	(4)	-	-	-	23
Total dos Investimentos	83.497	2.989	(1.478)	(4.319)	3.528	2.458	(4.194)	82.481
Provisão para perda em controladas					22	87		
Resultado de empresas classificadas como mantidas para venda					180	-		
Resultado de participações em investimentos e outros resultados abrangentes					3.730	2.545		

^(*) A partir do 2º trimestre de 2014, a TAG deixou de ser controlada da Gaspetro, passando a ser controlada direta da Petrobras.

^(**) Inclui lucros não realizados de transações entre empresas.



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.3. Investimentos (Consolidado)

	Investimentos		Equivalência	
	2014	2013	2014	2013
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial				
Braskem S.A.	4.544	5.157	291	146
Petrobras Oil & Gas B.V. - PO&G	4.554	3.999	261	494
Guarani S.A.	1.377	1.194	(50)	(27)
Distribuidoras Estaduais de Gás Natural	904	1.248	251	276
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	433	399	34	(13)
Petrowayu S.A.	361	433	(129)	(3)
Petroritupano S.A.	297	464	(226)	(82)
Demais Investidas do Setor Petroquímico	174	196	4	26
UEG Araucária Ltda	194	138	94	7
Petrokariña S.A.	119	155	(56)	(22)
Transierra S.A.	-	159	16	11
Demais empresas	2.280	2.021	(39)	282
	15.237	15.563	451	1.095
Outros investimentos	45	52	-	-
	15.282	15.615	451	1.095

11.4. Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

Empresa	Lote de mil ações		Tipo	Cotação em bolsa de valores (R\$ por ação)		Valor de mercado	
	2014	2013		2014	2013	2014	2013
Controlada indireta							
Petrobras Argentina S.A.	1.356.792	1.356.792	ON	1,72	1,87	2.334	2.537
						2.334	2.537
Coligada							
Braskem S.A.	212.427	212.427	ON	10,80	16,50	2.294	3.505
Braskem S.A.	75.793	75.793	PNA	17,50	21,00	1.326	1.592
						3.620	5.097

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização na venda de um lote representativo de ações.

Braskem S.A. - Investimento em coligada com ações negociadas em bolsas de valores:

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da Braskem foram apresentadas na nota explicativa 14.2.

11.5. Participação de acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 1.874, dos quais R\$ 1.286 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Petrobras Argentina S.A. A seguir estão apresentadas suas informações contábeis sumarizadas:



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Petrobras Argentina	
	2014	2013
Ativo circulante	2.678	2.295
Ativo realizável a longo prazo	220	407
Imobilizado	3.598	3.438
Outros ativos não circulantes	1.092	1.490
	7.588	7.630
Passivo circulante	1.830	1.447
Passivo não circulante	1.840	1.954
Patrimônio líquido	3.918	4.229
	7.588	7.630
Receita operacional líquida	342	547
Lucro líquido do exercício	102	299
Caixa e equivalentes de caixa gerado (utilizado) no exercício	277	(86)

A Petrobras Argentina S.A. é uma empresa integrada de energia, com atuação principal na Argentina, e controlada indireta da Petrobras, por meio da PIBBV, que possui 67,19% de participação nesta empresa.

11.6. Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia investe em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas no país e exterior, cujas atividades estão relacionadas a empresas petroquímicas, distribuidoras de gás, biocombustíveis, termoeletricas, refinarias e outras. As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	2014			
	Empreendimentos controlados em conjunto		Coligadas	
	País	Exterior	País	Exterior
Ativo Circulante	3.916	3.579	28.423	5.953
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.163	105	7.158	558
Imobilizado	4.244	8.006	32.423	9.561
Outros ativos não circulantes	2.000	47	11.534	212
	11.323	11.737	79.538	16.284
Passivo Circulante	4.890	1.336	18.050	9.250
Passivo não circulante	1.945	3.819	35.659	2.635
Patrimônio Líquido	4.464	6.184	25.974	4.399
Participação dos Acionistas não Controladores	24	398	(145)	-
	11.323	11.737	79.538	16.284
Receita Operacional Líquida	13.140	5.863	53.050	444
Lucro Líquido do Exercício	339	592	1.811	779
Percentual de Participação - %	20 a 83%	34 a 50%	5 a 49%	11 a 49%



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2013			
	Empreendimentos controlados em conjunto		Coligadas	
	País	Exterior	País	Exterior
Ativo Circulante	3.756	3.159	22.669	6.439
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.944	190	7.268	123
Imobilizado	3.839	6.744	30.784	6.520
Outros ativos não circulantes	2.186	118	6.899	166
	11.725	10.211	67.620	13.248
Passivo Circulante	4.060	1.159	15.812	6.001
Passivo não circulante	2.395	3.379	32.477	2.424
Patrimônio Líquido	5.248	5.314	19.186	4.823
Participação dos Acionistas não Controladores	22	359	145	-
	11.725	10.211	67.620	13.248
Receita Operacional Líquida	12.181	3.865	46.092	200
Lucro Líquido do Exercício	549	1.093	2.591	694
Percentual de Participação - %	20 a 83%	34 a 50%	5 a 49%	11 a 49%

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



12. Imobilizado

12.1. Por tipo de ativos

	Consolidado				Controladora	
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção ⁽¹⁾	Gastos c/exploração e desenv. Produção de petróleo e gás (campos produtores)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	16.684	166.972	166.878	68.182	418.716	279.824
Adições	148	3.870	78.156	1.408	83.582	62.974
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	(1.431)	(1.431)	(1.958)
Juros capitalizados	-	-	8.474	-	8.474	6.514
Combinação de negócios	39	70	36	-	145	-
Baixas	(9)	(261)	(5.285)	(55)	(5.610)	(4.550)
Transferências ^(****)	2.605	51.603	(64.706)	58.516	48.018	80.642
Depreciação, amortização e depleção	(1.115)	(16.241)	-	(10.643)	(27.999)	(21.028)
Impairment - constituição ^(****)	-	(26)	(13)	(193)	(232)	(119)
Impairment - reversão ^(****)	-	112	-	165	277	268
Ajuste acumulado de conversão	79	5.682	3.300	879	9.940	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.431	211.781	186.840	116.828	533.880	402.567
Custo	25.134	312.427	186.840	180.654	705.055	531.928
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(6.703)	(100.646)	-	(63.826)	(171.175)	(129.361)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.431	211.781	186.840	116.828	533.880	402.567
Adições	71	4.826	71.410	1.394	77.701	59.820
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	5.096	5.096	5.316
Juros capitalizados	-	-	8.431	-	8.431	7.793
Baixas	(23)	(132)	(9.303)	(464)	(9.922)	(9.007)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	(85)	(2.842)	(2.643)	(222)	(5.792)	(4.425)
Transferências ^(****)	6.517	59.923	(86.189)	54.501	34.752	31.921
Depreciação, amortização e depleção	(1.252)	(17.409)	-	(11.500)	(30.161)	(22.081)
Impairment - constituição ^(****)	(2.370)	(3.682)	(30.997)	(7.540)	(44.589)	(34.762)
Impairment - reversão ^(****)	-	45	-	7	52	8
Ajuste acumulado de conversão	52	7.787	3.078	625	11.542	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	21.341	260.297	140.627	158.725	580.990	437.150
Custo	29.160	377.259	140.627	233.808	780.854	586.684
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(7.819)	(116.962)	-	(75.083)	(199.864)	(149.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	21.341	260.297	140.627	158.725	580.990	437.150
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	40 (25 a 50) (exceto terrenos)	20 (3 a 31) (**)		Método da unidade produzida		

⁽¹⁾ Os saldos por área de negócio são apresentados na nota explicativa 29.

^(*) Contempla ativos de exploração e produção depreciados pelo método das unidades produzidas.

^(**) Inclui o montante de R\$ 24.419 (R\$ 50.389 em 2013), reclassificado do Ativo Intangível para o Imobilizado em decorrência da declaração de comercialidade de áreas vinculadas ao Contrato de Cessão Onerosa (nota explicativa 12.3).

^(****) Reconhecido na demonstração de resultado

Em 31 de dezembro de 2014, o imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transfiram os benefícios, riscos e controles no montante de R\$ 192 e de R\$ 8.979, respectivamente (R\$ 202 e R\$ 10.738 em 31 de dezembro de 2013).



12.2. Abertura por tempo de vida útil estimada – Consolidado

	Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens		
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 2014
Vida útil estimada			
até 5 anos	12.043	(7.601)	4.442
6 - 10 anos	28.944	(14.020)	14.924
11 - 15 anos	2.774	(1.290)	1.484
16 - 20 anos	125.439	(32.779)	92.660
21 - 25 anos	53.023	(17.573)	35.450
25 - 30 anos	60.368	(10.882)	49.486
30 anos em diante	66.552	(13.627)	52.925
Método da Unidade Produzida	55.666	(27.009)	28.657
	404.809	(124.781)	280.028
Edificações e benfeitorias	27.550	(7.819)	19.731
Equipamentos e outros bens	377.259	(116.962)	260.297

A estimativa da vida útil econômica dos equipamentos e outros bens foi revisada em 2014, tendo como base laudos elaborados por avaliadores internos.

12.3. Direito de exploração de petróleo - Cessão Onerosa

O Contrato de Cessão Onerosa, celebrado em 2010 entre a Petrobras e a União (cedente), tendo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP como reguladora e fiscalizadora, refere-se ao direito de exercer atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados em blocos na área do Pré-Sal (Franco, Florim, Nordeste de Tupi, Entorno de Iara, Sul de Guará e Sul de Tupi), limitado à produção de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo em até 40 (quarenta) anos, renováveis por mais 05 (cinco), sob determinadas condições.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia submeteu à ANP a última declaração de comercialidade do Bloco de Entorno de Iara e, com isso, encerrou-se a fase exploratória do Contrato de Cessão Onerosa.

O Contrato estabelece que, imediatamente após a declaração de comercialidade de cada área, serão iniciados os procedimentos de revisão, que deverão estar baseados em laudos técnicos independentes. A revisão do contrato foi iniciada em janeiro de 2014, após as duas primeiras declarações de comercialidade, nos blocos de Franco e Sul de Tupi e, após a última declaração de comercialidade, passou a abranger, a partir de janeiro de 2015, todas as áreas. A conclusão da revisão do Contrato de Cessão Onerosa ocorrerá após a revisão de todas as áreas, não estando estabelecida uma data para seu término.

Para a referida revisão, estão sendo considerados os custos já realizados até o momento nas áreas e as previsões de custo e produção estimadas quando da elaboração dos laudos técnicos independentes. Como resultado desta etapa, poderão ser revistos: (i) os compromissos de Conteúdo Local; (ii) o volume total de barris alocados a este contrato; e (iii) o valor pago por este contrato.

Caso a revisão determine que os direitos adquiridos alcancem um valor maior que o inicialmente pago, a Companhia poderá pagar a diferença à União ou reduzir proporcionalmente o volume total de barris adquiridos nos termos do Contrato. Se a revisão determinar que os direitos adquiridos resultem em valor menor que o inicialmente pago pela Companhia, a União reembolsará a diferença, em moeda corrente ou títulos, sujeito às leis orçamentárias.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



A Companhia efetuará os respectivos ajustes nos preços de aquisição quando os efeitos da referida revisão tornarem-se prováveis e mensuráveis.

O encerramento da fase exploratória do Contrato de Cessão Onerosa também acarretou, no exercício de 2014, na reclassificação dos valores pagos na aquisição dos blocos Florim (atual Campo de Itapu), Sul de Guará (atual Campo de Sul de Sapinhoá), Entorno de Iara (atuais Campo de Norte de Berbigão, Campo de Sul de Berbigão, Campo de Norte de Sururu, Campo de Sul de Sururu e Campo de Atapu) e Nordeste de Tupi (atual Campo de Sépia) do Ativo Intangível para o Ativo Imobilizado, no montante de R\$ 24.419. No exercício de 2013 houve reclassificação referente aos blocos de Franco (atual Campo de Búzios) e Sul de Tupi (atual Campo de Sul de Lula), no montante de R\$ 50.389.

Assim, em 31 de dezembro de 2014, o Ativo Imobilizado da Companhia inclui o montante de R\$ 74.808, referente aos valores pagos na aquisição dos blocos do Contrato de Cessão Onerosa (R\$ 50.389, em 31 de dezembro de 2013).

Adicionalmente, o Contrato prevê um programa exploratório obrigatório para cada um dos blocos e compromissos mínimos de aquisição de bens e serviços de fornecedores brasileiros nas fases de exploração e desenvolvimento da produção, os quais serão objeto de comprovação junto à ANP. No caso de descumprimento, a ANP poderá aplicar sanções administrativas e pecuniárias, conforme regras previstas no contrato.

Os resultados obtidos até o momento vêm corroborando as expectativas com relação ao potencial de produção das áreas e a Petrobras dará continuidade às atividades e aos investimentos previstos no contrato.

12.4. Refinarias Premium I e II

Em 22 de janeiro de 2015, a Companhia decidiu encerrar os projetos de investimento para a implantação das refinarias Premium I e Premium II.

Consideradas as taxas previstas de crescimento dos mercados interno e externo de derivados e da ausência de parceiro econômico para a implantação, condição prevista no Plano de Negócios e Gestão da Companhia, PNG 2014-2018, a Companhia entendeu que deveria encerrar estes projetos de implantação.

O encerramento destes dois projetos gerou uma perda de R\$ 2.825, reconhecida em outras despesas líquidas.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



13. Intangível

13.1. Por tipo de ativos

	Consolidado Controladora				Total	Total
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Softwares Desenvolvidos Internamente	Ágio (goodwill)		
Saldo em 1º de janeiro de 2013	78.702	386	1.178	941	81.207	77.349
Adição	6.665	72	278	-	7.015	6.862
Juros capitalizados	-	-	26	-	26	26
Baixa	(171)	(3)	(7)	-	(181)	(138)
Transferências ^(**)	(50.467)	(30)	(26)	(39)	(50.562)	(50.474)
Amortização	(82)	(99)	(287)	-	(468)	(336)
Impairment - constituição	(1.139)	-	-	-	(1.139)	-
Ajuste acumulado de conversão	182	6	-	35	223	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	33.690	332	1.162	937	36.121	33.289
Custo	34.680	1.423	3.379	937	40.419	36.118
Amortização acumulada	(990)	(1.091)	(2.217)	-	(4.298)	(2.829)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	33.690	332	1.162	937	36.121	33.289
Adição	214	94	279	-	587	478
Juros capitalizados	-	-	19	-	19	19
Baixa	(219)	(11)	(23)	-	(253)	(229)
Transferências ^(**)	(24.164)	18	22	(3)	(24.127)	(24.057)
Amortização	(84)	(120)	(312)	-	(516)	(392)
Impairment - constituição	(21)	(1)	-	-	(22)	-
Impairment - reversão	15	-	-	-	15	-
Ajuste acumulado de conversão	111	3	1	37	152	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.542	315	1.148	971	11.976	9.108
Custo	10.633	1.536	3.403	971	16.543	12.051
Amortização acumulada	(1.091)	(1.221)	(2.255)	-	(4.567)	(2.943)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.542	315	1.148	971	11.976	9.108
Tempo de vida útil estimado - anos	(*)	5	5	Indefinida		

^(*) O saldo é composto, preponderantemente, por ativos com vida útil indefinida. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

^(**) Inclui o montante de R\$ 24.419 (R\$ 50.389 em 2013), reclassificado do Ativo Intangível para o Imobilizado, em decorrência da declaração de comercialidade de áreas vinculadas ao Contrato de Cessão Onerosa (nota explicativa 12.3).

Em 31 de dezembro de 2013, o Ativo Intangível da Companhia incluía o montante de R\$ 24.419, vinculado ao Contrato de Cessão Onerosa. Com a Declaração de Comercialidade dos blocos remanescentes e consequente encerramento da fase exploratória, este montante foi reclassificado do Ativo Intangível para o Ativo Imobilizado, conforme descrito na nota explicativa 12.3.

13.2. Devolução à ANP de áreas na fase de exploração e campos de petróleo e gás natural

No exercício de 2014, os direitos sobre os blocos exploratórios devolvidos para a ANP totalizaram R\$ 195 (R\$ 131 em 2013), localizados nas áreas abaixo:

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Área	Em fase exploratória	
	Exclusivo	Parceria
Bacia de Campos	5	-
Bacia de Santos	3	3
Bacia de Solimões	2	-
Bacia do Espírito Santo	1	2
Bacia de Recôncavo	1	1
Bacia do Potiguar	1	-
Bacia de Jequitinhonha	1	-
Bacia de Camamu Almada	-	1
Bacia do Pará - Maranhão	-	3
Bacia de Parnaíba	-	1

13.3. Devolução à ANP de campos de petróleo e gás natural, operados pela Petrobras

Os seguintes campos foram devolvidos à ANP durante o exercício de 2014: Cação, Carapiá, Moréia, Caravela, Cavalo Marinho, Estrela do Mar, Tubarão, Rio Mariricu, Rio Mariricu Sul, Lagoa Parda Sul, Urutau, Iraúna e Mosquito Norte.

13.4. Direito de exploração de petróleo - Partilha de Produção

Em 2 de dezembro de 2013, após um leilão público realizado em 21 de outubro de 2013, o Consórcio Libra, composto pela Petrobras (40%), Shell (20%), Total (20%), Petrochina (10%) e CNOOC (10%), celebrou o Contrato de Partilha de Produção com o Governo Federal brasileiro, através da ANP e Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.- Pré-Sal Petróleo (PPSA).

Nos termos do contrato, foram concedidos ao consórcio direitos e obrigações para operar e explorar uma área estratégica do pré-sal conhecida como bloco de Libra, localizado em águas ultra profundas da Bacia de Santos. Este foi o primeiro contrato de partilha de produção de petróleo e gás celebrado no Brasil, com prazo de duração de 35 anos e não sujeito a renovação.

Um bônus de assinatura no valor de R\$ 15.000 foi pago em parcela única, cabendo à Companhia o valor de R\$ 6.000, referente à sua participação no consórcio, registrado como Direitos e Concessões.

13.5. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo intangível inclui contratos de concessão de distribuição de gás natural canalizado no Brasil, no total de R\$ 558, com prazos de vencimento entre 2029 e 2043, podendo ser prorrogado. As concessões prevêm a distribuição para os setores industrial, residencial, comercial, veicular, climatização, transportes e outros.

A remuneração pela prestação de serviços consiste, basicamente, na combinação de custos e despesas operacionais e remuneração do capital investido. As tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído estão sujeitas a reajustes e revisões periódicas com o órgão regulador estadual.

Ao final das concessões, os contratos prevêm indenização à Companhia dos Investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizadas com o objetivo de determinar o valor.



14. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

14.1. Imobilizado e Intangível

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis, a Companhia prioriza o emprego do valor em uso dos ativos (individualmente, ou agrupados em unidades geradoras de caixa - UGC) a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo ou do conjunto de ativos que compõem a UGC; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e (iii) taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital* - WACC) pós-imposto. A definição de unidades geradoras de caixa (UGCs) está descrita na nota explicativa 5.2.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso das UGCs, foram: i) taxa de câmbio média estimada de R\$ 2,85 para US\$ 1 em 2015 e 2016 (convergindo para R\$ 2,61 a longo prazo); e, ii) cotação do Brent de US\$ 52 em 2015, alcançando US\$ 85 a longo prazo.

14.1.1. Mudanças na agregação de ativos que compõem unidades geradoras de caixa

Conforme nota 5.2, a Companhia excluiu 2 ativos da Unidade Geradora de Caixa do Abastecimento, que são: (i) Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e (ii) 2º trem de refino da Refinaria Abreu e Lima (RNEST); e um ativo da Unidade Geradora de Caixa do Gás Natural: Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN III).

a) UGC Abastecimento

A Companhia agregou em uma unidade geradora de caixa chamada UGC Abastecimento, todo o conjunto de suas refinarias, seus terminais e dutos, bem como seus ativos logísticos operados pela Transpetro, localizados no Brasil.

Entretanto, durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014, novas circunstâncias levaram a Administração da Companhia a reavaliar alguns de seus projetos em andamento. Através desse processo, a Companhia optou por postergar, por um extenso período, os seguintes projetos: (i) Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj); e (ii) 2º trem de refino da Refinaria Abreu e Lima (RNEST). Em função disso, em 31 de dezembro de 2014, os ativos em construção no âmbito desses projetos deixaram de pertencer à UGC Abastecimento e passaram a ser testados individualmente. Tais circunstâncias incluem: i) redução das receitas operacionais esperadas no futuro devido ao declínio dos preços do petróleo no mercado internacional; ii) desvalorização do Real, que aumenta a necessidade de caixa para cumprir com o serviço de suas dívidas em moeda estrangeira no curto prazo; iii) dificuldades de acesso ao mercado de capitais; e iv) insolvência de empreiteiras e fornecedores, com carência no mercado de fornecedores qualificados disponíveis (como resultado das investigações da Operação Lava Jato ou por outros motivos).

O Comperj foi concebido para expandir a capacidade de refino da Petrobras, tendo uma capacidade de processamento de 165 mil barris de petróleo por dia. Dessa forma, objetiva-se atender ao crescimento da demanda de derivados no Brasil, como óleo diesel, nafta petroquímica, querosene de aviação (QAV), coque e GLP (gás de cozinha) e óleo combustível.

A RNEST foi projetada para processar 230 mil barris de petróleo por dia com uma capacidade de produção de 70% desse volume em diesel, e com possibilidade de expansão para 260 mil barris de petróleo por dia através do Programa de Elevação de Médios e Gasolina (Promega). O processo de refino compreende dois trens de produção idêntica, com uma capacidade de 115 mil barris cada. Cada trem tem unidades de destilação atmosférica, coqueamento retardado, hidrotratamento de diesel e nafta, geração de hidrogênio, tratamento de amônia, tratamento de água ácida e regeneração cáustica, bem como as unidades auxiliares.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



A Companhia considerou que a postergação desses projetos por um extenso período corresponde a um evento significativo que justifica a retirada do Comperj e do 2º trem de refino da RNEST da UGC Abastecimento, para que os mesmos tenham suas respectivas recuperabilidades testadas separadamente. No entendimento da Petrobras, seria inapropriado manter a UGC Abastecimento inalterada por um extenso período com base, exclusivamente, nas expectativas da Administração quanto ao uso futuro esperado desses ativos, sem a continuidade das obras para corroborar essas expectativas.

b) UGC Gás Natural

A Companhia agregou em uma unidade geradora de caixa chamada UGC Gás Natural, todo o conjunto de ativos que compõem a malha comercial do gás natural (gasodutos), unidades de processamento de gás natural (UPGN) e conjunto de ativos de fertilizantes e nitrogenados (plantas industriais), localizados no Brasil.

Entretanto, durante o trimestre findo em 31 de Dezembro de 2014, após interrupção das obras da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (MS), a Companhia rescindiu o contrato por motivo de baixa performance do Consórcio UFN III. Posteriormente a esta paralisação, a Companhia optou por reavaliar seu cronograma de implantação, postergando as ações necessárias à contratação de nova empresa para execução do escopo remanescente, enquanto perdurarem as medidas de preservação do caixa da Companhia. Em função disso, os ativos em construção no âmbito desse projeto deixaram de pertencer à UGC Gás Natural, em 31 de dezembro 2014, passando a ser testados individualmente.

A UFN III terá capacidade para produzir, anualmente, 1,2 milhão de toneladas de uréia e 70 mil toneladas de amônia, atendendo, preferencialmente, os mercados dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo e Paraná.

14.1.2. Testes de perda no valor de recuperação de ativos (imobilizado e intangível)

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia identificou a necessidade de testes de perda por desvalorização ou de reversão de desvalorização para determinados ativos e unidades geradoras de caixa. As perdas e reversões oriundas dos testes realizados foram reconhecidas no resultado do exercício. Os resultados dos testes são apresentados a seguir:

Ativo ou UGC, por natureza				Consolidado	
	Valor contábil líquido	Valor Recuperável	Perda por desvalorização ^{(1) (1'')}	Segmento	Comentários
Campos de Produção de óleo e gás no Brasil (diversas UCGs)	17.067	12.918	4.149	Exploração e Produção, Brasil	Ver item (a)
Equipamentos vinculados à atividade de produção de óleo e gás e perfuração de poços	2.898	1.474	1.424	Exploração e Produção, Brasil	Ver item (b)
Campos de produção de óleo e gás no exterior	8.302	3.873	4.429	Exploração e Produção, Internacional	Ver item (c)
Comperj	25.820	3.987	21.833	Abastecimento, Brasil	Ver item (d)
2º trem de refino da RNEST	16.488	7.345	9.143	Abastecimento, Brasil	Ver item (e)
Complexo Petroquímico Suape	7.563	4.585	2.978	Abastecimento, Brasil	Ver item (f)
Araucária	927	667	260	Gás e Energia	Ver item (g)
NSS Japão	343	-	343	Abastecimento, Internacional	Ver item (h)
Outros	71	86	(15)		
Total	79.479 ⁽¹⁾	34.935	44.544		

⁽¹⁾ Constituição e reversão de impairment.

^(1'') Não inclui impairment de ativos classificados como mantidos para venda de R\$ 92.



a) Campos de produção de óleo e gás no Brasil

As nossas avaliações dos ativos vinculados a campos de produção de óleo e gás no Brasil, sob o regime de concessão, resultaram no reconhecimento de perdas por desvalorização no valor de R\$ 4.149. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7,2% a.a. (6,1% a.a. em 2013), que deriva da metodologia do WACC para o setor de Exploração e Produção. Essas perdas estão relacionadas, predominantemente, aos campos de Frade, Pirapitanga, Tambuatá, Carapicú e Piracucá, que provêm de revisão de premissas e da recente queda dos preços do petróleo no mercado internacional.

b) Equipamentos vinculados à atividade de produção de óleo e gás e perfuração de poços no Brasil

Nas nossas avaliações dos ativos que atuam na produção e perfuração dos ativos, não vinculados diretamente aos campos de produção de óleo e gás, foram identificadas perdas por desvalorização de R\$ 1.424. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 8% a.a. (6,6% a.a. em 2013), que deriva da metodologia do WACC para o setor de Equipamentos e Serviços da Indústria de óleo e gás. Essas perdas foram reconhecidas, principalmente, em função de futura ociosidade de duas sondas de perfuração e desmobilização de duas plataformas não alocadas em campos em 31 de dezembro de 2014.

c) Campos de produção de óleo e gás no exterior

Os testes de redução ao valor recuperável, dos campos de produção de óleo e gás no exterior, apresentados como ativos do segmento de Exploração e Produção da área internacional, resultaram no reconhecimento de perda por desvalorização no valor de R\$ 4.429. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 5,4% a 11,2% a.a. (5,1% a 10,9% a.a. em 2013), que deriva da metodologia do WACC para o setor de Exploração e Produção, considerando o país de atuação. A perda está relacionada, principalmente, aos campos de produção de óleo e gás de Cascade e Chinook, R\$ 4.162, localizados nos Estados Unidos, em função da revisão de premissas de preço, decorrente da recente queda das cotações dos preços do petróleo no mercado internacional.

d) Comperj

As nossas avaliações dos ativos de refino do Comperj resultaram no reconhecimento de perdas por desvalorização no valor de R\$ 21.833. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7% a.a. (5,8% a.a. em 2013, quando testado no âmbito da UGC Abastecimento), que deriva da metodologia do WACC para o setor de refino. Essas perdas decorreram, principalmente, em função: (i) problemas no planejamento dos projetos; (ii) utilização de taxa de desconto considerando a inclusão de um prêmio de risco específico para os projetos postergados; (iii) postergação da expectativa de entrada de caixa em função da postergação do projeto; e (iv) conjuntura atual de menor crescimento econômico.



e) 2º trem de refino da RNEST

As nossas avaliações dos ativos de refino do 2º Trem da RNEST resultaram no reconhecimento de perdas por desvalorização no valor de R\$ 9.143. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7% a.a. (5,8% a.a. em 2013, quando testado no âmbito da UGC Abastecimento), que deriva da metodologia do WACC para o setor de refino. Essas perdas decorreram, principalmente, em função: (i) problemas no planejamento dos projetos; (ii) utilização de taxa de desconto considerando a inclusão de um prêmio de risco específico para os projetos postergados; (iii) postergação da expectativa de entrada de caixa em função da postergação do projeto; e (iv) conjuntura atual de menor crescimento econômico.

f) Complexo Petroquímico Suape

A avaliação de recuperabilidade dos ativos da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco SA - CITEPE e Companhia Petroquímica de Pernambuco SA - Petroquímica Suape, resultou em uma provisão de perda de R\$ 2.978. Os fluxos de caixa futuros consideraram: horizonte de projeção de 30 anos, com perpetuidade sem crescimento; premissas e orçamentos das companhias; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 6,2% a.a. (5,4% a.a. em 2013), que deriva da metodologia do WACC para o setor petroquímico. Este resultado está relacionado, principalmente, à revisão das projeções de mercado e das premissas de preço, que foram atualizadas em virtude do nível de atividade econômica e da redução dos spreads deste setor no mercado internacional, além de alterações no ambiente tributário.

g) Araucária Nitrogenados S.A.

A avaliação de recuperabilidade dos ativos da Araucária Nitrogenados S.A. resultou em uma perda de R\$ 260. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 6,1% a.a. (5,9% a.a. em 2013), que deriva da metodologia do WACC para o setor de Fertilizantes. Esse resultado foi motivado por aspectos operacionais que requereram novos investimentos ao longo do período de 2014.

h) Refinaria Nansei Sekiyu K.K.

As avaliações de recuperabilidade, dos ativos do segmento de abastecimento na área internacional, resultaram em uma perda de R\$ 343, proveniente dos ativos da refinaria Nansei Sekiyu K.K., no Japão, decorrente da decisão de encerramento das atividades de refino no Japão.

14.2. Investimento em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (incluindo ágio)

Nas avaliações de recuperabilidade dos investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto, incluindo ágio, foi utilizado o método do valor em uso, a partir de projeções que consideraram: horizonte de projeção do intervalo de 5 a 12 anos, com perpetuidade sem crescimento; premissas e orçamentos aprovados pela administração da Companhia; e taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia do WACC ou CAPM, conforme metodologia de aplicação.

A seguir são apresentados os principais investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto em 31 de dezembro de 2014 que contemplam ágio:

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Investimento	Segmento	Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante, a.a.) (*)	Valor em uso	Valor contábil
Braskem S.A.	Abastecimento	9,7% a 10,1%	8.844	4.544
Distribuidoras Estaduais de Gás Natural	Gás e Energia	4,8%	3.388	904
Guarani S.A.	Biocombustíveis	7,3%	2.258	1.377

(*) Taxa de desconto pós-imposto de 2013 (moeda constante, a.a.) de 8,9% a 9,6% para Braskem; 4,1% para as Distribuidoras Estaduais de Gás Natural; e 5,9% para a Guarani.

14.2.1. Investimento em coligada com ações negociadas em bolsas de valores (Braskem S.A.)

A Braskem é uma companhia de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior. Com base nas cotações de mercado no Brasil, em 31 de dezembro de 2014, a participação da Petrobras nas ações ordinárias (47% do total) e nas ações preferenciais (22% do total) da Braskem, foi avaliada em R\$ 3.620, conforme descrito na nota explicativa 11.4. Entretanto, apenas aproximadamente 3% das ações ordinárias dessa investida são de titularidade de não signatários do Acordo de Acionistas e sua negociação é extremamente limitada.

Considerando a relação operacional entre a Petrobras e a Braskem, o teste recuperabilidade do investimento nessa coligada foi realizado com base em seu valor em uso, proporcional à participação da Companhia no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da Braskem, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições da investida. As avaliações de recuperabilidade não indicaram a existência de perdas por *impairment*.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da Braskem, foram: i) taxa de câmbio média estimada de R\$ 2,85 para US\$ 1,00 em 2015 e 2016 (convergindo para R\$ 2,61 a longo prazo); ii) cotação do Brent de US\$ 52 em 2015, alcançando US\$ 85,00 a longo prazo; iii) projeção de preços das matérias-primas e petroquímicos refletindo as tendências internacionais; iv) evolução das vendas de produtos petroquímicos, estimada com base no crescimento do produto interno bruto – PIB (brasileiro e global); e v) aumento na margem EBITDA, acompanhando o ciclo de crescimento da indústria petroquímica nos próximos anos, com queda no longo prazo.

14.3. Provisão Para Perdas em Investimentos

Devido à redução do preço do petróleo no mercado internacional, que impactou as operações de E&P das coligadas da Petrobras Argentina S.A. e da empresa controlada em conjunto, Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G), em seus ativos na África, foram constituídas perdas em investimentos, no valor de R\$ 414 e R\$ 224, respectivamente, reconhecidas em resultado de participação em investimentos.

14.4. Ativos classificados como mantidos para venda

Em decorrência da aprovação da Administração da Companhia para alienação das sondas de perfuração PI, PIII, PIV, PV e a plataforma PXIV, a avaliação destes ativos ao valor justo resultou no reconhecimento de perdas por *impairment* na área de Exploração e Produção, no montante de R\$ 92.



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As atividades de exploração e avaliação abrangem a busca por reservas de petróleo e gás natural desde a obtenção dos direitos legais para explorar uma área específica até a declaração da viabilidade técnica e comercial das reservas.

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados à atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado	
	2014	2013
Custos exploratórios reconhecidos no Ativo ^(*)		
Imobilizado		
Saldo inicial	20.619	21.760
Adições	10.039	10.680
Baixas	(3.145)	(2.754)
Transferências	(9.300)	(9.056)
Ajustes acumulados de conversão	381	(11)
Saldo final	18.594	20.619
Intangível ^(**)	8.085	32.516
Total dos custos exploratórios reconhecidos no ativo	26.679	53.135

^(*) Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

^(**) Saldos de 2013 incluem os direitos de exploração vinculados ao contrato de Cessão Onerosa, conforme descrito na nota explicativa 12.3.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	2014	2013
Custos exploratórios reconhecidos no resultado		
Despesas com geologia e geofísica	1.972	2.069
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	5.048	4.169
Outras despesas exploratórias	115	207
Total das despesas	7.135	6.445
Caixa utilizado nas atividades		
Operacionais	2.087	2.275
Investimentos	11.508	18.892
Total	13.595	21.167



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

15.1. Tempo de capitalização

O quadro a seguir apresenta os custos e o número de poços exploratórios capitalizados por tempo de existência, considerando a data de conclusão das atividades de perfuração. Demonstra, ainda, o número de projetos para os quais os custos de poços exploratórios estejam capitalizados por prazo superior a um ano:

	Consolidado	
	2014	2013
Custos exploratórios capitalizados por tempo de existência ⁽¹⁾		
Custos de prospecção capitalizados até um ano	5.377	6.016
Custos de prospecção capitalizados acima de um ano	13.217	14.603
Saldo final	18.594	20.619
Número de projetos com custos de prospecção capitalizados acima de um ano	69	86

	Número de poços	
	2014	2013
2013	5.213	32
2012	3.984	25
2011	1.692	15
2010	772	5
2009 e anos anteriores	1.556	15
Saldo Total	13.217	92

⁽¹⁾ Não contempla os custos para obtenção de direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural.

Do total de R\$ 13.217 para 69 projetos que incluem poços em andamento por mais de um ano desde a conclusão das atividades de perfuração, sendo que R\$ 10.225 referem-se a poços localizados em áreas em que há atividades de perfuração já em andamento ou firmemente planejadas para o futuro próximo e cujo "Plano de Avaliação" foi submetido à aprovação da ANP, e aproximadamente R\$ 2.992 foram incorridos em custos referentes às atividades necessárias à avaliação das reservas e o possível desenvolvimento das mesmas.

16. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Terceiros no País	13.146	12.523	10.879	10.696
Terceiros no Exterior	11.262	14.198	4.869	4.410
Partes relacionadas	1.516	1.201	10.827	10.855
Saldo total no Passivo Circulante	25.924	27.922	26.575	25.961

17. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos se destinam ao desenvolvimento de projetos de produção de petróleo e gás natural, à construção de navios e de dutos, bem como à construção e ampliação de unidades industriais, dentre outros usos diversos.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



A Companhia possui obrigações relacionadas aos contratos de financiamento (*covenants*), dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício, com prazos de cura que ampliam esses períodos em 30 e 60 dias, dependendo do financiamento. A apresentação das demonstrações contábeis nos prazos definidos contratualmente é uma exigência que consta na maioria dos contratos de financiamento e o não cumprimento pode gerar um vencimento antecipado das dívidas.

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	Consolidado					Controladora
	Agência de Crédito à Exportação	Mercado Bancário	Mercado de Capitais	Outros	Total	Total
Não Circulante						
No País						
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2013	-	63.301	2.564	130	65.995	33.360
Ajuste acumulado de conversão	-	(6)	-	-	(6)	-
Adições de Financiamentos	-	22.576	512	-	23.088	33.187
Juros incorridos no período	-	185	35	7	227	37
Variações monetárias e cambiais	-	3.257	117	4	3.378	679
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	-	(21.348)	(391)	(27)	(21.766)	(18.944)
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	-	(30)	-	-	(30)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	-	67.935	2.837	114	70.886	48.319
No Exterior						
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2013	10.310	39.816	63.412	1.285	114.823	36.911
Ajuste acumulado de conversão	1.032	5.134	12.825	155	19.146	-
Adições de Financiamentos	3.359	19.803	23.713	188	47.063	34.676
Juros incorridos no período	2	30	77	17	126	2.304
Variações monetárias e cambiais	343	1.926	605	64	2.938	10.331
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(1.447)	(2.826)	(902)	(91)	(5.266)	(26.804)
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	-	(849)	-	-	(849)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	13.599	63.034	99.730	1.618	177.981	57.418
Saldo total em 31 de dezembro de 2013	13.599	130.969	102.567	1.732	248.867	105.737
Não Circulante						
No País						
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2014	-	67.935	2.837	114	70.886	48.319
Ajuste acumulado de conversão	-	133	-	-	133	-
Adições de Financiamentos	-	10.130	800	-	10.930	9.088
Juros incorridos no período	-	474	-	-	474	275
Variações monetárias e cambiais	-	2.518	192	3	2.713	1.641
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	-	(3.395)	(373)	(43)	(3.811)	(870)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	-	77.795	3.456	74	81.325	58.453
No Exterior						
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2014	13.599	63.034	99.730	1.618	177.981	57.418
Ajuste acumulado de conversão	1.154	7.711	16.921	135	25.921	-
Adições de Financiamentos	665	15.633	32.542	-	48.840	40.106
Juros incorridos no período	9	50	108	18	185	2.191
Variações monetárias e cambiais	250	1.004	(3.392)	50	(2.088)	11.343
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(1.747)	(8.018)	(2.979)	(98)	(12.842)	(18.112)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	13.930	79.414	142.930	1.723	237.997	92.946
Saldo total em 31 de dezembro de 2014	13.930	157.209	146.386	1.797	319.322	151.399

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Circulante				
Endividamento de Curto Prazo	9.253	8.560	17.067	22.042
Parcela Circulante de Endividamento de Longo Prazo	18.182	7.304	29.433	23.583
Juros Provisionados	4.088	2.880	2.094	1.002
	31.523	18.744	48.594	46.627

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



17.1. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	Consolidado						Total (*)	Valor justo
	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 anos em diante		
Financiamentos em Reais (R\$):	3.753	7.403	6.341	6.814	11.100	26.812	62.223	53.591
Indexados a taxas flutuantes	2.362	6.281	4.551	5.121	9.446	20.600	48.361	
Indexados a taxas fixas	1.391	1.122	1.790	1.693	1.654	6.212	13.862	
Taxa média dos Financiamentos	9,9%	11,9%	13,7%	11,0%	10,2%	8,2%	10,0%	
Financiamentos em Dólares (US\$):	24.820	23.871	23.254	29.488	47.093	80.719	229.245	213.977
Indexados a taxas flutuantes	19.571	11.460	13.460	22.962	33.313	22.865	123.631	
Indexados a taxas fixas	5.249	12.411	9.794	6.526	13.780	57.854	105.614	
Taxa média dos Financiamentos	3,0%	4,3%	4,5%	4,1%	4,2%	5,3%	4,5%	
Financiamentos em R\$ indexados ao US\$:	684	1.039	1.861	1.857	1.850	16.251	23.542	25.456
Indexados a taxas flutuantes	45	51	51	47	40	132	366	
Indexados a taxas fixas	639	988	1.810	1.810	1.810	16.119	23.176	
Taxa média dos Financiamentos	6,9%	7,1%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	
Financiamentos em Libras (£)	192	-	-	-	-	7.102	7.294	6.374
Indexados a taxas fixas	192	-	-	-	-	7.102	7.294	
Taxa média dos Financiamentos	4,1%	-	-	-	-	6,2%	6,2%	
Financiamentos em Ienes	1.177	1.042	251	228	-	-	2.698	2.735
Indexados a taxas flutuantes	228	227	227	227	-	-	909	
Indexados a taxas fixas	949	815	24	1	-	-	1.789	
Taxa média dos Financiamentos	1,2%	1,9%	1,2%	1,1%	-	-	1,5%	
Financiamentos em Euro	881	35	35	8.867	4.209	11.793	25.820	23.790
Indexados a taxas flutuantes	73	33	33	33	33	505	710	
Indexados a taxas fixas	808	2	2	8.834	4.176	11.288	25.110	
Taxa média dos Financiamentos	3,5%	2,1%	2,1%	3,8%	3,9%	4,3%	4,0%	
Financiamentos Outras Moedas	16	7	-	-	-	-	23	23
Indexados a taxas fixas	16	7	-	-	-	-	23	
Taxa média dos Financiamentos	14,0%	15,3%	-	-	-	-	14,4%	
Total em 31 de dezembro de 2014	31.523	33.397	31.742	47.254	64.252	142.677	350.845	325.946
Taxa média dos financiamentos	3,9%	6,0%	6,4%	5,2%	5,3%	6,0%	5,6%	
Total em 31 de dezembro de 2013	18.744	17.017	29.731	20.331	37.598	144.190	267.611	269.956

(*) Em 31 de dezembro de 2014, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 6,10 anos.

Os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de preços cotados em mercados ativos (nível 1), quando aplicável. Quando não há preços cotados em mercado ativo disponível, os valores justos dos financiamentos são determinados por meio de uma curva teórica elaborada com base nos Bonds de maior liquidez da Companhia (nível 2).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 33.2.

17.2. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção foi de 4,9% a.a. em 2014 (4,5% a.a. em 2013).



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

17.3. Captações - Saldo a utilizar

Empresa	Contratado	Utilizado	Saldo a utilizar
No exterior (Valores em US\$ milhões)			
PGT	500	-	500
Petrobras	2.500	530	1.970
No país			
Transpetro	10.058	2.841	7.217
Petrobras	14.503	12.502	2.001
PNBV	9.878	989	8.889
Liquigás	141	135	6

17.4. Garantias

As instituições financeiras não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos a Petrobras. Excepcionalmente, existem financiamentos concedidos por instrumentos específicos de fomento, que contam com garantias reais.

Os empréstimos obtidos por Entidades Estruturadas estão garantidos pelos próprios ativos dos projetos, bem como por penhor de direitos creditórios e ações das entidades.

Os financiamentos junto ao mercado de capitais, que correspondem a títulos emitidos pela Companhia não possuem garantias reais.

18. Arrendamentos mercantis

Os recebimentos/pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro e de contratos não canceláveis de arrendamento mercantil operacional estão descritos a seguir:

	Consolidado						Controladora	
	Financieiro			Operacional			Financieiro	Operacional
Compromissos Estimados	Valor futuro dos Recebimentos	Juros Anuais dos Recebimentos	Valor Presente dos Recebimentos	Valor futuro dos Pagamentos	Juros Anuais dos Pagamentos	Valor Presente dos Pagamentos	Pagamentos	Valor presente
2015	508	(297)	211	55	(13)	42	38.898	1.609
2016 – 2019	2.111	(1.198)	913	181	(98)	83	102.262	2.797
2020 em diante	4.679	(1.780)	2.899	607	(542)	65	173.345	1.496
Em 31 de dezembro de 2014	7.298	(3.275)	4.023	843	(653)	190	314.505	5.902
Circulante			157			42		1.609
Não circulante			3.866			148		4.293
Em 31 de dezembro de 2013			3.563			209	294.815	7.743

Em 2014, os saldos de contratos de arrendamento mercantil operacional que ainda não tinham sido iniciados em função dos ativos relacionados estarem em construção ou não terem sido disponibilizados para uso, representam o montante de R\$ 184.778 no Consolidado e R\$ 159.466 na Controladora (em 2013, R\$ 189.854 no Consolidado e R\$ 156.605 na Controladora).

Em 2014, a Companhia reconheceu gastos com arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 25.110 no Consolidado e R\$ 35.495 na Controladora (em 2013, R\$ 24.917 no Consolidado e R\$ 31.693 na Controladora).

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, unidades de produção de petróleo e gás natural, sondas de perfuração e outros equipamentos de exploração e produção, navios, embarcações de apoio, helicópteros, terrenos e edificações.

19. Partes relacionadas

19.1. Transações comerciais e outras operações

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas, negócios em conjunto, entidades estruturadas consolidadas e coligadas são efetuadas a preços e condições de mercado.

19.1.1. Por operação e por empresa

	Jan-Dez/2014				Controladora		
	Resultado	Ativo Circulante	Ativo Não circulante	Total	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	31.12.2014 Total
Por operação							
Receitas, principalmente de vendas	156.614						
Variações monetárias e cambiais líquidas	(2.139)						
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(5.012)						
Contas a receber		11.687	8.226	19.913			
- Contas a receber, principalmente por vendas		10.224	-	10.224			
- Dividendos a receber		1.053	-	1.053			
- Operações de mútuo		-	6.828	6.828			
- Adiantamento para aumento de capital		-	397	397			
- Valores vinculados à construção de gasoduto		-	868	868			
- Outras operações		410	133	543			
Arrendamentos mercantis financeiros					(1.608)	(4.229)	(5.837)
Financiamentos sobre operações de créditos					(5.010)	-	(5.010)
Operações de mútuo					-	(29.816)	(29.816)
Pré pagamento de exportação					(20.907)	(46.607)	(67.514)
Fornecedores					(10.827)	-	(10.827)
- Compras de petróleo, derivados e outras					(7.130)	-	(7.130)
- Afretamento de plataformas					(3.312)	-	(3.312)
- Adiantamento de clientes					(414)	-	(414)
- Outros					29	-	29
Outras operações					-	(143)	(143)
Em 2014	149.463	11.687	8.226	19.913	(38.352)	(80.795)	(119.147)
Em 2013	129.272	9.020	2.364	11.384	(36.098)	(46.071)	(82.169)

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



	Controladora						
	Jan-Dez/2014					31.12.2014	
	Resultado	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
Por empresa							
Subsidiárias e Controladas⁽¹⁾							
Petrobras Distribuidora - BR	94.780	2.365	6.616	8.981	(275)	(20)	(295)
PIB-BV Holanda	19.872	2.279	94	2.373	(28.405)	(76.474)	(104.879)
Gaspetro	9.721	1.452	868	2.320	(440)	-	(440)
PNBV	1.861	2.836	23	2.859	(4.031)	-	(4.031)
Transpetro	725	356	-	356	(941)	-	(941)
Fundo de Investimento Imobiliário	(178)	63	-	63	(233)	(1.098)	(1.331)
Termoelétricas	(165)	65	227	292	(92)	(1.002)	(1.094)
TAG	(851)	402	-	402	(2.233)	-	(2.233)
Outras Controladas	5.878	1.329	393	1.722	(960)	-	(960)
	131.643	11.147	8.221	19.368	(37.610)	(78.594)	(116.204)
Entidades estruturadas							
CDMPI	(131)	-	-	-	(294)	(1.408)	(1.702)
PDET Off Shore	(120)	-	-	-	(205)	(721)	(926)
	(251)	-	-	-	(499)	(2.129)	(2.628)
Coligadas							
Empresas do Setor Petroquímico	18.066	535	-	535	(164)	(72)	(236)
Outras Coligadas	5	5	5	10	(79)	-	(79)
	18.071	540	5	545	(243)	(72)	(315)
	149.463	11.687	8.226	19.913	(38.352)	(80.795)	(119.147)

⁽¹⁾ Inclui suas controladas e negócios em conjunto.

19.1.2. Taxas anuais de operações de mútuo

As operações de mútuo são realizadas de acordo com as condições de mercado e legislação aplicável, conforme a seguir:

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	2014	2013	2014	2013
Até 5%	-	-	(4.269)	(4.288)
De 5,01% a 7%	-	-	(23.713)	(20.267)
De 7,01% a 9%	-	-	(1.834)	(1.719)
Acima de 9,01%	6.828	279	-	-
	6.828	279	(29.816)	(26.274)

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



19.2. Fundo de investimento em direitos creditórios

A Controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP e FIDC- P que são destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas do Sistema Petrobras.

Os valores investidos em títulos públicos do FIDC-NP e FIDC-P estão registrados em caixa e equivalentes de caixa ou títulos e valores mobiliários, em função dos seus respectivos prazos de realização.

As cessões de direitos creditórios performados estão classificadas como outros ativos circulantes, enquanto não compensados. As cessões de direitos creditórios não performados estão registradas como financiamentos no passivo circulante.

	Ativo circulante	Passivo circulante	Controladora Resultado Financeiro	
	Caixa e Equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários	Cessões de direitos performados	Receita Financeira FIDC	Despesa Financeira FIDC
2014	8.334	(1.536)	166	(1.525)
2013	14.748	(875)	212	(1.393)

19.3. Garantias concedidas

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo a compra da dívida em caso de inadimplência por parte das subsidiárias e controladas.

As operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

						2014	2013
Data de Vencimento das Operações	PNBV	PGF	PGT	TAG	Outros	Total	Total
2014	-	-	-	-	-	-	8.271
2015	7.077	3.320	3.984	-	52	14.433	6.050
2016	2.340	15.783	-	-	-	18.123	17.980
2017	2.707	12.617	-	-	797	16.121	7.208
2018	8.259	14.693	9.297	-	872	33.121	26.196
2019	7.305	20.625	18.328	-	-	46.258	40.234
2020 em diante	12.416	77.588	22.259	12.721	1.728	126.712	79.296
	40.104	144.626	53.868	12.721	3.449	254.768	185.235

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



19.4. Fundo de investimento no exterior de subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2014, uma controlada da PIB BV mantinha recursos investidos em fundo de investimento no exterior que detinha, entre outros, títulos de dívidas de outras empresas consolidadas pela Petrobras, relacionados principalmente aos projetos Gasene, Malhas, CDMPI, CLEP e Marlim Leste (P-53), equivalentes a R\$ 17.594 (R\$ 17.368 em 31 de dezembro de 2013).

19.5. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	2014			Consolidado 2013		
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas						
Distribuidoras estaduais de gás natural	10.592	1.343	519	8.457	994	490
Empresas do setor petroquímico	18.153	545	219	16.087	220	282
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	1.183	405	699	2.028	328	452
	29.928	2.293	1.437	26.572	1.542	1.224
Entidades governamentais						
Títulos públicos federais	1.553	11.525	-	2.252	14.634	-
Bancos controlados pela União Federal	(7.698)	10.131	75.181	(4.258)	6.562	69.788
Setor Elétrico (nota explicativa 8.4)	1.662	7.879	-	1.611	4.332	-
Contas petróleo e álcool - créditos junto a União Federal (nota explicativa 19.6)	7	843	-	-	836	-
União Federal (Dividendos)	61	-	-	(38)	-	1.953
Outros	198	639	595	199	491	781
	(4.217)	31.017	75.776	(234)	26.855	72.522
Planos de Pensão	2	-	358	-	-	366
	25.713	33.310	77.571	26.338	28.397	74.112
Receitas, principalmente de vendas	31.019			28.402		
Variações monetárias e cambiais líquidas	(2.154)			(1.707)		
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(3.152)			(357)		
Ativo Circulante		17.837			17.739	
Ativo Não Circulante		15.473			10.658	
Passivo Circulante			4.928			8.358
Passivo Não Circulante			72.643			65.754
	25.713	33.310	77.571	26.338	28.397	74.112

19.6. Contas petróleo e álcool – União Federal

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta era de R\$ 843 (R\$ 836 em 31 de dezembro de 2013) e poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.181, de 24 de agosto de 2001, ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo à União Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

Visando concluir o encontro de contas com a União, a Petrobras prestou todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN - para dirimir as divergências ainda existentes entre as partes.

Considerando-se esgotado o processo de negociação entre as partes, na esfera administrativa, a administração da Companhia decidiu pela cobrança judicial do referido crédito, para liquidação do saldo da conta petróleo e álcool, tendo, para isto, ajuizado ação em julho de 2011. O processo encontra-se em fase de perícia.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



19.7. Remuneração da administração da Companhia

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Petrobras relativas ao mês de dezembro de 2014 e 2013 foram as seguintes:

	Expresso em reais	
	2014	2013
Remuneração do empregado		
Menor remuneração	2.710,19	2.430,21
Remuneração média	15.031,44	12.979,59
Maior remuneração	82.241,33	74.962,47
Remuneração do dirigente da Petrobras (maior)	98.758,65	91.723,46

As remunerações totais do pessoal chave da administração da Petrobras são apresentadas a seguir:

	2014			2013		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	9,7	1,2	10,9	8,8	1,1	9,9
Encargos sociais (*)	2,6	0,2	2,8	2,3	0,2	2,5
Previdência complementar	0,7	-	0,7	0,7	-	0,7
Remuneração variável (**)	3,3	-	3,3	3,6	-	3,6
Remuneração total - competência	16,3	1,4	17,7	15,4	1,3	16,7
Remuneração total - pagamento realizado	15,4	1,4	16,8	13,1	1,2	14,3
Número de membros	7	10	17	7	10	17

(*) A remuneração dos administradores tem por base dispositivos legais, além de diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST que orientou a inclusão dos encargos sociais na remuneração proposta na Assembleia Geral Ordinária de 2014. Esses encargos já eram praticados em 2013, mas não eram evidenciados nas notas explicativas.

(**) A remuneração variável da diretoria executiva da Petrobras é com base no alcance de metas operacionais e financeiras estabelecidas em Programa específico cujo pagamento é parcelado em 4 anos, sendo 60% no exercício seguinte do exercício competente e 40% divididos durante os 3 anos seguintes.

No resultado consolidado do exercício de 2014, os honorários de diretores e conselheiros totalizaram R\$ 72,6 (R\$ 59,3 em 2013).

20. Provisões para desmantelamento de áreas

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Passivo não circulante				
Saldo inicial	16.709	19.292	15.320	18.391
Revisão de provisão	6.196	(2.051)	6.286	(2.176)
Utilização por pagamentos	(1.603)	(1.092)	(1.422)	(1.062)
Atualização de juros	475	426	446	412
Outros	181	134	-	(245)
Saldo final	21.958	16.709	20.630	15.320

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



21. Tributos

21.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado				Controladora	
	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Ativo Circulante	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
No país	2.705	2.229	370	369	1.297	1.468
No exterior	118	255	287	290	0	0
	2.823	2.484	657	659	1.297	1.468

Demais impostos e contribuições

	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	Consolidado					
Impostos no país:						
ICMS / ICMS Diferido	4.707	3.801	2.090	2.059	3.386	2.727
PIS e COFINS / PIS e COFINS Diferido	2.201	4.846	7.923	9.831	784	538
CIDE	35	46	-	-	20	37
Participação especial/Royalties	-	-	-	-	4.031	5.698
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	-	-	1.290	600
Outros	195	353	610	684	745	821
	7.138	9.046	10.623	12.574	10.256	10.421
Impostos no exterior	162	116	22	29	540	517
	7.300	9.162	10.645	12.603	10.796	10.938

Impostos no país:

					Controladora	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
ICMS / ICMS Diferido	3.829	3.125	1.940	1.981	3.080	2.389
PIS e COFINS / PIS e COFINS Diferido	1.639	4.405	7.003	8.918	625	465
CIDE	35	46	-	-	20	37
Participação especial/Royalties	-	-	-	-	4.031	5.698
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	-	-	1.233	544
Outros	106	237	-	-	518	601
	5.609	7.813	8.943	10.899	9.507	9.734

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

21.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado Controladora									
	Imobilizado		Emprésti- mos, contas a receber / pagar e financia- mentos	Arrenda- mentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Estoques	Juros sobre capital próprio	Outros	Total
	Custo com prospecção	Outros								Total
Em 1º de janeiro de 2013	(25.905)	(6.357)	1.147	(1.202)	707	2.267	955	2.146	4.378	(21.864)
Reconhecido no resultado do exercício	(5.500)	(3.208)	644	(122)	270	7.912	386	1.013	(1.718)	(323)
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	3.037	120	-	162	-	-	(3.501)	(182)
Ajuste acumulado de conversão	-	(157)	12	-	(2)	(58)	(3)	1	(175)	(382)
Outros ⁽¹⁾	-	337	(192)	(10)	(18)	988	8	(15)	1.094	2.192
Em 31 de dezembro de 2013	(31.405)	(9.385)	4.648	(1.214)	957	11.271	1.346	3.145	78	(20.559)
Reconhecido no resultado do exercício	(4.844)	10.172	779	(85)	420	6.752	(21)	(3.162)	(1.986)	8.025
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	4.734	(97)	-	(459)	-	-	3.175	7.353
Ajuste acumulado de conversão	-	(184)	9	-	(4)	338	10	(2)	(177)	(10)
Outros ⁽¹⁾	-	(46)	(15)	(177)	24	(130)	-	-	156	(188)
Em 31 de dezembro de 2014	(36.249)	557	10.155	(1.573)	1.397	17.772	1.335	(19)	1.246	(5.379)
Impostos diferidos ativos										2.647
Impostos diferidos passivos										(23.206)
Em 31 de dezembro de 2013										(20.559)
Impostos diferidos ativos										2.673
Impostos diferidos passivos										(8.052)
Em 31 de dezembro de 2014										(5.379)

⁽¹⁾ Representado, basicamente, por reorganizações societárias

Os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.





Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2014, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos			
	Consolidado		Controladora	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
2015	289	33	-	-
2016 em diante	2.384	8.019	-	9.062
Parcela registrada contabilmente	2.673	8.052	-	9.062
Pais	570	-	-	-
Exterior	8.501	-	-	-
Parcela não registrada contabilmente	9.071	-	-	-
Total	11.744	8.052	-	9.062

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía créditos tributários no exterior não registrados no montante de R\$ 8.501 (R\$ 5.207 em 31 de dezembro de 2013) decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, oriundos, principalmente, das atividades de exploração e produção de óleo e gás e refino nos Estados Unidos no valor de R\$ 4.868 (R\$ 3.936 em 31 de dezembro de 2013) e das empresas na Holanda e Espanha no valor de R\$ 2.344 e R\$ 1.289 respectivamente.

O quadro a seguir demonstra os prazos máximos para aproveitamento dos créditos tributários não registrados no exterior:

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Créditos tributários não registrados	99	193	412	614	129	1.191	428	173	222	15	5.025	8.501



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

21.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(25.816)	28.155	(30.247)	24.821
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	8.777	(9.573)	10.284	(8.439)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Juros sobre capital próprio, líquidos	169	2.974	-	2.812
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	1.212	1.347	-	-
Incentivos fiscais	60	127	9	7
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(3.271)	22	-	-
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente (nota explicativa 3)	(2.223)	-	(1.699)	-
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	(834)	(395)	(39)	4.081
Créditos de empresas no exterior em fase exploratória	(3)	(5)	-	-
Outros	5	355	-	126
Despesa com imposto de renda e contribuição social	3.892	(5.148)	8.555	(1.413)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.025	(323)	8.555	(1.413)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.133)	(4.825)	-	-
	3.892	(5.148)	8.555	(1.413)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	15,1%	18,3%	28,3%	5,7%

(*) Inclui equivalência patrimonial.

22. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Passivo				
Plano de Pensão Petros	20.916	12.515	19.924	12.025
Plano de Pensão Petros 2	762	284	664	211
Plano de saúde AMS	23.957	16.397	22.546	15.661
Outros planos	283	257	-	-
	45.918	29.453	43.134	27.897
Circulante	2.115	1.912	2.026	1.820
Não Circulante	43.803	27.541	41.108	26.077
	45.918	29.453	43.134	27.897



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

22.1. Planos Petros e Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros é um plano de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras e da Petrobras Distribuidora - BR. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido este deverá ser equacionado por participantes e patrocinadores, conforme Emenda Constitucional nº 20/1998 e Lei Complementar nº 109/2001, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que for apurado aquele resultado.

Em 31 de dezembro 2014, os saldos dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela Companhia e a Petros, totalizavam R\$ 9.167 (R\$ 8.870 na Controladora), dos quais R\$ 545 (R\$ 526 na Controladora), de juros que vencem em 2015. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Nesta mesma data, a Companhia possuía estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos TCF no valor de R\$ 6.151.

Em 2014, houve incorporação aos benefícios de aposentados dos níveis salariais concedidos aos trabalhadores da ativa por meio de Acordos Coletivos de Trabalho da Petrobras dos anos de 2004, 2005 e 2006, conforme deliberado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Petros.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2015 são de R\$ 1.170 (R\$ 1.122 na Controladora).

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2014 é de 11,49 anos.

b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, pela Petrobras e algumas controladas que assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O plano é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras, Petrobras Distribuidora - BR, Stratura Asfaltos, Termobahia, Termomacaé, Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia S.A. – TBG, Petrobras Transporte S.A. – Transpetro e Petrobras Biocombustível e está aberto para novas adesões, mas não haverá o pagamento de serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado no respectivo mês de competência. Em 2014, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 824 (R\$ 671 na Controladora).



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2015, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2015 são de R\$ 863 (R\$ 769 na Controladora), referente a parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2014 é de 41,80 anos.

22.2. Outros planos

A Companhia também patrocina outros planos de pensão e saúde no país e no exterior, dentre os quais se destacam planos no exterior com características de benefício definido, por meio de controladas na Argentina, Japão e outros países cuja maioria dos planos é financiada e os ativos são mantidos em trustes, fundações ou entidades similares que são regidas pelas regulamentações locais.

22.3. Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

A Fundação Petros elabora Políticas de Investimentos que têm a função de nortear a gestão de investimento para períodos de 5 anos, que são revisadas anualmente. O modelo de *ALM – Asset and Liability Management* é utilizado para resolver descasamentos de fluxo de caixa líquido dos planos de benefícios por ela administrados, considerando parâmetros de liquidez e solvência, adotando-se nas simulações o horizonte de 30 anos.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros Sistema Petrobras no período entre 2015 a 2019 são de: 30% a 60% em renda fixa, 30% a 45% em renda variável, 3% a 8% em imóveis, 0% a 15% em empréstimos a participantes, 4% a 13% em investimentos estruturados e de 0% a 1% em renda variável global. Enquanto os limites de alocação do Plano Petros 2 para o mesmo período são de: 30% a 90% em renda fixa, 5% a 25% em renda variável, 0% a 8% em imóveis, 0% a 15% em empréstimos a participantes, 0% a 10% em investimentos estruturados e de 0% a 3% em renda variável global.

Os ativos dos planos de pensão, segregados por categoria, são os seguintes:

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Categoria do Ativo	2014				Consolidado 2013	
	Preços cotados em mercado	Preços não cotados em mercado	Valor justo total	%	Valor justo total	%
Renda fixa	15.621	4.872	20.493	38%	19.962	37%
Títulos privados	-	994	994		1.255	
Títulos públicos	15.621	-	15.621		15.283	
Outros investimentos	-	3.878	3.878		3.424	
Renda variável	22.108	959	23.067	43%	24.595	47%
Ações à vista	22.108	-	22.108		23.781	
Outros investimentos	-	959	959		814	
Investimentos Estruturados	-	4.252	4.252	8%	3.680	7%
Fundos de Private Equity	-	3.791	3.791		3.429	
Fundos de Venture Capital	-	53	53		69	
Fundos Imobiliários	-	408	408		182	
Imóveis	-	3.814	3.814	7%	3.251	6%
	37.729	13.897	51.626	96%	51.488	97%
Empréstimos a participantes			1.898	4%	1.774	3%
			53.524	100%	53.262	100%

Em 31 de dezembro de 2014, os investimentos incluem ações ordinárias e preferenciais da Petrobras no valor de R\$ 287 e de R\$ 416, respectivamente, e imóveis alugados pela Companhia no valor de R\$ 446.

Os ativos de empréstimos concedidos a participantes são avaliados ao custo amortizado, o que se aproxima do valor de mercado.

22.4. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras, Petrobras Distribuidora - BR, Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Biocombustível e Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia – TBG mantêm um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2014 é de 21,18 anos.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



22.5. Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários Independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de outros planos foram agregadas, uma vez que o total de ativos e obrigações destes planos não são significativos. Todos os planos têm acumulado obrigações de benefícios em excesso aos ativos dos planos.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial.

	2014					Consolidado 2013				
	Planos de pensão		Plano de saúde - AMS	Outros planos	Total	Planos de pensão		Plano de saúde - AMS	Outros planos	Total
	Petros	Petros 2				Petros	Petros 2			
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais										
Obrigação atuarial no início do exercício	65.134	830	16.397	354	82.715	78.773	1.612	17.145	371	97.901
Custo dos juros:										
· Com termo de compromisso financeiro	1.041	-	-	-	1.041	641	-	-	-	641
· Atuarial	7.427	106	2.292	45	9.870	6.610	155	1.586	43	8.394
Custo do serviço	137	79	422	25	663	1.040	311	415	19	1.785
Contribuições de participantes	386	-	-	1	387	392	-	-	-	392
Benefícios pagos	(2.908)	(23)	(930)	(15)	(3.876)	(2.492)	(13)	(786)	(21)	(3.312)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – experiência	2.621	373	(824)	16	2.186	3.671	(254)	(4.267)	(4)	(854)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – hipóteses demográficas	(4.758)	(129)	(1.781)	(13)	(6.681)	697	(67)	5	(10)	625
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – hipóteses financeiras	4.522	206	8.382	14	13.124	(24.198)	(955)	2.299	11	(22.843)
Outros	(1)	(1)	(1)	16	13	-	41	-	(55)	(14)
Obrigação atuarial no fim do exercício	73.601	1.441	23.957	443	99.442	65.134	830	16.397	354	82.715
Movimentação no valor justo dos ativos do plano										
Ativos do plano no início do exercício	52.619	546	-	97	53.262	56.007	495	-	73	56.575
Receita de juros	6.724	69	-	8	6.801	5.291	46	-	9	5.346
Contribuições pagas pela empresa	579	-	930	12	1.521	551	-	786	56	1.393
Contribuições de participantes	386	-	-	1	387	392	-	-	-	392
Recebimentos vinculados ao termo de compromisso financeiro	478	-	-	-	478	331	-	-	-	331
Benefícios pagos	(2.908)	(23)	(930)	(15)	(3.876)	(2.492)	(13)	(786)	(21)	(3.312)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente a receita de juros	(5.191)	87	-	9	(5.095)	(7.461)	18	-	7	(7.436)
Outros	(2)	-	-	48	46	-	-	-	(27)	(27)
Ativos do plano no fim do exercício	52.685	679	-	160	53.524	52.619	546	-	97	53.262
Valores reconhecidos no balanço patrimonial										
Valor presente das obrigações	73.601	1.441	23.957	443	99.442	65.134	830	16.397	354	82.715
(-) Valor justo dos ativos do plano	(52.685)	(679)	-	(160)	(53.524)	(52.619)	(546)	-	(97)	(53.262)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	20.916	762	23.957	283	45.918	12.515	284	16.397	257	29.453
Movimentação do passivo atuarial líquido										
Saldo em 1º de janeiro	12.515	284	16.397	257	29.453	22.766	1.117	17.145	298	41.326
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	7.576	363	5.777	8	13.724	(12.369)	(1.294)	(1.963)	(10)	(15.636)
(+) Custos incorridos no exercício	1.881	116	2.714	62	4.773	3.000	461	2.001	53	5.515
(-) Pagamento de contribuições	(579)	-	(930)	(12)	(1.521)	(551)	-	(786)	(56)	(1.393)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(478)	-	-	-	(478)	(331)	-	-	-	(331)
Outros	1	(1)	(1)	(32)	(33)	-	-	-	(28)	(28)
Saldo em 31 de dezembro	20.916	762	23.957	283	45.918	12.515	284	16.397	257	29.453





Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Componentes do custo de benefício definido

	Consolidado				
	Plano de Pensão		Saúde	Outros	
	Petros	Petros 2	AMS	planos	Total
					2014
Custo do serviço	137	79	422	25	663
Juros líquidos sobre Passivo/(Ativo) líquido	1.744	37	2.292	37	4.110
Outros	-	-	-	-	-
Custo Líquido do Exercício	1.881	116	2.714	62	4.773
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	602	61	812	-	1.475
Diretamente no resultado	329	50	424	57	860
Relativa aos inativos:	950	5	1.478	5	2.438
Custo Líquido do Exercício	1.881	116	2.714	62	4.773
					2013
Custo do serviço	1.040	311	415	19	1.785
Juros líquidos sobre Passivo/(Ativo) líquido	1.960	109	1.586	34	3.689
Outros	-	41	-	-	41
Custo Líquido do Exercício	3.000	461	2.001	53	5.515
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	1.284	252	579	7	2.122
Diretamente no resultado	764	203	452	41	1.460
Relativa aos inativos:	952	6	970	5	1.933
Custo Líquido do Exercício	3.000	461	2.001	53	5.515

c) Análise de sensibilidade

A Variação de 1 p.p. nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

	Taxa de desconto				Consolidado	
	Pensão		Saúde		Custos Médicos	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(6.990)	8.465	(2.721)	3.346	3.460	(2.855)
Custo do serviço e juros	(391)	485	(53)	63	142	(116)

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



d) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2014	2013
Taxa de desconto (Real)	6,14% (1) / 6,20% (2) / 6,15% (3)	6,56% (1) / 6,65% (2) / 6,58% (3)
Inflação (IPCA)	6,50% (1) (2) (3) (4)	5,93% (1) (2) (3)
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação)	13,04% (1) / 13,10% (2) / 13,05% (3)	12,88% (1) / 12,97% (2) / 12,90% (3)
Taxa de crescimento salarial (Real)	1,761% (1) / 3,77% (2)	1,981% (1) / 4,044% (2) (5)
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	8,37% (1) / 10,52% (2)	8,03% (1) / 10,21% (2)
Taxa de rotatividade do plano de saúde	0,642% a.a (6)	0,590% a.a (6)
Taxa de rotatividade do plano de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	14,47% a 3,00% a.a (7)	11,62% a 4,09% a.a (7)
Tábua de mortalidade geral	EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) (8)	AT 2000 Básica, específica por sexo e suavizada em 20% (8)
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 (9)	TASA 1927 (9)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina agravada em 10% (10)	Winklevoss por sexo suavizada em 20% (10)
Idade de entrada na aposentadoria	Homem, 57 anos / Mulher, 56 anos (11)	Homem, 56 anos / Mulher, 55 anos (1) (11) Homem, 53 anos / Mulher, 48 anos (2)

(1) Plano Petros Sistema Petrobras.

(2) Plano Petros 2.

(3) Plano AMS.

(4) Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 6,30% para 2015 e atingindo 3,00% em 2030.

(5) Taxa decrescente atingindo 3,395% a partir de 2015

(6) Rotatividade média apenas da patrocinadora Petrobras, que varia de acordo com a idade e tempo de serviço

(7) Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo. Refere-se apenas a taxa da patrocinadora.

(8) Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foram aplicadas as Tábuas de Mortalidade AT-2000 Feminina suavizada em 10% (2014) e AT 2000 (80% masculino + 20% feminino) suavizada em 10% (2013).

(9) Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foram utilizadas as Tábuas de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas.

(10) Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foram aplicadas as Tábuas de Mortalidade de Inválidos IAPB 1957.

(11) Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foi utilizada a elegibilidade conforme as regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Em relação à premissa atuarial de mortalidade geral, em 2014 a Companhia passou a utilizar a Tábua de mortalidade geral EX-PETROS 2013 (para ambos os gêneros), em substituição à Tábua de Mortalidade AT 2000, que foi utilizada na avaliação atuarial do exercício de 2013. A Tábua EX-PETROS tem característica bidimensional, através da qual se evidenciam tanto a mortalidade por idade quanto os ganhos de longevidade das idades ao longo dos anos. Essa Tábua, já devidamente reconhecida nas entidades técnicas atuariais, foi formulada com base em dados expressivos da experiência de longo período dos participantes do Plano Petros do Sistema Petrobras. Da Tábua EX-PETROS, o atuário independente da Fundação Petros coletou a posição do ano de 2013 como a observação da série anual mais aderente estatisticamente à característica populacional da massa de participantes.

e) Perfil de vencimento da obrigação

	Consolidado				
	2014				
	Plano de Pensão		Saúde	Outros planos	Total
	Petros	Petros 2	AMS		
Até 1 Ano	4.393	35	943	6	5.377
De 1 A 2 Anos	4.287	40	983	6	5.316
De 2 A 3 Anos	4.205	43	1.012	5	5.265
De 3 A 4 Anos	4.114	46	1.039	5	5.204
Acima de 4 Anos	56.602	1.277	19.980	421	78.280
Total	73.601	1.441	23.957	443	99.442



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

22.6. Outros planos de contribuição definida

A Petrobras por meio de suas controladas no país e no exterior também patrocina planos de aposentadoria aos empregados de contribuição definida. As contribuições pagas no exercício de 2014, reconhecidas no resultado, totalizaram R\$ 12.

22.7. Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

Em março de 2014, a Companhia concluiu as negociações com as entidades sindicais sobre uma nova metodologia para regramento da PLR, finalizando, assim, o processo iniciado no Acordo Coletivo de Trabalho 2013/2015.

Com as novas regras, o montante de PLR a ser distribuído aos empregados é calculado com base no resultado de seis indicadores corporativos, cujas metas são definidas a cada ano pela Administração da Companhia.

O resultado do atingimento das metas individuais deste conjunto de indicadores leva a um percentual de cumprimento global de metas, utilizado como base na definição do percentual do lucro a ser distribuído aos empregados.

Entretanto, ainda segundo a nova metodologia, caso a empresa não tenha lucro e todas as metas sejam alcançadas, o valor a ser pago individualmente será de metade da remuneração mensal do empregado acrescido de metade do menor valor pago da PLR no exercício anterior.

PLR do exercício de 2013

Nos termos da negociação, a nova metodologia foi aplicada na quitação da PLR relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cujo pagamento ocorreu no dia 2 de maio de 2014, resultando no reconhecimento de despesa no montante de R\$ 388, a título de complemento de PLR, classificado na demonstração de resultado em outras receitas (despesas).

O montante da PLR do ano de 2013 está demonstrado a seguir:

	2013
Lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras	23.570
Percentual do cumprimento global de metas ⁽¹⁾ aplicável à PLR	6,25%
Participação nos lucros ou resultados - nova metodologia	1.473
Participação nos lucros ou resultados - Empresas controladas no Brasil	1.085
Parcela complementar (reconhecida em março de 2014)	388
Participação nos lucros ou resultados - Empresas no exterior	17
Participação nos lucros ou resultados	1.490

⁽¹⁾ O percentual do cumprimento global de metas é resultado dos seguintes indicadores: Limite de Volume de Petróleo e Derivados Vazado, Custo Unitário de Extração sem Participação Governamental- Brasil, Produção de Óleo e LIGN- Brasil, Carga Fresca Processada-Brasil, Eficiência das Operações com Navio, Atendimento à Programação de Entrega de Gás Natural.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



PLR do exercício de 2014

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as metas estabelecidas pela Administração foram alcançadas e, apesar da ausência de lucro no exercício e com base na nova metodologia negociada em acordo coletivo, a Companhia provisionou R\$ 1.045 de participação no resultado.

22.8. Plano de incentivo ao desligamento voluntário

Em janeiro de 2014, a Companhia implementou o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) que é fruto do Programa de Otimização de Produtividade – POP, visando contribuir para o alcance das metas de desempenho do Plano de Negócios e Gestão.

O período de inscrições ao PIDV encerrou em 31 de março de 2014 e totalizou 8.298 empregados. Após a adesão, estes empregados foram classificados em uma de cinco categorias, com datas de desligamentos previstas entre 2014 e 2017, de acordo com plano de ação de gestão do conhecimento ou de sucessão gerencial inerentes aos processos e atividades em que atuam.

Os empregados que aderiram ao PIDV tinham 55 anos ou mais e estavam aposentados pelo INSS até 31 de março de 2014, conforme previsto no Plano, podendo desistir a qualquer momento, situação em que não farão jus ao incentivo financeiro.

O incentivo financeiro a ser pago aos empregados que cumprirem o plano de ação contempla parcelas fixas equivalentes a dez remunerações normais, cujo teto é de R\$ 600 mil e o piso de R\$ 180 mil, parcelas variáveis de 15% a 25% de uma remuneração por mês, a partir do 7º mês de permanência até a data do desligamento.

A Companhia reconheceu a provisão em 31 de março de 2014, estando sujeita a alteração pela ocorrência de possíveis desistências, da atualização das remunerações nos acordos coletivos de trabalho até a data da rescisão dos empregados, da atualização do piso e do teto pelo IPCA, além do reconhecimento das parcelas variáveis.

No período de abril a dezembro de 2014, a Companhia registrou 4.936 desligamentos e 481 desistências de empregados que aderiram ao PIDV, cuja movimentação da provisão está representada a seguir:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31.03.2014	2.396
Revisão de provisão ⁽¹⁾	47
Utilização por desligamento	<u>(1.408)</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>1.035</u>
Circulante	545
Não Circulante	490

⁽¹⁾ Inclui desistências, reajuste salarial e atualização do piso e do teto pelo IPCA.

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2014, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 205.432 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

Aumento de capital com reservas em 2014

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em 02 de abril de 2014, aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 205.411 para R\$ 205.432, mediante a capitalização de reservas de lucros de incentivos fiscais constituídas em 2013, no montante de R\$ 21, em atendimento ao artigo 35, parágrafo 1º, da Portaria nº 283/13 do Ministro do Estado da Integração Nacional. Essa capitalização foi efetivada sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76.

23.2. Transações de capital

a) Gastos com emissão de ações

Custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de ações, líquidos de impostos.

b) Mudança de participação em controladas

Diferenças entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários.

23.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

No exercício de 2014, a parcela do resultado de R\$ 25 referente a subvenção de investimentos no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM) não foi destinada para reserva de incentivos fiscais em função da ausência de lucro. Entretanto, a constituição de reserva de incentivo com esta parcela ocorrerá em períodos subsequentes, conforme previsto na Lei 12.973/14, em seu capítulo I.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



d) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2014, o saldo de prejuízos acumulados será obrigatoriamente absorvido pela reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 21.682.

23.4. Outros Resultados Abrangentes

Ganhos e perdas atuariais provenientes do plano de benefício definido, o resultado em operações de hedge de caixa, as variações de valor justo envolvendo ativos mantidos para venda e diferenças de conversão para real das demonstrações contábeis de investidas com moeda funcional diferente da Controladora.

23.5. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia.

Uma vez que a Companhia proponha remuneração aos acionistas, as ações preferenciais têm prioridade no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

Relativamente ao exercício de 2014, não há dividendo proposto pelo Conselho de Administração da Companhia, considerando a inexistência de lucro, conforme a seguir demonstrado:

	2014	2013
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício (Controladora)	(21.692)	23.408
Apropriação:		
Reserva legal	-	(1.170)
Reserva de incentivos fiscais	-	(21)
Outras reversões/adições:	10	10
Lucro (Prejuízo) básico para determinação do dividendo	(21.682)	22.227
Dividendos propostos em 2013, equivalente a 41,85% do lucro básico - R\$ 0,5217 por ação ordinária e R\$ 0,9672 por ação preferencial, composto de:		
Juros sobre o capital próprio	-	9.301
Total de dividendos propostos	-	9.301

23.6. Resultado por ação

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	(21.587)	23.570	(21.692)	23.408
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação (nº. Ações)	13.044.496.930	13.044.496.930	13.044.496.930	13.044.496.930
Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	(1,65)	1,81	(1,66)	1,79



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

24. Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta de vendas	408.631	370.652	336.103	299.143
Encargos de vendas	(71.371)	(65.762)	(66.535)	(61.738)
Receita de vendas ^(*)	337.260	304.890	269.568	237.405
Diesel	100.023	89.415	90.493	80.699
Gasolina automotiva	55.706	50.554	45.931	42.140
Óleo combustível (incluindo bunker)	10.237	7.376	9.136	6.608
Nafta	13.188	12.664	13.188	12.664
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	8.750	8.538	7.404	7.266
Querosene de aviação (QAV)	13.059	11.976	14.265	13.131
Outros derivados de petróleo	13.543	12.435	12.131	10.933
Subtotal de derivados	214.506	192.958	192.548	173.441
Gás natural	18.878	15.854	18.312	15.297
Etanol, nitrogenados e renováveis	9.111	8.250	7.706	7.203
Eletricidade, serviços e outros	19.683	12.197	18.745	9.703
Mercado interno	262.178	229.259	237.311	205.644
Exportações	32.633	32.767	32.257	31.761
Vendas internacionais ^(**)	42.449	42.864	–	–
Receitas de vendas ^(*)	337.260	304.890	269.568	237.405

^(*) A receita de vendas por segmento de negócio está apresentada na nota explicativa 29.

^(**) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, exceto exportações.

25. Outras despesas líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(2.565)	(2.032)	(2.363)	(1.914)
Gastos com PIDV	(2.443)	–	(2.285)	–
Plano de pensão e saúde (inativos)	(2.438)	(1.933)	(2.316)	(1.839)
Relações institucionais e projetos culturais	(1.742)	(1.790)	(1.504)	(1.588)
Resultado relacionado a abandono de áreas	(1.128)	125	(1.128)	125
Acordo coletivo de trabalho	(1.002)	(957)	(883)	(856)
Devolução de campos e projetos cancelados do E&P	(610)	(42)	(610)	(42)
(Perdas) / Ganhos c/ processos judiciais, administrativos e arbitrais	(480)	(505)	(817)	(949)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(336)	(482)	(323)	(461)
Resultado com alienação / baixa de ativos ^(**)	(133)	3.877	(3.673)	130
Subvenções e assistências governamentais	139	392	54	67
Gastos/Ressarcimentos com operações em parcerias de E&P	855	522	855	525
Outros ^(*)	(324)	478	(443)	8
	(12.207)	(2.347)	(15.436)	(6.794)

^(*) Em 2014, inclui complemento de PLR, relativa ao exercício de 2013, conforme nota explicativa 22.7.

^(**) Inclui o valor de US\$ 1.304 milhões referente ao ganho na venda de participação da Petrobras Energia Peru S.A (nota explicativa 10.1) e o valor de R\$ 2.825, referente à baixa dos projetos das Refinarias Premium I e II (nota explicativa 12.4).

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



26. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Matérias-primas e produtos para revenda	(136.809)	(129.705)	(108.578)	(98.056)
Participação governamental	(31.589)	(31.301)	(30.441)	(30.388)
Gastos com pessoal	(31.029)	(27.550)	(25.422)	(22.095)
Depreciação, depleção e amortização	(30.677)	(28.467)	(22.518)	(21.474)
Variação dos estoques	(2.868)	3.618	(3.035)	2.614
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(56.427)	(50.089)	(49.520)	(45.518)
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(5.555)	(157)	(4.401)	(60)
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	(5.048)	(4.169)	(4.828)	(4.040)
Tributárias	(1.801)	(1.721)	(1.045)	(949)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente (Perdas)/Ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(6.194)	-	(4.788)	-
Relações institucionais e projetos culturais	(480)	(505)	(817)	(949)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(1.742)	(1.790)	(1.504)	(1.588)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(2.565)	(2.032)	(2.363)	(1.914)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(336)	(482)	(323)	(461)
Resultado com alienação / baixa de ativos outros (parte de outras despesas líquidas)	(44.636)	(1.238)	(34.814)	58
Devolução de campos e projetos cancelados do E&P	(133)	3.877	(3.673)	130
Resultado relacionado a abandono de áreas	(610)	(42)	(610)	(42)
	(1.128)	125	(1.128)	125
	(359.627)	(271.628)	(299.808)	(224.607)
Na Demonstração do Resultado				
Custo dos produtos e serviços vendidos	(256.823)	(234.995)	(208.174)	(187.124)
Despesas com vendas	(15.974)	(10.601)	(17.430)	(12.964)
Despesas gerais e administrativas	(11.223)	(10.751)	(7.983)	(7.481)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(7.135)	(6.445)	(6.720)	(6.056)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(2.589)	(2.428)	(2.562)	(2.389)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(44.636)	(1.238)	(34.814)	58
Tributárias	(1.801)	(1.721)	(1.045)	(949)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	(6.194)	-	(4.788)	-
Outras despesas líquidas	(12.207)	(2.347)	(15.436)	(6.794)
Participação nos lucros ou resultados	(1.045)	(1.102)	(856)	(908)
	(359.627)	(271.628)	(299.808)	(224.607)

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



27. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido ⁽¹⁾	(1.420)	(3.648)	(2.638)	(2.128)
Despesa com endividamentos	(15.817)	(11.878)	(12.689)	(8.062)
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	2.364	2.784	1.798	2.453
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(14.873)	(12.742)	(13.529)	(7.737)
Encargos financeiros capitalizados	8.450	8.500	7.812	6.540
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	837	(408)	(291)	(40)
Resultado com títulos e valores mobiliários	(94)	(217)	845	699
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(394)	(732)	(2)	(723)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	2.174	(603)	1.428	(810)
Resultado financeiro líquido	(3.900)	(6.202)	(3.737)	(2.071)
Receitas	4.634	3.911	3.312	3.778
Despesas	(9.255)	(5.795)	(5.804)	(2.855)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	721	(4.318)	(1.245)	(2.994)
	(3.900)	(6.202)	(3.737)	(2.071)

⁽¹⁾ Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação ao dólar.

28. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Valores pagos e recebidos durante o período				
Imposto de renda e contribuição social	1.987	2.650	5	28
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	4.323	3.704	3.770	3.171
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aquisição de imobilizado a prazo	312	458	-	-
Contrato com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	-	-	-	1.725
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	5.096	(1.431)	5.316	(1.958)

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

29. Informações por segmento

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 31.12.2014

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	15.959	39.111	10.570	173	9.246	6.229	64.174	(10.439)	135.023
Não circulante	386.519	146.922	64.780	2.774	9.934	28.324	21.850	(2.751)	658.352
Realizável a longo prazo	17.874	9.573	3.749	8	3.217	4.908	13.359	(2.584)	50.104
Investimentos	531	4.800	1.393	2.221	39	5.912	386	-	15.282
Imobilizado	360.368	131.914	58.770	545	6.066	16.091	7.403	(167)	580.990
Em operação	263.794	108.747	47.460	502	4.595	9.870	5.562	(167)	440.363
Em construção	96.574	23.167	11.310	43	1.471	6.221	1.841	-	140.627
Intangível	7.746	635	868	-	612	1.413	702	-	11.976
Ativo	402.478	186.033	75.350	2.947	19.180	34.553	86.024	(13.190)	793.375

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 31.12.2013 ^(*)

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	13.826	44.838	9.052	181	5.576	11.922	50.702	(12.746)	123.351
Não circulante	343.903	171.931	55.847	2.622	11.418	30.532	16.157	(2.794)	629.616
Realizável a longo prazo	14.643	10.333	4.341	5	5.222	4.655	7.422	(2.621)	44.000
Investimentos	219	5.429	1.755	2.097	14	5.883	218	-	15.615
Imobilizado	296.846	155.835	48.919	520	5.505	18.671	7.757	(173)	533.880
Em operação	212.914	76.452	39.118	480	3.952	8.882	5.415	(173)	347.040
Em construção	83.932	79.383	9.801	40	1.553	9.789	2.342	-	186.840
Intangível	32.195	334	832	-	677	1.323	760	-	36.121
Ativo	357.729	216.769	64.899	2.803	16.994	42.454	66.859	(15.540)	752.967

(*) A partir de 2014, a gestão dos negócios da controlada Liquigás Distribuidora S.A. foi transferida da área de Distribuição para a área do Abastecimento. Para fins de comparabilidade, os resultados dos períodos anteriores foram reapresentados na área de Abastecimento, atendendo a premissa fundamental de controlabilidade das Demonstrações Contábeis por Área de Negócio.



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 2014

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Bio-combustíveis	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	153.705	263.570	42.062	624	98.010	32.573	-	(253.284)	337.260
Intersegmentos	152.515	92.080	4.009	560	2.647	1.473	-	(253.284)	-
Terceiros	1.190	171.490	38.053	64	95.363	31.100	-	-	337.260
Custo dos produtos vendidos	(82.457)	(271.643)	(35.921)	(728)	(90.446)	(30.109)	-	254.481	(256.823)
Lucro bruto	71.248	(8.073)	6.141	(104)	7.564	2.464	-	1.197	80.437
Despesas	(21.076)	(49.288)	(7.785)	(158)	(5.696)	(4.152)	(14.139)	535	(101.759)
Vendas, gerais e administrativas	(1.051)	(6.440)	(5.994)	(118)	(5.231)	(1.937)	(6.964)	538	(27.197)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(6.720)	-	-	-	-	(415)	-	-	(7.135)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.290)	(452)	(199)	(32)	(4)	(5)	(607)	-	(2.589)
Tributárias	(126)	(221)	(295)	(2)	(28)	(263)	(866)	-	(1.801)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	(1.969)	(3.427)	(652)	-	(23)	(23)	(100)	-	(6.194)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(5.665)	(33.954)	(260)	-	-	(4.757)	-	-	(44.636)
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.255)	(4.794)	(385)	(6)	(410)	3.248	(5.602)	(3)	(12.207)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	50.172	(57.361)	(1.644)	(262)	1.868	(1.688)	(14.139)	1.732	(21.322)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(3.900)	-	(3.900)
Resultado de participações em investimentos	46	272	453	(124)	(1)	(200)	5	-	451
Participação nos lucros ou resultados	(359)	(298)	(48)	(2)	(60)	(20)	(258)	-	(1.045)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	49.859	(57.387)	(1.239)	(388)	1.807	(1.908)	(18.292)	1.732	(25.816)
Imposto de renda e contribuição social	(17.607)	18.440	353	90	(622)	(1.200)	5.026	(588)	3.892
Lucro líquido (Prejuízo)	32.252	(38.947)	(886)	(298)	1.185	(3.108)	(13.266)	1.144	(21.924)
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras	32.264	(38.927)	(936)	(298)	1.185	(3.204)	(12.815)	1.144	(21.587)
Acionistas não controladores	(12)	(20)	50	-	-	96	(451)	-	(337)
	32.252	(38.947)	(886)	(298)	1.185	(3.108)	(13.266)	1.144	(21.924)



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 2013 ^(*)

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Bio-combustíveis	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	147.281	240.693	30.011	832	86.183	35.062	-	(235.172)	304.890
Intersegmentos	144.809	80.436	2.558	693	2.122	4.554	-	(235.172)	-
Terceiros	2.472	160.257	27.453	139	84.061	30.508	-	-	304.890
Custo dos produtos vendidos	(73.927)	(258.978)	(26.132)	(996)	(78.941)	(30.671)	-	234.650	(234.995)
Lucro bruto	73.354	(18.285)	3.879	(164)	7.242	4.391	-	(522)	69.895
Despesas	(8.939)	(8.557)	(2.535)	(151)	(4.428)	(500)	(10.615)	194	(35.531)
Vendas, gerais e administrativas	(957)	(6.786)	(2.360)	(119)	(4.422)	(1.855)	(5.201)	348	(21.352)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(6.057)	-	-	-	-	(388)	-	-	(6.445)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.110)	(525)	(123)	(36)	(4)	(6)	(624)	-	(2.428)
Tributárias	(538)	(367)	(174)	(2)	(33)	(297)	(310)	-	(1.721)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(9)	-	-	-	-	(1.229)	-	-	(1.238)
Outras receitas (despesas), líquidas	(268)	(879)	122	6	31	3.275	(4.480)	(154)	(2.347)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	64.415	(26.842)	1.344	(315)	2.814	3.891	(10.615)	(328)	34.364
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(6.202)	-	(6.202)
Resultado de participações em investimentos	4	165	532	(44)	(2)	366	74	-	1.095
Participação nos lucros ou resultados	(381)	(304)	(48)	(2)	(65)	(31)	(271)	-	(1.102)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	64.038	(26.981)	1.828	(361)	2.747	4.226	(17.014)	(328)	28.155
Imposto de renda e contribuição social	(21.772)	9.229	(441)	107	(934)	(451)	9.001	113	(5.148)
Lucro líquido (Prejuízo)	42.266	(17.752)	1.387	(254)	1.813	3.775	(8.013)	(215)	23.007
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras	42.213	(17.734)	1.256	(254)	1.813	3.648	(7.157)	(215)	23.570
Acionistas não controladores	53	(18)	131	-	-	127	(856)	-	(563)
	42.266	(17.752)	1.387	(254)	1.813	3.775	(8.013)	(215)	23.007

^(*) A partir de 2014, a gestão dos negócios da controlada Liquigás Distribuidora S.A. foi transferida da área de Distribuição para a área do Abastecimento. Para fins de comparabilidade, os resultados dos períodos anteriores foram representados na área de Abastecimento, atendendo a premissa fundamental de controlabilidade das Demonstrações Contábeis por Área de Negócio.



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio Internacional

Demonstração do resultado

							2014
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	7.022	17.313	1.151	12.168	50	(5.131)	32.573
Intersegmentos	2.903	3.584	79	5	33	(5.131)	1.473
Terceiros	4.119	13.729	1.072	12.163	17	-	31.100
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	140	(1.414)	165	218	(789)	(8)	(1.688)
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	(1.395)	(1.211)	213	182	(985)	(8)	(3.204)

Demonstração do resultado

							2013
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	8.791	18.648	1.193	11.274	17	(4.861)	35.062
Intersegmentos	5.055	4.254	79	15	12	(4.861)	4.554
Terceiros	3.736	14.394	1.114	11.259	5	-	30.508
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	4.231	(55)	144	229	(655)	(3)	3.891
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	3.425	(34)	150	200	(90)	(3)	3.648

Ativo consolidado por área de negócio internacional

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Em 31.12.2014	25.557	4.944	1.255	2.497	3.267	(2.967)	34.553
Em 31.12.2013	31.989	6.213	1.411	2.542	4.613	(4.314)	42.454



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



30. Processos judiciais e contingências

30.1. Processos judiciais provisionados, Depósitos Judiciais e Processos Judiciais não provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis. Dentre as quais, as principais são referentes a reclamações trabalhistas, imposto de renda retido na fonte pela emissão de títulos no exterior, perdas e danos pelo desfazimento de operação de cessão de crédito prêmio de IPI e indenização aos pescadores pelo derramamento de óleo no Rio de Janeiro ocorrido em janeiro de 2000.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Passivo não circulante				
Processos trabalhistas	1.904	1.332	1.668	1.164
Processos fiscais	276	221	121	71
Processos cíveis	1.770	1.276	1.490	1.032
Processos ambientais	105	62	59	13
Outros processos	36	27	-	-
	4.091	2.918	3.338	2.280
Saldo inicial	2.918	2.585	2.280	1.504
Adições, líquidas	1.775	841	1.494	1.159
Utilização por pagamentos	(740)	(542)	(581)	(455)
Atualização de juros	155	166	145	148
Outros	(17)	(132)	-	(76)
Saldo final	4.091	2.918	3.338	2.280

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Ativo não circulante				
Trabalhistas	2.464	2.067	2.232	1.825
Fiscais	2.671	2.348	1.872	1.686
Cíveis	1.760	1.240	1.618	1.120
Ambientais	213	195	205	195
Outros	16	16	-	-
	7.124	5.866	5.927	4.826

Os processos judiciais não provisionados cuja probabilidade de perda é considerada possível não são reconhecidos nas demonstrações contábeis mas são divulgados, a menos que a expectativa de ocorrer qualquer desembolso seja remota.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2014 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir (Consolidado):

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Natureza	Estimativa
Fiscais	98.256
Cíveis - Gerais	10.350
Trabalhistas	12.381
Cíveis - Ambientais	3.984
Outras	4
	124.975

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, trabalhista e ambiental cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	
1) Não recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE sobre remessas para pagamentos de afretamentos de plataformas. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas, onde a Companhia tem buscado assegurar os seus direitos.	21.061
2) Não recolhimento de IOF sobre operações de mútuos com a PIFCO, BRASOIL e BOC nos exercícios de 2007, 2008, 2009 e 2010. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e de recursos na esfera administrativa.	7.142
3) Lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior, nos exercícios de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, não incluso na base de cálculo do IRPJ e CSLL. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	6.766
4) Não recolhimento de IRRF sobre remessas ao exterior para pagamento de importação de petróleo. Situação atual: A questão envolve processos na esfera administrativa e judicial, onde a Companhia busca assegurar os seus direitos.	5.095
5) Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL e multa sobre a repactuação do Plano Petros. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	4.935
6) Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL de gastos com desenvolvimento Situação atual: A questão envolve processo em fase administrativa, onde a Companhia tem buscado assegurar seus direitos.	4.667
7) Não homologação de compensação por falta de cumprimento de obrigação acessória. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e de recurso na esfera administrativa.	4.611
8) Não recolhimento da CIDE em operações de importação de nafta. Situação atual: A questão está sendo discutida no âmbito administrativo.	3.528
9) Não recolhimento de contribuição previdenciária sobre pagamento de abonos e gratificação contingente paga a empregados. Situação atual: A questão envolve processos na esfera administrativa, onde a Companhia tem buscado assegurar seus direitos.	2.181
10) Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas diversas incorridas em 2007 e 2008 relacionadas a benefícios empregatícios e PETROS. Situação atual: A questão está sendo discutida no âmbito de três processos na instância administrativa.	1.976
11) Não recolhimento da CIDE-Combustível no período de março de 2002 a outubro de 2003 em transações com distribuidoras e postos de combustíveis detentores de medidas judiciais liminares que determinavam a venda sem repasse do referido tributo. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial, onde a Companhia tem buscado assegurar os seus direitos.	1.685
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	
12) Afastamento de cobrança de ICMS e multa na importação de sonda de perfuração – admissão temporária em São Paulo e desembaraço no Rio de Janeiro e multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. Situação atual: A questão envolve processos na esfera administrativa, onde a Companhia busca assegurar os seus direitos.	4.815
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados AM, BA, DF, ES, PA, PE e RJ	
13) Não recolhimento de ICMS nas vendas de petróleo e gás apurada mediante diferença na medição inicial	

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



e final de estoques.

Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial, onde a Companhia tem buscado assegurar os seus direitos.

3.057

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

14) ICMS em operações de saída de Líquido de Gás Natural – LGN sem emissão de documento fiscal, no âmbito do estabelecimento centralizador.

Situação atual: A questão envolve processos que tramitam no âmbito administrativo, onde a Companhia tem buscado assegurar os seus direitos.

3.514

15) Não recolhimento de ICMS nas operações de venda de querosene de aviação, em razão da declaração de inconstitucionalidade do Decreto 36.454/2004.

Situação atual: A questão envolve processos na esfera administrativa, onde a Companhia busca assegurar os seus direitos.

2.014

Autor: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Maratáizes, Linhares, Vila Velha, Vitória e Maragogipe.

16) Falta de retenção e recolhimento de imposto incidente sobre serviços prestados em águas marítimas (ISSQN) em alguns municípios localizados no Estado do Espírito Santo, apesar da Petrobras ter realizado a retenção e o recolhimento desse imposto aos cofres dos municípios onde estão estabelecidos os respectivos prestadores de serviços, em conformidade com a Lei Complementar n.º 116/03.

Situação atual: A questão envolve processos na esfera judicial, onde a Companhia busca assegurar os seus direitos.

2.246

Autor: Secretarias de Fazenda dos Estados de SP, RS e SC

17) Os três Estados questionam o recolhimento do ICMS referente à importação de gás natural para o MS

Situação atual: A questão envolve processos nas esferas judicial e administrativa, além de três ações cíveis originárias em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

2.121

Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados do Rio de Janeiro e de Sergipe

18) Aproveitamento indevido de créditos de ICMS na aquisição de brocas de perfuração e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração.

Situação atual: A questão envolve processos em fase judicial diversas, onde a Companhia tem buscado assegurar os seus direitos.

1.051

19) Processos diversos de natureza fiscal

15.791

Total de processos de natureza fiscal

98.256

Descrição dos processos de natureza cível

Estimativa

Autor: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- ANP

1) Processo administrativo que discute diferença de participação especial e royalties em vários campos. Inclui também discussão por multas aplicadas pela ANP por suposto descumprimento de programa exploratório mínimo e irregularidades nos sistemas de medição de plataformas.

Situação atual: As questões envolvem processos em fase administrativa e judicial diversas, onde a Companhia tem buscado assegurar os seus direitos.

4.136

Autor: Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A.

2) Ação de indenização na qual busca ressarcimento pelos danos causados por uma suposta conduta anticoncorrencial na venda de gasolina e derivados (Diesel e GLP) no mercado interno.

Situação atual: A questão envolve processo em fase judicial, onde a Companhia foi condenada em 1ª instância. A Companhia tem buscado assegurar os seus direitos, sendo certo que o CADE já analisou o tema e decidiu pela ausência de postura anticoncorrencial da Petrobras.

1.320

3) Processos diversos de natureza cível

4.894

Total de processos de natureza cível

10.350

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Descrição dos processos de natureza ambiental	Estimativa
Autor: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual do Paraná, AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária e IAP - Instituto Ambiental do Paraná	
1) Processo judicial que discute obrigação de fazer, indenização em pecúnio e dano moral referente ao acidente ambiental havido no Estado do Paraná em 16.07.2000.	
Situação atual: Processos julgados procedentes em parte, mediante sentença contra a qual autores e a Companhia, ré, interpuseram recursos de apelação.	2.081
2) Processos diversos de natureza ambiental	1.903
Total de processos de natureza ambiental	3.984
Descrição dos processos de natureza trabalhista	Estimativa
Autor: SINDIPETRO dos estados do ES, RJ, BA, MG e SP.	
1) Ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).	
Situação atual: A Companhia ajuizou perante o Tribunal Superior do Trabalho dissídio coletivo de natureza jurídica, com o intuito de interpretar a cláusula de acordo coletivo que vem sendo questionado perante a justiça do trabalho.	3.152
Autor: SINDIPETRO do Norte Fluminense e SINDIPETRO do estado da Bahia	
2) Ações coletivas que objetivam diferenças salariais decorrentes da alteração do critério de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados, observando proporção superior à instituída pela Lei nº 605/49.	
Situação atual: Referente ao processo de autoria do SINDIPETRO/BA, a Cia. interpôs recurso que se encontra pendente de julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho. No processo em que figura como autor o SINDIPETRO/NF, a Cia. propôs Ação Rescisória processada no TST, cujo mérito ainda não foi julgado.	1.160
Autor: Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – SINDIPETRO/NF	
3) O Autor objetiva a condenação da PETROBRAS a remunerar como extraordinária a jornada de trabalho que ultrapassar o limite de 12 horas diárias de trabalho efetivo em regime de sobreaviso. Pretende, ainda, que a PETROBRAS seja obrigada a respeitar o limite de 12 horas de efetivo trabalho em regime de sobreaviso, sob pena de multa diária.	
Situação atual: O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho, para julgamento dos recursos interpostos pelas partes.	1.013
4) Processos diversos de natureza Trabalhista	7.056
Total de processos de natureza trabalhista	12.381

30.2. Ações coletivas (*class actions*) e processos relacionados

Entre 8 de dezembro de 2014 e 7 de janeiro de 2015, cinco ações coletivas (*class action*) foram propostas contra a Companhia perante Corte nos Estados Unidos (*United States District Court, Southern District of New York*). Estas ações foram consolidadas em 17 de fevereiro de 2015. A Corte designou um autor líder, *Universities Superannuation Scheme Limited* ("USS"), em 4 de março de 2015, que apresentou petição inicial consolidada em 27 de março de 2015, pretendendo representar: (i) pessoas ou entidades que compraram ações da Petrobras negociadas na Bolsa de Nova Iorque entre 22 de janeiro de 2010 e 16 de março de 2015; (ii) pessoas ou entidades que compraram títulos de dívida emitidos pelas controladas da Petrobras em 3 ofertas públicas ocorridas nos Estados Unidos entre 2012 e 2014; (iii) pessoas ou entidades que compraram ações da Petrobras no Brasil, entre 22 de janeiro de 2010 e 19 de março de 2015 e também compraram valores mobiliários da Petrobras nos Estados Unidos da América no mesmo período.



O autor líder alega, dentre outros questionamentos, que a Companhia, através de fatos relevantes e outras informações arquivadas na SEC, teria reportado informações materialmente falsas e cometido omissões capazes de induzir os investidores a erro, principalmente com relação ao valor de seus ativos, despesas, lucro líquido e eficácia de seus controles internos sobre as demonstrações contábeis e as políticas anti-corrupção da Companhia, em função de denúncias de corrupção, o que teria supostamente elevado artificialmente o preço dos títulos da Petrobras.

Adicionalmente, três ações foram propostas por investidores individuais perante Corte nos Estados Unidos (*Southern District of New York*) com alegações similares àquelas apresentadas na ação coletiva. Estas ações individuais foram consolidadas em um único juízo.

Essas ações não especificam o montante do suposto dano. Como as ações estão em um estágio bastante preliminar, uma possível perda ou intervalo possível de valores de potenciais perdas, caso ocorram, não pode ser estimado. A Companhia contratou um escritório de advocacia norte-americano especializado e irá se defender em relação às alegações feitas nessas ações.

30.3. Contingências Ativas

30.3.1. Ação judicial nos Estados Unidos – Plataformas P-19 e P-31

Em 2002, a Brasoil e a Petrobras venceram, em primeira instância, perante a Justiça norte-americana, ações conexas movidas pelas seguradoras United States Fidelity & Guaranty Company e American Home Assurance Company, as quais tentavam obter, desde 1997, em face da primeira (Brasoil), declaração judicial que as isentassem da obrigação de pagar o valor do seguro de construção performance bond das plataformas P-19 e P-31, e, em face da segunda (Petrobras), buscavam ressarcimento de quaisquer quantias que viessem a ser condenadas no processo de execução da performance bond.

A Justiça Americana proferiu decisão executiva em 21 de julho de 2006, condicionando o pagamento dos valores devidos à Brasoil ao encerramento definitivo de ações com idêntico objeto em curso perante a Justiça Brasileira.

Em agosto de 2014, foi celebrado o acordo extrajudicial, entre a Brasoil e a Petrobras com as seguradoras norte-americanas, onde prevê o encerramento de todas as ações e execuções judiciais ajuizadas nos tribunais brasileiros e no exterior. O montante do acordo foi de US\$ 295 milhões. Devido ao reconhecimento inicial de US\$ 72 milhões, o impacto no resultado da Companhia foi de US\$ 223 milhões, reconhecido em outras despesas líquidas em 2014.

30.3.2. Recuperação de PIS e COFINS

A Companhia ajuizou ações ordinárias contra a União referentes à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o respectivo §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 18 de novembro de 2010, o Superior Tribunal de Justiça julgou procedente a ação da Petrobras, ajuizada em 2006 para recuperar os valores de COFINS do período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Após o trânsito em julgado da ação, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 497.



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em relação aos valores de PIS e COFINS recolhidos indevidamente sobre receitas financeiras no período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2002, cuja ação foi ajuizada em 2005, a Companhia reconheceu em setembro de 2014 o valor de R\$ 2.177 (sendo R\$ 820 em outras despesas líquidas e R\$ 1.357 em resultado financeiro), após o direito à recuperação ter sido reconhecido de forma definitiva, conclusão do levantamento do valor e documentos que possibilitaram o pedido de liquidação judicial.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui R\$ 2.737 de PIS e COFINS, atualizados monetariamente, registrados em outros ativos realizáveis a longo prazo, que estão em fase de liquidação judicial, conforme detalhado no quadro a seguir:

	31.12.2014
COFINS - Janeiro de 2003 a janeiro de 2004	497
PIS/COFINS - fevereiro de 1999 a novembro de 2002	2.177
Atualização monetária	63
Saldo atualizado registrado no ativo não circulante	<u>2.737</u>

31. Compromisso de compra de gás natural

Em 18 de agosto de 2014, a Petrobras firmou acordo com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB, solucionando as divergências existentes na execução do contrato de importação de gás natural boliviano para o mercado brasileiro (GSA). O acordo contempla a solução para as diferentes interpretações do GSA, por meio de pagamentos e compensações de parte a parte, além da celebração de um contrato de fornecimento de gás natural para viabilizar a operação da termoeletrica - UTE Cuiabá até dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor total do Contrato GSA para o período de 2015 até 2019 é de aproximadamente 54,92 bilhões de m³ de gás natural equivalente a 30,08 milhões de m³ por dia, que corresponde a um valor total estimado de US\$ 10,09 bilhões.

A conclusão do acordo resultou em um impacto negativo no resultado de R\$ 872, sendo R\$ 997 em custo dos produtos e serviços vendidos, compensado por um ganho de R\$ 125 em outras receitas.

32. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no total de R\$ 6.553 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 4.996 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 4.015 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 981 referem-se a garantias bancárias.

33. Gerenciamento de riscos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez e realiza sua gestão de risco por meio de uma política corporativa de gerenciamento de risco definida por seus diretores.



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Tal política visa contribuir para o alcance das metas estratégicas da Companhia através da alocação efetiva de recursos e de um balanceamento adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, inerentes tanto do exercício das suas atividades quanto do contexto em que ela opera.

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições mantidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2014, reconhecidas como outros ativos e passivos circulantes, além dos valores reconhecidos no resultado, outros resultados abrangentes do exercício e garantias dadas como colaterais por natureza das operações:

	Posição patrimonial consolidada				
	Valor nominal		Valor Justo		Vencimento
	31.12.2014	31.12.2013	Posição Ativa (Passiva)	31.12.2013	
Derivativos não designados como Hedge					
Contratos Futuros (*)	(4.314)	10.224	186	(48)	
Compra/Petróleo e Derivados	84.544	52.267	-	-	2015
Venda/Petróleo e Derivados	(88.858)	(42.043)	-	-	2015
Contratos de Opções (*)	(594)	-	2	-	
Compra/Petróleo e Derivados	(364)	-	(1)	-	
Venda/Petróleo e Derivados	(230)	-	3	-	2015
Contratos a Termo			3	(2)	
Compra/Câmbio (ARS/USD)	USD 10	-	(3)	-	2015
Venda/Câmbio (BRL/USD)	USD 249	USD 17	6	(2)	2015
SWAP			-	(1)	
Juros - Euribor/taxa fixa	EUR 5	EUR 10	-	(1)	2015
Derivativos designados como Hedge					
SWAP			(113)	(21)	
Câmbio - cross currency swap	USD 298	USD 298	(59)	26	2016
Juros - Libor/taxa fixa	USD 419	USD 440	(54)	(47)	2020
Total reconhecido no Balanço Patrimonial			78	(72)	

(*) Valor nominal em mil bbl

	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado do período ^(*)		Ganho/(Perda) reconhecido(a) no patrimônio líquido ^(**)		Garantias dadas como colaterais	
	2014	2013	2014	2013	31.12.2014	31.12.2013
Derivativos de commodities	910	(250)	-	-	17	335
Derivativos de moeda	(49)	(85)	22	20	-	-
Derivativos de juros	(24)	-	(5)	24	-	-
Derivativo embutido - etanol	-	(73)	-	-	-	-
	837	(408)	17	44	17	335
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações ^(***)	(1.673)	(692)	(13.977)	(12.691)	-	-
	(836)	(1.100)	(13.960)	(12.647)	17	335

^(*) Valores reconhecidos como resultado financeiro no período.

^(**) Valores reconhecidos como outros resultados abrangentes no período.

^(***) Utilizando Instrumentos financeiros não-derivativos, conforme nota explicativa 33.2

A análise de sensibilidade com relação aos diferentes tipos de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta com base em sua posição em instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 é apresentada a seguir:

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Operações	Risco	Consolidado		
		Cenário Provável ⁽¹⁾	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Derivativos não designados como Hedge				
Contratos Futuros	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	186	(189)	(564)
Contratos a Termo	Câmbio - Desvalorização do BRL frente ao USD	(53)	(159)	(318)
Contratos a Termo	Câmbio - Valorização do ARS frente ao USD	1	(7)	(13)
SWAP	Juros - Queda de taxa de Juros em EUR	-	-	-
Opções	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	2	1	(8)
		136	(354)	(903)
Derivativos designados como Hedge				
SWAP		(3)	270	809
Dívida	Câmbio - Apreciação do JPY frente ao USD	3	(270)	(809)
Efeito Líquido		-	-	-
SWAP		13	(2)	(3)
Dívida	Juros - Alta da taxa LIBOR	(13)	2	3
Efeito Líquido		-	-	-

⁽¹⁾ Em 27/02/15, os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos:

Real x Dólar - desvalorização do real em 8,36% / Iene x Dólar - desvalorização do Iene em 0,03% / Peso x Dólar - desvalorização do peso em 2,00% / Curva Futura de LIBOR - aumento de 0,35% ao longo da curva; Curva Futura de EURIBOR - queda de 0,15% ao longo da curva.

33.1. Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, evitando utilizar derivativos para proteger operações de compra ou venda de mercadorias cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais. As operações com derivativos referem-se, usualmente, à proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo.

33.2. Gerenciamento de risco cambial

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Petrobras busca identificá-los e tratá-los em uma análise integrada de proteções (hedges) naturais, beneficiando-se das correlações entre suas receitas e despesas. No curto prazo, a gestão de risco envolve a alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda. Nesse contexto, a estratégia pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

a) Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras altamente prováveis da Companhia

A Companhia designa relações de hedge entre exportações e obrigações em USD para que os efeitos da proteção cambial natural existente entre essas operações sejam reconhecidos simultaneamente nas demonstrações financeiras.

A relação de hedge entre dívida e exportações foi estabelecida na proporção de 1/1, ou seja, para a parcela de exportação de cada mês foi designada uma relação de hedge individual, protegida por uma parcela do endividamento da Petrobras. O prazo médio de vencimento das dívidas consideradas é de aproximadamente 6,10 anos.

Os valores de referência (principal) e valor justo em 31 de dezembro de 2014, além da realização anual do saldo da variação cambial registrada em outros resultados abrangentes tomando como base uma taxa BRL/USD de 2,6562, no patrimônio líquido são apresentados a seguir:

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Valor dos instrumentos principal (US\$ milhões)	Valor dos instrumentos de proteção em 31.12.2014
Instrumentos financeiros não derivativos	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Janeiro de 2015 a Junho de 2023	50.858	135.088

Movimentação do valor de referência (principal)	US\$ milhões
Designação em 31 de dezembro de 2013	40.742
Designação de instrumento de proteção	22.330
Realização por exportações	(5.764)
Amortização de endividamento	(6.450)
Valor em 31 de dezembro de 2014	50.858

A seguir é apresentada a expectativa anual de realização do saldo em 31 de dezembro de 2014, da variação cambial registrada em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido:

	Consolidado								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Realização Anual	(3.394)	(3.857)	(4.362)	(4.168)	(3.694)	(2.454)	(2.043)	(2.348)	(350)
									Total
									(26.670)

b) Hedge de fluxo de caixa envolvendo contratos de swap - Iene x Dólar

A Companhia também mantém uma operação de hedge denominada cross currency swap para fixar em dólares os custos relacionados a Bonds emitidos em Ienes, não tendo intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento. A relação entre o derivativo e o empréstimo também foi designada como hedge de fluxo de caixa.

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



	Exposição em 31.12.2014	Risco	Consolidado		
			Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Instrumentos					
Ativos	6.890		576	1.722	3.445
Passivos	(162.822)	Dólar / Real	(13.608)	(40.705)	(81.411)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	135.088		11.290	33.772	67.544
	(20.844)		(1.742)	(5.211)	(10.422)
Passivos (**)	(1.728)	Iene / Dólar	-	(432)	(864)
	(1.728)		-	(432)	(864)
Ativos	17	Euro / Real	-	4	9
Passivos	(6.877)		(1)	(1.719)	(3.439)
	(6.860)		(1)	(1.715)	(3.430)
Ativos	18.269	Euro / Dólar	(2.075)	4.567	9.135
Passivos	(36.831)		4.184	(9.208)	(18.416)
	(18.562)		2.109	(4.641)	(9.281)
Ativos	11	Libra / Real	1	3	6
Passivos	(1.930)		(143)	(483)	(965)
	(1.919)		(142)	(480)	(959)
Ativos	4.684	Libra / Dólar	(99)	1.171	2.342
Passivos	(10.060)		213	(2.515)	(5.030)
	(5.376)		114	(1.344)	(2.688)
Ativos	729	Peso / Dólar	15	182	365
Passivos	(2.031)		(41)	(508)	(1.015)
	(1.302)		(26)	(326)	(650)
	(56.591)		312	(14.149)	(28.294)

(*) Em 27/02/15, os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos:

Real x Dólar - desvalorização do real em 8,36% / Iene x Dólar - desvalorização do Iene em 0,03% / Peso x Dólar - desvalorização do peso em 2,00% / Euro x Dólar - desvalorização do euro em 7,70% / Libra x Dólar - desvalorização da libra em 0,87%. O cenário provável foi construído com base nas taxas de câmbio PTAX de venda do Banco Central em 27 de fevereiro de 2015.

(**) Parte da exposição está protegida pelo derivativo Cross Currency Swap.

33.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Petrobras, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, em função de não acarretarem impacto relevante, exceto em situações específicas apresentadas por controladas da Petrobras.

33.4. Gestão de Capital

A gestão de capital da Companhia tem como objetivo a manutenção de sua estrutura de capital em níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores. As principais fontes de recursos da empresa têm sido sua geração operacional de caixa e os recursos de terceiros obtidos através de empréstimos, emissões de títulos no mercado de capitais internacional e desinvestimentos. A empresa mantém um perfil de endividamento adequado aos prazos de maturação dos seus investimentos, com prazo médio de amortização em torno de seis anos.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



O endividamento líquido é calculado através da soma do endividamento de curto e de longo prazo, subtraído de caixa e equivalentes de caixa e dos títulos públicos federais e *time deposits* com vencimento superior a 3 meses. O EBITDA ajustado é o lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda/contribuição social, depreciação/amortização, participação em investimentos e perda no valor recuperável de ativos (*impairment*). A capitalização líquida é a soma de endividamento líquido e patrimônio líquido. Tais medidas não são definidas segundo as normas internacionais de contabilidade - IFRS e não devem ser consideradas isoladamente ou em substituição às métricas de lucro, endividamento e geração de caixa operacional em IFRS, tampouco ser base de comparação com os indicadores de outras empresas.

	Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
Endividamento total	351.035	267.820
Caixa e equivalentes de Caixa	44.239	37.172
Títulos públicos federais e <i>time deposits</i> (vencimento superior a 3 meses)	24.707	9.085
Endividamento líquido	282.089	221.563
Endividamento líquido/(endividamento líquido+patrimônio líquido)	48%	39%
EBITDA ajustado	59.140	62.967
Índice de endividamento líquido/EBITDA ajustado	4,77	3,52

O desenvolvimento de novos projetos na indústria de petróleo e gás natural envolve prazos de maturação longos e utilização intensiva de recursos financeiros, fazendo com que a companhia possa apresentar investimentos maiores que a geração de caixa operacional durante determinados períodos. A manutenção do preço do petróleo nos níveis atuais, por um longo período, pode também impactar a capacidade de geração operacional de caixa. Dessa forma, a companhia pode conviver temporariamente com a piora de seus indicadores até que os investimentos realizados estejam gerando caixa e/ou outros ajustes decorrentes da revisão do Plano de Negócios e Gestão em andamento sejam implementados.

Além disso, o plano de desinvestimento para o biênio 2015-2016 revisto recentemente, no valor total US\$ 13,7 bilhões, faz parte do planejamento financeiro da Companhia que visa à redução da alavancagem, preservação do caixa e concentração nos investimentos prioritários, notadamente de produção de óleo & gás no Brasil em áreas de elevada produtividade e retorno.

Entretanto, essa carteira de desinvestimento é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações dependerá das condições negociais, de mercado e da análise contínua dos negócios da Companhia.

33.5. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

A carteira de crédito comercial é bastante diversificada entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior e o crédito concedido a instituições financeiras está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados “grau de Investimento” pelas classificadoras internacionais de risco e os mais importantes bancos brasileiros.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



33.5.1. Qualidade do crédito de ativos financeiros

a) Contas a receber de clientes

A maior parte dos clientes da Petrobras não possui classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Desta forma, as comissões de crédito avaliam a qualidade do crédito levando em consideração, entre outros aspectos, o ramo de atuação do cliente, relacionamento comercial, histórico financeiro com a Petrobras, sua situação financeira, assim definindo limites de crédito, os quais são regularmente monitorados.

b) Outros ativos financeiros

A qualidade do crédito de ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida por agências avaliadoras Standard & Poor's, Moody's e Fitch. As informações sobre estes ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e valores mobiliários	
	2014	2013	2014	2013
AAA	55	54	-	-
AA	266	16	-	-
A	21.635	11.617	53	-
BBB	3.988	146	243	-
AAA.br	13.867	23.253	24.655	9.321
AA.br	2.459	1.082	-	-
Outras classificações	1.969	1.004	102	87
	44.239	37.172	25.053	9.408

33.6. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela Companhia através de ações como: centralização do caixa do sistema, otimizando as disponibilidades e reduzindo a necessidade de capital de giro; caixa mínimo robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo, mesmo em caso de mercado adverso; ampliação das fontes de financiamento, explorando a capacidade de financiamento dos mercados doméstico e internacional, desenvolvendo uma forte presença no mercado de capitais e buscando novas fontes de financiamento com novos produtos de captação de recursos e em novos mercados.

Atualmente, essa estratégia tem sido obtida, por exemplo, através de acesso ao mercado bancário asiático. Consideramos utilizar as fontes tradicionais de financiamento (bancos, Export Credit Agency - ECAs e mercado de capitais) ao longo de 2015 para captar os recursos necessários para a rolagem da dívida e financiamento dos nossos investimentos. Além disso, o programa de desinvestimento de US\$ 13,7 bilhões irá contribuir para o suprimento das necessidades de liquidez.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	Consolidado						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	31.12.2014
	42.611	49.137	44.735	59.370	73.061	208.417	477.331
							363.513

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



33.7. Seguros (não auditado)

Para proteção do seu patrimônio a Petrobras transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. Os demais riscos são objeto de autoseguro com a Petrobras, intencionalmente, assumindo o risco integral, mediante ausência de seguro. A Companhia assume parcela expressiva de seu risco, contratando franquias que podem chegar ao montante equivalente a US\$ 20 milhões.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2014 podem ser assim demonstradas:

Ativo	Tipos de cobertura	Importância segurada	
		Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio, riscos operacionais e riscos de engenharia	485.410	304.375
Navios-tanque e embarcações auxiliares	Cascos	10.094	
Plataformas fixas, sistemas flutuantes de produção e unidades de perfuração marítimas	Riscos de petróleo	102.905	23.791
Total		598.409	328.166

A Petrobras não faz seguros de lucros cessantes, controle de poços (operações no Brasil), automóveis e da malha de dutos no Brasil.

34. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, da dívida de curto prazo, bem como de demais ativos e passivos de longo prazo são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



	Valor justo medido com base em			Total do valor Justo contabilizado
	Nível I	Nível II	Nível III	
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	7.202	-	-	7.202
Derivativos de commodities	188	-	-	188
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	6	-	6
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.390	6	-	7.396
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.124	24	-	9.148
Passivos				
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	(62)	-	(62)
Derivativos de Juros	-	(54)	-	(54)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(116)	-	(116)
Saldo em 31 de dezembro 2013	(48)	(48)	-	(96)

Não há transferências relevantes entre os níveis.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor justo estimado para os financiamentos de longo prazo da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 17.

35. Eventos subsequentes

Revisão da classificação de risco da Petrobras pela agência de risco Moody's

Em 24 de fevereiro de 2015, a agência de risco Moody's rebaixou a nota de crédito concedida aos bonds da Companhia no mercado americano e com isso a Petrobras deixou de ser classificada como "grau de investimento" por esta agência.

Esta revisão, segundo a Moody's, refletia a preocupação com as investigações de corrupção em curso e as possíveis pressões sobre a liquidez da Companhia resultantes do atraso na divulgação das demonstrações financeiras auditadas. Adicionalmente, ressalta que a Companhia deverá passar por um momento desafiador objetivando a redução do seu endividamento nos próximos anos e irá necessitar de mais tempo do que o anteriormente previsto para reduzir sua alavancagem.

A Companhia destaca que não possui *covenants* (obrigação de fazer) relacionados ao rebaixamento de rating por parte das agências classificadoras de risco ou relacionados à rating abaixo da classificação "grau de investimento".

Encerramento das atividades no Japão

Em fevereiro de 2015, a Petrobras decidiu dar início a seu plano de saída de Okinawa, Japão. O plano prevê encerramento das atividades de refino da refinaria Nansey Sekiyu (NSS), que será conduzido em estreita colaboração com o METI (Ministry of Economy, Trade and Industry) japonês.

Venda de ativos na Argentina

Em 30 de março de 2015, a Petrobras Argentina S.A., PESA, alienou a totalidade de seus ativos situados na Bacia Austral, na província de Santa Cruz, para a Companhia General de Combustibles S.A. (CGC) pelo valor de US\$ 101 milhões.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



Captações no Mercado Bancário

Em 1º de abril de 2015, a Petrobras, por meio de sua controlada indireta Petrobras Global Trading BV – PGT, contratou uma linha de crédito de mercado bancário, no montante de US\$ 3,5 bilhões, com vencimento em 10 anos com China Development Bank Corporation - CDB.

Em 9 de abril de 2015, a Petrobras, por meio de sua controlada Petrobras Distribuidora S.A, assinou contrato de financiamento com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 4,5 bilhões, destinado a capital de giro, com vencimento em março de 2021.

Em 17 de abril de 2015, a Companhia comunicou que aprovou os seguintes contratos:

- limite de financiamento pré-aprovado (*standby*), com a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 2 bilhões e prazo de até 5 anos;
- limite de financiamento pré-aprovado (*standby*), com o banco Bradesco, no valor de R\$ 3 bilhões e prazo de até 5 anos;
- Acordo de Cooperação (*Cooperation Agreement*) com o banco Standard Chartered, para uma operação de “Venda com Arrendamento e Opção de Re-compra” (*sale and leaseback*) de plataformas de produção, no valor de até US\$ 3 bilhões e prazo de 10 anos.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Informação Complementar
(Em milhões de reais, exceto quanto indicado em contrário)



Balanco Social (Não Auditado)

	2014	Consolidado 2013
1- Base de Cálculo		
Receita de vendas Consolidada (RL)	337.260	304.890
Lucro (Prejuízo) antes da participação no lucro e impostos consolidados (RO)	(24.771)	29.257
Folha de pagamento bruta consolidada (FPB) (i)	31.671	27.025

	% sobre			% sobre		
	Valor	FPB	RL	Valor	FPB	RL
2- Indicadores Sociais Internos						
Alimentação	1.222	3,86%	0,36%	1.063	3,93%	0,35%
Encargos sociais compulsórios	5.774	18,23%	1,71%	5.366	19,85%	1,76%
Previdência privada	1.978	6,24%	0,59%	1.674	6,20%	0,55%
Saúde	1.477	4,66%	0,44%	1.266	4,68%	0,42%
Segurança e saúde no trabalho	225	0,71%	0,07%	221	0,82%	0,07%
Educação	242	0,76%	0,07%	215	0,80%	0,07%
Cultura	18	0,06%	0,01%	20	0,07%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	365	1,15%	0,11%	423	1,57%	0,14%
Creches ou auxílio-creche	58	0,18%	0,02%	39	0,14%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	1.045	3,30%	0,31%	1.102	4,08%	0,36%
Outros	50	0,16%	0,01%	90	0,33%	0,03%
Total - Indicadores sociais Internos	12.454	39,31%	3,70%	11.479	42,51%	3,75%

	% sobre			% sobre		
	Valor	RO	RL	Valor	RO	RL
3- Indicadores Sociais Externos						
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho	87	-0,35%	0,03%	230	0,79%	0,08%
Educação para a Qualificação Profissional	73	-0,29%	0,02%	62	0,21%	0,02%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (II)	78	-0,32%	0,02%	74	0,25%	0,02%
Cultura	143	-0,58%	0,04%	203	0,69%	0,07%
Esporte	98	-0,4%	0,03%	81	0,28%	0,03%
Outros	29	-0,12%	0,01%	25	0,09%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	508	-2,05%	0,15%	675	2,31%	0,22%
Tributos (excluídos encargos sociais)	106.319	-429,21%	31,52%	101.507	346,95%	33,29%
Total - Indicadores sociais externos	106.827	-431,26%	31,67%	102.182	349,26%	33,51%

	% sobre			% sobre		
	Valor	RO	RL	Valor	RO	RL
4- Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	3.169	-12,79%	0,94%	3.219	11,00%	1,06%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	108	-0,44%	0,03%	104	0,36%	0,03%
Total dos investimentos em meio ambiente	3.277	-13,23%	0,97%	3.323	11,36%	1,09%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () não possui metas () cumpre de 51 a 75%
 () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar

(Em milhões de reais, exceto quanto indicado em contrário)

Balanco Social (continuação)

	Consolidado	
	2014	2013
5- Indicadores do Corpo Funcional		
Número de empregados(as) ao final do período	80.908	86.108
Número de admissões durante o período (II)	3.786	2.166
Número de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços	291.074	360.180
Número de estagiários(as)	1.746	1.816
Número de empregados(as) acima de 45 anos (III)	33.767	37.858
Número de mulheres que trabalham na empresa	13.625	14.371
Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres (III)	15,2%	15,4%
Número de negros(as) que trabalham na empresa (IV)	19.959	20.908
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros(as) (V)	20,3%	25,2%
Número de empregados com deficiência (VI)	286	1.127

6- Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (VII)

Número total de acidentes de trabalho (VIII)

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:

A previdência privada contempla:

A participação dos lucros ou resultados contempla:

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:

Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:

Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (IX)

Percentual de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):

	2014			Metas 2015		
	30,3			30,3		
	4.406			4.406		
() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
(X) direção e gerências	() todos(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as)	() todos(as) + Cipa	
() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT	
() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	
() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	
() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	
() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará	
na empresa 11.191	no Procon 36	na Justiça 146	na empresa 7.656	no Procon -	na Justiça 4	
na empresa 95,6%	no Procon 44,4%	na Justiça 31,5%	na empresa 93,7%	no Procon -	na Justiça 44,4%	
Em 2014:	146.440			Em 2013:	193.121	
70% governo	22% colaboradores(as)		55% governo	14% colaboradores(as)		
0% acionistas	23% terceiros	-15% retido	5% acionistas	19% terceiros	7% retido	

7 - Outras Informações

I. Inclui R\$ 3,5 milhões de repasse ao Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA).

II. Informações do Sistema Petrobras no Brasil relativas às admissões por processo seletivo público.

III. Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro, Liquegás, Petrobras Biocombustível e empresas subsidiárias fora do Brasil

IV. Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro e Liquegás que se autodeclararam negros (cor parda e preta).

V. Do total dos cargos de chefia da Petrobras Controladora ocupados por empregados que informaram cor/raça, 20,3% são exercidos por pessoas que se autodeclararam negras (cor parda e preta).

VI. Até 2013, os números encaminhados pelas áreas de negócio, obtidos através de autodeclaração dos empregados. Em 2014, o número foi extraído de campo específico do sistema informatizado de saúde, registrado durante exames periódicos anuais. Não inclui empregados com deficiência admitidos em 2014. Número referente a Petrobras Controladora.

VII. Informações da Petrobras Controladora

VIII. O processo de projeção desse número foi reavaliado levando à conclusão que as incertezas inerentes ocasionavam uma projeção com margem de erro significativa e de pouca utilidade.

IX. As informações na empresa incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pela Petrobras Controladora, Liquegás, Petrobras Distribuidora e área Internacional.

(I) Composta por salários, vantagens, FGTS, INSS e demais benefícios a empregados.



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar (não auditada)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Informações complementares sobre atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural

Estas informações adicionais sobre as atividades de exploração e produção de petróleo e gás da companhia foram elaboradas em conformidade com o Tópico de Codificação 932 – Atividades de Extração - Petróleo e Gás, emitido pela da *Securities and Exchange Commission* (SEC). Os itens (a) a (c) contêm informações sobre custos históricos, referentes aos custos incorridos em exploração, aquisição e desenvolvimento de áreas, custos capitalizados e resultados das operações. Os itens (d) e (e) contêm informações sobre o volume de reservas provadas estimadas líquidas, a mensuração padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados relativos às reservas provadas e mudanças das estimativas dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados.

O segmento Internacional compreende, em 31 de dezembro de 2014, atividades na América do Sul, que inclui Argentina, Colômbia e Equador; na América do Norte, que inclui o México e os Estados Unidos da América; e Outros, que representa Turquia. Investidas por Equivalência Patrimonial é composto por operações da Petrobras Oil and Gas B.V. (PO&G) em Namíbia e Nigéria, assim como empresas na Venezuela atuantes em atividades de exploração e produção.

a) Custos capitalizados relativos às atividades de produção de petróleo e gás

A tabela a seguir apresenta o resumo dos custos capitalizados referentes às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, juntamente com as correspondentes depreciação, depleção e amortização acumuladas, e provisões para abandono:

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Informação Complementar (não auditada)
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



	Consolidado						Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Internacional	Total
31 de dezembro de 2014							
Reservas de petróleo e gás não provadas	24.698	192	1.788	-	-	1.980	26.678
Reservas de petróleo e gás provadas	256.376	5.332	11.281	-	-	16.613	272.989
Equipamentos de suporte	211.159	3.136	206	-	9	3.351	214.510
Custos capitalizados brutos	492.233	8.660	13.275	-	9	21.944	514.177
Depreciação, Depleção e Amortização	(124.020)	(4.656)	(3.383)	-	(9)	(8.048)	(132.068)
Custos capitalizados, líquidos	368.213	4.004	9.892	-	-	13.896	382.109
31 de dezembro de 2013							
Reservas de petróleo e gás não provadas	49.806	1.936	1.342	51	-	3.329	53.135
Reservas de petróleo e gás provadas	193.003	5.646	14.102	-	-	19.748	212.751
Equipamentos de suporte	190.773	842	(642)	(35)	10	175	190.948
Custos capitalizados brutos	433.582	8.424	14.802	16	10	23.251	456.833
Depreciação, Depleção e Amortização	(104.541)	(4.790)	(2.221)	-	(9)	(7.020)	(111.561)
Custos capitalizados, líquidos	329.041	3.634	12.581	16	1	16.232	345.273
31 de dezembro de 2012							
Reservas de petróleo e gás não provadas	98.609	1.440	3.210	3.066	51	7.767	106.376
Reservas de petróleo e gás provadas	123.940	8.072	7.443	5.041	-	20.556	144.496
Equipamentos de suporte	152.058	3.063	6	54	14	3.137	155.195
Custos capitalizados brutos	374.607	12.575	10.659	8.161	65	31.460	406.067
Depreciação, Depleção e Amortização	(88.449)	(6.157)	(1.278)	(2.892)	(7)	(10.334)	(98.783)
Custos capitalizados, líquidos	286.158	6.418	9.381	5.269	58	21.126	307.284

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar (não auditada)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



b) Custos incorridos na aquisição, exploração e desenvolvimento de campos de petróleo e gás

Os custos incorridos incluem valores reconhecidos no resultado e capitalizados, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado						Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África*	Outros	Internacional	Total
31 de dezembro de 2014							
Custos de aquisição de áreas							
Provadas	-	209	-	-	-	209	209
Não provadas	120	-	-	-	-	-	120
Custos de exploração	12.833	288	317	36	-	641	13.474
Custos de desenvolvimento	42.726	1.285	983	-	-	2.268	44.994
Total	55.679	1.782	1.300	36	-	3.118	58.797
31 de dezembro de 2013							
Custos de aquisição de áreas							
Provadas	-	-	-	-	-	-	-
Não provadas	6.538	-	-	-	-	-	6.538
Custos de exploração	13.206	429	830	3	2	1.264	14.470
Custos de desenvolvimento	39.197	1.576	2.765	660	6	5.007	44.204
Total	58.941	2.005	3.595	663	7	6.271	65.212
31 de dezembro de 2012							
Custos de aquisição de áreas							
Provadas	-	-	-	-	-	-	-
Não provadas	-	-	-	-	-	-	-
Custos de exploração	11.086	577	1.143	175	1	1.896	12.982
Custos de desenvolvimento	31.623	1.793	2.203	583	122	4.701	36.324
Total	42.709	2.370	3.346	758	123	6.597	49.306

*Os valores de ativos mantidos para venda foram realizados em 2014

c) Resultados das atividades de produção de petróleo e gás

Os resultados das operações da companhia referente às atividades de produção de petróleo e gás natural para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 estão apresentados na tabela a seguir. A companhia transfere substancialmente toda a sua produção nacional de petróleo bruto e gás natural para o seu segmento de Abastecimento no Brasil. Os preços calculados através da metodologia adotada pela companhia podem não ser indicativos do preço que a companhia poderia conseguir pelo produto se o mesmo fosse comercializado em um mercado à vista não regulado. Além disso, os preços calculados através dessa metodologia também podem não ser indicativos dos preços futuros a serem realizados pela companhia. Os preços adotados para gás natural são aqueles contratados com terceiros.

Os custos de produção são os custos de extração incorridos para operar e manter poços produtivos e os correspondentes equipamentos e instalações, que incluem custos de mão-de-obra, de materiais, suprimentos, combustível consumido nas operações e o custo de operação de unidades de processamento de gás natural.

As despesas de exploração incluem os custos de atividades geológicas e geofísicas e de poços de exploração não produtivos. As despesas de depreciação, depleção e amortização referem-se aos ativos empregados nas atividades de exploração e de desenvolvimento. De acordo com o Tópico de Codificação 932 da SEC – Atividades de Extração - Petróleo e Gás Natural, o imposto de renda se baseia nas alíquotas nominais, considerando as deduções permitidas. Despesas e receitas financeiras não foram contempladas nos resultados a seguir.



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Informação Complementar (não auditada)
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado						Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Internacional	Total
31 de dezembro de 2014							
Receitas operacionais líquidas							
Vendas a terceiros	1.190	1.975	2.144	-	-	4.119	5.309
Intersegmentos	152.515	2.903	-	-	-	2.903	155.418
	153.705	4.878	2.144	-	-	7.022	160.727
Custos de produção	(64.366)	(2.459)	(489)	-	-	(2.948)	(67.314)
Despesas de exploração	(6.720)	(69)	(308)	(38)	-	(415)	(7.135)
Depreciação, depleção e amortização	(18.091)	(852)	(1.208)	-	-	(2.060)	(20.151)
Impairment dos ativos de produção de petróleo	(5.665)	(230)	(4.183)	(16)	-	(4.429)	(10.094)
Outras despesas operacionais líquidas	(6.722)	2.610	(276)	6	279	2.619	(4.103)
Resultados antes dos impostos	52.141	3.878	(4.320)	(48)	279	(211)	51.930
Imposto de renda e contribuição social	(17.728)	(1.206)	(10)	-	41	(1.175)	(18.903)
Resultados das operações (líquidos de custos fixos corporativos e de juros)	34.413	2.672	(4.330)	(48)	320	(1.386)	33.027
							587
31 de dezembro de 2013							
Receitas operacionais líquidas							
Vendas a terceiros	2.472	2.201	1.093	438	-	3.732	6.204
Intersegmentos	144.809	3.624	-	1.429	-	5.053	149.862
	147.281	5.826	1.093	1.867	-	8.786	156.067
Custos de produção	(57.050)	(3.057)	(381)	(141)	-	(3.580)	(60.630)
Despesas de exploração	(6.057)	(132)	(189)	(61)	(7)	(388)	(6.445)
Depreciação, depleção e amortização	(16.867)	(1.117)	(693)	(192)	(1)	(2.004)	(18.871)
Impairment dos ativos de produção de petróleo	(9)	2	(30)	(1.205)	-	(1.233)	(1.242)
Outras despesas operacionais líquidas	(2.883)	(552)	(161)	(108)	3.763	2.943	60
Resultados antes dos impostos	64.415	969	(361)	160	3.756	4.524	68.939
Imposto de renda e contribuição social	(21.901)	(304)	(3)	(790)	(1)	(1.099)	(23.000)
Resultados das operações (líquidos de custos fixos corporativos e de juros)	42.514	665	(365)	(630)	3.754	3.425	45.939
							1.073
31 de dezembro de 2012							
Receitas operacionais líquidas							
Vendas a terceiros	1.700	2.240	37	719	-	2.996	4.696
Intersegmentos	143.873	3.232	566	3.674	-	7.472	151.345
	145.573	5.472	603	4.393	-	10.468	156.041
Custos de produção	(52.888)	(2.664)	(79)	(348)	-	(3.091)	(55.979)
Despesas de exploração	(7.114)	(352)	(96)	(163)	(112)	(723)	(7.837)
Depreciação, depleção e amortização	(12.763)	(921)	(342)	(370)	(2)	(1.635)	(14.398)
Impairment dos ativos de produção de petróleo	(71)	(1)	-	(33)	-	(34)	(105)
Outras despesas operacionais líquidas	(3.523)	(384)	(218)	340	(82)	(344)	(3.867)
Resultados antes dos impostos	69.214	1.150	(132)	3.819	(196)	4.641	73.855
Imposto de renda e contribuição social	(23.533)	(295)	(1)	(1.820)	2	(2.114)	(25.647)
Resultados das operações (líquidos de custos fixos corporativos e de juros)	45.681	855	(133)	1.999	(194)	2.527	48.208
							(65)

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar (não auditada)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)



d) Informações sobre reservas

As reservas provadas líquidas de petróleo e gás natural estimadas pela companhia e as correspondentes movimentações para os exercícios de 2014, 2013 e 2012 estão apresentadas no quadro a seguir. As reservas provadas foram estimadas por engenheiros especialistas da companhia, em conformidade com os conceitos de reservas definidos pela Securities and Exchange Commission.

Reservas provadas de petróleo e gás natural são os volumes de petróleo e gás natural que, mediante análise de dados geocientíficos e de engenharia, podem ser estimadas com certeza razoável como sendo, a partir de uma determinada data, economicamente recuperáveis de reservas conhecidas e com as condições econômicas, técnicas operacionais e normas governamentais existentes, até o vencimento dos contratos que prevêem o direito de operação, salvo se evidências dêem certeza razoável da renovação, independentemente de serem usadas técnicas determinísticas ou probabilísticas nas estimativas. O empreendimento de extração dos hidrocarbonetos deve ter sido iniciado ou o operador deve ter razoável certeza de que o empreendimento será iniciado dentro de um prazo razoável.

Reservas desenvolvidas de petróleo e gás são reservas de qualquer categoria passíveis de serem recuperadas: (i) através de poços, equipamentos e métodos operacionais existentes ou em que o custo dos equipamentos necessários é relativamente menor comparado com o custo de um novo poço; e (ii) através de equipamentos de extração instalados e infraestrutura em operação no momento da estimativa das reservas, caso a extração seja feita por meios que não incluam um poço.

Em alguns casos, há a necessidade de novos investimentos substanciais em poços adicionais e equipamentos para recuperação dessas reservas provadas. Devido às incertezas inerentes e aos dados limitados sobre as reservas, as estimativas das reservas estão sujeitas a ajustes à medida que se obtém conhecimento de novas informações.



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Informação Complementar (não auditada)
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

O quadro a seguir apresenta um resumo das movimentações anuais nas reservas provadas de petróleo (em milhões de barris):

							Investidas por Equivalência Patrimonial	
	Consolidado							
Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas	Brasil	América do Sul	América do Norte	Internacional	** Óleo Sintético	Total	Total	
Reservas em 31.12.2011	10.411,2	191,2	53,7	118,1	363,0	8,6	10.782,8	29,6
Revisão de estimativas anteriores	69,7	(2,6)	23,5	22,4	43,3	0,7	113,7	(3,0)
Extensões e descobertas	424,4	11,4	-	-	11,4	-	435,8	-
Aprimoramento na recuperação	324,6	0,6	-	18,7	19,3	-	343,9	-
Produção no ano	(690,7)	(25,2)	(3,3)	(19,0)	(47,5)	(1,0)	(739,1)	(2,3)
Reservas em 31.12.2012	10.539,2	175,4	74,0	140,2	389,6	8,3	10.937,1	24,3
Transferência por perda de controle*	-	-	-	(140,2)	(140,2)	-	(140,2)	140,2
Revisão de estimativas anteriores	(110,0)	13,4	21,9	-	35,4	1,3	(73,4)	1,8
Extensões e descobertas	818,3	-	33,0	-	33,0	-	851,4	-
Aprimoramento na recuperação	124,2	-	-	-	-	-	124,2	-
Vendas de reservas	(42,3)	-	(1,5)	-	(1,5)	-	(43,8)	(65,4)
Produção no ano	(671,0)	(22,8)	(4,3)	-	(27,1)	(0,8)	(698,9)	(16,5)
Reservas em 31.12.2013	10.658,4	166,0	123,1	(0,0)	289,2	8,8	10.956,4	84,5
Revisão de estimativas anteriores	629,3	(3,2)	5,3	-	2,1	0,2	631,6	(1,1)
Extensões e descobertas	267,7	3,0	1,6	-	4,6	-	272,3	-
Aprimoramento na recuperação	-	0,5	-	-	0,5	-	0,5	-
Vendas de reservas	-	(104,4)	(0,1)	-	(104,5)	-	(104,5)	-
Aquisição de reservas	-	22,9	-	-	22,9	-	22,9	-
Produção no ano	(704,6)	(18,3)	(10,0)	-	(28,3)	(1,1)	(734,0)	(11,3)
Reservas em 31.12.2014	10.850,9	66,5	119,9	(0,0)	186,5	7,9	11.045,2	72,1

* Valores transferidos em função da desconsolidação da PO&G.

** Em 2013 inclui o valor de 105 milhões de barris referente a ativos mantidos para venda.

As diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar (não auditada)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

O quadro a seguir apresenta um resumo das movimentações anuais de reservas provadas de gás natural (em bilhões de pés cúbicos):

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas	Consolidado						Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Internacional **	Gás Sintético	Total
Reservas em 31.12.2011	11.067,0	1.189,6	71,9	39,3	1.300,8	13,4	12.381,2
Revisão de estimativas anteriores	373,4	(18,3)	2,7	6,2	(9,4)	1,8	365,8
Extensões e descobertas	275,8	19,6	-	-	19,6	-	295,4
Aprimoramento na recuperação	(624,3)	0,8	-	-	0,8	-	(623,5)
Produção no ano	(747,3)	(108,0)	(6,9)	-	(114,9)	(1,9)	(864,1)
Reservas em 31.12.2012	10.344,6	1.083,7	67,7	45,5	1.196,9	13,3	11.554,8
Transferência por perda de controle*	-	-	-	(45,5)	(45,5)	-	(45,5)
Revisão de estimativas anteriores	(291,2)	75,2	2,6	-	77,8	(0,1)	(213,5)
Extensões e descobertas	1.113,0	-	80,4	-	80,4	-	1.193,4
Aprimoramento na recuperação	916,0	-	-	-	-	-	916,0
Vendas de reservas	(17,3)	-	(13,4)	-	(13,4)	-	(30,7)
Aquisição de reservas	0,4	-	-	-	-	-	0,4
Produção no ano	(773,8)	(100,4)	(4,4)	-	(104,8)	(1,4)	(880,0)
Reservas em 31.12.2013	11.291,7	1.058,5	132,9	0,0	1.191,4	11,8	12.494,8
Revisão de estimativas anteriores	468,0	25,5	46,1	-	71,6	0,1	539,7
Extensões e descobertas	216,0	42,1	6,0	-	48,1	-	264,1
Aprimoramento na recuperação	-	10,8	-	-	10,8	-	10,8
Vendas de reservas	-	(351,7)	(0,1)	-	(351,8)	-	(351,8)
Aquisição de reservas	-	47,1	-	-	47,1	-	47,1
Produção no ano	(805,4)	(101,5)	(4,9)	-	(106,4)	(1,4)	(913,2)
Reservas em 31.12.2014	11.170,3	730,8	180,0	0,0	910,8	10,6	12.091,5

*Valores transferidos em função da desconsolidação da PO&G.

** Em 2013 inclui o valor de 363 bilhões de pés cúbicos referente a ativos mantidos para venda. Aparentes diferenças na soma das parcelas são frutos de arredondamentos.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar (não auditada)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os quadros a seguir apresentam os volumes de reservas provadas desenvolvidas e das não desenvolvidas, líquidas:

	2014				2013				2012			
	Óleo		Gás		Óleo		Gás		Óleo		Gás	
	Óleo Bruto (milhões de barris)	Sintético (bilhões de pés cúbicos)	Gás Natural (bilhões de pés cúbicos)	Sintético (bilhões de pés cúbicos)	Óleo Bruto (milhões de barris)	Sintético (bilhões de pés cúbicos)	Gás Natural (bilhões de pés cúbicos)	Sintético (bilhões de pés cúbicos)	Óleo Bruto (milhões de barris)	Sintético (bilhões de pés cúbicos)	Gás Natural (bilhões de pés cúbicos)	Sintético (bilhões de pés cúbicos)
Reservas provadas desenvolvidas, líquidas:												
Entidades Consolidadas												
Brasil	7.002,7	7,9	6.661,0	10,6	6.509,3	8,8	6.578,9	11,8	6.397,5	8,3	6.811,5	13,3
América do Sul	52,0	-	358,2	-	86,0	-	368,4	-	96,5	-	414,1	-
América do Norte	63,6	-	146,2	-	46,2	-	9,9	-	21,2	-	25,2	-
África	-	-	-	-	-	-	-	-	77,8	-	35,8	-
Internacional	115,6	-	504,3	-	132,2	-	378,3	-	195,5	-	475,1	-
Total Entidades Consolidadas	7.118,3	7,9	7.165,4	10,6	6.641,6	8,8	6.957,3	11,8	6.593,0	8,3	7.286,6	13,3
Entidades não Consolidadas												
América do Sul	9,4	-	15,7	-	12,4	-	14,9	-	12,7	-	14,6	-
África	30,8	-	14,4	-	37,3	-	15,7	-	-	-	-	-
Internacional	40,2	-	30,1	-	49,8	-	30,5	-	12,7	-	14,6	-
Total Entidades não Consolidadas	40,2	-	30,1	-	49,8	-	30,5	-	12,7	-	14,6	-
Total Entidades Consolidadas e não Consolidadas	7.158,5	7,9	7.195,5	10,6	6.691,4	8,8	6.987,8	11,8	6.605,7	8,3	7.301,2	13,3
Reservas provadas não desenvolvidas, líquidas:												
Entidades Consolidadas												
Brasil	3.848,2	-	4.509,2	-	4.149,1	-	4.712,7	-	4.141,7	-	3.533,0	-
América do Sul	14,6	-	372,5	-	80,1	-	690,1	-	78,9	-	669,5	-
América do Norte	56,4	-	33,8	-	77,0	-	123,1	-	52,8	-	42,5	-
África	-	-	-	-	-	-	-	-	62,4	-	9,8	-
Internacional	71,0	-	406,3	-	157,1	-	813,2	-	194,1	-	721,8	-
Total Entidades Consolidadas	3.919,2	-	4.915,5	-	4.306,2	-	5.525,9	-	4.335,8	-	4.254,8	-
Entidades não Consolidadas												
América do Sul	8,6	-	11,9	-	8,8	-	26,4	-	11,6	-	33,2	-
África	23,3	-	4,9	-	25,9	-	4,9	-	-	-	-	-
Internacional	31,9	-	16,8	-	34,7	-	31,3	-	11,6	-	33,2	-
Total Entidades não Consolidadas	31,9	-	16,8	-	34,7	-	31,3	-	11,6	-	33,2	-
Total Entidades Consolidadas e não Consolidadas	3.951,1	-	4.932,3	-	4.340,8	-	5.557,2	-	4.347,4	-	4.288,0	-

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.





Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar (não auditada)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Mensuração padronizada dos fluxos de caixa futuros descontados líquidos relacionados a volumes provados de petróleo e gás e correspondentes movimentações

A mensuração padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados, referentes às reservas provadas de petróleo e gás natural mencionadas anteriormente, é feita em conformidade com o Tópico de Codificação 932 da SEC – Atividades de Extração - Petróleo e Gás Natural.

As estimativas de futuras entradas de caixa da produção no Brasil e no segmento Internacional são calculadas pela aplicação do preço médio durante o período de 12 meses anterior à data de fechamento, determinado como uma média aritmética não ponderada do preço do primeiro dia de cada mês dentro desse período, a menos que os preços sejam definidos por acordos contratuais, excluindo indexadores baseados em condições futuras. As variações nos preços futuros se limitam às variações previstas em contratos existentes no fim de cada exercício. Os custos futuros de desenvolvimento e produção correspondem aos dispêndios futuros estimados necessários para desenvolver e extrair as reservas provadas estimadas no fim do exercício com base em indicadores de custo no fim do exercício, tendo como premissa a continuidade das condições econômicas no fim do exercício. A estimativa de imposto de renda e contribuição social futuros é calculada utilizando as alíquotas oficiais em vigor no fim do exercício. Essas alíquotas refletem deduções permitidas, sendo aplicadas aos fluxos de caixa futuros líquidos estimados antes da tributação, deduzidas da base fiscal dos ativos relacionados. Os fluxos de caixa futuros descontados líquidos são calculados utilizando fatores de desconto intermediários de 10%. Esse desconto requer estimativas, ano a ano, do momento em que os dispêndios futuros serão incorridos e as reservas extraídas.

A avaliação determinada pelo Tópico de Codificação 932 da SEC requer a adoção de premissas em relação ao momento de ocorrência e ao valor dos custos de desenvolvimento e produção futuros. Os cálculos são feitos no dia 31 de dezembro de cada exercício e não devem ser utilizados como indicativos dos fluxos de caixa futuros da Petrobras ou do valor das suas reservas de petróleo e gás natural.

As informações relativas à mensuração padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados são apresentadas originalmente em dólar norte-americano no Form 20-F da SEC e foram convertidas para o real para apresentação nestas Demonstrações Contábeis. Desta forma, visando manter a consistência com os critérios utilizados na mensuração das estimativas de futuras entradas de caixa, conforme descrito anteriormente, a taxa de câmbio utilizada para conversão de cada um dos períodos decorre da cotação média do dólar norte-americano durante o período de 12 meses anterior à data de fechamento, determinada como uma média aritmética não ponderada da cotação do primeiro dia útil de cada mês dentro desse período. As variações cambiais decorrentes desta conversão são demonstradas como ajuste acumulado de conversão nas tabelas de movimentação dos fluxos, conforme a seguir.



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Informação Complementar (não auditada)
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Fluxos de caixa líquidos futuros descontados:

	Consolidado					Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Internacional	Total
Em 31 de dezembro de 2014						
Fluxos de caixa futuros	2.529.273	16.770	26.530	-	43.300	2.572.573
Custos de produção futuros	(1.098.425)	(8.762)	(8.630)	-	(17.392)	(1.115.817)
Custos de desenvolvimento futuros	(164.084)	(2.798)	(5.504)	-	(8.302)	(172.386)
Despesa futura de imposto de renda	(441.802)	(1.447)	(955)	-	(2.402)	(444.204)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	824.962	3.763	11.441	-	15.204	840.166
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados*	(418.349)	(1.230)	(3.703)	-	(4.933)	(423.282)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	406.613	2.533	7.738	-	10.271	416.884
Em 31 de dezembro de 2013						
Fluxos de caixa futuros	2.444.936	36.145	26.017	-	62.162	2.507.098
Custos de produção futuros	(1.011.789)	(18.843)	(7.509)	-	(26.351)	(1.038.140)
Custos de desenvolvimento futuros	(156.636)	(4.626)	(6.025)	-	(10.651)	(167.287)
Despesa futura de imposto de renda	(443.858)	(3.649)	(365)	-	(4.014)	(447.872)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	832.653	9.028	12.118	-	21.146	853.799
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados*	(426.231)	(3.093)	(4.931)	-	(8.024)	(434.256)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	406.422	5.935	7.187	-	13.122	419.543
Em 31 de dezembro de 2012						
Fluxos de caixa futuros	2.154.418	35.026	14.231	30.499	79.756	2.234.174
Custos de produção futuros	(891.944)	(17.157)	(3.259)	(6.039)	(26.455)	(918.399)
Custos de desenvolvimento futuros	(113.182)	(4.366)	(3.893)	(7.361)	(15.620)	(128.802)
Despesa futura de imposto de renda	(397.241)	(3.910)	-	(6.156)	(10.066)	(407.307)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	752.051	9.593	7.079	10.943	27.615	779.666
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados*	(385.228)	(3.370)	(2.284)	(3.640)	(9.294)	(394.522)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	366.823	6.223	4.795	7.303	18.321	385.144

* Capitalização semestral

** Em 2013 inclui o valor de R\$ 3.790 milhões referente a ativos mantidos para venda, realizados em 2014



Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Informação Complementar (não auditada)
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Movimentação dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados:

	Consolidado						Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Internacional**	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	406.422	5.935	7.186	-	-	13.121	419.543
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidos do custo de produção	(89.330)	(1.525)	(1.638)	-	-	(3.163)	(92.493)
Custos de desenvolvimento incorridos	42.726	1.285	983	-	-	2.268	44.994
Variação líquida em decorrência de compras e vendas de minerais	-	(2.555)	249	-	-	(2.306)	(2.306)
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias, menos custos relacionados	16.847	427	-	-	-	427	17.274
Revisões de estimativas anteriores de volumes	39.241	(64)	498	-	-	434	39.675
Variação líquida dos preços, preços de transferências e custos de produção	(78.114)	(598)	(929)	-	-	(1.527)	(79.641)
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	(27.679)	(846)	90	-	-	(756)	(28.435)
Acréscimo de desconto	40.642	308	803	-	-	1.111	41.753
Variação líquida de imposto de renda	17.720	(266)	(220)	-	-	(486)	17.234
Ocorrência	-	(1)	45	-	-	44	44
Outros - não especificados	-	(71)	57	-	-	(14)	(14)
Ajuste acumulado de conversão	38.138	503	615	-	-	1.118	39.256
Saldo em 31 de dezembro de 2014	406.613	2.532	7.739	-	-	10.271	416.884

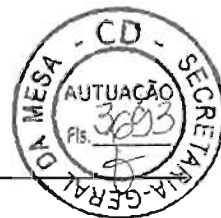


Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Informação Complementar (não auditada)
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado						Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Internacional	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	366.823	6.223	4.795	7.303	-	18.321	385.144
Transferências por perda de controle*	-	-	-	(7.303)	-	(7.303)	(7.303)
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidas do custo de produção	(73.254)	(2.499)	(857)	-	-	(3.356)	(76.610)
Custos de desenvolvimento incorridos	36.063	1.538	390	660	6	2.594	38.657
Variação líquida em decorrência de compras e vendas de minerais	(2.173)	587	(249)	-	-	338	(1.835)
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias, menos custos relacionados	71.493	-	1.451	-	-	1.451	72.944
Revisões de estimativas anteriores de volumes	(8.783)	60	2.016	-	-	2.076	(6.707)
Variação líquida dos preços, preços de transferências e custos de produção	(20.927)	(798)	653	(660)	(5)	(810)	(21.737)
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	(41.285)	(870)	(745)	-	-	(1.615)	(42.900)
Acréscimo de desconto	36.682	962	584	-	-	1.546	38.228
Variação líquida de imposto de renda	(1.891)	407	(27)	-	-	380	(1.511)
Ocorrência	-	(6)	(1.409)	-	-	(1.415)	(1.415)
Outros - não especificados	-	(343)	55	-	-	(278)	(278)
Ajuste acumulado de conversão	43.674	674	519	-	(1)	1.192	44.866
Saldo em 31 de dezembro de 2013	406.422	5.935	7.186	-	-	13.121	419.542

* Valores transferidos em função da desconsolidação da PO&G.
 ** Em 2013 inclui o valor de R\$ 3.790 milhões referente a ativos mantidos para venda, realizados em 2014.

Saldo em 1º de janeiro de 2012	319.089	5.714	1.881	5.747	-	13.342	332.431
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidas do custo de produção	(93.004)	(2.414)	(131)	(3.247)	-	(5.892)	(98.896)
Custos de desenvolvimento incorridos	31.539	1.551	1.099	583	122	3.355	34.894
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias, menos custos relacionados	34.724	350	1.978	2.668	-	4.996	39.720
Revisões de estimativas anteriores de volumes	6.632	478	(115)	3.451	-	3.814	10.446
Variação líquida dos preços, preços de transferências e custos de produção	(13.318)	164	222	(663)	(122)	(399)	(13.717)
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	(17.422)	(1.601)	(738)	(2.059)	-	(4.398)	(21.820)
Acréscimo de desconto	31.909	944	253	670	-	1.867	33.776
Variação líquida de imposto de renda	6.085	300	-	(194)	-	106	6.191
Ocorrência	-	(73)	105	-	-	32	32
Outros - não especificados	-	(178)	(86)	(544)	-	(808)	(808)
Ajuste acumulado de conversão	60.589	988	327	991	-	2.306	62.895
Saldo em 31 de dezembro de 2012	366.823	6.223	4.795	7.303	-	18.321	385.144



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUCIANO GALVÃO COUTINHO
PRESIDENTE

ALDEMIR BENDINE
CONSELHEIRO

JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE^()**
CONSELHEIRO

MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA^(*)
CONSELHEIRO

SÉRGIO FRANKLIN QUINTELLA
CONSELHEIRO

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE
CONSELHEIRO

LUIZ AUGUSTO FRAGA NAVARRO DE
BRITTO FILHO
CONSELHEIRO

MIRIAM APARECIDA BELCHIOR
CONSELHEIRO

SILVIO SINEDINO PINHEIRO^(*)
CONSELHEIRO

DIRETORIA EXECUTIVA

ALDEMIR BENDINE
PRESIDENTE

HUGO REPSOLD JÚNIOR
DIRETOR DE GÁS E ENERGIA

JOÃO ADALBERTO ELEK JÚNIOR
DIRETOR DE GOVERNANÇA, RISCO E
CONFORMIDADE

ANTÔNIO SÉRGIO OLIVEIRA SANTANA^(*)**
DIRETOR CORPORATIVO E DE SERVIÇOS
(em exercício)

ROBERTO MORO
DIRETOR DE ENGENHARIA,
TECNOLOGIA E MATERIAIS

IVAN DE SOUZA MONTEIRO
DIRETOR FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

JORGE CELESTINO RAMOS
DIRETOR DE ABASTECIMENTO

SOLANGE DA SILVA GUEDES
DIRETORA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

MARCOS ANTONIO SILVA MENEZES
CONTADOR-CRC-RJ-35-286/O-1

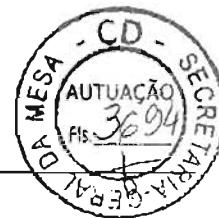
(*) Voto contrário à aprovação das Demonstrações Contábeis.

(**) Abstenção quanto à aprovação das Demonstrações Contábeis e voto contrário ao pagamento da PLR

(***) Respondendo pelos encargos afetos de José Eduardo de Barros Dutra que se encontra em licença médica.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Parecer do Conselho Fiscal



O Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela PETROBRAS: I- o Relatório da Administração - Exercício de 2014; e II- o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas pela Companhia, assim como o Parecer, sem ressalvas, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 22/04/2015, o Conselho Fiscal, com votos contrários dos Conselheiros Fiscais Reginaldo Ferreira Alexandre e Walter Luis Bernardes Albertoni, opina que os documentos apresentados estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas da PETROBRAS.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2015

Paulo José dos Reis Souza
Presidente

César Acosta Rech
Conselheiro

Marisete Fátima Dadald Pereira
Conselheira

Reginaldo Ferreira Alexandre
Conselheiro

Walter Luis Bernardes Albertoni
Conselheiro.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 33.000.167/0001-01, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Petrobras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Petrobras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2015.

Aldemir Bendine
Presidente

João Adalberto Elek Júnior
Diretor de Governança, Risco e Conformidade

Hugo Repsold Júnior
Diretor de Gás e Energia

Roberto Moro
Diretor de Engenharia, Tecnologia e Materiais

Ivan de Souza Monteiro
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Jorge Celestino Ramos
Diretor de Abastecimento

Antônio Sérgio Oliveira Santana
Respondendo pelos encargos afetos a José Eduardo de Barros Dutra
Diretor Corporativo e de Serviços

Solange da Silva Guedes
Diretora de Exploração e Produção



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

1. **HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JÚNIOR e JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL** ofereceram nova denúncia contra a Presidente da República, **DILMA VANA ROUSSEF**, atribuindo-lhe a prática de crime de responsabilidade. A petição também está subscrita pelo advogado **FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA** e há a concordância de alguns movimentos sociais, como **Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua e Movimentos Contra a Corrupção**.

Nesta nova acusação, formulam os DENUNCIANTES, inicialmente, pedido de desistência em relação à denúncia anterior, já homologada, justificando esse novo pedido ao argumento de que os fatos que se sucederam, após aquela oportunidade, exigem nova denúncia para que se possa consolidar, com ainda mais clareza, os crimes praticados por Dilma Rousseff, com destaque para a rejeição das contas do Governo pelo Tribunal de Contas da União, bem como a constatação de que as pedaladas invadiram o segundo mandato, caracterizando inafastável continuidade delitiva.

Afirmam os DENUNCIANTES, inicialmente, que o Brasil enfrenta uma profunda crise, e que, ao contrário do que divulga o governo comandado pela DENUNCIADA, não é uma crise exclusivamente econômica, mas também política e, sobretudo, moral. Asseveram que, ao contrário do que tem defendido o GOVERNO FEDERAL, essa crise não é nem se tornará

9



CÂMARA DOS DEPUTADOS

institucional, sendo o Brasil atualmente um país de instituições consolidadas, que continuarão funcionando apesar da situação e, fatalmente, exercerão papel extremamente relevante para que sejam desvendados os crimes cometidos no coração do Poder.

Nesse contexto, os DENUNCIANTES situam a acusação rememorando a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que, tendo apurado a existência de inúmeras fraudes na prestação de contas da campanha da DENUNCIADA à reeleição, pela primeira vez decidiu receber e reabrir o julgamento sobre as contas de campanha de Presidente da República.

Os DENUNCIANTES também fazem referência à representação criminal dirigida à Procuradoria Geral da República tendo como base decisão do Tribunal de Contas da União. Essa notícia criminis, segundo os DENUNCIANTES, demonstra que a PRESIDENTE deixou de contabilizar empréstimos tomados de instituições financeiras públicas (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), contrariando, a um só tempo, a proibição de fazer referidos empréstimos e o dever de transparência quanto à situação financeira do país. Dizem que houve uma maquiagem deliberadamente orientada a passar para a nação (e também aos investidores internacionais) a sensação de que o Brasil estaria economicamente saudável e, portanto, teria condições de manter os programas em favor das classes mais favoráveis. Apontam que a Presidente incorrera, em tese, nos crimes capitulados nos artigos 299, 359-A e 359-C do Código Penal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Continuando, os DENUNCIANTES abordam o caso de corrupção na PETROBRAS, que se tornou público em primeiro lugar pela revelação da compra da refinaria de PASADENA, cujo negócio poderia e deveria ter sido evitado. Lembram que as perdas estimadas nessa operação foram superiores a setecentos milhões de reais e que a DENUNCIADA era, à época, Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS.

Mais, após o início das investigações do caso pela Polícia Federal, descobriu-se que o negócio da refinaria em PASADENA e seu resultado negativo para a estatal não eram sequer a metade dos problemas relacionados com a corrupção que assolam a PETROBRAS.

Citam os depoimentos de dois colaboradores da justiça, PAULO ROBERTO COSTA (segundo os DENUNCIANTES, muito próximo pessoalmente da DENUNCIADA, tendo sido inclusive convidado para o casamento da sua filha, cuja cerimônia foi bastante reservada) e ALBERTO YOUSSEF, que expuseram ao país o real objetivo das obras e realizações da PETROBRAS nos últimos anos: abastecer ilicitamente os cofres do Partido dos Trabalhadores (PT) e de outros pertencentes à base aliada. Mais grave, a DENUNCIADA, segundo o depoimento de YOUSSEF, tinha conhecimento dos malfeitos praticados por agentes públicos e políticos na PETROBRAS e com eles era conivente, já que em nenhum momento adotou ou determinou as providências necessárias para evitar/investigar os atos de corrupção.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ressaltam os DENUNCIANTES que a DENUNCIADA, após a deflagração da operação chamada Lava-Jato e revelados alguns dos descalabros praticados na PETROBRAS, defendeu publicamente a conduta de alguns envolvidos, como a ex-Presidente da companhia GRAÇA FOSTER. Aliás, a DENUNCIADA, segundo os DENUNCIANTES, insistia sempre na *estapafúrdia tese de que as denúncias seriam uma espécie de golpe.*

Destacam os DENUNCIANTES que a relação da DENUNCIADA com o ex-Presidente Lula é muito próxima, a ponto de ambos, em diversas oportunidades, terem registrado ser uma parceria indissociável. Nesse contexto, não haveria como a DENUNCIADA ignorar o suposto tráfico de influência cometido por Lula em favor da Construtora Odebrecht, sendo tal conduta leniente caracterizadora de crime de responsabilidade.

Outro escândalo atualmente em apuração apontado pelos DENUNCIANTES como sendo de responsabilidade da DENUNCIADA é o dos empréstimos - sempre em operações sigilosas - concedidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a outros países para a realização de obras por empreiteiras brasileiras (as mesmas envolvidas nos escândalos PETROBRAS), operações sempre precedidas da intermediação do ex-Presidente da República Lula.

Por fim, citam o envolvimento da ex-assessora de confiança da DENUNCIADA, ERENICE GUERRA, no caso de corrupção investigado na operação Zelotes. E fazem considerações sobre a

4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

atuação do tesoureiro da campanha da Presidente, atual Ministro de Comunicação Social, EDINHO SILVA.

Com isso, pretendem os DENUNCIANTES demonstrar que a versão segundo a qual a DENUNCIADA passa ao largo de todos esses casos de corrupção é insustentável. Segundo os DENUNCIANTES, fosse um único fato, até se poderia admitir tratar-se de um descuido, ou coincidência; porém, estando-se diante de uma verdadeira continuidade delitiva, impossível crer que a Presidente da República não soubesse o que estava passando a sua volta. E os crimes estenderam a 2015, ou seja, invadiram o segundo mandato!

Defendem a tese de que a DENUNCIADA agiu com dolo, e não apenas com culpa. Dizem que reforça o entendimento de que a Presidente da República agiu com dolo o fato de ela sempre se mostrar muito consciente de todas as questões afetas ao setor de energia, bem como aquelas relacionadas à área econômica e financeira.

Tecem considerações sobre a insatisfação popular, as manifestações e a elevada rejeição da população em relação ao Governo atual e finalizam com o argumento de que, ao contrário do que prega a denunciada e aqueles que lhe são próximos, notadamente o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o único golpe que se praticou foi a reeleição da Presidente.

2. Em suas razões jurídicas, os DENUNCIANTES sustentam inicialmente que o processo de impeachment busca a verdade



CÂMARA DOS DEPUTADOS

real, razão pela qual os fatos narrados não limitam a atuação do Poder Legislativo. Afirmam que as revelações já existentes são suficientes para deflagração do processo.

Quanto ao que chamaram de *desmandos na Petrobrás*, apontam que foram cometidos os crimes de responsabilidade previstos nos itens 3 e 7 do art. 9º¹ da Lei 1.079/50.

Segundo os DENUNCIANTES, a DENUNCIADA não tornou efetiva a responsabilidade de seus subordinados e procedeu de modo incompatível com a dignidade, honra e decoro do cargo que exerce ao não afastar, mesmo preventivamente, diversos agentes públicos e políticos próximos a ela acusados de atos de corrupção, o que permitiria a conclusão de que estava a participar dos conluíus necessários ao sucesso dos *esquemas*, ainda que seu papel fosse o de se omitir, sendo conivente com a malversação de recursos públicos.

Outro indício apontado pelos DENUNCIANTES de que a DENUNCIADA tinha ciência dos diversos esquemas de corrupção é a insistência em manter sigilosos os empréstimos do BNDES a países como CUBA e ANGOLA, que não são exatamente conhecidos como bons pagadores ou exemplos de regimes democráticos e transparentes.

¹ São crimes de responsabilidade contra a probidade da administração: (...) 3 - não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição; (...) 7 - proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3. Sob outra vertente, apontam os DENUNCIANTES que a Presidente da República também cometeu o crime previsto no art. 10, itens 4 e 6 da Lei n. 1.079/50², ao editar, nos anos de 2014 e 2015, uma série de decretos sem número que resultaram na abertura de créditos suplementares, de valores muito elevados, sem autorização do Congresso Nacional. Dizem que esses decretos foram publicados após a constatação, pelo Tesouro Nacional, de que as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual não haviam sido cumpridas, como revelado pelo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre de 2014 do Tesouro Nacional.

Registram que o resultado das metas estabelecidas pela LDO (resultado primário) não estava sendo cumprido pelo Governo Federal, tanto que esse resultado foi alterado do PLN 36/2014, transformado na Lei n. 13.053/2014. A partir da aprovação dessa lei, a meta fiscal foi reduzida em até R\$ 67 bilhões. Ou seja, segundo os DENUNCIANTES, resta comprovado que a DENUNCIADA, desde o dia 5 de novembro de 2014, pelo menos, já tinha conhecimento de que a meta de superávit primário prevista na LDO não estava sendo cumprida, e que não seria cumprida, pois apresentado projeto de lei para a alteração da meta do resultado primário. Vale dizer, mesmo conhecendo a impossibilidade de cumprir a meta fiscal, a

² São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária: (...) 4 - infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária; (...) 6 - ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DENUNCIADA, após a tal data, expediu os decretos com aberturas de créditos suplementares, o que ensejou a violação do art. 167, V da CF e art. 4º da Lei Orçamentária Anual (Lei n. 12.952/2014).

Acrescentam que a DENUNCIADA agiu da mesma forma em 2015, ao editar decretos também sem números com base em um suposto superávit financeiro e excesso de arrecadação, na ordem de R\$ 2,5 bilhões. Contudo, segundo os DENUNCIANTES, esses superávit e excesso de arrecadação são artificiais, conforme se pode verificar a partir do PLN n. 5/2015, encaminhado ao Congresso Nacional em 22 de julho de 2015, o Poder Executivo já reconheceu que as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei n. 13.080/2015, não seriam cumpridas.

Citam decisão do TCU que teria reconhecido essa prática como ilegal e finalizam seu raciocínio dizendo que a mensagem do Poder Executivo confirma que a frustração nas expectativas de arrecadação e o aumento de despesas impediram o cumprimento das metas e a denunciada criou e continua criando despesas suplementares enquanto as metas vigentes estão comprovadamente desatendidas, o que infringe os artigos 167, V da CF, art. 4º da LOA/2015, e art. 9º da Lei Complementar 101/2000.

4. Ainda, argumentam os DENUNCIANTES que a contabilidade da UNIÃO não espelha a realidade das contas

1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

públicas, em razão da prática de diversas maquiagens contábeis que ficaram conhecidas como *pedaladas fiscais*.

Segundo os DENUNCIANTES, essas operações ilegais caracterizam crime de responsabilidade, nos termos do artigo 11, itens 2 e 3 da Lei n. 1.079/50³.

A UNIÃO teria realizado operações de crédito ilegais a partir do não repasse de recursos a entidades do sistema financeiro nacional controladas pela própria UNIÃO. Tal prática teria ocorrido a partir de adiantamentos realizados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, em diversos programas federais de responsabilidade do Governo Federal, sendo que essas entidades do sistema financeiro estavam autorizadas a funcionar apenas como operadores do programa, não como agente financiador. Esses adiantamentos configuram mútuo, ou operação assemelhada, sabido, no entanto, que o art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a realização de operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controla, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

Dizem que essa prática foi considerada ilegal pelo TCU, quando da rejeição das contas do Governo no ano de 2014, mas que essa prática voltou a ser usada no ano de 2015, como se vê das demonstrações contábeis do Banco do Brasil no

³ São crimes contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos: (...) 2 - abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais; 3 - contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

primeiro semestre de 2015, especialmente quanto ao Plano Safra.

Ainda no ponto, defendem os DENUNCIANTES que a DENUNCIADA teria cometido crime de responsabilidade contra a lei orçamentária nesse episódio das *pedaladas fiscais*, diante do disposto no art. 85, V e VI da Constituição Federal e arts. 4º, V e VI e 10º, 6, 7, 8 e 9 da Lei n. 1.079/50.

Asseveram os DENUNCIANTES que a conduta da DENUNCIADA seria de natureza comissiva, pois se reunia, diariamente, com o Secretário do Tesouro Nacional à época dos fatos, sem contar que, durante o pleito eleitoral, assegurou que tais contas estavam hígidas. Mas, ainda que a Presidente não estivesse ativamente envolvida nesta situação, restaria sua *responsabilidade omissiva*, pois descumpriu seu dever de *gestão da administração pública federal*, conforme art. 84, II, da Constituição Federal.

5. Defendem os DENUNCIANTES a ocorrência de outro crime de responsabilidade por parte da DENUNCIADA, decorrente da falta de registro dos passivos decorrentes das operações de crédito realizadas nas chamadas *pedaladas fiscais* no rol das dívidas de Passivos da Dívida Líquida do Setor Público. Dizem que *tal ato afronta a Lei Orçamentária Anual - LOA, na medida em que impede o efetivo acompanhamento das contas do Governo, pois parte expressiva do passivo deixa de ser registrada, com*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

o que acompanhamento das metas de superávit primário passa a ser uma ficção.

Em relação a esse aspecto, ao desrespeitar a lei orçamentária anual de forma deliberada (...) mascarando o orçamento para dele fazer constar informações incorretas, com apresentação de um resultado fiscal, ao final de cada mês, superior ao que efetivamente seria adequado, mais uma vez, a denunciada incorreu em crime de responsabilidade, nos termos do art. 10, 4 da Lei 1.079/50, segundo o qual são crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.

6. Por fim, os DENUNCIANTES tecem considerações sobre a responsabilidade da DENUNCIADA, por omissão dolosa, fazendo comentários sobre o episódio das pedaladas fiscais e da corrupção na PETROBRAS. Defendem que a omissão é hipótese caracterizadora de crime de responsabilidade e, portanto, fundamento para o impeachment, como, aliás, ocorreu com o ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Sustentam, ainda, a possibilidade de a DENUNCIADA responder por atos praticados em mandato anterior, ao fundamento central de que a reeleição é, em verdade, uma continuidade administrativa, mantendo-se o vínculo entre as legislaturas. Acrescentam que entender diversamente seria o mesmo que admitir que a reeleição constituiria verdadeira anistia aos crimes perpetrados no primeiro mandato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

7. Em conclusão, além de pedirem para que a Câmara dos Deputados autorize a instauração de processo por crime de responsabilidade contra a DENUNCIADA, os DENUNCIANTES arrolaram testemunhas, juntaram documentos e solicitaram a notificação dos órgãos judiciais e administrativos em que estão sendo apurados os diversos escândalos por eles apontados para que forneçam cópia dos respectivos processos.

Relatados, passo a decidir.

8. Inicialmente, registro que as liminares concedidas pelo STF, monocraticamente, pelos Ministros TEORI ZAVASKI e ROSA WEBER, nos autos dos processos MS 33.837-DF, MS 33.838-DF e RCL 22.124-DF, apenas suspenderam a prática de qualquer ato que tenha sido disciplinado na Questão de Ordem n. 105/2015 desta Presidência.

Esse ato, no entanto, já foi revogado, o que ensejará a perda de objeto dos referidos processos.

De qualquer forma, certo é que o recebimento de denúncia contra o Presidente da República está previsto nos arts. 14 e 19 da Lei n. 1.079/50 e 218, § 2º do RICD, sendo igualmente certo, por óbvio, que naquelas decisões liminares não houve a suspensão em si desses dispositivos legais ou mesmo das prerrogativas da Presidência da Câmara dos Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Destaca-se que o Supremo Tribunal Federal tem orientação reiterada no sentido de que a competência para análise da denúncia contra Presidente da República, por crime de responsabilidade, é do Presidente da Câmara dos Deputados, de que é exemplo, entre outros, o que restou decidido no Agravo Regimental no MS n. 30.672, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Plenário, DJe 18/10/2011, com esta ementa:

"AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL. IMPEACHMENT. MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECEBIMENTO DE DENÚNCIA. MESA DO SENADO FEDERAL. COMPETÊNCIA.

I - Na linha da jurisprudência firmada pelo Plenário desta Corte, a competência do Presidente da Câmara dos Deputados e da Mesa do Senado Federal para recebimento, ou não, de denúncia no processo de impeachment não se restringe a uma admissão meramente burocrática, cabendo-lhes, inclusive, a faculdade de rejeitá-la, de plano, acaso entendam ser patentemente inepta ou despida de justa causa.

II - Previsão que guarda consonância com as disposições previstas tanto nos Regimentos Internos de ambas as Casas Legislativas, quanto na Lei 1.079/1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

III - O direito a ser amparado pela via mandamental diz respeito à observância do regular processamento legal da denúncia.

IV - Questões referentes à sua conveniência ou ao seu mérito não competem ao Poder Judiciário, sob pena de substituir-se ao Legislativo na análise eminentemente política que envolvem essas controvérsias.

V - Agravo regimental desprovido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

No mesmo sentido, o MS n. 23.885, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Plenário, DJ 20/9/2002, com esta ementa:

CONSTITUCIONAL. **IMPEACHMENT:** PRESIDENTE DA
REPÚBLICA: DENÚNCIA: CÂMARA DOS DEPUTADOS.
PRESIDENTE DA CÂMARA: COMPETÊNCIA.

I. - **Impeachment** do Presidente da República: apresentação da denúncia à Câmara dos Deputados: competência do Presidente desta para o exame liminar da idoneidade da denúncia popular, "que não se reduz à verificação das formalidades extrínsecas e da legitimidade de denunciadores e denunciados, mas se pode estender(...) à rejeição imediata da acusação patentemente inepta ou despida de justa causa, sujeitando-se ao controle do Plenário da Casa, mediante recurso (...)". MS 20.941-DF, Sepúlveda Pertence, "DJ" de 31.08.92.

II. - M.S. indeferido.

É indubitosa, portanto, a competência do Presidente da Câmara dos Deputados para determinar se as denúncias pela prática de crime de responsabilidade cumprem os requisitos legais, aí incluída a imputação de conduta tipificada pela Lei dos Crimes de Responsabilidade e a existência de indícios mínimos de autoria e materialidade.

9. O momento político atual é notoriamente grave. Nunca, na história da República, houve tantos pedidos de *impeachment* contra a Presidente da República. A economia não vai bem e a desconfiança em relação ao país já atravessou as fronteiras. Sem contar o parecer do Tribunal de Contas da União que, a unanimidade, recomenda a rejeição das contas do Governo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mesmo diante do cenário descrito, indubitável que o exame desta denúncia deve ser imparcial e objetivo, como ocorreu em todas as outras denúncias já despachadas por esta Presidência.

Com efeito, tenho defendido que, a despeito da crise moral, política e econômica que assola o Brasil, a gravidade institucional que representa o início de um processo por crime de responsabilidade demanda o apontamento de um ou mais fatos concretos, uma ou mais condutas específicas da Presidente da República que, ao menos em tese, configure um ou mais tipos penais previstos na Lei nº 1.079/50.

10. Não há dúvida de que todas as acusações formuladas pelos DENUNCIANTES são gravíssimas, mas, por outro lado, é igualmente certo também que muitas delas estão embasadas praticamente em ilações e suposições, especialmente quando os DENUNCIANTES falam da corrupção na PETROBRÁS, dos empréstimos do BNDES e do suposto *lobby* do ex-Presidente da República LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA.

Não se pode permitir a abertura de um processo tão grave, como é o processo de *impeachment*, com base em mera suposição de que a Presidente da República tenha sido conivente com atos de corrupção.

11. Quanto aos crimes eventualmente praticados pela DENUNCIADA contra a lei orçamentária, sobre os quais os



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DENUNCIANTES fazem remissão reiterada ao recente julgamento das contas de 2014 do governo pelo Tribunal de Contas da União, é de se notar que a decisão acerca da aprovação ou não dessas contas cabe exclusivamente ao Congresso Nacional, tendo a Corte de Contas apenas emitido parecer prévio, a ser submetido ao crivo do Congresso Nacional, a quem cabe acolhe-lo ou rejeitá-lo

Além disso, os fatos e atos supostamente praticados pela DENUNCIADA em relação a essa questão são anteriores ao atual mandato. Assim, com todo respeito às muitas opiniões em sentido contrário, considero inafastável a aplicação do § 4º do artigo 86 da Constituição Federal, o qual estabelece não ser possível a responsabilização da Presidente da República por atos anteriores ao mandato vigente.

Deixei claro em decisões anteriores que não ignoro a existência de entendimento contrário, especialmente em razão de o dispositivo citado ser anterior à emenda constitucional que permitiu a reeleição para os cargos do Poder Executivo. Porém, não se pode simplesmente ignorar que o constituinte reformador teve a oportunidade de revogar ou alterar o § 4º do artigo 86 e não o fez, estando mantida, portanto, a sua vigência.

12. Sob outra perspectiva, contudo, a denúncia merece admissão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Como anteriormente consignado, além dos requisitos formais estabelecidos na legislação, devidamente preenchidos na espécie, cabe ao Presidente da Câmara dos Deputados, nessa fase de admissibilidade ou deliberação da denúncia, verificar a presença dos requisitos materiais para o seu recebimento.

Dentre esses requisitos materiais, estão o apontamento de uma ou mais condutas da DENUNCIADA tipificada(s) como crime de responsabilidade e a indicação da participação direta dela no(s) ato(s), em tese, praticado em desconformidade com as normas previstas na lei específica.

Nesse particular, entendo que a denúncia oferecida atende aos requisitos mínimos necessários, eis que indicou ao menos seis Decretos assinados pela DENUNCIADA no exercício financeiro de 2015 em desacordo com a LDO e, portanto, sem autorização do Congresso Nacional.

A edição desses Decretos não numerados, os quais supostamente abriram créditos suplementares em desacordo com a lei orçamentária, configura, em abstrato, os tipos penais previstos nos itens 4 e 6 do art. 10 da Lei nº 1.079/50, cujas redações são as seguintes:

"Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:

(...)

4 - Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(...)

6) ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000) (...)"

Importante destacar que os seis decretos apontados no quadro apostado na página 18 da denúncia foram assinados pela DENUNCIADA, o que significa dizer que há indícios suficientes da sua participação direta nessa conduta que, em tese, importa em crime de responsabilidade.

O eventual crime de responsabilidade, como sustentam os DENUNCIANTES, pode ser configurado também pelo descumprimento do artigo 4º da Lei 12.952 de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA), que determinou que a abertura de créditos suplementares (ou adicionais) estava condicionada ao alcance da meta de resultado primário (poupança) estabelecida.

Segundo esse dispositivo legal, "fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2014".



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Também não ignoro ter o Poder Executivo enviado ao Congresso Nacional projeto de lei alterando a meta fiscal de 2015 (PLN nº 5/2015), porém, além de pendente de apreciação, mesmo se for aprovado, não altera a realidade dos fatos: até o presente momento, o Poder Executivo, comandado pela DENUNCIADA, administrou o orçamento de 2015 como se a situação fosse superavitária, quando o déficit estimado pode chegar a R\$ 100.000.000.000,00 (cem bilhões de reais).

Em outras palavras, o PLN nº 5/2015, ainda que aprovado, não retira a tipicidade hipotética da conduta da DENUNCIADA nesse particular, já que os créditos orçamentários eram irregulares à época em que os seis Decretos não numerados apontados pelos DENUNCIANTES foram por ela assinados.

São igualmente relevantes as demais questões que dizem respeito à lei orçamentária deste ano, especialmente a alegação da reiteração da prática das chamadas *pedaladas fiscais*, o que, também em tese, podem configurar crime de responsabilidade contra a lei orçamentária (art. 85, VI, CF).

13. Por tudo isso, ciente da relevância de que esse ato significa, considero que a denúncia preenche os requisitos mínimos para seu recebimento.

De fato, merece análise exauriente as alegações dos DENUNCIANTES quanto à abertura de crédito suplementar mesmo diante do cenário econômico daquele momento, quando já era sabido que as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Orçamentárias, Lei n. 13.080/2015, não seriam cumpridas, o que pode ensejar o cometimento de crime de responsabilidade contra a lei orçamentária.

E também merece melhor aprofundamento as razões que levaram ao Governo a adotar essa prática das chamadas *peladas fiscais* também neste ano de 2015.

Há, portanto, justa causa a justificar o recebimento desta denúncia. E também há indícios de autoria, considerando a responsabilidade da Presidente da República pela lei orçamentária.

A DENUNCIADA terá oportunidade de se manifestar expressamente sobre todas as acusações, exercendo o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

14. Não há dúvida de que o recebimento da denúncia pode acarretar graves danos institucionais. Mas, é igualmente certo também que as instituições brasileiras são sólidas e estão preparadas para esse julgamento.

É importante registrar que, neste juízo prévio de admissibilidade, não se examina a procedência ou não da denúncia, mas sim a existência de requisitos mínimos, formais e materiais e indícios de materialidade e autoria. Não há qualquer condenação prévia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Como dito, a DENUNCIADA, em observância aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, terá oportunidade para esclarecer e afastar as questões postas pelos DENUNCIANTES.

15. Assim, recebo a denúncia e determino sua leitura no expediente da sessão seguinte à publicação desta decisão com consequente remessa à Comissão Especial a que aludem os artigos 19 da Lei nº 1.079/50 e 218, § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Publique-se.

Brasília, em 02 de dezembro de 2015 .



EDUARDO CUNHA

Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PRESIDÊNCIA/SGM

Denúncia apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, com amparo na Lei n. 1.079/1950, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, e recebida em despacho de 2 de dezembro de 2015.

Em 02/12/2015

Numere-se a Denúncia por Crime de Responsabilidade.
Publique-se.


EDUARDO CUNHA
Presidente





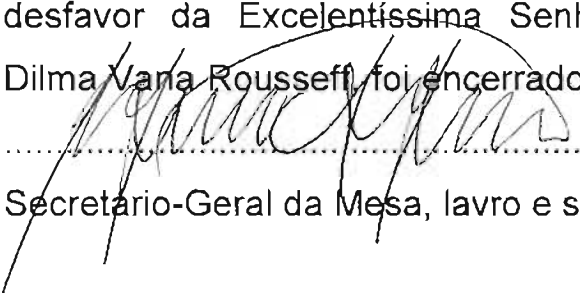
CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

Volume 11

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos dois dias dois do mês de dezembro, do ano de dois mil e quinze, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, certifico, para os devidos fins, que este volume de número **11 (onze)**, com folhas numeradas de 3318 a 3718, pertencente à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, foi encerrado nesta data. E, para constar, eu,  Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.